

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Tiago Castelo Branco Lourenço

“COM ORDE MINHA MESMO”

Belo Horizonte
2022

Tiago Castelo Branco Lourenço

“COM ORDE MINHA MESMO”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Produção, projeto e experiência do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

L892c Lourenço, Tiago Castelo Branco.
Com orde minha mesmo [manuscrito] / Tiago Castelo Branco
Lourenço – 2022.
649 f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Arquitetura.

1. Espaços públicos - Teses. 2. Urbanização - Teses. 3.
Habitações - Teses. 4. Periferia - Teses. I. Kapp, Silke. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.59



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Com orde minha mesmo

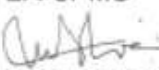
TIAGO CASTELO BRANCO LOURENÇO

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 9 de junho de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:

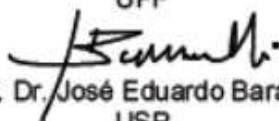

Profa. Dra. Silke Kapp - Orientadora
EA-UFMG


Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos
EA-UFMG


Profa. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva
EA-UFMG


Profa. Dra. Tatiana Tramontani Ramos
UFF

Tatiana Tramontani Ramos
UFF
Rua João Nogueira, 121
13080-900, Belo Horizonte, MG
51 3409-1234


Prof. Dr. José Eduardo Baravelli
USP


Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
UEMA

Belo Horizonte, 9 de junho de 2022.

Sempre dedico meu trabalho como assessor e as reflexões sobre ele a Maíra, Arthur e João. Nesta tese, dedicarei também ao meu pai. Durante meu doutorado, ele foi experimentar o universo de outras formas. Esta tese é parte do meu luto por essa mudança. Enquanto escrevia este texto, sempre pensava nele; foi uma contação de histórias para que ele compreendesse as minhas confusões. Foram conversas com alegria, deboche e paixão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Maíra, companheira de vida há trinta anos que sempre me apoia nas minhas escolhas e curiosidades com grande paciência, compreensão e cumplicidade. Agradeço ao Arthur, que, durante esses quase cinco anos de doutorado, deixou de ser criança e se tornou um jovem que sempre me ajudou nos fichamentos de vários livros que estudei para escrever esta tese. Agradeço ao João, que sempre me tira do foco e mostra que a vida é mais interessante com ele assistindo a um filme comentado do que ficar trabalhando o tempo todo. Vocês três foram minha fonte de energia nesse período; desculpem a presença-ausente nesses últimos tempos.

À minha mãe, que me mostrou o valor do estudo, e ao meu pai, que me mostrou o valor do trabalho. À minha sogra, Bete, que está sempre presente, ajudando com os meninos, tendo sido uma companhia essencial para todos na nossa casa ao longo desse percurso.

Para a diagramação deste trabalho, contei com o apoio do meu primo e amigo Marcos, que apontou e ajudou a pensar em várias possibilidades para a apresentação destas ideias, sendo um importante cúmplice no luto em que este trabalho se transformou após a partida de meu pai. À Martha, minha prima, que em diferentes momentos leu o trabalho e apontou caminhos possíveis para deixar as questões postas mais evidentes — para isso, contei também com a leitura da prima Raquel.

Outro amigo que ajudou a avançar na escrita do que será apresentado foi o Alexandre Bomfim, que se tornou um grande amigo na procura por outras formas de pensar nossas contradições da vida e da arquitetura, indo muito além de um mero revisor dos meus textos.

Na universidade, foram vários amigos e parceiros que contribuíram para este trabalho. Não posso deixar de agradecer aos meus colegas de PRJ, que proporcionaram, entre os anos de 2020 e 2021, a possibilidade de me dedicar a este estudo. Espero que ele possa contribuir para nossos objetivos como professores e pesquisadores do campo da arquitetura e do urbanismo. Agradeço, ainda, ao NPGAU

— com seus professores — e à Paula, os quais me auxiliaram em diferentes situações para a discussão que aqui desenvolvo.

Na PUC Minas, sempre contei com a cumplicidade e a crítica dos amigos Alícia, Eduardo e Viviane. Várias histórias aqui narradas são compartilhadas por eles dentro da nossa atuação no Escritório de Integração.

Na UFMG, os amigos Ana Baltazar e Ró são sempre gentis parceiros, pacientes com minhas contradições e sempre provocando questionamentos para me manter na dúvida. Agradeço de forma muito especial à Leta, companheira e parceira de vários trabalhos desde minha graduação. Para além da amizade e parceria, ela me indicou a Silke como orientadora no mestrado — que mantive no doutorado —, uma dica essencial para o que desenvolvo como assessor e pesquisador.

À Silke agradeço o olhar, as chamadas e o respeito que sempre teve com meu ritmo. Fico feliz de terminar esta etapa para, assim, conversarmos mais e eu ficar menos constrangido com os atrasos nos últimos anos. Ressalto que o constrangimento é exclusivamente um problema meu, nunca dela; apesar de poder exercê-lo na condição de orientadora, nunca o fez, acredito que por amizade e por alinhamento das perspectivas utópicas.

Como professor, orientei vários trabalhos finais de graduação e pós-graduação essenciais para a discussão que realizo nesta tese. Agradeço às orientandas e aos orientandos: Amanda Paiva, Ana Karol Loures, Ana Elisa Carvalho, Ana Paula Nascimento, André Borges, Andreza Viana, Bira Leal, Breno Araujo, Bruna Medici, Bruna Marinho, Bruno Giacomini, Caroline Rocha, Daniela Faria, Daniela Nunes, Fabrício Goulart, Hugo Pereira, Iara Pezzuti, Isabela Barreto, Joviano Campos, Júlia Ho, Júlia Candelária, Larissa Silva, Letícia Notini, Lívia Gonçalves, Lorena Veneroso, Lorrane Nunes, Matheus Barroso, Raphael Santos, Susiane Gonçalves, Yuri Castro, Verônica Lago e Veruska Prado.

Agradeço às asfianas, parceiras em vários dos trabalhos aqui apresentados, algumas das quais se vincularam à entidade ainda como estudantes e seguiram depois como colegas e cúmplices dessas andanças. Destaco aqui aqueles ainda não citados: Carina Guedes, Laís Grossi, Luiza Silva, Cecília Alves, Eduardo Montanha, Érico Silva, Giselle Mascarenhas, Helena Lana e Rita Liberato.

Na Maquete, agradeço a todos que compartilham comigo daquele espaço no exercício dessa manufatura. Agradeço a compreensão com minha presença-ausente nos últimos três anos, nos quais estive voltado para produção deste texto, sem

compartilhar plenamente das nossas pequenas conquistas cotidianas na produção das maquetes; em especial, agradeço ao Mateus, que segurou um grande rojão durante todo o período.

Nas ocupações urbanas, agradeço a cada morador que me proporcionou a oportunidade de convívio e de participar da produção do espaço em alguns momentos muito importantes para as reflexões que aqui faço. Em especial, aos moradores das ocupações Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Gurani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória, Zilah Spósito Helena Greco, Carolina Maria de Jesus e Vicentão. Neste momento de elaboração da tese, destaco Charlene, Edna, Paulinha, Luh de Paula, Josiane, Juliana, Andreza, Geruza, Ana, Catiane, Sheila, Rosa, Ivan, Paulista, Luizinho, Zezinho, Adão e Elismar. O Sr. Vanderli Nestor Antônio, que morou nas ocupações Vitória e Vicentão, tornou-se um grande amigo e foi essencial para compreender os grupos sócio-espaciais das ocupações belo-horizontinas.

Agradeço aos atingidos pelo desastre da Samarco que me receberam e, mesmo com toda a dor com ocorrido, foram gentis ao conversar sobre as contradições que levaram ao absurdo que vivem desde 5 de novembro de 2015.

Agradeço de forma muito especial aos companheiros das organizações políticas e dos coletivos. Somos irmãos de luta! Dentre eles, destaco: Frei Gilvander, Joviano Mayer, Isabella Gonçalves, Leonardo Péricles, Luiz Fernando, Poliana Souza, Rafael Bittencourt, Thais Lopes e Thais Clark; por estes, tenho um grande carinho e espero seguirmos juntos com nossa família de luta por uma cidade emancipada.

Aos entrevistados para a pesquisa que deu origem a esta tese agradeço pela confiança e disponibilidade para me receber e remoermos, juntos, as questões que envolvem uma ocupação urbana. São eles: Ana Silva Nascimento Bento, André Luiz Gomes e Silva, Bruno Fernandes Magalhães Oliveira, Denise Morado Nascimento, Daniela Dornas, Derli Fontes, Deusiana da Silva Lucas, Érica Coelho Espeschit, Fábio Alves dos Santos, Felter Rodrigues dos Santos, Fernanda Márcia Carla de Oliveira, Fernanda Vieira de Oliveira, Gabriela Mata Barreto, Guilherme Meneguim, Gregório Andrade, Jéssica Natasha da Cruz Vidal, Josana Mathias de Passos Dias, José Marques, Júnia Maria Ferrari de Lima, Junio César dos Anjos, Lacerda dos Santos Amorim, Leonardo Debossan, Luciana da Cruz, Luiz Tarcísio, Maria do Rosário de Oliveira Carneiro, Maria da Conceição Amaral Renan de Menezes, Maura da Silva, Maurício Libânio, Misael Rubens Moreira, Orlando Soares Lopes, Pedro Otoni, Poliana Matias Ambrósio, Rodrigo Pires, Sandro Alberto Cabral e Wagner Vieira Lima.

Finalmente, agradeço a todos que não foram citados e em diferentes momentos foram cúmplices dessas histórias que experimentei.

RESUMO

A tese apresenta os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco — as últimas quatro conhecidas como Ocupações da Izidora. É discutida, ainda, a trajetória das referidas ocupações e as experiências de assessorias técnicas desenvolvidas junto a esses grupos, tomando-as como movimentos sociais urbanos que ocorrem em Belo Horizonte e região desde o ano de 2008. Além das ocupações urbanas, são apresentados os grupos sócio-espaciais compostos pelos atingidos pelo rompimento da Barragem da Samarco em 2015 — os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos do Município de Mariana na região central de Minas Gerais —, discutindo a experiência de assessoria técnica desenvolvida até o início de 2018. Neste trabalho, propõe-se o estudo desses casos e de suas assessorias, dividindo seu desenvolvimento em quatro fases desses movimentos sociais, com aprofundamento nas três primeiras. Essas fases atravessam momentos marcados por ações diretas, mas também por outras, institucionalizadas. Com base nisso, estuda-se como, no processo de institucionalização, esses movimentos se organizam para atender suas demandas e como se dá a atuação da assessoria técnica nas diferentes fases. Com a tese, sistematiza-se a produção dessas assessorias técnicas, abordando o contato direto com os grupos sócio-espaciais e outras modalidades, como a extensão universitária e atividades de pesquisa e ensino. A discussão se desenvolve por crônicas narrativas das assessorias técnicas em contato com uma produção cotidiana dos grupos sócio-espaciais envolvidos, narrando uma história a partir da perspectiva da assessoria em diálogo com os grupos acompanhados, abrangendo organizações políticas, moradores, atingidos e agentes do Estado envolvidos com as disputas.

Palavras-chave: Espaços Públicos, Urbanização, Habitações, Periferia, Ocupações Urbanas, Ativismo Urbano, Moradia, Autonomia, Heteronomia.

ABSTRACT

The thesis presents the socio-spatial groups of urban occupations Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória and Helena Greco — the last four known as Izidora Occupations. It also discusses the trajectory of the aforementioned occupations and the experiences of technical advisors developed with these groups, taking them as urban social movements that have taken place in Belo Horizonte and region since 2008. In addition to urban occupations, it is presented the socio-social groups -space groups composed of those affected by the Samarco Dam failure in 2015 — those affected in Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, districts of the Municipality of Mariana in the central region of Minas Gerais —, discussing the experience of technical assistance developed until the beginning of 2018. In this work, it is proposed the study of these cases and their advisory services, dividing their development into four phases of these social movements, delving into the first three. These phases go through moments marked by direct actions, but also by others, institutionalized. Based on this, it is studied how, in the process of institutionalization, these movements are organized to meet their demands and how the technical assistance works in the different phases. With the thesis, it is systematized the production of these technical advisory services, approaching direct contact with socio-spatial groups and other modalities, such as university extension and research and teaching activities. The discussion is developed through narrative chronicles of the technical advisors in contact with a daily production of the socio-spatial groups involved, narrating a story from the perspective of the advisory in dialogue with the groups monitored, covering political organizations, residents, affected and State agents. involved with disputes.

Keywords: Public Spaces, Urbanization, Housing, Periphery, Urban Occupations, Urban Activism, Housing, Autonomy, Heteronomy.

LISTA DE FIGURAS

1.3 Minha trajetória e a assessoria na luta por moradia

- Figura 1: Levantamento para realizar a maquete da Igreja Nossa Senhora do Ó em Sabará/MG em 1983..... 481*
- Figura 2: Levantamento para realizar a maquete da Igreja Nossa Senhora do Ó em Sabará/MG em 1983..... 482*

2 Primeira Fase

2.1 Ocupação Camilo Torres

- Figura 1: Charge “Direito à Moradia”..... 483*
- Figura 2: Padre Camilo Torres 483*
- Figura 3: Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte de 1996 484*
- Figura 4: Ocupação Camilo Torres 1ª fase 484*
- Figura 5: Banner de divulgação de um Encontro das Comunidades de Resistência 485*
- Figura 6: Teologia da Libertação 485*
- Figura 7: Localização Camilo Torres 486*
- Figura 8: Ocupação Camilo Torres em 2009 486*
- Figura 9: Ocupação Camilo Torres e o Córrego Olaria 487*
- Figura 10: Croqui Camilo Torres 487*
- Figura 11: Fotos da visita em 29/11/2008 488*
- Figura 12: Fotos da visita em 29/11/2008 488*
- Figura 13: Fotos da visita em 29/11/2008 488*
- Figura 14: Fotos da visita em 29/11/2008 489*
- Figura 15: Relação casa e lote 489*
- Figura 16: Fotos da visita em 29/11/2008 489*
- Figura 17: Fotos da visita em 29/11/2008 490*
- Figura 18: Fotos da visita em 29/11/2008 490*
- Figura 19: Croqui casa visitada 490*
- Figura 20: Desenho da ampliação casa visitada 491*

<i>Figura 21: Vale das ocupações em 2008</i>	491
<i>Figura 22: Vale das ocupações em 2021</i>	492
<i>Figura 23: Ocupação Camilo Torres</i>	492
<i>Figura 24: Faixa manifesto</i>	493

2.2 Ocupação Dandara

2.2.1 Primeiro momento na Ocupação Dandara (Ação Direta – Contra o Estado)

<i>Figura 1: Barriada Ciudad de Dios</i>	494
<i>Figura 2: Ocupação Dandara em 18/4/2009</i>	495
<i>Figura 3: Vista Panorâmica da Ocupação Dandara</i>	495
<i>Figura 4: Fotos da visita em 18/4/2009</i>	496
<i>Figura 5: Fotos da visita em 18/4/2009</i>	496
<i>Figura 6: Fotos da visita em 18/4/2009</i>	496
<i>Figura 7: Faixa da Ocupação Dandara</i>	497
<i>Figura 8: Terreno da Dandara entre 4 de abril e 12 de julho de 2009</i>	497
<i>Figura 9: Mapa-Síntese das condicionantes físico-ambientais e urbanísticas</i>	498
<i>Figura 10: Croqui do plano em 9/5/2009</i>	498
<i>Figura 11: Reunião do plano em 9/5/2009</i>	499
<i>Figura 12: Maquete e croqui da reunião do plano em 9/5/2009</i>	499
<i>Figura 13: Mapa Viurbs alterado pelo autor</i>	500
<i>Figura 14: Maquete do terreno e estudo do sistema viário</i>	500
<i>Figura 15: Desenho com sistema viário e parcelamento da Ocupação Dandara</i>	501
<i>Figura 16: Estudo de individualização de lotes coletivos</i>	501
<i>Figura 17: Viatura da Polícia Militar de Minas Gerais</i>	501
<i>Figura 18: Reunião da coordenação em 23/5/2009</i>	502
<i>Figura 19: Mapa do percurso da visita em 23/5/2009</i>	502
<i>Figura 20: Trabalho de medição do terreno da Ocupação Dandara</i>	503
<i>Figura 21: Equipe preparando material para demarcação</i>	503
<i>Figura 22: Maquete da proposta revista em 30/5/2009</i>	503
<i>Figura 23: Início dos trabalhos de demarcação</i>	504
<i>Figura 24: Início dos trabalhos de demarcação no dia 30/5/2009</i>	504
<i>Figura 25: Início dos trabalhos de demarcação no dia 30/5/2009</i>	505
<i>Figura 26: Concentração de viaturas da PMMG no dia 30/5/2009</i>	505
<i>Figura 27: Reunião MPMG e PMMG — Moradores na expectativa</i>	506
<i>Figura 28: Reunião MPMG e PMMG em 22/6/2009</i>	506

<i>Figura 29: Reunião MPMG e PMMG em 22/6/2009</i>	<i>507</i>
<i>Figura 30: Vistoria do terreno com representantes do MPMG e da PMMG em 22/6/2009</i>	<i>507</i>
<i>Figura 31: Reunião para distribuição de grupos em 4/7/2009</i>	<i>508</i>
<i>Figura 32: Mapa elaborado na reunião em 4/7/2009</i>	<i>508</i>
<i>Figura 33: Trabalho de demarcação entre os dias 5/7/2009 e 11/7/2009</i>	<i>509</i>
<i>Figura 34: Concentração para início da procissão ocupação em 12/7/2009</i>	<i>509</i>
<i>Figura 35: Concentração para início da procissão ocupação em 12/7/2009</i>	<i>510</i>
<i>Figura 36: Procissão ocupação em 12/7/2009</i>	<i>510</i>
<i>Figura 37: Final da procissão ocupação em 12/7/2009</i>	<i>511</i>
<i>Figura 38: Montagem de um novo acampamento no centro do terreno</i>	<i>511</i>
<i>Figura 39: Abordagem policial questionando a ocupação do terreno</i>	<i>512</i>
<i>Figura 40: Publicação no Blog Dandara em 12/7/2009</i>	<i>512</i>
<i>Figura 41: Estudo de individualização dos lotes coletivos</i>	<i>513</i>
<i>Figura 42: Assentamento provisório do grupo 2</i>	<i>513</i>
<i>Figura 43: Proposta de parcelamento apresentada em 21/7/2009</i>	<i>514</i>
<i>Figura 44: Plano urbano com lotes coletivos da Ocupação Dandara</i>	<i>514</i>
<i>Figura 45: Desenho e croqui de estudo de individualização dos lotes do grupo 2</i>	<i>515</i>
<i>Figura 46: Plano urbano com lotes individuais da Dandara</i>	<i>515</i>
<i>Figura 47: Manual E aí? Como posso construir em meu lote?</i>	<i>516</i>
<i>Figura 48: Sistema de tratamento das águas servidas das pias e dos chuveiros</i>	<i>516</i>
<i>Figura 49: Apresentação do sanitário bason</i>	<i>517</i>
<i>Figura 50: Encerramento da missa da Novena do Natal</i>	<i>517</i>
<i>Figura 51: Procissão do ofertório</i>	<i>517</i>

2.2.2 Segundo momento na Ocupação Dandara (Consolidação e sossego)

<i>Figura 1: Foto aérea da Ocupação Dandara em 14/10/2009</i>	<i>518</i>
<i>Figura 2: Foto aérea da Ocupação Dandara em 25/2/2010</i>	<i>518</i>
<i>Figura 3: Foto aérea da Ocupação Dandara em 18/10/2011</i>	<i>519</i>
<i>Figura 4: Publicação em Invasão Dandara no dia 13/3/2011</i>	<i>519</i>
<i>Figura 5: Plano Diretor Coletivo da Ocupação Dandara</i>	<i>520</i>
<i>Figura 6: Pintura do plano diretor</i>	<i>520</i>
<i>Figura 7: Antigo galpão comunitário danificado pelas chuvas de verão</i>	<i>520</i>
<i>Figura 8: Vista da maquete do Centro Comunitário Dandara</i>	<i>521</i>
<i>Figura 9: Vista da maquete do Centro Comunitário Dandara</i>	<i>521</i>

<i>Figura 10: Construção do Centro Comunitário Dandara em 2009</i>	521
<i>Figura 11: Construção do Centro Comunitário Dandara em 2010</i>	522
<i>Figura 12: Centro Comunitário Dandara em 2012</i>	522
<i>Figura 13: Centro Comunitário Dandara em 2014</i>	522
<i>Figura 14: Apresentação do mapa com os nomes das ruas e os endereços</i>	522
<i>Figura 15: Moradores e o mapa com os nomes das ruas e os endereços</i>	523
<i>Figura 16: Mapa com os nomes das ruas e os endereços</i>	523
<i>Figura 17: Memorial dos nomes das ruas da Ocupação Dandara</i>	523
<i>Figura 18: Reunião de endereçamento da Ocupação Dandara</i>	524
<i>Figura 19: Croqui do Centro Ecumênico Dandara</i>	524
<i>Figura 20: Maquete do Centro Ecumênico Dandara</i>	524
<i>Figura 21: Vista interna do Centro Ecumênico Dandara</i>	525
<i>Figura 22: Construção do Centro Ecumênico Dandara em 2011</i>	525
<i>Figura 23: Missa no Centro Ecumênico Dandara no Natal de 2011</i>	525
<i>Figura 24: Foto-inserção do Centro Ecumênico Dandara</i>	525
<i>Figura 25: Vista panorâmica do Centro Ecumênico Dandara em 2011</i>	526
<i>Figura 26: Vista panorâmica da Igreja Dandara em 2014</i>	526
<i>Figura 27: Um arquiteto 'intocável' no seu exercício</i>	526
<i>Figura 28: Uma mesa de intocáveis no III Encontro de Comunidades de Resistência em 2009</i>	527

2.2.3 Terceiro momento na Ocupação Dandara (Pressão pelo despejo, negociações e supostas rupturas)

<i>Figura 1: Foto aérea da Ocupação Dandara em 14/10/2009</i>	528
<i>Figura 2: Foto aérea da Ocupação Dandara em 18/10/2011</i>	528
<i>Figura 3: Foto aérea da Ocupação Dandara em 14/10/2009</i>	529
<i>Figura 4: Foto aérea da Ocupação Dandara em 23/10/2009</i>	529
<i>Figura 5: Reunião com moradores em 16/7/2011</i>	530
<i>Figura 6: Desenho síntese na reunião em 16/7/2011</i>	530
<i>Figura 7: Etapa 1 de implantação da proposta</i>	530
<i>Figura 8: Etapa 2 de implantação da proposta</i>	531
<i>Figura 9: Etapa 3 de implantação da proposta</i>	531
<i>Figura 10: Etapa 4 de implantação da proposta</i>	531
<i>Figura 11: Estudo do módulo de apartamentos</i>	532
<i>Figura 12: Estudo dos lotes coletivos com módulo de apartamentos</i>	532
<i>Figura 13: Pontos prioritários para a comunidade Dandara</i>	533

<i>Figura 14: Manutenção de um estilo de vida</i>	533
<i>Figura 15: Book “Projeto Comunidade Dandara”</i>	534
<i>Figura 16: Parcelamento vinculado proposto</i>	534
<i>Figura 17: Perspectiva do conjunto habitacional pretendido</i>	534
<i>Figura 18: Reunião entre proprietária e moradores</i>	535
<i>Figura 19: Assembleia Informa</i>	535
<i>Figura 20: Placa na entrada da Ocupação Dandara</i>	536
<i>Figura 21: Campanha Internacional “Salve Dandara”</i>	536
<i>Figura 22: Campanha Internacional “Salve Dandara”</i>	536
<i>Figura 23: Campanha Internacional “Salve Dandara”</i>	537
<i>Figura 24: Foto aérea do abraço à Ocupação Dandara em 16/10/2011</i>	537
<i>Figura 25: Foto aérea do abraço à Ocupação Dandara 16/10/2011</i>	538
<i>Figura 26: Exposição na 9ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, em novembro de 2011</i>	538
<i>Figura 27: Exposição na 9ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, em novembro de 2011</i>	538
<i>Figura 28: Cartaz do filme Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito</i>	539
<i>Figura 29: Lançamento do filme Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”</i>	539
<i>Figura 30: Visita do juiz Manoel dos Reis em 7/1/2014</i>	539
<i>Figura 31: Visita do juiz Manoel dos Reis em 7/1/2014</i>	540

2.2.4 Quarto momento na Ocupação Dandara (A entrada do Estado e as dificuldades com um cotidiano que continua distante da pauta)

<i>Figura 1: Ata da reunião entre ocupações urbanas e PBH em 30/7/2013</i> .	541
<i>Figura 2: Reportagem sobre o início do PRU Dandara em 21/7/2017</i>	542
<i>Figura 3: Visita da equipe do PRU Dandara</i>	542
<i>Figura 4: Reportagem sobre inauguração do Centro de Saúde Dandara em 21/12/2017</i>	542
<i>Figura 5: Avenida Dandara asfaltada e Centro de Saúde em 14/9/2018</i> ...	543
<i>Figura 6: PRU Dandara — Propostas de Moradia/Meio Ambiente</i>	543
<i>Figura 7: PRU Dandara — Propostas de Moradia/Meio Ambiente</i>	543
<i>Figura 8: Ocupação APP Dandara</i>	544
<i>Figura 9: Ocupação APP Dandara</i>	544
<i>Figura 10: Ocupação APP Dandara</i>	544
<i>Figura 11: Ocupação APP Dandara</i>	545
<i>Figura 12: Entrega do Centro de Saúde do Dandara</i>	545

<i>Figura 13: Dandara no Orçamento Participativo</i>	545
<i>Figura 14: Vinte e cinco anos da política municipal de habitação de Belo Horizonte: avanços, conflitos e novos cenários de disputa</i>	546

2.3 Ocupação Eliana Silva

<i>Figura 1: Vista panorâmica da Ocupação Eliana Silva em 22/4/2012</i>	547
<i>Figura 2: Famílias invadem área preservada no Barreiro</i>	547
<i>Figura 3: Controle de acesso da Ocupação Eliana Silva em 22/4/2012</i>	548
<i>Figura 4: Assembleia da Ocupação Eliana Silva em 22/4/2012</i>	548
<i>Figura 5: Assembleia da Ocupação Eliana Silva em 22/4/2012</i>	548
<i>Figura 6: Localização da Ocupação Eliana Silva I e da Ocupação Eliana Silva II</i>	549
<i>Figura 7: Zoneamento do entorno da Ocupação Eliana Silva I e Ocupação Eliana Silva II</i>	549
<i>Figura 8: Microbacia contribuinte dos córregos Mineirão e Olaria</i>	549
<i>Figura 9: Mapa da sub-bacia do alto do Arrudas e Barreiro</i>	550
<i>Figura 10: Mapa da bacia do Ribeirão Arrudas</i>	550
<i>Figura 11: Mapa geológico da Eliana Silva</i>	550
<i>Figura 12: Eliana Silva</i>	551
<i>Figura 13: Ocupação Corumbiara em 2002</i>	551
<i>Figura 14: Ocupação Corumbiara em 2018</i>	551
<i>Figura 15: Ocupação Corumbiara em 1996</i>	552
<i>Figura 16: Vila Corumbiara em março de 2002</i>	552
<i>Figura 17: “Ocupação ganha até projeto urbanístico”</i>	552
<i>Figura 18: Croqui do plano em 30/4/2012</i>	553
<i>Figura 19: Reunião em 30/4/2012</i>	553
<i>Figura 20: Reconhecimento da nascente em 30/4/2012</i>	553
<i>Figura 21: Croqui do plano em 3/5/2012, de MMAS</i>	554
<i>Figura 22: Croqui do plano em 3/5/2012, de MASBN</i>	554
<i>Figura 23: Croqui consolidado do plano entregue em 8/5/2012</i>	554
<i>Figura 24: “Caveirão” na Ocupação Eliana Silva em 11/5/2012</i>	555
<i>Figura 25: Tropa de choque na Ocupação Eliana Silva em 11/5/2012</i>	555
<i>Figura 26: Cerco da Polícia Militar de Minas Gerais em 11/5/2012</i>	555
<i>Figura 27: Cerco da Polícia Militar de Minas Gerais em 12/5/2012</i>	556
<i>Figura 28: Entrada da Polícia Militar de Minas Gerais na Ocupação Eliana Silva em 11/5/2012</i>	556

<i>Figura 29: Batalhão de Choque e moradores da Ocupação Eliana Silva em 11/5/2012</i>	<i>556</i>
<i>Figura 30: Batalhão de Choque e moradores da Ocupação Eliana Silva em 11/5/2012</i>	<i>557</i>
<i>Figura 31: Batalhão de Choque e moradores da Ocupação Eliana Silva em 11/5/2012</i>	<i>557</i>
<i>Figura 32: SLU removendo as barracas de lona em 11/5/2012</i>	<i>557</i>
<i>Figura 33: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo</i>	<i>558</i>
<i>Figura 34: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo</i>	<i>558</i>
<i>Figura 35: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo</i>	<i>558</i>
<i>Figura 36: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo</i>	<i>559</i>
<i>Figura 37: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo</i>	<i>559</i>
<i>Figura 38: Saída do terreno em 13/5/2012</i>	<i>559</i>
<i>Figura 39: Prisão do rapper Emicida na noite de 13/5/2012</i>	<i>560</i>
<i>Figura 40: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/3/2012</i>	<i>560</i>
<i>Figura 41: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/3/2012</i>	<i>560</i>
<i>Figura 42: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/3/2012</i>	<i>561</i>
<i>Figura 43: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/3/2012</i>	<i>561</i>
<i>Figura 44: Terreno em estudo para Ocupação Eliana Silva II</i>	<i>561</i>
<i>Figura 45: Adesivo da Eliana Silva</i>	<i>562</i>
<i>Figura 46: Ação da Polícia Militar no sábado, 25 de agosto</i>	<i>562</i>
<i>Figura 47: Acampamento provisório da Ocupação Eliana Silva II</i>	<i>562</i>
<i>Figura 48: Maquete de estudo do plano da Ocupação Eliana Silva em 27/8/2012</i>	<i>563</i>
<i>Figura 49: Reunião do plano da Ocupação Eliana Silva em 27/8/2012</i>	<i>563</i>
<i>Figura 50: Reunião de apresentação do plano da Ocupação Eliana Silva em 29/8/2012</i>	<i>563</i>
<i>Figura 51: Maquete do plano da Ocupação Eliana Silva apresentado em 29/8/2012</i>	<i>564</i>
<i>Figura 52: Demarcação do plano da Ocupação Eliana Silva em 11/9/2012</i>	<i>564</i>
<i>Figura 53: Demarcação do plano da Ocupação Eliana Silva em 11/9/2012</i>	<i>564</i>

<i>Figura 54: Desenho com ajustes do plano da Ocupação Eliana Silva durante a reunião sobre a demarcação em 11/9/2012</i>	<i>565</i>
<i>Figura 55: Creche em alvenaria no dia 11/9/2012</i>	<i>565</i>
<i>Figura 56: Reunião sobre plano de esgotamento sanitário no dia 15/9/2012</i>	<i>565</i>
<i>Figura 57: Plano de esgotamento sanitário em 15/9/2012</i>	<i>566</i>
<i>Figura 58: Atividades de extensão (Círculo de Bananeiras) 12/12/2012 ...</i>	<i>566</i>
<i>Figura 59: Atividades de extensão (TEVAP) 12/12/2012</i>	<i>566</i>
<i>Figura 60: Foto aérea da Ocupação Dandara em 5/6/2013</i>	<i>567</i>
<i>Figura 61: Foto aérea da Ocupação Dandara em 5/6/2013</i>	<i>567</i>
<i>Figura 62: Ocupação Eliana Silva</i>	<i>567</i>

2.4 Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá

<i>Figura 1: Localização da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá</i>	<i>568</i>
<i>Figura 2: Imagens de satélite do terreno e entorno da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	<i>569</i>
<i>Figura 3: Mapa da bacia do Ribeirão do Onça</i>	<i>570</i>
<i>Figura 4: Terreno final da Rua Ressaquinha em 23/11/2012</i>	<i>570</i>
<i>Figura 5: Terreno da Rua São Lourenço em 23/11/2012</i>	<i>571</i>
<i>Figura 6: Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Contagem/MG</i>	<i>571</i>
<i>Figura 7: Mapa indicando rede de água e esgoto na região dos terrenos estudados para realização da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá</i>	<i>571</i>
<i>Figura 8: Reunião de preparação em 5/2/2013</i>	<i>572</i>
<i>Figura 9: Reunião de preparação em 5/2/2013</i>	<i>572</i>
<i>Figura 10: Logomarca Guarani Kaiowá</i>	<i>572</i>
<i>Figura 11: Placa “Comunidade Manuel Guarani Kaiowá” em 16/3/2013 ...</i>	<i>573</i>
<i>Figura 12: Barricada dia da ocupação, 9/3/2013</i>	<i>573</i>
<i>Figura 13: Representante do proprietário do terreno ocupado</i>	<i>573</i>
<i>Figura 14: Acampamento provisório da Emanuel Guarani Kaiowá em 9/3/2013</i>	<i>573</i>
<i>Figura 15: Acampamento provisório da Emanuel Guarani Kaiowá em 9/3/2013</i>	<i>574</i>
<i>Figura 16: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá no DA-EAUFMG</i>	<i>574</i>
<i>Figura 17: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá no assentamento provisório</i>	<i>574</i>
<i>Figura 18: Maquete do estudo de plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	<i>575</i>
<i>Figura 19: Estudo do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	<i>575</i>
<i>Figura 20: Início da demarcação do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	<i>575</i>

<i>Figura 21: Revisão do projeto na demarcação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	576
<i>Figura 22: Revisão do projeto na demarcação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	576
<i>Figura 23: Croqui de revisão do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá</i>	576
<i>Figura 24: Manifestação na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte</i>	577
<i>Figura 25: Manifestação atravessa o complexo da Lagoinha, em direção à Avenida Antônio Carlos</i>	577
<i>Figura 26: Jovem produz cartaz na manifestação na Praça Sete, em Belo Horizonte</i>	577
<i>Figura 27: “Protesto bloqueia trânsito no Centro de Belo Horizonte nesta segunda-feira”</i>	578
<i>Figura 28: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 5/6/2013</i>	578
<i>Figura 29: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 5/6/2013</i>	578
<i>Figura 30: Banner de divulgação para chamada aberta para exposição da X Bienal de Arquitetura de São Paulo “Cidade: modos de fazer, modos de usar”</i> ...	579
<i>Figura 31: Projeto expográfico no Museu da Casa Brasileira</i>	579
<i>Figura 32: Legenda com o descritivo da antessala Emanuel Guarani Kaiowá</i>	579
<i>Figura 33: Produção da maquete da Emanuel Guarani Kaiowá para a X Bienal de Arquitetura de São Paulo em 24/9/2013</i>	580
<i>Figura 34: Produção da maquete da Emanuel Guarani Kaiowá para a X Bienal de Arquitetura de São Paulo em 24/9/2013</i>	580
<i>Figura 35: Maquete e linha do tempo na sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo</i>	580
<i>Figura 36: Sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo</i>	581
<i>Figura 37: Roda de debate com os moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo</i>	581
<i>Figura 38: Publicação no jornal Hoje em dia</i>	581
<i>Figura 39: Emanuel Guarani Kaiowá na Bienal</i>	582
<i>Figura 40: Outras ações na cidade: Circuito Fábio Alves</i>	582
<i>Figura 41: Banner de divulgação do Circuito Fábio Alves</i>	583
<i>Figura 42: Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em dezembro de 2015</i> ...	583
<i>Figura 43: Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em julho de 2021</i>	583
<i>Figura 44: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 8/1/2014</i>	584
<i>Figura 45: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 8/1/2014</i>	584

3 Segunda Fase

3.1 Ocupações da Izidora

3.1.1 Primeiro momento nas Ocupações da Izidora: uma ação se institucionalizando

<i>Figura 1: Banner da campanha de Bella Gonçalves</i>	585
<i>Figura 2: Banner da campanha de Edna da Izidora</i>	585
<i>Figura 3: Linha Verde</i>	586
<i>Figura 4: Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG)</i>	586
<i>Figura 5: Mata do Isidoro em junho de 2009</i>	586
<i>Figura 6: Ocupação da entrada do gabinete do prefeito</i>	587
<i>Figura 7: Prefeitura de BH e ocupações urbanas fazem acordo em reunião</i>	587
<i>Figura 8: Mãe que participa da ocupação da Prefeitura de BH amamenta por grade</i>	587
<i>Figura 9: Lacerda apresenta projeto para a construção de quatorze mil casas populares na região do Isidoro</i>	588
<i>Figura 10: Início da Ocupação Esperança em agosto de 2013</i>	588
<i>Figura 11: Início da Ocupação Esperança em fevereiro de 2014</i>	588
<i>Figura 12: Plano de diretrizes da Ocupação Rosa Leão</i>	589
<i>Figura 13: Plano de diretrizes da Ocupação Rosa Leão</i>	589
<i>Figura 14: Rosa Leão</i>	589
<i>Figura 15: Trecho do mapa do Município de Belo Horizonte em 1923</i>	590
<i>Figura 16: Trecho do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte em 1953</i>	590
<i>Figura 17: Izidora é Kambiwá</i>	591
<i>Figura 18: Início da Ocupação Vitória em fevereiro de 2014</i>	591
<i>Figura 19: Ocupação Vitória em setembro de 2015</i>	591
<i>Figura 20: Foto aérea da Ocupação Vitória em 24/6/2015</i>	592
<i>Figura 21: Foto aérea de parte do setor 5 da Ocupação Vitória em 24/6/2015</i>	592
<i>Figura 22: Foto aérea de parte do setor 7 da Ocupação Vitória em 24/6/2015</i>	593
<i>Figura 23: Foto aérea do setor 5 da Ocupação Vitória em 24/6/2015</i>	593
<i>Figura 24: Foto aérea da curva do “S” na Ocupação Vitória em 24/6/2015</i>	593
<i>Figura 25: Plano de readensamento compartilhado da Izidora</i>	594
<i>Figura 26: Panfleto do Plano de readensamento compartilhado da Izidora – Folha 1</i>	594
<i>Figura 27: Panfleto do Plano de readensamento compartilhado da Izidora – Folha 2</i>	595
<i>Figura 28: Minas tem novo governador; toma posse na ALMG Alberto Pinto Coelho</i>	595

<i>Figura 29: Mural umlem-santiago en el 57 aniversario de la población La Victoria</i>	596
<i>Figura 30: Pimentel abre 19% à frente do segundo colocado</i>	596

3.1.2 Segundo momento nas Ocupações da Izidora: abusos de uma ação institucionalizada

<i>Figura 1: Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade</i>	597
<i>Figura 2: Raquel Rolnik no Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade</i>	598
<i>Figura 3: Grupos de trabalho no Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade</i>	598
<i>Figura 4: Reunião entre representantes do governo e movimentos sociais definiu formalização da Mesa de Negociação</i>	598
<i>Figura 5: Marcha das Ocupações da Izidora</i>	599
<i>Figura 6: Vista panorâmica do empreendimento Granja Werneck</i>	599
<i>Figura 7: Modelo de implantação do empreendimento Granja Werneck</i>	599
<i>Figura 8: Fotos do apartamento-modelo do empreendimento Granja Werneck</i>	600
<i>Figura 9: Planta humanizada do bloco simples</i>	600
<i>Figura 10: Deslocamento da Ocupação Vitória para a Ocupação Esperança</i>	600
<i>Figura 11: Lote disponibilizado para Minha Casa, Minha Vida – Entidades</i>	601
<i>Figura 12: Panfleto COHAB Minas</i>	601
<i>Figura 13: Charge em alusão aos helicópteros que sobrevoavam as Ocupações da Izidora em 2015</i>	601
<i>Figura 14: Ocupa Direcional</i>	602
<i>Figura 15: Rede de apoio da Izidora em vigília contra o despejo</i>	602
<i>Figura 16: #Resiste Izidora</i>	602
<i>Figura 17: PM e moradores de ocupações entram em confronto na MG-010</i>	603
<i>Figura 18: Integrantes de ocupações bloqueiam MG-010 e queimam ônibus em protesto</i>	603
<i>Figura 19: Contribua na campanha para soltura dxs presos políticos em apoio ao #ResisteIzidora!</i>	603
<i>Figura 20: Empresas e capital que cercam a Izidora</i>	604
<i>Figura 21: Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015</i>	604
<i>Figura 22: Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015</i>	604
<i>Figura 23: Extratos da apresentação “Diretrizes iniciais para uma adequação ao Projeto apresentado pela Direcional”</i>	605
<i>Figura 24: Audiência Pública na DPMG no dia 22 de junho de 2015</i>	606
<i>Figura 25: Governo retoma diálogo com ocupações do Isidoro</i>	606

<i>Figura 26: Croqui sobre foto das etapas de implantação do empreendimento COHAB Minas/Direcional</i>	606
<i>Figura 27: Etapas de implantação do empreendimento COHAB Minas/Direcional</i>	607
<i>Figura 28: A portas fechadas, Fernando Pimentel e presidente da Cohab decidem futuro das ocupações do Isidoro</i>	607
<i>Figura 29: Estudo de folheto para apresentação da negociação para os moradores das Ocupações da Izidora</i>	607
<i>Figura 30: Assembleia na Ocupação Vitória em 17 de outubro de 2015</i>	608
<i>Figura 31: Assembleia na Ocupação Esperança em 11 de novembro de 2015</i>	608
<i>Figura 32: Não é fácil ser livre</i>	608
<i>Figura 33: Cruz do mártir Manoel Bahia na entrada da Ocupação Vitória</i>	609
<i>Figura 34: Campanha de financiamento do velório e enterro de Manoel Bahia</i>	609
<i>Figura 35: Campanha para ônibus de linha e carona solidária</i>	609
<i>Figura 36: Morte de Bahia chocou moradores da Ocupação Vitória, que se mobilizam junto a movimentos populares e pedem a prisão dos responsáveis</i>	609
<i>Figura 37: Mapa comparando área das Ocupações da Izidora e do empreendimento COHAB Minas e Direcional Engenharia</i>	610
<i>Figura 38: Vista da maquete da bacia do Córrego dos Macacos</i>	610
<i>Figura 39: Estudo indicando as linhas de drenagem na Ocupação Vitória</i>	610
<i>Figura 40: Análise da implantação das casas na Ocupação Esperança</i>	611
<i>Figura 41: Terreno objeto da disciplina “Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora”</i>	611
<i>Figura 42: Reunião dos alunos da disciplina “Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora” com as lideranças da Ocupação Vitória em 10 de novembro de 2015</i>	611
<i>Figura 43: Estudo de intervenções com contêineres</i>	612
<i>Figura 44: Estudo de intervenções a partir das estruturas coletivas</i>	612
<i>Figura 45: Ativista social é morto a tiros na entrada de ocupação no Isidoro</i>	612

4 Terceira Fase

4.1 Desastre em Mariana

4.1.1 Primeiro momento em Mariana: uma ação institucionalizada

<i>Figura 1: Mapa do percurso da lama</i>	613
<i>Figura 2: Charge do Duke sobre tragédia em MG; maior precisão não há</i>	613
<i>Figura 3: Charge de Ricardo Welbert</i>	614

<i>Figura 4: Charge de Alexandre Oliveira</i>	614
<i>Figura 5: Vida não se negocia: Reparação justa sim, mesa de negociação não!</i>	614
<i>Figura 6: Tragédia em Minas Gerais, Pimentel dá coletiva de imprensa na sede da Samarco</i>	615
<i>Figura 7: Bento Rodrigues</i>	615
<i>Figura 8: Paracatu de Baixo</i>	615
<i>Figura 9: Sob pressão, Samarco negocia pagar vinte bilhões por desastre de Mariana</i>	616
<i>Figura 10: Processo de luta dos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana concorre ao Prêmio Inovare 2019</i>	616
<i>Figura 11: Jornal Ponto Final, edição 1032</i>	617
<i>Figura 12: Samarco oferece dinheiro para que prefeitos abram mão de indenização bilionária por Mariana</i>	617
<i>Figura 13: Carta de coordenadora de Clima e Justiça do Greenpeace ao MAB exalta trinta anos de luta e resistência do Movimento</i>	618
<i>Figura 14: Assembleia com atingidos conduzida pela Samarco</i>	618
<i>Figura 15: Projeção informando na reunião os únicos visitantes que poderiam participar da reunião em 26 de janeiro de 2016 na Casa do Lago</i>	618
<i>Figura 16: Reunião em 26 de janeiro de 2016 na Casa do Lago</i>	619
<i>Figura 17: Atingidos percorrem os escombros de Bento Rodrigues</i>	619
<i>Figura 18: Ficar em silêncio</i>	619
<i>Figura 19: Manifestação dos atingidos</i>	619
<i>Figura 20: Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido</i>	620
<i>Figura 21: Moradores de Paracatu de Baixo (MG) elegem terreno para reconstrução do distrito impactado</i>	620
<i>Figura 22: Logomarca da Ford Foundation</i>	620
<i>Figura 23: Logomarca da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais</i>	621

4.1.2 Segundo momento em Mariana: uma ação institucionalizada direta

<i>Figura 1: Logomarca da Brazil Foundation</i>	621
<i>Figura 2: Bento Rodrigues Saudades</i>	621
<i>Figura 3: Parabéns, Samarco, deu ao povo de Paracatu conta no banco</i> .	622
<i>Figura 4: Mariana/Bento Rodrigues</i>	622
<i>Figura 5: Terreno da Lavoura em Bento Rodrigues</i>	622
<i>Figura 6: Casa depredada e saqueada em Bento Rodrigues na visita de 18/6/2016</i>	622
<i>Figura 7: Mapa do percurso em Bento Rodrigues na visita do dia 18/6/2016</i>	623
<i>Figura 8: Dique S3 na visita de 18/6/2016</i>	623

<i>Figura 9: Água com resíduos da atividade minerária na visita de 18/6/2016</i>	623
<i>Figura 10: Vista panorâmica de Bento Rodrigues após o dique S3, na visita de 18/6/2015</i>	624
<i>Figura 11: Rua Nova na visita de 18/6/2016</i>	624
<i>Figura 12: Urso de brinquedo em meio a lama seca na visita de 18/6/2016</i>	625
<i>Figura 13: Percurso em Bento Rodrigues na visita do dia 18/6/2016 sobre a imagem do distrito em 2014 antes do desastre</i>	625
<i>Figura 14: Ruínas de uma casa na região da esquina das ruas Cônego Veloso e Dona Olinda, na visita de 18/6/2016</i>	625
<i>Figura 15: Casa de dois pavimentos na esquina da Rua Olinda e Rua Carlos Pinto</i>	626
<i>Figura 16: Ruínas da Escola Municipal de Bento Rodrigues com mensagens para a Samarco</i>	626
<i>Figura 17: Ruínas na região da esquina das ruas Olinda e São Bento</i>	626
<i>Figura 18: Capela Nossa Senhora das Mercês de Bento Rodrigues e cemitério na visita de 18/6/2016</i>	627
<i>Figura 19: Casario na Rua Ouro Fino na visita de 18/6/2016</i>	627
<i>Figura 20: Pilão na casa do guia na visita de 18/6/2016</i>	628
<i>Figura 21: Casas encobertas pela lama vistas a partir da Rua Ouro Fino na visita de 18/6/2016</i>	628
<i>Figura 22: Escombros na Rua Dona Olinda na visita de 18/6/2016</i>	628
<i>Figura 23: Escombros da Escola Municipal de Bento Rodrigues na visita de 18/6/2016</i>	629
<i>Figura 24: Escombros na Rua Nova na visita de 18/6/2016</i>	629
<i>Figura 25: Panorâmica de Bento Rodrigues na visita de 18/6/2016</i>	630
<i>Figura 26: Base do mapa colaborativo de Bento Rodrigues</i>	630
<i>Figura 27: Mapa colaborativo de Bento Rodrigues aplicado em 12/7/2016</i>	630
<i>Figura 28: Reunião acerca do mapa colaborativo de Bento Rodrigues aplicado em 20/7/2016</i>	631
<i>Figura 29: Mapa colaborativo de Bento Rodrigues aplicado em 20/7/2016</i>	631
<i>Figura 30: Mapa-síntese de Bento Rodrigues elaborado a partir dos croquis produzidos entre junho e julho de 2016</i>	631
<i>Figura 31: Dique S4 – Sistema de contenção de rejeitos</i>	632
<i>Figura 32: Mariana/Paracatu de Baixo</i>	632
<i>Figura 33: Pontes e estradas na região de Paracatu de Baixo após o desastre</i>	632
<i>Figura 34: Barragem de Fundão (Samarco)/Paracatu de Baixo</i>	633
<i>Figura 35: Estrada de acesso a Paracatu de Baixo e Rio Gualaxo do Norte na visita do dia 7/7/2016</i>	633

<i>Figura 36: Marca da lama no tronco das árvores às margens do Rio Gualaxo do Norte na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>633</i>
<i>Figura 37: Percurso em Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>634</i>
<i>Figura 38: Taludes de lama na borda da estrada de acesso na entrada de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>634</i>
<i>Figura 39: Percurso em Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016 sobre a imagem do distrito em 2014, antes do desastre.</i>	<i>634</i>
<i>Figura 40: Capela de Santo Antônio na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>635</i>
<i>Figura 41: Quadra encoberta pela lama na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>635</i>
<i>Figura 42: Sala do primeiro pavimento da Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>635</i>
<i>Figura 43: Sala do segundo pavimento da Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>635</i>
<i>Figura 44: Escombros das casas de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016</i>	<i>636</i>
<i>Figura 45: Percurso Mina Germano (Samarco)/Paracatu de Baixo</i>	<i>636</i>
<i>Figura 46: Vista panorâmica do núcleo urbano de Paracatu de Baixo em maio de 2013, antes do desastre</i>	<i>636</i>
<i>Figura 47: Vista panorâmica do núcleo urbano de Paracatu de Baixo em abril de 2016, antes do desastre</i>	<i>637</i>
<i>Figura 48: Vista panorâmica do Rio Gualaxo do Norte nas proximidades de Paracatu de Baixo</i>	<i>637</i>
<i>Figura 49: Atingidos de Paracatu de Baixo observando a destruição do distrito</i>	<i>637</i>
<i>Figura 50: Localização dos terrenos propostos pela Samarco para reassentamento de Paracatu de Baixo em julho de 2016</i>	<i>638</i>
<i>Figura 51: Montagem com manchetes na imprensa sobre o desastre da barragem de Fundão (Samarco)</i>	<i>638</i>
<i>Figura 52: Reunião de estudantes com atingidos de Paracatu de Baixo na visita do dia 25/8/2016</i>	<i>638</i>
<i>Figura 53: Base do mapa colaborativo de Paracatu de Baixo</i>	<i>639</i>
<i>Figura 54: Aplicação do mapa colaborativo Paracatu em 7/09/2016</i>	<i>639</i>
<i>Figura 55: Mapa colaborativo de Paracatu de Baixo aplicado em 7/9/2016</i>	<i>639</i>
<i>Figura 56: Mapa-síntese de Paracatu de Baixo elaborado a partir dos croquis produzidos em 7/9/2016</i>	<i>640</i>
<i>Figura 57: Maquete de Bento Rodrigues na escala de 1/1000 desenvolvida em 2016</i>	<i>640</i>
<i>Figura 58: Maquete de Paracatu de Baixo na escala de 1/1000 desenvolvida em 2016</i>	<i>640</i>

4.1.3 Terceiro momento em Mariana: uma ação empastelando

<i>Figura 1: Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues ...</i>	<i>641</i>
<i>Figura 2: Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues ...</i>	<i>641</i>
<i>Figura 3: Maquete do terreno do Novo Bento Rodrigues na escala de 1/1000</i>	<i>641</i>
<i>Figura 4: Maquete do Antigo Bento Rodrigues na escala de 1/1000</i>	<i>642</i>
<i>Figura 5: Preparação para oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues .</i>	<i>642</i>
<i>Figura 6: Reunião de preparação para oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues</i>	<i>642</i>
<i>Figura 7: Setorização para participação das oficinas</i>	<i>643</i>
<i>Figura 8: Primeira etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues</i>	<i>643</i>
<i>Figura 9: Terceira etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues</i>	<i>643</i>
<i>Figura 10: Quarta etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues</i>	<i>644</i>
<i>Figura 11: Interação dos atingidos com a maquete do Antigo Bento Rodrigues</i>	<i>644</i>
<i>Figura 12: Segunda etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues</i>	<i>644</i>
<i>Figura 13: Visita guiada de atingidos no terreno do Novo Paracatu de Baixo</i>	<i>645</i>
<i>Figura 14: Placas indicando a localização dos equipamentos coletivos no terreno onde seria construído o Novo Paracatu de Baixo, em visita realizada no dia 11/6/2018</i>	<i>645</i>
<i>Figura 15: Página Tour Virtual Bento Rodrigues</i>	<i>645</i>
<i>Figura 16: Governador de Minas, presidente do TJMG e prefeito de Mariana, além de técnicos e comunidade conferem maquete do novo Bento Rodrigues .</i>	<i>646</i>
<i>Figura 17: Levantamento e cadastro dos impactados</i>	<i>646</i>
<i>Figura 18: Cartilha “Por que você precisa de Assessoria Técnica?”</i>	<i>646</i>
<i>Figura 19: Croqui esquemático da oficina “A memória como instrumento”</i>	<i>647</i>
<i>Figura 20: Croqui esquemático da maquete finalizada da oficina “A memória como instrumento”</i>	<i>647</i>
<i>Figura 21: Planta da distribuição do núcleo de vizinhança em Paracatu de Baixo</i>	<i>647</i>
<i>Figura 22: Planta da redistribuição do núcleo de vizinhança na sede municipal</i>	<i>648</i>
<i>Figura 23: Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 25/8/2016</i>	<i>648</i>
<i>Figura 24: Inaugurada a nova Escola Municipal de Paracatu de Baixo</i>	<i>648</i>
<i>Figura 25: A construção do espaço foi feita dentro dos padrões do MEC e contou com a aprovação da comunidade local</i>	<i>649</i>

Figura 26: Sala do segundo pavimento da Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016 destruída pela lama da Samarco 649

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas ao longo dos anos</i>	<i>479</i>
<i>Quadro 2: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas conforme a divisão em fases estabelecida nesta tese</i>	<i>479</i>
<i>Quadro 3: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas, relacionando-as à configuração do governo federal ao longo dos anos</i>	<i>480</i>
<i>Quadro 4: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas, relacionando-as à configuração do governo estadual do Estado de Minas Gerais ao longo dos anos</i>	<i>480</i>
<i>Quadro 5: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas, relacionando-as à configuração da gestão municipal do Município de Belo Horizonte ao longo dos anos</i>	<i>481</i>

LISTA DE ABREVIATURAS

ADE – Área de Diretrizes Especiais

AEIS – Área de Especial Interesse Social

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros

ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

APP – Área de Preservação Permanente

ASF – Arquitetas Sem Fronteira

BHTrans – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAMG – Cidade Administrativa de Minas Gerais

CAO-DH – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos

CEAT – Centro de Apoio Técnico do MPMG

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CIMOS – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte

COHAB MINAS – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central de Estudantes

DPMG – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

EA-UFMG – Escola de Arquitetura da UFMG

EI – Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas

EIRD – Estratégia Internacional para a Redução de Desastres

ELN – Exército de Libertação Nacional

GATE - Grupo de Ações Táticas Especiais

GEPAR - Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco

GESTA — Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG
GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da UFOP
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LOP – Liga Operária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
MEC – Ministério da Educação
MLB – Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas
MLPM – Movimento de Luta por Moradia
MOM – Grupo de Pesquisas Morar de Outras Maneiras da UFMG
MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUDEC – Núcleo de Defesa Civil
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OFIAUP – Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
ONG – Organização Não Governamental
OPH – Orçamento Participativo da Habitação
OSB – Oriented Strand Board (tiras de madeira orientadas)
PAACA – Promotora de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PRODES – Grupo de Jovens Pro-Desenvolvimento
PRU – Plano de Regularização Urbanística
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REURB-S – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
ROTAM – Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
SAJ – Serviço de Assistência Judiciária
SINARQ - Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas
SLU – Serviço de Limpeza Urbana
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência
TEVAP – Tanque de Evapotranspiração
TFG – Trabalho Final de Graduação
TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UP – Partido Unidade Popular
URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
Viurbs – Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte
ZAD – Zona Adensável
ZE – Zona de Grandes Equipamentos
ZEIS – Zona de Especial Interesse Social
ZPAM – Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	35
1.1 Introdução.....	35
1.1.1 <i>Como contar essa história</i>	<i>47</i>
1.1.2 <i>As diferentes fases das ocupações urbanas de Belo Horizonte</i>	<i>53</i>
1.1.3 <i>Agentes políticos fora do Estado e as ilusões do neoliberalismo.....</i>	<i>59</i>
1.2 Métodos.....	71
1.2.1 <i>Assessoria técnica como pesquisa-ação</i>	<i>71</i>
1.2.2 <i>Assessoria técnica e a extensão universitária.....</i>	<i>76</i>
1.2.3 <i>Assessoria técnica e o ensino em disciplinas extensionistas.....</i>	<i>80</i>
1.2.4 <i>Entrevistas como registro e testemunhos compartilhados</i>	<i>85</i>
1.2.5 <i>Crônicas narrativas como registro técnico e de uma pesquisa sócio-espacial</i>	<i>94</i>
1.3 Minha trajetória e a assessoria na luta por moradia	95
2 PRIMEIRA FASE	109
2.1 Ocupação Camilo Torres	109
2.1.1 <i>Indícios de uma democracia com pés de barro.....</i>	<i>109</i>
2.1.2 <i>A retomada da ação direta.....</i>	<i>111</i>
2.1.3 <i>Organizar o lumpemproletariado.....</i>	<i>113</i>
2.1.4 <i>O início da Ocupação Camilo Torres</i>	<i>115</i>
2.1.5 <i>O primeiro contato com uma ocupação</i>	<i>117</i>
2.1.6 <i>Ocupação Camilo Torres e Vila Santa Rita.....</i>	<i>122</i>
2.1.7 <i>Os limites da conquista da moradia pela via institucional</i>	<i>124</i>
2.2 Ocupação Dandara.....	127
2.2.1 Primeiro momento na Ocupação Dandara (Ação Direta – Contra o Estado)	127
2.2.1.1 <i>Uma barriada belo-horizontina</i>	<i>127</i>
2.2.1.2 <i>A mulher na Ocupação Dandara.....</i>	<i>129</i>
2.2.1.3 <i>A encenação</i>	<i>130</i>

2.2.1.4 Exercícios colaborativos	132
2.2.1.5 Tentativas de demarcação e manifestações de uma má-fé estrutural	141
2.2.1.6 Resistir para garantir: ocupando todo o terreno	144
2.2.1.7 Coletivo x Individual	145
2.2.1.8 Dificuldades da assessoria no cotidiano	149
2.2.1.9 Missionário	151
2.2.2 Segundo momento na Ocupação Dandara (Consolidação e sossego)	152
2.2.2.1 Mediando...?	152
2.2.2.2 Plano diretor das áreas coletivas	154
2.2.2.3 Centro Comunitário Professor Fábio Alves	155
2.2.2.4 Ter endereço.....	157
2.2.2.5 Um centro ecumênico católico	159
2.2.2.6 Consolidando intocáveis	163
2.2.3 Terceiro momento na Ocupação Dandara (Pressão pelo despejo, negociações e supostas rupturas)	168
2.2.3.1 O fim da falsa paz	168
2.2.3.2 Tentativa de acordo	168
2.2.3.3 Rupturas traumáticas	175
2.2.3.4 Disputando a opinião pública	177
2.2.4 Quarto momento na Ocupação Dandara (A entrada do Estado e as dificuldades com um cotidiano que continua distante da pauta)	181
2.2.4.1 Ocupando a prefeitura	181
2.2.4.2 Reurb-s Dandara: incorporar para manter as coisas como são.....	184
2.2.4.3 A APP: Planejamento Institucionalizado versus Cotidiano	186
2.2.4.4 Aproximações delicadas	187
2.2.4.5 Afinidades convergentes.....	189
2.3 Ocupação Eliana Silva	192
2.3.1 Primeiro contato.....	192
2.3.2 Eliana Silva e a Ocupação Corumbiara	197
2.3.3 Redescoberta de saberes e os estudos de um plano urbano	201
2.3.4 Um despejo no meio do caminho	204
2.3.5 Levantar e se recompor	210
2.3.6 Ocupar de novo	212
2.3.7 Demarcando uma nova ocupação	216

2.3.8 Extensão e Pesquisa como assessoria	218
2.4 Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá	221
2.4.1 Resistência permanente	221
2.4.2 Terreno escolhido	225
2.4.3 Os preparativos da festa	226
2.4.4 A festa	231
2.4.5 O plano urbano e sua demarcação	235
2.4.6 Junho de 2013	239
2.4.7 Bienal de Arquitetura	243
2.4.8 Questões mal resolvidas	247
3 SEGUNDA FASE	253
3.1 Ocupações da Izidora	253
3.1.1 Primeiro momento nas Ocupações da Izidora: uma ação se institucionalizando	253
3.1.1.1 Uma assessoria se institucionalizando	253
3.1.1.2 A dinâmica imobiliária da região norte de Belo Horizonte	257
3.1.1.3 O início de uma relação conturbada entre a PBH e as Ocupações da Izidora	261
3.1.1.4 Ocupação Rosa Leão e os primeiros contatos	265
3.1.1.5 Herdeiros da Izidora	268
3.1.1.6 As redes internas de produção do espaço nas Ocupações da Izidora	275
3.1.1.7 Um plano de mediação e as primeiras rodadas de negociação	283
3.1.1.8 Estratégias apartadas: disputas institucionais e produção cotidiana do espaço	287
3.1.2 Segundo momento nas Ocupações da Izidora: abusos de uma ação institucionalizada	293
3.1.2.1 Indícios de uma relação abusiva	293
3.1.2.2 De fato, uma relação abusiva	300
3.1.2.3 Conflito aberto	305
3.1.2.4 Conflito amortecido	318
3.1.2.5 A morte de Manuel Bahia	323
3.1.2.6 Ensaios de uma assessoria técnica a partir de disciplinas extensionistas	329
3.1.2.7 A morte de Kadu e o afastamento da Ocupação Vitória	331

4 TERCEIRA FASE	341
4.1 Desastre em Mariana	341
4.1.1 Primeiro momento em Mariana: uma ação institucionalizada	341
4.1.1.1 <i>Mais que a lama, só lama, muita lama</i>	341
4.1.1.2 <i>Namoro difícil</i>	350
4.1.2 Segundo momento em Mariana: uma ação institucionalizada direta	363
4.1.2.1 <i>Ensaio de uma assessoria técnica.....</i>	363
4.1.2.2 <i>Bento Rodrigues</i>	368
4.1.2.3 <i>Garimpando atingidos por Mariana.....</i>	375
4.1.2.4 <i>Atingidos de Paracatu de Baixo</i>	385
4.1.2.5 <i>Disciplina extensionista em Paracatu de Baixo</i>	391
4.1.3 Terceiro momento em Mariana: uma ação empastelando.....	404
4.1.3.1 <i>Parcerias desencontradas</i>	404
4.1.3.2 <i>Oficina de revisão do masterplan de Bento Rodrigues</i>	412
4.1.3.3 <i>Estratégias para levantamentos sócio-espaciais da moradia dos atingidos</i>	420
4.1.3.4 <i>A tentativa de atuar com os adolescentes atingidos de Paracatu de Baixo</i>	426
4.1.3.5 <i>Saída melancólica</i>	431
5 Considerações Finais	437
Referências	459
Entrevistas	477
Anexos	479

1 INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

Encostou nós no muro. Eu não fui. Ele perguntou:
— Quem que é o responsável por esse negócio aqui?
— Sou eu.
— O senhor é responsável?
— Sim.
— Com orde de quem o senhor tá pono essa luz aí?
— Com orde minha mesmo.

“Com orde minha mesmo”, é com essa resposta que um morador ‘enquadra’ um policial que impedia um grupo de moradores da Ocupação Vitória, lá pelos idos de 2013, de realizar a ligação do ‘gato’ de luz para um setor da ocupação. O atrevimento e a postura assertiva do morador com o policial é o testemunho de parte das questões de um grupo sócio-espacial¹ que se organizava para a conquista da moradia. Esse é um evento cotidiano nas periferias das cidades brasileiras na luta por moradia das populações que vivem sem acesso à energia elétrica. Utilizar como título da tese a frase do morador diz da intenção deste trabalho em destacar os processos internos de produção cotidiana do espaço.

Esta tese procura demonstrar como é importante o cotidiano na produção espacial, nas lutas pela moradia ele quase sempre fica invisibilizado pelas disputas que ocorrem nas arenas institucionalizadas, instâncias que pouco discutem a produção do espaço e acabam por se restringir aos seus aspectos abstratos.

As ocupações urbanas de Belo Horizonte são eventos políticos que ocorrem desde o início da cidade. No seu projeto, não foram considerados espaços para as moradias das camadas populares. No decorrer de sua história, houve várias reivindicações de lugares para que essa parte da população pudesse morar. Já na

¹ O conceito grupo sócio-espacial parte da reflexão realizada em pesquisas do Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) vinculado a Escola de Arquitetura da UFMG. No artigo “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica” de autoria da professora Silke Kapp, ela sistematiza várias reflexões que são desenvolvidas nas atividades de pesquisa, extensão e ensino do grupo. Esta tese utiliza o conceito almejando contribuir na sua formulação. Essa intenção se ateve a interpretar os grupos pesquisados a partir das formulações da professora Silke Kapp no referido artigo, sendo assim, em vários momentos do texto estarei a parafraseando, num processo de amadurecimento pessoal na formulação teórica sobre as práticas da assessoria técnica que estive diretamente envolvido.

sua inauguração, quando o governador Crispim Jacques Bias Fortes chegou para instalar a capital, logo atrás da Estação Ferroviária, cronistas do evento dizem que um grupo de pessoas comemorava. Eram os moradores do atual bairro Floresta, considerado como uma das primeiras favelas da cidade. Será que era uma comemoração ou uma reivindicação por moradia? A especulação quanto ao que faziam os moradores do bairro Floresta no evento de inauguração da nova capital fica sem resposta, por ausência de registros. Contudo, com o passar dos anos, a situação pouco se alterou. Surgiram vários outros assentamentos para atender a demanda por moradia dessas populações, já que as políticas públicas para o setor sempre foram deficientes ou em muitos momentos inexistentes.

No final dos anos 2000, começaram a se organizar várias ocupações com o mesmo objetivo outrora buscado pelos moradores do bairro Floresta em 1897: acesso à moradia. Durante esse primeiro século de Belo Horizonte, a demanda por moradia foi manifestada de diferentes formas, sempre se articulando com o contexto histórico mais amplo que a cidade atravessava. Essas ocupações urbanas mais recentes se relacionam com o processo de redemocratização do Brasil, processo que se estende desde meados dos anos 1980. Desde o fim da ditadura militar (1964–1985), as instituições brasileiras se organizam como um Estado democrático, e o acesso à moradia é um dos aspectos nessa construção institucional. As ocupações urbanas de Belo Horizonte evidenciam as contradições desse processo. Ao mesmo tempo que o acesso universal à moradia é considerado legítimo numa perspectiva democrática, o seu atendimento se apresenta como um problema para a reprodução do capital no país, levando à manutenção da negligência histórica quanto às políticas habitacionais. A moradia como elemento essencial da reprodução de força de trabalho é considerada um problema de particulares. Aqueles que conseguem acessar as instituições para adquirir a mercadoria moradia o fazem. Uma parte expressiva da cidade não consegue participar dessas instituições e acessam a moradia por outras vias, como ocorre com as ocupações urbanas. Desde o final dos anos 2000, são recorrentes as ocupações urbanas organizadas, mobilizando setores populares da cidade na luta pela moradia.

Nesse processo vão se formando grupos sócio-espaciais, grupos de pessoas que se organizam na produção de um espaço. Isso, contudo, não significa que tais grupos necessariamente devam ser organizados, como é o caso das ocupações urbanas, em que as pessoas estão mobilizadas na luta pela moradia. Um grupo sócio-

espacial é condicionado pelo espaço e estabelece uma interação com este, produzindo-o; ou seja, o espaço é aspecto integrante do grupo, ao mesmo tempo que o grupo é aspecto integrante desse espaço.

O exercício proposto nesta tese é compreender as pessoas envolvidas — com as ocupações urbanas e com os processos de restituição dos direitos dos atingidos pelo desastre da Samarco em Mariana em 2015 — como grupos sócio-espaciais. Essa escolha pode levar ao equívoco de considerar que todos os grupos sócio-espaciais são dotados de consciência no processo de produção do seu espaço, o que não é uma implicação necessária do conceito mobilizado. Um grupo sócio-espacial se forma sempre no processo de produção do espaço e não pela vontade consciente de seus membros.

Esse conceito, portanto, diz respeito à produção do espaço, uma produção que não é mera contingência, como pode ser o caso quando se mobiliza o conceito de grupo social. A produção do espaço, assim, é um aspecto central na sua concepção. Conforme aponta Silke Kapp:

Genericamente, qualquer conjunto de indivíduos pode ser denominado grupo social, inclusive frações de classes ou estratos estatísticos. No sentido mais preciso da microssociologia e dos social group studies desenvolvidos a partir dos anos 1940, grupo social designa formações de pelo menos três pessoas que têm um propósito comum, interagem de modo relativamente contínuo durante um período relativamente longo e desenvolvem um senso de pertencimento e identidade, bem como um sistema interno de normas e certa divisão de tarefas e papéis [...]. O espaço não é constitutivo da concepção de grupos sociais inicialmente adotada na sociologia. O fato de pessoas estarem num mesmo lugar não configura, por si, um grupo social e, inversamente, tal grupo não depende sempre de um espaço físico (tanto menos quanto maiores as possibilidades de interação remota). Por outro lado, é evidente que grupos reais costumam coincidir com determinados espaços. Interessa, então, compreender como tais espaços entram nas pesquisas e discussões.²

O espaço é muitas vezes tratado como um cenário onde se desenrola a vida social. A interação e sua produção são pouco consideradas. Com as discussões de tempo de longa duração de Fernand Braudel, o espaço é colocado como um aspecto importante na análise social. Contudo, Braudel trabalha com uma escala muito ampliada, em que o espaço geográfico³ é o suporte para as manifestações de sociedades passadas, não permitindo a leitura de sua produção cotidiana. Essa condição fica evidenciada na escala da arquitetura, especialmente nas experiências

² KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, pp. 227–228.

³ BRAUDEL, O espaço e a história no Mediterrâneo, 1985.

de assessoria técnica, ocasiões em que arquitetos e urbanistas atuam junto de grupos humanos na sua produção. Aí, o espaço não é um aspecto descontextualizado do grupo que opera sobre ele. Ele é parte e dá sentido para o grupo, por isso, é sócio-espacial.

A história dessas produções coletivas do espaço importa mais que os problemas que elas podem apresentar. É preciso investigar as situações que levaram as pessoas do lugar a estabelecerem uma via como um beco ou uma rua, o que as levou a preservar um campo de futebol, ou o que se passou quando se construíram sistemas de esgotamento sanitário ou quando foram instituídos espaços coletivos, como uma praça que começou numa intervenção como parte de atividades de extensão universitária e, ao ser destruída por um temporal, foi reconstruída pelos moradores, mantendo a linguagem formal proposta, mas com materiais que os moradores acreditavam ser mais duráveis e com uma melhor capacidade para suportar as intempéries.

Um grupo sócio-espacial precisa ser compreendido a partir de suas experiências, e não por pressupostos externos. O grupo sócio-espacial faz sentido para quem experimenta junto a produção de determinado espaço, a compreensão de tal espaço por um agente externo será quase sempre limitada. O grupo sócio-espacial é protagonista nos processos em que se encontra envolvido, um protagonismo que ocorre a partir da cumplicidade dos seus componentes, constituída durante a produção sócio-espacial.

O conceito de protagonista associado à produção social do espaço foi trabalhado por Porto-Gonçalves em estudos sobre os seringueiros e a formação das reservas extrativistas na região amazônica no final dos anos 1980, numa abordagem que se aproxima da concepção de grupo sócio-espacial e de sua aplicação para a compreensão das ocupações urbanas de Belo Horizonte e do que se passa com os atingidos de Mariana. Esses dois grupos se formam a partir da produção social do espaço e têm nesse processo a constituição de sua identidade e das estratégias para se contraporem aos agentes estatais externos que desconhecem suas questões internas. As dificuldades dos agentes estatais na escolha de quais procedimentos adotar na relação com esses grupos ficam mais evidentes no caso dos seringueiros, mas também estão presentes nas relações estabelecidas com os casos estudados nesta tese, quando se manifestam as frustrações e dificuldades de diálogo com os moradores e atingidos.

No contexto de formação das reservas extrativistas, destacou-se um protagonista⁴ que, mais que dizer, sabe fazer. Esse fazer, por sua vez, é também portador de um saber, que, a seu turno, é importante para garantir esse protagonismo numa conquista institucional pelo reconhecimento daquela população como extrativista. Comparativamente, a condição em que os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte e os atingidos pela Samarco se encontram os deixa mais vulneráveis no que tange a garantir um suposto protagonismo, ou seja, numa disputa institucional, esses grupos sócio-espaciais estão mais suscetíveis a perderem seu protagonismo e não terem esse seu papel reconhecido, afinal, os grupos sócio-espaciais estudados não tem um conhecimento prévio na lida com as instituições. Na Amazônia, há maior dificuldade de controle por agentes externos, aspecto importante para a autonomia dos povos que lá habitam,⁵ condição essencial para seu protagonismo.

É importante destacar que um grupo sócio-espacial também produz territórios,⁶ conceito muito utilizado para a compreensão das relações sociais no espaço. Ao aplicar o conceito de território, as relações são tratadas a partir da perspectiva do poder.

[...] ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço [...].⁷

A palavra “território” é utilizada de forma ampla, sendo aplicada a várias situações como se fosse um mero sinônimo da palavra “espaço”, mas Souza salienta que “o território ‘é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder’”.⁸ Esse destaque me parece essencial para o estudo de um grupo sócio-espacial. As relações de poder são importantes na determinação de seus espaços, porém, para compreender essas experiências, mais do que o foco em relações de poder, é importante pensar a produção propriamente dita dos seus espaços.

⁴ PORTO-GONÇALVES, Geografando nos varadouros do mundo, 2003, p. 568.

⁵ Ibidem, p. 574.

⁶ SOUZA, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 2013, pp. 77–110.

⁷ Ibidem, pp. 97–98.

⁸ Ibidem, p. 78.

Outro conceito muito utilizado para os estudos sobre o espaço e cujo cuidado ao utilizá-lo nesta tese considero importante justificar é o de lugar. Assim como território, lugar também é utilizado como sinônimo para espaço.

[...] no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas [...] o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como o território está para a dimensão política.⁹

Obviamente a produção social do espaço é também geradora de aspectos culturais e simbólicos, contudo, essa aplicação do conceito como sinônimo do espaço acaba por suplantando aspectos inerentes ao trabalho sobre e com o espaço que ao interpretar os grupos estudados como sócio-espaciais pretendo destacar. Um grupo sócio-espacial produz territórios e lugares, porém ele o faz a partir da relação que estabelece com o espaço, com base na produção material para adaptá-lo às suas necessidades.

Considerando os outros campos do conhecimento que têm o espaço como objeto central de estudo, como é o caso da geografia, o conceito de grupo sócio-espacial ganha um sentido mais contundente para a arquitetura e o urbanismo. Para essa seara do conhecimento, o espaço não é uma dimensão da vida para reflexão, mas sim para intervenção e, conseqüentemente, produção.

Este é um estudo que discute a relação entre espaço e política, entendendo esta última para além do Estado. Os conceitos de território e lugar talvez façam sentido dentro de uma escala mais ampla, porém, quando se busca a relação societária com a produção do espaço, eles parecem pouco considerar a dimensão cotidiana dessa produção. Com isso, a escolha do conceito grupo sócio-espacial passa também pela questão da escala. Este é um estudo que constrói suas análises 'mais próximo' de uma produção cotidiana do espaço. A ressalva quanto ao mais próximo é porque considero que os grupos sócio-espaciais estudados também operam em escalas mais amplas, quando disputam com o Estado os diferentes aspectos do conflito fundiário em que estão envolvidos. Esta tese, então, privilegia os bastidores dessas disputas e

⁹ Ibidem, p. 115.

almeja investigar como essa produção é relevante nos rumos que essas lutas políticas assumem.

Os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte contam com seus apoiadores — militantes, advogados e arquitetos —, carecendo estes últimos da vivência cotidiana dos espaços ocupados, razão pela qual não posso considerá-los como parte dos grupos. Muitas vezes, os apoiadores se encontram descolados da produção desses espaços e desenvolvem trabalhos abstratos acerca deles — o que não significa que suas decisões não tenham influência sobre a interação que os moradores estabelecem com os terrenos ocupados. A questão mais importante, nesse sentido, é que os apoiadores ficam, na maior parte das vezes, alienados dos aspectos tangíveis da produção material dos espaços. Entendo que os arquitetos são, dentre os apoiadores, aqueles que mais se aproximam dessa produção, condição que se deve à natureza de sua atuação. Todavia, assim como se dá com os demais apoiadores, os arquitetos se afastam desses grupos constantemente e se apegam à natureza abstrata que também caracteriza sua atuação profissional.

A discussão sobre os grupos sócio-espaciais vem dos arquitetos urbanistas preocupados com a atuação junto às populações de baixa renda atendidas pelas assessorias e assistências técnicas. O conceito parte daqueles que entendem essa atuação como assessoria técnica, uma abordagem mais preocupada com a produção do espaço¹⁰ do que com o profissional arquiteto urbanista que atua nessa produção, condição privilegiada por aqueles que a entendem como assistência técnica.

Um grupo sócio-espacial fica mais evidente quando um agente externo interfere na sua lógica interna. A percepção acerca de sua existência é acentuada diante da constatação de suas perdas. Portanto, isso se dá quase sempre numa perspectiva nostálgica, como apontam os indícios observados por Silke Kapp durante o desenvolvimento de intervenções em uma escola.

Em que ponto o grupo deixa de ser apenas social e torna-se sócio-espacial? Difícil dizer. Certo é que haverá uma definição quando os responsáveis do órgão externo decidirem pôr fim ao que entendem como puxadinhos e gambiarras. Arquitetos contratados para a reforma procedem da maneira convencional: levantamento físico, reunião com a diretora, programa de necessidades (dessa vez incluindo laboratórios, a sala do pessoal da limpeza, uma biblioteca mais generosa), projeto, construção. O prédio recupera certa integridade formal e o grupo volta a ser grupo social num

¹⁰ FERRO, Arquitetura e Trabalho Livre, 2006.

espaço determinado de cima para baixo. Depois as transformações de baixo para cima recomeçam, apenas com menos ânimo e capricho, porque todos sabem que serão desmanchadas mais cedo ou mais tarde.¹¹

Trabalhar com um grupo sócio-espacial é criar condições para que ele continue a produzir seu espaço sem necessitar da presença de um sujeito externo que tome as decisões para que outros executem, perdendo, assim, sua condição de sócio-espacial e passando a ser um mero grupo social que ocupa um espaço. Um grupo sócio-espacial estará sempre ali, latente. Um agente externo comprometido com a autonomia deve buscar, com seu trabalho, que o grupo se manifeste. Nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, houve momentos na relação das assessorias técnicas com os moradores que favoreceu a autonomia do grupo. Por exemplo, na Ocupação Dandara, quando o projeto ficou mais fácil de ser demarcado e os moradores se apropriaram dele sem a necessidade do acompanhamento técnico, vislumbramos o favorecimento à organização interna para avançar no processo de produção daquele espaço. Pensar o espaço para enaltecer as manifestações do grupo sócio-espacial é se preocupar menos com a integridade de um objeto arquitetônico, e mais com a remoção de amarras e obstáculos para que um grupo sócio-espacial fique ativo, perceba sua existência e tome suas decisões sobre o espaço como parte necessária para sua permanência. As assessorias técnicas que os acompanham podem potencializar as suas manifestações e talvez assim contribuir com maior efetividade num processo de ruptura com a exclusão perversa que caracteriza essa realidade nas cidades brasileiras.

As ocupações urbanas são um exemplo de grupo sócio-espacial onde a autonomia é muito frágil, indício que fica evidente nas decisões coletivas. Os começos das ocupações são marcados por grande mobilização entre os participantes. Todos os envolvidos participam das reuniões para decidir sobre o terreno ocupado. As assembleias e reuniões internas são sempre cheias, com as pessoas disputando para opinar, por exemplo, sobre o parcelamento do terreno. A necessidade de uma coordenação desse processo por agentes externos — tais como assessores técnicos, militantes, agentes do tráfico ou da milícia — explicita sua fragilidade. Quando se resolve o parcelamento e cada morador vai para seu lote, as questões coletivas perdem relevância, e cada um passa a resolver os seus problemas, sendo retomadas as preocupações coletivas somente quando existe alguma pressão externa, como as

¹¹ KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, p. 232.

ameaças de despejo. O enfraquecimento dessa coesão coletiva não significa que o grupo sócio-espacial não existe mais, mas tem a moradia como um fim e não uma perspectiva que justifique continuar o engajamento numa luta política para além do atendimento dessa demanda.

Outro grupo sócio-espacial analisado nesta tese é aquele dos atingidos pela ruptura da barragem da Samarco em Mariana, que moravam nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Após o desastre-crime, são várias as ações relacionadas ao processo de reassentamento das populações desses distritos. Tais ações são conduzidas pela Renova, uma fundação que representa a Samarco nas resoluções dos impactos gerados pelo desastre-crime.¹² Nas negociações, os atingidos participam diretamente ou são representados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e pela Cáritas Brasileira. Esses representantes acompanham e avaliam os procedimentos adotados pela Renova e têm poucas condições de interferir nas decisões, especialmente naquelas que dizem respeito à produção do espaço para os reassentamentos. Numa condução fortemente institucionalizada e abstrata, distante do cotidiano afetado, os atingidos, o MPMG e a Cáritas Brasileira não conseguem construir contrapontos qualificados para questionar e propor alternativas ao que lhes é apresentado. Os atingidos se tornam meros avalistas de decisões que já foram tomadas, não tendo controle sobre o processo de reassentamento.

Isso se deve muito ao grau do desastre que envolveu os grupos sócio-espaciais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A completa ruptura com os lugares destruídos pela lama levou o MPMG a assumir um grande protagonismo na condução das ações para restituição dos direitos desses atingidos. Essa atuação não partiu das experiências de produção do espaço dos lugares destruídos. Os atingidos parecem ser ouvidos, porém trata-se de uma oitiva pouco relevante, gerando grande frustração entre os envolvidos no que tange aos resultados alcançados — inclusive entre os técnicos da Fundação Renova, que buscam alternativas para serem compreendidos, valendo-se, para tanto, de diferentes recursos de comunicação, mas que avançam pouco num engajamento dos atingidos na construção dos reassentamentos. Nesse

¹² A Fundação Renova é uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos responsável pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Ela é o resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) estabelecido com as empresas responsáveis pelo desastre-crime: Samarco, Vale e BHP Billiton.

processo, há poucas possibilidades para uma crítica àquilo que teria levado ao desastre — a atividade predatória da mineração — e para reflexões acerca do rompimento com a dependência econômica para com a atividade minerária, frente ao consenso que existe na região e no Brasil como um todo em relação às *commodities* como possibilidade de acumulação capitalista e participação do país na economia mundial.

Os atingidos pelo desastre-crime da Samarco são grupos sócio-espaciais que tem sua autonomia ainda mais fragilizada ao comparar com os grupos das ocupações urbanas. Entendo ser um caso paradigmático para refletir sobre o referido conceito, num exercício de avaliação de grupos impactados de maneira violenta, e submetidos a mecanismos institucionalizados e abstratos que dificultam ainda mais o seu engajamento na recuperação de seus espaços de vida.

Esses procedimentos institucionalizados são também observados nas resoluções que envolvem as ocupações urbanas de Belo Horizonte, como quando a prefeitura da cidade se envolve diretamente na produção desses espaços, com destaque para o ocorrido na Ocupação Dandara desde 2018 e, mais recentemente, nas Ocupações da Izidora, ocasiões em que os agentes públicos passam a atuar nos territórios ocupados e encontram grandes dificuldades em dialogar com as especificidades locais.

Diante disso, coloca-se um embate que atravessa as políticas públicas brasileiras desde a redemocratização, desde quando a sociedade se engaja nos processos coletivos que envolvem seu cotidiano,¹³ e a gestão participativa se apresenta como possibilidade.¹⁴ Contudo, percebo que a gestão participativa é também muito frágil e não favorece os grupos sócio-espaciais, os processos se tornam frustrantes e apresentam poucos avanços para todos os envolvidos. Nestes casos a noção de colaborativo parece ser um caminho para o exercício da autonomia.

A participação tida por mero bônus pode ser banalizada, encenada ou suprimida sem afetar o empreendimento em si. Por outro lado, se o processo for entendido como colaboração (de *collaborare*, trabalhar junto) entre assessoria técnica e grupo assessorado, a supressão da agência de uma das partes implica o fim desse processo.¹⁵

¹³ KAPP, Direito ao espaço cotidiano, 2012.

¹⁴ LOPES et al., Por partes, 2010.

¹⁵ KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, p. 226.

O trabalho em colaboração com um grupo humano não deveria focar nas soluções, mas, sim, em problematizar o que se observam nos seus espaços. Uma reflexão construída em conjunto, e não solucionada por especialistas que acabam encerrando as questões e criando novos problemas para situações que não eram consideradas problemáticas. Quando os moradores se unem para resolver suas questões, mesmo que fora das premissas institucionalizadas, os especialistas deveriam dialogar, e não somente criminalizá-los sem compreender suas motivações, que passam pela exclusão de várias naturezas e também por disputas internas nos seus espaços de vida.

Nesse processo, há um embate entre aspectos que foram institucionalizados e outros que não o foram e não o serão. É recorrente a predisposição a criminalizar os que não fazem parte das institucionalidades,¹⁶ tratando-os como marginais. Considero que as estratégias construídas pelas ocupações na produção de seus espaços e dos lugares atingidos pelo desastre da Samarco são indícios da heterogeneidade desses grupos sócio-espaciais, explicitando que não é adequado partir de uma leitura supostamente universal para a produção das cidades. As ocupações urbanas, ao mesmo tempo que expressam, na sua ação direta de constituição de territórios de resistência, o anseio em participar dos canais institucionalizados, também apontam que essa participação deve considerar suas trajetórias sociais; a frustração entre os atingidos com os resultados da restituição de seus direitos é também um indício dessa contradição e de seus desafios. Esses lugares são fruto de um processo histórico de exclusão que levou a outras estratégias de sobrevivência, e seus resultados espaciais deveriam ser considerados, e não negligenciados pela produção institucionalizada do espaço, que tem nos arquitetos um importante sujeito.

Cliente e arquiteto ocupam posições sociais semelhantes, e a obra que resulta da relação será um expediente de acumulação de capitais econômico e simbólico para ambos. Isso não exclui conflitos internos, claro. Mas seja com bajulação ou arrogância, panegíricos mútuos ou quedas de braço, os personagens desse tipo de relação são solidários quanto a seus interesses de classe.¹⁷

¹⁶ Entendo institucionalidades como tudo aquilo que se apropria de preceitos propostos pelas instituições ou o próprio Estado, mas não se dá a partir destes. Atuações profissionais como a dos advogados e arquitetos são orientadas pelas instituições, o que não significa que eles estejam participando diretamente dessas — considero essa influência constante como manifestação das institucionalidades.

¹⁷ KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, pp. 224–225.

Sendo assim, os interesses de classe devem ser considerados, seja pela assessoria próxima aos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas e/ou que acompanha os atingidos de um desastre sociotécnico como o de Mariana, ou técnicos vinculados ao poder público que atuam nesses contextos. “Solidários quanto aos seus interesses de classe” — eis um aspecto que deveria ser sempre considerado: a “classe social” como importante fenômeno histórico na atuação dos arquitetos. As dificuldades dessa solidariedade de classe se acentuam quando atuamos nos espaços do hiperpreariado ou dos atingidos, quando para aí levamos valores espaciais importantes para uma pequena burguesia urbana (de onde vem boa parte dos arquitetos e outros técnicos da produção social do espaço). Ao não considerarmos isso, atropelamos outras manifestações sociais que não fazem parte de um discurso hegemônico.

Os grupos a que a assessoria técnica se destina — como movimentos de sem-teto e sem-terra, cooperativas de trabalho, os chamados povos tradicionais (índios, quilombolas, ciganos), assentamentos urbanos espontâneos ou ocupações organizadas — não são clientes nesse sentido moderno, porque não estão em condições de igualdade estrutural com a assessoria. A caracterização como cliente se aplicaria a eles apenas no sentido antigo, do plebeu que se submete ao patricio para que este o represente nas instâncias de poder, já que lhe faltam credenciais de acesso para fazê-lo por si mesmo (daí também o clientelismo). Analogamente, os grupos assessorados se submetem aos arquitetos em troca de representação junto a prefeituras, bancos e outras instâncias com as quais não negociam sozinhos, seja por interdições objetivas ou constrangimentos subjetivos. De fato, essa é uma das razões mais comuns de grupos procurarem assessoria técnica mesmo quando têm convicção de que não precisariam dela para equacionar espaços e construções. Menos mal se todos estiverem conscientes disso e a assessoria assumir sua função advocatícia sem impor serviços técnicos não demandados. Ainda assim, a relação criará novas dependências, contrariando o objetivo de fortalecer a autonomia dos assessorados (além de sempre se correr o risco de a própria função advocatícia exigir serviços técnicos não demandados no início do processo).¹⁸

O sentido moderno de cliente se vincula a uma lógica de classe, seja como donos dos meios de produção, seja como proletários, nos casos estudados, hiperpreariados ou atingidos e os ‘iludidos’ da pequena burguesia, onde nos encontramos. Esse é um aspecto a ser lembrado por aqueles que atuam junto a populações vulneráveis. Tendemos a tratar todos como clientes no sentido moderno, esquecendo as diferenças das formações como classe.

¹⁸ Ibidem, p. 225.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico, como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.¹⁹

O sentido da palavra cliente é adequado para a relação que se estabelece nas ocupações urbanas e com os atingidos: o arquiteto representa o grupo junto às instituições. Contudo, o problema são as ilusões que se criam, de tal maneira que os assessores começam a oferecer serviços que não foram solicitados, e os grupos estabelecem uma relação de dependência que não é necessária, mas se faz parecer que sim. Ao invés de o grupo colocar sua estratégia como legítima, apresenta-se como marginal e coloca como imprescindível a representação por um arquiteto.

Os diferentes grupos sócio-espaciais constituídos nas ocupações urbanas e entre os atingidos são influenciados por diferentes contextos históricos. Todos os envolvidos com esses grupos, abrangendo as organizações políticas, apoiadores, moradores e atingidos, se articulam e operam a partir desses diferentes momentos. Mesmo que um grupo sócio-espacial aparenta ter se dissolvido, ele exerce influência nos demais. É o caso da Ocupação Dandara, que vivencia uma nova etapa na sua regularização fundiária junto às instituições do Estado. Suas posturas influenciam procedimentos adotados pelos grupos sócio-espaciais das Ocupações da Izidora, assim como influenciam e podem ser influenciadas pelos resultados dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Compreender essas diferentes fases históricas contribui para entender como esses grupos vão se articulando e complexificando suas escolhas para sua manutenção ou não.

1.1.1 Como contar essa história

Nesta tese, contarei um pouco sobre as diferentes experiências de assessoria técnica com que me envolvi desde o ano de 2008, quando conheci a Ocupação Camilo Torres. Seguirei com relatos até o ano de 2018, com o trabalho no acompanhamento dos atingidos pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco. O texto é organizado num conjunto de crônicas, narrativas e dissertativas,

¹⁹ THOMPSON, A formação da classe operária inglesa, 1987, vol. 1, p. 9.

a partir de minha experiência pessoal como assessor técnico dos movimentos sociais de luta por moradia desde 2008, e, a partir de 2016, com os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos atingidos pela ruptura da barragem de Fundão. Os textos abordam diferentes momentos dessa atuação. Partindo da atitude ingênua inicial, que valorizava demasiadamente o profissional arquiteto urbanista, registro nos capítulos as transformações que foram se dando e as inúmeras contradições com que me envolvi. Escolhi a crônica pela linguagem coloquial, que procura se aproximar do leitor como numa conversa entre amigos e que manifesta também as emoções do momento relatado.

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopando que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.²⁰

A crônica do cotidiano condiz com os objetivos deste trabalho, pois quero convidar o leitor a participar da reflexão sobre as experiências narradas, ao mesmo tempo que apresento — e inevitavelmente defendo — meus próprios pontos de vista. Mas a crônica funciona também como um exercício de registro da assessoria técnica. Arquitetos e urbanistas são treinados a representar seus trabalhos a partir de desenhos e textos técnicos, codificados de determinada maneira. Esses meios são insuficientes para registrar a atuação de uma assessoria. A crônica me parece uma alternativa a ser explorada, sobretudo quando se entendem o Estado e suas instituições criticamente e se procura dar prioridade às atuações e aos anseios das pessoas diretamente envolvidas com os casos aqui narrados.

Nesta tese, as crônicas são atravessadas por excursos, citações, imagens e notas de pé de página. Os excursos são desvios relacionados ao que é narrado ou sobre o que é dissertado no texto. Eles podem ser lidos ou não pelo leitor, ficando a seu critério escolher como proceder com esses desvios. Nos excursos estão presentes figuras e trechos de entrevistas que se relacionam ao texto, contribuindo para melhor compreensão daquilo que é narrado ou dissertado.

²⁰ MACHADO DE ASSIS, Crônicas escolhidas de Machado de Assis, 1994, pp. 13–15.

A manutenção desses excursos junto ao texto intenta oferecer ao leitor o contato com outros atores que participam das experiências que narro, para que ele também promova suas reflexões, indo além das que eu faço na minha crônica cotidiana dissertativa, criando uma intencional tensão em relação aos destinos que são narrados e sobre os quais reflito. Os excursos são instrumentos para que essa tensão se mantenha, mesmo que na minha crônica ela possa eventualmente se perder.

As crônicas são memórias de uma experiência compartilhada com outros atores, os grupos sócio-espaciais, militantes e apoiadores, dentre os quais participo como assessor técnico de arquitetura e urbanismo. Nessas recordações, sou apenas mais uma testemunha. Assim, eu procuro no outro uma validação daquilo que lembro, como numa conversa entre amigos em que buscamos uma confirmação dentro da cumplicidade que existe entre nós dada a vivência conjunta. Os excursos durante as narrativas desempenham esse papel, com possíveis confrontações que dão mais consistência para aquilo que é por mim narrado: “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir’”.²¹

Busquei nas crônicas um texto narrativo, evitei descrições acidentais e aleatórias para a compreensão das situações humanas que se estabelecem. Procurei assumir uma postura participante no processo que relato, e não a de um mero observador, expondo a dramaticidade que o formato narrativo proporciona. Quando ocorre a descrição, seu intuito é esclarecer os diversos tipos sociais envolvidos, com pormenores que apresentam esses diferentes atores. Falo das experiências e procuro criar a dramaticidade necessária para a compreensão dos processos sociais ocorridos. Não busco uma descrição estática, mas algo que interage com o que é discutido, parte da dialética dos processos que se desenrolam durante a assessoria técnica.

A esse respeito, Lukács tece críticas às descrições promovidas por Flaubert e Zola em seus textos, demonstrando que essa é uma estratégia intencional:

Flaubert e Zola iniciaram suas atividades depois da batalha de junho, numa sociedade burguesa já cristalizada e constituída. Não participaram mais ativamente da vida desta sociedade; não queriam participar mesmo. Nessa

²¹ BOSI, Memória e sociedade, 1994, p. 407.

recusa se manifesta a tragédia de uma importante geração de artistas da época de transição, já que a recusa é devida, sobretudo, a uma atitude de oposição, isto é, exprime o ódio, o horror e o desprezo que eles têm pelo regime político e social do seu tempo. Os homens que aceitaram a evolução social desta época tornaram-se estereis e mentirosos apologistas do capitalismo. Flaubert e Zola são demasiado grandes e sinceros para seguir este caminho. Por isso, como solução para a trágica contradição do estado em que se achavam, só puderam escolher a solidão, tornando-se observadores e críticos da sociedade burguesa.²²

Flaubert e Zola promovem uma descrição como observadores, como se não fizessem parte daquilo que é descrito, uma escolha que pretende negar o que se desenrola. Está por trás dessa postura o ódio em relação à sociedade burguesa, uma postura que no meu texto fica mais latente nos momentos finais da experiência de assessoria aos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Há aí certo desdém pelo que acontece, postura que os dois mencionados gigantes da literatura têm em relação à sociedade do século XIX, em que se desenrolam seus romances. Nas crônicas sobre as ocupações urbanas, a relação é diferente: ainda que sejam grupos sócio-espaciais contraditórios e que acabem por reafirmar uma sociedade com que a própria ação pretende romper, elas fazem parte de um processo contraditório de que participo e com que me identifico. Sendo assim, faço a escolha pela narrativa, afinal, como indica Lukács, participar está para narrar assim como observar está para descrever.

Na narrativa, as contradições e os processos ficam evidentes; na descrição, como já dito, tudo parece estático, como se os processos não estivessem ocorrendo e a dialética não existisse. A narrativa deixa claro o porquê de determinados aspectos ganharem relevância, nada está posto sem motivo; a descrição se apresenta como neutra, desconsidera as especificidades e faz parecer ser uma mera situação que se repete sem vínculo com os processos sociais. A narrativa demanda a compreensão dos processos a que se vincula, ao acentuar o essencial, convida o leitor a participar do que é dito. Como chama a atenção Lukács, o sujeito que lê e o que escreve se tornam parte de algo que não é dito, mas compreendido.²³

Uma descrição é marcada pela obsessão em reproduzir de modo completo e objetivo a coisa em si, o que acaba levando, para Lukács, a duas situações: uma descrição enfadonha que busca exprimir em palavras uma infinidade de qualidades

²² LUKÁCS, Ensaio sobre literatura, 1965, p. 52.

²³ Ibidem, p. 61.

do que descreve; ou que faz escolhas e acaba sendo superficial.²⁴ A descrição tenta uma retomada da realidade que não é possível — a experiência não consegue ser descrita, ela é para ser vivenciada.

Como nesta tese busco compreender as experiências dos grupos sócio-espaciais e a participação da assessoria técnica de arquitetura e urbanismo como parte do processo, intento fazê-lo retomando experiências, pautando-me em minhas memórias e nos excursos que contribuem; faço-o na tentativa de rememorar os processos com que me envolvi. Na intenção de registrar, procurei não cair nas duas armadilhas que Lukács aponta, mas cabe ao leitor avaliar se o consegui — e espero que ele se torne também o escritor, reinterpretando e avançando nos momentos de equívocos e encantamentos em que fui seduzido pela descrição dos casos narrados. Esta é uma tentativa de refletir sobre esses anos de trabalho com as contradições que compartilho, para que possam ser ‘ruminadas’ e, quem sabe, apontar caminhos, saídas ou outras armadilhas que eu não vi durante a vivência.

Eu considero importante essa discussão acerca da concepção do texto da tese como uma narrativa ou descrição, especialmente quando levamos em conta, no campo da arquitetura e do urbanismo, a produção de relatórios técnicos que almejam objetividade em relação ao que é apresentado, documentos esses que acabam por coisificar o cerne de seu conteúdo, uma estratégia que desvirtuaria o objetivo central de uma assessoria técnica junto aos grupos sócio-espaciais discutidos. Esses relatórios colocam os seres humanos participantes como meros acessórios; a dinâmica da narrativa, por sua vez, tolhe essa pretensão — mesmo num documento que se pretende técnico, mas que se coloca como em constante disputa, numa dialética que não se encerra com o que é apresentado. A narrativa busca destacar a necessidade social que justifica determinada ação ou comportamento, não se restringindo à aparência ou à superfície dos acontecimentos. Procurei manter a tensão que envolve as situações apresentadas, evidenciando minhas escolhas não como as únicas possíveis, mas como as que fiz dentro de um fazer que pode e deve ser questionado pelo leitor.

Com crônicas produzidas a partir de minhas memórias, não posso deixar de chamar a atenção para o fato de que recordo aquilo que faz sentido no presente. Tanto o que foi lembrado quanto o porquê de tê-lo sido são uma escolha. A memória é uma

²⁴ Ibidem, p. 61.

dimensão que diz respeito ao presente, e não ao passado; ela se baseia no fato histórico, mas estabelece com este uma relação de afeto que ganha sentido no presente quando a situação é rememorada. Como chama atenção Ecléa Bosi:

Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.²⁵

A memória é retomada em fragmentos, algumas recordações mais vivas derivam de situações de onde menos se espera, como confidências. As minhas estratégias de pesquisa e levantamento de dados apresentam essa condição. Como me encontro envolvido afetivamente com os casos apresentados nas crônicas, neles são revelados bastidores, o que demandou cuidado em relação ao que apresentar. É importante destacar que essa foi uma estratégia de pesquisa, e por isso não revelarei o nome de nenhum dos entrevistados. De fato, o meu nome também não será revelado no texto, por isso assumo o codinome Giacomo Grassi, GG, que será citado quando necessário. Nesses momentos, quem é apresentado sou eu, e assumo as consequências das memórias que revelo, mas me preservo com esse codinome em razão de uma preocupação que explicarei mais à frente. Em alguns momentos provooco o leitor com trechos censurados — não os quero revelar, mas considero importante indicá-los, como um convite para que o leitor possa também buscar os bastidores dessas produções de espaço e construir sua vivência, avaliando o que pode ou não ser revelado, ainda que seja sempre lembrado.

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouvíamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.²⁶

Esta tese é espaço para que eu discuta, com as crônicas, a necessidade de trocar experiências, compartilhá-las. Ao longo desses anos atuando como assessor técnico, encontrei poucas experiências relatadas. São recorrentes as reflexões teóricas que ajudam a compreender as contradições encontradas nas vivências,

²⁵ BOSI, Memória e sociedade, 1994, p. 37.

²⁶ Ibidem, p. 39.

porém as experiências concretas ficam muitas vezes pouco evidentes. Marilena Chauí responde a uma pergunta de Ecléa Bosi que indica os motivos dessa ausência: “Por que decaiu a arte de contar histórias?” — e o significado de sua resposta: ‘Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências’²⁷.

A arte de contar histórias, de trocar experiências, é um dos grandes objetivos. Para alguns, o que proponho é desnecessário, como se não precisássemos trocar experiências sobre assessorias técnicas — com o que eu discordo. Para mim, as saídas para os problemas vivenciados não se darão em reflexões distantes das experiências concretas. Este trabalho não fecha as questões, mas compartilha lembranças para que outros possam também passar a fazê-lo. A arquitetura é, em si, experiência, a experiência da produção do espaço; contar histórias sobre esses processos é uma possibilidade de pensar em saídas para as contradições experimentadas durante esses anos.

1.1.2 As diferentes fases das ocupações urbanas de Belo Horizonte

Os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas e as assessorias técnicas formadas nos últimos anos atravessam diferentes fases, influenciados pelos contextos em que ocorrem e como precisam se organizar na conquista de seus objetivos. Considero que são quatro fases nesse período: a primeira fase é marcada por ações diretas desses agentes sobre os territórios, sem nenhuma ou com uma mínima mediação institucional; na segunda fase, a mediação institucional se torna recorrente; na terceira, a ação se dá a partir das instituições — como exemplo emblemático dessa fase, discutirei o acompanhamento dos atingidos de Mariana —; e, finalmente, a quarta fase, que se desenrola diante de uma crise institucional que marca o Brasil desde meados dos anos 2010, quando as ações postulam a reconquista ou a reafirmação de supostas conquistas da redemocratização no Brasil desde os anos 1980 (sobre essa última fase, não a discutirei nesta tese; ela ainda está em curso). Ao longo da pesquisa, continuei participando desses processos, portanto, tecerei pelo texto alguns apontamentos do que tenho observado atualmente, mas ressalto que não me detive em uma avaliação pormenorizada do que considero a quarta fase.

²⁷ CHAUI, Apresentação, 1994, p. 28.

As crônicas estão organizadas segundo essa cronologia. Algumas experiências atravessam mais de uma das fases, contudo, são apresentadas tendo em vista o instante em que me envolvi com cada um dos casos. Sendo assim, esse tratamento parte da minha participação como assessor técnico desses grupos e como percebo hoje o momento em que o grupo se encontrava quando eu o assessorava.

Na determinação dessas fases, considero o movimento social das ocupações urbanas em Belo Horizonte como um todo, não somente os grupos sócio-espaciais analisados e os momentos nos quais atuei como assessor desses grupos. Para esclarecer essa questão, apresento, numa linha do tempo, como ocorreu meu envolvimento com cada uma das experiências — mesmo aquelas que não serão detalhadas nesta tese.

A Ocupação Camilo Torres foi acompanhada por mim desde o final de 2008 até meados de 2009. A Ocupação Dandara, entre 2009 e 2011, e posteriormente restabeleci o contato no ano de 2014, dentro do que considero a segunda fase das ocupações urbanas de Belo Horizonte. Em 2017 e 2018, retomo a assessoria à Dandara, já no que considero ser a terceira fase; neste momento já temos indícios também da quarta fase. O meu envolvimento como assessor técnico na Ocupação Eliana Silva acontece nos anos 2012 e 2013. Parte dessa atuação coincide com a primeira fase, e, a partir de meados de 2013, considero que a experiência se caracteriza como pertencente ao início da segunda fase. A atuação na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá ocorre no ano 2013. Do ponto de vista cronológico, ela também entra parcialmente na segunda fase, porém considero que o período no qual estive envolvido com esse grupo sócio-espacial tem as características da primeira fase. Vejo as Ocupações da Izidora como um marco para o início da segunda fase, e o meu envolvimento com elas começa em 2013 e ainda perdura, atravessando a terceira e a quarta fases. O acompanhamento dos atingidos pelo desastre tecnológico da Samarco em Mariana teve início no final de 2015 e seguiu até 2017. Apesar de não ser uma ocupação urbana, considero o evento um marco da terceira fase, com influência sobre o desenvolvimento das ocupações urbanas em Belo Horizonte — seus efeitos podem ser observados nas ocupações Dandara e Izidora, nas relações dos seus moradores e das assessorias com as instituições. Acompanhei também as ocupações Carolina Maria de Jesus e Vicentão, duas ocupações em edifícios na região do centro de Belo Horizonte, que acontecem desde o ano 2017, sendo que a Vicentão se encerra no início de 2019 e a Carolina Maria de Jesus se mantém; ambas

são importantes marcos da quarta fase. Finalmente, a Ocupação Zilah Spósito Helena Greco, apesar de existir desde 2011, eu me aproximei dela apenas a partir de 2019, sendo que desde 2018 ela compõe, junto com as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, as Ocupações da Izidora. Todas elas — inclusive, portanto, a Zilah Spósito Helena Greco — se encontram desde 2018 na quarta fase (Quadro 1).

As fases são influenciadas pelos quadros governamentais nas esferas federal, estadual e municipal que lhes são contemporâneos. Esses governos têm grande peso nos rumos tomados pelos grupos e na caracterização de cada uma dessas fases; as diferentes gestões evidenciam os traços e propósitos que essas fases assumem (Quadro 2).

A primeira e a segunda fase coincidem, no nível federal, com os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff. A terceira fase se inicia durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e perdura na presidência de Michel Temer. A quarta fase começa no governo de Michel Temer e se mantém na presidência de Jair Bolsonaro (Quadro 3).

Na instância estadual, para a primeira e a segunda fases, temos os governos de Aécio Neves, Antônio Anastasia, além do governo de transição que encerra a gestão Anastasia com o governador Antônio Pinto Coelho. O início do governo de Fernando Pimentel coincide com o final da segunda fase e abrange toda a terceira fase. No segundo mandato de Pimentel, inicia-se a quarta fase, que seguirá na gestão de Romeu Zema (Quadro 4).

Em nível municipal, a primeira e a segunda fases coincidem com a gestão de Márcio Lacerda, sendo que, no final de seu segundo mandato, começa a terceira fase, que atravessará e marcará a primeira etapa da gestão de Alexandre Kalil a partir de 2016. Ainda no primeiro mandato de Kalil, tem início a quarta fase, que se manterá no princípio de seu segundo mandato (Quadro 5).

Conquanto eu apresente aqui as linhas do tempo relacionando as fases e os grupos sócio-espaciais com as diferentes instâncias de governo, destaco que percebo o governo municipal como agente mais determinante comparativamente aos demais, algo que atribuo ao fato de a moradia ser uma responsabilidade constitucional dos governos municipais. Contudo, é importante lembrar que, quando há maiores pressões por despejos, o governo estadual ganha um papel de destaque, já que ele é o responsável pela segurança pública e utiliza as polícias para promover esses atos. O governo federal, a seu turno, participa dos processos quando tem algum

alinhamento com os governos locais e quando se envolve com políticas habitacionais municipais que passaram a receber um grande aporte federal, especialmente a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida. Quando a gestão não tem nenhuma política habitacional no nível federal, como é o caso do governo de Jair Bolsonaro, a participação direta é irrelevante.

A concepção de fases que me ajuda a organizar este trabalho e a compreender os processos atravessados pelos grupos sócio-espaciais têm, na discussão sobre ação direta e ação institucional, uma importante baliza nas suas definições. Como explanei antes, um grupo sócio-espacial se constitui a partir da produção colaborativa do espaço, não somente por uma conformação espacial definida por outro. Todos participam das decisões, e a autonomia e a capacidade de exercê-la diferem em função do contexto em que cada grupo se forma. Para compreender as fases com que trabalho, explicando suas trajetórias, estabelecer os graus de institucionalização e de envolvimento com instituições me parece ser o caminho. As experiências são aqui tratadas como mais um exemplo dos dilemas que movimentos que questionam as mazelas da sociedade burguesa apontam, partindo de um contexto de embate direto com o Estado e suas instituições, e promovendo aproximações no decorrer dos anos em função das conjunturas. Por esse motivo, considero que localizar as fases e relacioná-las com as gestões do Estado dão indícios do que acontece em cada um dos momentos que os casos estudados atravessam.

Na minha avaliação, o caminho de se aproximar do Estado e de suas institucionalidades tem sido contraditório, de tal modo que supostos avanços têm significado grandes retrocessos. Entendo as ocupações urbanas e o ocorrido na ruptura da barragem da Samarco como manifestações de uma crise que caracteriza a sociedade brasileira — nos casos estudados, a exclusão de parte significativa dessa sociedade do acesso a questões consideradas básicas, como a moradia, ou à gestão do território, usualmente norteadas por interesses financeiros, como é a atividade minerária em Minas Gerais. Nessa aproximação, para sairmos da crise, utilizamos instrumentos de entes que são importantes responsáveis pela existência dessa crise, e, como argumenta Alysso Mascaro:

[...] sair da crise tomando por padrão o fundamento teórico que conduziu à própria crise é como tomar o próprio corpo para ser içado de um buraco no qual caiu, valendo-se para tanto das forças das próprias mãos do caído ao puxarem seus cabelos. Tanto o corpo não se içe sem alavancas externas quanto o próprio Estado e a política não se estruturam nem se explicam por

meio de suas autodeclaradas definições ou de seus padrões funcionais e sistêmicos médios.²⁸

Dada essa aproximação que cria ilusões de superação da crise, a desconfiança e a crítica devem ser constantes nessa relação. Os casos aqui discutidos apresentam como essas situações se deram, trazendo à luz suas questões e seus desafios como experiências que configuram estratégias possíveis dentro de cada uma das fases estudadas. A esse respeito, é importante esclarecer o que entendo por ação direta: toda ação conduzida por agentes sociais apesar do Estado ou contra o Estado. Conforme indica Marcelo Lopes de Souza,²⁹ essa ação não é necessariamente violenta, podendo, sim, ser pacífica, que é como considero as experiências narradas nesta tese.

A ação institucional também se dá a partir do ativismo, porém, nos casos aqui discutidos, tais ações ocorrem dentro das instâncias institucionalizadas ou utilizando os instrumentos e as ferramentas dessas instituições, como no caso dos arquitetos com seus planos e preceitos urbanísticos. Nessa condição, não podemos perder de vista que o Estado e suas instituições garantem uma regulação que coloca todos na condição de mercadoria.³⁰ Isso posto, fica evidente o cuidado necessário ao defender o Estado e uma atuação ativista que o tenha como a baliza de regulação. Entendo esses sujeitos como agentes políticos fora da máquina estatal, uma ressalva que não cabe somente na situação discutida nesta tese; essa é uma condição inerente às suas atuações como um todo.

Com o passar das fases, acentua-se o peso que a ação institucional assume na luta das ocupações. A diferenciação que Marcelo Lopes de Souza³¹ estabelece quanto ao Estado dentro das tradições políticas das esquerdas é também uma baliza para refletirmos sobre essas fases. Tais tradições são posturas teóricas constituídas historicamente: a estadocêntrica, representada pelo leninismo; a estadofóbica, pelos anarquistas clássicos; e a estadocrítica, mais contemporânea, abarcando setores libertários e marxistas. Cada uma dessas correntes enfrenta suas contradições com base na tradição à qual se vincule e onde se encontram nas disputas apresentadas.

²⁸ MASCARO, Estado e forma política, 2013, pp. 10–11.

²⁹ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 55–56.

³⁰ MASCARO, Estado e forma política, 2013, p. 18.

³¹ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, p. 56.

Quanto ao Estado e seu papel, o mesmo autor resgata a definição de Nico Poulantzas,³² para quem o Estado não é neutro — como dizem os liberais — e não é o comitê executivo da burguesia — como creem os marxista-leninistas e os anarquistas clássicos. O Estado tem que ser conquistado e desmontado, afinal ele é a forma política do capitalismo, ter como fim sua conquista não é suficiente para transformações. Essa constatação salienta o cuidado ao utilizar seus mecanismos nas lutas das ocupações urbanas — as diferentes fases que estabelecem ao ler esses movimentos sociais indicam, com suas contradições, que uma postura estadocrítica deve predominar nesse ativismo. Ignorar o Estado não faz sentido. É tão equivocada quanto aceitá-lo como uma instância absoluta. Numa perspectiva que valoriza aspectos autonomistas, o Estado é problemático por natureza; uma postura crítica ao Estado e a suas institucionalidades deve perpassar qualquer situação. A participação nas instituições e a utilização de seus instrumentos parecem necessárias dentro das lutas, o que não significa aceitação desses preceitos num processo de autoengano. As fases demonstram como a atuação institucional é sempre limitada frente à realidade.

No nosso caso, “lavar-se também com água suja” pode ser interpretado como a sabedoria que reside em, mesmo sabendo que o Estado constitui uma instância de poder heterônoma, não é possível ou razoável, para os movimentos emancipatórios, suas organizações e ativistas, pretender sempre, pura e simplesmente, ignorá-lo.³³

O Estado, na sua essência, não serve à liberdade, serve ao controle.³⁴ Não podemos nos esquecer desse fato elementar, razão pela qual é preciso desconfiar sempre de qualquer instância de participação que se dê a partir de seu espectro. As estratégias das ocupações, como movimento social urbano, dão indícios de que estar no Estado e nas instituições é válido como estratégia de disputa política, porém, apostar no Estado para superar os problemas estruturais de uma sociedade “equivale, para os movimentos emancipatórios, a caminhar para o precipício”.³⁵

Nos momentos em que a luta institucional ganha espaço, é importante controlar seus procedimentos. O Estado e as instituições podem atropelar aspectos internos dos grupos sócio-espaciais, porém ele, pela distância a que se coloca dessas

³² Ibidem, pp. 58–59.

³³ Ibidem, p. 60.

³⁴ Ibidem, pp. 64–65.

³⁵ Ibidem, p. 65.

questões internas, acaba não as compreendendo, e suas eventuais soluções são morosas. Nesses casos, os grupos sócio-espaciais podem jogar com essa morosidade para impedir que os processos avancem sem que os primeiros controlem seus resultados. As Ocupações da Izidora têm se valido dessa estratégia durante suas negociações: sempre que o Estado se impõe, os grupos sócio-espaciais das quatro ocupações colocam elementos ou assumem posturas que levam a recuos dos agentes estatais. Se essas atitudes não levam a uma efetiva emancipação, elas proporcionam momentos de reorganização e ampliam as possibilidades de os processos assumirem novos rumos, levando a desacelerações contra as imposições estatais e de seus representantes:

Contra o aparelho de Estado, é necessário explorar, sobretudo, a capacidade de usar artimanhas, de ludibriar, ao mesmo tempo que se é muito veloz (características marcantes da capoeira); ademais, é preciso aprender a usar o peso do adversário contra ele próprio (engenhosidade típica do judô).³⁶

1.1.3 Agentes políticos fora do Estado e as ilusões do neoliberalismo

É importante lembrar que o Estado e seus asseclas tendem sempre a operar através da cooptação e da repressão. Entre os agentes que compõem os movimentos sociais urbanos estudados, são diferentes as reações contra isso. Os moradores das ocupações, que cotidianamente estabelecem com o Estado uma relação marcada pela repressão, costumam desconfiar quando se aplicam instrumentos de persuasão; assim, na minha avaliação, essas ferramentas são mais eficientes junto aos apoiadores, especialmente aqueles que não têm nenhum vínculo com as organizações políticas. Estes ficam com receio de uma eventual mudança das tratativas para a repressão e acabam cedendo ou ficam pautando suas escolhas assentes em preceitos institucionalizados e com isso embotam a disputa política. Muitas vezes os moradores questionam as propostas de enfrentamento colocadas pelos militantes, ocasiões em que pode parecer a um desavisado que haveria ali uma manifestação da cooptação. Ela ocorre em algumas situações, sim, mas também há situações em que se percebe a necessidade de desanuviar algumas disputas para seguir numa negociação, sendo esse, então, um momento para reorganizar os

³⁶ Ibidem, p. 70.

procedimentos e mesmo para questionar a capacidade do Estado em dar conta de realizar aquilo a que se propõe.

Alysson Mascaro coloca que o Estado é a forma política do capitalismo.³⁷ Ao ser ocupado, todavia, isso não significa que automaticamente passará a responder aos desejos daqueles que o ocuparam, a sua conquista não se dá no capitalismo, afinal é a sua forma política, e tem como fundamento garantir o funcionamento do sistema. Sendo assim, ocupar o Estado ou ter algumas pautas nele incorporadas não implica uma conquista efetiva. Os seus fundamentos levam a que aqueles que o ocupam procurem o equilíbrio para a manutenção do sistema, por isso a ação institucional é sempre limitada.

Os procedimentos burocráticos que marcam e dão o tom da ação institucional requerem cuidado. Negá-los é se iludir, assim como o é a sua excessiva valorização. Dessa maneira, os procedimentos dos apoiadores que exercem a assessoria demandam atenção, a natureza de suas atuações separa os sujeitos daquilo que é o objeto das assessorias, seus procedimentos quase sempre reforçam a lógica de reforma do sistema, limitando as possibilidades de ruptura, amortecendo a relação com os grupos sócio-espaciais.

Essa condição não é exclusiva dos apoiadores ligadas as atividades de assessoria técnica e jurídica. Em meados dos anos 2010 se formou o coletivo “Muitxs – Cidade que Queremos”,³⁸ uma ação libertária que envolvia várias organizações que atuavam na cidade, ela acabou sendo incorporada a estruturas partidárias já instaladas, ou que se formaram desde então. Por exemplo, as organizações políticas que conduzem as ocupações urbanas na cidade, apostaram nas estruturas partidárias — as Brigadas Populares têm participado do projeto “Gabinetona” do PSOL,³⁹ e o MLB se envolveu na criação do partido político UP, Unidade Popular. Tais escolhas suscitam um grande receio de que as experiências contemporâneas das ocupações urbanas de Belo Horizonte se tornem o que foi a experiência das lutas populares na cidade no período de redemocratização nos anos 1980, na experiência do PT na gestão municipal nos anos 1990. Essa é uma situação para cuja avaliação este

³⁷ MASCARO, Estado e forma política, 2013, p. 32.

³⁸ O coletivo “Muitxs – Cidade que Queremos” surgiu da união entre diversos grupos, como o Tarifa Zero, que luta pela melhoria do transporte público, a Praia da Estação, que atua no direito à ocupação dos espaços públicos e o Resiste Izidora, focado no direito à moradia, que se organizava através das Brigadas Populares, MLB e CPT-MG.

³⁹ PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

trabalho contribui, afinal apresento aqui reflexões acerca dos avanços e retrocessos a partir dessas escolhas de ação institucional. Essa estratégia acompanha outros casos ocorridos em todo o mundo, como aponta Marcelo Lopes de Souza:

Essa postura é típica dos politólogos, quase sempre incapazes, por uma espécie de atavismo epistemológico, de fazer uma crítica profunda do Estado, mas não é privilégio exclusivo deles: na Alemanha, um partido fundado em 2006, o Piratenpartei (Partido dos Piratas), um dos vários partidos de tipo semelhante existentes pelo mundo afora, vem empolgando jovens eleitores com um programa que vai da Internet grátis para todos até mais transparência, passando por mais participação e livre reprodução não comercial de obras culturais e de conhecimento, e obtendo notáveis sucessos eleitorais. Qualquer semelhança com o espírito “renovador” dos Verdes de trinta anos atrás (hoje considerados pelos Piratas como uma espécie de agrupamento de senhores e senhoras de meia-idade acomodados e convencionais) não será mera coincidência. Mais uma vez, comete-se o equívoco de apostar tantas fichas na via parlamentar e em estruturas partidárias.⁴⁰

Esta crença no Estado e nas suas estruturas burocráticas é algo a que também assistimos em Belo Horizonte. A experiência de assessoria técnica aos atingidos pelo desastre da Samarco deu indícios de como as estruturas burocráticas podem ser um grande problema para o avanço da produção do espaço para os grupos sócio-espaciais envolvidos, criando entraves que impedem uma efetiva restituição de direitos, indicando frustrações semelhantes nas ocupações urbanas de Belo Horizonte.

Apesar de todas as ressalvas apontadas acima, concordo com os autores que percebem as posturas estadocêntrica e estadofóbica como dotadas de um falso dilema: a experiência dos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas tem dado demonstrações, ainda que singelas, de que uma postura estadocrítica é um caminho que busca preservar o fundamental sem cair nos dogmatismos que marcam as duas posições⁴¹ — as crônicas trazidas neste trabalho buscam colocar essa minha avaliação à prova.

Partindo de uma postura estadocrítica, ainda que reformista, afinal é uma atuação política que tem como horizonte o direito à moradia ou a restituição de direitos atingidos por um desastre sociotécnico, que busca efetivas rupturas com as condições que culminaram nos conflitos. Não perdendo de vista que o sistema sempre apresenta alternativas que amortecem as questões postas, bloqueando os avanços dessas

⁴⁰ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 72–73.

⁴¹ Ibidem, p. 77.

resistências; as brechas que se apresentam devem ser aproveitadas, antes que passem a ser criminalizadas e deslegitimadas. As fases com as quais classifiquei essa resistência política evidenciam como essas situações foram aproveitadas, levando a avanços e retrocessos que serão apresentados.

A primeira fase, de ação direta, caracteriza-se por práticas com poucos vínculos institucionais e com as instâncias estatais. A ela pertence o meu envolvimento com os grupos sócio-espaciais das ocupações Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, todas iniciadas entre 2008 e 2013. Naquela época, as assessorias, as organizações políticas e os moradores utilizavam instrumentos formais, como planos urbanos e ferramentas jurídicas, para a conformação de seus territórios. Contudo, não havia nenhum vínculo formal com instituições ou com o Estado. Foi, então, período marcado por uma grande dificuldade de diálogo entre as institucionalidades e os gestores públicos. Os embates se davam com agentes do mercado imobiliário diretamente afetados pelas ocupações, geralmente construtoras de segundo escalão, proprietárias de lotes em bairros periféricos de Belo Horizonte e região, com pouco poder de pressão sobre o Estado,⁴² ou proprietários de terra que mantinham seus imóveis vazios sem cumprir sua função social. As relações entre os envolvidos no conflito fundiário eram peculiares. Atores de lados opostos da peleja se conheciam pessoalmente⁴³ e entravam em contato direto para construir acordos antes de reuniões com a prefeitura ou audiências nos tribunais.

Acerca dessa fase marcada pela ação direta, uma ressalva é necessária: a utilização das ferramentas do Estado pelos apoiadores assume um importante papel nas lutas que se estabelecem. Sendo assim, vale lembrar que a forma política no capitalismo não se restringe ao Estado ou às instituições estatais. Há vários outros instrumentos que também desempenham esse papel, agentes que não são diretamente estatais, mas têm também o papel de garantir a reprodução do capital. São, portanto, as institucionalidades a que me refiro, como as que representam os arquitetos e advogados que desempenham um papel relevante no processo,

⁴² Trata-se de empresas que atuam mais como subcontratadas de construtoras maiores do que como incorporadoras de empreendimentos com marca própria. Essa situação ficou mais evidente depois de 2006 e da financeirização de construtoras brasileiras (passando a sociedades anônimas com ações negociadas na Bolsa de Valores).

⁴³ Um militante das Brigadas Populares era amigo de um dos proprietários do terreno da Ocupação Dandara; meu padrinho de casamento era parente dos proprietários do terreno da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.

ganhando a alcunha de “intocáveis” — condição que será esclarecida posteriormente —, e indicam a condição de agentes políticos fora do Estado.

As instituições estatais se desdobram em poderes e em órgãos de governo e administração, civis e militares, mas as instituições políticas não se esgotam aí. Organismos e entidades não diretamente estatais, como partidos políticos, organizações não governamentais, grupos de pressão, associações, sindicatos, entidades de classe, ou mesmo determinados arcabouços culturais, símbolos, ritos e práticas, estando intimamente ligados à vida política, podem ser denominados por instituições políticas, ainda que não imediata ou formalmente estatais.⁴⁴

No capitalismo, o núcleo da política consolida-se no Estado, porém a forma política se desdobra em outras formas sociais que contribuem para a reprodução do capital. A arquitetura, o direito e, de certa forma, todos os campos do conhecimento que se colocam como autoridades naquilo que exercem, uma autoridade necessária para a reprodução do capital, que contribuem para as formas sociais capitalistas: “a forma-valor, a forma-mercadoria, a forma-sujeito de direito”.⁴⁵

Esse destaque quanto à condição autônoma do Estado⁴⁶ em relação aos agentes econômicos do capitalismo o coloca numa condição de capitalista por natureza. Mesmo que aqueles que o ocupem atuem contra a burguesia, o Estado será capitalista e terá como princípio e natureza a garantia do sistema. Qualquer institucionalidade está presente para garantir a reprodução do capital, qualquer atuação a partir de uma institucionalidade ocorre para garantir a reprodução do capital. O nosso envolvimento como agentes políticos fora do Estado busca corrigir um problema que marca a realidade brasileira: a ausência de políticas habitacionais, o que leva à necessidade de ocupações. É uma correção que essencialmente não rompe com sistema.

Apesar de considerar essa fase como marcada pela ação direta, a estratégia de luta política que tem nas institucionalidades o seu ferramental essencial dá indícios dos rumos que esse movimento urbano adquire. Alysson Mascaro chama a atenção para o fato de que o Estado como forma política do capitalismo absorve as contradições das lutas de classes no sistema,⁴⁷ e esse envolvimento, a seu turno, amortece aspectos que deveriam justificar rupturas, impedindo avanços de eventuais

⁴⁴ MASCARO, Estado e forma política, 2013, pp. 36–37.

⁴⁵ Ibidem, p. 37.

⁴⁶ Ibidem, p. 46.

⁴⁷ Ibidem, p. 61.

processos revolucionários, evidenciado com a conotação de “intocáveis” que os apoiadores e militantes das organizações políticas adquirem. Já nessa primeira fase, uma condição que se agrava nas demais. A ocupação urbana, por exemplo, é um caso que aparenta ruptura, entretanto, mantém as coisas como estão sem de fato transformá-las, utilizando-se de elementos que o Estado oferece. Na minha avaliação, já nessa fase o papel que exercemos como assessoria técnica junto às populações das ocupações urbanas não deixa de ser um processo de reinvenção do domínio estatal — não podemos esquecer que, conquanto pareçamos nos contrapor, operamos mediante instrumentos que esse Estado oferece. Esse é, portanto, um dos grandes desafios e uma das contradições que marcam os movimentos sociais aqui analisados. Essa participação faz parte dos aspectos do domínio que se vinculam à persuasão: ao utilizarmos essas ferramentas e não conseguirmos operar na luta política a partir de outros meios, estamos ali para garantir a reprodução do capital. Nossa atuação aí não deixa de ser uma ampliação da forma política do capitalismo.

Assim, a contingência dos profissionais e intelectuais orgânicos está na condição de trabalhadores assalariados sob mando da vontade última dos proprietários dos meios de comunicação, escolares e artísticos. Se as instituições conexas que formam o Estado ampliado permitem um acesso mais facilitado às suas atividades nucleares em comparação ao controle último do próprio Estado, também sua existência é resultante da circulação mercantil e da produção capitalista. É por razões estruturais que o Estado é ampliado, controlando regiões do todo social, em primeiro lugar, como garantia de sua própria existência e, em segundo lugar, como garantia da própria reprodução do capitalismo no qual o Estado se assenta existencialmente.⁴⁸

Os profissionais, seja de qual atividade for, são parte do sistema capitalista, e suas atividades existem para garantir a reprodução deste; esta é a condição de Estado ampliado, todos inclusive os grupos sócio-espaciais, fazem parte deste Estado ampliado. Profissionais como os arquitetos e os advogados deixam ainda mais evidente essa condição de Estado ampliado, pois exercem um controle e são portadores do discurso da ordem, que colocam como algo naturalizado e, dessa maneira, não percebem o seu papel na reprodução do capital, mesmo quando imaginam estar se colocando contra ele, determinando de forma importante os rumos dessas resistências.

⁴⁸ Ibidem, p. 72.

A segunda fase, ação institucionalizada, foca nos casos envolvendo os apoiadores e os grupos sócio-espaciais das Ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), a partir de meados de 2013. (Parte do que ocorre nas ocupações Dandara e Eliana Silva poderia ser incluída nessa fase, porém, dentro da minha escolha de organizar as crônicas de forma cronológica, elas foram tratadas como pertencentes à primeira.) A segunda fase se caracteriza pela ação via ONGs e universidades, em negociações com o Estado. Considero um marco histórico do início dessa fase a ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte em 30 de julho de 2013, quando essa aproximação com o Estado e suas instituições fica mais clara e se apresenta como necessária. A fase também coincide com o fato de várias das pessoas que atuaram na assessoria técnica e jurídica procurarem se qualificar em cursos de mestrado e doutorado, o que indica a necessidade de reflexão acerca do novo momento que os grupos sócio-espaciais atravessavam. Os limites e possibilidades de avanço da ação direta e da ação institucionalizada se tornaram temas centrais. Surgiram também sinais de esgotamento e desmobilização dos apoiadores (não dos moradores), especialmente nas Ocupações da Izidora, com embates frequentes entre aqueles que priorizavam a ação direta e os que priorizavam a ação institucionalizada. Ao mesmo tempo, essa fase deixou evidente certa negligência com a produção material dos terrenos ocupados. Na Izidora, entre reuniões de negociação com o Estado e proprietários de terrenos, aspectos da produção material do espaço passaram a ser tratados como se fossem contingenciais. Mas também houve avanços concretos: ocupações iniciadas na primeira fase, especialmente a Dandara e a Eliana Silva, obtiveram mesoestrutura urbana⁴⁹ e planos de regularização fundiária (as iniciadas na segunda fase ainda não colheram esses frutos). Os agentes imobiliários afetados pelas ocupações eram construtoras e incorporadoras maiores do que aqueles da primeira fase. Para o terreno das Ocupações da Izidora, estava planejado um grande conjunto habitacional que seria

⁴⁹ Mesoestrutura é parte da concepção de cidade geossuportada dentro da geologia urbana de Edézio Teixeira de Carvalho. Para esse geólogo, a cidade é composta por três camadas interdependentes: superestrutura, mesoestrutura e infraestrutura (plataforma geológica). Superestrutura: conjunto de edificações, compreendendo moradia, comércio, serviços, indústrias etc. Mesoestrutura: conjunto de sistemas que proporciona condições de funcionamento à superestrutura, adaptando-se às necessidades e ao porte desta e às condições de suporte dadas pela infraestrutura — no tratamento convencional, a mesoestrutura é considerada a infraestrutura urbana. Infraestrutura (plataforma geológica): suporte físico da meso e da superestrutura; é o sistema geológico, considerando os recursos hídricos, o solo e os diferentes aspectos do ambiente físico-territorial (CARVALHO, Geologia Urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte, 1999).

empreendido por três empresas de capital aberto, numa parceria público-privada com a Prefeitura de Belo Horizonte. A pressão das empresas e da prefeitura por uma solução do conflito fundiário era grande, o que também pressionou o movimento das ocupações na cidade a assumirem a ação institucionalizada — parte de seus componentes se organizam em ONGs e coletivos de arquitetos e advogados, com a retaguarda de grupos de pesquisa e extensão de universidades.

Nessa fase, desde o seu início esteve evidente que aquela atuação próxima ao Estado e suas instituições era insuficiente para o avanço do movimento social das ocupações urbanas. Inúmeras vezes advogados e arquitetos manifestavam a necessidade de manter a “luta política”, o que significava a ação direta. Dificilmente teríamos ganhos significativos na estratégia da ação institucionalizada. Os pequenos ganhos judiciais eram comemorados, mas colocados como insuficientes para a manutenção das ocupações. Também nessa fase fica mais clara a condição do Estado como um ente que garante a reprodução do capital⁵⁰ — como dito acima, ele é objeto de disputa, absorvendo nos seus procedimentos as contradições sociais e garantindo assim o funcionamento do capitalismo; sendo assim, uma aproximação acrítica pode favorecer a ampliação da capacidade do sistema de se impor como sistema de dominação, impedindo eventuais rupturas.

Na segunda fase, o contato com a burocracia estatal era recorrente, os “intocáveis” se apresentavam como apartados do Estado, mais próximos da sociedade, criando uma percepção de acesso, como se pudéssemos promover algum controle sobre as decisões, o que era sempre colocado à prova e evidenciava a necessidade da mobilização dos grupos sócio-espaciais afetados, tal a fragilidade que esse contato proporcionava. O envolvimento com o atendimento das demandas colocadas pela burocracia dificultava a atuação nos territórios ocupados, levando os grupos sócio-espaciais a uma configuração em que as assessorias técnicas e jurídicas pouco participavam da produção dos terrenos ocupados, o que ensejaria dificuldades internas na relação entre os moradores e as organizações políticas e seus apoiadores.

A terceira fase, ação institucional, compreende as experiências do acompanhamento do grupo sócio-espacial dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco, em Mariana. Como já dito acima, apesar de não ser uma ocupação, as relações estabelecidas nesse momento influenciam os

⁵⁰ MASCARO, Estado e forma política, 2013, p. 48.

procedimentos adotados pelos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte — especialmente nas Ocupações da Izidora, parte dos agentes que acompanhavam a assessoria técnica e jurídica estiveram envolvidos com os dois casos. Nessa fase ocorrem parcerias estreitas dessas assessorias dos atingidos e moradores com as instituições estatais, a ponto de, em campo, a assessoria e mesmo alguns atingidos e moradores serem identificados como representantes dessas instituições, especialmente o MPMG. O caso do desastre-crime da Samarco chega a ser paradoxal nesse sentido: a assessoria atua junto ao MPMG contra um capital globalizado que exerce enorme influência sobre as instituições públicas e sobre o território onde atua. Em várias ocasiões, a Samarco e, posteriormente, a Fundação Renova tomam o lugar do Estado na formulação e implementação de políticas e na resolução de conflitos decorrentes do desastre, deixando a população ainda mais vulnerável. Nessa situação, a assessoria, em parceria com as autarquias estatais, disputa o Estado.

A dinâmica com a qual o Estado se apresenta, como um nível político apartado das individualidades e por isso garantidor de direitos numa disputa entre particulares, se mostrou aí como uma condição que se encontra em disputa, fragilizada frente ao papel que o poder público tem assumido nas últimas décadas: flexível para que outros agentes exerçam o papel que antes era eminentemente seu. O Estado fica ainda mais suscetível a influências de agentes com grande poder econômico e acaba renunciando a seu papel na gestão pública. Numa cidade como Mariana, que tem grande dependência da atividade minerária, o Estado aparece como um agente enfraquecido diante das empresas que operam na região, definindo políticas públicas e mesmo quando comete um crime, como foi o caso da Samarco. Com a ruptura da barragem, a empresa que cometeu o crime socioambiental é a responsável pelas resoluções que envolvem a restituição de direitos dos atingidos, definindo os rumos e os procedimentos a serem adotados.

O desastre da Samarco criou a condição para que os distritos atingidos, autoproduzidos durante vários anos, ingressassem numa lógica de relações mediadas como mercadoria. Não que esses lugares existissem fora dessa condição, mas, devido a um cotidiano afastado de uma dinâmica que transforma a tudo e a todos em mercadorias, a ocorrência do desastre gerou uma ruptura imediata e forçou todos a estabelecerem relações estranhas, e não construídas e amortecidas pelo tempo. O evento provocou o ingresso traumático dos atingidos num sistema com o qual eles já

viviam, mas que estava naturalizado e adaptado às lógicas locais. Com o desastre, ficou mais evidente que todas as coisas se tornam passíveis de troca, tudo é mercadoria.

A resolução dos problemas advindos do desastre começa com o protagonismo do MPMG, que expõe os limites de uma atuação que se restringe a regular relações de troca entre coisas. O acompanhamento da assessoria técnica e jurídica em parceria com o MPMG segue nessa mesma lógica e apresenta poucas saídas para superar essa condição.

Nessa terceira fase, explicita-se a definição de Alysson Mascaro acerca do Estado como forma política do capitalismo, uma instância que se coloca neutra entre agentes que não fazem parte da forma política Estado: os representantes das grandes empresas envolvidas com o desastre e os atingidos. O MPMG e seus parceiros atuam próximos dos atingidos, porém, sem romper com suas origens, operam como uma forma política que está ali para garantir que as coisas continuem como sempre foram.

A forma-valor somente se estabelece plenamente quando ao mesmo tempo se apresenta, enreda-se, enlaça-se e se reflete em várias outras formas sociais correlatas. Nesse conjunto, a forma jurídica — que constitui os sujeitos de direito, afastando as velhas relações sociais que julgam uns aos outros pelo arbítrio, pela força ou pelo acaso — é uma de suas engrenagens necessárias. Além dela, a forma política estatal é também sua correlata inexorável, constituindo um tipo específico de aparato social terceiro e necessário em face da própria relação de circulação e de reprodução econômica capitalista. Tal forma política, terceira e específica, é um ponto nodal das relações sociais capitalistas. No passado, com a interferência da vontade direta do dominante econômico na sorte política ou na sua interação com os trabalhadores ou demais contratantes, os vínculos estabelecidos na reprodução social eram do campo da servidão, da escravidão ou da mera ocasionalidade ou parcialidade do circuito de trocas. Os vínculos capitalistas, no entanto, são assegurados por meio do surgimento e da constância de um aparato político determinante e a princípio estranho aos contratantes. Mas não qualquer aparato. Não é o destacamento de capitalistas virtuosos, de líderes dos trabalhadores, de igrejas ou de sábios que constitui tal corpo estranho aos indivíduos em troca mercantil. O tipo específico de aparato da forma política é aquele que se instaura como Estado, numa unidade de poder alheia ao domínio econômico do capital e do trabalho, funcionando como garante político necessário no seio da reprodução econômica capitalista.⁵¹

Ao tratar os atingidos como sujeitos de direito, todos passaram à condição cabal de mercadorias, e a restituição de seus direitos atingidos com o desastre, por sua vez, tornam-se peças postas no mercado para serem trocadas, apagando suas características, diferenças e diversidades; todos se tornam mercadorias postas em

⁵¹ Ibidem, p. 25.

condição de igualdade e demandam regulação por um Estado enfraquecido e dependente das decisões da Renova e da Samarco, a responsável pelo desastre. A situação é marcada por uma grande frustração de todos os envolvidos: os agentes do MPMG, as assessorias parceiras e os grupos sócio-espaciais dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Nessa experiência, representativa da terceira fase, ficou negrito como o Estado não surge como algo imposto pelas instituições ou capturado pelo capitalismo, mas, sim, consoante Mascaró,⁵² como uma forma política que se pretende um terceiro apartado dos sujeitos mercadorias, no intuito de que possa regular suas relações sem parecer que está alinhado com algum dos lados. Ele é o próprio capitalismo na sua forma política necessária para seu funcionamento, ele é o sistema, não um representante. Qualquer atuação a partir de seus preceitos é limitada diante de objetivos de superação de mazelas, como a dificuldade de acesso à moradia nas ocupações urbanas ou a restituição daquilo que se perdera com o desastre nos distritos de Mariana.

A quarta fase — nesta tese apontada, mas pouco explorada — é marcada pela crise institucional e uma revalorização do Estado na gestão pública. Diz respeito às experiências de assessoria técnica aos grupos formados nas ocupações verticais Carolina Maria de Jesus e Vicentão, entre 2017 e 2018, e na Ocupação Zilah Spósito Helena Greco, que a partir de 2019, em conjunto com as negociações em que as demais Ocupações da Izidora estão envolvidas com a Prefeitura de Belo Horizonte desde 2013. O momento coincide com o ápice da crise política no Brasil, depois do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a presidência de Michel Temer e a eleição e posse de Jair Messias Bolsonaro. Tem havido, por parte desses grupos, uma tentativa de retomada do diálogo com o Estado e suas instituições que estão sendo desmontadas. A assessoria junto aos atingidos de Mariana foi como um treino para essa situação atual, um exercício de retomada do Estado e de suas instâncias políticas e administrativas. Este momento é marcado por aliviar críticas que foram construídas nos últimos anos, numa tentativa de recuperar certa normalidade institucional aparentemente perdida, condição que gera incômodos, já que esse mesmo Estado, supostamente perdido, não se dispôs, anteriormente, a atender as demandas desses grupos sócio-espaciais.

⁵² Ibidem, p. 31.

A fase em que cada grupo sócio-espacial começou a se formar tem influência nos procedimentos que adota para a manutenção de sua existência no decorrer dos anos. Os riscos do envolvimento com o Estado e outras instituições são uma constante. É uma relação que deve ser sempre conduzida com cuidado. Os grupos não devem negá-la, assim como não devem valorizá-la. Qualquer postura que feche questão nessa relação pode ser uma grande ilusão e prejudicar os seus avanços nas diferentes fases.

Nessas horas, recorre-se à associação necessária entre capitalismo e Estado democrático de direito,⁵³ o que ficou demonstrado, ao longo das diferentes fases, ser uma falácia: o capitalismo não depende da democracia para existir, o arranjo político pode assumir diferentes formatos para garantir a reprodução do capital; por conseguinte, a democracia não é o arranjo político necessário para a forma política do capitalismo, o essencial é que essa forma política garanta a reprodução do capital, e, em determinadas sociedades, o arranjo político democrático não o faz, o que tem ficado evidente nos últimos anos, especialmente após o golpe jurídico parlamentar que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A luta pela ampliação da democracia é historicamente posta pelos trabalhadores; a burguesia tende a deixar como está. Entretanto, nessa luta pela democracia, a estrutura de exploração que a forma política garante ao sistema é reforçada e reiterada sempre que se ampliam os espaços democráticos. Não há nessa luta um sentido de ruptura, mas de reforma, que mantém e garante a permanência do sistema.⁵⁴ Os grupos sócio-espaciais estudados se mantêm nessa condição, a democratização do acesso à moradia é uma luta dos trabalhadores, assim como a restituição dos direitos dos atingidos de Mariana; ambas, contudo, são situações que não promovem de fato uma ruptura com o sistema. Ter clareza dessa condição e dos seus limites é importante para compreendermos sua contribuição para a elaboração de estratégias para disputa de uma sociedade na qual situações como as ocupações urbanas e resoluções para um desastre sociotécnico não sejam mais necessárias.

A crise institucional que atravessamos e essa valorização da ação estatal e institucional por parte dos grupos sócio-espaciais no intuito de retomar algo que nunca se teve são aspectos que considero um equívoco que fica latente na quarta fase. Esta tese, com suas crônicas e os testemunhos dessas lutas de resistência, almeja

⁵³ Ibidem, pp. 32–33.

⁵⁴ Ibidem, p. 58.

evidenciar que o Estado, suas instituições e as institucionalidades são menos uma possibilidade para a superação de crises, e mais parte dos problemas que são criados e que impedem efetivos avanços, garantindo a permanência, e não a ruptura.

1.2 Métodos

1.2.1 Assessoria técnica como pesquisa-ação

O material que fundamenta esta tese é proveniente de coletas realizadas ao longo do trabalho de assessoria técnica aos grupos sócio-espaciais aqui apresentados e analisados. Essa coleta começou num período em que não haviam sido definidos os objetivos de pesquisa ou as categorias de análise. Interessava-me registrar e sistematizar as experiências de assessoria técnica às ocupações urbanas, mas ainda sem uma bem definida estratégia de pesquisa.

Posteriormente, fui identificando metodologias e estratégias de pesquisa que já inspiravam a assessoria técnica, mas sobre as quais eu pouco refletia; são elas: a pesquisa-ação, a extensão universitária e as atividades de ensino em disciplinas universitárias extensionistas. Explicarei aqui como elas estiveram presentes no desenvolvimento desta pesquisa.

A experiência como assessor técnico das ocupações me permitiu a construção de uma relação de confiança com muitos atores do processo e, assim, o acesso a evidências que uma observação ‘passiva’ dificilmente revelaria. Participei de decisões técnicas e políticas, tanto internas aos grupos sócio-espaciais quanto em relação a agentes externos. Nesse sentido, esta tese é a continuidade de uma autoanálise que se iniciou no mestrado em 2012 — eu, como pesquisador, sou também ator no processo. Tal condição coloca uma das questões polêmicas nas reflexões acerca do protagonismo numa pesquisa-ação. Para Thiollent, os protagonistas são aqueles que participam da ação, o pesquisador tem a posição de assessor.⁵⁵ Nos casos aqui pesquisados, os assessores assumem muitas vezes uma posição de destaque, razão pela qual os entendo também como protagonistas, junto com os grupos sócio-espaciais analisados.

⁵⁵ THIOLENT, Metodologia da pesquisa-ação, 1988, p. 70.

Os aspectos pesquisados são definidos por mim, como pesquisador, mas também pelas situações em que me envolvi. Nas crônicas apresentadas na tese, fica evidenciada essa característica: tanto a realidade pesquisada não é fixa quanto os métodos empregados vão se adaptando aos contextos em que a assessoria técnica, como pesquisa-ação, se envolve; é um processo dinâmico e ativo que sofre ajustes enquanto se desenvolve. Trata-se, assim, de uma pesquisa marcada pela flexibilidade, por um vaivém, sempre pautada pelas questões da realidade na qual a assessoria atuava. Essa flexibilidade foi necessária e mais eficiente que um ordenamento rígido na condução da assessoria e no levantamento de dados para as análises da pesquisa. Referida condição leva a questionamentos desta produção como conhecimento científico. Apesar de ser uma discussão que considero superada, perdura a polêmica dentro das ciências sociais aplicadas sobre a cientificidade de um método de trabalho científico que não se restrinja aos procedimentos típicos das ciências físicas e naturais (insuficientes, diga-se de passagem, para dar conta dos temas e objetos de estudo sobre que este trabalho se debruça).

Eventuais questionamentos que a pesquisa que fundamenta esta tese possa levantar exigem rigor no registro dos seus procedimentos, que serão expostos no decorrer das crônicas para viabilizar sua compreensão no contexto das escolhas de pesquisa e que contribuem para os resultados colhidos.

Thiollent indica que uma pesquisa-ação, um dos métodos de pesquisa que fundamenta esta tese, se desenvolve adequadamente em grupos pequenos, qualificando-o como “um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte”.⁵⁶ Quanto a esse limite, vale destacar que, apesar das grandes dimensões que assumem as ocupações urbanas e as outras experiências aqui analisadas, a atuação da assessoria ocorreu efetivamente com grupos muito reduzidos — as coordenações, lideranças e grupos limitados de atingidos pelo desastre da Samarco —, não obstante os resultados da assessoria tenham influenciado um público mais amplo do que aquele que estava em contato direto com o assessor. Esse é um aspecto a ser destacado para a avaliação dos limites dos resultados aqui apresentados e para demonstrar que o método da pesquisa-ação foi utilizado dentro de constrições já estabelecidas entre seus praticantes.

⁵⁶ Ibidem, pp. 8–9.

A pesquisa que venho desenvolvendo privilegia os aspectos empíricos, o que não significa que eu me abstenha de um referencial teórico, ele está sempre presente e será apresentado sempre que necessário. Entretanto, tal referencial não é determinante; a realidade com que a assessoria técnica se depara influencia de maneira mais grave os rumos da pesquisa, instigando, inclusive, a escolha de referenciais teóricos que contribuam para interpretar situações com as quais me deparei ao longo dos trabalhos. Essa pesquisa, dessa maneira, tem como aspecto fundamental não partir de abstrações descoladas da realidade em que a assessoria atua.

A assessoria técnica que sustenta este trabalho foi como uma pesquisa social de base empírica, ocorrida a partir de problemas coletivos com que me envolvi como assessor técnico e pesquisador. Os problemas e as respostas decorrentes desse processo foram produzidos por mim e pelos outros agentes envolvidos de forma cooperativa e participativa,⁵⁷ seguindo procedimentos semelhantes àqueles indicados em uma pesquisa-ação. As atuações da assessoria técnica aqui apresentadas foram, desde o início, pensadas assim, ainda que eu não conhecesse as reflexões da pesquisa-ação como método de pesquisa.

A pesquisa-ação agrega vários outros métodos da pesquisa social e tem como fundamento elementar refletir sobre as possibilidades de interação entre o pesquisador e os grupos sociais pesquisados. Esta tese apresenta elementos para contribuir nessa reflexão, para avaliação dos avanços e limites desse método.

Numa pesquisa-ação, a clássica situação de formulação de hipóteses a serem comprovadas não adquire o mesmo papel observado nas pesquisas convencionais, ela implica uma interação com a realidade pesquisada que pode levar a situações-problema que não estavam postas *a priori*. As hipóteses são tratadas como diretrizes, numa condição menos rígida, o que não elimina o raciocínio hipotético, mas torna essas hipóteses mais suscetíveis à substituição no decorrer do processo.

Seja como for, podemos considerar que a pesquisa-ação opera a partir de determinadas instruções (ou diretrizes) relativas ao modo e encarar os problemas identificados na situação investigada e relativa aos períodos de ação. Essas instruções possuem um caráter bem menos rígido do que as hipóteses, porém desempenham uma função semelhante. Com os resultados da pesquisa, essas instruções podem sair fortalecidas ou, caso contrário, devem ser alteradas, abandonadas ou substituídas por outras. A nosso ver a substituição das hipóteses por diretrizes não implica que a forma de raciocínio

⁵⁷ Ibidem, p. 14.

hipotética seja dispensável no decorrer da pesquisa. Trata-se de definir problemas de conhecimento ou de ação cujas possíveis soluções, num primeiro momento, são consideradas como suposições (quase-hipóteses) e, num segundo momento, objeto de verificação, discriminação e comprovação em função das situações constatadas.⁵⁸

Essas diretrizes hipotéticas me ajudaram, ao longo da assessoria técnica e da pesquisa, a estabelecer relações com outros aspectos da realidade estudada, auxiliando-me a organizar os procedimentos e elencar elementos a serem observados, orientando o trabalho e mesmo contribuindo para formular ideias gerais sobre a situação estudada — mas que eram confrontadas e eventualmente substituídas, o que não significou um abandono da pesquisa. A interação dessas diretrizes com a realidade e as supostas utilidades resultantes desses embates são mais relevantes e determinantes na condução e manutenção do estudo.

Nesta pesquisa, o diálogo com os moradores das ocupações urbanas e de outras situações estudadas não ocorre naturalmente, há uma predisposição para relações verticalizadas e marcadas pelo controle dos assessores técnicos e pesquisadores, uma condição que enseja uma preocupação constante em criar instrumentos e ferramentas que permitam essa interação de tal modo que todos compreendam as definições daquilo que é pesquisado, algo determinante para os resultados deste estudo. O público com quem a assessoria interage vem de uma experiência de vida marcada pela submissão, e a busca por uma relação dialógica é uma interferência importante na realidade, motivo pelo qual não pode ser desconsiderada como dado que também determina resultados e pode proporcionar interpretações que não derivam da condição original em que acontece a pesquisa-ação da assessoria técnica.

Não quero com essa constatação desconsiderar os resultados construídos ao longo do processo de pesquisa, mas salienta como essa interferência gera uma percepção da realidade que não estava posta, e, por isso, ela precisa ser levada em conta como um dado a mais, com seus limites e avanços na interpretação dos eventos estudados. Afinal, o fato de grupos sócio-espaciais que aparentemente estavam predispostos a obedecer passarem a dialogar e se colocar como sujeitos de um processo social não é algo leviano, e pode iludir a todos — aqueles que estão envolvidos e os que entram em contato com essa pesquisa — com a aparência de

⁵⁸ Ibidem, p. 33.

uma mudança que pode ainda não ter ocorrido, como chama a atenção Paulo Freire ao refletir sobre o trabalho de extensão junto aos camponeses:

Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer.⁵⁹

Essa dificuldade de dialogar, que é fruto de uma estrutura social fechada e opressora, precisa ser compreendida e problematizada. Esse processo foi parte desta pesquisa-ação, uma estratégia para permitir o acesso a dados que não estão imediatamente disponíveis e que, ao se inserirem no âmbito da pesquisa, alteram a realidade em que se atua.

No caso desta pesquisa-ação, uma produção do espaço pouco refletida passa a ser problematizada, levando à percepção de aspectos que antes eram aceitos e obedecidos, mas que, então, começam a ser considerados como uma produção coletiva em que todos participam, mesmo que na condição de subalternos.

O discurso da assessoria técnica evidencia seus limites e contradições, e salienta a condição dialética da produção do conhecimento sobre a realidade em que atua, negritando a produção coletiva do espaço e suas disputas pouco destacadas ou muito desconsideradas — trajadas como inquestionáveis ou a única possível —, estabelecendo a autoprodução como uma possibilidade tão legítima quanto o discurso institucionalizado que a assessoria também apresenta. O processo da assessoria técnica explicita para todos os envolvidos essa condição dialética, colocando os diferentes saberes envolvidos na produção dos espaços em embate e interação, a fim de que se perceba que o conhecimento produzido nessa relação não é isolado, promove transformações e ao mesmo tempo se transforma.

A experiência é vivenciada coletivamente. Ainda que a assessoria técnica tenha uma posição de destaque e se encontre fundamentada em preceitos institucionalizados, ela não acontece de forma isolada e sofre interferências de todos os envolvidos, inclusive esclarecendo esses preceitos como ferramentas utilizadas nas disputas que envolvem os conflitos fundiários com os quais a assessoria técnica, como pesquisa-ação se envolve. Na pesquisa, há o esforço em compreender o mundo

⁵⁹ FREIRE, Extensão ou comunicação?, 2002, pp. 48–49.

do outro, dentro de uma perspectiva dialógico-problematizadora entre todos os envolvidos, fomentando o reconhecimento dos processos com suas contradições e dificuldades de avanço.

1.2.2 Assessoria técnica e a extensão universitária

A pesquisa desenvolvida nesta tese também aconteceu a partir das atividades de extensão universitária. Desde 2015 passei a atuar como professor extensionista no Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, e, a partir de 2016, como professor pesquisador do grupo MOM – Morar de Outras Maneiras, na Escola de Arquitetura da UFMG. Nessas duas instituições, atuei com atividades de extensão, e vários dos dados que analiso e apresento nesta tese são daí provenientes.

As atividades de extensão de que participo buscam superar tratamentos que ainda marcam essas atividades, concernente a uma suposta superioridade técnica do conhecimento produzido nas universidades em relação aos saberes das populações com quem as atividades se relacionam. Esta tese é um exercício de reflexão acerca também dessas atividades de extensão, um momento para minha avaliação e de todos que a lerem sobre se conseguimos de fato desenvolver uma parceria com as comunidades onde se deram as atividades, com um trabalho colaborativo.

O conceito de extensão que atravessa essas atividades procura dialogar com as críticas de Paulo Freire. Para ele, uma atividade de extensão que trata o outro como objeto e nega o seu protagonismo desenvolve estratégias que levam a uma imposição cultural — a utilização pouco refletida do conceito de “extensão” já é um indicativo disso. Essa é uma contradição que atravessa várias das experiências que a tese estuda. Como as atividades se dão em meio a conflitos fundiários, é recorrente um grande volume de tarefas que acaba por naturalizar essa imposição cultural. Este trabalho é também uma pausa para perceber melhor essa situação, compartilhando com todos os interessados as agruras das armadilhas em que caímos, para, quem sabe, conseguirmos amadurecer para lidar com eventos semelhantes, numa perspectiva cujo intento é desenvolver uma ação transformadora que desmonte a realidade e favoreça as manifestações de sujeitos ativos — sejam os que falam a partir do ambiente universitário, sejam os que constroem as realidades onde atuamos como extensionistas.

Paulo Freire nos diz, com toda a razão, que “conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção”.⁶⁰

Partindo dessa perspectiva crítica para a realização da extensão universitária, é importante ter em vista que aquilo que se apresenta como um problema para quem estende o conhecimento pode não fazer sentido nenhum como problema para aquele que é o objetivo da extensão. Sendo assim, a construção do problema da extensão, nos casos que serão apresentados, busca fazê-lo de forma mútua e colaborativa. Quando isso não ocorre, o pouco engajamento dos moradores com a proposta colocada é a evidência imediata de que o trabalho foi pouco eficiente na sua concepção. Uma extensão que configura uma imposição cultural retira do sujeito sua condição de ator histórico. Na assessoria técnica associada à extensão universitária, busca-se partir dos saberes, criticando-os durante a ação direta nos casos em que a primeira atua, para, junto dos moradores e atingidos, possam os assessores e extensionistas concluir qual caminho seguir naquela produção social do espaço, sendo o trabalho definido no campo, como nas caminhadas pelo terreno com os moradores ou durante os mutirões, como aconteceu nos canteiros em obras extramuros do Escritório de Integração. Os moradores das ocupações ou outros agentes diretamente afetados pela produção do espaço não são meros informantes, são também formuladores de problemas que têm rebatimento na pesquisa realizada e nas suas interpretações, num processo aberto que garante a interferência de todos os envolvidos. Não se trata, portanto, de um procedimento fechado e encerrado que garante somente a contemplação; os saberes não devem se sobrepor.

A equipe do EI elabora vários aparatos para promover o debate, antes e durante as intervenções, como maquetes, protótipos, jogos, croquis, informativos e painéis. São instrumentos de caráter processual, elaborados nas visitas técnicas, com o propósito de debater os termos da pauta de discussão e orientar a tomada de decisões. [...] O Canteiro em Obras, instância de ensino-aprendizagem prevista no PPP, esteve presente nas ocupações desde o início da assessoria técnica, em versões intramuros — no canteiro interno ao Campus — e extramuros — em campo.⁶¹

⁶⁰ CHONCHOL, Prefácio, 2002, p. 12.

⁶¹ PENNA et al., O político-pedagógico na prática, 2019, p. 240.

Um dos objetivos das atividades de extensão abordadas nesta tese foi colocar o técnico em formação em contato com a autoprodução do espaço que marca as cidades brasileiras.⁶² A expectativa é que essa ação auxilie a superar uma alienação que percebemos entre os estudantes de arquitetura e arquitetos em relação a como as cidades brasileiras têm na autoprodução um importante fator na sua formação.

As atividades de extensão nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, deve estar atenta para não descambar numa lógica missionária, quando se perde a objetividade e se impõe para as populações envolvidas uma lógica que não é a vivida pelas pessoas que convivem cotidianamente com a situação objeto da extensão. Quando essa lógica missionária é predominante, a invasão cultural fica evidenciada e o exercício da alteridade fica prejudicado. Uma atividade de extensão no sentido de estender algo a alguém — como se do outro lado não houvesse um conhecimento válido, partindo, assim, da concepção de que aquele que estende é que tem algo a oferecer — é evitada e constantemente alvo de reflexões e críticas. Esta tese participa dessa reflexão, discutindo a extensão numa perspectiva de ruptura com a tradicional imposição cultural que ainda marca essas atividades, buscando ressaltar a legitimidade todos os saberes colocados em contato.

Um problema que ainda atravessa as atividades de extensão é a perspectiva de que essa atuação possa transformar o mundo de um jeito melhor do que aquilo que já é praticado. Com essa postura, o sujeito ativo é quem estende, numa concepção de entrega, e não de troca (por mais que no discurso falemos em troca). Efetivamente, a nossa lógica é ainda a da entrega. Essa atitude messiânica que ainda marca as atividades de extensão aparece nos casos estudados. Uma das consequências de ir ao outro, normatizá-lo e torná-lo a imagem e semelhança do mundo que a ele se estende é domesticar essa população, treinando-a para as posturas hegemônicas. Em todas as experiências tratadas nesta tese, essa contradição é latente, sendo mais uma evidência da crítica que Paulo Freire já apontava para a extensão:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a 'outra parte do mundo', considerada inferior, para, à sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo.⁶³

⁶² Ibidem, p. 238.

⁶³ FREIRE, Extensão ou comunicação?, 2002, p. 22.

Entendo que as atividades de extensão desenvolvidas negam o que pretendem. Nesse sentido, esta tese é também um registo dessas contradições, o desejo de atuar na realidade a partir de um saber que se considera necessário e que, ao fazer isso, nega a realidade e os saberes construídos sem o rigor e o controle institucional. Essa contradição passa pela ideia de persuadir, considerando tacitamente que o outro não tem nada a oferecer, que é o seu objeto de ação do extensionista:

Persuadir implica, no fundo, num sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e num objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. Neste caso, o sujeito é o extensionista; o objeto, os camponeses. Objetos de uma persuasão que os fará ainda mais objetos da propaganda.⁶⁴

Assentes na perspectiva freiriana, notamos aí uma das grandes contradições da educação: pensada na sociedade contemporânea como uma ação de ruptura com a ignorância, não reconhece os processos internos dos saberes produzidos fora das instâncias institucionais e institucionalizadas. Essa contradição fica ainda mais destacada quando esse saber pretende sair de suas instituições e se aplicar na realidade com a extensão, colocando o conhecimento do outro como algo a ser substituído pelo que lhe é estendido. Supõe, assim, uma relação passiva, em que um leva, transfere, entrega e deposita um conhecimento que o outro não tem. Este último, então, nada teria a oferecer, explicitando uma concepção de educação em que o ato de conhecer é receber passivamente o conteúdo proveniente do outro.

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém —que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião (doxa), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas?⁶⁵

⁶⁴ Ibidem, p. 24.

⁶⁵ Ibidem, p. 26.

Por trás desse tratamento que caracteriza as atividades de extensão, há uma postura ingenuamente colonial, que desconsidera o outro como um sujeito também legítimo no mundo, com suas estratégias de produção da realidade. Ao constatar essa contradição que ainda está presente nas atividades de extensão que fundamentam essa tese, não quero defender que a realidade deveria se manter intocada, mas sim ser considerada um ambiente de conhecimento na interação de diferentes sujeitos com suas estratégias próprias, com diferenças legítimas que devem ser consideradas sempre com cuidado e crítica, sem partir de uma postura arrogante e superior.

A extensão como um ato de transferência não contribui para construção do olhar crítico. Indica que pensar “sobre” os sujeitos do lugar invadido não é o caminho, mas sim pensar “com” esses sujeitos, afinal somos todos portadores de conhecimentos válidos, buscando superar uma percepção do processo como uma conquista, que passa pela manipulação e o messianismo, uma dimensão ainda presente nos trabalhos que analiso.

Esse dirigismo que ainda nos marca, cria entre nós, assessorias e organizações políticas, ilusões de avanços, que sempre se mostram pouco efetivos e o trabalho busca demonstrar isto, especialmente nos momentos que apresento a oferta de trabalhos que não foram de fato solicitados, situações mais recorrentes quando nos deixamos pautar pelas demandas institucionais, e nos afastamos do cotidiano, uma armadilha que está sempre armada e que caímos com grande facilidade.

A tomada de consciência e o exercício da crítica não é um esforço individual, esta tese é uma exercício de coletivizar este desafio. Como aponta Paulo Freire a tomada de consciência é uma construção coletiva onde todos vão descobrindo juntos as possibilidades de transformação da realidade.

1.2.3 Assessoria técnica e o ensino em disciplinas extensionistas

No levantamento de dados para a pesquisa que sustenta a tese as atividades desenvolvidas nas disciplinas extensionistas também são importantes. Elas estão diretamente associadas às atividades de extensão, participando da produção de dados e sendo uma oportunidade de compartilhar com os estudantes, para além daqueles que são extensionistas, os temas da realidade com que as atividades de extensão atuam, articulando-os com os conteúdos previstos nas disciplinas. Como

professor, participei diretamente das seguintes experiências em graduações de arquitetura e urbanismo: nas disciplinas “Planejamento Ambiental Urbano” e “Metodologias colaborativas: o caso de Mariana” na PUC Minas; na “Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (OFIAUP) Problemas de Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários” e “Águas na cidade” na UFMG; e na pós-graduação lato sensu em Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço, nas disciplinas “Direito à Cidade, Políticas Públicas e Movimentos Sociais Urbanos” e “Produção do Espaço e Sustentabilidade Socioambiental”.

Os objetivos de uma disciplina de graduação ou pós-graduação são diferentes daqueles da assessoria técnica e das atividades de extensão universitária, entretanto, ao se associarem elas se retroalimentam, ampliando o que cada uma pode oferecer dentro de suas finalidades. Discutir, ainda que brevemente, os objetivos didáticos de uma disciplina extensionista como método de pesquisa e levantamento de dados desta tese se torna importante para avaliar os limites e as possibilidades que essas experiências proporcionaram. Ainda que vinculadas mais diretamente às atividades de extensão universitária, elas apresentam especificidades pedagógicas que merecem ser esclarecidas aqui.

Há uma percepção de que os processos de urbanização informais no Brasil atribuem a condição de extensionistas a essas disciplinas, como uma possibilidade de contato e aprofundamento acerca do tema. Essa aproximação permite compreender a autoprodução do espaço a partir da perspectiva dos autoprodutores, trazendo esse saber autoproduzido para perto daquele que é concebido no ambiente universitário.⁶⁶

As apreensões com o tratamento assistencialista⁶⁷ que muitas vezes caracteriza as atividades de extensão são ainda mais recorrentes nas disciplinas extensionistas. Como os estudantes se envolvem com a situação somente durante o período da disciplina, eles tendem a tratá-la sem a crítica necessária, e a abordagem assistencialista é recorrente. Na condução dos trabalhos, pouco se reflete sobre isso. Os objetivos principais das disciplinas ocupam um tempo maior na aprendizagem e questões como a crítica a essa abordagem que considero equivocada são algo pouco aprofundado, gerando leituras que anestesiaram o outro, não o mobilizando a construir

⁶⁶ ZERLOTINI et al., Como projetar com pessoas que vivem em áreas socialmente vulneráveis?, 2018, p. 125.

⁶⁷ FREIRE, Extensão ou comunicação?, 2002, p. 81.

seus caminhos, mas a ficar no mesmo lugar e aceitar as coisas como são, reforçando atitudes conservadoras. Esse é, inclusive, um dos limites dos dados provenientes de atividades didáticas extensionistas utilizados nesta pesquisa. Reconhecer essas restrições é também importante para superá-las nos casos de continuidade dessas práticas pedagógicas.

As disciplinas com que me envolvi tomam a microbacia como recorte territorial para a compreensão dos processos de autoconstrução nos territórios acompanhados pela extensão. Tal abordagem tem favorecido leituras objetivas numa escala de 1:1 sobre os aspectos físico-naturais e os processos de urbanização observados nas regiões estudadas, num tratamento que reforça, entre professores, estudantes e moradores, uma percepção sistêmica da microbacia como unidade de planejamento. Essa estratégia pedagógica extensionista e de levantamento de dados favorece também uma transdisciplinaridade dos aspectos analisados, cruzando e circulando entre os envolvidos diferentes campos do conhecimento que contribuem para a reflexão sobre a microbacia estudada. Já trabalhamos nessas experiências com arquitetos urbanistas, biólogos, engenheiros hidráulicos, engenheiros civis, geógrafos, sociólogos, antropólogos, geólogos, historiadores, pedagogos além dos moradores que participam dessa circularidade de conhecimentos com base em suas práticas profissionais e suas experiências como moradores e observadores cotidianos dos lugares onde atuamos. Essas atividades reforçam o caráter generalista da formação dos arquitetos urbanistas, mas o contato com a realidade favorece uma melhor compreensão das particularidades de cada um dos campos do conhecimento que participam das atividades.

Ademais, esse contato favorece um exercício didático menos abstrato, de modo tal que todos os envolvidos ficam mais predispostos a desenvolver procedimentos observando os recursos disponíveis. Essa condição também leva ao desenvolvimento de outros instrumentos e ferramentas para interpretação dos lugares estudados. Os levantamentos arquitetônicos, urbanísticos e dos aspectos físico-naturais — este último abrangendo relevo, hidrografia e geologia — quase sempre contêm informações cifradas que impedem o acesso de todos aos dados levantados. Nos exercícios de uma disciplina extensionista, esses levantamentos são realizados com uma linguagem e uma técnica que favoreçam a compreensão de todos, os iniciados e os não iniciados, numa experiência de alteridade que contribua na

formação de profissionais atentos às diferenças entre os grupos sócio-espaciais que formam uma cidade:

Como se portar no lugar (dos outros)? Sabemos que somente pela experiência é que podemos ascender à compreensão e ao conhecimento. A relação entre experiência e compreensão é simbiótica [...]. Um trabalho de campo/assessoria técnica só será bem-sucedido se houver uma relação de empatia entre as partes.⁶⁸

Apesar das potencialidades e dos esforços que as atividades de ensino fomentam na extensão e na assessoria técnica, ainda é recorrente o uso de instrumentos pouco adequados para ampliar a interação dos que participam das atividades. Um desses instrumentos é o diagnóstico, um método de ensino e organização dos dados que é aplicado em uma reflexão crítica mais aprofundada acerca de sua origem e objetivos. O diagnóstico é uma ferramenta aplicada à revelia dos interessados, como se fosse uma exclusividade para os especialistas. A tradição de construção de diagnóstico parte de uma não participação dos não especialistas, um monopólio a ser superado e sobre o qual se deve refletir dentro da sua prática no campo da arquitetura e do urbanismo. A concepção de diagnóstico é oriunda da medicina, sendo apropriada por outros campos do conhecimento sem considerar as devidas diferenças e complexidades que envolvem. Ele acaba por restringir seu tratamento às faltas e aos problemas encontrados, não considerando as soluções que as situações-problema também apresentam; cuida-se, assim, de uma abordagem que promove profundas distorções.

Como método de levantamento e organização dos dados, o diagnóstico não consegue dar conta das realidades onde as atividades de ensino extensionista atuam. Não obstante, ele ainda é aplicado como exercício nas disciplinas de que participo como professor, sendo experimentado, mesmo diante de todos os seus limites, como 'retrato' da realidade estudada, mantendo-se sua condição de instrumento que "sempre focaliza o que falta: educação, recursos etc. Não são enxergadas as potencialidades dos produtores e do seu meio circundante".⁶⁹

As atividades de ensino associadas à extensão contribuem para a problematização do conhecimento estabelecido dentro das instâncias institucionalizadas, buscando romper com a ilusão do saber absoluto supostamente

⁶⁸ PENNA et al., O político-pedagógico na prática, 2019, pp. 242–243.

⁶⁹ THIOLENT, Metodologia da pesquisa-ação, 1988, p. 50.

detido pelos especialistas, algo que os leva a acreditar em rupturas com o instituído a partir simplesmente da prática do conhecimento de que são portadores. Nesse sentido, as atividades de extensão contribuem para uma formação crítica ao revelar que a realidade pretensamente transformada pelo conhecimento de que os estudantes são portadores ainda carregará as marcas anteriores daquilo que parece superado.

Apesar da idealização ainda presente nas atividades de ensino extensionistas de que participei e participo, o aprendizado que essas disciplinas proporcionam, pautado numa concretude mais evidente, favorece o afloramento das contradições dessa idealização do outro que acaba por anulá-lo como sujeito de sua história.⁷⁰ Quando idealizamos o outro, a prescrição do que pretendemos numa atividade é um caminho natural, sendo essa uma manipulação que o coisifica e apaga as possibilidades de emancipação e construção do conhecimento, caso em que se revela a efetivação de uma estratégia de domesticação,⁷¹ mesmo que essa não seja a intenção daqueles que desenvolvem as atividades. Nos dados advindos dessas disciplinas extensionistas, fica latente certa frustração, corporificada em manifestações dessas contradições que atravessam as idealizações e as prescrições — esta tese compartilha dessa condição.

Apesar de todas as ineficiências que tenho experimentado nessas disciplinas extensionistas e, conseqüentemente, na coleta de dados que elas proporcionaram para esta tese, há, entre seus objetivos, a promoção de procedimentos pedagógicos que se aproximam dos preceitos freirianos, consoante os quais a educação não é mera transmissão de saberes e perpetuação de uma cultura, mas uma construção colaborativa, na direção de uma nova postura frente à realidade, a partir da cumplicidade na produção do espaço.

Esta é a razão pela qual, para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”.⁷²

Os dados gerados a partir dessas atividades estão imbuídos dessas intenções, considerando todos os envolvidos nos grupos sócio-espaciais estudados como

⁷⁰ FREIRE, Extensão ou comunicação?, 2002, p. 73.

⁷¹ Ibidem, p. 78.

⁷² Ibidem, p. 78.

sujeitos do conhecimento, não receptores de um conhecimento de outrem. Professores, estudantes, militantes e moradores, juntos, constroem uma trajetória compartilhada como produtores de seus espaços de vida e luta política.

1.2.4 Entrevistas como registro e testemunhos compartilhados

Os dados utilizados nesta tese foram produzidos durante o acompanhamento da assessoria técnica direta, nas atividades da extensão universitária e nas disciplinas extensionistas, e se apresentam na forma de relatos escritos, fotografias, filmagens, gravações de áudio e materiais usados no desenvolvimento dos trabalhos, tais como desenhos e maquetes. Quanto aos relatos, trata-se de descrições narrativas dos acontecimentos, das relações políticas e dos interlocutores, que redigi ao longo da assessoria técnica, à semelhança do clássico diário de campo. Além disso, também recorri, na pesquisa aqui apresentada, a relatos de outras pessoas, tais como correspondências e atas de reuniões. Quanto a fotografias, filmagens e gravações de áudio, estas foram feitas — por mim e por outros participantes — em momentos de reuniões e outros eventos coletivos, como meros registros e sem maiores pretensões. Câmeras ou gravadores estavam à vista de todos, mas ninguém lhes dava importância. Por isso, esse material é em parte confuso e de má qualidade técnica. No entanto, considero que justamente a espontaneidade dos registros ajudou na análise da interação entre as assessorias, organizações políticas, moradores e atingidos. Os desenhos e as maquetes produzidos por mim, outros técnicos e estudantes para as discussões, que aparecem nas fotos e nos filmes, também ajudam a contextualizar tal interação e compreender como se desenrolaram os acompanhamentos dos grupos sócio-espaciais.

Uma fonte adicional de dados utilizada nesta tese foram as entrevistas com militantes das organizações políticas, apoiadores e outros membros da assessoria técnica e jurídica, além dos moradores dos grupos sócio-espaciais que acompanhei como parte das equipes de assessoria técnica, extensão e de professores. A escolha quanto a quem entrevistar passa por preencher lacunas, informações que não estão à mão, como as que dizem respeito aos bastidores da produção do espaço nas ocupações urbanas de Belo Horizonte.

As entrevistas são um método de pesquisa das ciências sociais para produzir dados. Ao preencherem lacunas, elas contribuem para a compreensão da situação

pesquisada — no caso desta tese, a produção social do espaço dos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte e dos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco em 2015. Elas são um testemunho sobre o tema pesquisado, como o são outras evidências interpeladas e interpretadas no trabalho. A realização da entrevista, sua interpretação e utilização contribuem, nesta tese, para o entendimento de como os grupos sócio-espaciais se organizam na produção dos espaços e como a luta política se desenrola a partir das disputas institucionais. Os métodos de entrevista explorados neste trabalho encontram aí sua motivação, razão pela qual são privilegiados: os de caráter etnográfico, uma abordagem que está diretamente relacionada à assessoria técnica desenvolvida desde 2008 na Ocupação Camilo Torres e que se repetirá nas demais experiências exploradas neste trabalho; e os de caráter narrativo, que exploram as histórias dos agentes e suas percepções das experiências dos grupos sócio-espaciais pesquisados.⁷³

A escolha da entrevista como método para produzir dados amplia as possibilidades de compreensão dos processos de produção do espaço experimentados pela assessoria técnica. Várias informações geradas nas experiências de assessoria cooperam para tanto, contudo, esses dados são imbuídos dos aspectos institucionais ou institucionalizados. Ainda que estes sejam aspectos importantes na formação desses grupos, eles não são suficientes para revelar a perspectiva dos moradores, que são ainda alijados dessas instituições e, conseqüentemente, pouco representados pelos dados produzidos pelas assessorias e organizações políticas. As entrevistas são, então, uma possibilidade de interação com esses agentes que pouco participam das instâncias institucionalizadas, que têm pouco espaço em outros meios para registrar suas leituras desses conflitos fundiários.

Ainda assim, entrevistas são oportunidades de uma interação com pessoas e mundos que não existiria por outros meios. Esse é o argumento principal e suficiente a seu favor. Importa observar suas limitações, acirrar a vigilância ética e epistemológica, e ter alguma clareza sobre o que se procura, quem são os potenciais entrevistados, como abordá-los e o que suas expressões significam no processo de pesquisa.⁷⁴

O envolvimento direto da assessoria técnica com o conflito fundiário permitiu também a vivência de processos de disputa política que ainda são recentes e com poucos registros sobre seus resultados. Nessa toada, as entrevistas com outros

⁷³ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p. 10.

⁷⁴ Ibidem, p. 9.

assessores e militantes das organizações políticas foram uma oportunidade de reflexão sobre as experiências compartilhadas, contribuindo para a produção de dados a partir de sujeitos que nutriam cumplicidade na disputa. São, assim, reflexões e o registro de informações ainda muito próximas ao calor dos acontecimentos.

Ademais, tal escolha metodológica se deve também ao estreito contato que estabeleci com vários agentes que compunham esses grupos sócio-espaciais, tornando-se, pois, uma oportunidade de registro que poderá no futuro ser disponibilizado para que outros pesquisadores possam estudar esses processos urbanos ocorridos em Belo Horizonte entre 2008 e 2021, período abrangido por esta pesquisa. Na tese utilizo trechos dessas entrevistas para construir minhas análises e para expressar essa condição de cumplicidade da assessoria com todos os envolvidos. Para destacar essa cumplicidade, utilizo trechos das entrevistas como excursos colocados junto ao meu texto, apresentando outros testemunhos além do meu acerca de diferentes eventos ocorridos nas situações pesquisadas.

Neste momento ainda não disponibilizo para outros pesquisadores as entrevistas realizadas na íntegra. Esse cuidado se deve ao fato dos conflitos que as entrevistas tratam ainda estarem em andamento. Disponibilizar estas informações podem prejudicar os rumos destas disputas. No futuro esta questão pode ser reavaliada. Ainda relacionado a este cuidado, as entrevistas não apresentam a identificação do entrevistados, sempre me refiro a três agentes presentes nos grupos sócio-espaciais, são eles: moradores, militantes e apoiadores.⁷⁵

Dentre as críticas às entrevistas como uma estratégia recorrente nas pesquisas empíricas está a que este método retira o entrevistado de seu contexto. Os limites de uma entrevista se assemelham aos resultados de uma pesquisa em laboratório, ou seja, a entrevista é uma representação⁷⁶ da realidade, e não deve ser compreendida como a própria realidade.

⁷⁵ Quem são aqueles que participam das ocupações urbanas? São os moradores — estes com uma história de vida ligada à pobreza na cidade — militantes das organizações políticas e apoio externo vinculados à pequena burguesia da sociedade belo-horizontina — boa parte deles ligados a instituições universitárias da cidade.

⁷⁶ A representação diz respeito à coisa em si, mas não é a coisa. Apesar de não ser a coisa, isso não implica que ela não tenha a mesma influência na realidade que aquela. A representação é como o indivíduo dá sentido à vida, dá sentido ao mundo. As evidências dela se manifestam no habitus e nas disposições. Podemos pensar a prática como a coisa, e a representação como manifestações da existência da coisa, sem sê-la necessariamente. Essa condição pode colocar a representação como algo com menor importância, entretanto ela é algo que influencia a realidade humana tanto quanto a prática — ela determina a prática e é por ela determinada.

A entrevista tira o sujeito de seu contexto, o seu discurso é em alguma medida idealizado, por isto, é necessário cruzá-lo com outros de várias naturezas, não no sentido de verificar a suposta verdade do que se fala, mas compreendendo os aspectos dialéticos que o entrevistado apresenta.⁷⁷ Por exemplo, a discussão dos herdeiros da Izidora é uma tradição inventada⁷⁸ que é repetida pelos moradores, especialmente, quando em contato com agentes externos às ocupações. Essa tradição inventada legitima os moradores no terreno ocupado, na medida em que se colocam como herdeiros da Izidora não quer dizer que experimentam uma mentira, mas também não há outros testemunhos que validem essa informação, como um inventário dos bens da Izidora e sua destinação para os referidos herdeiros. Essa tradição inventada, expressa nas entrevistas, precisa ser interpretada dentro do contexto da disputa política que está posta, é uma situação típica, especialmente em momentos de conflito, em que uma informação é veiculada sem uma efetiva comprovação, mas que consegue ter resultados políticos importantes, gerando dúvidas possíveis, que mesmo que não comprovadas geram desconfortos que dificultam uma simples reintegração de posse dos terrenos ocupados.

As entrevistas foram do tipo não estruturadas e com alguns entrevistados foi necessária a realização de mais de uma sessão para discussão dos temas propostos. Ela era orientada por um conjunto de perguntas que foram repetidas para diferentes entrevistados, o que permitiria comparações das respostas, o que acabou não ocorrendo, as respostas indicavam outros caminhos para a entrevista seguir, e a pretensão de uma entrevista semiestruturada perdeu seu sentido, as perguntas se tornaram uma baliza que me orientavam, mas não eram tão determinantes, se assemelhando com o método da entrevista guiada.

A representação é algo que repõe o que está ausente, está mediando alguma coisa; ela não é a coisa, mas remete a ela imediatamente. Como algo que repõe, a representação pode ser entendida e interpretada por aquele que com ela entra em contato não necessariamente como deveria ser. A representação pode, assim, assumir outras roupagens a partir do arcabouço simbólico daquele que com ela entra em contato, ou seja, ela pode ser transformada a partir das disposições de quem a vivencia.

Ela passa pela realidade, mas é também desejo — como eu me vejo não é necessariamente o que sou de fato, mas o que acredito e gostaria de ser, e isso tem resultados ou influências importantes na realidade e na constituição do fato, mas não se confunde com este último, ou seja, a prática tem outros resultados de que a representação necessariamente não deu conta. A sociedade não é o seu ideal, mas a realidade é portadora desse ideal que a sociedade faz de si mesma.

⁷⁷ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p. 7.

⁷⁸ HOBBSAWM et al., A invenção das tradições, 1984.

As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos, as estratégias de recolhimento dos dados através delas sofreram variações. Parte das entrevistas foram realizadas durante os anos de 2013 e 2014, como parte da minha pesquisa no mestrado e foram agora retomadas nas análises desenvolvidas na tese de doutorado. Essas entrevistas realizadas durante o mestrado tinham a intenção de compreender a inserção e a trajetória social dos diferentes atores envolvidos com as ocupações urbanas, militantes e apoiadores de um lado e os moradores do outro. Nestes casos adotei um roteiro que se assemelhava as entrevistas semiestruturadas, eu podia assim estabelecer comparações para evidenciar as diferenças sociais.

Na experiência da assessoria técnica aos atingidos pelo crime do rompimento da barragem de fundão da Samarco, adotamos entrevistas de caráter etnográfico como parte das estratégias de aproximação. Buscávamos através dessas entrevistas um primeiro contato com esses agentes, as entrevistas eram parte da metodologia que aplicávamos para produzir os mapas colaborativos dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo atingidos pela lama no início de novembro de 2015. As entrevistas e os mapas forneceram dados acerca da memória sócio-espacial desses lugares, o exercício era parte de um ensaio de assessoria técnica que foi posteriormente desenvolvida pela Cáritas Brasileira como apoio ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) nas restituições dos direitos aos atingidos pelo desastre da Samarco em Mariana.

A experiência desta assessoria técnica foi abordada nesta tese como exemplar de uma aproximação estreita com as instituições. A assessoria passa a ser considerada uma representante direta do MPMG. As entrevistas exploradas para refletir sobre essa experiência foram com os técnicos diretamente envolvidos, elas pretendem refletir sobre seus resultados. É uma reflexão distante do cotidiano daqueles que eram os diretamente afetados pelo trabalho da assessoria, uma entrevista com *experts*.

Na perspectiva conservadora, *experts* são autoridades em determinado campo, do qual detêm um conhecimento relativamente raro, fruto da divisão do trabalho, do acesso privilegiado a informações e de uma competência de síntese ou visão global. A diferença do conhecimento cotidiano, o conhecimento do *expert* seria estruturado e reflexivo por natureza, e seus portadores seriam capazes de comunicá-lo objetiva e sistematicamente. A entrevista com o *expert* visaria à obtenção de tais sistematizações.⁷⁹

⁷⁹ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p. 24.

O mapa colaborativo aplicado junto com a entrevista na assessoria técnica aos atingidos de Mariana é um método que substitui outro que também foi recorrente no levantamento de dados para esta pesquisa, o passeio acompanhado: “é um método de análise espacial que consiste de uma caminhada pelo espaço em que o técnico especialista é acompanhado pelos usuários (BECHTEL, 1997)”.⁸⁰ Na assessoria técnica aos atingidos em Mariana, esse passeio acompanhado era até possível, porém, com um número reduzido de atingidos. O mapa colaborativo foi uma alternativa que permitiu ampliar a quantidade de participantes, mobilizando vários na sua elaboração. Assim como a entrevista apresenta limites como representação de uma realidade, esse mapa também é limitado, entretanto, ele permitia uma percepção abrangente de todo o distrito afetado e revelava para os assessores uma dinâmica sócio-espacial que ainda era possível verificar nas reuniões de que participávamos junto com os atingidos.

Numa pesquisa sócio-espacial, uma entrevista que se dê pelo espaço objeto da entrevista é uma estratégia metodológica que potencializa as revelações do entrevistado. Essa caminhada pelo espaço é sempre utilizada nas fases exploratórias e, de fato, fiz uso dela nas entrevistas narrativas com caminhadas: após as primeiras sessões, eu caminhei com alguns entrevistados pelos territórios pesquisados, ocasiões nas quais eles descreviam e narravam *in loco* a produção daquele espaço — com esse método, a narrativa ganhava maior vivacidade e outros detalhes iam surgindo. Agora, no entanto, é importante destacar: o passeio acompanhado para aprofundar a compreensão dos aspectos de produção social do espaço somente foi possível após várias sessões da entrevista; caso houvesse sido aplicado no primeiro encontro, geraria dados superficiais, como ficou evidenciado quando fiz esses passeios nas fases exploratórias. Tais caminhadas são oportunidades para conhecer o lugar, mas aqueles que com ele estão diretamente envolvidos pouco revelam sobre as questões cotidianas; essa aparente desconfiança parece superada ou minimizada após contatos mais estreitos e sessões de entrevistas narrativas mais aprofundadas.⁸¹

Nas pesquisas sócio-espaciais, o suporte de outras interfaces no processo pode ser eficiente para compreender diferentes aspectos da produção social do espaço. Com isso em mente, nas entrevistas realizadas durante a pesquisa do

⁸⁰ PENNA et al., O político-pedagógico na prática, 2019, p. 243.

⁸¹ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020, p. 12.

doutorado, fiz entrevistas acompanhadas de outras interfaces, como maquetes e fotos aéreas, as quais foram importantes para tornar mais objetivos os dados levantados — essa não era minha preocupação central durante as entrevistas que realizei no mestrado, por isso não me vali dessas estratégias na ocasião. A apresentação de fotos e maquetes permitia ao entrevistado narrar como se deu o trabalho para a construção dos lugares. Nessa narrativa, ele expunha os procedimentos adotados na construção dos espaços, além de sua visão de mundo e outros aspectos que contribuíam para o entendimento do seu papel e de como o grupo sócio-espacial do qual faz parte opera nos lugares pesquisados.

As estratégias do passeio acompanhado, do mapa colaborativo e outras interfaces de suporte como fotos aéreas e maquetes eram articuladas com o método da entrevista narrativa, especialmente adotado na pesquisa do doutorado. Tal escolha se relaciona ao interesse em compreender o modo de autoprodução das ocupações urbanas, abrangendo seus aspectos técnicos (como os materiais e os procedimentos de produção).

Na narrativa, temos a construção de um discurso que articula e conecta eventos numa sequência que faz sentido para quem narra. Nesse tipo de entrevista, a condução cabe ao entrevistado, ele é o protagonista; eu, como entrevistador, escutava as histórias e as relações que eles estabeleciam com diferentes aspectos de suas vidas e colocava algumas balizas que direcionavam sua fala para o meu interesse de pesquisa, mas não interferia e impedia o entrevistado de me levar por caminhos que, inicialmente, poderiam não me interessar. Essas entrevistas são bastante extensas e demandaram várias sessões, bem como a utilização de diferentes ferramentas para potencializar a narrativa que o entrevistado me oferecia:

A narrativa segue um esquema autogerador porque, uma vez que alguém começa uma história, geralmente quer levá-la até o fim, dando-lhe o detalhamento ou a textura que, na sua perspectiva, é relevante para que a sequência de eventos faça sentido.⁸²

Pude experimentar, graças a essas entrevistas, a recorrência de uma sequência espacial que muito me interessava para compreender a produção das ocupações urbanas. As narrativas sempre tinham lugares como suporte, e, nas

⁸² Ibidem, pp. 16–17.

sessões em que levei as fotos e maquetes, o entrevistado valorizava ainda mais sua narrativa e sua sequência espacial.

Isso ocorria porque entrevistas narrativas são também marcadas por sequências espaciais: os eventos se relacionam com os espaços em que ocorrem, afinal, as narrativas sempre lançam mão dos lugares em que as ações ocorrem, utilizando-os como aspectos que fundamentam o discurso. Essa sequência espacial passível de experimentação nas entrevistas narrativas é um indício de como estas podem ser úteis para pesquisas sócio-espaciais que muito interessam a arquitetos e urbanistas. Tais sequências permitiram expandir o que a narrativa oferecia, ampliando as possibilidades de inferir outros aspectos, ausentes na fala, mas que apontam possibilidades a serem exploradas — como dito acima, em sessões subsequentes eu levei fotos e maquetes para verificar e ampliar as informações que essas sequências espaciais ofereciam nas narrativas.

Com formato aberto, as entrevistas foram aplicadas com poucos moradores das ocupações. Elas permitiram um tratamento mais aprofundado com alguns poucos indivíduos, mas esse aprofundamento permitia inferir que aquele testemunho representava um grupo social mais amplo, algo que pude verificar em conversas exploratórias com outros moradores com quem eu tive contato ao longo das atividades de assessoria, extensão e ensino. Em todos os momentos nos quais estive nas ocupações, eu era um pesquisador e, com isso, estava atento aos detalhes que eram ditos e experimentados, para fundamentar minha percepção das informações obtidas mediante as entrevistas narrativas. É importante destacar que, para a realização dessas entrevistas, estabeleci fortes laços de confiança, construídos anteriormente e em grande parte decorrentes da cumplicidade estabelecida com os entrevistados durante os trabalhos de mutirões de que eu já havia participado nas ocupações — momentos nos quais, inclusive, as entrevistas tinham também um caráter etnográfico. Várias vezes, os moradores ficavam à vontade para contar detalhes, já que quem perguntava estivera junto e havia acompanhado os bastidores, o que, a propósito, permitia, na entrevista, aprofundar e esclarecer eventuais dúvidas.

Nas entrevistas foi constante a atenção para não descambar para os aspectos subjetivos que os entrevistados expunham. Os laços de confiança acabam instigando algo semelhante a uma análise psicoterapêutica,⁸³ o que pouco me interessava na

⁸³ Ibidem, p. 11.

posição de pesquisador sócio-espacial. Quando essa tendência se acentuava, fazia uso das interfaces para retomar as questões objetivas que me interessavam na narrativa. Sempre que isso foi necessário, promovi esse ajuste sem constranger o entrevistado.

A entrevista focada não foi adotada na pesquisa, porém, em alguns casos quando dediquei parte das conversas a alguns temas específicos, como episódios de despejos ou algum conflito sobre o qual a opinião do entrevistado me interessava, ela foi utilizada. Explorei esse foco em eventos como o despejo da Ocupação Eliana Silva em 11 de maio de 2012 e os assassinatos de Manoel Bahia e Ricardo de Freitas Miranda, o Kadu. Abordei esses fatos com diferentes entrevistados, recolhendo dados e registrando como cada um deles os compreendia. Os focos explorados nas entrevistas foram poucos e tiveram essa intenção e tratamento. Alguns eventos se tornam sínteses exploradas durante as entrevistas e contribuem para uma compreensão mais ampla do conflito, ocasiões nas quais os focos criam possibilidades de compreensão de situações mais abrangentes na produção social dos espaços pesquisados.

Todas as entrevistas eram precedidas de uma programação prévia, com roteiros, conversas exploratórias e aproximações experimentais como testes que foram também se configurando como procedimentos metodológicos.

Após as entrevistas, eu as relatava imediatamente. Isso foi fundamental para auxiliar em sua retomada na escrita desta tese. Relendo os relatos, eu recuperava impressões pretéritas, contextualizando as conversas, o que contribuiu para a presente análise.

As transcrições são, de fato, o que disse o entrevistado — não com a intenção de servirem de prova objetiva de uma pesquisa, mas como um documento que, junto ao áudio, pode vir a ser consultado, posteriormente, por outros pesquisadores. Entretanto, quando utilizei trechos das entrevistas na tese, seja no meu texto ou como excursos, fiz ajustes na linguagem para ficar mais adequada ao texto escrito, já que uma mera reprodução da linguagem falada deixaria muitas vezes o texto difícil de ser compreendido.

Pude constatar, ao longo das entrevistas, que elas são um material importante para gerar dados para pesquisa, mas também servem como material para orientar a assessoria técnica, sendo um procedimento adequado para ambos os objetivos.

1.2.5 Crônicas narrativas como registro técnico e de uma pesquisa sócio-espacial

Esta tese é também um exercício de registro de uma assessoria técnica em que coloco a crônica narrativa como possibilidade para fazê-lo.

Como já argumentado, o registro técnico convencional dos arquitetos e urbanistas são os desenhos técnicos de arquitetura e urbanismo, e, nas assessorias técnicas de que participei, eles não eram suficientes. A assessoria técnica envolve aspectos que demandam a utilização dos desenhos bem como, em algumas ocasiões, relatórios técnicos, dentre outras interfaces para registro e comunicação do trabalho. Contudo, essencialmente, a assessoria envolve processos de diferentes naturezas que demandam um registro que expresse as disputas e a dinâmica dos enfrentamentos encontrados. Trago nesta tese a crônica narrativa como um formato de texto que considero adequado para registrar e comunicar como aconteceu o trabalho.

Apesar do foco na produção social do espaço, outras questões estruturais que atravessam a experiência não podem ser desprezadas pela assessoria técnica. Quando se perde essa perspectiva estrutural, os resultados são quase sempre ineficientes. A narrativa estabelece uma sequência que contribui para a compreensão do processo, estabelecendo um sentido que se vincula às escolhas políticas e técnicas do assessor; ela não almeja uma descrição fria do processo, como se as escolhas fossem neutras, e não objeto de disputas internas e externas aos grupos sócio-espaciais dos quais a assessoria participa.

Numa assessoria técnica e numa pesquisa sócio-espacial como a registrada nesta tese, o assessor e pesquisador participa ativamente, ele é também um agente político, não um mero observador dos eventos analisados. Nesse sentido, ele atua e toma posições nos eventos, algo com implicações sobre o que é estudado. Sendo assim, a crônica narrativa é um registro que permite expor essas questões e articulá-las com outras quando porventura isso se fizer necessário ao longo do processo.

A crônica das experiências de assessoria numa linguagem coloquial procura estabelecer uma interação entre a linguagem técnica e a dos demais agentes, considerando essas diferenças como importantes na elaboração de um documento que tenha em vista o acesso de todos os participantes ao seu conteúdo. A capacidade de compreensão de todos os envolvidos é uma questão central para a assessoria

técnica; o exercício da crônica narrativa é parte de uma estratégia de comunicação decorrente dessa ideia.

As crônicas acompanhadas imediatamente pelos excursos pretendem apresentar o saber produzido cotidianamente por aqueles que vivem a situação problema, não o desprezando, mas, sim, articulando-o e expondo-o em conjunto, num diálogo com os saberes técnicos institucionalizados, numa construção colaborativa, em que um saber não se sobrepõe ao outro. Os agentes estão imbricados no problema observado, envolvendo questões cruciais e situações complexas. Para as análises e conclusões, as disputas devem estar evidentes, a fim de que o leitor as compreenda e possa construir e disputar também sua posição.

A assessoria técnica é, essencialmente, experiência, as disputas são diretas e ocorrem com os assessorados; a dificuldade de registro se deve muito a essa natureza. Nessa linha, o formato de uma crônica narrativa confere ao registro técnico uma dinâmica que reflete essas disputas, presentes no curso dos processos.

1.3 Minha trajetória e a assessoria na luta por moradia

A experiência de assessor técnico de movimentos de luta por moradia em Belo Horizonte e no acompanhamento dos atingidos pela barragem da Samarco entre 2016 e 2018 tem me trazido várias inquietações acerca da minha profissão e do meu papel como cidadão. Neste texto, eu me apresento. Explicarei aqui meus anseios e minha origem social, traços importantes para a compreensão desta tese. Farei isso em vários momentos do texto, mas aqui sistematizo essas questões para favorecer a crítica ao que é exposto.

Esta tese é uma memória, ou seja, falo aqui das experiências de assessorias de tempos passados, mas com o olhar de quem atravessou e compartilhou essas experiências, se transformou e agora procura construir uma crítica. É sempre difícil desenvolver a crítica durante o processo; portanto, este estudo é uma oportunidade de reflexão para experiências posteriores, já que acredito que as novas são influenciadas pela antigas. Apesar do caráter subjetivo com base no qual abordarei essas experiências, elas foram compartilhadas com outros assessores e parceiros — esta, então, é uma memória de um passado comum.

A escolha do formato da crônica narrativa como estratégia de registro deriva, ao menos em parte, de ser ela um texto aberto que convida o leitor a participar. Aqui,

apresento a minha perspectiva e a de outros parceiros, confrontando a leitura com os processos sociais em jogo, para que aqueles que lerem também façam suas interpretações. Ademais, especificamente nesta parte do texto, ao me apresentar com mais detalhes, pretendo fazer com que o leitor perca seu eventual constrangimento e compreenda meus motivos e contradições.

A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez: a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida.⁸⁴

Assim, para possibilitar a compreensão das minhas intenções e contradições como assessor técnico, devo dizer brevemente quem sou eu, e acredito que as profissões que tive durante a vida são importantes balizas para as escolhas que fiz. Como coloca Bosi ao citar Bergson: “das lembranças que estão na cola das percepções atuais, ‘como a sombra junto ao corpo’. A memória seria o ‘lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas’”.⁸⁵ O lado subjetivo tem no trabalho uma justificativa que dá sentido às minhas escolhas: “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”.⁸⁶

Meu nome é Tiago Castelo Branco Lourenço. Sou filho de pessoas que vieram do interior de Minas Gerais para construir suas vidas em Belo Horizonte. As atividades profissionais de nossos pais são muitas vezes definidoras dos rumos que nossas vidas assumem; por exemplo, minha mãe foi professora primária. Assim que nasci, ela abandonou as escolas e passou a se dedicar à atividade de mãe. Continuou professora dos filhos — somos quatro. Sempre a percebi um pouco frustrada por abandonar a prática do ensino, frustração que se manifestava quando ela me obrigava a estudar além das atividades diárias encaminhadas pela escola. Meu pai foi maquetista, um fato fundamental para a minha primeira profissão.

Como filho mais velho, desde cedo ia com meu pai para a oficina de maquetes, especialmente nos finais de semana e nas férias, para dar sossego à minha mãe. Sou maquetista desde os sete anos de idade. Isso determinou outras escolhas profissionais: formei-me como técnico de edificações e, mais tarde, arquiteto urbanista

⁸⁴ BOSI, Memória e sociedade, 1994, p. 47.

⁸⁵ Ibidem, p. 47.

⁸⁶ Ibidem, p. 481.

(mas, entre os dois cursos, cansado do envolvimento com projetos de arquitetura desde criança, fiz a graduação em história). Ademais, percebo a maquete como essencial na minha relação com as ocupações. A prática desse ofício leva a uma interação com o mundo pelo trabalho direto com um objeto. A ideia de uma reflexão antes de toda ação sempre me pareceu estranha, e o planejamento, burocrático e desnecessário. Mesmo que concorde com a reflexão e o planejamento em várias situações, não estão naturalizados para mim (Figura 1 e 2).

Com a profissão como maquetista, entendi que a prática e a representação são aspectos distintos da realidade humana, têm características próprias; são distinguíveis, mas dependentes entre si e em constante interação. As práticas e suas representações dizem muito do sujeito e de sua origem social.

As práticas não ocorrem necessariamente para serem lidas, não são pensadas como um discurso ou um direcionamento para uma determinada interpretação; elas simplesmente são praticadas. Dessa forma, lê-las como um discurso ou como se fossem realizadas para serem lidas é, para Bourdieu, uma alteração essencial do ritual ou da prática como ocorre.⁸⁷ Esse é um aspecto fulcral para distinguir práticas e representações: estas últimas são discursos, pensadas como algo que se deseja que o outro com quem se entrará em contato entenda, e que o faça de um determinado jeito; a representação é diferente da prática.

O trabalho institucionalizado da arquitetura valoriza a representação e perde de vista que o produto final e seu trabalho não se encerram nesse momento ou na sua produção. O espaço continua sendo produzido ao ser utilizado, um processo social típico da interação da prática com a representação. A experiência de vida como profissional que produz maquetes evidenciou esses limites da arquitetura como campo institucionalizado e revelou sua condição de representação de espaços para o consumo. Em o sendo, a arquitetura desconsidera, na sua elaboração, a produção como elemento essencial da existência humana, produção essa que, por sua vez, não se encerra num desenho e na entrega deste último para o consumo após sua construção:

A construção ou transformação do espaço concomitante à vida e aos afazeres cotidianos caracteriza muitos povos e grupos sociais anteriores ou exteriores à produção capitalista. [...] Espaços são produzidos continuamente: pela ocupação, pelos significados sociais e culturais a eles atribuídos e por intervenções na substância física que os define. Também do

⁸⁷ BOURDIEU & CHARTIER, A leitura, 1996, p. 232.

ponto de vista lógico, seja com relação à arquitetura ou a outros artefatos, não faz sentido separar por completo as esferas da produção e do uso ou consumo.⁸⁸

Quando ingressei na graduação em arquitetura e urbanismo, essa situação já me incomodava, entretanto, eu não tinha elementos que ajudassem a desmontar essa contradição. As experiências narradas neste trabalho são partes dessas descobertas; aquele pressuposto que parecia óbvio — construir para depois usar — é parte do discurso ideológico desse campo profissional do qual participo desde a infância como maquetista e posteriormente como arquiteto urbanista. A criminalização que eu também promovia em relação à autoconstrução ficou vazia de sentido durante as experiências como assessor técnico: se a preocupação da arquitetura é a vida humana, a concepção, a construção e o uso são aspectos imbricados, e não separados, como nós, arquitetos, ainda acreditamos, afinal, desenhos não são construções e nem o cotidiano das pessoas que vivem nos espaços.

A materialidade para arquitetura como campo institucionalizado é irrelevante, já para um maquetista, não. Mesmo que seu trabalho seja uma representação de um projeto de arquitetura, esse profissional tem, pela natureza da atividade, um compromisso com a materialidade daquilo que era só uma representação. A maquete é mais que um discurso gráfico, aproxima-se dos embates entre o material e aquilo que se quer representar, aproximamo-nos mais das práticas recorrentes comparativamente a outras artes plásticas.

[...] a contradição da arquitetura dos arquitetos está no simples fato de que desenhos não são construções. [...] Por isso, tende a desaparecer da arquitetura o procedimento que caracteriza as artes, a racionalidade estética, o comportamento mimético, a briga íntima com o material e sua história, que distingue práticas artísticas de práticas apenas instrumentais. Talvez essa briga íntima exista nos processos de desenho, mas ali o material é gráfico, não arquitetônico.⁸⁹

Esse tratamento está presente na forma como atuei na assessoria técnica: os desenhos e planos de que participei eram ferramentas que nunca levei muito a sério, a não ser quando ia conversar com outros técnicos e representantes das instituições com quem disputávamos. A minha experiência como parte dessas assessorias se aproximava mais do maquetista do que do arquiteto. Quando desenhávamos uma rua,

⁸⁸ KAPP, Manuscrito teoria crítica da arquitetura, 2020, p. 77.

⁸⁹ Ibidem, p. 86.

a preocupação era como identificá-la no campo, quais seriam os desafios para que aquilo que era uma concepção gráfica se tornasse realidade.

A dificuldade de abstração é um problema cognitivo que atravessa minha experiência nos casos narrados e se manifesta nesta tese na maneira pela qual procuro demonstrar minha construção de conhecimento nessas vivências. As reflexões teóricas foram um grande desafio; o conhecimento se dava na prática, na interação com os grupos sócio-espaciais com quem me relacionei e com os espaços que produzíamos. A desqualificação dos artífices que marca o discurso da arquitetura desde Brunelleschi⁹⁰ e que coloca o arquiteto como um salvador que corrige os rumos das coisas é algo que acho ridículo. Eu procuro respeitar meus colegas de profissão, no entanto, tenho, em vários momentos — com um olhar também arrogante —, um pouco de dó; eles não perceberam como é irrelevante essa postura frente à realidade em que a assessoria atua. Todavia, apesar de todos os efeitos e resultados danosos, suas posições, ainda hegemônicas, acabam também determinando os espaços produzidos e interferindo nos grupos sócio-espaciais afetados por suas presenças.

Essa minha arrogância e esse cinismo são uma defesa. Como maquetista, estou submetido à mesma divisão de tarefas que desqualifica os trabalhadores envolvidos com a manufatura da construção civil, em que a arquitetura desempenha um importante papel na organização de uma produção que não é mecanizada. A produção de maquetes ainda tem alguns privilégios: os arquitetos controlam pouco os seus processos, pois essa é uma atividade que se aproxima das corporações de ofício, de tal forma que os arquitetos e outros técnicos, como os engenheiros, pouco compreendem seus procedimentos internos e não conseguem interferir diretamente. Sempre que surgem oportunidades de ficarem livres dos maquetistas e da dependência de seus conhecimentos ‘obscuros’, percebo certo alívio — maquetes eletrônicas, máquinas a laser e outras ferramentas que surgem são consideradas como possibilidades para desqualificar os custos e uma mão de obra que ainda é essencialmente manual.

Uma assessoria técnica de arquitetura e urbanismo realizada por um maquetista acaba por privilegiar os processos construtivos, ainda que não o faça como um construtor de fato — o que leva a deficiências técnicas, já que desconheço vários processos construtivos para além dos necessários na produção de uma maquete. A

⁹⁰ Ibidem, pp. 88–89.

minha atuação ainda é uma abstração para aqueles grupos sócio-espaciais com quem trabalhei, apesar de partir de um tratamento que considera habilidades aprendidas na experiência, e não em explicações.⁹¹

A preocupação acerca de como as coisas são feitas foi a tônica dessas assessorias técnicas, seja do ponto de vista da produção imediata dos espaços, seja na compreensão das organizações internas dos grupos sócio-espaciais durante essa produção, abordando diferentes aspectos, inclusive simbólicos, como é o caso dos nomes que os lugares ganham ou como ocorreu com meu nome, que adquiriu diferentes conotações para os envolvidos.

Eu herdei o sobrenome Castelo Branco da família da minha mãe. Como é o sobrenome do primeiro presidente da ditadura militar brasileira, sempre gerou desconfianças entre as organizações políticas dos movimentos de luta por moradia — devem achar que sou um infiltrado —, ao mesmo tempo que me livrava da suspeita de atividade ‘subversiva’ por parte das forças de repressão. Delas já ouvi murmúrios do tipo: “O que um arquiteto com esse nome está fazendo envolvido com esse pessoal?”. O sobrenome Lourenço é da família de meu pai, considero-o o típico nome de uma família pequeno-burguesa e ele não gera grandes polêmicas.

Ao longo deste texto, não utilizarei mais meu nome; assumirei o codinome Giacomo Grassi — expresso por suas iniciais GG. A escolha se deve a uma questão de segurança: apesar do cuidado que tive com as informações que utilizo no texto, elas podem ser utilizadas por agentes contrários aos eventos nos quais me envolvi. Na experiência de assessoria, já utilizei esse codinome em alguns momentos de maior tensão, especialmente na época do despejo da Ocupação Eliana Silva.

Uma breve explicação sobre o codinome: Giacomo é o nome Tiago em italiano; Grassi, a seu turno, é também um sobrenome que tenho, mas que não consta no meu registro civil. Uma parte da minha família é italiana, tendo chegado ao Brasil no início do século XX, como vários outros imigrantes que para cá vieram nessa época. Meus bisavôs italianos moravam na região centro-oeste de Minas Gerais, e a filha caçula do casal, já nascida no Brasil, foi Maria Ruth Grassi, minha avó. Adotar esse codinome é uma homenagem a ela, que faleceu alguns anos antes de meu nascimento. Ela era professora e, pelo que sei, bastante protetora; adotar seu sobrenome para me proteger provavelmente teria sua aprovação. A segurança que almejo com essa

⁹¹ Ibidem, p. 110.

medida é evitar buscas digitais do meu nome dentro das narrativas que apresento — hoje é muito comum as pessoas fazerem essas pesquisas e seus resultados poderiam gerar dificuldades desnecessárias.

Outro aspecto envolto em simbolismos é o religioso, cujas manifestações apresentam várias sutilezas que serão narradas. Meu envolvimento com o tema foi intenso por um período da minha vida. Minha formação é católica. Na adolescência e juventude, participei de movimentos de igreja, grupos de jovens na Paróquia do Santa Inês (bairro em que morei até me casar) e de um grupo chamado Prodes,⁹² sediado numa associação católica localizada no bairro Padre Eustáquio. Desde que comecei a graduação em história, afastei-me desses movimentos. Apesar de hoje não praticar nenhuma religião e ser considerado ateu por alguns, percebo que minha aproximação das assessorias se deve muito a essa formação católica e à minha trajetória no Prodes. Um testemunho de seu padre fundador publicado na página da associação de que o grupo faz parte fala sobre seu nome e sua trajetória, esclarecendo essa minha constatação:

Querendo dar resposta aos desejos de Paulo VI por meio de coisas concretas e imediatas, no meu idealismo de padre jovem, consegui motivar alguns jovens a criar um grupo ao qual sugeri dar o nome de Jovens PRO-DESENVOLVIMENTO. Logo destacamos a sigla PRODES, palavra latina que pode bem ser traduzida por “VOCÊ É ÚTIL”. Ficou assim batizado o nosso pequeno grupo.

Na mesma ocasião tomei conhecimento de um movimento existente na Bélgica, o “Compagnons Bâisseurs” (Companheiros Construtores). Era composto de jovens que iam a países do terceiro mundo colaborar na solução do problema de moradia das pessoas carentes. Essa proposta estimulou o grupo, que começou a ajudar famílias pobres a construir suas casas.⁹³

Quando participei do Prodes, não houve nenhuma atividade que envolvesse uma ação direta como a que havia inspirado seu fundador, mas a perspectiva assistencialista que caracteriza muitas ações católicas faz parte do meu ideário; não obstante eu perceba suas contradições, sou ainda muito inspirado por um espírito missionário católico.

Essa postura missionária se vincula a outras também contraditórias e autoritárias que atravessam as experiências apresentadas, algo, contudo, que não é

⁹² O Prodes é um grupo de jovens fundado em 1971 pelo Padre Osvaldo Gonçalves. Ele faz parte da Associação Família de Caná, que promove ações com jovens, senhoras, casais e dependentes químicos.

⁹³ PARADA Prodes. Portal Família de Caná. Disponível em: <<http://www.familiadecana.com.br/default.asp?pag=p000021>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

uma exclusividade minha. Historicamente, temos uma tradição de movimentos autoritários realizados pelas elites sem a participação popular, condição que marca não somente as experiências locais que narro nesta tese, mas toda a história latino-americana. Desde os processos de independência da Espanha e de Portugal no século XIX, essa tradição se renova — seja entre os grupos conservadores, seja entre os progressistas.⁹⁴ Essa é uma ressalva importante para não romantizarmos e, pelo contrário, termos clareza dos limites dessas manifestações de resistência, especialmente quando os registros se dão, como o meu, a partir de testemunhos e reflexões de apoiadores e ativistas.

A própria definição de ocupação urbana é carregada de significados definidos por ativistas que não moram nesses lugares ou compõem esses grupos sócio-espaciais. Em Belo Horizonte, uma ocupação é um evento político coordenado por organizações políticas e apoiadores em que terrenos ou edifícios que não cumprem sua função social são apropriados para fins de moradia para setores da população que não conseguem acessá-los pelas vias institucionalizadas. A definição se diferencia de outros eventos urbanos que também visam à moradia, mas que não são considerados ocupações, como é o exemplo da favela, que se dá espontaneamente sem essa coordenação externa. O conceito de ocupação urbana fundamentado no arcabouço jurídico brasileiro valoriza o direito coletivo e difuso inscrito no princípio da função social da propriedade, sobrepondo-se ao direito absoluto da propriedade individual, uma definição que parte de aspectos abstratos, muitas vezes pouco compreendidos pelos seus moradores ocupantes.

Essa diferenciação entre ocupação urbana e favela faz pouco sentido, afinal todas as duas estão fazendo valer o preceito da função social da propriedade: a favela é uma ocupação urbana. Dessa forma, desconsiderá-la porque acontece espontaneamente é entender que a função social só ocorre quando há o envolvimento de agentes que operam com preceitos institucionalizados. Ao se distinguirem ocupação urbana e favela, permanece a exclusão de parte da sociedade brasileira, que produz suas casas sem acompanhamento das instituições, numa luta diária distante do argumento abstrato da função social da propriedade.

Problematizar a diferença entre ocupação urbana e favela se torna ainda mais sem sentido quando se verifica que, dentro das ocupações, a produção do espaço

⁹⁴ BETHELL, Introdução, 2017, p. 19.

também é espontânea, com pouquíssima participação desses agentes externos aos grupos sócio-espaciais. Nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, a disputa pela moradia ocorre nas instituições, e os moradores o fazem produzindo cotidianamente os terrenos ocupados, sem necessariamente utilizar os preceitos dessas instituições para produzir esses lugares. Esse processo de produção do espaço à revelia das vias institucionalizadas acontece nas práticas cotidianas com outros valores e disposições. A percepção dessa produção do espaço como resistência e parte da luta política das ocupações não acontece entre os moradores, nem entre as organizações políticas e apoiadores. Essa produção é vista como uma contingência, não é tratada por todos os envolvidos como uma oportunidade de formação política.

Pensar fazendo e fazer pensando, essa é a essência da prática de produção do espaço das ocupações urbanas, uma dinâmica que caracteriza as relações humanas frente à realidade: esta última transforma o espaço e ele a transforma, um não existe sem o outro, eles só fazem sentido na relação; portanto, a produção desse espaço determina e é determinada por essa dinâmica. A fazedura da produção do espaço é um fato que escapa a formulações políticas que a antecedem, é um processo de criação que se dá quando é feito, assim como é a história para Castoriadis:

A história é essencialmente poíesis, e não poesia imitativa, mas criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar/dizer dos homens. Este fazer e este representar/dizer se instituem também historicamente, a partir de um momento, como fazer pensante ou pensamento se fazendo.⁹⁵

Na produção do espaço são promovidas interações que contribuem para a constituição de uma vida comum, uma cumplicidade entre aqueles que colaboram. A prática diz respeito ao ato, à transformação do mundo. Nessa interação, os indivíduos vão constituindo suas disposições e *habitus*.

Entre os apoiadores externos, conjunto do qual faço parte desde 2008, é recorrente termos indivíduos ligados às universidades da cidade com atividades de ensino, pesquisa e extensão.⁹⁶ Estes mantêm o vínculo orgânico com o ambiente acadêmico, submetidos a todos os trâmites administrativos, didáticos e outros que se

⁹⁵ CASTORIADIS, A instituição imaginária da sociedade, [1975] 1982, p. 14.

⁹⁶ Em Belo Horizonte, acadêmicos vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas e à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG assumem posição de destaque nesse apoio externo. É recorrente a atuação de acadêmicos vinculados aos cursos de arquitetura e urbanismo dessas duas instituições, por meio de seus trabalhos de pesquisa e extensão.

relacionam às atividades de pesquisa e extensão, como elaborações de relatórios, processos de avaliação e acesso a bolsas de pesquisa e extensão.

Nesse apoio externo há também sujeitos independentes, sem essa organicidade com o meio acadêmico, ainda que oriundos desse ambiente. Esses agentes já se formaram ou defenderam sua tese ou dissertação e continuam desempenhando seu papel nas ocupações urbanas. Apesar do destaque como um grupo à parte, esses sujeitos ainda atuam de forma bastante semelhante à daqueles ligados à academia, o que justifica serem considerados apoiadores acadêmicos. Durante boa parte do tempo das assessorias que narro nesta tese, estive nessa condição, especialmente naquelas que considero como da primeira fase, entre 2008 e 2014.

Não obstante as diferenças entre moradores, atingidos, organizações políticas e apoiadores acadêmicos, o ambiente político de colaboração criado entre esses grupos sociais tem proporcionado, na minha avaliação, pequenos avanços ou possibilidades de mudanças. As disputas aqui narradas favorecem uma ruptura com desigualdades sócio-espaciais que marcam nossa realidade, não se restringindo ao atendimento de demandas pontuais. Estrategicamente, a presença das organizações políticas e apoiadores — estes com preocupações não restritas a questões imediatas — tem sido importante para problematizar e controlar a entrada do planejamento institucionalizado, criando dificuldades para práticas meramente clientelistas.⁹⁷

Apesar dessa avaliação positiva, não posso perder de vista os seus limites, especialmente ao considerar que as ‘vanguardas’, como nos consideramos mesmo que veladamente, tendem a esquecer suas ‘retaguardas’. Nas ocupações urbanas de Belo Horizonte e no acompanhamento dos atingidos em Mariana, os movimentos e apoiadores priorizam a militância em fóruns externos, na perspectiva de que isso gerará efeitos mais abrangentes para essas lutas. Com isso, eles se mantêm distantes dos problemas cotidianos dos moradores e atingidos, e raramente percebem o quanto seus objetivos divergem dos anseios dessas populações ou o quanto o compasso da militância diverge do tempo do cotidiano, com suas lentas mudanças.

Essa situação acaba por levar a outra contradição que será verificada nas narrativas: a luta política não está na inclusão desse morador ou atingido, mas em disputas que estão além dos seus cotidianos, nas ações políticas que almejam a

⁹⁷ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015.

construção de outra sociedade a partir de uma pauta política não incorporada pelos moradores e atingidos, mas sim uma luta política de agentes externos, representantes de outro setor da sociedade, que percebem as questões, mas encontram dificuldades em construir uma pauta junto com esses agentes internos, que são a base de todo o processo.

Essa contradição transparece, por exemplo, no processo judicial que mobiliza os moradores das ocupações urbanas: ele é um importante elemento da ação das organizações políticas e apoiadores, seu controle é importante para a mobilização da população local. É uma ferramenta importante, porém contraditória, porque explicita essa dificuldade de diálogo entre os diferentes sujeitos desses grupos sócio-espaciais, como testemunha um dos advogados que acompanha alguns dos casos narrados: “Um processo na justiça que a qualquer momento pode ser desfavorável a eles, então eles tinham que manter a mobilização, porque quando ganhavam lá se foi tudo por água abaixo, e eles não queriam saber de mais nada.”⁹⁸

Apesar de compartilhar desse pessimismo manifestado pelo advogado, não podemos perder de vista que ele manifesta nessa fala a desconsideração de uma luta cotidiana a que esses moradores estão submetidos, eles não começaram essa batalha ali naquele evento, ela faz parte de uma condição de segregação social há várias gerações, uma situação que ele e eu não vivenciamos pessoalmente. Essas populações têm na moradia precária uma relação que se encontra num tempo de longa duração, conforme a conceituação de Fernand Braudel. Para o historiador francês, o tempo de longa duração são situações que atravessam gerações, estabilizando condições sociais e ditando a maneira como devem ocorrer, numa outra temporalidade: “Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento.”⁹⁹

Essas populações tendem a solucionar seus problemas cotidianos de modo imediato, sem a mediação do tempo de reflexão e planejamento, um aspecto a ser considerado, tendo em vista eu ser um arquiteto urbanista e as minhas dificuldades frente a isso. Jessé Souza fala dessa baixa contenção de impulsos que ajuda a entender esse imediatismo encontrado entre os assessorados nos casos aqui narrados:

⁹⁸ Apoiador. Entrevista apoiador. 1º mar. 2013. Entrevista concedida a GG.

⁹⁹ BRAUDEL, *Escritos sobre a história*, 1978, pp. 49–50.

Um modo de vida rústico, marcado por uma baixa contenção dos impulsos, em que não só existe pouco poder de vigilância disciplinar sendo exercido por estâncias externas às pessoas, como a polícia, mas, e isso é o principal, em que a disciplina e o autocontrole não foram incorporados, não foram introjetados nas pessoas, passando a ser qualidades intrínsecas a elas.¹⁰⁰

Outro aspecto que gera dificuldades é o princípio de escolha sempre pelo necessário, pelo funcional, geralmente característico das camadas populares,¹⁰¹ que causa estranhamento para mim e outros pares de classe. Nós, provenientes da pequena burguesia, não tivemos durante nossa vida preocupações com essas questões práticas do cotidiano, já que elas quase sempre já estavam dadas.

Planejar o que fazer antes de fazê-lo é um importante fundamento da arquitetura como campo institucionalizado. Dessa maneira, a diferença desse fundamento em comparação com a postura dos moradores das ocupações urbanas e — com as devidas diferenças — dos atingidos de Mariana em relação aos seus espaços, de como os produzem ou produziam, é um dos paradigmas da relação que estabeleci ao longo dos trabalhos das assessorias técnicas. Superar o tratamento do espaço como mercadoria — como fazemos nós, arquitetos — para um posterior consumo foi um dos grandes desafios que essas experiências me suscitaram. O tratamento da arquitetura como um objeto a ser admirado foi perdendo sentido, e os processos que envolvem a sua produção se tornaram mais relevantes para compreender e determinar a beleza dos seus resultados. Esta tese almeja conferir ênfase a esses processos, mais que aos seus resultados, que podem ser, para alguns, muito insatisfatórios. O resultado do meu trabalho, que inicialmente pretendia ser absoluto e autoral, perde espaço para um resultado que não se fecha, construído coletivamente e portador de várias contradições — as minhas e as dos outros que fazem parte ou não dos grupos sócio-espaciais envolvidos. A atuação passa, com o tempo, a apontar uma direção, não uma predeterminação a que todos se submetem.

As experiências indicam que nós, arquitetos, não deveríamos ser técnicos que impomos nossas verdades e vontades, mas, sim, que criemos condições para que as pessoas com quem trabalhamos recuperem sua condição de liberdade em relação às suas escolhas de produção dos seus espaços.¹⁰² Nos casos aqui apresentados, a manutenção dessa postura hegemônica é uma ampliação da injustiça a que esses

¹⁰⁰ SOUZA, *A ralé brasileira*, 2011, p. 129.

¹⁰¹ BOURDIEU, *A Distinção: crítica social do julgamento*, 2008, p. 335.

¹⁰² TURNER, *Autoconstrucción*, 2018, p. 128.

sujeitos estão submetidos; retirar dessas pessoas a oportunidade de desenvolverem seu próprio caminho e colocar outros chega a parecer absurdo. Essas experiências têm contribuído para o desmonte de minhas verdades, na construção de uma crítica às contradições que caracterizam as minhas atividades e a minha vida.

Na primeira fase dessas experiências, apesar de estarem vinculadas a uma ação direta, eu ainda era um arquiteto típico, preocupado com os elementos desse campo institucionalizado, algo que transparecia com minha preocupação em apresentar as propostas desenvolvidas em fóruns de destaque no campo profissional, como nas bienais. Na segunda fase, há certa consolidação da discussão dentro do campo, inclusive com algum reconhecimento e incorporação de alguns preceitos levantados na primeira fase entre os meus pares de profissão, refletindo numa percepção de legitimidade ao trabalho que realizávamos, o que levou a atuação a uma aproximação com instâncias institucionalizadas. Essa condição se agrava na terceira fase, e a atuação ocorre dentro de um quadro fortemente institucionalizado, que deixa destacado que agir como arquitetos e urbanistas não seria suficiente para uma ruptura com a exclusão que levou ao meu envolvimento com o assunto na primeira fase. A quarta fase, que não será tratada nesta tese, revela uma crise sistêmica que se reflete nestes trabalhos, os quais ainda se pautam numa ilusão de buscar rupturas através dos campos institucionalizados — dentre eles, a arquitetura e o urbanismo. Isso, entretanto, não me parece ser um caminho de sucesso; a própria escrita desta tese é uma evidência da crise que essa assessoria experimenta, com várias dúvidas e frustrações.

Em síntese, sou maquetista, um ex-católico, com sérias dúvidas quanto à existência de Deus, historiador, arquiteto e urbanista — com todas as virtudes e problemas dessa profissão, heterônoma por natureza —, preocupado com o livre-arbítrio humano, e um pequeno-burguês que gostaria que o mundo fosse menos desigual e que crê que estar próximo de grupos sócio-espaciais como as ocupações urbanas e os atingidos de Mariana ajuda a pensar saídas e a manter privilégios que tenho dificuldades em abandonar. Meu caminho como assessor técnico está aqui relatado cronologicamente: começo pela Ocupação Camilo Torres, depois Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Izidora, e fecho com o envolvimento com os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco na cidade de Mariana. A assessoria segue em outros casos que não serão trabalhados, mas que inspiram

as reflexões aqui trabalhadas, como as ocupações Carolina Maria de Jesus, Vicentão e Helena Greco. Os casos não se fecham e podem, no futuro, ser retomados.

É importante destacar que o leitor não encontrará nesta tese um histórico de cada um desses casos, algo que ocorre quando é necessário para a compreensão da minha narrativa, mas que não é o objetivo central do texto. A intenção é falar da minha vivência como assessor técnico, com todas as suas contradições aí implicadas, não porque minha experiência seja excepcional, mas porque a considero uma manifestação social em meio a outras semelhantes. Assim, este registro pode contribuir para reflexões de outros que compartilham dessas dúvidas e frustrações.

2 PRIMEIRA FASE

2.1 Ocupação Camilo Torres

2.1.1 *Indícios de uma democracia com pés de barro*

Meu primeiro contato com as ocupações urbanas se deu com a Ocupação Camilo Torres. No primeiro momento me pareceu um movimento isolado de luta por moradia na periferia de Belo Horizonte. Com o passar dos anos e a experiência como assessor técnico, percebi que a Camilo é parte de um processo que atravessa vários outros lugares e grupos sócio-espaciais e que se relaciona com contestações populares de questionamento da instalação do neoliberalismo como também observa Zibechi na América Latina desde os anos 1980.

Com o Caracaço de fevereiro de 1989, os setores populares urbanos iniciam um novo período. Eles lançam agora profundos desafios a partir dos espaços que controlam, criando contrapoderes assentados em seus bairros-territórios. [...] Esse processo é filho do modelo neoliberal, que supôs uma recolonização do continente e um ataque às formas de vida dos setores populares.¹⁰³

Aquilo que pareceu naquele momento uma novidade se mostrou, a partir de um olhar mais atento, parte da redemocratização do Brasil após o regime militar (1964–1985). Desde o final dos anos 1970, esse regime entra em crise, ocorrendo desde então uma reorganização da sociedade civil, período em que o tema da reforma urbana volta a ganhar destaque (Figura 1).

Dos anos [19]70 até a primeira metade dos anos [19]80 tem-se o auge dos chamados 'novos movimentos'. A 'abertura política' durante os governos dos generais Geisel e Figueiredo dá ensejo a uma retomada dos protestos e a uma (re)constituição da mobilização social, de favelas e periferias a bairros de classe média em todo Brasil.¹⁰⁴

Essa condição se acirra nos anos 1980 com a redemocratização, levando à institucionalização da reforma urbana na Constituição de 1988 e, posteriormente, à sua regulamentação com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001. Este último

¹⁰³ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 57.

¹⁰⁴ SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006, p. 282.

fundamenta juridicamente a participação da sociedade no planejamento e na gestão das cidades, retomando a função social da propriedade — inclusive, a urbana — como um elemento a ser respeitado. O Estatuto da Cidade será de suma importância para a legitimidade jurídica de ocupações como a Camilo Torres.

Essa redemocratização das instituições brasileiras foi semelhante àquela de outros países do continente, em que ocorre a eleição de vários grupos políticos de centro-esquerda num ambiente de aguda crise econômica. Nesse panorama, a redução drástica dos gastos públicos, inspirada no neoliberalismo, se apresenta como a solução para superar as dificuldades existentes.

Quanto à produção social do espaço na Belo Horizonte em processo de redemocratização, há, nos anos 1980 e 1990, a formação de alguns loteamentos periféricos, situação que estará umbilicalmente relacionada aos processos que levam à formação da Ocupação Camilo Torres como demonstrarei. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, haverá os loteamentos associativos, que, junto com os periféricos, formarão vários bairros populares nas cidades da região, muitas vezes com apoio dos poderes públicos municipais, como foi o caso dos bairros do entorno da Ocupação Camilo Torres.

Por trás dessas movimentações da sociedade e do apoio das prefeituras, estavam também perspectivas neoliberais como a do economista peruano Hernando De Soto, para quem tornar proprietárias as camadas populares seria suficiente para que o livre mercado acontecesse, tratamento criticado por Ramírez Corzo e Riofrío ao analisarem seus resultados no Peru.

La modalidad de atender las necesidades de las familias de bajos ingresos que parece imperar en la discusión de las agencias multilaterales de nuestros días consiste en procesos masivos de legalización del suelo al margen de los demás procesos de mejoramiento urbano. Suponemos que ellas se entienden como el primer paso para la ideología neoliberal, se supone que luego serán las fuerzas del mercado las que se encargarán de proporcionar los créditos y mejorar estos barrios, pero las experiencias glosadas nos muestran que ello no ocurra sí.¹⁰⁵

As formulações de De Soto levam a processos incompletos. O título de propriedade não significou o acesso a outros aspectos necessários para a inclusão das pessoas que moram nas *barriadas*, apenas se criaram condições para que o Estado continue não exercendo seu papel e gerou-se a ilusão de que a realidade está

¹⁰⁵ RAMÍREZ CORZO & RIOFRÍO, Formalización de la propiedad y mejoramiento de barrios, 2006, p. 54.

resolvida sem, de fato, ocorrerem mudanças estruturais, situação também encontrada em Belo Horizonte em suas experiências correlatas.

2.1.2 A retomada da ação direta

Ao não resolver as questões estruturais, com o passar dos anos, o desgaste fica evidente e a sociedade começa a se movimentar para buscar mudanças efetivas. A retomada das ocupações urbanas em Belo Horizonte é uma manifestação dessas insatisfações e uma tentativa de promover transformações. A Ocupação Camilo Torres se coloca como uma ação direta para legitimar os pobres urbanos na cidade. Entendo ação direta no sentido preconizado por Marcelo Lopes de Souza¹⁰⁶, isto é, toda ação conduzida por agentes sociais apesar do Estado ou contra o Estado. Não é necessariamente uma ação violenta; pode ser pacífica, como era a Ocupação Camilo Torres: “Essa ocupação chamou atenção de um setor do movimento popular de moradia, que estava numa posição crítica ao governo Pimentel.”¹⁰⁷

A Camilo Torres é oriunda da parceria entre o Fórum de Moradia do Barreiro e as Brigadas Populares. Essa colaboração se tornou uma possibilidade a partir do final de 2006, quando um grupo de quinze famílias retomou a estratégia das ocupações e se instalou num edifício no bairro Serra, na Zona Sul da cidade. Surgia, então, a Ocupação Caracol, que recebeu, desde o início, o apoio das Brigadas Populares. Essa organização se constituiu a partir do Núcleo de Estudos Marxistas, fundado em 2003 e composto por intelectuais e estudantes de diversas áreas, particularmente do Direito. Eles tinham o objetivo de reunir interessados em compreender a realidade brasileira à luz das teorias de Marx e realizar ações políticas concretas nas periferias urbanas. A Ocupação Caracol foi a primeira experiência concreta dessa organização política.

Eles montaram um grupo de estudos, um setor desse grupo falou que era necessário partir para a ação. As Brigadas Populares foram uma ação desse núcleo de estudos. Aí, virou a Ocupação Caracol e começou a virar frente de massas, construção do poder popular da periferia. Um grupo que aspirava dirigir massas, mas não tinha experiência na direção de massas.¹⁰⁸

¹⁰⁶ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 55–56

¹⁰⁷ Militante. Entrevista militante. 19 nov. 2013. Entrevista concedida a GG.

¹⁰⁸ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Em janeiro de 2007, essa parceria começa a se efetivar, as Brigadas e o Fórum de Moradia do Barreiro organizam a Ocupação João de Barro, recrutando famílias do Núcleo de Moradia do Barreiro e do Núcleo de Moradia do Padre Eustáquio, além de moradores do Cafezal que haviam participado da Ocupação Caracol.

O povo do Barreiro, o Fórum de Moradia do Barreiro, procurou a gente. Teve também o povo do Padre Eustáquio, eles falaram assim: “Beleza! Vocês estão retomando uma ferramenta de luta que a gente há anos não utiliza, queremos colar, vamos construir uma ocupação juntos”. Nós construímos a primeira grande ocupação que foi a Ocupação João de Barro, que aí já foi com mais de cento e cinquenta famílias.¹⁰⁹

Essa primeira Ocupação João de Barro – depois chamada de João de Barro I – foi despejada depois de cinco meses. Parte das famílias seguiu para a Ocupação João de Barro II e, alguns meses depois, para a João de Barro III. Durante esse processo, a estratégia de ocupar edificações vazias (a chamada ocupação vertical) começou a ser revista em favor da ocupação de terrenos com autoconstrução das moradias (chamada de ocupação horizontal). A motivação para a mudança estava, por um lado, no fato de as famílias provenientes do Barreiro terem pouco interesse em ocupar edifícios em outras regiões da cidade, fora de suas redes de contato. Além disso, a ocupação horizontal se apresentava como uma estratégia de luta política com maiores possibilidades de resistência à repressão e ao despejo.

A disposição para resistência numa ocupação vertical é muito menor, porque você não construiu uma casa. Você ser despejado de uma ocupação vertical é lucro, porque você fica seis meses sem pagar aluguel e não gastou nem um centavo, diferente de uma ocupação horizontal, onde você constrói uma casa, você investiu, você colocou seu sangue, você tem um vínculo com o espaço, com o ambiente.¹¹⁰

A Ocupação Camilo Torres foi um marco de retomada de uma ação direta que já havia sido utilizada pelos movimentos de luta por moradia em outros momentos em Belo Horizonte. A mobilização dos setores populares foi uma estratégia sempre latente e que já ocorrera em outras oportunidades da história na resistência à instalação do capitalismo em diferentes partes do mundo.

À medida que as coisas foram evoluindo, houve a necessidade de a periferia se apoderar. Porque o que a gente vê é a periferia ter um problema, aparecer

¹⁰⁹ Militante. Entrevista militante. 19 nov. 2013. Entrevista concedida a GG.

¹¹⁰ Militante. Entrevista militante. 19 nov. 2013. Entrevista concedida a GG.

alguém de outro setor, organizar a periferia e fazer 'certa' libertação. A gente não vê nenhum projeto nessas organizações de protagonismo da periferia.¹¹¹

2.1.3 Organizar o lumpemproletariado

Essa mobilização dos setores populares foi objeto de diferentes concepções políticas, como podemos observar durante a Primeira Internacional Comunista no século XIX, quando se discute o papel do lumpemproletariado no processo revolucionário, avaliando e projetando como essa porção da população que aparenta estar desorganizada contribuiria na mudança social. Segundo Souza, quando Marx e Engels analisaram os eventos em Paris em 1848, eles:

[...] caracterizaram o “lumpemproletariado” de maneira nitidamente pejorativa, adornando seus comentários econômicos e políticos — que, de maneira menos ou mais fundamentada, como n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, buscavam apresentar os “lumpemproletários” como uma massa disforme e heterogênea de malandros, vagabundos, criminosos, meretrizes, jogadores e outros tipos sociais vistos como deploráveis à luz de uma certa ética do trabalho e de uma certa moral vitoriana — com qualificativos moralistas e depreciativos que enfatizavam ainda mais aquilo que se tentava demonstrar, a saber, que se tratava de gente economicamente parasitária [...].¹¹²

Esse tratamento dispensado ao lumpemproletariado não favorece a percepção do seu potencial de transformação, sua capacidade e motivações de mobilização. Tal tratamento ainda é recorrente — ainda hoje podemos ouvir, entre alguns que se aproximam das ocupações urbanas de Belo Horizonte, certo descrédito com aquela luta que tem os moradores como protagonistas, os quais se mobilizam por questões pragmáticas e imediatas como a moradia, e que, ao terem a demanda minimamente atendida podem se desmobilizar.

A princípio a comunidade adorou a gente. Porque a gente sabe que quem determina muito na comunidade é o poder econômico. O pessoal do depósito, da padaria, do mercado viu aquele tanto de gente comprando... daí, esse pessoal é bom demais. Está comprando lona, madeirite. As pessoas se movem pelo interesse. Na hora que veio a questão de violência e a gente começou a tirar os oportunistas daqui — porque tinha gente do bairro que tinha casa e queria vir, a gente começou a bater de frente e já começa a criar desgaste.

Porque a gente percebe que o que mais mobiliza a periferia é o direito de morar. A nossa base, ela é mais perto da igreja evangélica, porque quanto pior a vida do fulano, mais a alternativa da igreja evangélica compensa. Eles entram e fazem um nó na cabeça da pessoa. Colocam que a pessoa está

¹¹¹ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹¹² SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 154–155.

sem paz, o demônio entrou na sua vida, te travando, se fizer um exorcismo, a moradia chega.¹¹³

Para Bakunin, o lumpemproletariado é uma grande potência para o processo revolucionário. A sua vulnerabilidade potencializa sua condição de transformação:

[...] segundo ele, exatamente por constituírem um estrato social particularmente vulnerável e desprezado, os “lumpemproletários” deveriam merecer particular simpatia por parte dos revolucionários. E isso não somente por razões éticas, mas também e principalmente políticas: justamente os “lumpemproletários”, apesar de comumente não terem “grilhões” tão visíveis pelo fato de não terem padrões bem definidos e não estarem submetidos à disciplina da fábrica [...] seriam potencialmente mais arrojados, mais “livres”. Teriam, no fundo, menos a perder.¹¹⁴

As ocupações como possibilidade de organização dos setores populares nas cidades se deparam com as contradições que caracterizam as periferias brasileiras, como a atividade do tráfico de drogas, a qual faz parte de sobrevivência dos pobres, uma atividade comercial desenvolvida por vizinhos e outros agentes externos. É uma relação complexa que demanda de todos os envolvidos cuidado e respeito mútuo, afinal, as tentativas de ruptura com a precariedade da pobreza não são simples.

A gente entende que é atividade comercial, né? Ilegal, mas o que leva as pessoas a vender isso é dinheiro. Nos outros períodos a gente viu que eles começaram a ter uma atuação política contra movimento. Enfrentando movimento, criando dificuldade pra os movimentos organizados.¹¹⁵

Censurado

Nesse processo as contradições não são exclusividade dos moradores da periferia, os apoiadores também apresentam as suas dificuldades de compreensão de seus problemas e acabam transferindo para ocupações disputas que se dão em outros lugares, dificultando as tentativas de organização de todos os envolvidos com uma ação política como a Ocupação Camilo Torres. A mobilização e a organização para a transformação que uma ação como a Camilo Torres apresenta exigem a formação de todos os envolvidos, inclusive daqueles que se consideram a vanguarda daquele luta.

¹¹³ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹¹⁴ Ibidem, p. 155.

¹¹⁵ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Inclusive, a gente percebeu que a grande maioria das crises estouram aqui no setor popular começa lá dentro das faculdades. Disputa de DCE, disputa de tese, e acaba que vem estourar aqui, onde que o pessoal mais precisa de unidade. Utilizavam os setores de base apenas como alguma coisa a ser manobrada em algum momento. Porque a disputa se dá no setor médio, que é o setor que forma opinião.¹¹⁶

Nessa primeira experiência de assessoria técnica, pressenti que essas contradições aparentavam que seriam superadas. Entretanto, elas se sobrepunham e a normalidade do sistema com que se almejava romper era recuperada, evidenciando que essa seria uma luta que exigiria perseverança. Eu me percebi como um agente social que também precisava ser formado para resistir. A Ocupação Camilo Torres me pareceu ser uma oportunidade para esse exercício.

2.1.4 O início da Ocupação Camilo Torres

A Ocupação Camilo Torres iniciou na madrugada do dia 16 de fevereiro de 2008. Foi batizada com o nome de Camilo Torres (Figura 2), em homenagem ao padre colombiano considerado um dos pioneiros da Teologia da Libertação e membro do ELN (Exército de Libertação Nacional)¹¹⁷. O padre Camilo Torres morreu num combate como guerrilheiro em 15 de fevereiro de 1966, e a ocupação se iniciou na madrugada em que se comemoravam quarenta e dois anos de morte do homenageado. Eu não participei desse processo e vim a conhecer a ocupação alguns meses depois.

Ela foi organizada pelo Fórum de Moradia do Barreiro e pela Associação dos Sem Casa da Vila Santa Rita.¹¹⁸ No blog “Suvaco de Cobra” eles apresentavam reivindicações que indicavam uma ruptura com a política habitacional da Prefeitura de Belo Horizonte:

1. Desapropriação imediata do terreno ocupado, destinando-o para moradia popular;
2. Revisão do Plano Diretor do município com a participação dos movimentos;

¹¹⁶ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹¹⁷ ELN (Exército de Libertação Nacional) é uma organização guerrilheira colombiana de inspiração comunista fundada em 1964.

¹¹⁸ Tinha um núcleo de sem casa na Vila Santa Rita. Nós estávamos dentro da política habitacional, participando das reuniões mensais. E sempre a discussão do poder público para não construir moradia era que não tinha terreno. Como a gente era da região da Vila Santa Rita e o núcleo via aquele terreno abandonado há décadas, a gente decidiu, dentro das próprias reuniões do núcleo, ocupar a área. A gente fez as reuniões durante uns oito meses. Porque foi bem preparado, aí, fizemos feijoada, tinha atividades para poder arrecadar dinheiro. Com isso compramos arame, lona, aquela situação ia organizando o povo. [Militante e morador, 13 fev. 2014]

3. Implementação do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01) no município, com destaque para os instrumentos que proporcionam reforma urbana decente (IPTU progressivo no tempo e no espaço, lei de preempção e outros);
4. Aprovação do projeto de lei que destina 1% do ICMS do estado para o Fundo Estadual de Habitação;
5. Reforma Urbana ampla, geral e irrestrita, que onere a especulação imobiliária e priorize o atendimento da população de baixa renda;
6. Construção emergencial, pela Prefeitura Municipal de BH, de duas mil casas/ano — em contraposição à irrisória quantia oferecida de apenas trezentas unidades/ano — mediante inclusive utilização dos recursos previstos no PAC, cerca de R\$ 106,3 bilhões para moradia popular;
7. Fim da política de criminalização dos movimentos sociais conduzida pelo governo estadual e municipal.¹¹⁹

As Brigadas Populares também participaram dessa ocupação. Foi a primeira experiência dessa organização de uma ocupação de terras, uma ocupação horizontal: “Faltando umas duas semanas pra gente ocupar, o pessoal das brigadas fizeram uma bilateral com a gente, falando que tinham interesse em participar junto, mas que as pernas deles não dariam pra estar no cotidiano, mas que iam contribuir com o trabalho de formação. A gente falou: Beleza! Estamos de acordo!”¹²⁰

A ocupação acontece num terreno que pertencia até 1992 à CODEMIG,¹²¹ o qual foi transmitido para um particular para que construísse no local uma indústria, situação que até 2008 não havia se concretizado. Ela se instalou numa área classificada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte como Zona de Grandes Equipamentos, ZE, e tem parte de seu território dentro de uma ZPAM, Zona de Preservação Ambiental. A área classificada como ZE compõe a região de grandes indústrias do Barreiro e do Vale do Jatobá, sendo essa a atividade originalmente prevista para o terreno ocupado. Com a promulgação da Lei nº 8137 de 2000, que alterou a Lei nº 7166 de 1996, parte da área ganhou a classificação de ZPAM, devido à presença de cursos d’água contribuintes da bacia do Ribeirão Arrudas. No entorno imediato predominam as classificações ZE e ZEIS, Zona de Especial Interesse Social. A Camilo Torres inaugurou na região a pressão para mudança desse zoneamento de ZE para ZEIS como poderemos observar no decorrer dos anos seguintes, com o surgimento de várias outras ocupações nos terrenos do entorno (Figura 3).

¹¹⁹ BARREIRO Urgente — Ocupação Camilo Torres. *Blog Suvaco de Cobra*. Publicado em mar. 2008. Disponível em: <<http://suvacodecobrahiphop.blogspot.com/2008/03/barreiro-urgente-ocupao-camilo-torres.html>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

¹²⁰ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹²¹ CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais) Empresa pública de fomento ao desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais.

A ocupação, nos seus primeiros dias, sofreu um despejo de uma parte do terreno ocupado, a qual pertencia ao poder público municipal. As organizações políticas avaliam a viabilidade da ação para que não haja nenhuma surpresa, analisando principalmente as condições de entrada e a possibilidade de consolidação ao ocupar. A questão da propriedade fundiária é um dos aspectos observados. No Peru, as ocupações de terreno (*barriadas*) apresentam segundo De Soto a preferência por terrenos públicos— cerca de noventa por cento ocorreu em terrenos estatais. “Isso significa que é mais simples invadir ao Estado que aos particulares, porque, como não se está atingindo ninguém em especial, existem menos estímulos para uma reação”.¹²² Essa situação a respeito da propriedade do terreno se difere de Belo Horizonte, onde há sempre uma maior mobilização do poder público em reprimir esses atos quando ocorrem em seus terrenos. Um agente público, afirma que, nas ações em terrenos particulares, o poder público se torna muitas vezes omissivo e conivente à situação, afirmando sua falta de condição para solucionar a demanda habitacional de outra forma.¹²³ Presenciei isso em outras ocupações em Belo Horizonte. A parte despejada ficou desocupada até outubro do mesmo ano, quando foi reocupada durante o período eleitoral no município (Figura 4): “Parte foi despejada pela prefeitura logo no início, nós reocupamos essa parte no mesmo ano de 2008, no início de outubro, até foi no ano de eleição. Soltamos até um manifesto interessante, falando que os nossos sonhos não cabiam dentro de uma urna, era através da luta mesmo.”¹²⁴

2.1.5 O primeiro contato com uma ocupação

Conheci a Ocupação Camilo Torres numa semana de arquitetura da Puc Minas, em setembro de 2008. Na ocasião um militante das Brigadas Populares realizou uma oficina intitulada “reforma urbana radical”. Ainda graduando em arquitetura e urbanismo, inscrevi-me porque achei o nome curioso e porque não acredito em transformação radical. Como historiador influenciado pela Escola dos Annales, especialmente por Fernand Braudel e sua concepção de longa duração, entendo que transformações ocorrem lentamente. No evento, além de o militante esclarecer que entendia por radical a abordagem que vai à raiz do problema, ele apresentou as ocupações que vinham acontecendo na cidade desde 2006, dentre elas a Ocupação

¹²² DE SOTO, *Economia subterrânea*, 1987, p. 54.

¹²³ Agente público. Entrevista agente público. 22 out. 2009. Entrevista concedida a GG.

¹²⁴ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Camilo Torres — como dito acima, a primeira ocupação de terras de que participavam, com parcelamento das glebas em lotes e a construção das casas pelos moradores. Ficou combinado que durante a oficina visitaríamos a ocupação, o que acabou não ocorrendo.

Na ocasião, eu estava à procura de um tema para o trabalho final de graduação, o TFG. Não tinha a intenção de trabalhar com projetos de casas para ricos ou edifícios para construtoras, mas de estudar favelas, políticas habitacionais etc., e buscar alternativas de atuação como arquiteto. As ocupações foram uma novidade que apontou um caminho de estudo e pesquisa. Mantive contato com o militante e, alguns dias depois da referida oficina, ele me convidou para participar do chamado Encontro das Comunidades de Resistência (Figura 5), que ocorreria nas dependências do Centro Universitário Izabela Hendrix. Foi um dia com palestras, dinâmicas e depoimentos sobre as várias lutas sociais em curso na RMBH, dentre elas, as ocupações.

Esse encontro ocorreu num sábado, durante todo o dia. Na abertura no início da manhã, várias lideranças de diferentes organizações sociais falaram numa situação semelhante a uma mesa redonda. Estavam presentes representantes do MST, Brigadas Populares, Quilombolas, Associações de Sem Casa, representantes do movimento estudantil, dentre outros. Na plateia encontrei alguns arquitetos que eu conhecia do movimento estudantil da arquitetura. Já formados, pareciam como eu procurando saídas para outra atuação profissional. Chamou a minha atenção a maneira como o encontro era organizado, ele se assemelhava a vários eventos dos quais já havia participado quando jovem na Igreja Católica, um retiro 'espiritual' para pensar sobre as comunidades de resistência. Durante o dia havia momentos de integração, como no almoço, além de dinâmicas para integração dos participantes e reflexão sobre as discussões ocorridas nos debates. Nesse dia uma das atividades ocorreu na Praça da Liberdade. Quando o grupo de arquitetos e estudantes se reuniu num jardim da praça, chegaram alguns agentes de segurança e pediram para não pisarmos na grama e nos reunirmos nas alamedas cimentadas da praça. Aquela situação foi o mote para discutirmos a experiência das cidades, tanto com relação ao ato de ocupar um terreno quanto à repressão que os moradores sofrem nos primeiros momentos com as tentativas de despejo. Após essas dinâmicas voltávamos para o auditório e todos compartilhavam as experiências e discussões vivenciadas nos

grupos. Esses encontros são ainda organizados pelas Brigadas Populares, como estratégia de formação dos militantes e apoiadores.

Essa minha impressão das semelhanças com um retiro espiritual foi se confirmando com a convivência nas ocupações urbanas, as quais se inspiram na tradição católica e, notadamente, na Teologia da Libertação (Figura 6).¹²⁵ Um militante disse que o componente religioso é indispensável nesse contexto: “no Brasil assim como na América Latina, nós não podemos ignorar, nas lutas sociais, populares, essa dimensão religiosa — nós temos que lidar com uma dimensão de fé das pessoas, isso é um ingrediente forte”.¹²⁶ A referência religiosa não é sustentada no processo somente pelos sacerdotes, tampouco é apenas instrumentalizada como forma de persuasão dos moradores. Boa parte dos militantes dos movimentos tem uma formação católica, uma condição que me deixou confortável, já que eu compartilhava da mesma formação, sendo, como boa parte dos militantes que conheci na ocasião, um ex-católico que formou sua percepção dos problemas humanos a partir de uma perspectiva religiosa católica.

Ao término desse encontro, combinei com outro militante das Brigadas Populares, que morava nas proximidades da Ocupação Camilo Torres, de irmos juntos, num outro final de semana, para que eu pudesse conhecer o terreno ocupado. A visita foi no final de novembro de 2008.

No dia 29 de novembro conheci a Ocupação Camilo Torres. Saí cedo de casa e me dirigi ao Barreiro, no extremo sudoeste da cidade. É uma região que fica afastada da minha casa. Sempre morei na outra extremidade de Belo Horizonte, nos bairros Santa Inês e Sagrada Família, ambos na região leste, devido a isso tinha pouco contato com o Barreiro e seus bairros (Figura 7). A ocupação se instalou às margens da Avenida Perimetral, num terreno na esquina com Rua Córrego Capão da Posse, no bairro Vale do Jatobá. O terreno é vizinho da Vila Santa Rita (Figura 8). A Camilo Torres está numa região de declividades moderadas, numa encosta convexa entre

¹²⁵Teologia da Libertação é uma tradição teórica vinculada a setores da Igreja Católica na América Latina. Promove uma interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo tendo em vista o questionamento das condições econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista. Nessa tradição teológica há uma forte influência de filosofia marxista e ela tem como importantes expoentes o padre peruano Gustavo Gutiérrez, o teólogo Leonardo Boff (Brasil) e os sacerdotes Jon Sobrino (El Salvador) e Juan Luis Segundo (Uruguai).

¹²⁶Militante. Entrevista militante. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

duas linhas de drenagem da bacia dos córregos Mineirão e Olaria. Ela se instalou num divisor de águas (Figura 9).

O terreno onde acontece a ocupação foi submetido a trabalhos de terraplanagem configurando dois platôs: o primeiro é paralelo à Avenida Perimetral, ficando numa cota acima da via; o segundo platô fica atrás do primeiro, ocupando a porção leste do terreno — a Rua Córrego Capão da Posse permite o acesso direto a ele. Essa movimentação de terra criava condições para possíveis pátios da empresa que nunca se instalaram. A ocupação acontecia nos dois platôs. No platô às margens da Avenida Perimetral, os lotes têm suas frentes voltadas para a via e seus fundos fazem limite com outros lotes, estes com a frente para uma rua interna, a qual está quase paralela à Perimetral e que atravessa todo o platô, com lotes nas duas margens. Essa rua termina em outra que faz uma ligação interna dos dois platôs. Entre eles têm um talude que ficou no centro de uma quadra. Nesse segundo platô há um largo paralelo à Rua Córrego Capão da Posse, a Praça da Assembléia, onde se dão as atividades coletivas. Partem dela três ruas internas (Figura 10).

Na visita observei as soluções de mesoestrutura urbana realizada pelos moradores, rede de eletricidade com postes de madeira, rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário com uso de fossas compartilhadas por vizinhos e numa rua a instalação de uma vala de drenagem na borda para condução das águas pluviais — uma solução que seguia a já adotada nas bordas dos platôs juntos aos taludes (Figuras 11 a 13): “Pegamos o terreno e vimos o tamanho dele. Esse aqui dá mais ou menos 60m² pra cada um. Aí, dividimos, fizemos o arruamento de cinco metros. Deixamos um espaço aberto para a praça da assembléia, onde fazíamos as reuniões”.¹²⁷ As casas construídas na periferia dos platôs promoviam alterações nos taludes, realizando pequenas escavações, formando pequenos platôs onde eram cultivadas hortas. Àquela época os moradores acreditavam que essas hortas contribuíam para contenção desses taludes, melhorando alguns processos erosivos que observei (Figura 14). A justificativa parecia ser uma preocupação para que eu não interpretasse os casos como manifestações de um suposto risco geológico.

O desenho urbano da Ocupação Camilo Torres apresentava grandes semelhanças com o que encontramos em outras partes da cidade: vias margeadas por lotes individuais, com edificações unifamiliares: “O desenho veio depois. A gente foi

¹²⁷ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

marcando. Aí o pessoal disse: não é que ficou bonito olhando assim de cima? Tinha até uma lógica. Não sei se deu pra você ver que deu pra garantir a circulação. Deu a circulação certinha. O carro entrava ali, ele poderia ao menos contornar. Ficou interessante, viu?”¹²⁸ Os lotes tinham as dimensões de oito metros de profundidade por seis metros de frente, cada um com 48 m² de área, com pequenas variações. Os moradores ocupavam os lotes de diferentes maneiras. Alguns ocupavam uma das laterais do lote, liberando uma faixa mais larga entre o bloco e o limite vizinho, outros ocupavam o fundo do lote deixando a parte da frente como um quintal interno da unidade. Havia, também, quem fazia o contrário, ocupando a parte da frente do lote deixando os fundos como quintal, e outros que ocupam o centro do lote deixando uma estreita faixa de terreno livre entre a edificação e os limites laterais e de fundo (Figura 15). Para construção das casas eram adotadas diferentes técnicas construtivas, variando em função da capacidade financeira do morador e da consolidação da ocupação — naquele momento ainda se encontravam casas em diferentes etapas. No começo, casas de lonas e suportes de madeira (Figura 16), posteriormente painéis de compensado e OSB (Figura 17), e finalmente as alvenarias de tijolo cerâmico (Figura 18). O aumento das casas de alvenaria era um indicativo de que a ocupação estava dando certo e se consolidando.

Nesse dia conversei com uma das coordenadoras que morava na ocupação. A sua casa ficava próxima a uma das entradas na Rua 16 de fevereiro, implantada em uma das laterais do lote, com uma das fachadas alinhada com a rua, com as dimensões de três metros de frente por seis metros de profundidade, dividida em três ambientes, (a cozinha, por onde é o acesso, um quarto, e o banheiro), o restante do lote é o quintal. Ela mora no local com seus dois filhos (Figura 19). Ela previa ampliar a casa, criando mais dois quartos para os filhos, uma sala e uma garagem. Essas ampliações estavam esboçadas em um desenho realizado por ela, que aguardava a consolidação da ocupação para investir mais na casa (Figura 20).

Ao término da visita saí satisfeito, havia encontrado um tema para o TFG: desenvolver um plano urbanístico de consolidação da Ocupação Camilo Torres.

¹²⁸ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

2.1.6 Ocupação Camilo Torres e Vila Santa Rita

O militante das Brigadas Populares que me acompanhava também era graduando em arquitetura e urbanismo. Apesar disso, quase não tinha informações técnicas sobre o terreno: características físicas e ambientais, mesoestrutura da região, como havia sido o parcelamento entre os moradores e como se davam as construções das casas. Por exemplo, vendo uma obra de reparo da rede de esgoto da Copasa ao lado da ocupação, perguntei por que as casas tinham fossas rudimentares e não estavam usando rede. Meu acompanhante disse que até então não sabia que havia rede ali e não saberia como fazer a conexão. O fato de ele ser graduando em arquitetura e urbanismo não tinha nenhuma influência na sua militância. Constatei algo semelhante entre muitos outros militantes das organizações políticas que promovem as ocupações em Belo Horizonte. Com exceção dos advogados, a articulação entre conhecimento profissional e militância política era bastante nebulosa (desde 2008, isso mudou um pouco entre os arquitetos, mas não completamente).

Naquele mesmo dia, meu acompanhante me convidou para almoçar na sua casa, no bairro Santa Rita, vizinho da ocupação (Figuras 21 e 22). Durante o almoço, sua mãe contou que, nos anos 1980, na gestão de Sérgio Ferrara, a prefeitura doou lotes no Santa Rita, e que, no início, o bairro se parecia muito com uma ocupação. Graças ao contato com outros moradores e militantes, descobri que as ocupações atuais naquelas redondezas têm sido em boa parte iniciativa de descendentes desses moradores mais antigos da região. Como testemunhou outro militante e morador da Ocupação Camilo Torres algum tempo depois:

Fomos atendidos por uma política habitacional assistencialista, na época do governo Sérgio Ferrara, [quando se] criou aquele conjunto habitacional, virou Vila Santa Rita, virou Castanheira e, de lá pra cá, a gente viu que foi totalmente insuficiente a perspectiva de moradia de interesse popular. As famílias foram crescendo. A princípio, construiu em cima dos barracos, dos espaços onde houve essa política habitacional em meados dos anos [19]80, construíram em cima. Mas construir em cima, já não dava mais, aí começou vir a necessidade de ocupar.¹²⁹

Com o convívio com outras ocupações e estudando sobre situações semelhantes na história da cidade e região, entrei em contato com outro evento que se assemelhava ao que ocorreu na Vila Santa Rita, o loteamento periférico. Citado anteriormente, trata-se de um empreendimento imobiliário realizado por pequenos

¹²⁹Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

proprietários de terra em áreas rurais no entorno de grandes centros urbanos do Brasil, onde se promovem o parcelamento dos terrenos e a venda dos lotes para trabalhadores pobres que chegam às cidades à procura de oportunidade de trabalho. Tais loteamentos, embora sejam quase sempre irregulares, pressupõem a propriedade da terra pelo agente que os promove. Quando esse agente é um loteador privado, cujo objetivo é o lucro imobiliário, os moradores compram os terrenos (informalmente), sem participar de nenhuma ação política.

O contexto de surgimento desses loteamentos periféricos se relaciona também a arremedos de política pública habitacional no Brasil dos anos 1970. Em 1975, o BNH lança os ‘programas alternativos’ que apoiavam a autoconstrução e a ajuda mútua. Apesar da pouca relevância que tiveram, indicam um alinhamento do governo militar brasileiro (1964–1985) com proposições do também governo militar peruano (1968–1980), afinal ambos seguiam as diretrizes preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, as quais visavam abrandar o ambiente de revolta que a precariedade habitacional poderia proporcionar. Essa situação parece que se manteve nas primeiras administrações municipais durante a redemocratização no Brasil, como foi o caso do Governo Ferrara (1985–1988) em Belo Horizonte, manifestado na Vila Santa Rita, nas proximidades da Ocupação Camilo Torres.¹³⁰ Essa situação acompanha o discurso dessas instituições internacionais inspiradas no debate levantado por John F. Turner.

O arquiteto britânico John F. Turner introduz o tema da autoajuda no debate e na agenda dos organismos internacionais a partir de seu trabalho nas *barriadas* peruanas nos anos 1960. Ele mostra, de modo bastante pragmático, que as necessidades cotidianas costumam ser melhor atendidas por moradias e espaços urbanos que a população mais pobre cria para si mesma do que por conjuntos habitacionais e outros expedientes do Estado (Turner, 1976).¹³¹

Nos anos 1980, quando é construída a Vila Santa Rita, durante o fim do governo militar brasileiro, acontece um vácuo nas políticas habitacionais com a incorporação do BNH à Caixa Econômica Federal. A política habitacional fica sem

¹³⁰ Um sorteio onde desse prioridade a quem estivesse disposto a ser massa eleitoral dos grupos. Porque não tinha nenhuma discussão popular. Era um processo onde lhe davam uma área de 127m². Parece que todos foram do mesmo tamanho. Aí, dava o material de construção, aí as famílias construíam a regime de mutirão ou [cada um] construíam por si próprio. Então tanto Vila Rita, Vila Pinho, Castanheira, Taquaril, foram todos nesse modelo. Nessa época teve até uma contradição, porque foi um mandato de 3 anos, do Governo Ferrara e, os números falam que em três anos, ele construiu aí em torno de vinte e cinco mil moradias. [Militante e morador, 13 fev. 2014]

¹³¹ KAPP et al., *Loteadores associativos*, 2014, pp. 28–29.

guardada nas instituições estatais e é “empurrada” para os estados e especialmente para os municípios, que começam a desenvolver alternativas para garantir a produção habitacional — como testemunha um documento do Partido dos Trabalhadores que expõe ‘o modo petista de governar’:

A estruturação institucional deve corresponder a uma maior alocação de recursos municipais para o setor de habitação popular, independentemente da luta pela obtenção de recursos federais. O fato é que o município não pode ficar dependente apenas da existência de financiamentos externos, posto que estes estão sujeitos a critérios políticos e são, como vimos, concedidos apenas para um certo tipo de intervenção (produção de unidades prontas), enquanto a ação petista deve trabalhar com a ideia da diversidade de intervenções.¹³²

Esse ambiente de ativismo desarticulado e a pressão sobre o poder público municipal para distribuição de lotes como ocorrido na gestão de Sérgio Ferrara contribuíram para uma crise dessas ações e para a incorporação de parte de suas lideranças em partidos de esquerda.¹³³ Com a eleição desses partidos para as gestões municipais a partir do final dos anos 1980, essas lideranças passam a compor a administração estatal, o que ocorre em Belo Horizonte a partir de 1993 na gestão de Patrus Ananias (1993–1996).

2.1.7 Os limites da conquista da moradia pela via institucional

Nesse momento inaugural da redemocratização das instituições brasileiras, são eleitos para a administração municipal partidos políticos de centro-esquerda em algumas cidades, num período de aguda crise econômica no país, marcado por altos índices inflacionários. A solução vislumbrada nessa ocasião era uma administração pública dentro dos preceitos do neoliberalismo, na qual o Estado diminuía sua atuação dentro do mercado, dedicando-se mais às questões que eram necessárias à sociedade, mas que não gerariam retornos financeiros: “Que, aí sim, foi uma grande contradição. Porque essa gestão popular democrática uniu as famílias de baixa renda, de fato ela conseguiu construir só três mil oitocentos em dezesseis anos”.¹³⁴

¹³² BITTAR, O modo petista de governar, 1992, p. 46.

¹³³ A política habitacional que o Patrus iniciou em [19]93 foi nessa forma mesmo, ele orientou as associações de bairro, as pessoas, a se inscreverem pra moradia. Essas associações elegiam um representante e os representantes participavam dos foros. Aí, eram abertos os núcleos nos bairros e eles participavam das disputas onde tinham poucas contemplações. Essas contemplações eram divididas pelos grupos e os grupos pegavam e indicavam. Eles falam que foi um avanço, porque os grupos tiveram o direito de escolher que família que ia ir, como que ia ir. Mas a quantidade foi muito inferior dessas outras políticas. [Militante e morador, 13 fev. 2014]

¹³⁴ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Apesar de esta ser então a preocupação primordial dos agentes do Estado, estes precisam ter responsabilidade fiscal e regular as contas públicas para conter a inflação da economia brasileira. Nesse contexto as administrações municipais adeptas da Reforma Urbana têm sua mobilidade reduzida para ampliar os direitos sociais dos pobres da cidade, situação agravada com a cultura política segundo a qual a participação na gestão pública por parte da sociedade se dá dentro de procedimentos que, de fato, não incluem as camadas populares.

A insatisfação com os rumos que a política habitacional de Belo Horizonte assumia teve uma manifestação, ainda durante a gestão de Patrus Ananias, do PT, com a Ocupação Corumbiara em 1996. Posteriormente, a partir de 2006, começam outras ocupações em prédios já citadas: a Caracol, em 2006, e, na sequência, as ocupações João de Barro I, João de Barro II e João de Barro III ao longo de 2007.¹³⁵ Após esse período começaram as ocupações urbanas horizontais, retomadas com a Camilo Torres em fevereiro de 2008, considerada um marco dessa retomada de luta política na cidade:

Em fevereiro de 2008, a gente pode falar mesmo que foi o processo de resgate das ocupações. Belo Horizonte sempre foi criada através de ocupações, seja organizada ou espontânea. O mapa de Belo Horizonte foi se construindo assim. Aí, iniciou-se a Ocupação Camilo Torres.¹³⁶

Um aspecto importante a ser destacado nesse período que antecede a retomada das ocupações urbanas em Belo Horizonte são as tentativas de cooptação que ocorreram com os movimentos de luta por moradia e que marcaram as movimentações no início da redemocratização. Essa situação é observada em outras situações semelhantes na América Latina, como chama a atenção Zibechi, indicando que, após as várias ditaduras militares, alguns militantes desses movimentos são incorporados às instituições e passam a ser portadores de um discurso oficial.¹³⁷ Exemplo disso é a redemocratização no Chile, em que a retomada de processos de resistência como antes do golpe militar de 1973 encontra dificuldades entre os aliados na luta para superar o regime de Pinochet:

¹³⁵ É uma ação de necessidade. Isso é uma necessidade que trouxe a gente aqui. Até porque é um governo que tem uma propaganda muito grande de moradia que na verdade não chega ao cidadão de fato. Só chega aos empresários. [Militante e morador, 13 fev. 2014]

¹³⁶ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹³⁷ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 117.

El gobierno volvió a poner en práctica los métodos criminales típicos de la Dictadura. [...] En realidad hacía algunos meses que habíamos descansado de los métodos represivos. Esa noche nos juntamos y fuimos al retén a pedir una explicación por lo que había sucedido. No recibimos ninguna respuesta de parte de Carabineros.¹³⁸

Esse retrocesso ocorrido na redemocratização chilena é também vivenciado aqui no Brasil. Em Belo Horizonte ações como a Ocupação Camilo Torres manifestam a insatisfação com antigas lideranças que não representam mais os interesses daqueles que demandam moradia, como testemunha um militante e morador da Camilo:

Participo do movimento de luta por moradia, por direito da cidade desde 2002. A princípio a participação iniciou da política habitacional institucional, orçamento participativo de habitação de obras. Ao longo do tempo fui percebendo que tudo isso é nada mais e nada menos que uma forma de a própria instituição dirigir o povo. E aí, começou o processo de rebelião.¹³⁹

No início de 2009, comecei a fazer um ‘diagnóstico’ com as informações que obtivera na visita e outras que encontrei na legislação e em órgãos públicos. Na produção desse documento, queria veicular as informações de forma clara, para que pudessem ser apropriadas por todos os envolvidos. Quando o diagnóstico ficou pronto, entreguei-o para um militante das Brigadas Populares. Era o dia 18 de abril de 2009, data em que conheci a Ocupação Dandara, que acabou se transformando em meu tema de TFG. Não sei se o documento foi repassado aos moradores. Reencontrei alguns deles em outras ocupações, mas nunca mais voltei à Camilo Torres.

A Ocupação Camilo Torres reinaugurou um processo de luta pela terra urbana em Belo Horizonte com vários desdobramentos (Figura 23). Desde então passei a acompanhar esses processos primeiro como estudante de arquitetura e urbanismo e depois como assessor técnico (Figura 24).

¹³⁸ LEMUÑIR, *Nuestra victoria*, 2017, p. 68.

¹³⁹ Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

2.2 Ocupação Dandara

2.2.1 Primeiro momento na Ocupação Dandara (Ação Direta – Contra o Estado)

2.2.1.1 *Uma barriada belo-horizontina*

Quando ingressei na graduação em arquitetura e urbanismo, conheci um colega de turma chamado Guy François Lapouble Corrêa, um peruano de Lima que se tornou desde então um dos meus grandes amigos.

Eu sempre achei meio intrigante a trajetória dos povos andinos. Para mim até então todos eram incas, depois descobri que a questão era mais complexa. Acho que minha aproximação do Guy foi fruto da minha curiosidade sobre os povos andinos — no meu inconsciente ele era um inca perdido no meu território tupi.

Apesar da curiosidade inicial, os incas acabaram não ocupando muito nossas conversas. Falávamos de arquitetura e urbanismo em vários aspectos, e um dos temas abordados eram as barriadas limeñas. Guy me descreveu a formação de algumas delas próximo à sua casa quando criança, um terreno vazio que, do dia para a noite, apareceu todo preenchido com barracas de esteiras, numa organização espacial com um rígido traçado ortogonal que deixava evidente que aquela apropriação era objeto de um plano urbano para sua Ocupação (Figura 1). A descrição das memórias infantis de Guy me chamou a atenção, então eu quis saber um pouco mais sobre o assunto. Algum tempo depois ele me deu uma revista peruana sobre o tema — aqui no Brasil eu não achava nada que falasse do evento descrito por ele. As *barriadas* — ou *pueblos jóvenes*, como ele dizia — me pareciam uma favela organizada, algo que eu desconhecia no Brasil.

“[...] Ela ocorre à noite ou de madrugada, numa data preestabelecida que geralmente coincide com alguma efeméride cívica, para reduzir assim as possibilidades de uma reação rápida das forças policiais. Os invasores, sem se importar se são cem ou quarenta mil, chegam ao lugar combinado em caminhões ou micro-ônibus alugados, trazendo consigo paus, esteiras e tudo que for necessário para levantar sua primeira habitação. Entram no terreno e hasteiam uma grande quantidade de bandeiras peruanas, tratando de indicar que não se está cometendo um delito, mas um ato patriótico reivindicatório e de ‘justiça social’. Imediatamente depois, os piqueteiros se encarregam de marcar o assentamento com greda branca, de acordo com o plano previamente elaborado. Por sua vez, as mulheres e as crianças limpam o

terreno e, em questão de horas, os lotes estão distribuídos e as esteiras são colocadas cada um deles sob a forma de iglu.”¹⁴⁰

Em 18 de abril de 2009, quando conheci a Ocupação Dandara, a lembrança da imagem descrita por Guy sobre a formação das *barriadas* em Lima foi imediata. Aquele amontoado de barracas de lona me pareceu o início de uma na minha cidade. No primeiro momento a organização espacial parecia ‘caótica’ e precisava do toque arquitetural para se tornar uma *barriada* belo-horizontina. Eu estava ali, um ingênuo estudante de arquitetura, para contribuir com esse papel (Figuras 2e 3).

A Ocupação Dandara foi um divisor de águas na minha vida e no meu entendimento do trabalho de arquiteto. Ela começou na madrugada de 9 de abril de 2009. Tomei conhecimento dela numa terça-feira, 14 de abril, assistindo a um jornal sensacionalista de Belo Horizonte no horário do almoço. Pelas imagens veiculadas, reconheci o lugar: parecia o terreno no bairro Céu Azul utilizado no desenvolvimento de duas disciplinas que eu cursava na graduação. Eu havia terminado o diagnóstico da Ocupação Camilo Torres e entrei em contato com um militante das Brigadas Populares para entregar o material. Aproveitei para saber se ele tinha conhecimento da Ocupação no bairro Céu Azul. Ele disse que estava diretamente envolvido e me convidou para ir até lá no sábado, 18 de abril. Quando cheguei, vi que de fato era o terreno que eu havia visitado com minha turma de graduação no início de fevereiro de 2009.

Fui recebido pelo brigadista e alguns moradores. Fizemos um percurso entre os barracos que se concentravam numa pequena parte do terreno: “A polícia militar obrigou a gente a ficar lá em cima amontoado, as barraquinhas uma grudada na outra, não tinha espaço, você conversava na sua barraca os vizinhos escutavam o que você estava falando, você comia e o vizinho do outro lado sabia o que você estava comendo”.¹⁴¹

Saquei minha máquina e — como bom arquiteto, que fotografa sem se preocupar com o constrangimento dos fotografados — fui registrando imagens do local (Figuras 4 a 6). Além disso, discursava sobre suas características físicas, ambientais e urbanísticas; tudo o que havia aprendido nas referidas disciplinas acadêmicas. Eu era assertivo, um técnico com pleno domínio do seu campo. A Ocupação Dandara foi organizada pelas Brigadas Populares e o MST (Figura 7) com

¹⁴⁰ DE SOTO, *Economia Subterrânea*, 1987, p. 55.

¹⁴¹ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

o apoio do Fórum de Moradia do Barreiro. Outro apoio importante desde os primeiros momentos que se mantém ainda hoje é da CPT¹⁴² — nessa primeira visita também fui recebido por seus representantes.

2.2.1.2 A mulher na Ocupação Dandara

Naquela ocasião, percebi que a coordenação que morava no assentamento era boa parte constituída de mulheres, uma situação que, com o passar dos anos e a experiência de assessor técnico em outras ocupações, se mostrou uma condição recorrente. Na Ocupação Dandara esse protagonismo feminino¹⁴³ ficou também manifestado no nome da Ocupação. Era uma homenagem à guerreira negra companheira do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Juntos, Zumbi e Dandara foram referências importantes na luta contra o trabalho escravo na América Portuguesa. Uma moradora conta e justifica a escolha do nome:

Aí que surgiu o nome Dandara, todo mundo sabe também que Dandara foi uma lutadora e as pessoas sempre viam o Zumbi que era um grande lutador, mas ninguém viu por Dandara ser uma mulher. Nós decidimos colocar Dandara porque, assim como Dandara, a comunidade foi construída mais pelas mulheres. Então foi um jeito da gente homenagear as mulheres que vieram para a Ocupação¹⁴⁴.

Dentre as mulheres da Ocupação Dandara encontramos uma situação ocorrida também nas ocupações do Chile nos anos 1950. Muitas delas afirmaram ter deixado seus maridos para participar da Ocupação, ou simplesmente não os informaram sobre o passo crucial que dariam em suas vidas, assumindo a dianteira no momento da Ocupação e enfrentando a polícia nos despejos. Os testemunhos das chilenas da *Población La Victoria* de 1957 e das mulheres dandarenses de 2009 têm grandes semelhanças quanto a esse aspecto:

Num determinado momento eles nos ameaçaram, dizendo que iam chamar os milicos. Então todas nós, mulheres, fomos deixar nossos filhos com as nossas mães e voltamos para lá para lutar. Durante todo o dia esperamos que os milicos chegassem e não chegaram, mas os policiais entraram destruindo as bandeiras, puseram as barracas abaixo e quase nos

¹⁴² CPT – Comissão Pastoral da Terra.

¹⁴³ Chegamos à prefeitura, veio um pelotão da polícia, aquelas motos poderosas, setecentas e cinquenta cilindradas, aquelas armas, eu tremi muito, quase que eu corri. Não corri da luta porque eu vi que a maioria que estava ali participando da luta eram mulheres, e aí quanto mais aparecia policial mais as mulheres ficavam firmes na luta. Aí eu pensei comigo mesmo, se as mulheres estão honrando a saia, eu tenho que honrar a calça, não vou correr, não. (Militante, 18 dez. 2013]

¹⁴⁴ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

ameaçaram de morte. E lá estávamos nós, lutando para que não nos expulsassem e todas gritando: só sairemos daqui mortas!¹⁴⁵ Os maridos ficavam em casa, trabalhando, e as mulheres ficavam aqui, cuidando das barracas.¹⁴⁶ Era as mulheres que estavam começando a levantar o alicerce. O marido ia trabalhar, mas era a mulher que trabalhava para construir, era mulher que estava ali pra poder organizar tudo.¹⁴⁷

Esse protagonismo feminino encontrado na Ocupação Dandara é recorrente, segundo Zibechi, nas resistências urbanas da América Latina, as mulheres desempenham um importante papel nessas lutas, elas conduzem suas comunidades com afeto e cuidado:

[...] A força das mulheres [...] consiste em algo tão simples como se juntar, apoiar-se umas às outras, resolver os problemas ao 'seu' modo [...] com a lógica implacável de fazer como fazem em suas casas, de levar ao espaço coletivo o mesmo estilo de espaço privado, uma atitude comunitária espontânea da mulher-mãe [...].¹⁴⁸

Essa matrifocalidade¹⁴⁹ que atravessa lugares e gerações evidencia a importância que as mulheres assumem nas atividades de reprodução da vida,¹⁵⁰ dentre elas a construção e conquista da casa. Deixar seus maridos para participar de uma Ocupação indica uma autonomia, mas também um papel a desempenhar numa divisão social do trabalho que marca as práticas sociais da sociedade burguesa.

2.2.1.3 A encenação

Nesse primeiro contato com a Ocupação Dandara, foi importante a entrega do material que havia preparado sobre a Ocupação Camilo Torres, algo que contribuiu para a minha encenação de arquiteto. Eu entreguei um caderno técnico ilustrado com vários aspectos de um diagnóstico da Camilo Torres para um militante das Brigadas,

¹⁴⁵ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, pp. 43–44.

¹⁴⁶ Ele disse: “– Nós não vamos discutir relação, não, eu só tenho um coisa pra falar pra você, você escolhe ou eu ou Dandara”. Eu disse: “– Você me fez essa pergunta?” Ele falou: “– Estou te perguntando de coração. Você escolhe”. E eu disse: “– Eu escolho a comunidade. Vou construir minha casa aqui, se você quiser vir, venha. Não vou ficar morando na casa da sua mãe, chega de humilhação”. Um belo dia depois de 3 meses ele bateu na porta da barraca, veio conversar, queria saber como funcionava... [Moradora, 30 jan. 2014]

¹⁴⁷ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁴⁸ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, pp. 59–60.

¹⁴⁹ “Matrifocalidade significa, portanto, uma lógica feminina e materna de organização familiar e comunitária, que ocorre em torno da figura da mãe [...]” (In: PAIVA et al., *Por trilhas da história*, 2001, pp. 63–64).

¹⁵⁰ Ela gritava "ai, que vontade de gritar!" e saía gritando. E isso pra gente era divertido. Quando ela estava chorando a gente pensava, o quê que a gente vai fazer? Vamos pegar uma flor e tal, pra mãe não chorar. Mas a minha mãe sempre trabalhou. Nossa, ela sempre fez de tudo pra gente. [Moradora, 03 jan. 2014]

e ele folheava o material com certa admiração. Havia mapas, fotos, textos, uma linguagem gráfica sedutora. Eu aplicara todos os truques que havia aprendido na graduação em arquitetura e urbanismo e como maquetista desde criança (maquetes de venda têm de ser sedutoras, mesmo quando os projetos são ruins). Na ocasião conheci outros militantes. Eles folheavam o material e cochichavam, provavelmente perguntando quem era aquele sujeito metido que falava com tanta certeza sobre o terreno da Ocupação Dandara e entregava um material como aquele. Apesar da natural desconfiança, pareceu-me que naquele momento eu havia conseguido criar um bom cartão de visitas.

A estratégia dos desenhos sedutores eu utilizaria em vários outros momentos nessa experiência de assessoria técnica. Fui percebendo o papel que essa ferramenta desempenha na produção social do espaço. Na minha trajetória de estudante de arquitetura e urbanismo e de maquetista, a sedução de uma boa apresentação é naturalizada e pouco problematizada. Na Ocupação Dandara, notei os problemas desse instrumento no que diz respeito à formação daquele grupo sócio-espacial. Os desenhos¹⁵¹ — para os arquitetos — assim como os códigos e legislações — para os advogados — são ferramentas institucionalizadas, importantes dentro da disputa que a Ocupação colocava, e deveriam ser usados com cuidado, tratadas sempre com crítica e atenção para não reforçarem as exclusões que as instituições que representam ensejam. Como aponta Sérgio Ferro, o trabalho do arquiteto envolve técnicas de produção com técnicas de dominação, exige um trabalho crítico constante para o seu desmonte e para a superação de suas contradições: “[...] O trabalho crítico deve ser permanente, minucioso, muito exigente. Séculos de hegemonia da dominação deixaram depósitos de suas armas em toda parte. Essa operação não é

¹⁵¹ GG: E você acha que precisa do arquiteto pra fazer isso?

Morador: Precisa, pelo seguinte. Para fazer o parcelamento direitinho. A maioria das ocupações tem um córrego que passa perto, uma nascente, barranco etc. Então, pra gente que está ocupando, naquela hora ali, da euforia e tal, a gente não vai pensar naquilo ali. Mas vocês que já estão mais envolvidos nesse sistema sabem aonde que o cara pode construir ou não. Se o cara constrói em cima da mina? Além de acabar com a mina, vai cair o barraco dele em pouco tempo. E tendo a voz do arquiteto falando que o projeto é esse, tem que seguir esse projeto. Você vê que depois que você foi lá e trocou um “lero” com a galera, acabou. O pessoal aceitou direitinho. Então, a ocupação que foi feita e tiver a presença de arquiteto para ajudar é fundamental. Porque um lugar que tem um projeto não é uma coisa desordenada, você ganha até mais moral com o poder público. O pessoal já pensa que o pessoal não está ali pra fazer baderna. A polícia não vai chegar lá quebrando tudo. Tem fundamento o que o pessoal está fazendo ali. Se não tivesse, eles não iriam procurar arquiteto pra fazer. O cara iria chegar e meter barraco um em cima do outro. Então, eu acho que é fundamental a arquitetura. [Morador, 16 jan. 2014]

uma simples faxina: seu resultado, provavelmente, será uma reescrita completa do todo, uma mudança de estrutura do todo.”¹⁵²

A necessidade dessa crítica que Ferro aponta começou a ficar mais clara para mim nessa experiência de assessoria técnica. O dilema de uma Ocupação organizada como aquela que teria um projeto a ser seguido, diferente das ocupações espontâneas, onde parece que cada um faz o que quiser, foi constante durante toda a assessoria. O desenho de um traçado urbano seria a reafirmação da opressão que aquela Ocupação questionava? Talvez, mas a sua utilização ainda de maneira acrítica contribuía para a manutenção de contradições que eu acreditava naquele momento conseguir superar a partir da minha atuação como arquiteto. Ilusões que, com o passar dos anos, foram ficando mais claras e a Ocupação Dandara contribuiu para isto. Ao término desta visita, encontrei o lugar onde desenvolveria meu trabalho final de graduação, eu me formaria no final de 2009.

2.2.1.4 Exercícios colaborativos

Nos dias seguintes, um militante das Brigadas Populares me convidou para participar da elaboração de uma proposta de Ocupação de todo o terreno, que tem aproximadamente trinta e um hectares, mas, por causa de uma negociação com a Polícia Militar, o assentamento inicial ficara restrito a menos de dez por cento dessa área (Figura 8). O convite ocorreu porque, logo após minha primeira visita, uma decisão judicial dera aos ocupantes a posse provisória de todo o terreno.

Marcamos uma reunião com vários apoiadores e moradores para conversarmos sobre os condicionantes físico-ambientais e os parâmetros legais a serem respeitados na Ocupação do terreno. Para isso fiz um mapa-síntese que apresentei na reunião (Figura 9).

A Ocupação Dandara está na região da Pampulha, em Belo Horizonte. O entorno é composto por bairros de classe média, além de algumas áreas não ocupadas, remanescentes de antigos sítios. O terreno fica numa encosta suave cercada por dois cursos d'água em leito natural, tributários do córrego Olhos d'Água (avenida Francisco Negrão de Lima), que deságua na Lagoa da Pampulha. Portanto, diferente de outros assentamentos urbanos precários, a Dandara não se estabeleceu numa área residual ou inadequada à urbanização (de predisposição ao risco

¹⁵² FERRO, *Arquitetura e Trabalho Livre*, 2006, pp. 402–403.

ambiental ou geológico, por exemplo), mas num terreno em meio ao tecido urbano, com excelentes características e alto valor de mercado.

Nessa reunião ficou combinado com os presentes que no dia 09/05/2009 seriam apresentadas pelos arquitetos e geógrafos várias propostas prévias para discussão considerando os aspectos apontados no mapa elaborado e outros aspectos acordados na reunião:

- Proposta de uma Estação de Tratamento de Esgoto na Escola Estadual Deputado Manuel Costa (a instituição lançava seu esgoto em um dos cursos d'água que atravessam o terreno).
- Uso coletivo das áreas de preservação permanente (APP) junto aos córregos que atravessam a gleba.
- Lotes maiores nas porções do terreno com maior declividade e lotes menores naquelas de menor declividade.
- Área reservada para a atividade de agricultura urbana próxima aos cursos d'água e nos lotes, considerando a intenção de se formar uma Ocupação rururbana.¹⁵³

Quanto à questão de se formar uma Ocupação rururbana, já naqueles primeiros dias me pareceu ser uma estratégia distante da realidade local. Como já informado a Ocupação começou na noite de 9 de abril de 2009, véspera de uma Sexta-feira da paixão, quando um grupo de cento e cinquenta famílias adentrou o terreno. Ainda na mesma noite e durante o dia seguinte, outras famílias da vila Bispo de Maura, próxima ao terreno ocupado, aderiram ao movimento, levando ao aumento significativo das famílias participantes. Nas primeiras semanas a proposta inicial de se realizar uma Ocupação rururbana estava descartada.

Essa história é bem conhecida, de que a gente entrou com cento e cinquenta famílias querendo fazer uma ocupação em lotes grandes etc., mas em três, quatro dias houve uma massificação não esperada, a gente chegou a cadastrar 1.086 famílias. A gente viu que ia ter que transfigurar

¹⁵³ A gente tinha pensado em um hectare para três famílias, a ideia inicial, conforme o rururbano, módulos bem menores que os da reforma agrária, mas bem maiores que o lote urbano, a ideia era essa. A gente chegou a ver de rururbano, as comunas da terra, os menores eram meio hectare por família, cinco mil metros quadrados. Como a área era urbana, a gente estava trabalhando com uma perspectiva menor ainda por família, então daria para assentar ali cento e cinquenta famílias. [Militante, 18 dez. 2013]

completamente o projeto e que ele ia se caracterizar como uma ocupação tipicamente urbana, adensada inclusive.¹⁵⁴

Não obstante ainda houvesse um desejo de mantê-la, isso se mostrou inviável. “[Quando] a gente terminou o cadastro uma semana depois, tínhamos 1.086 famílias. Vimos que o projeto rururbano, tal como concebido, já tinha ido pro espaço.”¹⁵⁵

A população do entorno percebeu a Ocupação já durante a madrugada. Outras pessoas tomaram conhecimento logo pela manhã, como foi o caso do filho de uma moradora, que saiu logo cedo e voltou com a notícia.

Eu morava aqui do lado, meu filho levantou de manhã para buscar o pão e falou assim: "Mãe, o pessoal está ocupando ali onde é o campinho". Porque tinha um campinho de futebol... Daí eu falei: "Ocupando o que, menino?" Ele falou assim: "O pessoal tá fazendo barraca lá pra poder fazer casa, vai dar para o pessoal construir casa lá". E ele saiu, pegou uns lençóis meus, veio para cá e montou uma barraca. Eu vim buscar ele, porque já estava dando na televisão que o pessoal estava ocupando. Aí eu vim buscar ele e acabei ficando.¹⁵⁶

Outros vieram quando souberam do acampamento pelos noticiários. Esse foi o caso de outra moradora, que viu a Ocupação na televisão e partiu imediatamente para lá, para ver com os próprios olhos a possibilidade concreta de “conseguir um pedacinho de terra para morar”.¹⁵⁷ Muitos dos atuais moradores da Ocupação fazem relatos semelhantes.

Eu tinha feito uma operação de coração e estava fazendo acompanhamentos, e geralmente o médico te pede pra fazer caminhada como parte do tratamento, e, fazendo a primeira caminhada de manhã cedo, encontrei com algumas pessoas, e achei estranho aquele pessoal ali, então cheguei e conversei com uma dona, e ela disse que estavam querendo ocupar aquele terreno, e perguntou se eu gostaria de ocupar também.¹⁵⁸ Meu marido estava trabalhando na Sapataria Americana e o rapaz que trabalhava com ele lá viu na televisão e falou: “Cara, aquela lá é sua esposa e seu filho”, aí eu acho que ele ficou com vergonha e falou assim “Não é não, é alguém parecido com ela”. À tarde, quando veio embora, me ligou: “Neguinha, você está aonde?”; e eu falei: “Estou na ocupação”. Aí, ele: “Que ocupação?”; eu disse: “Ah, o povo invadiu um terreno aqui e eu estou aqui no terreno invadido para construirmos nossa casa”. Aí ele ficou louco. “Pelo amor de Deus, vai embora agora”, ele desligou o telefone na minha cara e disse que ouviu no ônibus o pessoal já estava comentando geral.¹⁵⁹

¹⁵⁴ Militante. Entrevista militante. 19 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

¹⁵⁵ Militante. Entrevista militante. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

¹⁵⁶ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁵⁷ ANDRADE, R.; LELIS, A. *Por trás dos olhos de Dandara.*, 2010, p. 14.

¹⁵⁸ Morador. Entrevista morador. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁵⁹ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Eu mesmo tomei conhecimento da Ocupação pelo noticiário. Todos os meios de comunicação da cidade noticiaram a Ocupação, sendo um fator decisivo para o aumento das famílias participantes. Apesar dessa situação, a ideia de uma Ocupação rururbana era para ser considerada nesses primeiros estudos, era o desejo das organizações políticas.

Na data combinada, 9 de maio de 2009, cheguei à Ocupação no início da tarde, mas nenhum dos coordenadores estava lá; haviam saído para um evento externo. Apesar desse desencontro, um militante das Brigadas Populares e eu mantivemos a reunião. Eu havia preparado uma maquete de curvas de nível do terreno na escala de 1/1000 e um croqui com uma proposta de parcelamento. Colocamos a maquete sobre uma mesa, numa grande praça coberta, bem no centro do assentamento provisório. Logo chegaram moradores curiosos e começamos a conversar sobre o terreno e a explicar os códigos técnicos adotados: curvas de nível, legislação, encostas, cursos d'água, árvores etc (Figura 10). No decorrer das conversas, traçamos a proposta de sistema viário com fitas-crepe sobre a maquete. Parecia que ele estava sendo elaborado por todos que participavam, mas, de fato, ele já estava na minha cabeça e no croqui que havia levado (Figura 11). A discussão foi interessante para a comunicação com os moradores, mas não para a construção de um plano coletivo e compartilhado. Autor do plano era eu, o técnico que conduzia a reunião. A linguagem adotada buscava se adequar aos moradores, mas, ainda assim, era pouco compreendida pelos participantes, era algo que vinha de fora. No fim, ficou combinado que eu faria um desenho do que havíamos discutido e o entregaria à coordenação,¹⁶⁰ para que ela o avaliasse.¹⁶¹

¹⁶⁰ A coordenação da Dandara é composta por moradores da Ocupação e assume a gestão cotidiana do território. A coordenação se repete nas várias ocupações da cidade: é um grupo de pessoas que coordena o território e faz a mediação dos moradores com as organizações políticas, apoiadores e os agentes públicos que entram em contato com o conflito fundiário.

¹⁶¹ GG: Você estava falando a questão dessa ocupação ser planejada, ter tido a participação de arquiteto, engenheiro, geógrafo. Qual que foi o papel desse grupo na ocupação na sua opinião?

Morador: Pra mim são de maior importância. É aí que começou a organização, é aí que pra mim está a chave do negócio. Quando planeja igual foi aqui é muito difícil dar errado, isso é em minha opinião. Aí que está a diferença, porque um povo que ocupa espontâneo vai a deus dar, não sabe o que está fazendo. A gente trabalha com os engenheiros, arquitetos, biólogos, e basta o povo respeitar, se trazer em conjunto e todo mundo respeita. Tem tudo pra dar certo. Aí que a coordenação pega pesado, por que o povo que não tem organização não está nem aí, a gente teve muito problema aqui com isso, nos cansamos de ter de tirar alguém que insiste em construir um barraco onde não podia, porque tinha que seguir o projeto. [Morador, 03 jan. 2014]

Para a elaboração da primeira proposta de plano urbano, foram respeitados os condicionantes do terreno (além da já citada legislação): geomorfologia, regime hidrográfico, vegetação, mesoestrutura do entorno e uso e Ocupação do entorno. Essas informações foram levantadas in loco e complementadas pelo Estudo de Impacto Ambiental para Parcelamento do Solo no bairro Nova Pampulha, elaborado pela Práxis Projeto e Consultoria em 2006, por encomenda dos proprietários do terreno.¹⁶²

Na discussão do plano urbano, buscamos, nem sempre com sucesso, garantir a participação dos moradores. Utilizamos várias formas de representação, tais como desenhos técnicos, croquis e maquetes (Figura 12). A primeira proposta era de um parcelamento em 140 lotes coletivos de 1.000m², com um total de 1.069 unidades habitacionais e um lançamento viário de relativamente poucas ruas. Os lotes coletivos foram propostos com a intenção de privilegiar os espaços das habitações e as áreas de uso coletivo e preservação ambiental, favorecendo a integração da comunidade. A menor quantidade de ruas permitiria melhor aproveitamento e, também, mais eficiência na posterior instalação da infraestrutura urbana. Na maior parte dos lotes, essa proposta resultava em 125m² de terreno por unidade habitacional. Nas encostas sul e sudeste, mais íngremes, os lotes coletivos teriam Ocupação menos densa, com aproximadamente 250m² de terreno por família.

A proposta respeitaria a ADE da bacia da pampulha,¹⁶³ que exige lotes de no mínimo 1.000m² na área de contribuição da lagoa, e a ADE Trevo,¹⁶⁴ que estabelece a quota mínima de 120m² de terreno por unidade habitacional. Ela também atenderia ao Código Florestal Brasileiro, com áreas de preservação ao longo dos cursos d'água. Para delimitar fisicamente essas áreas, foi projetada uma via que circunda a comunidade, gerando um anel viário. Além disso, foi proposta uma via arterial na linha

¹⁶² Tive acesso ao Estudo de Impacto Ambiental para Parcelamento do Solo no Bairro Nova Pampulha numa disciplina do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUCMinas. Esse documento também está disponível em órgãos dos governos municipal e estadual.

¹⁶³ "A ADE da Bacia da Pampulha compreende a área da bacia hidrográfica da lagoa da Pampulha situada no Município, estando sujeita, em função da preservação ambiental da lagoa, a diretrizes especiais de parcelamento, Ocupação e uso, de movimentação de terra e de recuperação de áreas erodidas, degradadas ou desprovidas de cobertura vegetal" (Belo Horizonte, Lei n. 7.166, de 1996, Art.77).

¹⁶⁴ "A ADE Trevo é destinada a estabelecer condições especiais de Ocupação e uso, de forma a garantir e a preservar a paisagem das proximidades da lagoa da Pampulha, criando alternativa de Ocupação e mantendo a predominância do uso residencial da região até que seja aprovado o plano global previsto no Plano Diretor (Belo Horizonte, Lei n. 7.166, de 1996, Art.91).

de cumeada do terreno (que coincide com seu eixo de simetria) conectada às vias do entorno, conforme previsto no Plano Diretor de Belo Horizonte e no programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (Viurbs¹⁶⁵) com a denominação Via 220 (Figura 13).

O que gerou maior resistência dos moradores a essa primeira proposta foram os lotes coletivos. Durante essa reunião, a questão era vista com receio, mas ultrapassar a barreira inicialmente negociada com a polícia e ocupar todo o terreno era mais importante. O plano proposto constituía mais um elemento na negociação, sobretudo pelo fato de respeitar integralmente a legislação urbana vigente.

Essa reunião também foi importante para conhecer um pouco mais os moradores sem intermediários, papel assumido pelos militantes das organizações políticas ou as coordenações locais, que atuam como mediadores nas conversas com apoiadores, especialmente um desconhecido como era meu caso àquela ocasião.

Durante as conversas sobre o plano, os participantes contavam sobre suas vidas e como se envolveram com uma situação como aquela. Os moradores da Ocupação Dandara foram mobilizados pelas organizações políticas nos locais onde já atuavam. As Brigadas mobilizaram famílias nas vilas do entorno do Anel Rodoviário (Vila da Paz e Vila da Luz) e famílias que estavam na lista de espera da Ocupação Camilo Torres no Barreiro. O MST mobilizou famílias no bairro Ribeiro de Abreu e em ocupações rurais que o movimento mantém na RMBH.¹⁶⁶

Para vários presentes, a moradia precária é uma experiência que atravessava gerações. Ela pertence ao tempo que Fernand Braudel entende como de longa duração. As conversas neste dia atestavam uma trajetória de longa duração de exclusão.¹⁶⁷ As informações coletadas nesse dia e posteriormente registrada em

¹⁶⁵ O Viurbs é um programa de Estruturação Viária do Município de Belo Horizonte que visa integrar diferentes estruturas viárias que já existem na cidade para permitir alternativas viárias transversais ao centro da cidade de Belo Horizonte, rompendo com o paradigma de urbanização radial que caracteriza várias cidades brasileiras. Podem ser encontradas mais informações sobre o programa no website da PBH (www.portalpbh.pbh.gov.br).

¹⁶⁶ A gente ouviu um militante. Ele falava que quem tinha parente que morava de aluguel, chama que nós estamos precisando de gente. Chamou e eu fui. [Morador, 16 jan. 2014]

¹⁶⁷ Eu morava no bairro Novo Aarão Reis, que também é fruto de uma ocupação. Quando eu fui morar lá eu tinha quatro anos. A gente fez uma peregrinação. Moramos na escadaria da Igreja São José, depois na BR MG-20, indo para Santa Luzia, para depois entrar no terreno que hoje é o bairro Novo Aarão Reis. Eu morava na casa da minha mãe. Eu tive minha primeira menina e continuei no Novo Aarão Reis, agora na beira do córrego. Um barracão de um cômodo de 3x3m e banheiro, era tudo junto. Não tinha como aumentar, já tinha vizinhos. A altura do telhado da minha casa dava no alicerce da casa do meu vizinho de cima. Não era uma casa legal para morar, e tinha a ameaça de chuva. Toda vez que tinha chuva, as casas vizinhas entravam chuva. A minha, graças a Deus, nunca entrou, mas a

entrevistas indicam que os moradores da Ocupação Dandara pertencem a esses grupos sociais que já vivem em situações de precariedade e que vieram do campo para trabalhar na cidade grande¹⁶⁸ — uma parte, inclusive, vem de moradias ‘de favor’ na casa de parentes.¹⁶⁹ Outro perfil encontrado são aqueles que foram removidos de sua moradia anterior em razão de riscos (reais ou alegados pelas prefeituras) e tiveram acesso a indenizações. Como o valor da indenização quase nunca é suficiente para que comprem imóveis regulares, a Ocupação urbana representa uma alternativa de acesso à moradia. No entanto, esse grupo convive com o receio de não poder receber uma nova indenização — em dinheiro ou na forma de uma moradia —, se houver o despejo.

Logo após essa primeira reunião, recebi uma ríspida convocação da coordenação, solicitando que esclarecesse o plano discutido com os moradores. O fato de eu ter feito essa discussão sem a presença dos coordenadores estava gerando burburinho na Ocupação e precisava ser esclarecido. Marcamos uma conversa no dia 16 de maio. Nesse dia cheguei à praça no meio do assentamento para a reunião. Coloquei sobre a mesa a maquete com o sistema viário em fita-crepe com o estudo que havíamos desenvolvido na reunião anterior (Figura 14). Os coordenadores em volta da mesa estavam com feições de poucos amigos, afinal, sua autoridade tinha sido desrespeitada. Para quebrar aquele clima de animosidade, estiquei sobre a maquete um desenho do mesmo parcelamento representado pelas fitas (Figura 15). Foi um momento importante: vi e senti o respeito pelo desenho, a credibilidade que gerou. Naquele momento pareceu que minha encenação havia apaziguado o “mal-entendido”.

A proposta desenvolvida era em lotes coletivos de aproximadamente mil metros quadrados, com oito unidades habitacionais em cada lote. Cada grupo de oito famílias

gente ficava com medo. Rato do tamanho de gato; eu tinha que ficar acordada à noite, ficava com medo de eles morderem as meninas. Tinha um pessoal lá na região em contato com o MST, que estavam organizando para virem pra cá. [Moradora, 03 jan. 2014]

¹⁶⁸ Eu tinha oito pessoas da família para tratar, mãe, irmã, sobrinho. Viemos todos para Belo Horizonte, lá não dava mais, eu era lavourista, o que a gente tinha era o sol e a lua, e tínhamos que encontrar uma solução na vida para melhorar. Nós plantávamos muito, mas tinha pouco, colhia muito, mas tinha pouco, não dava pra manter. Então eu fui trabalhando, mas com o planejamento de um dia sair, e saí! Quando cheguei em BH, trabalhava de servente, trabalhava de pedreiro, cheguei trabalhando. Essa é a vantagem do roceiro, lavrador não tem esse negócio de escolher serviço. [Morador, 03 jan. 2014]

¹⁶⁹ Eu estava tentando convencer meu pai a construir no terreno dele, eu estava nesse processo e ela veio para cá. Eu com esse processo de construir no terreno do meu pai e ela querendo sair para a comunidade, para voltar vai ser meio difícil e minha família é meio resistente. Caso não der certo eu não sei pra onde a gente vai. [Morador, 30 jan. 2014]

poderia se organizar internamente da forma que julgasse mais adequada para se apropriar desse lote. A proposta seguia os parâmetros urbanísticos pertinentes à região (lotes de no mínimo mil metros quadrados e cento e vinte metros quadrados de terreno por unidade). Assim como na reunião anterior, apresentei a proposta e a legislação justificando a escolha por lotes coletivos. A questão era controversa e os presentes não se convenceram. A maior polêmica eram os lotes coletivos de no mínimo mil metros quadrados. Os moradores defendiam o lote individual. Eu buscava argumentos abstratos na legislação e não percebia que eram insuficientes para esclarecer os presentes. Um dos argumentos era que “lote” era apenas uma porção de terra com acesso direto à via pública, e que, internamente, cada grupo poderia se organizar à sua maneira: com oito pequenos lotes e uma via de acesso, ou diversas outras disposições, individualizadas ou não. Apresentei, por exemplo, um croqui de uma organização em oito lotes e casas geminadas (Figura 16). Mas o desenho, assim como o argumento, era abstrato, os moradores ouviram e viram, e não conseguiam opinar.

É importante lembrar que existem poucos exemplos de compartilhamento de lotes nas cidades brasileiras. O mais comum é o prédio de apartamentos, que a maioria da população não vê com bons olhos. O compartilhamento envolve negociações e conflitos, e não oferece aquela situação em que o proprietário (ou quem detém a posse) é absoluto em suas escolhas. O grupo sócio-espacial da Ocupação Dandara vive nessa mesma sociedade e está submetido a todos os seus discursos ideológicos e, portanto, à desconfiança em relação a qualquer tipo de coletivização. Soma-se a isso a urgência que envolve uma Ocupação urbana. Os problemas ali exigem respostas imediatas. Reflexões que pretendam romper com o senso comum têm que ser construídas no atropelo dos acontecimentos. Esse era o caso da discussão sobre o lote coletivo. Naquele dia os meus argumentos partiam de aspectos abstratos e distantes daquele cotidiano, entretanto, eles pareciam ser válidos para legitimar uma posse que era ainda muito frágil. A coordenação pediu uma semana para estudar o projeto e dar um retorno, para então iniciarmos a demarcação dos lotes.

Em 23 de maio de 2009, uma semana depois, a coordenação me apresentaria sua posição em relação ao que fora proposto. Mas, antes disso, houve um evento estranho. Como eu queria também fazer medições no terreno para verificar o que havia sido desenhado e fazer os últimos ajustes, levei uma trena de cem metros para

os trabalhos e a coloquei dentro de uma mochila. Ao chegar à Ocupação e descer do carro, fui abordado por um policial. Saindo de uma viatura que ficava estacionada em frente à ocupação. Ele perguntou: “Onde você vai com esta lapiseira?”, apontando a lapiseira no bolso da minha camisa. Expliquei que eu era da universidade e estava fazendo um trabalho acadêmico com os moradores, mas pensei: “Se esse sujeito achar uma trena de cem metros na minha mochila, vai pensar que sou terrorista” (Figura 17).

Segui para a reunião da coordenação. Os coordenadores discutiam a proposta e demonstravam pre Ocupação com a dificuldade de demarcá-la com agilidade. Expliquei que seria difícil, mas que poderíamos começar imediatamente, dependendo somente de sua aprovação (Figura 18). Concordaram e nos organizamos para iniciar no sábado seguinte. A Polícia Militar constantemente estacionada em frente à Ocupação era um problema. Ela tinha a incumbência de impedir qualquer construção no terreno e chegara a prender moradores do assentamento provisório por tentarem entrar com material de construção. Para despistar os policiais, combinamos que no dia marcado um grupo realizaria um show de hip-hop na entrada da Ocupação, enquanto outro grupo começaria a demarcar o plano.

Após a reunião, dois moradores e eu percorremos todo o terreno e verificamos os ajustes necessários no plano já desenhado (Figuras 19 e 20). Descobrimos uma ‘vala’ de aproximadamente dois metros de largura, que ia do ponto mais alto do terreno até uma das nascentes do Córrego Olhos d’Água, ainda dentro do terreno. Era uma linha de drenagem que não aparecia nos levantamentos topográficos. Concluímos que ela formaria o limite de fundos dos lotes de uma das quadras projetadas. Verificamos também o limite da Área de Preservação Permanente (APP) às margens do Córrego Olhos d’Água.

Ao fim da visita, toda a equipe de infraestrutura da Ocupação — da qual, a convite da coordenação, eu agora fazia parte — se reuniu, e combinamos as providências para o sábado seguinte. Eu faria os ajustes finais do desenho com todas as medidas, tomando por referência elementos físicos do terreno, já que o único instrumento de medição que tínhamos era a trena de cem metros. Os outros providenciariam piquetes, barbantes e marretas, para estaquearmos ruas e lotes, e orientariam os moradores ainda inexperientes nesse tipo de serviço.

Durante a semana, revisei o desenho e as dimensões. Na maquete, substituí o sistema viário em fita-crepe por uma representação mais precisa de ruas e lotes,

acrescentando numeração a esses últimos. No dia 30 de maio, cheguei cedo à Ocupação e encontrei a equipe de infraestrutura providenciando os últimos piquetes (Figura 21). Antes de iniciarmos os trabalhos, reunimos a equipe, a coordenação e alguns moradores. Apresentei a maquete e o desenho revistos, e todos se animaram (Figura 22). Na entrada da Ocupação, já se iniciava o show de hip-hop, até então com mais estudantes universitários do que moradores, para, eventualmente, constranger a polícia. O barracão comunitário se transformou em cozinha e abrigaria a equipe de infraestrutura se houvesse repressão policial. Os advogados ficariam de prontidão na porta da cozinha e na entrada da Ocupação.

2.2.1.5 Tentativas de demarcação e manifestações de uma má-fé estrutural

O início da demarcação se deu na esquina das atuais ruas 9 de Abril e Brigadista, o local menos visível para os policiais na sua viatura. Ele coincidia com a entrada de um sítio na outra margem do Córrego Olhos d'Água. Foi um momento festivo, pelo baile e pelo trabalho de estaqueamento. Todos estavam animados. A primeira rua estaqueada foi a 9 de Abril, no limite da APP, pois o córrego era o elemento físico mais fácil de identificar em campo e que orientaria a demarcação das demais vias. Desde a margem do córrego, medíamos 37,5 metros, para assim identificar o eixo da rua e então definir seus quinze metros de largura (Figuras 23 a 25). Seguimos nesse procedimento por duas horas. Quando nos aproximávamos da rua Geraldo Orozimbo, ficamos em silêncio para não chamar atenção da polícia. Entretanto, ela já havia identificado a movimentação e acionado um forte aparato de apoio para reprimir o trabalho. Na esquina das ruas Geraldo Orozimbo e Horário Terena Guimarães, começaram a se concentrar viaturas (Figura 26). Um grande número de policiais entrou no terreno, e a equipe de demarcação saiu correndo em direção ao galpão comunitário para evitar prisões. Os advogados entraram em ação, argumentando com a polícia e tentando ganhar espaço para a continuidade da demarcação. Não foi possível naquele dia.

Uma semana depois, em 6 de junho, a equipe tentou retomar a demarcação, mas a repressão foi ainda mais ostensiva. A polícia chegou a pousar com um helicóptero dentro do terreno para dispersar as pessoas. Cheguei à Ocupação apenas à tarde e percebi a tensão entre os moradores, assustados com a repressão policial. Reunimos a equipe de infraestrutura, que argumentou que precisava de alguma

garantia para continuar os trabalhos, pois havia grande receio de eventuais detenções. Conversamos com a coordenação, que, junto com o apoio jurídico, tentaria obter essa garantia junto a outros agentes do Estado, como o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Aproveitei essa pausa forçada para encerrar meu semestre na graduação, mas, em 22 de junho, voltei à Ocupação para acompanhar uma reunião com o MPMG e o comando da Polícia Militar. A assessoria jurídica havia me convidado para apresentar o plano urbano. Em volta do galpão comunitário onde ocorreria o encontro, concentravam-se os ocupantes (Figura 27); no interior do galpão estavam os advogados, a equipe de infraestrutura, o promotor, um técnico ambiental do MPMG, o comandante da Polícia Militar e agentes da Polícia Florestal. A maquete e o desenho estavam sobre a mesa.

Foi um momento emblemático para evidenciar a relação das instituições do Estado com moradores de áreas pobres da cidade. Eu, ainda estudante de arquitetura, fui apresentado como arquiteto do Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, o que daria credibilidade à minha fala.¹⁷⁰ Os representantes do MPMG pareciam abertos ao diálogo; os da Polícia Militar, nem tanto. Enquanto eu explicava o projeto, fui interrompido várias vezes pelo comandante, que questionava se eu tinha licença ambiental para aquele empreendimento. Pensei que era idiota aquele questionamento, mas mantive a calma e disse que não tínhamos licença ambiental, mas respeitávamos todos os parâmetros ambientais. Percebi que à polícia pouco interessavam meus argumentos, importava muito mais o fato de eu ser arquiteto, vinculado a uma universidade católica e representante da pequena burguesia. Se eu fosse um ocupante, não estaria ali, naquele papel (Figuras 28 e 29).

Ao final da reunião, os representantes do MPMG e da Polícia Florestal percorreram o terreno para ver in loco o que havia sido apresentado, e eu os acompanhei (Figura 30). Depois ficamos aguardando uma posição do MPMG para dar continuidade aos trabalhos (não havia expectativa de mudança em relação à posição

¹⁷⁰“O Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas (EI), criado em 1993, é o espaço onde se canalizam e se operam as principais atividades de extensão do Curso, articulando-as com as pesquisas e o ensino. O trabalho do EI é desenvolvido por equipe de professores, estudantes estagiários e voluntários do Curso de Arquitetura e Urbanismo, e eventualmente, também de outros cursos da PUC Minas, como Direito, Engenharia Civil, Serviço Social ou Ciências Sociais” (Disponível em <<https://eiescritoriodeintegracao.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 set. 2020).

da polícia). A reunião foi relatada por um dos advogados para um dos coordenadores do MST:

Nesta segunda-feira, 22, o Ministério Público e comandantes da Polícia Militar estiveram na Dandara. Os promotores de justiça, Gilmar e Luciano, faziam-se acompanhar do assessor Fernando Tadeu e do técnico em meio ambiente, Toninho. A PM se fez presente nas pessoas dos coronéis Tiatini e Queiroz, além do coronel que vai comandar o Batalhão a ser criado na região. Também de comandantes da Polícia Florestal e outros comandantes das companhias militares da região.

Também estavam presentes os advogados do SAJ da PUC Minas, Fábio Santos e Cristiano de Melo Bastos. O Pe. Julio Amaral, vigário episcopal da Região Nossa Senhora da Esperança, e o estudante de arquitetura, GG.

GG, do Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura da PUC Minas, apresentou a todos o projeto urbanístico para o assentamento das mil famílias que se encontram na Dandara. Respondeu a todos os questionamentos a ele apresentados pela PM. Mas o que se sentiu é que a PM não estava interessada em esclarecimentos.

Na oportunidade se denunciou a discriminação da PM para com a Dandara. Da comunidade exige extremo rigor em termos ambientais. Contudo, faz vistas grossas com o esgoto que sai da Escola Estadual e corre para a nascente do córrego. Também se denunciou o abuso de autoridade que a PM está cometendo, ao impedir que se ingresse no local material de construção, em que pese a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça.

Em seguida GG, o promotor Luciano e o técnico Toninho percorreram toda a área, para colher dados, tendo em vista a confecção de um laudo. A degradação ambiental na área da Construtora Modelo é monstruosa. O projeto apresentado pela PUC Minas poderá ter um viés de recuperação ambiental, tal a sua concepção centrada no viés ecológico.

Ainda esta semana o Ministério Público e a PM vão se encontrar com o juiz que preside o feito da ação de reintegração de posse proposta pela Construtora Modelo. Será mais uma tentativa de se esclarecer os limites a serem postos à ação da PM. Caso não haja mudança de atitude, a comunidade deverá iniciar a construção de moradias, independentemente de autorização policial. Entendemos que a PM não tem competência para autorizar, nem proibir construção naquela área. A posse foi assegurada às famílias e elas dela podem desfrutar livremente.¹⁷¹

Como o MPMG não se decidia, começamos a discutir internamente como romper o cerco que a polícia impunha. Refizemos partes do plano para atender a questões postas pelo MPMG — evitando lotes nas partes mais altas — e demonstrar boa vontade na negociação (Figura 31). Como havia diminuído o número de assentados devido à demora do assentamento definitivo, isso não foi um problema (Figura 32). Combinamos que, no dia 12 de julho, ocuparíamos todo o terreno num ato que dificultasse a prisão dos envolvidos. Em vez de expor somente a equipe de infraestrutura, todos os moradores e apoiadores romperiam o cerco. Na semana que

¹⁷¹ POLÍCIA Militar e Ministério Público visitam Dandara. *Blog da Ocupação Dandara*. Publicado em 23 jun. 2009. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009/06/policia-militar-e-ministerio-publico.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

antecedeu a data marcada, a equipe de infraestrutura trabalhou intensamente (Figura 33), demarcando nove grandes lotes que abrigariam cerca de cem famílias cada um. Ainda seria uma situação provisória, mas as famílias de cada grupo já acampariam na parte do terreno onde seriam assentadas definitivamente.

2.2.1.6 Resistir para garantir: ocupando todo o terreno

Não participei das ações no decisivo dia 12 de julho. Havia trabalhado na Ocupação durante a semana com a equipe de infraestrutura e sabia que as semanas seguintes seriam intensas. Fiquei em casa descansando e acompanhei pelo blog e pelo telefone o que ocorria. Era um domingo. Os moradores e apoiadores se reuniram no largo na entrada da Ocupação para orar e cantar (Figura 34). Um advogado e docente da PUC Minas, um dos responsáveis pela assessoria jurídica da Ocupação, conduziu o momento. Junto dele, um morador da Ocupação e violeiro, entoava canções (Figura 35). O advogado era um católico fervoroso, o morador, evangélico como vários outros moradores da Ocupação, mas o clima era de comunhão total. Do largo da entrada partiu então uma grande procissão em direção ao centro do terreno, o local reservado ao chamado grupo quatro (onde hoje está a igreja do Dandara) (Figura 36). A polícia em sua viatura assistia a tudo. O clima de comunhão era tão contagiante que os agentes de segurança também devem ter rezado.

Em meio à procissão, seguiam madeiras, madeirites e lonas para armar o acampamento do grupo quatro, e, depois, os dos demais. Quando chegou ao centro do terreno, a procissão parou (Figura 37). Continuaram os cânticos e se iniciou a montagem das barracas (Figura 38). Nesse momento, os policiais se assustaram, “pararam de rezar” e entraram correndo no terreno para impedir a ação. Os advogados os interceptaram e argumentaram que, desde o mês de abril, os moradores tinham a posse provisória de todo o terreno e que estavam exercendo um direito conquistado nos tribunais; era ilegal a atitude da polícia. Os policiais não tiveram contra-argumentos nem tinham ‘efetivo’ para reprimir tanta gente (Figura 39). No resto do dia, os demais oito grupos se instalaram, com os apoiadores externos sempre por perto para impedir a repressão policial (Figura 40).

Essa estratégia adotada remetia a outras situações ocorridas em outras ocupações urbanas na América Latina, uma estratégia repetida há oitenta anos, contudo ainda pegam de surpresa as forças policiais, que sempre ficam de mãos atadas e com grande dificuldade em retomar os terrenos ocupados, conforme indica

a memória de Juan Luis Lemuñir acerca do despertar de Santiago em 29 de outubro de 1957 na ocasião do início da *Población La Victoria*:

*Carabineros acordonó todo el territorio tomado, tratando de impedir que nadie entrara ni saliera del sector. Por primera vez em nuestro país se veían flamear miles de banderas concentradas em um territorio que se proyectaría al futuro. Las fuerzas policiales de esse tempo sentían um gran respeto por el símbolo nacional y no se atrevieron a arrasar con todas essas familias que se encontraban protagonizando su propia historia. Nadie pensaba que esa noche, esa madrugada y esse día sucedería algo inolvidable para cada uno de ellos y para millones más.*¹⁷²

2.2.1.7 Coletivo x Individual

Na semana seguinte, estudei possibilidades de individualização dos terrenos. Testei a divisão dos lotes de mil metros quadrados em oito parcelas individuais, com vias de pedestres de um metro e meio de cada lado (que, somadas às vias do lote vizinho, teriam três metros) e estacionamentos na entrada do lote coletivo: “Lembro muito bem não. No início as pessoas assustaram e falavam: “Ah, mas os lotes são coletivo, vai morar uma pessoa que eu não gosto do meu lado, fulano que eu não gosto vai estar ali morando perto de mim, eu não quero”.¹⁷³ Os lotes do fundo eram maiores que os da entrada, já que estes seriam mais valorizados com o passar dos anos. Essa proposta foi apresentada em 18 de julho, numa reunião com moradores de cada um dos nove grupos, não somente a coordenação. Várias sugestões de ajuste da proposta foram feitas, sobretudo as de que os lotes tivessem todos o mesmo tamanho e de que as vias de pedestres fossem mais largas, para a circulação de carros (Figura 41). Também houve grande resistência à minha proposta de que os lotes coletivos na porção de maior declividade do terreno fossem menos adensados (com apenas quatro domicílios em cada, em vez de oito). Voltei para casa com a incumbência de reformular a proposta até 25 de julho, para que os moradores começassem finalmente a demarcar seus lotes (Figura 42).

A partir desse momento ficou mais claro o pragmatismo dos moradores nas questões (quanto à divisão do terreno). A busca por soluções tangíveis marcava os encontros, condição já manifestada em outras ocasiões, e na discussão de individualização dos lotes coletivos ficou mais evidente. A rua era um dos elementos importantes nessas conversas. Sempre destacada como um grande diferencial numa

¹⁷² LEMUÑIR, *Nuestra Victoria*, 2017, pp. 13–14.

¹⁷³ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Ocupação, ela era importante para o acesso de veículos e significava o atendimento a outras necessidades, além de estabelecer os limites da área privada e a pública: “Das que eu acompanhei era pra ajudar a discutir os tamanhos dos lotes, planejamento da rua, pra que chegasse também o saneamento, e o que tinha de ser respeitado pra um dia não virar uma favela. A nossa base era que não virasse uma favela, não virasse aquele favelão”.¹⁷⁴ Esse princípio de escolha sempre pelo necessário, pelo funcional — geralmente característico das camadas populares¹⁷⁵ — , causa estranhamento para nós, apoiadores e militantes das organizações políticas, que geralmente somos provenientes da pequena burguesia e não tivemos durante nossa vida que nos preocupar com essas questões, já que elas sempre estavam dadas.

Na noite de segunda-feira, 21 de julho, recebi uma ligação de um dos coordenadores, convidando-me para uma reunião no dia seguinte, para mostrar uma nova proposta que havia desenvolvido.¹⁷⁶ Fui. Além desse coordenador, estavam presentes um estudante de geografia e um representante do MST — representantes das outras organizações políticas não estavam presentes. Elas se eximiram, naquele momento, de opinar sobre o parcelamento do terreno. A proposta do coordenador era dividir o terreno em lotes individuais (Figura 43). Ela consistia no parcelamento do terreno em lotes individuais, todos de medidas rigorosamente idênticas (8m x 20m); a via de contorno lindeira à área de preservação dos córregos e a Via 220 na linha de cumeada permaneciam, mas eram lançadas várias novas vias para atender os lotes individuais, num padrão geométrico sem relação com o relevo. Segundo o coordenador a proposta teve ampla aceitação dos demais coordenadores. Somente três deles fizeram ressalvas, preferindo manter os lotes coletivos. Dentro os pontos negativos do primeiro plano, ele apontava que seria necessário constituir um condomínio para a futura gestão de cada um dos lotes coletivos, o que implicaria um enorme potencial de conflito. Além disso, a possibilidade de os lotes serem maiores nas áreas mais íngremes estava causando desavenças (diziam que tinha havido até

¹⁷⁴ Morador. Entrevista morador. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁷⁵ BOURDIEU, *A Distinção*, 2008, p. 335.

¹⁷⁶

ameaças de morte entre os ocupantes).¹⁷⁷ Tentei esclarecer que os lotes coletivos proporcionariam melhor aproveitamento do terreno e que poderiam favorecer a coesão da comunidade, especialmente importante naquela situação ainda frágil (Figura 44).

No entanto, ao longo da reunião, percebi que havia uma predisposição em apontar todo tipo de defeitos na proposta dos lotes coletivos, ainda que não fossem especificamente relacionados a esse aspecto (como, por exemplo, o escoamento das águas) (Figura 45). A proposta apresentada criava a percepção de que cada família poderia solucionar seus problemas sem depender dos vizinhos, ao passo que os lotes coletivos, na opinião dos acampados, implicariam uma perda de liberdade individual. Apontavam, por exemplo, que uma família que quisesse construir um novo cômodo no futuro prejudicaria as demais; com o lote individual, cada um poderia usar sua área como bem entendesse.

Argumentei que a proposta desrespeitava a legislação e ocuparia significativamente o espaço com ruas, em detrimento de lotes e moradias. Ele disse que isso não tinha importância. Foi enfático: lotes coletivos seriam condomínios; ninguém queria morar dessa forma; cada um queria seu lote independente; todos os lotes deveriam ser iguais; a proposta de lotes coletivos menos adensados estava gerando conflitos.

Saí da reunião arrasado, disposto a me desligar do processo. Eu me senti desrespeitado como arquiteto que teve seu projeto negado e decepcionado com a organização política, que não via o espaço como parte da luta. (Com o passar dos anos, percebi que essa tem sido uma das grandes contradições das ocupações de Belo Horizonte: a produção social do espaço não é tratada como parte do processo de formação política daqueles grupos sócio-espaciais, mas somente uma

¹⁷⁷ GG: O senhor lembra da ocasião que seria lote coletivo?

Morador: Lembro.

GG: E depois virou lote individual que é hoje.

Morador: É. Eu lembro até do projeto que fez antes.

GG: O senhor acha que o outro projeto seria melhor do que esse? O quê que o senhor pensa?

GG: Ele seria bom, mas correia risco de dar problema de morador ficar ali dentro do condomínio, né? Dentro daquele lote. Porque esse era um lote de mil metros.

GG: É. Com oito pessoas morando dentro.

Morador: Poderia correr o risco de ter algum problema, briga, essas coisas assim, né? Aí, que fiquei pensando e achei que esse aí, foi melhor. [Morador, 19 fev. 2014]

contingência.)¹⁷⁸ Mas, ao longo da tarde repensei minha posição e resolvi fazer a revisão do plano, avaliando a proposta apresentada. O grande problema era o número de ruas necessárias, reduzindo drasticamente a quantidade de unidades habitacionais e tornando impossível a redução do adensamento nas áreas de maior declividade. Fiz ensaios partindo de ruas de quinze metros (largura mínima de vias locais em Belo Horizonte), mas, por fim, cheguei a um plano com as seguintes características: 887 lotes (número de famílias cadastradas naquele momento) de 16m por 8m (128m²); adensamento homogêneo; 29 ruas de 9m de largura; uma avenida de 35m de largura, coincidindo com a linha de cumeada entre as vertentes norte e sul do terreno (avenida que seria parte da Via 220, prevista no plano diretor da cidade).

Após uma semana de trabalho intenso nessa revisão, nós a apresentamos à coordenação e à equipe de infraestrutura, em 28 de julho. Todos ficaram satisfeitos, especialmente com os lotes individuais (Figura 46). A coordenação aprovou de imediato e autorizou o início das demarcações no dia seguinte. Naquele instante, fincamos uma estaca onde seria o eixo da futura Avenida Dandara, no cruzamento com as ruas Estanislau Pedro Boardman, Wanderlei Teixeira Matos, Geraldo Orozimbo e Petrópolis. Essa estaca foi a referência para implantação do plano. Como os lotes eram iguais, a implantação em si foi rápida. A equipe identificava quadras e vias, e os moradores dividiam os lotes. Fui chamado poucas vezes para resolver pequenos problemas, como uma quadra que ficou torta, uma árvore que coincidia com a rua, uma cerca no lugar errado.

Essa mudança do parcelamento do terreno de lotes coletivos para lotes individuais evidenciou que vários aspectos da produção do espaço nas ocupações precisam ser tratados com parcimônia, conclusões precipitadas não lançam luz sobre suas reais motivações e os caminhos adotados no seu fazimento. Um dos aspectos emblemáticos é a propriedade privada: para o apoio e organizações políticas, a

¹⁷⁸ GG: Você tem a ocupação. Depois, você tem que construir. Tem um momento que o 'fulaninho', o vizinho, que mora na favela ao lado, vai lá ajudar construir... entra no processo de construção. Esse tipo de situação é considerado como estratégia ou ela acontece?

Militante: Não. Ela acontece.

GG: Não é entendida como estratégia de luta.

Militante: Ela é um fato da vida. Porque é algo que acontece fora da ocupação também. Faz parte da vida da favela, das comunidades... Lá na roça onde eu trabalhava, isso era algo natural. Coisa do tipo... eu preciso construir uma casa, juntam todos os vizinhos, parentes, amigos pra construir a casa naquele dia. Serve uma feijoada. O famoso 'bater a laje'. [...] Então é algo que acontece no cotidiano, em ocupações, em uma dimensão muito grande. Apoio interno entre as pessoas. [Militante, 07 mar. 2014]

propriedade privada é uma das manifestações essenciais do capitalismo;¹⁷⁹ para os moradores ela é mais que isso, ela significa a condição mínima de liberdade de ação para reprodução da vida sem os custos mensais com aluguel ou morar de favor com parentes e ser humilhado cotidianamente. Entre os representantes do apoio e das organizações políticas, essa é uma questão que geralmente está resolvida, já que eles são em sua maioria provenientes da pequena burguesia e essa falta está quase sempre sanada — o que não significa que sejam proprietários das próprias casas, mas mesmo como inquilinos conseguem participar de um mercado de terras institucionalizado e regulado, diferentemente do morador das ocupações, que é excluído desse mercado, seja como proprietário ou como inquilino. Essa situação evidenciava que as ocupações urbanas não resolveriam a questão do individualismo que marca a sociedade capitalista, e a produção do espaço não se apresentava como possibilidade de superação dessa contradição.

2.2.1.8 Dificuldades da assessoria no cotidiano

As motivações que conduzem a base social a morar numa Ocupação urbana evidenciam que ela está integrada ao sistema numa condição desprivilegiada.¹⁸⁰ A Ocupação urbana é uma maneira de buscar acessar supostos ‘privilégios’ que seus membros não têm.

A solução não é teórica nesse caso. Essa contradição, ela existe. Contradição não é erro, é um fato da vida. E quando esses setores, com estudo superior, com condição de vida melhor, ela parte para essa perspectiva de organização popular. Assume também um risco de assumir uma situação com todos envoltimentos que acarretam e vamos ver as consequências. Também não podemos cair em outro erro, que é o de achar que as bases sociais populares, autenticamente de trabalhadores, elas são mais limpas, mais isentas de outras contradições, que tenham visões mais autênticas... Pelo contrário... Outras deturpações, como o consumismo, são muito fortes. O apego à propriedade é muito forte.¹⁸¹

Essas motivações perpassam todas as demais. É isso que leva a muitas das frustrações dos apoiadores e militantes das organizações políticas, tal como aquela expressa no testemunho ao lado: “As ocupações, no início, elas têm um poder de

¹⁷⁹ Nós queríamos, por exemplo, que as propriedades não fossem das pessoas que moram lá. Nós queríamos que fosse um espaço onde as pessoas tivessem um direito de uso enquanto viver. Mas funciona essa propriedade. O direito brasileiro não nos permite. [Militante, 07 mar. 2014]

¹⁸⁰ SOUZA, O desenvolvimento metropolitano, [2000] 2005, p. 59.

¹⁸¹ Militante. Entrevista militante. 07 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

coletividade estrondoso. Que a princípio eu achei que isso iria ficar sempre. Levei um susto. Foi um aprendizado. Falei: “olha, não é, não”. A hora que o cara deu conta de levantar a casa dele, se ele puder, põe muro e portão, e vira as costas.”¹⁸²

Essa frustração que também me incomodou indicava que a produção do espaço era parte do cotidiano local, não é pensada na sua dimensão política e mobilizadora. A sua produção promove interações que contribuem para a vida no lugar ocupado em vários aspectos, ela é importante na constituição de uma cumplicidade entre aqueles que participam do processo.¹⁸³ Na Ocupação urbana a produção do espaço pelos moradores ocorre transformando a realidade na construção de suas casas, ruas e nas instalações dos ‘gatos’ para formação das redes de água, esgoto e energia elétrica, configurando a luta por moradia na sua essência, com todas as suas contradições.

A partir daí, passei a ser menos demandado. Nas reuniões de coordenação em que eu me ofereci para contribuir no projeto das casas, por exemplo, os coordenadores diziam que isso eu podia deixar que os moradores resolveriam. Preparei um documento com observações e ilustrações para ajudar na definição e construção das casas e o entreguei para coordenação (Figura 47). Acharam legal e interessante, mas provavelmente não chegou a nenhum morador, tal era o desinteresse por esse tipo de atuação. Os aspectos explorados não foram considerados relevantes, explicitando algumas discussões propostas por Turner na sua concepção do que seriam arquitetura e moradia. Na moradia o que importa são as relações que ela estabelece, e não sua dimensão de objeto; assim, a moradia só ganha sentido na relação que ela estabelece com o morador e seu entorno, ela é algo vivo e não estático e padronizado.¹⁸⁴ Não precisava de um arquiteto para desempenhar esse papel. Eu era eventualmente solicitado para resolver questões coletivas ou disputas de terra entre vizinhos. Fora isso, minha presença era desnecessária: “Eu acho que o papel que a arquitetura tinha que fazer foi feito. Acho que a presença aqui, no caso, seria só se fosse solicitado mesmo. Acho que não tem

¹⁸²Apoiadora. Entrevista apoiadora. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁸³ Então, com esse papel e além do que vocês fizeram, que foi um diálogo, a decisão foi construída ali, não foi só uma decisão da comunidade, nesse sentido. Porque tinha uma técnica envolvida. Mas também não foi só uma decisão de arquiteto. Foi um arranjo político que produziu aquele espaço. Que aí tinham vários atores. Os arquitetos, o povo, o movimento, o próprio marco legal da cidade que também determinava. Então, o papel do arquiteto foi para construir esse diálogo para construir o espaço. [Militante, 07 mar. 2014]

¹⁸⁴TURNER, *Autoconstrucción*, 2018, pp. 234–235.

a obrigação de estar aqui, não, entendeu? Só se fosse solicitado. Acho que o que vocês tinham que fazer vocês fizeram.”¹⁸⁵

Também desenvolvi propostas de esgotamento sanitário, tanto para o tratamento das águas residuais das pias quanto do vaso sanitário (Figura 48). Os moradores não as requisitaram, mas a mim parecia óbvio considerar esse aspecto. A solução mais comum nessa Ocupação (assim como nas demais) era a fossa. Os moradores com quem conversei diziam que já as utilizavam em regiões rurais e sabiam como fazer. Eu tentava explicar que, no ambiente rural, as fossas ficam distantes umas das outras, mas que na Dandara teríamos 897 fossas em 31 hectares ou uma fossa rudimentar a cada oito metros, contaminando o solo e os cursos d'água (o que de fato ocorreu com o passar dos anos). Nas assembleias, insisti que fizessem fossas em parceria com os vizinhos, enquanto eu pesquisava alternativas. Estava em busca de uma solução que fosse individual, pois, após a recusa dos lotes coletivos, ficou evidente que soluções coletivas dificilmente seriam implantadas. Recorri ao bason,¹⁸⁶ um sanitário seco que pode ser instalado individualmente. Para apresentá-lo fiz croquis e desenhos técnicos de cada peça, um passo a passo para a construção e uma maquete física transparente para explicar o funcionamento. Na reunião de apresentação, os coordenadores ficaram impressionados com esse material (Figura 49). Um morador ouviu minha exposição com ar de desconfianças e, assim que terminei, me perguntou se eu tinha coragem de usar aquilo na minha casa. Achou que apresentação era bonita apenas para convencê-lo de algo que ninguém quer. Ainda assim, alguns coordenadores toparam fazer um teste. Marcamos um mutirão para a semana seguinte, mas depois o teste foi adiado várias vezes e nunca realizado.

2.2.1.9 Missionário

No final de 2009, formei-me em Arquitetura e Urbanismo, após quase dez anos e muitos projetos que nunca saíram do papel. Terminei o curso com um projeto construído em parceria com os moradores da Ocupação Dandara. Na banca final, o trabalho foi bem avaliado. Além da Ocupação implantada no terreno, apresentei o material gráfico que havia preparado para as reuniões com os moradores. À banca

¹⁸⁵ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁸⁶ LENGEN, Manual do arquiteto descalço, [1981] 2008.

compareceram vários moradores e representantes das organizações políticas que participavam da Ocupação.

Dois dias antes da banca final da graduação, houve outro evento importante: uma missa de encerramento da Novena de Natal na Paróquia Imaculada Conceição, no bairro Céu Azul, que foi preparada pelos católicos da Ocupação Dandara. Os moradores pediram que eu levasse tudo o que havia desenvolvido como assessor técnico, para participar do ofertório (Figura 50). Apesar de, naquela ocasião, não ser mais católico praticante, o evento foi emocionante e simbólico para mim, uma síntese das contradições de minha atuação como assessor e ativista social. Afinal, as justificativas que procuro para meu envolvimento com as ocupações estão (boa parte delas) em princípios e valores da minha formação católica (Figura 51).

Esse evento encerra uma fase da assessoria técnica aos moradores da Ocupação Dandara que deixa mais evidente uma condição que hoje entendo próxima a uma atuação missionária.¹⁸⁷ Já ocorria um exercício crítico na formação da assessoria, a própria postura de estar acompanhando um processo como aquele e uma maior abertura para uma interação com os moradores como produtores do espaço indica uma predisposição a perceber a formação da Ocupação para além dos pressupostos do campo arquitetônico, entretanto, emoções como a que senti nesse evento religioso são um indício que a minha prática naquele momento ainda era pautada por uma imposição cultural de uma forma de se produzir espaço que eu ainda acreditava ser a ideal e havia aprendido na graduação e na minha vida de pequeno burguês.

2.2.2 Segundo momento na Ocupação Dandara (Consolidação e sossego)

2.2.2.1 Mediando...?

Como arquiteto-urbanista formado, continuei acompanhando a Ocupação Dandara. Desde fins de 2009, ela havia entrado em outro momento, que envolveu negociações com o poder público diante de ameaças de reintegração de posse, mas num clima de relativa tranquilidade. Este período se deu entre o final de 2009 e meados de 2011. Quase todo sábado, eu participava da reunião com os coordenadores e mediava, junto com eles e os moradores, conflitos que surgiam,

¹⁸⁷KAPP et al., *Arquitetos nas favelas*, 2012.

quase sempre de limite de terrenos entre vizinhos (Figuras 1,2 e 3). Além disso, construímos o Centro Comunitário e o Centro Ecumênico.

Nesse período a ocupação se consolidou e pude observar o seu processo de formação, que difere do procedimento institucionalizado. No lugar de obter a propriedade e depois construir e habitar, o processo se dá exatamente ao contrário: ocupa-se, constrói-se e, posteriormente, se acessa uma formalização da posse do terreno ocupado. Uma situação semelhante a observada em outros lugares como nas *barriadas* em Lima desde os anos 1940.¹⁸⁸

Devido ao fato de a Dandara ter sido uma ocupação planejada, ainda ocorria naquele momento uma ordem coletiva e comunitária na apropriação dos terrenos, porém, é importante destacar ser essa ainda uma ordem heterônoma, tanto pelo fato de seguir o que fora planejado por arquitetos e geógrafos, sempre destacado pela coordenação, quanto pelo fato de haver fragilidade da posse, o que tornava o ato de respeitar aquela ordem uma estratégia de disputa¹⁸⁹. Não era um planejamento genuíno daquelas pessoas que de fato moravam no lugar, a ordem vinha de fora, seja dos 'bem-intencionados' apoiadores, que era meu caso, seja dos militantes das organizações políticas que seguiam disputando o terreno dentro das instâncias estatais, mas também pela presença da polícia, que seguiu nesse período mantendo sempre uma viatura na entrada da ocupação e impedindo a entrada de materiais de construção, o que levava os moradores a utilizarem estratégias criativas para despistar, como entrar com tijolos escondidos em carrinhos de bebê ou no porta-malas de carros pequenos — disponibilizei meu carro algumas ocasiões para fazer esses pequenos carretos. Essa característica heterônoma — é importante lembrar — em outros momentos prejudicaria a capacidade de mobilização e resistência desse grupo sócio-espacial.¹⁹⁰

Outras questões que marcaram esse momento foram as relativas ao acesso aos serviços públicos. O caso do acesso à água é emblemático. Logo no início da

¹⁸⁸DE SOTO, *Economia subterrânea*, 1987, p. 51.

¹⁸⁹ E por que quando você vai pra um lugar organizado, igual esta aqui, você tem que ter um limite e tem organização, tem que cumprir o que está ali, porque a gente tem um planejamento, e quando eles ocupam espontâneo eles não estão nem aí, não querem nem saber se aqui vai passar rua ou não, se vai passar mais ninguém. [Morador, 03 jan. 2014]

¹⁹⁰ O próprio pessoal fala assim, que quando era debaixo de lona, a gente conseguia reunir mais o povo, e o pessoal ficava mais junto. Tinha aquela camaradagem. Depois que cada um dividiu seu lote, entrou, cercou e fez a sua casa, aquela coisa da comunidade ideal, sem muro, sem cerca, ela foi se diluindo. [Apoiadora, 25 fev. 2014]

ocupação, conseguiram instalar um padrão de água no nome de uma liderança, e, a partir desse ponto, eram realizadas as ligações de água para outras casas. A taxa era rateada pelos moradores e sempre ocupava uma boa parte das reuniões da coordenação com discussões quanto a esse recurso.

Tinha que recolher o dinheiro de todos grupos, pra poder pagar a conta de água. A conta de água só vinha 3, 4 mil reais. Aí, pegava 5 reais de cada família, mas o dinheiro nunca dava. Era uma bagunça. Eu sofri muito com esse negócio de água. Tinha vez que tinha que tirar dinheiro do bolso pra pagar água, pra gente não ficar sem água. Não foi uma vez não, foram várias vezes que tive que tirar dinheiro do bolso pra pagar.¹⁹¹

Com as dificuldades em pagar a taxa, esse ponto de água foi abandonado e deixou de ser um problema nas reuniões de coordenação.

Outra questão que começou a ocorrer e sempre gerava várias discussões na coordenação eram as suspeitas de vendas de lotes. Entre os primeiros moradores, a situação era vista como demonstração de oportunismo de pessoas que na verdade nem precisariam de moradias, o que obviamente não era verdade.

É produto da miséria. Outro dia saiu [num jornal] “Olha, tem venda de lote no Dandara”. Que gênio, conseguiram achar isso. Quantas construtoras estão vendendo lotes que ela não tem o mínimo de respaldo legal? Ah! Então o problema é do Zé, que vendeu dois lotes e pegou 5 mil, pegou 2 mil, 400 reais.¹⁹²

Esse aspecto era sempre destacado na mídia e reverberado por aqueles que eram contrários à ocupação, desqualificando todo o processo a partir desse fato (Figura 4).

2.2.2.2 Plano diretor das áreas coletivas

Desde o final de 2009 e durante o ano de 2010, a assessoria e a coordenação passaram a se preocupar também com as áreas coletivas geradas no parcelamento do terreno. Como síntese de um encaminhamento para essa questão foi elaborado o “Plano Diretor Coletivo da Ocupação Dandara” (Figura 5). A divisão em lotes individuais de dimensões idênticas gerou vários espaços residuais nas quadras, que foram destinadas a usos coletivos, algumas dessas áreas seriam praças ou pequenas hortas sob a responsabilidade dos moradores próximos. A APP (Área de Preservação

¹⁹¹ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

¹⁹² Militante. Entrevista militante. 07 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

Permanente) no entorno dos córregos foi dividida em nove lotes coletivos ficando cada um sob a responsabilidade dos grupos da ocupação. A intenção era promover a recuperação da mata ciliar no entorno desses cursos d'água e retomar a ideia de se formar uma ocupação rururbana com o plantio de árvores frutíferas, gerando pomares para o usufruto dos moradores. No entanto, muitas dessas áreas coletivas não foram usadas e, com o passar dos anos, foram privatizadas, com a implantação de novos lotes ou a ampliação dos lotes vizinhos.

No plano diretor coletivo foi proposto a construção de um Centro Comunitário, que ficaria no local onde se iniciou o acampamento provisório da ocupação em abril de 2009. O equipamento atenderia demandas específicas, tais como arquivar documentos, espaço para reuniões e recepção do público externo. Outro edifício coletivo previsto no plano foi o Centro Ecumênico, bem no centro geográfico da Dandara. Estava previsto também um grande lote para abrigar um centro de saúde, mas o local foi posteriormente ocupado por moradias.

O plano diretor coletivo foi desenhado e pintado numa das paredes do centro comunitário por um grupo de alunos da graduação em arquitetura e urbanismo da UFMG em 2011 e servia para orientar os visitantes quanto à circulação dentro da ocupação (Figura 6).

Aquele mapa desenhado é uma coisa emblemática. Nós estávamos com uns estudantes da geografia que foram lá para fazer um trabalho, estávamos reunidos ao lado do mapa, quando chegou um motoqueiro para entregar um botijão de gás, ele consultou o mapa e foi realizar a entrega. Acho muito significativo aquele mapa. Recentemente fizeram uma reforma, retiraram tudo e mantiveram o mapa.¹⁹³

Dentre as suas propostas foram executadas o Centro Comunitário e o Centro Ecumênico, as demais se perderam com o passar dos anos.

2.2.2.3 Centro Comunitário Professor Fábio Alves

O Centro Comunitário foi uma demanda apresentada pela coordenação no final de 2009. O galpão comunitário construído desde o início da ocupação era de madeirite e começava a apresentar problemas construtivos, as chuvas típicas do final do ano haviam estragado parte das paredes e das coberturas (Figura 7). A coordenação pretendia reconstruí-lo em alvenaria, a visibilidade que a ocupação ganhava na cidade

¹⁹³ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

justificava para os coordenadores a construção de um espaço que servisse como uma sala de estar para receber os visitantes. A construção desse prédio era considerada também como uma possibilidade de reforçar os laços de solidariedade entre os moradores que, nesse momento, com a distribuição dos lotes individuais, não se engajava nos trabalhos coletivos como nos momentos iniciais. A sua construção seria, ainda, uma possibilidade de apresentar para toda a cidade a capacidade de organização dos moradores. O projeto foi desenvolvido numa relação convencional entre arquiteto e cliente: eu desenvolvi a proposta e apresentei para a coordenação, que a aprovou para o início das obras.

A proposta era construí-lo na entrada da ocupação, na esquina da avenida Dandara e a rua Petrópolis. O local foi decidido durante as conversas no desenvolvimento do plano diretor coletivo. Ele seria colocado no lugar onde aconteceu o assentamento provisório entre 09/04/2009 e 12/07/2009. Ele seria a materialização de um marco zero, onde tudo começou, com um significado histórico para todos envolvidos. Basicamente eram duas salas e um galpão aberto entre elas para ser utilizado nos eventos externos, como as assembleias, que naquela ocasião ainda ocorriam toda semana. Para mim a forma do prédio sugeria um grande megafone, e, dentro das minhas ilusões, àquela ocasião, de que arquiteto sempre tem conceito¹⁹⁴, esse grande megafone deveria reverberar as questões que fossem discutidas em seu interior, espalhando-as por toda cidade (Figuras 8 e 9).

Durante a construção, as alterações ocorreram por decisões dos pedreiros que participavam dos mutirões e em função das doações que chegavam (foi o caso das janelas, todas diferentes). Mas a construção também evidenciou como era difícil a realização de trabalhos coletivos na ocupação.¹⁹⁵ Os mutirões quase sempre ocorriam às vésperas de alguns eventos — aniversário da ocupação, visita de uma autoridade, ameaça de despejo — que funcionavam como mobilizadores políticos para ações não relacionadas com o cotidiano local. Essa situação levou a obra a se estender por três anos (Figuras 10 a 13).

¹⁹⁴ KAPP et al., *Arquiteto sempre tem conceito, esse é o problema*, 2009.

¹⁹⁵ A gente pensou nas coisas que precisariam ser feitas na comunidade. Eu estava fazendo um curso de agente de projetos sociais. Aí, eu comecei a pensar no centro comunitário e propus: "Lá na Dandara a gente estava pensando que seria muito importante a gente reformar o centro comunitário. Porque infelizmente a gente está tendo que utilizar o espaço da igreja. E a gente queria usar o centro comunitário, que foi feito pra isso". O último trabalho do curso seria criar um projeto ou apresentar para a turma o que a gente aprendeu. Todo mundo queria fazer alguma coisa sobre a Dandara. Reformamos então o Centro Comunitário. [Moradora, 3 jan. 2014]

O Centro Comunitário em 2014, quando ficou pronto, ganhou o nome de Centro Comunitário Professor Fábio Alves, em homenagem ao advogado que havia acompanhado a ocupação no seu início e havia falecido no final de 2013.

2.2.2.4 Ter endereço

O primeiro cômodo do Centro Comunitário foi concluído para a festa de um ano da ocupação. Nessa época também foram definidos os nomes das ruas e a numeração das casas. Uma definição que foi mais importante que a entrega da primeira parte do Centro Comunitário.

Para as comemorações foi montado um palco ao lado do Centro Comunitário, na entrada da ocupação, onde no dia cantavam forró e rap, e, à noite, foi celebrada uma missa ecumênica. Após essa celebração subiram ao palco representantes das Brigadas Populares e do MST para fazerem discursos. Outros apoiadores também foram chamados. Na minha vez, agradei por aquele primeiro ano de convívio e apresentei junto com toda a equipe de infraestrutura um mapa atualizado com os nomes das ruas e a numeração das casas (Figura 14). Assim que terminei, o mapa foi afixado nas paredes do Centro Comunitário, e muitos se dirigiram para o local para vê-lo (Figura 15).

Eu não esqueço que, quando você foi apresentar a numeração dos lotes, uma senhora falou que não tinha gostado do número da casa e você foi explicar o porquê de ter o número, da distância, e ela aceitar. Aquilo pra mim é um retrato da importância de um processo da arquitetura, de engenharia, elas começam a entender a lógica.¹⁹⁶

Os moradores perguntavam para toda a equipe se poderiam usar aquele endereço para cadastro em lojas, oportunidades de emprego, matrícula dos filhos na escola. Apenas mais tarde, em outras experiências de numeração das casas em ocupações, compreendi o efeito imediato dessa ação na vida das pessoas: elas passam a ter acesso a serviços e possibilidades até então interditas.

O comprovante de endereço nunca foi um problema para mim e meus pares de classe, nunca pensei na relevância dessa questão até esse dia em que lancei a numeração das casas e o nome das ruas da Ocupação Dandara. Naquela hora, a emoção de cada morador ao saber o número de sua casa foi estranha — julguei como uma reação exagerada. Alguns anos depois em uma conversa com um morador da

¹⁹⁶ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Ocupação Eliana Silva, ele esclareceu aquela reação e explicou a importância do comprovante de endereço no cotidiano das pessoas:

Não precisava ficar pegando endereço emprestado dos outros. Por exemplo, a escola ali, vizinha da ocupação, não queria aceitar as crianças daqui para estudar com o nosso endereço. Insistimos que seria com o endereço da Eliana Silva — no posto de saúde está o endereço daqui, e, com a escola, não seria diferente. Sou morador da Eliana Silva. Não sou morador da Vila Santa Rita para buscar o comprovante de endereço da Vila Santa Rita, sou morador da Eliana Silva. Porque hoje tudo que você vai fazer pedem o comprovante de endereço. Se você arruma um emprego, tem que ter. Se vai comprar no crediário, carnê, tem que ter. Então, em tudo você tem que ter o comprovante de residência.¹⁹⁷

A discussão do nome das ruas começou algum tempo antes das comemorações de aniversário de um ano da ocupação. Um militante das Brigadas Populares passou uma lista de nomes para serem colocados nas ruas para a equipe de infraestrutura. Perguntei se havia alguma orientação específica para essa distribuição, e a única orientação era que a via central fosse a avenida Dandara e a via na borda da ocupação, no limite com a área de preservação, fosse a Rua 9 de abril, a data do início da ocupação; os demais nomes poderiam ser distribuídos como quiséssemos. Verificamos que faltavam nomes para três ruas. Fomos autorizados a escolher sugestões para serem aprovadas pela coordenação. Escolhi Carlos Nelson Ferreira dos Santos, o arquiteto urbanista carioca que havia atuado na assessoria técnica que formou o bairro Brás de Pina no Rio de Janeiro no final dos anos 1960, uma história semelhante à da Ocupação Dandara. Escolhemos também Pedro Pedreiro, em homenagem aos operários da construção civil e inspirado na música homônima de Chico Buarque, e Maria Diarista, em homenagem às diaristas, que era a profissão de várias moradoras da ocupação. Apresentamos os nomes à coordenação, que os aprovou para que fizéssemos o mapa final, que foi entregue nas comemorações do primeiro ano da Ocupação Dandara (Figuras 16 e 17).

Na elaboração do mapa final, resolvemos numerar os lotes conforme os procedimentos adotados em toda cidade, a numeração coincide com a distância do lote em relação ao início da via. Confesso que tomamos essa decisão de uma forma despretensiosa e acabamos descobrindo ser um aspecto muito valorizado pelos moradores, situação que presenciei nas comemorações do primeiro ano da Ocupação

¹⁹⁷ Morador. Entrevista morador. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

Dandara, quando vários moradores nesse dia vieram me agradecer, alguns destacando que aquele era um ótimo presente de aniversário, o endereço. Durante as reuniões para fechar os nome das ruas, que ocorriam durante as obras de construção do Centro Comunitário (Figura 18), expliquei o procedimento de numeração das casas para os pedreiros. Eles já evidenciavam que essa seria uma medida importante, assim como era a rua como espaço de circulação dentro do terreno ocupado.

O espaço da rua e a possibilidade de um endereço foram, com o passar dos anos, se mostrando como uma das ações importantes da assessoria técnica de arquitetura e urbanismo nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. Além das questões referentes aos argumentos técnicos que fortalecem os argumentos políticos na disputa com os agentes estatais e as demais instituições, ou a quebra de preconceitos e a legitimação da própria situação físico-espacial com planos urbanos, a atuação ajudou a garantir espaços coletivos como as ruas.¹⁹⁸ Uma proposta vinda de agentes externos com uma suposta autoridade facilitava a negociação entre os moradores, os possíveis problemas dessa relação de vizinhança eram desviados para um sujeito que não morava no lugar e se apresentava como um especialista a ser respeitado. A rua significava, naquele momento, um controle coletivo da produção do espaço. Para esse controle coletivo, um agente externo era importante para garantir sua efetividade.

2.2.2.5 Um centro ecumênico “católico”

Algum tempo depois, foi-me solicitado o projeto do Centro Ecumênico, a ser erguido no local previsto no plano diretor coletivo, no centro geográfico da ocupação. A ideia de um espaço ecumênico partiu da coordenação, influenciada por apoiadores e militantes. Mas havia discordâncias. Um dos moradores dizia que aquilo era incompatível com as diversas práticas religiosas e que geraria conflitos.

¹⁹⁸ É um bom lugar de morar, mas onde eu morava era beco, a única coisa ruim lá é que é beco. E eu vim parar aqui por causa do projeto, era meu sonho. Eu não vim cego, vivi em favela ou vila a vida inteira por não ter condições de comprar um lote. Pra você ter uma ideia, onde eu morava era beco e quando eu operei do coração foi a primeira coisa que preocupou, minha moradia. A recomendação era não subir escada por um bom tempo, quando ela [a médica] me falou isso, eu pensei: "Não posso ir pra casa, só para chegar em casa são dez degraus". [Morador, 03 de jan. 2014]

Só passava bicicleta. A única coisa que passava lá era bicicleta. Não passava nada mais. Nos beco, você passa muito próximo um do outro. Se tiver que correr, não tem nem jeito. Tem lugar lá que passa espremido. Aqui no Dandara não. Aqui a rua é boa. [Morador, 19 fev. 2014]

No Centro Ecumênico eu ajudei muito pouco. É coisa minha. Eu tenho esse defeito. Eu faço a coisa que eu acho que vai dar certo. A coisa que eu acho que não vai dar certo, eu prefiro não insistir pra eu não passar raiva depois. E foi o que aconteceu. O Centro Ecumênico do Dandara não existe mais. Hoje é igreja católica. Eu sabia que aquilo não ia dar certo. Porque Centro Ecumênico é aonde pode tudo. É missa. É culto. Se o pessoal do candomblé, quiser fazer lá, vai fazer. O pessoal da capoeira, se quiser jogar, vai fazer. Aí que começa a divergência. Ah, mas não pode capoeira dentro da igreja. Mas não é Centro Ecumênico? Então não é igreja. É um espaço tipo ginásio poliesportivo. Não é porque é ginásio que tem que ser só futebol. Pode ter de tudo. O Centro Ecumênico, no meu entender, era esse. Era de tudo. Acho que até um baile funk, se a galera quisesse fazer lá, como era um Centro Ecumênico, acho que poderia. Só que aí, veio o pessoal da igreja. Ah, tem missa, tem isso, tem aquilo. Então não é Centro Ecumênico. É igreja! Por isso que eu falei que não ia dar certo. Todas as reuniões que tiveram sobre o Centro Ecumênico, eu falava: "Gente, esse negócio não vai dar certo". Como não deu. Começaram as picuinhas com o pessoal da capoeira: "Ah! Mas porque música de capoeira dentro da igreja não pode". "Mas não é igreja, é Centro Ecumênico". "Mas não pode". Os tais dos crentes queriam fazer o culto lá, fazia, aí, depois vinham os crentes falando que eles faziam cultos lá de manhã e à tarde tem o pessoal lá, fazendo reunião espírita: "Isso não pode". Então não é Centro Ecumênico. Por isso eu achei que não daria certo e acabou que não deu certo. Tanto que hoje virou igreja católica.¹⁹⁹

Ainda assim, seguiram com a proposta. Os católicos envolvidos com a ocupação solicitaram um edifício semelhante a uma igreja, com um altar numa das extremidades e o espaço para os fiéis.

Desenvolvi o projeto de um galpão com acessos laterais e uma abertura central atrás do altar, de modo que a celebração poderia ser voltada para o interior ou para o exterior do prédio, no grande pátio até a Avenida Dandara. O edifício é composto por um grande salão, contando com dois anexos laterais em sua extremidade norte, configurando uma cruz (Figuras 19 a 21).

A construção do Centro Ecumênico, assim como a do Centro Comunitário, se estendeu por anos (Figura 22). Havia arrancadas quando de algum evento especial, como a visita do bispo auxiliar de Belo Horizonte e reitor da PUC Minas, Dom Joaquim Giovani Mol, que celebrou uma missa no espaço, na manhã do Natal de 2011 (Figura 23). Algumas alterações foram decididas durante a obra e com o uso, como a eliminação de orifícios nas paredes laterais, que proporcionariam a entrada de luz natural próximo ao altar. Um pedreiro que participava do mutirão argumentou que os orifícios ficariam bonitos, mas que os meninos da ocupação — "não são de Deus" — os usariam para subir pelas paredes e soltar papagaios no telhado. Também o altar nunca foi posto junto à porta nem serviu a celebrações voltadas para o exterior; os religiosos e fiéis sempre o preferiram na outra extremidade (Figura 24).

¹⁹⁹ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Com o passar dos anos, o Centro Ecumênico se tornou, assumidamente, uma igreja católica, apesar de a maioria dos moradores serem evangélicos. Hoje, é a igreja do Dandara, consagrada ao Sagrado Coração de Jesus e vinculada à Paróquia da Imaculada Conceição.²⁰⁰ Ela fica fechada boa parte do tempo e suas chaves são guardadas pelos moradores católicos que fazem a manutenção e a limpeza.²⁰¹ Às vezes o espaço é usado também para reuniões, como foi o caso das reuniões com os técnicos da prefeitura nos trabalhos para a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S).

A religiosidade é um aspecto importante entre os moradores. Assim como é comum nas periferias das cidades brasileiras, predominam entre os seus habitantes as religiões evangélicas,²⁰² cujas práticas são marcadas por um maior pragmatismo do que entre os católicos: a salvação, que para esses últimos viria após a morte, se manifesta repentina e magicamente nos cultos evangélicos, promovendo transformações no presente.²⁰³ Essa magia se apresenta como uma válvula de escape frente ao mundo racionalizado, e, no caso dos moradores da Ocupação Dandara, um mundo racionalizado marcado por injustiças cotidianas que os excluí.²⁰⁴ A ideia de válvula de escape faz parecer que os sujeitos não têm controle e fazem uma escolha inconsciente pela magia, porém, não podemos esquecer que essa escolha apresenta resultados concretos indicando a necessidade de tratar a questão com ressalvas. Esse sobrenatural na vida cotidiana resolve questões que são naturais e tem um efeito mobilizador, de cujo papel não daremos conta se o tratarmos somente

²⁰⁰ O Dom Walmor veio aqui duas vezes se eu não me engano. A igreja foi reconhecida, sim. Hoje ela é Sagrado Coração de Jesus. A religião agrega muito à luta! Você dá o tom numa palavra religiosa durante uma assembleia! Você vê que as pessoas encaixam na luta quando falavam: "Vamos fazer a oração universal primeiro, para a gente poder tocar a assembleia com paz, com paciência". A gente fica muito fervoroso, muito caloroso o agido das pessoas fala um pouco de religião, dá uma influenciada! [Morador, 30 jan. 2014]

²⁰¹ A questão da igreja é o seguinte. Você lembra que eu te falei sobre a questão de eu, por exemplo, estar conversando com o GG, o pessoal, ahhh!!! e tal? Ela conversou com o GG, ela é o máximo. Aí, o que acontece? Um padre é o máximo, o que ele indicar, será bom! Eles criaram uma comissão religiosa. Só que era uma comissão religiosa católica. Quando tem festa agora, quando tem festa das crianças, a gente tem que pedir autorização para um padre, que nem vem aqui na Dandara. [Moradora, 3 jan. 2014]

²⁰² Da comunidade. Já tinha muita igreja de crente. Os evangélicos já não estavam mais usando o espaço. Quem estava usando o espaço, era só a igreja católica e o pessoal da capoeira. Aí, eles entraram em acordo: "Ô pessoal, vão fazer aqui a igreja". Porque não podia ter santo, não podia ter nada.. Como era ecumênico, não pode caracterizar nada. E católico sempre gosta de ter um santo ali e tal. Aí, eles entraram em acordo. Colocaram uma proposta na assembleia e o pessoal aceitou. [Morador, 16 jan. 2014]

²⁰³ SOUZA, Os batalhadores brasileiros. 2010, pp. 269–308

²⁰⁴ NÖTH, *Semiótica da Magia*, 1996, pp.30–41

como algo a ser desqualificado. A dimensão magicizante das religiões pentecostais,²⁰⁵ que predominam na Ocupação Dandara demonstram uma relação com o sagrado pouco mágica e muito mais pragmática, as manifestações divinas devem estar presentes na vida, e não abstratamente numa salvação após a morte, como é para os católicos. A discussão do Centro Ecumênico foi atravessada por diferentes tratamentos quanto à espiritualidade, porém, foi uma situação pouco refletida, o que acaba por levar o desejo por um espaço ecumênico a ser pouco pertinente e fundado em práticas religiosas a que os moradores não aderem imediatamente, mas, sim, num desejo dos apoiadores e militantes das organizações políticas.²⁰⁶

[...] Inicialmente o Centro Ecumênico se propunha como um espaço para todas as religiões, mas posteriormente se consolidou como uma igreja católica. Tal conversão está relacionada a algumas razões. Contrariando essa ideia de ecumenidade, o projeto desenvolvido para o Centro Ecumênico correspondia a uma espacialização católica, o que acabou determinando o uso do espaço numa lógica pouco aberta a outras religiões. [...]²⁰⁷

O Centro Ecumênico foi um espaço muito mais importante para fora da ocupação (Figuras 25 e 26). Ao se consolidar como igreja católica, assume de fato seu papel: desvencilhar-se das forças de repressão que poderiam favorecer um eventual despejo, influenciando agentes do Estado e apoios externos a serem favoráveis à ocupação,²⁰⁸ mas com pouca influência religiosa entre os moradores.

²⁰⁵ MARIANO, Igreja Universal do Reino de Deus, 1996, pp. 120–131

²⁰⁶ Eu vejo a cultura do pessoal como é diversa, eles estão meio que distintos um pouco dessa questão de ecumênica, muita gente nem sabia o que era centro ecumênico, a gente tinha que explicar. Podia umbanda, catecismo, várias religiões, que o intuito era ocupar aquele espaço e de fazer o que era devido de cada religião, a própria cultura do pessoal se distinguiu de que seria só igreja católica. A construção que você elaborou, você bate o olho e pensa que é uma igreja católica, tanto que até os visitantes quando vêm falam: “Ir lá na igreja católica.” — sempre corrigimos: “Mas é um centro ecumênico!”, respondem: “O perfil dela é de igreja católica!”. Então isso daí é um projeto mais para o futuro, a própria cultura do pessoal já distinguiu que seria uma igreja católica mesmo. [Morador, 30 jan. 2014]

Aí, tem aquela coisa, ah o espaço e tal, vai sujar, e que tem a santa e tal, tal, tal. Como eu sou de outra religião, fica eu como a chata crente que fica implicando com o povo católico. Mas eu penso que o espaço era comunitário. Que, se a gente tivesse mantido ele comunitário, hoje não teriam essas coisas. A gente quis fazer uma festa da juventude. Aí, a gente fez as barraquinhas ali, montamos um palco. Aí, vieram uns meninos pra dançarem. Só que eles dançam hip hop, e dançam com a cabeça no chão. Aqueles que rodam com a cabeça no chão e as pernas pra cima. E o único lugar que tinha o piso bom, adivinha? Lá dentro da igreja. Aí, os meninos entraram e foram rodar lá. Menino deu uma confusão nessa Dandara! Começaram a falar que nós estávamos tocando funk dentro da igreja, que era um desrespeito. [Moradora, 03 fev. 2014]

²⁰⁷ LANA, Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara, 2016, p.38.

²⁰⁸ Pode ser meio atravessado, mas as igrejas católicas, pelo menos aqueles grupos de religiosos inseridos no meio do povo, tem uma esquerda, são esses que vão lá, pacientemente, entram nas

2.2.2.6 Consolidando intocáveis

O caso do Centro Ecumênico coincide com esse momento de consolidação da Ocupação Dandara e com a construção e consolidação dos apoiadores como *intocáveis*. Neste momento são atitudes ainda 'inocentes', uma condição contraditória que ocorre num movimento social que começa a confundir suas práticas de ação direta com a ação institucional. Essa é uma das condições que marca as ocupações urbanas de Belo Horizonte, ações diretas com práticas institucionalizadas, através dos trabalhos de advogados, arquitetos e religiosos.²⁰⁹ Essa condição é semelhante em outras lutas de resistência no Brasil e na América Latina.²¹⁰ Leslie Bethel, ao apresentar os escritos de Eric Hobsbawm sobre a América Latina, chama a atenção para esses indícios autoritários já nos anos 1960, com as tentativas de revolução socialista na região:

A estratégia dos jovens intelectuais de classe média ultraesquerdistas que, inspirados pelo exemplo de Fidel Castro e Che Guevara (e pelos escritos do intelectual francês Régis Debray), acreditavam que as revoluções em toda a América Latina poderiam ser precipitadas pela ação de pequenos grupos de militantes armados era, na visão de Eric, 'espetacularmente mal concebida'.²¹¹

comunidades. Para eles é uma missão de estar ali. Só que é um pouco atravessado, porque muitos não têm uma consciência política. Tem muita gente resignada. [Apoiadora, 25 fev. 2014]

²⁰⁹ É legal ser padre por causa disso. A gente tem que argumentar muito. O padre não. Tem todo um aparato religioso, místico. [Militante, 7 mar. 2014]

Não, essa é parte da estratégia, a gente entende que a resistência da ocupação tem o apoio externo como fator decisivo. A ocupação por si só, por mais bravos que sejam os moradores e mais dispostos a se organizar para impedir o despejo por si só não é suficiente. Quanto mais apoio externo a ocupação tiver, maior vai ser o ônus político do despejo. A rede de apoio, ela faz criar esse ônus político que é decisivo na resistência, a gente busca construir esse apoio de várias formas, não só com os movimentos sociais, os setores da igreja que é importantíssimo, os setores da academia, a gente sempre está indo dar palestra, estamos sempre indo a divulgar a luta, isso é planejado. [Militante, 19 nov. 2013]

²¹⁰As *barriadas limeñas* desde os anos 1930, as *poblaciones* no Chile desde o final dos anos 1950, os exercícios de institucionalização de um Estado de Bem-Estar Social no Uruguai, a luta pela reforma agrária e as conquistas de institucionalização da reforma urbana durante a redemocratização do Brasil a partir dos anos 1980, as experiências de autonomia como resistência às políticas neoliberais na Argentina nos anos 2000, as ocupações urbanas em várias cidades brasileiras nos anos 2000 e 2010 como manifestações dessa produção do espaço que questiona e demanda sua inclusão política, econômica, social e cultural.

²¹¹BETHELL, *Introdução*, p. 19.

O protagonismo das organizações políticas e de seus apoiadores²¹² na Ocupação Dandara, que ainda refletem essa tradição autoritária, foi percebido e manifestado por uma moradora que atribuiu a esses sujeitos o status de *intocáveis*:²¹³

Existem os *intocáveis*. Tem coisas que o morador acha que é impossível, tipo, chegar perto do fulano para conversar, ele é o ADVOGADO. Conversar com você, o ARQUITETO, entendeu? Tem muitas coisas estranhas que acontecem. Por exemplo, eu avisei a um morador e coordenador que estava subindo para falar com o GG sobre o negócio do Centro Comunitário. Não deu dez minutos e ele estava lá. Eu não posso ficar conversando com o GG sozinha.²¹⁴

Esse perfil autoritário é encontrado também nas gestões dos partidos de esquerda e centro-esquerda à frente do Estado brasileiro desde a redemocratização, ocasiões em que é recorrente a preocupação em se manter no poder e justificar suas dificuldades sem se indignar com as discrepâncias sociais que marcam a realidade do país, haja vista que, nesse momento, o Brasil era governado pelo PT, e a prefeitura de Belo Horizonte era administrada por uma coligação entre o PT e o PSB — este último, o partido político de Márcio Lacerda, que se negava a dialogar com as ocupações urbanas da cidade.

Essa atitude supostamente *submissa* e *obediente*, é uma disposição encontrada entre os moradores da Ocupação Dandara que remonta ao período da escravidão, quando o abrandamento da violência física e social se dava mediante uma persuasão afetiva, como demonstra Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*.²¹⁵ No entanto, se ainda hoje a sociedade brasileira estrutura assim parte das suas relações de trabalho e dominação, essa origem histórica não basta para explicar a atitude submissa. Ao se submeterem, os moradores da Dandara também buscam a própria inclusão no sistema social ou a superação de sua condição desfavorecida nesse sistema.

²¹² Ele é advogado. Aí, eu fui levar um problema e aí eu vi que não era nada disso. Não tinha poder nenhum. As pessoas de certa maneira têm uma ilusão de quem estudou mais, de que quem fez alguma coisa assim, que pra eles é maior, sabe? Tem poder sobre eles. Você por exemplo, vou abaixar a cabeça. Você fez o projeto da Dandara. Se não tivesse eu para morar na Dandara, seu projeto seria nada. Entendeu? Eu acredito, que de alguma maneira, você se realizou pessoalmente. [Moradora, 3 jan. 2014]

²¹³ Tem uma coisa que são os *intocáveis*. Eu até falei isso nas Brigadas pra o pessoal abrir mais o olho. Então, assim, por que a gente não consegue recrutar mais o pessoal para compor as Brigadas? Me chamaram para uma discussão, falei: "Vamos trazer mais quatro moradores para poder participar dessa reunião?". Disseram: "Ah, não, gente! Vai dar bagunça!". Parece que as pessoas não querem que um tenha contato com o outro. [Moradora, 3 jan. 2014]

²¹⁴ Moradora. Entrevista moradora. 3 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²¹⁵ FREYRE, *Casa-Grande e Senzala*, [1933] 2006).

A religião, como no caso do Centro Ecumênico e suas disputas, é um fator importante nesse processo. A resignação que abranda os conflitos sociais cumpre a função de torná-los mais dóceis à dominação, contudo, também significa a possibilidade de se reinventar e de alcançar algum dos privilégios que eles nunca tiveram e provavelmente não conseguiriam se assumissem a postura do enfrentamento. No sistema prisional — um dos espaços que o Estado e a sociedade brasileira destinam a pessoas como os moradores da Ocupação Dandara — a religião assume de maneira bastante contundente esse papel.

No sistema prisional, se você falar que você é ateu, você tem uma desconfiança muito grande dos caras, porque a única coisa que os caras têm é a religião! E por isso as religiões que vem do imediatismo, do milagre, dessa nova criatura em Jesus Cristo, que diz para a consciência do encarcerado: “Agora eu sou novo, já não tenho mais crime!” Então eles precisam disso. O sistema prisional precisa disso, o sujeito está preso, assim como um doente, eu vejo como uma ferramenta de docilizar o povo.²¹⁶

A disposição para a submissão leva os moradores da Ocupação Dandara a verem nas organizações políticas e seus apoiadores sujeitos que lhes permitem uma aproximação dos meios institucionalizados. Nesse sentido, são vistos como *intocáveis*. Isso é indício de uma relação de imposição cultural que contradiz os objetivos primordiais dessa Ocupação Dandara, que é construir meios para os moradores saírem de sua condição de subalternos e participarem das decisões. John Turner²¹⁷ já apontava o problema da “transferência inconsciente dos valores da classe média para os projetos e objetivos feitos para as classes mais baixas”, isto é, o problema da imposição cultural. É claro que determinadas condições de precariedade não podem ser vistas de uma maneira romântica. Ainda assim, os moradores da Dandara não podem ser compreendidos fora de seu habitus, nem se pode esquecer que viver nas ocupações é uma forma de resistência às instituições.²¹⁸ Sendo assim, passar por *intocável* significa também reafirmar princípios que se pretende desmontar com a ocupação urbana.

O poder dos movimentos e ativistas sociais tem grande peso nas escolhas da população moradora. A tendência é que as decisões não sejam de fato horizontais, mas impostas por alguns *intocáveis*, ainda que, subjetivamente, não tenham essa

²¹⁶ Militante. Entrevista militante. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²¹⁷ TURNER, Barreiras e canais para o desenvolvimento habitacional..., 1968, p. 25.

²¹⁸ SOUZA, *Mudar a cidade*, 2008, p. 190".

intenção.²¹⁹ Uma assembleia na Ocupação Dandara para a escolha do lugar da creche foi um momento que mostrou esse poder. Um padre sugeriu que a creche fosse feita no entorno da igreja e, imediatamente, essa sugestão passou a figurar como ideal, e os discordantes tiveram enormes dificuldades para se manifestar.²²⁰

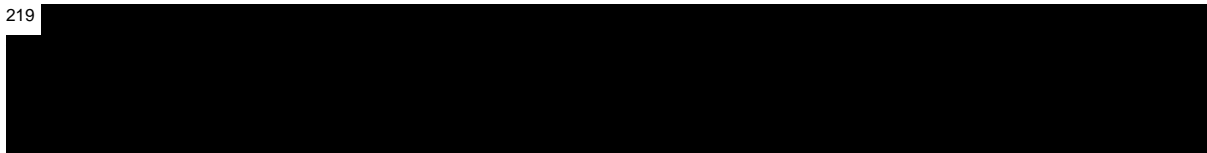
Ele é o máximo, mas o que ele indicava aqui, não é nem o que ele falava não, é o que ele indicava que seria bom, era bom! Tipo a questão da creche. Nós, moradores que moramos aqui nesse espaço, a gente não queria a creche ali. Eu especialmente, porque me disseram, quando eu vim pra cá, que ali seria uma pracinha e tal. Eu fiz a minha casa acreditando que ali seria uma pracinha, a minha vizinha a mesma coisa. Todos que estavam aqui tinham um motivo para não querer a creche aqui.²²¹

A aura dos *intocáveis* é construída desde o início da ocupação. Uma moradora explicou que, no momento de ocupar o terreno, os moradores nunca devem conversar com a polícia porque “ninguém sabe conversar e deve deixar os advogados conversarem”.²²² Ela considera que a presença dos *intocáveis* garante que o lugar não seja uma invasão, “sendo feita de qualquer jeito”, mas uma ocupação.

Além de terem os advogados ajudando, temos pessoas como uma socióloga, gente mais instruída. Ela chegava e conversava muito bem com eles. O advogado também. Começou a discutir com o policial, mas ele conversa bem melhor do que nós. Então, eu acho que é muito diferente a invasão, da ocupação. Bem diferente.²²³

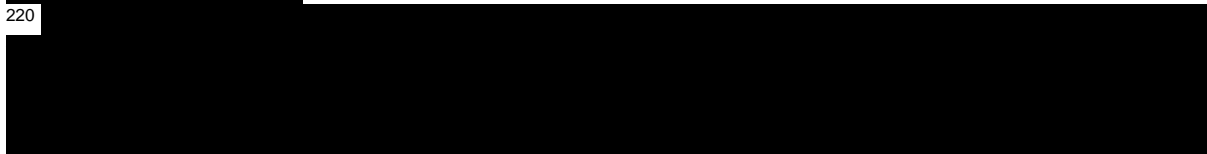
Os arquitetos também assumem esse mesmo papel perante os moradores (Figura 27). Um militante descreve como eu era visto dentro da ocupação: “De início há uma desconfiança e um incômodo. Porque você veio para delimitar o espaço. Dizer onde que são as glebas! Aqui te pertence, nem um centímetro mais, nem um centímetro a menos, tem que manter área verde, tem que manter um recuo, como a

219



Censurado

220



Censurado

²²¹ Moradora, Entrevista moradora. 3jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²²² Moradora, Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²²³ Moradora, Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

lei!”²²⁴ A percepção de outro apoiador acerca do papel dos arquitetos nas ocupações também indica essa condição de *intocável*: “Quem vai dar a casa ali é o arquiteto, então o cara tem um prestígio na ocupação, ele é mais que médico, é um estrato social muito forte na ocupação. No dia que os arquitetos chegavam, a assembleia lotava.”²²⁵

A condição de autoridade causa uma espécie de cegueira aos seus portadores em relação às dinâmicas internas (Figura 28).

É porque, um bocado, a gente acredita que se tem alguma autoridade, tipo meu pai, então eu tenho que fazer tudo que meu pai manda e eu não posso questionar. Meu pai, minha mãe, meu irmão mais velho e tal. Já vem um pouco disso. Se tiver um coordenador, então é ele que manda. Eu não posso mandar nada. Só que não é isso que a gente precisa. Só que as pessoas gostaram disso, acharam legal as pessoas dependendo de mim. Até é uma coisa que os vizinhos podem resolver entre si. Eles levam para o coordenador e o coordenador fala que está tão cheio de tarefas, tipo, mas gostando, sabe? Aí, tinha isso de alimentar que as pessoas fossem atrás das pessoas e não decidissem só você e seu vizinho, às vezes pode prejudicar o projeto, coisas pequenas de passar um cano, fazer festinha na nossa rua e tal. Tem que passar tudo isso primeiro pela coordenação? Não tem que passar primeiro pela coordenação. Se você achar que é uma coisa que pode crescer pra comunidade toda, leva na reunião. Não precisa passar pela coordenação. Eu vejo muito isso na assembleia. Tem um tanto de gente querendo falar e eles falam que não pode, não, senão vai virar bagunça. Tá, gente, então deixa virar bagunça e o povo falar o que quer. Porque se não fica uma bagunça na cabeça da gente e não sai nada. Acho que é por aí, gostar de estar no poder. Se falar que o GG está aqui, nossa! O GG, arquiteto da Dandara está aqui nossa! Ela conversou com o GG! E aí?²²⁶

Muitas situações passam despercebidas pelos *intocáveis* e acabam frustrando nossas expectativas. Nós, os *intocáveis*, partimos de ideias, pressupostos, experiências e convicções que não são idênticos aos dos moradores. Assumimos o papel de autoridades, a acabamos por tolher a oportunidade de outro universo se manifestar. Em vez de gerar uma competição que revele as deficiências dos discursos de que somos portadores, tendemos à imposição cultural da mesma tradição com que pretendemos romper.

Esse momento de consolidação da Ocupação Dandara e de um aparente sossego levou à consolidação também desse papel de *intocável* que ficaria ainda mais forte na próxima fase de desenvolvimento dessa ocupação e passaria a ser recorrente

²²⁴ Militante, Entrevista militante. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²²⁵ Apoiador, Entrevista apoiador. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²²⁶ Moradora, Entrevista moradora. 3 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

em várias outras ocupações da cidade. Esse é um dos fatos que nos leva a prestar pouca atenção a outras redes de apoio que são estabelecidas pelos moradores e são tão determinantes para a manutenção da ocupação, composta pela vizinhança do entorno imediato.²²⁷

2.2.3 Terceiro momento na Ocupação Dandara (Pressão pelo despejo, negociações e supostas rupturas)

2.2.3.1 O fim da falsa paz

Depois de um ano e meio de relativa paz, com marchas até o centro de Belo Horizonte, pressões pelo despejo e a Polícia Militar de guarda em frente à ocupação e um avançado processo de consolidação de apropriação do terreno (Figuras 1 a 4), iniciou-se o que considero o terceiro momento da assessoria na Ocupação Dandara.

Um mundo justo? Depois do arrebatamento, que as pessoas forem salvas e tudo, que tiver o Apocalipse! Porque até então a gente está caminhando para o Apocalipse! O que acontecerá? Terá uma falsa paz, mas é só pra recrutar as pessoas para irem para o inferno. Eu fico bem confusa. Como estou lutando por igualdade, sendo que sei que não vai existir? Quando o pessoal pensar que está justo, aí que o “pau quebra”. O Apocalipse pode ser para daqui a mil anos, pode ser para amanhã. Eu tenho que pensar no bem-estar de todos que estão ao meu redor agora.²²⁸

2.2.3.2 Tentativa de acordo

Em meados de 2011, houve uma decisão judicial pela reintegração de posse do imóvel ao proprietário. Antes, porém, o juiz que tomaria a decisão final acerca da ação, Renato Luiz Faraco, optou por tentar um acordo entre as partes. Numa manhã de junho, recebi um telefonema de um dos advogados que representava os moradores da ocupação, dizendo que, na audiência no dia anterior, ele havia negociado uma tentativa de acordo entre as partes e indicado que a assessoria técnica de arquitetura e urbanismo tinha uma proposta para que a ocupação continuasse no terreno e cedesse parte dele ao proprietário. Ele queria saber em quantos dias eu poderia elaborá-la. Ficou combinado que teríamos três semanas e que então apresentaríamos

²²⁷ Essa rede de apoio próxima às ocupações, não podemos negar esse apoio, que eles participem diretamente do processo de elaboração, a gente abre as reuniões de coordenação de uma ocupação para que esses atores participem e construam juntos, claro, entendendo a dinâmica própria da região, respeitando essa dinâmica. [Militante, 19 nov. 2014]

²²⁸ Moradora, Entrevista moradora. 3 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

a proposta numa audiência de conciliação no Fórum Lafayette. Iniciava-se ali uma maratona de reuniões, acordos e desenhos que se estenderia por três meses.

Eu já imaginava as dificuldades para construir aquele acordo, algumas internas à ocupação. Naquele momento havia entre os moradores certa tranquilidade pela permanência no terreno. Aquele engajamento entre eles que eu havia observado no ano de 2009 não era o mesmo, e isso ficava patente na construção dos edifícios coletivos: era sempre difícil a mobilização para os mutirões, alguns poucos moradores participavam. Outra preocupação que eu tinha era com a possibilidade de contato com a construtora. Eu atuava profissionalmente no mercado imobiliário, e, até então, a assessoria técnica, da qual eu participava como voluntário, sem nenhum vínculo institucional, não interferia naquela minha atividade profissional. Eu continuava participando de reuniões com construtoras na cidade e não sofria nenhum constrangimento, como se estivesse trabalhando em dois mundos paralelos que não se tocavam. Aquela possibilidade de negociação poderia me expor e gerar problemas, o que acabou ocorrendo.

Organizamos uma equipe para dar conta da demanda. Fazíamos reuniões todas as tardes, sempre com a presença de representantes dos moradores (Figuras 5 e 6), o que foi essencial para avaliarmos as reais possibilidades de negociação: “Eu presto muita atenção nas coisas que vocês falam. O pessoal diz que eu não falo muito, que fico calado. Eu fico é observando. Mas, como eu já prestei muita atenção nas coisas que vocês falam, quando for preciso, eu uso os argumentos, porque eu sei de onde que saiu. Eu sei que quem falou sabe o que está falando”.²²⁹ A proposta desenvolvida implicava a remoção de algumas casas e a construção de edifícios de três pavimentos, com unidades habitacionais de diferentes tamanhos, dispostas de maneira a proporcionar terraços e pátios privativos a todas elas. Os edifícios seriam construídos no meio das vias existentes, para que não houvesse remoções prévias das casas (Figuras 7 a 11). No fim, o número de apartamentos seria maior do que o número de casas removidas, e o saldo pertenceria à proprietária (Figura 14). A configuração geral agrupava esses blocos de apartamentos em grandes lotes coletivos, mas também mantinha parte dos lotes unifamiliares, para assim atender a tipos diversos de famílias (Figura 12). Parte das ruas e dos equipamentos já construídos pela ocupação permaneceriam, incluindo a Avenida Dandara, a Rua

²²⁹ Morador, Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Zumbi dos Palmares e a Rua dos Quilombos, todas vias de articulação com os bairros do entorno, além da Rua 9 de Abril, no limite da área de preservação. Permaneceriam também o Centro Comunitário e o Centro Ecumênico. As decisões do que manter ou não geraram várias discussões entre técnicos e moradores, a rememoração dos processos de construção do lugar dava pistas dos processos de autoprodução da ocupação (Figura 13).

Durante a preparação da proposta, também foram acordadas reuniões semanais com os coordenadores e representantes das organizações políticas, no entanto, poucos participaram e não pareciam interessados. Numa das reuniões cheguei a me irritar com isso. Disse que estávamos discutindo algo que teria impacto na vida dos moradores e que gostaríamos que fosse compartilhado com todos. Apareceram mais alguns coordenadores, assistiram à apresentação com desdém, como se aquilo não tivesse relevância. Constatei algo semelhante quando, numa reunião no Serviço de Assistência Jurídica da PUC Minas (saj), um representante das organizações políticas comentou que a proposta serviria para ganhar tempo. Dessa vez foi um dos advogados que se irritou. Disse que não deveriam ver a situação daquela maneira e que estava em curso uma negociação de fato, não um teatro com segundas intenções. Constrangimento. Ficou claro que as organizações políticas resistiriam a qualquer acordo.

Então ali eu vejo várias coisas, uma tensão grande, preto no branco. Para mim cada vez está mais claro que a proprietária nunca foi idônea e sincera para uma conciliação legítima. Era uma simulação, e queriam ludibriar os pobres e passar a rasteira. Não dá para só conquistar juridicamente. Dandara já está num outro patamar, que é esse patamar de movimentos sociais populares organizados, uniu várias forças vivas da sociedade, os arquitetos, advogados, professores, estudantes, universitários, elementos novos, que mexe na correlação de forças.²³⁰

Após semanas de reuniões com moradores, arquitetos, advogados e estudantes, chegou o dia da audiência de conciliação. Como eu seria o responsável por apresentar a proposta, a equipe sugeriu que fosse bem-vestido. Contra meus hábitos, fui de terno e gravata. O material estava reunido num book, com impressão colorida de alta qualidade, em papel couché (Figura 15). Utilizamos todos os meios para impressionar nossos oponentes, a proprietária e o poder judiciário. A audiência foi presidida pelo juiz Renato Luiz Faraco, e estavam presentes três representantes

²³⁰ Militante, Entrevista militante. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

da proprietária, um representante do Ministério das Cidades, um representante da Polícia Militar de Minas Gerais, duas moradoras da Ocupação Dandara, quatro estudantes de arquitetura e eu. Apresentei a proposta e percebi que os demais pouco se importavam com o que era dito. Vi, anotado no caderno do representante do Ministério das Cidades, o entendimento de que a proposta seria “radical” e que os moradores não estavam dispostos a negociar. O olhar dos representantes da proprietária mostrava impaciência, sua advogada estava ocupada com o próprio celular, e o juiz ouvia a proposta, mas era constantemente interrompido por uma funcionária que trazia documentos para ele assinar. Nesse ambiente hostil, era previsível a recusa da proposta. Ela foi descartada como possibilidade de conciliação entre as partes, e a proprietária apresentou sua contraproposta: todos os ocupantes sairiam do terreno; seria construído um conjunto habitacional de blocos de apartamentos; e, posteriormente, as famílias que atendessem aos parâmetros da política habitacional receberiam unidades nesse conjunto. Os moradores presentes solicitaram levar a proposta à assembleia, comprometendo-se a responder no prazo de alguns dias: “Eles apresentaram projetos, predinhos tudo bem feito, do jeito ‘que manda o figurino’ capitalista, eles falam que podemos participar dessa estrutura, mas a gente sabe que não, que isso é mais um tapa de luva que eles querem dar na gente de enganação”.²³¹ As conversas, a partir desse momento, indicavam que, internamente, entre as organizações políticas, apoiadores e moradores, seria necessário planejar as estratégias de resistência e preparar-se para o despejo, que havia se tornado iminente. Foi marcado um encontro para quinze dias depois, num escritório da proprietária, quando ela detalharia a proposta do conjunto habitacional (Figuras 16 e 17). Saí dali com a impressão de que o advogado e eu éramos os únicos que ainda acreditavam numa conciliação.

No restante do mês de julho e em agosto, houve várias reuniões no escritório da proprietária (Figura 18), sempre com representantes dos moradores e da assessoria técnica e jurídica. As organizações políticas participaram apenas da última dessas reuniões. Em todos os encontros, a construtora se mostrou intransigente quanto à saída dos ocupantes do terreno, antes do início das obras do conjunto

²³¹ Morador, Entrevista morador. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

habitacional.²³² Esse, por sua vez, seria do tipo convencional, com blocos de apartamentos em meio a pátios de estacionamento. Previam-se aproximadamente dois mil apartamentos, distribuídos em oito subconjuntos.

Havia uma grande dificuldade de construir um acordo nessas negociações. Além da postura intransigente da proprietária, ela criminalizava as organizações políticas e se colocava como a legítima proprietária. Uma postura arrogante que não percebia que, ao deixar o terreno vazio sem cumprir função social, perdia sua legitimidade dentro da legislação vigente, mesmo que os representantes do judiciário parecessem, àquela época, apoiá-la.²³³

A ocupação ofende a Lei de uma forma geral e especialmente o direito de propriedade e, ainda, os inúmeros critérios da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, não havendo possibilidade de aproveitamento de quaisquer das obras e serviços lá precariamente realizados, pois afrontam as posturas da municipalidade.²³⁴

As organizações políticas, ao insistirem na sua posição, podiam perder nas instituições (Figura 19), mas com possibilidade de disputar politicamente na opinião pública. Entretanto, essa escolha não gerou uma aderência imediata dos apoiadores, especialmente aqueles que dialogavam dentro dos preceitos institucionalizados, especialmente os advogados e arquitetos, o que levou a rupturas traumáticas.

As possibilidades de acordo discutidas nessas reuniões eram levadas aos demais moradores em assembleias. Entre alguns moradores havia predisposição em aceitar a proposta, ao passo que uma parte junto com a coordenação e as organizações políticas a rechaçavam. Nós, da assessoria técnica e jurídica, não

²³² Você olhando, você fala: "Nossa! É o condomínio dos meus sonhos", depois teve uma outra reunião e foram todos os coordenadores, teve a presença de todos eles, foi no escritório da proprietária quando ela apresentou o projeto, o que ela queria, construir os prédios na comunidade, só que os moradores teriam que sair da comunidade, morar na casa de amigos, bolsa aluguel, em qualquer lugar, para que eles construíssem os predinhos e depois chamavam todos de volta. LERO LERO, eu disse: "doutor, dentro da comunidade tem pessoas analfabetas, mas não tem pessoas burras". Ele falou: "que não discutia com movimento sociais", e eu disse "então você está discutindo com a pessoa errada, porque eu sou movimento social". [Moradora, 30 jan. 2014]

²³³ Essas lutas estão todas dentro de um marco jurídico do Brasil, elas não são revolucionárias, estão dentro das barreiras da legalidade, tanto é que Dandara, dentro da ilegalidade do juiz e dentro da legalidade dos apelos, dos recursos que foram interpostos em favor dos moradores. Se você encontra na igreja esse recuo, o judiciário é absolutamente contra os pobres, sobretudo se os pobres estão em coletividade. Eu dizia no tribunal, eles ficavam com muita raiva de mim, mas eu dizia lá no tribunal nas defesas: "Aprendi aqui em Minas que aos amigos tudo, aos inimigos a lei, e eu acrescento, aos pobres em coletividade o arbítrio". É isso que funciona, o arbítrio, porque os juízes dão as liminares sem amparo legal nenhum, os acórdãos do tribunal são verdadeiras espécies ideológicas, não são técnicas. [Apoiador, 1 mar. 2013]

²³⁴ Modelo, Audiência realizada na 20a. Vara Cível do TJMG, na data de 5/7/11, 14h, 2011.

víamos possibilidade de alterar a proposta da proprietária, pois não víamos um desrespeito à legislação na proposta apresentada, mas, principalmente, percebíamos uma grande dificuldade de manter a disputa dentro das instâncias institucionalizadas com possibilidade de alguma vitória. Entendíamos que a posição da ocupação e de todos envolvidos com ela era legítima, entretanto, os caminhos possíveis para garantir a sua permanência pela via institucional eram muito perigosos e poderiam culminar num despejo. Nessa ocasião uma das organizações políticas que acompanhavam a Dandara estava também envolvida com outra ocupação na cidade de Itabira, a qual passava pelo despejo. Vários moradores estavam acompanhando de perto esse processo e percebiam o trauma do processo e tinham grande receio com um eventual despejo da Ocupação Dandara. Essa era uma estratégia adotada para formação e preparação dos moradores do que poderia acontecer: “Quando eu voltei de Itabira eu fiquei uma semana dentro de casa sem sair pra lugar nenhum, passando mal uma semana inteira, eu ouvia os gritos das crianças para não derrubar a casa, as pessoas chorando e como foi o primeiro eu fiquei meia perturbada”.²³⁵

Durante a negociação, a única chance de avanço que vislumbrávamos era organizar um canteiro de obras que permitisse a saída em etapas à medida que as obras avançassem e as unidades habitacionais fossem sendo entregues, mas mesmo essa possibilidade era ainda remota, a proprietária relutava em aceitá-la.

Todo mundo tinha já uma opinião já formada em torno daquela negociação, que era não aceitar, porque os apartamentos não seriam viáveis. O que eles queriam fazer, para gente, era prejuízo. A gente sairia aqui, sem garantia de nada. A única garantia que eles estavam dando, era que a gente iria voltar. Mas quem garante que eles iriam cumprir isso? Então a própria comunidade também ficou com o pé meio atrás.²³⁶

Quando nós tivemos uma reunião logo depois com um dos proprietários, a primeira coisa que ele jogou na nossa cara, que a gente não queria moradia, então se nós quiséssemos um lugar pra criar porcos e galinha que ele tinha um terreno depois de depois de Ribeirão das Neves, ele foi até bem sarcástico, ele deu aquele sorriso cínico: “Eu tenho um terreno depois de depois de Ribeirão das Neves, se quiser criar porcos e galinhas o terreno está lá, eu posso ceder o terreno pra vocês” ai melou a negociação toda.²³⁷

A gente não aceitava sair daqui para voltar depois, o rompimento da negociação se deu por parte da proprietária, então não tinha como prosseguir. A posição dos moradores foi a de não aceitar em hipótese alguma a saída provisória para poder construir o empreendimento, mesmo com a

²³⁵ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²³⁶ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

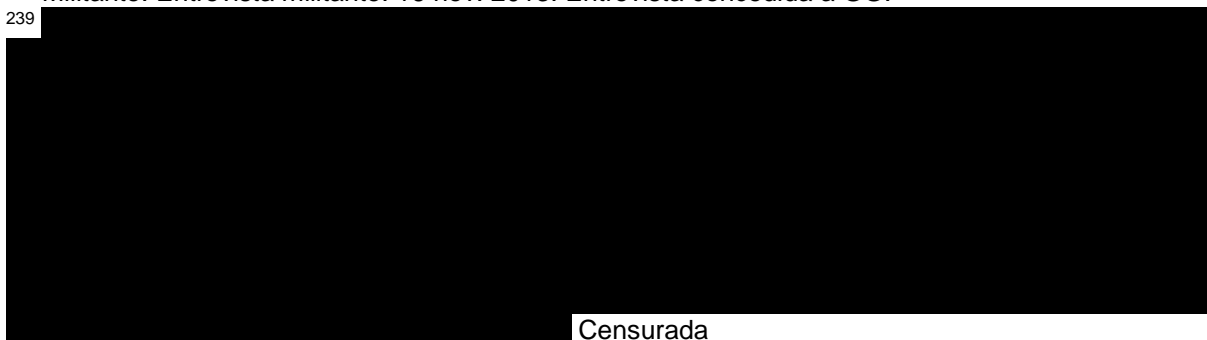
²³⁷ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

garantia judicial de que eles poderiam retornar para as unidades construídas pela construtora.²³⁸

A audiência final para uma solução na negociação foi marcada para o início de setembro de 2011. As reuniões de preparação final ocorriam no Ministério Público. Mas parte dos moradores, da coordenação e das organizações políticas não confiava na condução das negociações pelas assessorias técnica e jurídica, e isso gerou constrangimento e levou a rupturas.²³⁹ Os advogados entregaram o patrocínio da ação para outros advogados ligados às organizações políticas, e eu saí da assessoria técnica da ocupação (o arquiteto e então vice-diretor da Escola de Arquitetura da ufmg, se dispôs a assumir meu lugar, mas isso nunca chegou a acontecer).²⁴⁰ A ruptura foi bastante difícil.²⁴¹ Entendíamos que a proposta da construtora era ruim, mas não tínhamos argumentos legais para combatê-la. Por outro lado, aceitar a proposta significava a entrada do Estado no conflito, o que até então não havia ocorrido, a não ser pela presença da polícia e pelo poder judiciário que, naquele momento, indicava que daria a reintegração de posse para a proprietária. Percebíamos que parte dos moradores não estava sendo ouvida e que a vontade de abortar a mediação e partir para o conflito aberto não era uma unanimidade. Assim, afastei-me da assessoria desde setembro de 2011. Acompanho a Ocupação Dandara de longe, sem o envolvimento que tinha antes.

²³⁸ Militante. Entrevista militante. 16 nov. 2013. Entrevista concedida a GG.

²³⁹



Censurada

²⁴⁰ Eu fiquei muito chateado, não queria aquilo, eu ia em todas reuniões com a proprietária, ficava com o estômago embrulhado, eu não gostava da proposta. Eu e o advogado após as reuniões ficávamos horas no telefone conversando, ruminando. A percebia que as instituições não respeitavam vocês, eles respeitavam a gente, da nossa discordância, a gente estava naquele jogo para tentar algum ganho naquela possibilidade de acordo. [Apoiador, 30jan 2014]

²⁴¹ Foi dolorido também porque acabou se espalhando, algumas pessoas que apoiavam e deixaram de apoiar, mas somando tudo, eu continuo com a convicção de que a posição, uma posição majoritária do povo da Dandara, a posição majoritária da coordenação da Dandara, a posição das [organizações políticas], majoritária também na rede de apoio, que foi essa de não aceitar farsa de negociação, que a proprietária estava propondo, eu continuo com a convicção de que foi o mais acertado. [Apoiador, 18 dez. 2013]

2.2.3.3 Rupturas traumáticas

No final de agosto de 2011, os moradores se posicionaram contrários à negociação com a proprietária, e a possibilidade de acordo proposta pelo judiciário foi abandonada. O juiz Renato Luiz Faraco tomou sua decisão a favor da reintegração de posse, sendo o mandado expedido em outubro de 2011.

Então na verdade a grande disputa agora, de uma forma sistemática fica entre a proprietária e a Prefeitura. A proprietária tem que convencer a Prefeitura a comprar aquele terreno. De dar outra destinação pra aquilo. Ela tentar garantir algo ali, que está muito difícil para ela. A Prefeitura pode jogar uma pressão por despejo. Não quer negociar, mas também não faz nada. O Governo do Estado, com o “pepino” de ser a força armada, no caso de uma decisão, não quer isso.²⁴²

Esse episódio indica várias questões que merecem reflexões na caracterização dos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte. As organizações políticas e os apoiadores se percebem como uma vanguarda, porém esta é muitas vezes cega e não se dá conta de que não representa a sua base. Torna-se, então, portadora de um projeto político esvaziado, sem rebatimento na realidade local, um projeto superado pelo cotidiano.

Será que o povo sabe o que é luta, será que o povo sabe o que [são as organizações políticas]? Talvez eles não esclareceram direito; na verdade, é que eles nunca esclareceram direito, muita gente não sabe o que é, fala que é uma luta e nem sabe o que é, quando a gente fala comunidade eles não sabem o que é, até brinco com os advogados, que eles falam comunidade, aí eu falo essa é uma palavra muito grande, essa é uma palavra muito boa, você tem que saber o que é.²⁴³

Os apoiadores desempenham muitas vezes o papel de agentes externos que em algumas situações podem tutelar os moradores, porém a condução política da ocupação é reservada às organizações, as quais acabam em vários momentos dirigindo o processo. Os apoiadores podem eventualmente ser mais presentes, todavia são menos invasivos e dirigistas, sendo muitas vezes atropelados pelas organizações políticas em sua atuação de ação direta nos territórios, especialmente porque os primeiros desempenham um papel muitas vezes mais técnico e ilusoriamente ‘neutro’, não se inserindo nas disputas em que as organizações políticas

²⁴² Militante. Entrevista militante. 7 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁴³ Morador. Entrevista morador. 3 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

e as coordenações locais se envolvem. Na construção dessa negociação na Ocupação Dandara, essa situação ficou clara: uma parte dos moradores não queria seguir por compromissos assumidos que aquele acordo não considerava,²⁴⁴ as organizações políticas viam no acordo um esvaziamento da luta política, com alinhamentos com um agente que os criminalizava, como eram os casos da proprietária e do poder público.

Uma moradora queria o acordo, um militante disse para ela: “Mas gente se vocês forem morar nos prédios nós não teremos mais bandeiras”. Ai a mulher disse assim: - “Não!! Nós colocamos as bandeiras nas janelas”. Ela não sabia de que bandeiras ele estava falando. Outra mulher disse assim: “Escute, na democracia não é a maioria que decide? E a maioria não decidiu isso?” É, mas tem determinados momentos que não é a maioria que decide.²⁴⁵

O que ficou evidenciado nesse momento foi que as pautas dos moradores ainda não conduzem os embates políticos que uma ocupação urbana desperta; são os desejos e anseios de outro setor social que estabelecem os nortes dessa luta política. Na assessoria à Ocupação Dandara, essa situação me incomodou. Eu já era um *intocável* desde 2009, mas só nessa ocasião a condição ficou clara. Como isso ainda ocorre, a vigilância com as pautas dos meus pares de classe social é constante, permanecendo várias contradições e situações longe de serem superadas. Uma dessas contradições é a disputa política a partir das institucionalidades e das instituições do Estado, onde ficamos mais confortáveis, criando ilusões de avanços que constantemente se mostram insustentáveis e geradoras de grandes frustrações.

A negociação e as rupturas geradas expuseram que o fazimento da vida é o fato social em si, a realidade cotidiana que marca a vida em sociedade. Émile Durkheim coloca que os fatos sociais são formados pelas representações coletivas, “como a sociedade vê a si mesma e o mundo que rodeia”.²⁴⁶ Essa representação

²⁴⁴ Olha GG, a gente fica entre a cruz e a espada, tem muitos que vieram aqui pra Dandara, precisavam de sua moradia imediatamente, só que provavelmente muita dessas pessoas que saíram daqui é por que não imaginavam uma demora tão grande para se ter direito a moradia, a luta não é fácil. Então desanimadas com a ocupação, saíram do aluguel, da casa da sogra, etc... quando viam uma oportunidade passavam adiante o seu lote, e tem também os espertalhões que quando ficam sabendo da possibilidade de serem despejados e não querendo sair perdendo o que investiram, repassam o lote para outra pessoa. Teve até um caso duma pessoa que ao saber do despejo retirou os moveis da casa, mas continuou morando na casa um tempo até repassá-la mesmo sabendo do despejo. [Morador, 03 jan. 2014]

²⁴⁵ Apoiador. Entrevista apoiador. 1 mar. 2013. Entrevista concedida a GG.

²⁴⁶ QUINTANEIRO, *Émile Durkheim*, 1995, pp. 18–19.

coletiva é algo que passa pela realidade, mas é também desejo, por isso o modo como eu me vejo não é necessariamente o que sou de fato, mas o que acredito e gostaria ser. A sociedade não é o seu ideal, mas a realidade é portadora desse ideal, do ideal que a sociedade faz de si mesma. O projeto de outra sociedade ou processos sociais e políticos que questionam uma condição vigente são também, segundo Castoriadis, desejos não confessados, disfarce, válvulas de escape que criam as ilusões possíveis para suportar as contradições da realidade do mundo.²⁴⁷

Às vezes ouvimos dizer: esta ideia de uma outra sociedade apresenta-se como um projeto, mas em verdade é apenas a projeção de desejos não confessados, disfarce de motivações e permanecem escondidas para os que as utilizam. Ela só serve para veicular, em alguns, um desejo de poder; em outros, a recusa do princípio de realidade, o fantasma de um mundo sem conflito no qual todos estariam reconciliados com todos e cada um consigo mesmo, um sonho infantil que desejaria suprimir o lado trágico da existência humana, uma fuga permitindo viver simultaneamente em dois mundos, uma compensação imaginária.²⁴⁸

2.2.3.4 Disputando a opinião pública

Após o fracasso dessa tentativa de acordo, houve várias ações fomentadas pelas organizações políticas²⁴⁹ para dar visibilidade positiva ao conflito e aumentar seu custo político. Nos momentos de risco de despejo, a conquista de uma opinião pública favorável se torna uma prioridade, o que acaba por afastar os militantes e apoiadores das questões internas e cotidianas.

Ativistas e pesquisadores percebem, cada vez com mais acuidade, que a eficácia política de uma ação ou ativismo repousa, largamente, em sua capacidade de obter apoio de diferentes tipos — incluindo-se aí a tarefa, amiúde difícil e necessária, de granjear simpatia por parte da ‘opinião pública’, via de regra modelada pela grande imprensa — a partir de uma bem-sucedida

²⁴⁷ O advogado pediu os cadastros dos moradores de Dandara, de quem estava morando. Ele não queria cadastro de terreno vazio, não queria cadastro de casa que estava fechada, ele queria cadastro de quem estava morando, quem estava fazendo o seu feijãozinho, o seu arroz dentro da sua casa, estava com seus filhos e sua família lá dentro. Outra advogada entrou e falou que teria que fazer cadastro de tudo, de lote vazio, de pessoas que não moravam. [Moradora, 30 jan. 2014]

Eu acredito que, se viesse o despejo, eles teriam guerra. Eu penso em guerra logo mesmo, se fosse o caso. Mas eu tenho que pensar em paz. Eu vivo uma confusão muito grande de duas coisas. Primeiro, que bendito é quem fala de paz. Mas, quando fala em derrubar a Dandara, eu já começo a falar em guerra. Eu acho que tem que ter. Já que o pessoal é violento, se eles viessem pra cima da gente, a gente vai pra cima deles também e pronto e acabou. Acho que tem que ser isso. Porque, na minha religião, é de desorganizado para mais desorganizado ainda. A gente nunca vai ter uma perfeição aqui. E aí, eu vivo em confusão. Porque como que eu luto por um mundo igual, sabendo que isso nunca vai acontecer? [Moradora, 3 jan. 2014]

²⁴⁸ CASTORIADIS, *A instituição imaginária da sociedade*, [1975] 1982, p. 111.

²⁴⁹ Não foi tratorado, não acho que foi uma imposição, mas ao mesmo tempo não acho que se pode dizer [que foi] um processo completamente horizontal. [Militante, 19 nov. 2013]

articulação de escalas; vale dizer, mediante a articulação de atividades e frentes de combate situadas em escalas distintas.²⁵⁰

Essa construção positiva de uma ocupação urbana para o público externo ou os chamados formadores de opinião ocorre desde o início. Já no ato de ocupar o terreno, a escolha do nome é parte deste processo.

[É] um significado que explicita uma contradição, por exemplo: a mídia, por exemplo, ela diz assim – "Ah, baderneiros, aventureiros, loucos, invasores fizeram uma baderna em tal terreno, em tal cidade. Eles chamaram tal favela e tal baderna de acampamento Rosa Luxemburgo". E isso tem uma contradição muito grande, porque que pessoas são essas que vão fazer baderna e que fazem uma homenagem à Rosa Luxemburgo? Então, já fica evidente que não é só uma baderna, que tem uma história por trás dessa baderna. E acho que esses nomes, eles, na verdade, ajudam a gente a se conectar com a história.²⁵¹

A relevância e o significado do nome têm o papel de atrair o apoio do público externo e, internamente, têm uma função pedagógica. Contudo, não é difícil esse nome ter o significado considerado como irrelevante entre os moradores.²⁵²

Outra questão importante para a imagem positiva nesses momentos é a utilização do termo ocupação ou comunidade (Figura 20). No caso da Ocupação Dandara, o termo comunidade é sempre adotado nas negociações. Dada a formação cristã da sociedade brasileira, ele remete a um ambiente de comunhão, e não de conflito, conotando tanto a união entre os moradores quanto suas intenções pacíficas em relação às instâncias externas. Para os moradores, o termo ocupação se refere à ação de conquista da moradia mediante uma estratégia apoiada por organizações políticas, contrapondo-se à invasão ou ação desorganizada de tomada de posse de um terreno: "Essa deu certo por causa da organização, O pessoal foi apoiado por organizações políticas que ajudaram."²⁵³

Nessa disputa todos os recursos são utilizados para a formação dessa opinião pública favorável, para assim aumentar o custo político de um eventual despejo. Quando um público externo passa a se identificar com a ocupação e sua luta, o despejo se torna um problema mais complexo do que a situação imediata das pessoas que moram no terreno ocupado. Em 2011, as redes sociais digitais estavam se

²⁵⁰ SOUZA, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 2013, p. 196.

²⁵¹ SOUZA et al., Fincando bandeiras, ressignificando os espaço, 2009, p.57.

²⁵² A minha avaliação hoje é que a luta de hoje não é a luta que eu conheci. A entrada de novos militantes são novas experiências. Então, foi se desprendendo um pouco daquele idealismo que a gente tinha, acho que se perdeu um pouco. [Morador, 16 jan. 2014]

²⁵³ Morador. Entrevista morador. 6 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

tornando um importante veículo nesse sentido. Nelas as organizações políticas e apoiadores procuram angariar simpatias em relação à Ocupação Dandara. Nessa época, participei dessas ações fornecendo material de divulgação, numa ação de comunicação nas redes sociais intitulada “Salve Dandara” (Figuras 21 a 23). A campanha consistia nas pessoas divulgarem fotos com um cartaz de apoio à Ocupação Dandara próximo a algum ponto turístico de suas cidades, evidenciando um apoio internacional à luta por moradia de Belo Horizonte

Hoje, para você despejar uma ocupação como o Dandara, com duas mil famílias que estão lá, não é somente um problema de duas mil famílias. [...] É um problema de um conjunto social que se identifica com aquela luta, que não está morando lá. [...] Na verdade, o que faz a gente existir não, é nem a nossa capacidade, é um contingente, mas não é um contingente de forças para enfrentar um batalhão da polícia, mas a nossa capacidade de criar uma situação em que o custo político de um despejo seja maior. Porque, operativamente, do ponto de vista operacional militar, se a polícia chegar, ela vai tirar mil famílias. Ela tira duas mil, tira três mil famílias. Não é um problema militar. Não está resolvido de forma operacional. Agora o custo político disso, é um custo que aumenta muito, quando você tem esse tipo de articulação. Então nós sempre jogamos com isso. Ampliar significativamente o custo político da operação. [...] Nós não precisamos nos armar no sentido militar [...] isso é para a polícia.²⁵⁴

Em outubro, quando o juiz Renato Luiz Faraco decidiu pela reintegração de posse, houve um abraço da ocupação (Figuras 24 e 25), com grande visibilidade na mídia, evidenciando, para o poder público, que a reintegração de posse não seria simples e haveria resistência. A conquista das simpatias externas tornava o ônus político de um despejo tão significativo que a decisão do juiz não se efetivou.

Em setembro de 2011, o projeto da Ocupação Dandara foi selecionado para participar da exposição da 9ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. A ocupação foi uma das selecionadas para representar Belo Horizonte no evento que ocorreu no mês de novembro daquele ano (Figuras 26 e 27). Essa participação no evento me levou a ainda manter vínculo por mais algum período com os moradores.

Nesse período aconteceram outras ações na Ocupação Dandara envolvendo estudantes de graduação em arquitetura e engenharia da PUC Minas, da UFMG e do Centro Universitário Izabela Hendrix. Algumas disciplinas dos cursos de graduação dessas instituições utilizaram a ocupação como espaço para a elaboração de trabalhos acadêmicos. Essas ações em geral são consideradas positivas por gerarem

²⁵⁴ Militante. Entrevista militante. 07mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

produtos que beneficiam os moradores, além de darem visibilidade à ocupação em diferentes meios sociais.

Em 2013 o cineasta argentino Carlos Pronzato lançou o filme documentário *Dandara: Enquanto Morar for um Privilégio, Ocupar é um Direito* (Figura 28). O filme gravado durante o ano de 2013 contava a história dos primeiros 4 anos da ocupação, e foi importante para divulgar sua história. Ele era exibido em várias universidades e, na sequência, eram realizados debates com o cineasta, moradores, militantes das organizações políticas e outros que haviam participado (Figura 29).²⁵⁵

Vale destacar que todas essas ações foram importantes para conquistar uma opinião pública favorável à ocupação, no entanto, a imagem positiva leva a fazer muitas concessões. Para conquistar simpatias, pleitos e discursos facilmente se distanciam da realidade interna da ocupação. Vende-se a imagem de algo que não existe ali, conforme relata uma arquiteta e professora de um curso superior de Belo Horizonte,²⁵⁶ que desenvolveu um estudo para a instalação de um equipamento comunitário na Ocupação Dandara como trabalho didático.

A reunião era na igreja, com fulano, era umas três pessoas, digamos assim, a estrutura já estava organizada para receber. Isso é bom de certa forma, isso é melhor ainda para receber os alunos, com hora marcada e tudo certo, mais seguro e tudo mais. O que eu achei disso, o lado que eu não esperava, é que o discurso fosse tão perfeito, e só coisas positivas. Foi muito pouco de informações negativas dos próprios líderes. Essa foi uma grande contradição que os alunos perceberam e a gente também. Está tudo ótimo, mas, de certa forma, não está tudo ótimo. Os grupos voltaram para o levantamento desse diagnóstico. Quando eles não conversavam com as lideranças, eles começaram a conversar com algumas outras famílias, o discurso já era diferente, então eles já não falavam das coisas boas, falavam só das coisas ruins, que não era tão bom assim.²⁵⁷

Isso não significa que os envolvidos com a Ocupação Dandara sejam mentirosos. Na disputa por uma nova concepção de cidade, especialmente nos momentos que uma ameaça de despejo é iminente, suas narrativas minimizam conflitos reais para garantir uma imagem positiva. A conquista de simpatias acaba por

²⁵⁵ Aí passa pelo apoio externo, passa a envolver vários outros no problema, criar outras variáveis, divulgar, fazer documentário, enfim, tudo isso faz parte de elevar o custo político de um despejo. [Militante, 07 mar. 2014]

²⁵⁶ Curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Izabela Hendrix. A disciplina Atelier Integrado III desenvolveu, durante o 2º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013, o estudo do projeto da creche dentro da Ocupação Dandara.

²⁵⁷ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 24 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

abrir mão da crítica e lança mão de discursos ideológicos que minimizam o conflito, se colocando como um movimento pacífico, onde há uma unidade entre diferentes.

A minha diferença com essa militante é a seguinte. Eu acho que é mais diferença de classe mesmo. Porque ela tem um modo de pensar as coisas e eu tenho outro. É uma diferença enorme. Porque o mundo que eu vivo é o mundo da periferia, entendeu? E a galera não. A maioria deles não vivem na periferia. Eles vivem em outro mundo.²⁵⁸

Isso é uma contradição, mas, como diz um militante: ““Contradição não é um erro, é um fato da vida”.²⁵⁹ Eu complementaria que, por ser um fato da vida, temos que pensar sobre o que fazer para superá-lo e com isso vivenciar outras contradições que certamente virão.

A batalha jurídica prosseguiu: a Defensoria Pública em 2010 havia entrado com uma ação civil pública contra a proprietária, o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte, solicitando que o terreno fosse desapropriado e fosse destinado à moradia para as famílias. Em janeiro de 2014, o Juiz Manoel dos Reis Morais, da 6ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, esteve na Ocupação Dandara para vistoriar o terreno (Figura 30 e 31). Essa visita serviria para fundamentar sua decisão em relação à ação civil pública perpetrada pela Defensoria Pública. Acompanhei a ocasião como assessor técnico dos moradores — sempre sou chamado pelas organizações políticas ou pelos moradores para participar de momentos como esses.

2.2.4 Quarto momento na Ocupação Dandara (A entrada do Estado e as dificuldades com um cotidiano que continua distante da pauta)

2.2.4.1 Ocupando a prefeitura

O início da Ocupação Dandara coincidiu com o início da primeira gestão do prefeito Márcio Lacerda, que a entendeu como uma ação de resistência contra ele, pessoalmente:

A sabedoria política hoje imporá um posicionamento da prefeitura de deixar o pessoal ali. O problema é a neura política da prefeitura. Quando aconteceu a ocupação, o sentimento do prefeito é de que aquilo foi feito para testar ele.

²⁵⁸ Militante. Entrevista militante. 7 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁵⁹ Militante. Entrevista militante. 7 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

De jeito nenhum. Nos últimos cinquenta anos não teve ano sem ocupação de terra em Belo Horizonte.²⁶⁰

Importa lembrar que ele havia sido eleito com o apoio do presidente Lula e do governador Aécio Neves, na tentativa de construir uma aliança entre PT e PSDB. Tanto no nível nacional quanto no nível local, essa aliança foi interpretada como imposição dos caciques partidários. Em Belo Horizonte, parte do PT a apoiou e compôs a chapa, indicando o vice-prefeito Roberto de Carvalho, mas outra parte ficou insatisfeita e não aderiu à administração de Lacerda. Ao prefeito recém-eleito, a Ocupação Dandara parecia uma ação desses setores. A pouca disposição em dialogar com os movimentos sociais,²⁶¹ típica das instituições do Estado, foi agravada por essa paranoia do prefeito.

Porque a prefeitura joga com esta falta de organização do movimento popular para poder fazer o que ela tem interesse em fazer. Esse Vila Viva, não sei se você já entrou nele, mas ele é imenso, chega rasgando tudo, não tem associação comunitária, não tem liderança, não tem nada.²⁶²

Em todos os anos de suas duas administrações, ele se recusou a negociar com as ocupações urbanas. A única exceção foi em 30 de julho de 2013 (Figura 1), quando moradores acamparam na porta de seu gabinete, na sede da prefeitura, e ele foi obrigado a dialogar e assinar um acordo que depois daria margem à criação do Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S).

Aquilo foi o ápice. Nós aproveitamos a conjuntura muito favorável de junho de 2013. Aproveitando isso resolvemos realizar um ato político que sintetizasse o acúmulo desses quatro anos de luta, desde que Dandara nasceu, Eliana Silva, Camilo Torres, tudo que a gente acumulou para concentrar em uma luta, e saímos extremamente vitoriosos porque a projeção política que ganhou a luta das comunidades foi impressionante, porque saímos com um acordo que pela primeira vez na história do Município de Belo Horizonte reconhecia como legítimas as comunidades construídas com ocupações urbanas. Isso representa um reconhecimento oficial, simbólico, ideológico, político de que as ocupações urbanas são legítimas.²⁶³

²⁶⁰ Agente Público. Entrevista agente público. 22 out. 2009. Entrevista concedida a GG.

²⁶¹ O primeiro inimigo ou adversário direto de uma ocupação é o Estado, é o poder público, não é o capital imobiliário materializado na empresa que é a proprietária do imóvel — é também, mas o imediato é o poder público. É o Estado, Estado capitalista encarnado, seja na figura do gestor público municipal, seja do governador do estado, seja do governo federal. [Militante, 19 nov. 2013]

²⁶² Agente Público. Entrevista agente público. 22 out. 2009. Entrevista concedida a GG.

²⁶³ Militante. Entrevista militante. 19 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

Esse momento é um marco na retomada de uma ação institucional na luta política das ocupações urbanas de Belo Horizonte. Até então essa luta se dava numa estratégia de ação direta pacífica, conduzida por agentes sociais apesar do Estado ou contra o Estado. Essa reunião reinaugura uma nova estratégia, a ação institucional,²⁶⁴ quando a disputa se dá dentro das instâncias institucionalizadas, condição que, em outros momentos da história das lutas populares em Belo Horizonte, tinha mostrado grande potencial de cooptação.

É importante lembrar sempre que o Estado é em última instância algo que restringe a liberdade, o princípio do controle é sua essência. Sendo assim, a cooptação em processos participativos é da natureza do Estado e das instituições. Movimentos sociais que se colocam críticos aos procedimentos institucionalizados tendem a ser, via de regra, criminalizados. Nessas situações, é importante ter claro que não existe políticas públicas e instâncias participativas que sejam insurgentes, não há um Estado capitalista que vá negar seus fundamentos, como a propriedade privada e a realização do lucro. Dessa maneira, a luta institucional é sempre limitada e, mesmo quando aparenta aberturas, exige reservas, os objetivos não explícitos querem sempre controlar insurgências como as ocupações urbanas.²⁶⁵

O controle das insurgências ocorre pela repressão pura e simples, mas também pela omissão. Por exemplo, o governo estadual mineiro nessas ocasiões não se posicionava. Apesar de ser o responsável por uma eventual reintegração de posse, ele se esquivava do desgaste político, a Polícia Militar se manteve estacionada em frente à ocupação durante os primeiros 2 anos, entretanto, a instância administrativa não ia além dessa medida de controle, se manteve omissa: “Então o Estado já lavou as mãos, inclusive a própria advogada falou comigo que cada vez que corria a pergunta na mesa, o Estado virava a cara e falavam “não tem nada a perguntar”. Durante as quatro horas que nós ficamos lá, o Estado não se opôs a nada”.²⁶⁶ Na Ocupação Dandara a Prefeitura de Belo Horizonte ficou com o desgaste, construído a partir da postura intransigente do prefeito Márcio Lacerda, colocando a Dandara como ilegítima e se negando ao diálogo.

²⁶⁴ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp.55-56.

²⁶⁵ SOUZA, Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado, 2010, pp. 26–29.

²⁶⁶ Morador. Entrevista morador. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

O prefeito Marcio Lacerda nos últimos 5 anos conseguiu construir pelo Minha Casa Minha Vida, para famílias de 0 a 3 salários mínimos, 600 “apertamentos”. Enquanto o povo organizado, os pobres das ocupações Camilo Torres, Dandara, Irma Dorothy, Zilah Spósito Helena Greco, Eliana Silva, já construíram mais de 2000 moradias, saindo da cruz do aluguel.²⁶⁷

2.2.4.2 Reurb-s Dandara: incorporar para manter as coisas como são

Esse panorama muda a partir de 2017, quando o REURB-S começa a ser implementado na gestão do prefeito Alexandre Kalil. Ainda na campanha eleitoral, Kalil se aproximou das ocupações da Izidora — na época, as de maior visibilidade — e se comprometeu a solucionar o conflito. Entretanto, foi nas ocupações mais antigas que essa promessa começou a avançar, especialmente na Dandara. Eu estava afastado dela desde o final de 2011; apenas era chamado para um ou outro evento. Quando a prefeitura começou, no final de 2017, a realizar reuniões na ocupação para apresentar a proposta de REURB-S Dandara, que ganhou o nome de PRU Dandara,²⁶⁸ eu soube do assunto pela mídia (Figura 2) e fui à ocupação conversar com uma liderança que representava os moradores nesse processo. Ela me convidou a acompanhar as reuniões que ocorriam aos sábados. Particpei algumas vezes e percebi que havia dificuldade de entendimento dos moradores em relação ao que era apresentado pelos técnicos. Ao término das reuniões, ficava com os moradores esclarecendo o que havia sido dito.

Apesar de o PRU Dandara ser marcado por uma elaboração distante do cotidiano local, diferente dos primeiros anos da ocupação quando as decisões quanto ao terreno ocupado eram tomadas entre os assessores técnicos e os moradores, ele é compreendido entre os moradores como uma conquista da comunidade. Nas reuniões com os agentes públicos (Figura 3), há um maior cuidado na condução dos diferentes aspectos que têm sido desenvolvidos. Os moradores acompanhavam com afinco esses momentos.

Inclusive eu estava falando que a Prefeitura de Belo Horizonte, ao invés de construir minha casa minha vida, está aprendendo com a gente. Como uma comunidade entra em um espaço físico que não tem nada, constrói esses tipos de casa em menos de um ano, enquanto eles levam de dois a três anos para construir esses prediozinhos deles, então eles ficam assim “esse pessoal deve ter alguma coisa que eles desenvolvem mais rápido do que a gente que tem o dinheiro, tem o capital”.²⁶⁹

²⁶⁷ Militante. Entrevista militante. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

²⁶⁸ Plano de Regularização Urbanística (PRU) da comunidade Dandara.

²⁶⁹ Morador. Entrevista morador. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Existem evidências de práticas clientelistas, contudo, ainda é perceptível um controle do processo pelos moradores, sem uma simples imposição das escolhas de projeto por parte dos agentes que conduzem o trabalho. A incorporação de alguns preceitos do planejamento tanto na construção das casas quanto numa melhor compreensão dos procedimentos institucionalizados adotados pelos agentes públicos foi importante para que essa atuação ocorresse com maior cuidado.²⁷⁰

Durante esse período as organizações políticas que iniciaram a ocupação e a acompanharam durante vários anos não tinham o mesmo engajamento de outros tempos. Vários motivos levaram a isso, dentre os quais destaco o acompanhamento das ocupações da Izidora entre 2013 e 2017, período marcado por muitos episódios de ameaça de despejo a essas ocupações, demandando muito envolvimento dos militantes no acompanhamento desse conflito. Isso favoreceu a retirada das questões estruturais do movimento — as desigualdades sócio-espaciais que justificam a ocupação — da pauta da Dandara, conferindo-se prioridade ao atendimento de demandas pontuais do terreno ocupado. Estrategicamente, a presença das organizações políticas coloca preocupações que não se restringem a questões imediatas, podendo regular a entrada do planejamento institucionalizado, no intuito de que essa presença não se restrinja as práticas clientelistas, ensejando um ativismo paroquial.

Nesses contextos a distinção entre ativismo paroquial ou manipulado e movimentos combativos não é fácil, especialmente, quando nos aproximamos das situações analisadas, como assevera Marcelo Lopes de Souza.²⁷¹ Nesse momento na Ocupação Dandara, são satisfeitas demandas pontuais como a instalação de contêineres para o atendimento de posto de saúde (Figura 4), o asfaltamento de algumas ruas (Figura 5), intervenções que levam para o interior da ocupação atividades que melhoram a qualidade de vida dos ocupantes, mas que pouco avançam nas questões estruturais que levaram ao surgimento da ocupação.

²⁷⁰ Lembrando sempre do requisito da autonomia, eu acho que a Dandara é um exemplo lindo disso, de uma construção conjunta em que houve um respeito à autonomia da comunidade por mais que isso implicasse num projeto mais recuado do ponto de vista da radicalidade, não rompeu com o lote individual, mas que ao mesmo tempo trouxe elementos muito inovadores, tanto dos equipamentos coletivos, a manutenção por um período considerável, de cerca de quatro anos da área de preservação ambiental, isso foi muito importante. [Militante, 19 nov. 2013]

²⁷¹ SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006, pp.279—280.

2.2.4.3 A APP: Planejamento Institucionalizado versus Cotidiano

Dentre as questões que ficam em aberto, há a dificuldade do planejamento institucionalizado em compreender as disputas e as contradições internas, como a ocupação da área de preservação permanente (APP) no entorno do Córrego Olhos d'Água desde 2014 (Figuras 6 e 7). A polêmica gira em torno das casas que haviam sido construídas na área.²⁷² Pela proposta do PRU-Dandara, seriam removidas, o que teria várias consequências. O plano original de 2009 respeitava a APP, e isso se manteve até 2014. Depois, a área começou a ser comercializada por agentes externos à ocupação. As pessoas que compraram os terrenos não participaram dos processos de luta e são mais abastadas e politicamente mais influentes do que os moradores originais da ocupação. Não só construíram casas muito melhores, como conseguiram uma audiência na Câmara dos Vereadores, no final de 2017, questionando a remoção prevista no PRU-Dandara. Essa é uma questão que não foi resolvida e impede a continuidade de parte do plano. Acredito que não será possível avançar sem negociar com esses agentes, mesmo que eu discorde dessa ocupação pelo impacto ambiental que ela promove. Softwares de geoprocessamento não resolvem situações como essa. O grupo tem grande força na região, com representantes partidários e por intermédio das igrejas pentecostais instaladas na ocupação e nos bairros do entorno. Por mais oportunista que seja a sua ação, eles têm conseguido avançar suas pautas.

Ainda sobre a apropriação desses terrenos, é importante lembrar que as áreas verdes presentes nos planos urbanos das ocupações, como nesse caso, são percebidas entre os moradores como estratégicas dentro de uma perspectiva imediata

²⁷² Morador: Na época, quando eu cheguei aqui, já tinham demarcado. Quando eu vim pra cá que eu morava de aluguel, o pessoal já tinha feito casa na área da preservação.

GG: Aqui teve gente que comprou lote aqui ou foram todas ocupação mesmo?

Morador: Isso foi ocupado.

GG: Não teve venda aqui não?

Morador: Nem pode vender, né? [Morador, 19 fev. 2014]

Esse aí já é o seguinte, a advogada passou pro juiz, passou na frente de todos, a responsabilidade é do Estado, porque a gente segurou esse terreno por quase três anos e meio e o Estado não tomou postura nenhuma de fazer um parque, de fechar ou de qualquer coisa e deixou que isso acontecesse, então a comunidade e a organização fizeram o que pôde, avisou várias vezes, o Estado não tomou posição nenhuma. [Morador, 30 jan. 2014]

de acesso à moradia. As áreas são preservadas nos primeiros momentos porque existe um entendimento entre eles de que ao preservar a ação terá uma visibilidade política positiva perante o restante da cidade. Com a consolidação, constroem-se moradias dentro dessas áreas (Figuras 8 a 11).

Eu fiquei revoltada, hiper revoltada quando levei o caso da área verde, isso me deixou muito revoltada, eu sou muito chorona, eu chorei muito porque eu me senti desvalorizada, eu senti se eu tivesse levando uma fofoca e eu senti que todo mundo olhou pra mim pensando: “ela traz fofoca pra reunião”. Hoje eles falam comigo, no dia que eu levei a questão da área verde que estavam começando a levantar um barraco dentro da área, eles estavam cercando tudo, piquetando tudo a área verde, se eles tivessem dando mais um pouco de atenção nós não estaríamos com esse problema.²⁷³

Esse dentro da área verde a gente alerta, o pessoal não deve ocupar essas áreas, cuida pra que isso não aconteça, tanto é que não podemos avançar mais justamente pra que isso não acontecesse, ou seja, adentrar área de preservação permanente. Quando conversamos com eles o porquê deles estarem ali, eles não falam nada.²⁷⁴

Do meu ponto de vista isso aconteceu por causa de poder. A maioria dessas pessoas que estão fazendo essas ocupações, a maioria não são da própria comunidade. São das vilas ao redor. Acho que o poder paralelo é o maior problema.²⁷⁵

Essa demarcação de terreno é promovida muitas vezes pelos próprios moradores com o apoio de agentes vizinhos que também demandam moradia e não contam com o apoio das organizações políticas e seus apoiadores. Considero esse um dos fracassos da Ocupação Dandara, que não conseguiu avançar ainda em estratégias de pedagogia sócio-espacial que contribuam para a compreensão do papel ambiental dessas áreas para toda a região onde a ocupação acontece.²⁷⁶

2.2.4.4 Aproximações delicadas

Apesar dessas dificuldades e contradições, o PRU-Dandara tem sido explorado pela gestão do prefeito Alexandre Kalil como um dos trabalhos desenvolvidos como política habitacional em Belo Horizonte (Figura 12). Durante a eleição municipal de 2020, o prefeito, candidato à reeleição, explorou-o como uma de suas realizações na

²⁷³ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁷⁴ Morador. Entrevista morador. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁷⁵ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁷⁶

gestão 2017/2020. Uma das lideranças locais se candidatou a vereadora pelo mesmo partido, evidenciando a estratégia que as lideranças locais adotaram nos últimos anos: a aproximação com as instituições estatais para avançar na luta política na conquista do território ocupado (Figura 13).²⁷⁷

Essa situação atual do grupo sócio-espacial da Ocupação Dandara e sua relação com a atual administração municipal²⁷⁸ tem semelhanças com estratégias de governabilidade observada por Zibechi em outros governos na América Latina.²⁷⁹ Ele entende que esses governos supostamente “progressistas” ocorridos nas últimas décadas não são necessariamente traidores, mas, como ele argumenta, são portadores de uma governabilidade que promove um atropelamento dos espaços de autonomia conquistados pelos movimentos sociais latino-americanos durante as experiências de redemocratização e de exclusão histórica das políticas públicas dos diferentes governos locais,²⁸⁰ uma situação similar ao que ocorreu com governos municipais nos anos 1990 e 2000, quando as gestões incorporaram militantes dos movimentos sociais de luta por moradia da cidade na política habitacional e utilizaram as estratégias de cooptação e pouco avançaram na ampliação do acesso à moradia em Belo Horizonte. A percepção dos moradores é que a atuação do Estado em suas várias instâncias é dificultar a sua vida, não são tratados como um agente político a ser respeitado. Isso leva a buscar alternativas para resolver seus problemas

²⁷⁷ Não faz trabalho de base, ficam sendo porta-voz do povo com a pastinha embaixo do braço pedindo favores a prefeitura e ganhando benefícios. [Apoiador, 01 mar. 2013]

²⁷⁸ O projeto do prefeito Márcio Lacerda era fortalecer cada vez mais a cidade como mercado, como empresa, e expulsando os pobres, e os pobres estão sentindo isso gradativamente cada vez mais, e tão sentindo que se unir e se organizar, então, esse conflito eu acho que ele vai parir algo muito positivo. [...] Então chega num determinado momento que quem está no poder tem que falar: “Olha, ou eu me abro pra participar de negociação, de discussão, de diálogo, para entrar em outro paradigma, ou eu vou ser nocauteado”. [Militante, 18 dez. 2013]

²⁷⁹ ZIBECCHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, pp. 148–149.

²⁸⁰ Nós fomos criados com muito aperto, uma coisa que minha mãe dizia: “Fome com esperança de comer não é fome”. É nisso que eu acredito até hoje. Uma coisa eu digo eu não vejo condições em Belo Horizonte de você passar fome, no interior sim, a chance de passar fome e muito maior, por que eu mesmo já passei muita fome quando morei lá. O que a gente recebia pelo trabalho mal dava pra sobreviver, tinha as contas pra pagar, por que nos era pobre, mas não ficava devendo ninguém. [...] Eles tem uma ilusão de achar que só pro que você veio pra cidade você está rico e eu falo com eles que eles estão muito melhor que a gente em Belo Horizonte, o pouco que eles tem lá e melhor do que a gente tem aqui, principalmente alguns que já se aposentaram e ainda tem bolsa família, tem bolsa escola, estão melhor que a gente. Hoje lá tem luz por todos os lados. A primeira cama que eu dormi foi aqui em Belo Horizonte era um sofá de solteiro, como eu trabalhava minha mãe falou que eu tinha que dormir melhor, mas os outros forravam o chão para dormir. Quando eu cheguei me oferecerem serviço em uma chácara, estava passando na rua e me ofereceram de morar e cuidar dessa chácara. Mas ele não pagava salário, era só pra morar mesmo, mas o dono era muito bacana e cedeu umas cama com colchão de capim, aí nós ficamos nessa chácara muito tempo. [Morador, 03 jan. 2014]

cotidianos sem recorrer às instituições e serem submetidos a processos que não controlam.

Aqui eu não vejo problema, e, sim solução, porque, se o próprio poder tivesse consciência do que é uma luta pra avançar, nós teríamos menos problemas do que temos hoje. O poder que eu falo e o Estado, se eles tivessem tomado a obrigação de ajudar a gente, vissem como nós somos, um povo de luta e organizado que quer trabalhar, é um povo que quer moradia e só precisamos de ajuda. [...] Isso é muito humilhante pro povo, por isso que eu morando aqui não voltei em posto mais, minha saúde é Deus, eu não vou ficar me humilhando no pé de ninguém pra me dar um papel pra eu fazer uma consulta. Eu mesmo já fiz muitas reuniões por causa disso e falo [que] é melhor tomar um chá na sua casa do que depender desse povo que não está nem aí pra ninguém e é isso que indigna a gente. Por isso o povo vai ficando, ou fica atento, ou fica violento, porque isso é muito humilhante, eu não vou.²⁸¹

2.2.4.5 Afinidades convergentes

A atuação do poder público municipal na Ocupação Dandara levou os seus técnicos a buscarem uma aproximação com a assessoria técnica que já a acompanhava. Alguns eventos foram promovidos na busca de um alinhamento, eu mesmo fui convidado a participar de alguns encontros como palestrante e falar sobre minha experiência, como o ocorrido num seminário realizado na Escola de Arquitetura da UFMG em 2019 em comemoração aos vinte e cinco anos da política habitacional de Belo Horizonte (Figura 14), reunindo agentes envolvidos com diferentes momentos da formulação e implementação dessa política. No fechamento desse seminário, participaram agentes envolvidos com as ocupações, numa clara tentativa de estabelecer diálogos entre aqueles e as instâncias institucionalizadas. Os debates não chegaram a grandes avanços, mas evidenciaram a abertura de ambos os lados para construir agendas convergentes.

Essas convergências suscitam preocupações que atravessam as discussões dos profissionais da produção social do espaço e sua relação com o Estado e as instituições. As diferentes interpretações quanto ao papel do Estado contribuem para a atuação das assessorias junto aos grupos sócio-espaciais formados com as ocupações urbanas, como a estadocêntrica, a estadofóbica e a estadocrítica. Essa discussão se relaciona a outra quanto à terminologia de assistência ou assessoria técnica. Esta é tratada como meramente semântica, o que não é verdade. A assistência técnica passa por uma atuação institucionalizada, ao passo que a assessoria técnica se fundamenta na ação direta, apesar de algumas experiências

²⁸¹ Morador. Entrevista morador. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

que se deram também a partir do Estado, como em São Paulo durante a gestão de Luíza Erundina ou em Ipatinga na gestão do Chico Ferramenta nos anos 1990. Isso pode parecer pouco, mas não é: na concepção da assistência, a dimensão institucional assume grande peso, conferindo-se grande destaque ao profissional da produção do espaço; na de assessoria há um maior equilíbrio entre o profissional e o produtor do espaço.

Na Ocupação Dandara houve um esforço em desenvolver um trabalho de assessoria técnica, com várias contradições que foram indicadas nesta narrativa que ora se encerra, que permitiu reflexões acerca dessa atuação e de sua suposta neutralidade, que acaba por transferir para o público atendido uma prática que não é a dele, como se todos os humanos fossem iguais e não construíssem trajetórias sociais que os diferenciassem. Por trás disso está a postura cientificista que marca a ciência moderna e que também influencia a arquitetura, o discurso competente. Considero importante esse destaque neste momento de tentativas de convergências frente à atuação do poder público municipal junto ao grupo sócio-espacial da Ocupação Dandara.

A presença dos arquitetos tem sido importante na luta política das ocupações de Belo Horizonte. A aliança desses profissionais com moradores e organizações políticas confere-lhes um poder de resistência que o discurso político por si só não tem. A primeira vantagem que a atuação dos arquitetos traz para as ocupações urbanas é a elaboração de argumentos técnicos que fortalecem os argumentos políticos, principalmente o do direito à moradia.

O argumento técnico [...] dava muita luta política. No dia das audiências, no argumento político todo mundo estava bem afiado. Na hora que chegava a urbel colocando que era área de risco, porque tinha uma declividade, todo mundo calava. [...] A gente tem que ter o argumento técnico. Nisso a arquitetura entra muito forte.²⁸²

Mesmo numa atuação que se pretende assessoria técnica, essa questão do discurso competente está presente e é utilizada pelo grupo sócio-espacial a seu favor na disputa política conforme demonstra o testemunho acima, o que reforça a percepção de que qualquer apoio das institucionalidades da sociedade burguesa deve ser visto sempre com ressalvas — a meu ver, esse cuidado deve ser ainda maior quanto o Estado se faz presente numa disputa como a Ocupação Dandara. Os

²⁸² Apoiador. Entrevista agente público. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

aplausos de um grupo que tem predisposição para explorar os setores populares indicam necessidade de cautela e de estar sempre em alerta ao que se faz. Um Estado e suas institucionalidades, que antes reprimiam e se transformam num parceiro, têm um alto preço.

2.3 Ocupação Eliana Silva

2.3.1 Primeiro contato

Na madrugada entre 20 e 21 de abril de 2012, o grupo de cento e cinquenta famílias adentrou o primeiro dos terrenos da Ocupação Eliana Silva.

Era uma hora da manhã, logo que entramos no terreno chegou a polícia, tinha até helicóptero e várias viaturas, foi uma pressão gigantesca. Nós ficamos a madrugada inteira numa tensão muito grande. Aí chegou o pessoal da OAB, chegou o pessoal da CPT, entre outros apoios, setor do movimento estudantil e sindical.²⁸³

A Ocupação Eliana Silva é um assentamento urbano na região do Barreiro, também em Belo Horizonte (Figura 1), nas proximidades do município de Ibirité. Nessa ocupação conheci o MLB, Movimento de Luta em Bairros Vilas e Favelas, que atuava na cidade desde a década de 1990. O MLB realizou ocupações urbanas em vários lugares do Brasil (na Paraíba, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte), além da Ocupação Corumbiara em Belo Horizonte em 1996. A Ocupação Eliana Silva foi uma das ações de retomada de ocupações urbanas na capital de Minas Gerais (Figura 2).

Meu envolvimento com a Ocupação Eliana Silva se iniciou com um telefonema de um militante me convidando para conhecer a ocupação que começara na madrugada anterior, em 21 de abril de 2012, num terreno vizinho à Ocupação Camilo Torres. No dia seguinte, segui para lá e, no caminho, encontrei outros militantes das organizações políticas que participavam da Ocupação Dandara. Na entrada do terreno, deparamo-nos com aquele rigoroso esquema de controle usual no início das ocupações e, atrás dele, o aglomerado de barracos de lona com um largo no meio (Figura 3). Informei que estava ali a convite, e, assim, uma militante me levou ao encontro de quem havia me convidado. Ele me apresentou a vários moradores e a uma liderança do MLB. Depois o acompanhamos a uma assembleia (Figuras 4 e 5). Um apoiador que também estava presente foi apresentado no evento como “Dr. fulano, advogado da Ocupação Dandara”, e eu, como “Dr. GG, arquiteto da Ocupação Dandara”.

²⁸³Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

A Ocupação Eliana Silva ocorreu em dois momentos e em dois locais diferentes, ambos as margens da Avenida Perimetral do distrito industrial do Vale do Jatobá, no bairro Santa Rita (Figura 6). Esse caso foi minha primeira experiência de despejo, considero este um dos aspectos importante a ser destacado, evidenciando os seus desafios e dificuldades na minha formação como assessor técnico de arquitetura e urbanismo nas ocupações urbanas de Belo Horizonte e região. Detalharei mais este momento, mas antes contextualizarei a ocupação e como chegamos ao evento fatídico e à reorganização da ação de resistência que ainda hoje se mantém e dessa forma se tornou uma das mais importantes ocupações da cidade. A primeira tentativa ocorreu num terreno público, envolvendo cento e cinquenta famílias, número que aumentou nos primeiros dias. Ela começou em 21 de abril de 2012, mas foi interrompida dia 11 de maio de 2012, com o argumento de que o terreno se tratava de uma Zona de Preservação Ambiental (ZPAM), o que justificaria sua remoção.²⁸⁴ A segunda tentativa, num terreno particular, vago havia décadas, envolveu cerca de duzentas e cinquenta famílias. Esta se iniciou em 24 de agosto de 2012 e ainda está em curso. O terreno da segunda ocupação é classificado como ZE, zona também predominante no seu entorno imediato, ao lado de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Essas questões do zoneamento são destacadas pela importância que adquiriram no início da ocupação como argumento para seu despejo e depois sua manutenção (Figura 7).

A primeira Ocupação Eliana Silva foi preparada por nove meses. O MLB constituiu núcleos no Barreiro e em alguns outros bairros, na perspectiva de uma reorganização de suas bases. Segundo um militante e morador, esse processo resultou de encontros estaduais do movimento e culminou no Terceiro Congresso Nacional do MLB, em outubro de 2011, na decisão em promover uma ocupação em Belo Horizonte com o objetivo de mobilização de suas bases na cidade. Essa mobilização se dava em bairros e vilas próximos ao local onde seria a ocupação — a região do Barreiro era desde os primórdios da organização, sua região privilegiada de atuação. Uma coordenadora das Ocupações Eliana Silva I e II, que morava de favor

²⁸⁴De fato, ali havia sido uma Zona de Grandes Equipamentos (ZE), prevista para uso industrial, até 2000. Nesse ano, a Lei 8.137 passou a classificar parte da área como ZPAM devido à presença de cursos d'água contribuintes da bacia do Ribeirão Arrudas.

na casa de parentes na Vila Santa Rita, relata como entrou em contato com o MLB e aderiu ao movimento.

Eu peguei um mosquitinho que falava assim: "Lute pela casa própria, você que mora de aluguel ou de favor, venha conhecer o movimento". Era isso. O MLB não falava nada de ocupação. Eu fui porque falou "Lute pela casa própria". Eu falei, caramba, preciso lutar pela casa própria. Na verdade, nem era pra mim, meu primeiro pensamento não era pra mim mesma. E eu falei, vou lá ver o que é isso. Às vezes é um caminho pra eu conquistar a casa da minha mãe. E é muito engraçado que, assim, eu não fiz nenhuma ligação à prefeitura na hora. Eu fico pensando isso hoje porque eu que, na hora que eu peguei, eu pensei assim: "Se pela prefeitura eu não consegui...". Meu primeiro pensamento foi esse. Minha mãe estava inscrita no Minha Casa Minha Vida quando fez a primeira inscrição, então meu primeiro pensamento foi esse: "Talvez aqui eu consiga alguma coisa".²⁸⁵

As pessoas interessadas começavam a participar de reuniões de preparação para a ocupação. Além disso, foi estruturada uma rede de apoio antes da ocupação propriamente dita, "para que, nos primeiros dez minutos de entrada no terreno, já pudéssemos divulgar nos blogs, lançar no Facebook, contactar a imprensa".²⁸⁶ Ela funcionou durante todo o processo, incluindo a fase do despejo e a segunda ocupação: "essa parte da comunicação e da rede de apoio é central, porque se ficarmos isolados, nós não damos conta"²⁸⁷.

Nesse primeiro contato foi possível conhecer parte dos moradores. Chamou à atenção a presença de vários operários da construção civil,²⁸⁸ evangélicos,²⁸⁹ além de ocupantes que moravam de favor na casa de parentes ou pagavam aluguéis em

²⁸⁵ Moradora. Entrevista moradora. 11 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁸⁶ Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

²⁸⁷ Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

²⁸⁸ Morador: Quando eles descobriram que eu era morador, que eu estava na ocupação Eliana Silva, acho que foi um dos motivos que eles me dispensaram. Trabalhei durante cinco anos e nunca teve motivo nenhum.

GG: Qual empresa é?

Morador: Construtora Emccamp. Em frente da Escola de Arquitetura.

GG: Aí, quando eles descobriram, você acha que isso pode ter motivado?

Morador: Pode ser que sim. A gente que mora em ocupação é igual quem mora em favela. É muito discriminado. Porque, quando você fala o local onde você mora, você vê a indiferença que o cara faz, só no olhar que ele te olha, você vê a diferença. Pra eles, o cara que mora na favela ou numa ocupação é tudo bandido, todo mundo é ladrão. Sendo que noventa e nove por cento do pessoal que mora em uma favela é todo mundo trabalhador, honesto e pai de família. [Morador, 06 mar. 2014]

²⁸⁹ Mas eu sei que daqui um, dois ou três dias elas iam ter problemas de novo, com alimentação e eu me sentia muito mal, porque eu resolvia o problema pela metade, eu ajudava uma questão de segundos, não ajudava, não resolvia parte do problema daquelas famílias. E o brinquedo a roupa era o mínimo, não é nada perto do monte de problema que aquele povo tinha, então eu me sentia com vontade de fazer mais alguma coisa, não conseguia não sabia o que. [Moradora, 11 fev. 2014]

imóveis nas proximidades,²⁹⁰ a mesma situação encontrada entre os moradores da Ocupação Dandara.

Também nessa oportunidade me atentei para o fato de que o MLB era uma organização política que dirigia mais o processo, diferente das outras organizações com as quais eu estava envolvido, que se comportavam como apoiadores e se mantinham mais distante do cotidiano das ocupações que conduziam. Aquela foi uma primeira impressão que se confirmou com o passar dos anos.

Quando vamos tomar uma decisão, elas aceitam e é engraçado quando a gente leva pra assembleia as pessoas votam, mas sempre perguntam “e o que você acha?”. Então pra elas o que a coordenação fizer não é ruim, se a coordenação amanhã decidir alguma coisa, a comunidade por mais que não é a favor apoia porque a coordenação decidiu.²⁹¹

Por exemplo, de dentro da ocupação é feita uma reunião com a coordenação a coordenação apoia, aí faz uma assembleia, leva para os moradores na assembleia aprovarem. Nunca é tomada só uma decisão nossa. Nem minha, nem de qualquer outra pessoa que faça parte do movimento, na direção do movimento. A gente faz a reunião, depois convoca a assembleia, diz que foi decidido na reunião isso, isso e isso, aí, os moradores que irão aprovar. Se eles aprovarem a gente faz. Se não aprovar, vai ver uma maneira melhor de aprovar, junto com os moradores.²⁹²

Aquilo que eu falei de dogmático a MLB me parece o principal assim, “somos assim assado”, uma coisa mais cheio de regras mais cheio de disciplina que tem haver com a concepção política deles também.²⁹³

Devo confessar que essa postura mais dirigista me incomodou, afinal sou um representante da classe média e compartilho de crenças como uma ‘liberdade individual’ que permite que faça as minhas escolhas sem ser dirigido por outros agentes.²⁹⁴ Aquela condição me pareceu ser propícia para atropelamentos das

²⁹⁰ Agora minha mãe ela sempre pagou aluguel, depois que ela separou do meu pai ela sempre pagou aluguel, quando ela estava com ele não, porque a gente morava na casa da minha vó e tal, mas depois que ela separou do meu pai ela sempre pagou aluguel, isso é uma coisa que me incomodava muito minha mãe trabalhava muito pra pagar aluguel e as vezes eu via dela passar dificuldade financeira dentro de casa e ela pagava um aluguel caro, porque ela tinha muitos filhos e tinha que alugar uma casa grande, maior que o normal e assim o aluguel era muito caro. Minha mãe é vendedora ambulante, ela trabalhava muito, ela vendia rodo vassoura na rua assim, trabalhava muito e isso sempre me incomodou depois que eu casei me incomodava mais ainda, porque ai eu não podia nem ajudar ela tanto, igual eu ajudava antes. [Moradora, 11 fev. 2014]

²⁹¹ Militante. Entrevista militante. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁹² Morador. Entrevista morador. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁹³ Apoiador. Entrevista apoiador. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

²⁹⁴ GG: Você acha que você vê a revolução?

Moradora: Com certeza, eu acho, eu tenho esperança disso, eu não sei se eu consigo participar, atuar nela, mas quero tá viva pra ver, eu acho que a gente vive um período novo, diferente se você me perguntasse isso há 5 anos atrás eu iria dizer que não, mas a gente vive hoje um período diferente eu não acho que o povo acordou, porque eu acho que o povo nunca dormiu, mas acho que o povo tá mais afim, com menos medo de ir pra luta, já tá escaldado e agora acho que atingiu uma outra classe que

vontades em nome de uma organização que eu pouco conhecia.²⁹⁵ É importante destacar que ainda compartilho, por mais que eu busque criticá-la, de uma postura que é recorrente no meio acadêmico, observada por Souza entre os alunos de graduação: “Oriundos, em um país como o Brasil, majoritariamente da ‘classe média’, um número significativo de jovens estudantes anseia por ‘fazer algo prático’ visando a contribuir para diminuir a injustiça social”.²⁹⁶ Essa preocupação — a qual se manifesta em trabalhos acadêmicos que sejam interessantes no nosso meio, mas que também sejam socialmente úteis — inspirou a minha aproximação da Ocupação Eliana Silva, uma condição que ainda mantenho e inspira esta tese.²⁹⁷

Nesse primeiro contato fui convidado a apoiar no desenvolvimento de um plano urbano para apropriação do terreno. Como no encontro inicial com os moradores da Ocupação Dandara, nesse dia eu falava com todos sobre as características físico-ambientais do terreno (que já conhecia pelo trabalho anterior na Ocupação Camilo Torres) e da pressão imobiliária que observávamos nas proximidades com a construção de vários conjuntos habitacionais.²⁹⁸ Mencionei que estávamos na bacia dos córregos Mineirão e Olaria, junto às primeiras nascentes do Ribeirão Arrudas (Figuras 8 a 10),²⁹⁹ disse também que o solo era de filitos e que a infiltração de esgoto

não é a mais baixa, a classe média está sendo atingida também, então ela começou a dar uma acordada, essa aí de fato tá acordando, porque a daqui tá acordada à muito tempo.

GG: Você se considera uma pessoa da classe média?

Moradora: Não, jamais, nunca. Eu acho que essa classificação que eles criaram aí de classe é uma coisa absurda, eu não sei o que é classe média mais, eu não consigo dizer o que é classe média, mas não me considero jamais acho que a gente é classe baixa, só que infelizmente a gente tem hoje uma linha ainda abaixo da pobreza que é muito mais complicado, porque hoje a gente é pobre mas a gente consegue comer.

GG: Você se considera pobre?

Moradora: Me considero pobre.

GG: Você sempre foi pobre?

Moradora: Sempre fui pobre, hoje mais, do que um certo momento da vida, sempre fui pobre, de família pobre a vida inteira, eu acho que a gente tá convencendo o povo pobre de que ele é classe média, o cara conquista uma casa e já é classe média. [Moradora, 14 fev. 2014]

²⁹⁵ Existe uma hierarquização de poder, de cargo, de quem é quem, inclusive assim é uma coisa que também me espanta porque eles combatem essa hierarquização, reproduzem essa hierarquização e lutam pelo socialismo. [Apoiador, 13 fev. 2014]

²⁹⁶ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 32; 33.

²⁹⁷ Eu sinto com o MLB mais paixão, mas no sentido de paixão de entrega, eu sinto uma entrega total assim das pessoas. Isso eu acho lindo assim, a pessoa ela acredita naquilo e se entrega, mas se entrega mesmo. O MLB é assim, eu acho que as pessoas largam tudo, o movimento se torna a vida das pessoas. E isso eu acho que cria um diferencial que é esse diferencial da entrega. Amor total por aquilo. [Apoiadora, 26 dez. 2013]

²⁹⁸ Não sei se você reparou que aquela região ali da Camilo, da Dorothy e da Eliane, ela está sendo “comida” pela MRV. Ela produziu um empreendimento lá e vem só puxando. [Morador 13 fev. 2014]

²⁹⁹ Ali passa um córrego sujo, mas tem que respeitar os limites, o pessoal ter consciência de respeitar os limites. Eu tinha alguma noção, ali antigamente passava uma nascente e hoje não existe mais, de

teria um impacto maior do que em outros lugares por isso (Figura 11). Numa reunião mais reservada, pediram para esclarecer melhor as questões ambientais. A conversa anterior havia despertado a curiosidade das lideranças e dos representantes do MLB. Perguntaram-me, nessa hora, sobre a propriedade do terreno, mas eu não tinha essa informação. Disse-lhes que suspeitava ser pública por estar classificada como Zona de Proteção Ambiental (ZPAM). Pelos estudos que eu havia realizado sobre a Ocupação Camilo Torres, imaginava que, no parcelamento do distrito industrial a região considerada ZPAM foi aprovada no projeto como área verde, e, pela Lei 6.766, que regula o parcelamento do solo, essas áreas são públicas.³⁰⁰ A informação causou certo desânimo já que fragilizava a presença das famílias no local.

2.3.2 Eliana Silva e a Ocupação Corumbiara

A ocupação recebeu o nome Eliana Silva (Figura 12) em homenagem à liderança homônima moradora da Ocupação Corumbiara e uma das fundadoras do MLB. Desde os anos 1990, Eliana Silva era uma militante de destaque na cidade na luta por moradia.

Sim, quem era do MLB era a Godinho, a Eliana Goldinho, que os companheiros chamam de Eliana Silva, Zezinho Lana, Belinha Lana, Toninho da FAMOB, eu, Samuel e um grande núcleo aqui da região do barreiro, e eles também tinham uma atuação na região de Venda Nova, e lá tinha Dona Heloisa e alguns outros lá da região.³⁰¹

Ela havia falecido em 22 de janeiro de 2009. Alguns moradores da ocupação a conheceram, mas uma ampla maioria não. Contudo, a homenagem proporcionou uma memória afetiva que levou vários moradores a se identificarem com a homenageada, manifestando uma relação de proximidade como se a conhecessem.

tanto lixo que foi jogado em cima. A coordenação falou que tinha que respeitar, de lá de baixo até aqui em cima, trinta metros. Porque isso aqui é considerado como se fosse mina. A mina já acabou há muitos anos. Inclusive até gente da prefeitura vinha e jogava lixo ali. Entendemos que ali tinha que ser preservado. No começo algumas pessoas não iam, porque a liderança vai brigar, o pessoal da arquitetura vai brigar, porque eles que fizeram o projeto. Depois, eles foram tendo consciência que além de não descer e a gente não querer que descessem, eles se conscientizaram. Quando ela chega lá embaixo passando da Vila Pinho, fica poluída. Mas ela nasce limpa aqui dentro. Então hoje, se eu quiser chegar lá embaixo e beber daquela água, eu posso beber. Ela nasce aqui dentro. Eu sei de onde ela está nascendo. [Morador, 6 mar. 2014]

³⁰⁰ Primeiro chegou um sargento e um soldado. Um sargentinho novinho, todo arrogante, com cara de uns vinte e poucos anos: “Tem que ver, tem que olhar no projeto”. Foi falado que o terreno era da Prefeitura. Eu disse: “Tem prova que é da Prefeitura?” Ele só abriu o projeto e disse: “Esse aqui é da Prefeitura, porque é área ambiental”. [Morador, 06/03/2014]

³⁰¹ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Ela era uma pessoa super bacana. Ela nasceu pra ajudar os outros. Não só porque era do movimento, do que dependesse dela, estava pronta para ajudar. Fosse com cesta básica ou para levar uma pessoa para o hospital, remédio. Até pra construir uma casa. Nem que ela pegasse e fizesse mutirão com as pessoas para pegar e ajudar. Ela sempre foi uma pessoa super bacana. O que ela viveu foi pra ajudar as pessoas.³⁰²

Não, não tive o prazer. É engraçado porque eu não conheci, mas eu a conheço. É muito engraçado. É uma pessoa assim que eu queria conhecer muito, queria muito ter conhecido ela, escuto muito falar dela, uma mulher muito guerreira, muito presente, eu hoje converso com muitas pessoas que moram na Vila Corumbiara, aí, quando elas falam da Eliana Silva, o olho enche de lágrimas, muito bonito isso, muito bonito. Ela foi uma pessoa muito amada, muito querida, muito guerreira, então eu não conheci ela pessoalmente, eu não vi, eu não sentei, eu não conversei, mas a pessoa dela ainda está viva, engraçado isso, porque eu não consigo imaginar Eliana como uma pessoa morta enterrada e aí ficam as ideias dela, eu consigo imaginar a Eliana uma pessoa presente, a Eliana ela atua no meu dia a dia. É muito engraçado isso que várias das coisas que a gente vai fazer eu penso assim: “Poxa se fosse a Eliana, o que ela faria?” Isso me dá muito ânimo, é muito bom assim, as ideias dela ela está muito viva, ela se faz muito presente.³⁰³

A Ocupação Eliana Silva tem um forte vínculo com a Ocupação Corumbiara,³⁰⁴ começando pelo nome que homenageia uma de suas lideranças, além de vários ocupantes serem aparentados e alguns já terem morado na Corumbiara. Essa ocupação é considerada como uma das primeiras ocorridas na cidade com estratégias semelhantes às que seriam retomadas em 2008 com a Camilo Torres.³⁰⁵ Ela se iniciou ainda no último ano da gestão de Patrus Ananias, em 1996 (Figuras 13 e 14). A insatisfação com a dificuldade de se efetivar a política habitacional proposta por aquela gestão deu origem à Ocupação Corumbiara, ocorrida num terreno particular na região do Barreiro, no Vale do Jatobá. Sua organização foi feita pela Liga Operária (LOP) e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR).³⁰⁶ As 379 famílias

³⁰² Morador. Entrevista morador. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁰³ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁰⁴ A Ocupação Corumbiara recebeu esse nome em homenagem aos mortos num conflito em 1995 entre camponeses sem-terra e forças militares do Estado de Rondônia, que ficou conhecido como Massacre de Corumbiara. Existem divergências sobre o número de mortos: o governo local reconheceu dezesseis vítimas, mas os camponeses sem terra afirmam que morreram mais de cem pessoas na ocasião.

³⁰⁵ Foi um movimento organizado, as pessoas que organizam eram militantes do PCR, e tinha um movimento que eu não me lembro do nome, mas muito embrionário, LPM, Luta por Moradia, tinha uma organização. [Militante, 27 dez. 2013]

³⁰⁶ O movimento que é diferente do partido, por que o partido vai ter outro papel, o partido é a organização que luta pela transformação mais radical mais profunda da sociedade, então partido tem o objetivo central em fazer uma revolução a luta pelo socialismo, o trabalho amplo e geral na sociedade por que o MLB por mais amplo que ele seja ele tem limites né ele é um movimento de atuação em bairros, favelas, pela reforma urbana, mas ele tem seus limites ele é um movimento para isso, ele não vai conseguir por exemplo organizar os trabalhadores, os operários, ele a te ajuda os operários na questão de moradia, mas ele não é um movimento próprio da classe dos trabalhadores. [Militante, 27 dez. 2013]

participantes haviam integrado núcleos de sem casa e vinham se engajando no Orçamento Participativo da Habitação (OPH), mas perceberam que a oferta formal de moradias por essa via era ínfima diante da demanda. Bedê observa que se desenvolveu a partir disso uma forma de organização popular até então incomum em Belo Horizonte, com demarcação regular de vias e lotes, cercamento da área, vigilância constante e revista de visitantes. Segundo Bedê, a Prefeitura não quis envolver a Polícia Militar, para evitar um confronto violento.³⁰⁷ Já no imaginário dos movimentos sociais, há uma história de confronto — e, portanto, de luta direta — relacionada a essa ocupação.

Na época foi o pessoal do PCR e o pessoal da LOP, da Liga Operária. Eles tinham vindo de um processo de despejo de uma ocupação que teve em Betim, onde houve até mortes — em uma ocupação de terra, a reintegração de posse é pesada. Parece que mataram dois ou três. Aí iniciaram a ocupação na Vila Corumbiara. A princípio houve uma resistência muito grande por parte da prefeitura. O Patrú, apesar de eles falarem que ele era bonzinho... no começo foi feito um cerco, a polícia ficava lá vinte e quatro horas.³⁰⁸

Hoje, a Ocupação Corumbiara está consolidada como um bairro, em processo de regularização fundiária.³⁰⁹ Como dito acima, para a fase mais recente de

Tem um jeito que pode resolver o problema das pessoas de fato, que não vai ser um problema de instante que você vai dar uma alegria de instante para as pessoas, que dá para resolver o problema das pessoas por um todo, fazer as pessoas serem mais felizes, então foi essa minha decisão de ingressar no PCR, eu quero participar, foi esse partido que eu escolhi isso há 1 ano e meio, 2 anos atrás, todos os dias eu reafirmo, eu tenho mais certeza que estou no lugar certo no partido certo, convivendo com as pessoas certas e travando uma luta certa. Então eu tenho muito orgulho e foi esse meu caminho para entrar no PCR. O MLB é um movimento de massas, então não tem um papel da MLB dentro do PCR, ele é um movimento de massas, então tem várias pessoas que são da MLB e não são da PCR e a gente sabe distinguir isso muito bem. E elas têm o mesmo direito de participar porque não é um movimento do PCR é um movimento onde as pessoas do PCR estão, eu vejo assim, é um movimento que o PCR criou, um movimento da Eliana Silva lá atrás, a companheira que ajudou a fundar o MLB, e que era do PCR, então eu vejo assim. Mas não é um movimento do PCR não, porque tem vários militantes aqui que são do MLB, minha mãe, por exemplo, ela é uma militante do MLB e não é do PCR. É um movimento de massas, mas que tem uma linha política pelo PCR. [Moradora, 16 fev. 2014]

³⁰⁷ BEDÊ, Trajetória da formulação e implantação da pol. hab. de Belo Horizonte, 2005, pp. 221–222.

³⁰⁸ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁰⁹ A Vila Corumbiara foi tão bem delimitada as ruas, o parcelamento do solo, que ela foi regularizada, tem até título de posse, então eu sempre pesquisei pra procurar saber se teve alguma arquiteto, mas, pelo que a gente sabe, não, foi o povão mesmo que pegou o terreno mediu e dividiu e ficou maravilhoso. Tanto que a gente não conheceu muito da legislação vigente e ela se adequou, tanto que eles conseguiram o título de posse. [Militante, 27 dez. 2013]

O processo de repressão foi grande, mas houve um apoio muito grande dos setores médios. Os sindicatos dos professores, estudantes, pessoas ligadas aos direitos humanos. Acabou que venceu o cerco da prefeitura e o cerco da polícia. O processo foi vitorioso. Basicamente a prefeitura só conseguir dar uma “porrada” no negócio mesmo no final, porque agora titulação do local parece que fizeram uma

ocupações urbanas, ela representa uma espécie de mito de fundação. Além disso, originou-se ali o MLB. Depois da Corumbiara, as ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais cessaram em Belo Horizonte durante uma década, intervalo que coincide com o período que a política habitacional da prefeitura se institucionaliza, levando os grupos de sem casa a nutrir a esperança de acessar a moradia própria por intermédio da prefeitura. Mas foram poucos os avanços nas políticas habitacionais dos municípios da RMBH e houve uma neutralização institucional dos canais participativos que deveriam servir para a luta por tais avanços.

Fizeram um pacto com a prefeitura do PT, que o Patrus tinha chegado em [19]92 se não me falha... [19]93 na administração, e começou a fazer uma política avançada, ainda mais em relação ao que tinha antes em Belo Horizonte! Progressista. E os movimentos de moradia embarcaram de que era possível pela via institucional criar um projeto habitacional, uma forma de construção de moradia, estabelecendo uma fila etc., que conseguisse resolver o problema. Foi ilusão. Fazer política habitacional sem se chocar, e eu tô falando se chocar mesmo, enfrentamento direto com a especulação imobiliária, é conto da carochinha.³¹⁰

Esse enfrentamento entre setores dos movimentos de luta por moradia de Belo Horizonte e as instituições municipais marcaria uma relação pautada pela repressão e pouco diálogo entre as partes (Figura 15), condição também inaugurada pela Corumbiara que se manteve na Eliana Silva:

Essa política habitacional, que foi até avançada no início, ela faliu. E a Vila Corumbiara já no início mostrou que essa política ela tava já fadada ao fracasso. A Vila Corumbiara nasce botando em xeque essa política habitacional. Houve uma repressão gigantesca, embora num governo avançado popular, mas teve muita repressão, batalhão de choque.³¹¹ Olha, o que eu sei da ocupação da Vila Corumbiara, que, na época, ela foi muito sofrida. A Polícia Militar fez um cerco com um aparato militar muito grande. Não deixava entrar comida, água. Então, quando era de noite, o pessoal se escondia pelos fundos da ocupação, num córrego, daquela mina que vem do pé da serra, que ainda era limpo e eles conseguiram chegar até esse córrego e alguma noite escondido pegar alguma comida que conseguiam tirar escondido, que a Polícia Militar, durante quinze, vinte dias, não deixavam entrar nada. Então na época foi muito complicado. O aparato militar que foi colocado lá. A polícia ficava vinte e quatro horas fechado direto. Foi muito complicado. As pessoas de lá que conversam, que estavam na época lá, foi muito complicado, teve gente que desistiu. Não aguentava a pressão e muitas vezes não chegava nem comida no próprio dia. Eles

negociação do título não vir como Corumbiara, veio Jatobá 6 ou Jatobá 7. Os moradores aceitaram. [Militante, 16 fev. 2014]

³¹⁰Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

³¹¹Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

conseguiram entrar com comida no outro dia, à noite, no mato, escondido pra polícia não tomar.³¹²

Essa dificuldade que a Ocupação Corumbiara enfrentou em 1996 era presente na memória de vários moradores da Ocupação Eliana Silva e sempre lembrada nas assembleias e reuniões nos primeiros dias da ocupação (Figura 16). O receio, então, se tornou realidade quando a ocupação completou três semanas, com o despejo em 11 de maio de 2012. Antes desse dia, a assessoria técnica iniciou seus trabalhos participando de reuniões e discutindo os procedimentos para uma imediata ocupação de todo o terreno ocupado com um projeto urbanístico que buscasse atender as legislações pertinentes, apesar da classificação do terreno como uma área ambiental. Para isso entrei em contato com arquitetos e estudantes no intuito de verificar o interesse em participar da elaboração do plano, e assim formamos uma equipe de trabalho (Figura 17).³¹³

Parte dela era proveniente da que havia participado na negociação da Ocupação Dandara com a proprietária em 2011. Com informações a partir de uma base pública da cidade, nós constatamos que havia duas nascentes dentro do terreno, ele apresentava uma declividade média de dezesseis por cento. Num primeiro estudo, propusemos um arruamento de duas vias principais, configurando um “t”. De uma dessas vias que desceria a encosta, partiriam outras, que terminariam em cul-de-sacs no limite com a área de proteção da nascente e dos cursos d’água. Cada lote teria duas unidades habitacionais.

2.3.3 Redescoberta de saberes e os estudos de um plano urbano

Em 30 de abril apresentamos esse esboço de plano urbano para a avaliação dos moradores e do MLB (Figura 18). Participaram dessa reunião os coordenadores assentados e representantes da organização política. Neste momento percebi, mais uma vez, o cuidado e um maior controle da organização no processo de ocupação do

³¹²Morador. Entrevista morador. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

³¹³Arquitetura é coisa pra rico, num é isso que a gente ouve falar? Mas eu lembro do primeiro contato que eu tive, da primeira visita de vocês, a gente na barraca de lona que era a creche, a gente vendo o projeto, eu achava aquilo coisa de louco: “não acredito que esse povo vai fazer isso”. Era o máximo, o primeiro contato com a arquitetura foi esse, foi fantástico, uma das coisas que faz segurar o Eliana. E sempre foi muito legal, porque não era uma coisa que vinha pronta. Eu gosto dessas coisas que vêm pra gente fazer, que não vêm pronta sabe, não é um serviço contratado, é um povo que sentou, fez, discutiu e perguntou o que era melhor, o que vocês querem, o que vocês esperam e foi muito legal. Isso foi muito importante e a gente sempre teve muito orgulho disso. Qualquer problema que tem na ocupação a gente fala: “Vamos ver com o pessoal da arquitetura”. Vocês, arquitetos, estão presente em tudo na história da ocupação. [Moradora, 14 fev. 2014]

terreno, parte de seus militantes eram também moradores, uma situação que não havia vivenciado na Ocupação Dandara. Na abertura da reunião, apresentamos o levantamento topográfico e indicamos as características físicas a respeitar: as nascentes e a declividade acentuada em alguns pontos, que impedia sua ocupação com casas. A maioria dos presentes desconhecia a representação com curvas de nível. Com o engajamento que caracterizava esse grupo sócio-espacial, vimos a necessidade de explicar os significados daquele tipo de desenho. Havia um interesse em compreender a linguagem técnica que, até então, eu não tinha constatado em experiências anteriores (Figura 19). Também apresentamos o esboço do plano urbano. Os moradores argumentaram que as ruas sem saída seriam ruins para a circulação de carros, principalmente com a declividade acentuada que dificultaria as manobras. Questionaram também o procedimento de demarcação, já que não teríamos equipamentos sofisticados para isso. Explicamos que tomaríamos por referência marcos físicos como o muro do lote vizinho, as nascentes e os cursos d'água. Depois percorremos o terreno juntos.

Esse primeiro momento foi maravilhoso, eu lembro de várias coisas, eu lembro da visita de vocês, da gente andando pela primeira vez e medindo os espaços lá perto do muro. Ver vocês como arquiteto foi uma sensação de menos esquecido, sensação de que a gente não está sozinho. A arquitetura como outras coisas como a advocacia é muito distante do povo, todos falando no megafone, só tinha esse sentimento, nós não estamos sozinhos, agora é mais fácil ficar aqui, chegou alguns sindicatos, eu senti isso quando chegou outros profissionais de outras áreas, quando chegou a geografia, a sensação de nós não estamos sozinhos mesmo, essa foi minha primeira sensação.³¹⁴

Um morador retomou sua experiência de medição de terrenos e identificação de nascentes, que deixara de praticar desde quando viera do campo para a cidade e achava que havia esquecido (Figura 20). Ele ia explicando aos outros a localização e o sentido da área de proteção da nascente e do curso d'água no terreno.

Não vê, pra mim, podia colocar casa em tudo que não ia ser diferente, hoje passei a ter um olhar diferente. O povo não consegue entender, porque, se tem uma nascente de fato que brota água, o povo vai respeitar, às vezes não respeita porque vai jogar o esgoto porque não tem onde jogar, porque precisa jogar, mas se tivesse condição respeitava. Então, se a gente vê a água, a gente respeita, agora quando você não vê, tem um tanto de mato, área verde, preservação, a gente não consegue entender por que, tem tanta gente precisando de casa pra morar, pode ser um pedaço pequenininho, às vezes as pessoas chegam pra mim e falam: "Você pode me dar um pedacinho, não precisa de ser do tamanho de um lote, não". Quando a gente vê essa nascente que não é nascente a vontade é de ocupar tudo, vamos pôr casa

³¹⁴ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

até onde der e vamos estender mais uma, e mais uma, e mais uma, mas aí a gente consegue ver as coisas de uma outra forma e de entender que pra gente permanecer naquele espaço a gente precisa respeitar. Esse é um papel importante que a arquitetura teve. A gente levou isso para algumas reuniões nacionais do MLB, tem que respeitar os espaços, tem um certo limite, não é tudo que dá pra fazer, serviu pra mostrar que tem um certo limite, que dá pra fazer até certo ponto, a questão da nascente serviu pra mostrar que dá pra fazer até um certo ponto, a gente aprendeu a respeitar, porque no começo não foi fácil. [...] Eles chegam e falam: “Vocês têm um lote pra me dar?”, a gente fala que não, aí eles falam: “Mas e aquele tanto de terra vazia ali embaixo?”. Mas aí, até você explicar que “focinho de porco não é tomada” você já tem um problemão. Aí você começa a explicar que lá não pode, a planta do terreno e a maquete ajudam muito, a gente pega senta e mostra, tenta convencer as pessoas, mas por elas você não convence nada, por elas, elas moravam lá.³¹⁵

Essas verificações in loco foram importantes para que todos — nós e os moradores — compreendêssemos melhor as possibilidades e dificuldades de apropriação do lugar. Marcamos uma reunião de entrega do plano para a semana seguinte, no dia 8 de maio de 2012, numa universidade no centro de Belo Horizonte.

O plano da Ocupação Eliana Silva foi elaborado em reuniões diárias, no meu escritório e nas redes sociais (Figuras 21 e 22). Criamos um grupo fechado no Facebook para discuti-lo. Postávamos desenhos, e os participantes do grupo opinavam e enviavam propostas que eram incorporadas pela equipe presencial. Em 8 de maio, como previsto, reuniram-se os coordenadores, os moradores que formavam a equipe responsável pela implantação (todos profissionais da construção civil) e outros apoiadores da geografia. Para viabilizar a marcação desse plano no terreno apenas com uma trena, indicamos todas as medidas a partir de referências físicas fáceis de identificar (muro, córrego etc.). Por se tratar de uma ZPAM, uma característica central do plano urbano era a tentativa de promover a convivência dos moradores com a água no meio urbano. Pretendíamos recuperar e consolidar as áreas de montante para jusante, obedecendo aos processos naturais. Estabelecemos alguns princípios norteadores discutidos nessa entrega:

- Solução local e progressiva, proporcional à capacidade de ação construída coletivamente e à disponibilidade de recursos;
- Ação imediata para a limpeza da área, com a retirada do lixo e solução dos efeitos colaterais (ratos e outras pragas), revegetação e manutenção das cabeceiras e margens;

³¹⁵ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

- Mapeamento e quantificação das fontes poluidoras e situações de risco para o planejamento participativo das intervenções;
- Experimentação, aprimoramento e difusão dos processos de planejamento, decisão, gestão, gerenciamento e manutenção das intervenções mediante a formação e a capacitação profissional dos agentes envolvidos;
- Descentralização dos processos de coleta, disposição e tratamento de resíduos, mediante soluções tecnológicas favoráveis à acomodação dos impactos negativos da urbanização (lixo, esgoto etc.) na própria área em que são gerados;
- Soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental para edificações, sistemas de abastecimento, estabilização de encostas, acessos e pavimentação.

A partir desses princípios,³¹⁶ respeitando a relevância ambiental da área, o plano definiu lotes de 125m² com duas unidades habitacionais em cada um, totalizando 229 unidades.³¹⁷ Além disso, foram definidas três áreas institucionais (de 1.351m², 284m² e 1.235m²). Mais da metade dos 41.400m² do terreno foram destinados à área de preservação. Os cursos d'água fragmentavam os agrupamentos de lotes residenciais, mas a intenção era que córregos e nascentes fizessem parte do cotidiano dos moradores. Ruas e áreas públicas conformariam um cordão de proteção desses espaços, e poucos lotes dariam as costas às águas. Combinamos o início dos trabalhos para o sábado seguinte, 12 de maio, pela manhã. Os moradores organizariam as equipes de obra e as ferramentas, e nós buscaríamos mais apoiadores para ajudar (Figura 23).

2.3.4 Um despejo no meio do caminho

Na madrugada entre 10 e 11 de maio de 2012, começou uma grande movimentação na ocupação Eliana Silva, depois da notícia de que no dia seguinte

³¹⁶SILVA, Estratégias para a recuperação socioambiental do córrego do Pastinho (Morro das Pedras, BH/MG), 2007, pp. 25-33

³¹⁷Além dos 104 lotes de 125m², havia algumas exceções: oito lotes de 63m², um lote de 135m², um de 190m², um de 207m² e um de 302m².

seria realizada a reintegração de posse do terreno.³¹⁸ Os relatos de um apoiador e de uma coordenadora mostram como foi tensa aquela noite.

Eu estava dormindo e aí meu celular tocou, e do outro lado uma voz falou: “Olha, eu sou um oficial militar, estou aqui com uma insônia, não consigo dormir, estou com uma crise de consciência, eu resolvi te ligar, porque amanhã cedo vai acontecer o despejo da ocupação da Eliana Silva. Eles não avisaram vocês, mas eu quero te avisar, porque eu estou temendo que possa ter morte, e eu não posso me revelar”. Ao falar isso, ele desligou. Eu levantei e, das duas da madrugada até as cinco da manhã, fiquei escrevendo nota e telefonando para os apoios.³¹⁹

Durante a noite chamaram a gente e falaram: “Olha, pode ser que tenha um despejo. Teve uma denúncia e parece que um delegado ou alguém da polícia ligou falando. Então pode ser que tenha um despejo”. Eu lembro que a gente ficou muito tenso, e eu estive na portaria naquela noite, e a polícia passou e falou: “A batata de vocês está assando” e riu. Eu fiquei na ronda aquela madrugada até umas duas horas da manhã na portaria. Aí fui dormir, cochilar, porque a gente não dormia. E aí a gente marcou de levantar às cinco da manhã. Teve gente que nem dormiu. Eu, como tinha ficado na portaria, eu dormi. Às cinco horas da manhã, eu levantei e já tinha vários apoiadores na ocupação. Estavam os advogados, religiosos e várias pessoas... e a gente conversando o que ia fazer. E aí eu lembro que foi dito que eles não tinham nada, não tinham um mandado judicial, nada pra eles fazerem o despejo naquele momento, nada de concreto.³²⁰

Pela manhã, vi as notas publicadas em redes sociais. Era evidente a preocupação de todos com a ameaça de despejo imediato e a violência que isso poderia gerar. As notas esclareciam que a ação de despejo coletivo havia sido autorizada pela Juíza de Direito da 6ª Vara de Feitos da Fazenda Municipal da Comarca de Belo Horizonte em 26 de abril, mas que a assessoria jurídica da ocupação havia interposto um recurso de Embargo de Declaração para revogar a decisão, argumentando que os documentos do processo não comprovavam a propriedade do terreno pela PBH e que havia uma declaração de cartório informando a inexistência de averbação, matrícula e registro daquela área. As notas informavam também que, em 22 de abril, a PBH havia perdido a primeira liminar de despejo exatamente pela falta de prova documental da propriedade. Mas o principal, naquele momento, era o medo da truculência da polícia (Figuras 24 e 25).

As 350 famílias sem teto agrupadas no Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas — MLB — temem pelo despejo, porque no acampamento debaixo da lona preta, estão dormindo crianças de colo e recém-nascidas.

³¹⁸ Foi uma atitude maquiavélica, profundamente diabólica, de surpresa, sem avisar, desrespeitando os elementares direitos fundamentais da pessoa humana. A polícia chegou lá de surpresa, esperou grande parte do povo da ocupação sair pro trabalho, pra pegar, e aí eles congelaram o quilômetro de área da ocupação, e aí foi trinta e seis horas de resistência. [Militante, 18 dez. 2013]

³¹⁹ Militante. Entrevista militante. 18dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

³²⁰ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

A incursão da tropa de choque da POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS poderá colocar em risco de morte os ocupantes, uma vez que existem também pessoas com deficiência que não podem correr na hora do despejo. Há o risco iminente de massacre e morte de muitas pessoas com a entrada de policiais fortemente armados. O uso de gás lacrimogêneo, gás de pimenta, é letal para idosos e para crianças recém-nascidas ou menores de 05 (cinco) anos de idade. Pode haver também o risco de pisoteamento de pessoas no momento da confusão com a incursão das tropas da Polícia Militar.³²¹

De fato, a polícia cercou o terreno pela manhã,³²² impedindo qualquer saída ou entrada de moradores (Figuras 26 e 27). Um morador da ocupação conta como foram esses momentos.

Eu tinha saído da Eliana, tinha ido lá ao serviço avisar que eu não iria poder trabalhar no dia — que eu trabalhava aqui do lado da Vila Corumbiara, num conjunto de apartamentos que tem lá, dando uma manutenção. E eu saí, eram sete e meia da manhã e não tinha viatura nenhuma na rua. Na hora que eu cheguei lá, já chegou uma menina com carro lá e disse que a polícia estava cercando e tinha um galpão ao lado, que o segurança do galpão é policial e deixou um monte de viaturas lá. E, quando eu cheguei, não consegui entrar na Eliana. Algumas pessoas que saíram pra trabalhar, que trabalharam à noite, não conseguiram entrar.³²³

A informação sobre o cerco da polícia³²⁴ circulou nas redes sociais numa nota com letras em caixa alta expressando o desespero que se instalava.

URGENTE!!!!!!!!!!!!!! A POLÍCIA PROMOVE UM CERCO DE 1 KM DE RAIOS NA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA NÃO PERMITINDO O ACESSO DE QUALQUER UM ÀS PROXIMIDADES DA OCUPAÇÃO, INCLUSIVE A IMPRENSA. O APARATO POLICIAL É OSTENSIVO E PROMETEM

³²¹MOREIRA, G. Nota à imprensa para divulgação a eminência do despejo da Ocupação Eliana Silva, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/permalink/397174590326608/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

³²² Daqui de cima, a gente viu descendo um tanto de gente. Viatura da guarda municipal, da polícia militar. E gente, do movimento, sentiu na obrigação de descer e ajudar também. Como a gente teve muito apoio do pessoal de fora, de gente que a gente nunca nem viu na vida, vieram, saíram de lá de onde morava, pra vir pra cá. Quem tava com seus pertences lá dentro, cobertor, para o pessoal de fora se enrolar. A gente dentro do movimento sente nessa obrigação de, quando vê uma pessoa também nessa mesma situação, também ajudar. [Morador, 06 mar. 2014]

³²³ Morador. Entrevista morador. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

³²⁴ Aí, vieram quatrocentos e cinquenta homens do choque, do GATE, do GEPAR, cachorro, cavalaria... Uma truculência, batendo em crianças, mulheres, idosos. Teve uma professora que o pessoal do GATE bateram nela. Então foi na base da truculência que eles fizeram. Não apresentaram pedido de reintegração de posse, disseram que foi uma juíza que determinou a desocupação. Não deu prazo para o pessoal sair. Porque, na reintegração de posse, você tem o prazo pra sair no mínimo de setenta e duas horas pra desocupar o local, senão usariam da 'força policial' e nada disso foi avisado pra gente. Foi muito ruim. Foi muito ruim mesmo, eles vêm com truculência e depois soltam uma nota para o jornal e falam que foi feita uma desocupação pacífica, que não teve violência, não teve nada. Teve gente aí, crianças, até adultos, que tiveram que fazer tratamento psicológico por causa da truculência da Polícia Militar. [Morador, 06 mar. 2014]

PROMOVER A DESOCUPAÇÃO DO TERRENO DENTRO DE 45 MINUTOS.³²⁵

Enquanto a polícia cercava o terreno, uma comissão de moradores e militantes do MLB foi à cidade de Betim, onde a presidenta Dilma inauguraria naquele mesmo dia um conjunto habitacional do PMCMV. A intenção era lhe entregar um ofício, denunciando o despejo, para que ela suspendesse a reintegração de posse.³²⁶

Eu estava quase no meio do caminho, chegando em Betim, e alguém falou, cara, a polícia chegou aqui. [...] Minha vontade foi de voltar, mas eu já estava quase lá. Mas, assim, se a gente voltasse não tinha carta, e a esperança era entregar essa carta na mão da Dilma e ela mandar parar esse despejo.³²⁷

O então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, estava presente na inauguração do conjunto habitacional em Betim, acompanhando a presidenta. O episódio mostra a disparidade entre encenação e realidade política (Figuras 28 a 31).

Márcio Lacerda estava em cima do palco do lado da presidenta, na hora que o despejo da Eliana estava acontecendo, na hora ele estava em Betim e mandando beijo para a gente. Gritamos horrores para ele, você está fazendo o nosso despejo, o Eliana Silva está sendo despejado. Ao ouvir do que se tratava, ele parou de mandar beijos.³²⁸

Ao meio-dia, após entregar o ofício à presidenta Dilma, a comissão que voltava de Betim de carro já não conseguiu nem se aproximar da ocupação. Seguiram a pé e, embora a polícia não os deixasse entrar, viram que o despejo e o enfrentamento das famílias com a polícia estava acontecendo de fato. Como símbolo da retomada do terreno, os agentes do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) (Figura 32) demoliam os barracos e a única construção de alvenaria, que abrigava a cozinha e o centro

³²⁵ BITTENCOURT, R. Nota em redes sociais divulgando a iminência do despejo da Ocupação Eliana Silva, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

³²⁶ Estávamos muito longe da Dilma, tentando credenciamento e não conseguíamos, a gente fez uma maratona de corrida lá dentro pra tentar entrar, conseguimos, ainda estávamos muito longe de onde ela estava, mas a gente tinha conseguido entrar. Alguém ligou pra gente e falou: "Olha, a polícia invadiu e estão demolindo os barracos". Na hora que falaram isso, olhamos um para o outro e falamos: "E agora?" Um respondeu: "Agora vai ou racha". A gente estava com o ofício na mão: ou a gente entrega, ou a gente vai embora. Alguém falou: "Vamos entregar o ofício!" E nisso tinha mais três companheiras nossas com ofício tentando entrar, a gente empurrou a grade da segurança e fomos para dentro. A gente correndo a polícia, correndo dos seguranças no meio do povo, e conseguimos chegar onde a Dilma estava, aí nós entregamos o ofício em mãos e falamos: "Leia, a gente está sendo despejados agora". Ela disse que ia ler, a gente saiu de lá com pingo de esperança. [Moradora, 14 fev. 2014]

³²⁷ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³²⁸ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

comunitário, no local de um dos lotes coletivos previstos no plano apresentado no dia 8 de maio.

Estavam demolindo os barracos, a SLU estava lá dentro demolindo os barracos. Foi a cena mais horrível. Na hora que eu cheguei, eles estavam demolindo a cozinha. De fora a gente viu. Muita gente chorando, muita família do lado de fora, porque muita gente saiu pra levar filho para escola, muita gente. Muita gente não estava lá pra ver o despejo, tinha muita gente, tinha famílias separada, uns lá dentro outros de fora, e os que estavam lá de dentro tinham que resistir. Foi muito ruim.³²⁹

Durante todo o dia foi realizada a limpeza do terreno, mas a população se recusou a sair, argumentando que, se o terreno fosse mesmo público, poderiam ficar ali como qualquer cidadão. À noite, os moradores impedidos de entrar ficaram acampados numa rua próxima. Moradores das ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy, vizinhas da Eliana Silva, apoiaram sua resistência e suas manifestações durante toda a madrugada (Figuras 33 a 37).

A gente gritava de fora "MLB!", e eles respondiam "Essa luta é pra valer!". Tipo isso, puxava metade da palavra de ordem, eles respondiam. O pessoal da comunidade Camilo Torres e da Irmã Dorothy ajudou muito, muito, muito. Serviu comida, deu para gente coberta, deu água. O pessoal do lado de dentro estava sem água, sem comida. Por alguns momentos eu tentei entrar no terreno pelo lado de baixo, não consegui, polícia sempre atrás, não consegui entrar. Nessa noite a gente fala que dormiu do lado de fora, mas a gente não dormiu, ficamos acordados, vigiando, porque tínhamos medo da polícia fazer ruindade com alguém. Estava muito escuro, então, não tinha luz, eles cortaram a luz elétrica, tinha um holofote, mas estava virado pros carros da polícia. Então não dava pra ver. Se a polícia pegasse alguém, machucasse, batesse, não dava pra ver.³³⁰

A resistência se estendeu por dois dias.³³¹ Ficaram acampados até domingo, 13 de maio, quando levantaram acampamento e se abrigaram numa escola sindical na região (Figura 38).

³²⁹Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³³⁰Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³³¹ A gente não queria aquilo, quem ficou do lado de fora tinha esperança, do lado de dentro estava muito difícil. A gente tomou a decisão levou para assembleia por duas vezes, a assembleia aprovou que não tinha que sair, mas o movimento achava que tinha, tomamos a decisão sem levar pra assembleia, "vamos sair". Eu lembro de exatamente quando chegamos na assembleia e avisamos que íamos sair, falamos: "Nós vamos sair, temos que sair agora não tem como ficar, mas e a gente volta depois". A decisão foi tomada com toda a coordenação junta, aí eu sai e falei para as pessoas do lado de fora que a gente ia sair, foi muito ruim, muito ruim. As pessoas com a sensação de que perdemos, derrota, foi muito ruim, sair de lá de dentro foi muito triste, ver as pessoas saindo carregando o resto que tinha sobrado, fomos para um espaço que conseguimos. Fomos criar fôlego, eliminar a sensação de derrota. Ficar na ocupação mais uma noite seria suicídio, a gente ia sair de fato mais derrotado, não dava [Moradora, 14 fev. 2014]

Não tinha muito como resistir, as famílias estavam cansadas, não tinha como ir ao banheiro, eles quebraram tudo [...]. Eles levaram a geladeira, fogão, comida, botijão de gás, levaram tudo, não tinha comida, não tinha água, não tinha como resistir lá dentro, não tinha o que fazer. A gente decidiu, se a gente fica aqui, a gente fica sufocado. Daqui a pouco um tanto de gente vai ter que sair, porque vai estar passando mal. Ou a gente recua, fica mais forte e volta com mais força. Então essa foi a decisão, vamos sair, fortalecer e voltar. Não foi fácil, porque as pessoas não queriam sair, as famílias queriam ficar, mas a gente como movimento viu que, se elas ficassem ali, ia ser ruim, porque ia entrar num estado de mais precariedade ainda.

Era submeter as famílias ao absurdo.³³² Na mesma noite, o rapper paulista Emicida fez um show num local próximo. Ele soube do despejo e, durante o evento, fez um protesto público, acusando a polícia desse e de outros atos de repressão aos pobres nas periferias das cidades brasileiras. Foi detido logo depois do show por desacato a autoridade, o que teve enorme repercussão nacional. No dia seguinte, o despejo da Eliana Silva era manchete, inclusive num programa de televisão de grande audiência na época, o *cqc*, *Custe o Que Custar*. Esse fato deu visibilidade ao conflito, como mostra uma nota publicada pelo portal G1 (Figura 39).

O músico foi detido às 19h30, segundo disse ao G1 Evandro Fioti, que é produtor de Emicida e estava no local. Meia hora depois, o cantor publicou em seu perfil no Twitter a seguinte mensagem: “Fui preso por desacato a autoridade após o show em BH por causa da música dedo na ferida”.

Ele havia se apresentado num evento chamado Palco Hip Hop, que acontecia no bairro Barreiro e tinha entrada gratuita. Segundo relatos de policiais civis de plantão que registraram o TCO, policiais militares disseram que o cantor, no início de seu show, afirmou “que apoiava a invasão ao terreno Eliana Silva [conjunto habitacional] no Bairro Barreiro e também pediu que o público levantasse o dedo no meio e apontasse para os policiais militares”.

A assessoria de imprensa da Polícia Militar tinha dito anteriormente que Emicida fora detido, após o término da apresentação, por ter incitado o público a fazer gestos obscenos contra policiais militares do 41º Batalhão,

Ficamos 36 horas dentro do terreno. Uma certa hora, não dava pra ficar mais, porque na época o sol estava muito quente e não podia mais entrar água, comida, então, chegou uma certa hora que teve que sair. A liderança ligou pra gente aqui fora e disse pra fazermos uma assembléia e disse: “Eu estou fazendo uma assembléia aqui dentro, a gente vai ter que sair daqui de dentro, porque a situação está crítica. A comida que tinha aqui está acabando. O pessoal da Prefeitura e a Polícia Militar levaram fogão, botijão, mantimentos, levaram tudo embora.” A comida que foi feita na Camilo Torres e o que ficou nas panelas, eles cozinham em lenha seca, um apoiador conseguiu negociar com a polícia, porque tinha criança lá dentro e deixaram entrar a comida. Depois disso aí, eles não deixaram entrar mais nada. É isso, pronto, acabou. Tinha criança, idoso e como é que deixa eles sem água, comida, na resistência mais uma noite? Aí fomos obrigados a recuar. Ficamos numa casa de um pessoal da Igreja Católica, que cederam pra gente ficar aquele dia pra organizarmos o pessoal, porque tinha gente que não tinha mais onde morar. Tinha gente que tinha ficado desempregada, tinha sido despejada de casa de aluguel. Um 50 famílias foram alocadas em casas de outras pessoas para se organizarem de novo. [Morador, 06 mar. 2014]

³³²Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

que faziam o policiamento no evento, e contra políticos. A PM, no entanto, não soube informar se havia políticos presentes.³³³

2.3.5 Levantar e se recompor

Com a retaguarda dessa visibilidade, as famílias organizaram um acampamento de resistência na porta da prefeitura, na avenida Afonso Pena, e cobraram explicações do prefeito Márcio Lacerda sobre o despejo e sobre a ausência de uma política habitacional que atendesse a todos. O *Portal do Jornal Estado de Minas* veiculou a notícia (Figuras 40 a 43).

Famílias que foram despejadas da Ocupação Eliana Silva, no Barreiro, montaram acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte na manhã desta segunda-feira. O grupo ocupou a calçada da Avenida Afonso Pena, no Centro de BH, para protestar contra a ação de desocupação que retirou cerca de 350 famílias no terreno na Rua Perimetral, Bairro Santa Rita. Segundo coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Leonardo Pércles, a comunidade vai ficar acampada na prefeitura até conseguirem negociar com o prefeito Marcio Lacerda (PSB) uma moradia para as famílias. A Polícia Militar (PM) informou que são cerca de 70 pessoas na manifestação desta segunda. Segundo a BHTrans, o protesto deixou o trânsito lento na Afonso Pena, entre avenidas Amazonas e Álvares Cabral.³³⁴

A ocupação na porta da prefeitura se manteve por três semanas. Já nesses dias, participei de algumas reuniões em que as lideranças me sondaram para ajudar na organização de uma nova ocupação. Sua demanda era de pesquisa de terrenos na região, verificação dos parâmetros urbanísticos e construção de uma proposta de plano urbano. Queriam que, dessa vez, as famílias pudessem se dirigir aos seus lotes desde o primeiro momento da ocupação, consolidando-a quase que de imediato e dificultando novas tentativas de despejo.

O acampamento se estendeu por algumas semanas e, ali mesmo, começamos a conversar sobre uma nova ocupação. Para a escolha do lugar, consideramos que a justificativa legal para o despejo anterior havia sido o fato de se tratar de Zona de Proteção Ambiental e de ser um terreno de propriedade pública. Por trás da rapidez e eficiência da pbh em recuperá-lo, estava a preocupação com as eleições municipais no mês de outubro. Márcio Lacerda era candidato à reeleição e queria evitar que um

³³³EMICIDA é liberado após prisão em Belo Horizonte neste domingo. Portal G1. Publicado em 13 mai. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2012/05/emicida-e-liberado-apos-prisao-em-belo-horizonte-neste-domingo.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

³³⁴CRUZ, Luana. Famílias despejadas de terreno no Barreiro acampam na porta da prefeitura. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 14 mai. 2012. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/14/interna_gerais,294125/familias-despejadas-de-terreno-no-barreiro-acampam-na-porta-da-prefeitura.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ato de reintegração de posse contaminasse sua campanha. Estudamos então, com as lideranças do mlb, outros terrenos na região sem esses condicionantes. Um terreno próximo, de condição física muito parecida com o anterior, estava na Zona de Grandes Equipamentos (ZE) (Figura 44). Os geógrafos da Associação de Geógrafos Brasileiros — AGB, pesquisaram nos cartórios e descobriram que ele era composto por dois lotes de propriedade particular; o governo estadual os havia vendido a particulares para a formação do distrito industrial do Vale do Jatobá.

Depois dos dias de acampamento na porta da prefeitura, foi marcada uma assembleia na qual, contrariando as expectativas do MLB, as famílias despejadas compareceram em peso. “Então isso deu mais gás, porque você olhava e falava, cara, essas pessoas precisam, depois de um despejo violento desse, elas precisam muito.”³³⁵

De maio a agosto,³³⁶ encontramos sempre em lugares públicos e nunca falávamos sobre a nova ocupação pelo telefone. Havia a suspeita de que envolvidos com as ocupações urbanas estavam com os celulares grampeados. Para combinar reuniões e repassar informações, usávamos telefones públicos ou fixos, deixando recados e falando rapidamente para não sermos identificados. Também usamos codinomes e códigos para conversa ao telefone. Foi a primeira vez que assumi o codinome Giacomo Grassi. Nos encontros apresentávamos nossas descobertas sobre o local a ser ocupado, mas nunca dizíamos onde era. Apenas uma liderança do mlb tinha essa informação e pedia que não a revelássemos a mais ninguém, para não comprometermos a ação. Da equipe de arquitetura, somente eu conhecia o local e participava das reuniões; uma vez levei outro membro da equipe e pediram que ele saísse da sala. Parecia filme de espionagem. Eu achava tudo aquilo exagerado, mas era minha primeira experiência de organização de uma ocupação.

Em meados de julho de 2012, o momento mais favorável para uma nova ocupação parecia ter chegado. O quadro político municipal era de ruptura entre os partidos que compunham a base governista, pois o PSB, ao qual então pertencia o prefeito Márcio Lacerda, rompera a aliança eleitoral e administrativa com o PT. As lideranças viam essa situação com bons olhos; poderiam obter apoio, mesmo que

³³⁵ Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³³⁶ A gente foi reunindo e nesse período foi criando forças, ânimo. A gente tinha medo de outro despejo. Para reorganizar foi complicado, mas, com esses três meses de reunião, tínhamos certeza em ocupar lá de novo. [Militante, 14 fev. 2014]

informal, de vários políticos filiados ao PT. Além dessa conjuntura local, o momento da campanha eleitoral também era favorável, pois os candidatos evitariam conflitos.

A organização da nova ocupação incluiu também reuniões de preparação dos futuros moradores. Participei de uma delas, realizada numa área pública próxima ao terreno a ser ocupado. Fiz uma rápida apresentação da minha trajetória profissional, mas fui instruído pelo MLB a não dizer nada sobre o terreno escolhido, para que a notícia não se espalhasse e fosse utilizada contra a ação. O local da nova ocupação era conhecido por poucas lideranças³³⁷ e seria revelado aos demais somente no dia decisivo. Uma moradora que naquela ocasião se tornou um quadro do MLB só ficou sabendo qual terreno seria ocupado “cinco minutos antes”, no momento em que teve que informar o destino ao motorista do ônibus que levava às famílias para lá.

Fiquei sabendo cinco minutos antes porque o motorista do ônibus não queria andar, e eu era responsável pelo ônibus e precisava saber onde que era, aí eu falei: “O motorista não quer andar, eu preciso de falar para ele onde que é, o que eu faço?” Desci do ônibus e fui num carro que estava na frente acompanhando e perguntei onde que era. O motorista não sabia, me mostraram onde era, voltei pro ônibus e falei, mas, não, eu não sabia, fiquei sabendo cinco minutos antes de chegar aqui.³³⁸

2.3.6 Ocupar de novo

Na última reunião de organização da nova ocupação, foram discutidos aspectos jurídicos, para que não houvesse despejo imediato pela Polícia Militar, e foi definido o momento da entrada.

Na madrugada de 25 de agosto de 2012, as famílias ocuparam o terreno.

A preparação para o ato de ocupar um terreno se assemelha à descrição de Zibechi acerca dos procedimentos adotados no final de outubro de 1957 em Santiago para a ocupação do terreno que se tornaria uma das maiores *poblaciones* do Chile e da América Latina, a *población La Victoria*, semelhante aos preparativos para a Ocupação Eliana Silva II:

Na noite de 29 de outubro de 1957, um grupo de moradores de Zanjón de la Aguada, um bolsão de miséria de 35.000 pessoas, com cinco quilômetros de extensão e cem metros de largura, localizado no centro de Santiago, se mobilizou para realizar a primeira ocupação maciça e organizada de terras urbanas.³³⁹

³³⁷Umas das entrevistadas nesta pesquisa a partir da Ocupação Eliana Silva II assume um papel relevante na coordenação da nova ocupação e também dentro do MLB, a partir deste ponto não a tratarei mais como moradora e sim como militante da organização política.

³³⁸Militante. Entrevista militante. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³³⁹ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 40.

A ocupação de La Victoria conformou um padrão de ação social que iria se repetir durante as décadas seguintes até os dias atuais, não apenas no Chile, mas no resto da América Latina, com pequenas variações. Consiste na organização coletiva anterior à ocupação, a eleição cuidadora de um espaço adequado, a ação surpresa, preferencialmente durante a noite, a busca de um guarda-chuva legal com base nas relações com as igrejas ou os partidos políticos e a elaboração de um discurso legitimador da ação clandestina. Se a ocupação consegue resistir aos primeiros momentos em que as forças públicas tentam desalojo, é muito provável que os ocupantes consigam se assentar.³⁴⁰

Algumas poucas horas depois de entrar no terreno proposto, a Polícia Militar chegou e começou uma negociação, o MLB já tinha divulgado uma nota nas redes sociais (Figura 45).

Uma nova ação dá continuidade à luta das famílias da Ocupação Eliana Silva. Aguardando há mais de 3 meses por uma posição da prefeitura de Belo Horizonte para solucionar os problemas de cerca das 350 famílias, o movimento realizou uma nova ocupação pelo direito à moradia.

As famílias chegaram ao local na quarta-feira, dia 22 de agosto, e de forma discreta foram se organizando pacificamente na região do Barreiro. Coordenadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e determinadas a conquistar o direito humano universal de morar dignamente. As famílias esperam que dessa vez a prefeitura dialogue com o movimento. A nova investida das famílias é uma consequência do descaso da Prefeitura e do Governo do Estado frente ao déficit habitacional em Minas Gerais, que chega a índices alarmantes, como já foram denunciados pelos movimentos sociais e órgãos de imprensa. A ocupação mantém o nome de Eliana Silva em homenagem a uma das mais importantes lideranças da luta pela moradia digna para o povo pobre em BH.³⁴¹

Também o conselho tutelar foi chamado e queria retirar todas as crianças dali, o que deixaria as famílias muito vulneráveis (sem contar o trauma para as crianças) (Figura 46). O conselheiro tutelar acabou aceitando a permanência das crianças com a condição de que fosse construída uma creche, em alvenaria, até terça-feira, 28 de agosto. Os moradores toparam, enquanto a polícia indicava que impediria a entrada de materiais de construção no terreno. Isso desencadeou mais conflitos e, no início da tarde, alguns moradores e advogados do apoio foram detidos.

Cheguei ao terreno logo depois e percebi que, paradoxalmente, as detenções haviam dispersado os policiais, de modo que os ocupantes tiveram sossego para começar a erguer seus barracos de lona e o espaço mais importante nas primeiras semanas: a cozinha (Figura 47). A liderança pediu que eu indicasse onde construiriam

³⁴⁰Ibidem, p. 42.

³⁴¹MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. *Famílias da Eliana Silva promovem nova ocupação*. Ocupação Eliana Silva - MLB, 25 ago. 2012. Disponível em: <<http://ocupacaoeliansilva.blogspot.com.br/2012/08/familias-da-eliana-silva-promovem-nova.html?spref=fb>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

a creche. Escolhi um lugar perto de uma grande árvore, porque ela seria uma referência evidente na imagem de satélite e facilitaria a identificação do local no novo plano urbano, ainda a elaborar. Ficou agendada para a segunda-feira, 27 de agosto, uma reunião na Escola de Arquitetura da UFMG para discutirmos o plano urbano da Ocupação Eliana Silva II.

No dia previsto, reunimos um grupo de arquitetos, geógrafos, estudantes, moradores e representantes do mlb. Para discussão da proposta, fizemos uma maquete física do terreno (Figura 48), com uma imagem de satélite colada sobre as curvas de nível, e ensaiamos durante a conversa várias possibilidades do sistema viário com fita-crepe, uma estratégia que eu já havia utilizado na discussão da Ocupação Dandara (Figura 49).³⁴² Em um dos ensaios iniciais, as ruas eram perpendiculares às curvas de nível, o esgotamento sanitário seria direcionado para o fundo de vale e recolhido por um futuro ramal interceptor, ligado a outro que já havíamos identificado na rua Córrego Capão da Posse. Mas isso demandaria recursos e pressão junto ao poder público, para que o interceptor fosse construído logo e o esgoto não impactasse o córrego. Optamos então por vias diagonais em relação às curvas de nível, para que o esgotamento fosse dividido entre referida rua e a avenida Perimetral. Nessa proposta as vias principais teriam uma baixa declividade, prevendo o lançamento da maior parte do esgotamento sanitário na avenida Perimetral, onde identificamos um ramal interceptor de esgotos já instalado. As moradias seriam articuladas a essas vias através de alamedas de quatro metros de largura e teriam uma maior declividade. Os lotes dispostos ao longo das alamedas seriam paralelos às curvas de nível, gerando pouca movimentação de terra durante as construções.

Do plano da ocupação anterior, retomamos a proposta de lotes de 125m² com duas unidades por lote. Isso foi muito questionado pelos arquitetos que participavam pela primeira vez de um plano como aquele, mas logo perceberam que o grande número de unidades demandadas dificultaria o aumento dessas áreas. Segundo o cadastro do mlb, havia trezentas e cinquenta famílias na nova ocupação — cento e vinte a mais do que na primeira tentativa. Um dos arquitetos disse que deveriam então

³⁴² GG: Por que você acha que onde tem um arquiteto não vira favela?

Morador: Por causa do trabalho que ele faz. Você fez aquela maquete da Eliana Silva, o pessoal viu e ficou doido. Para o morador é um incentivo. Poxa, tem um arquiteto aqui! Então não vai virar favela! Então vou fazer isso, porque o arquiteto falou para a coordenação que tem que ser feito assim, que tem que abrir rua, vamos respeitar, vamos abrir a rua. E, se não tiver isso, ninguém respeita. [Morador, 6 mar. 2012]

escolher outro terreno, o que foi motivo de sorrisos constrangidos e jocosos dos militantes. Não era simples assim. Os moradores também tiveram ressalvas quanto aos lotes, mas não pela área, como era a preocupação dos arquitetos, e sim em razão do compartilhamento por duas famílias.³⁴³ Solicitaram que as unidades tivessem acessos independentes à via pública. Isso levou a uma configuração de pequenos lotes individuais, de 63m², e vias bem estreitas. Para a Ocupação Eliana Silva I, foi desenvolvida uma proposta de lotes com duas unidades habitacionais em cada. Essa proposta foi aceita pelos moradores, mas o despejo tornou impossível avaliar se seria mantida. Na Ocupação Eliana Silva II, a questão foi retomada, mas recusada pelos moradores. O lote individual era a situação que a maioria entendia como solução para a moradia urbana e acabou sendo a adotada. A urgência da situação não permitiu aprofundamento nas discussões, e os participantes usaram as referências que já conheciam. O lote individual é a solução hegemônica de parcelamento urbano, sendo inclusive já adotado em outras ocupações na região, como na Camilo Torres, Irmã Dorothy e Corumbiara: “Eu acho que esse ‘guezp’, essa mudança de postura do coletivo para o individual, ela é muito rápida dentro numa ocupação. Entendeu?”.³⁴⁴

Nesses estudos também foi desenvolvida a proposta de ocupação do terreno vizinho, na outra margem do córrego. Ainda na reunião de 27 de agosto, definimos as diretrizes gerais do plano urbano e marcamos a continuidade dos trabalhos para a noite seguinte, quando finalizamos o material para a reunião geral de 29 de agosto.

Nessa data, chegamos à ocupação no início da noite para apresentar a proposta. A reunião foi na cozinha, um galpão de lona ao lado da obra da creche, que já estava quase finalizada. A coordenação pediu que lhe mostrássemos a proposta antes de ela ser levada à assembleia, como estava previsto (Figura 50). Fariam a assembleia no dia seguinte se aprovassem nosso plano. Em meio ao movimento de preparação do jantar coletivo, organizamos uma mesa com caixotes e bancos, e mostramos os desenhos e a maquete na escala 1/1000. A coordenação aprovou a proposta, mas foi cética quanto à extensão ao terreno em frente, cujo proprietário, depois de ver a movimentação dos ocupantes, havia contratado uma vigilância em tempo integral. Além disso, a ampliação dobraria o território ocupado e exigiria um

³⁴³ Tem que abolir a grande propriedade, a pequena propriedade continua existindo, ela não é o problema, como diz Engels, os comunistas não impedem ninguém de se apropriar de produtos da sociedade, o que deve ser impedido é acumular capital, explorar os outros, isso é errado. [Militante, 27 dez. 2013]

³⁴⁴ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

acompanhamento mais efetivo da organização política. Uma das apoiadoras que havia ingressado na equipe para elaboração do plano se prontificou a auxiliar a coordenação na sua apresentação na assembleia do dia seguinte e sua posterior demarcação. Ela acabou morando no assentamento durante a demarcação do plano, que ocorreu durante o mês de setembro de 2012 (Figura 51).

2.3.7 Demarcando uma nova ocupação

O plano urbano apresentado à coordenação em 29 de agosto foi aprovado na assembleia pelos moradores no dia seguinte. Imediatamente iniciaram a implantação para evitar o despejo. Os trabalhos ocorriam durante a semana para driblar a fiscalização da polícia e da vizinhança, porém o final de semana era também o momento em que os moradores tinham condição de acompanhar e ajudar no processo de demarcação.³⁴⁵ Durante o mês de setembro, os trabalhos foram acelerados, pois havia o temor de que, com o fim do período eleitoral, pudesse ocorrer o despejo. Assim que a demarcação terminou, o MLB fez a distribuição dos lotes para que os moradores começassem a construir (Figuras 52 e 53).

Família que mais participava, que estava nas reuniões, que ia na assembleia, que estava nas comissões, elas iam recebendo pontos, depois você soma esses pontos e vê quem participou mais, aí você começa de pontuação 1 a 10, aí você começa com todo mundo que tá naqueles 10, depois os 9, 8, 7 até chegar no 1 que foi o que menos participou, mas todo mundo tem um lote, e aí a gente fazia isso, por exemplo as famílias que moram na Che Guevara, são de fato as famílias que participaram muito, foram os primeiros lotes distribuídos. Os lotes na beirada da rua, são para as pessoas que tem dificuldade de locomoção, pessoas idosas, a gente foi fazendo esse tipo de critério.³⁴⁶

Depois de três semanas, já havia vinte casas de alvenaria. O entusiasmo entre os ocupantes era bem maior do que na Eliana Silva I (Figura 54).

Não podia construir em alvenaria antes de dividir os lotes, o que a gente acha que no primeiro Eliana foi ruim porque, se tivesse mais alvenaria, talvez o despejo seria mais difícil. Ficamos vinte e um dias sem alvenaria, aqui com vinte e um dias a gente tinha vinte casas. Foi muito mais rápido. É engraçado que, quando você divide a terra, as pessoas começam a ficar mais responsáveis, recebi meu lote preciso fazer alguma coisa nele, preciso segurar esse espaço. Aí a construção de alvenaria foi muito rápido, aí a gente

³⁴⁵Esse processo foi acompanhado pela apoiadora graduanda em arquitetura e urbanismo e morou na ocupação durante o mês de setembro de 2012. Também contribuíram para a implantação os trabalhos da disciplina “Assentamentos Urbanos Precários”, do curso noturno de arquitetura e urbanismo da UFMG, que passou a utilizar a ocupação como objeto de estudos.

³⁴⁶Militante. Entrevista militante. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

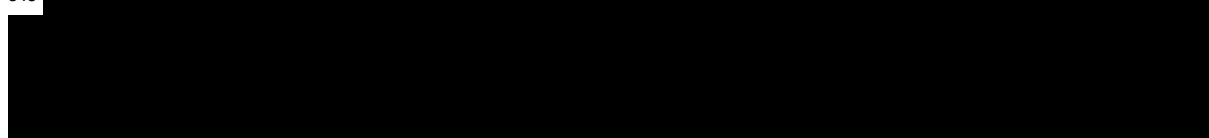
começou a dividir lote com cinco dias para quem participava mais. Eu lembro que, na primeira assembleia que a gente entregou o lote número 1, foi uma euforia. As pessoas ficaram muito felizes e a gente entregava os lotes e fazia um mutirão pra construção das alvenarias [...] numa noite a gente levantava alvenaria. [...] Isso para nossa permanência foi fundamental, porque fazer o despejo na lona é difícil, já dá um desgaste, agora imagina na alvenaria, as pessoas trazem fogão, um colchão... E isso ocorre quando você constrói na alvenaria, mesmo que seja do tamanho da barraca de lona. As pessoas mudam de fato, elas vêm pra cá, moram aqui. Então pra nossa consolidação foi fantástico ter o projeto rápido.³⁴⁷

A construção de casas de alvenaria numa ocupação também favorece a estabilização de sua população (Figura 55), que tende a ser muito flutuante num assentamento provisório, dificultando a resistência a eventual reintegração de posse e gerando atritos internos. Souza e Teixeira, referindo-se a ocupações urbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo, observam que tal flutuação não é necessariamente resultado de oportunismo dos acampados,³⁴⁸ mas se deve muito mais às dificuldades práticas que a permanência num lugar sem água, esgoto, energia ou mesmo um abrigo seguro acarreta.³⁴⁹

O esgotamento sanitário³⁵⁰ foi uma das balizas da concepção do parcelamento da Ocupação Eliana Silva — desde a primeira tentativa de ocupação num terreno na mesma região, essa questão estava posta. O terreno da ocupação está no complexo metassedimentar do Grupo Sabará, é um solo composto de um filito de colorações variadas e demanda atenção na infiltração das águas servidas. No Grupo Sabará predominam sedimentos de quartzo, em grãos muito finos e laminares, de modo que sua composição pode ser comparada a uma massa folhada.³⁵¹ Essas características tornam o terreno muito vulnerável à desestabilização pelas águas, o que tende a ser agravado no caso de moradias autoconstruídas com poucos recursos.

³⁴⁷ Militante. Entrevista militante. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁴⁸



Censurada

³⁴⁹ SOUZA & TEIXEIRA, *Fincando bandeiras, ressignificando o espaço*, 2009, p. 62.

³⁵⁰ Porque o problema da ocupação chama-se esgoto. Antes de ocupar tem que pensar não é nem na rua, embora esteja relacionado, mas é pensar no esgoto. E são coisas simples de resolver antecipadamente, para minimizar lá na frente, então eu acho necessário a gente participar, porque eu não tenho a menor dúvida que minimiza os problemas, erosão, esgoto e drenagem, que são os três calcanhares de Aquiles de qualquer ocupação, o resto é moleza, o resto é questão de vai entrando recurso, vai fazendo no tempo que pode. Mas essas três coisas --- erosão, drenagem e esgoto — são os problemas graves de uma ocupação. [Apoiadora, 13 fev. 2014]

³⁵¹ CARVALHO, *Geologia urbana para todos*, 1999, p. 46.

Durante a implantação do plano, verificou-se a dificuldade para ligar o esgoto das unidades ao interceptor de esgoto na Avenida Perimetral. Poucos lotes tinham como aproveitar essa infraestrutura já instalada. Foram então estudadas alternativas, como o Tanque de Evapotranspiração (TEVAP) e o círculo de bananeiras. Também foi desenvolvido um plano geral dessas soluções a serem adotadas em toda a ocupação.³⁵² Esse plano foi estudado junto com vários moradores num final de semana de setembro, logo após o término da demarcação dos lotes. Nesses encontros estudamos soluções para o sistema de esgotamento sanitário que pudessem ser instaladas rapidamente (Figura 56).³⁵³ Ainda na fase de preparação para ocupar o terreno, havíamos salientado que não se deveria infiltrar esgoto no solo, por fossas rudimentares, para não o contaminar e torná-lo inadequado para habitação. Por isso, foram construídos somente dois banheiros dentro da ocupação nos primeiros meses, o que era um transtorno para os moradores (havia uma escala de uso do chuveiro, sempre cheia, e quem tinha parentes nas proximidades recorria a eles para usar o banheiro). Avaliamos locais para a implantação do sistema de esgoto por TEVAPS: eles conformariam a arborização nas vias da ocupação. Mas os moradores acharam que algumas famílias poderiam não cuidar do seu equipamento, o que prejudicaria a estética das ruas. Acharam melhor instalar os equipamentos no fundo da ocupação, na app do Córrego Olaria. Apresentamos um estudo para a implantação do sistema (Figura 57), mas os custos seriam altos. A expectativa era de que cada TEVAP naquela ocasião custasse quinhentos reais, sem contar o custo do encanamento para levar os dejetos até a app. Moradores e organização política saíram decepcionados. Todos aprendemos, nessa experiência, que responsabilidade ambiental naquele lugar exigiria muito mais trabalho.

2.3.8 Extensão e Pesquisa como assessoria

No segundo semestre de 2012, a disciplina “Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, problemas de requalificação e urbanização de assentamentos precários” (ofiaup) da graduação em Arquitetura e Urbanismo da

³⁵²Esse plano foi desenvolvido por GG e pelo graduando BGC, para execução pelo grupo de pesquisa PRAXIS, da Escola de Arquitetura da UFMG.

³⁵³ O TEVAP foi uma coisa que ajudou muito. Estão faltando fazer alguns ainda, porque o pessoal está sem condições de fazer. O pneu a gente consegue, mas o material, cimento, areia, teve gente que ficou desempregado, mas tem muito TEVAP. Para o pessoal da parte de baixo, tem sido essencial. [Morador, 6 mar. 2014]

Escola de Arquitetura da ufmg utilizou a ocupação como objeto de estudo.³⁵⁴ Foram pesquisadas várias soluções de esgotamento sanitário e executadas algumas delas — como o círculo de bananeiras e o tevap. O grupo de pesquisa praxis também passou a desenvolver atividades de pesquisa e extensão na ocupação, associadas à disciplina ofiaup. Assim, foi implantado um sistema de esgoto que, por alguns anos, permitiu que a ocupação tratasse parte de seus dejetos dentro do próprio terreno e não os exportasse, como no sistema convencional, predominante em Belo Horizonte. Mais tarde, a Ocupação Eliana Silva conseguiu negociar com o poder público a instalação da rede elétrica pela cemig e da rede de água e esgoto pela copasa. Na ocasião, surgiram alguns embates entre a concessionária e os moradores, envolvendo a opção entre a rede de esgoto construída pela comunidade e pelo apoio acadêmico, e a migração para o sistema convencional da concessionária. A escolha foi por esse último. Porém, numa visita à ocupação em 2019, eu soube por um morador que a copasa não conseguiu ainda terminar as obras e que boa parte da ocupação continua usando o sistema autoconstruído com os tevaps e os círculos de bananeiras.

Na Ocupação Eliana Silva comecei a vivenciar a participação da extensão universitária nos trabalhos da assessoria técnica. Na Ocupação Dandara já havia ocorrido esse envolvimento, mas foi na Eliana Silva que essa atuação começou ser mais sistemática, envolvendo as atividades de extensão de grupos de pesquisa e disciplinas da graduação em arquitetura e urbanismo. Nesse momento eu não era professor nessas universidades, estabeleci com essas atividades uma parceria. Posteriormente, tornei-me professor da Pucminas e da UFMG, passando também a desenvolver as atividades de assessoria técnica a partir do ensino, pesquisa e extensão.

Nas atividades de extensão universitária, as imposições sociais e culturais de toda espécie acabam ocorrendo, mesmo que não seja essa a intenção daqueles que a praticam, “[...] o que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus

³⁵⁴ O nosso contato foi através da Dandara, vieram uns camaradas das brigadas populares e disseram que haviam feito esse trabalho. A partir dali ocorreu todo aquele trabalho do projeto inicial, no primeiro terreno, ali a gente viu a importância que tinha, que poderia dar uma qualidade maior no nosso trabalho, por que a gente preocupa muito com a luta, com a mobilização, com a organização dos moradores, a gente não conhecia diversos aspectos, como legislação e área de preservação ambiental. Então foi muito importante essa ligação em primeiro momento com você e depois com os outros arquitetos, o pessoal da UFMG, do PRAXIS enfim tudo isso foi muito importante para nós. [Militante, 27 dez. 2013]

conhecimentos e suas técnicas".³⁵⁵ Entre nós arquitetos e nossas atividades de extensão, essa condição fica explícita, tendemos a ver nossos instrumentos do cotidiano profissional com certa ingenuidade e de modo acrítico (Figuras 58 e 59). O prestígio conferido ao profissional de arquitetura e a admiração pelos nossos instrumentos nos envaidece, sem que percebamos o distanciamento e a hierarquia que são gerados e que contradizem nossa intenção de contribuir numa ação política de sentido emancipatório.

Você não ficou transparente. Você... Você não é dali... E, como você não é dali, a pessoa pode estar pensando, mas não vai te falar. Entendeu? Você virou as costas: "Ah, gente, mas isso aí não vai dar certo, vamos fazer de outra forma". Não tem uma troca, esse vínculo com a comunidade. Acho que tem várias formas de criar esse vínculo. Não necessariamente morando lá, mas eu acho que o morar lá é interessante, está comendo da mesma comida, entendeu? Fica mais fácil, mais fácil de falar, de se colocar.³⁵⁶

A produção material e simbólica para o capital, de que arquitetos participam cotidianamente, não termina nas ocupações pela simples intenção de desfazê-la, porque as disposições subjetivas que esses profissionais adquirem ao longo do tempo também não se desmancham ali.

Uma das primeiras coisas que a gente aprendeu e que os meninos que eram bolsistas ficaram apavorados é que não existe planejamento, é o fazer ali, pensar na hora, não é nem amanhã. numa ocupação não existe amanhã, existe o hoje, o que é um problema para nós porque a nossa formação é toda pensar o amanhã.³⁵⁷

Eu ouvi, inclusive dentro da própria escola, de que eu não deveria levar os alunos em ocupações e favelas. Que esse não era o meu papel e que os alunos não iriam trabalhar para esse público. Então por que eu estava levando eles ali. Outra também que eu ouvi: Para quê que vai levar? Mostra umas fotos, umas intervenções bacanas". Recebi até uns livros pra mostrar umas intervenções bacanas que eu poderia usar. E aquilo me horrorizou.³⁵⁸

Essas contradições e seus incômodos começaram a ficar mais claras para mim no processo de consolidação da Ocupação Eliana Silva.

As atuações da arquitetura na Ocupação Eliana Silva, seja pelos arquitetos voluntários ou pelas atividades de extensão, oferecem um estilo de vida a partir de valores que seus moradores não compartilham. Ainda que não se façam inteiramente de cima para baixo, os desenhos dos planos urbanos e os projetos dos edifícios

³⁵⁵ FREIRE, *Extensão ou comunicação?*, 2002, p. 20.

³⁵⁶ Apoiadora, Entrevista apoiadora. 26 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

³⁵⁷ Apoiadora, Entrevista apoiadora. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁵⁸ Apoiadora, Entrevista apoiadora. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

coletivos remetem a ambientes urbanos a que arquitetos estão acostumados ou que consideram de boa qualidade. Não remetem a qualquer expressão própria dos moradores (Figuras 60 a 62). “A gente não entende como viver bem em um barracão de dois cômodos, que a cozinha é do lado de fora, mas que a minha horta está linda. A gente não acha que a pessoa está vivendo bem. Olha pra ela e fica com dó.”³⁵⁹

Sigo incomodado, insistindo em dilemas que acreditava serem dos movimentos de luta por moradia de Belo Horizonte, mas que, a partir da Ocupação Eliana Silva, se mostraram também meus, um pequeno-burgês iludido de ter acesso aos benefícios de uma sociedade excludente.³⁶⁰

2.4 Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá

2.4.1 Resistência permanente

No início de 2012, uma militante das Brigadas Populares me mostrou o registro de um imóvel que estavam cogitando para a ocupação por um grupo de famílias da Vila Pérola, em Contagem, quase na divisa com Belo Horizonte (Figura 1). Pedi que eu verificasse se a descrição do documento era a do terreno entre o bairro Ressaca e a Vila Pérola. Fiz uma rápida verificação do local pelo Google Earth, atestando a situação do terreno nos dez anos anteriores (Figura 2). Era o início de uma segunda tentativa de ocupação daquele terreno por aquelas famílias. Naquela ocasião a questão não foi adiante e foi retomada no final de 2012, quando começou a organização daquela que viria a ser a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá. Essa foi minha segunda experiência de participação de um processo de organização de uma ocupação, contribuindo para a compreensão dos procedimentos adotados pelas organizações políticas e os moradores para realização desse evento urbano.

A Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá acontece num terreno particular vago há várias décadas. Trata-se de um fundo de vale cujas águas são afluentes do córrego Sarandi, contribuinte do ribeirão do Onça, que nasce em Contagem, atravessa a

³⁵⁹ Apoiadora, Entrevista apoiadora. 7 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁶⁰ Tanto que o dia que eu parei de ir no Eliana, de dormir lá direto, foi o dia que eu estava com febre e aí que eu tive que ir para o hospital. Eu percebi que eu não estava bem. Eu peguei o carro e fui embora. O pessoal: "Não, sai não!". Eu falei: "Não. Vou ter que sair". Fui ao médico, e ele disse: "Você está com infecção urinária e desidratada". Por quê? Por causa da fossa. Gente, fazer xixi e cocô em fossa é um trem horrroso! Trem horrroso! Horrroso! Horrroso, mesmo! [Apoiadora, 26 dez. 2013]

porção norte de Belo Horizonte na direção leste-oeste, passando pela Lagoa da Pampulha e desaguando no Rio das Velhas (Figura 3). No início da ocupação, a prefeitura de Contagem estava construindo uma avenida sanitária logo ao lado do terreno que seria ocupado.

A ocupação envolveu 143 famílias que moravam de aluguel ou em casas de parentes e amigos numa favela próxima, a Vila Pérola.³⁶¹ Como informado algumas dessas famílias já haviam participado de uma tentativa anterior de ocupação do mesmo terreno no início de 2012, despejada logo no princípio. Segundo uma moradora, tudo começou com uma brincadeira de um grupo de adolescentes, que saiu gritando pela vila, chamando as pessoas para “invadir o brejo”. Muitos moradores de fato foram até lá e demarcaram pedaços de terra. Pouco depois apareceu um representante da proprietária do terreno, agredindo todo mundo, especialmente as mulheres.

Aí, ele falou bem assim: “Vocês são um bando de filho de uma égua, um bando de mulher à toa. Nas suas casas não tem umas vasilhas para vocês lavar?” Ele xingou a gente de um tanto de outras coisas e disse isso de novo. Eu falei: “Não tem, não! E, se existe um Deus, o senhor vai perder esse lote. Porque agora nós enfezamos e não vamos mais sair daqui, não!” A polícia mandou nós sair assim mesmo. Nós tivemos que nos retirar, porque eles chamaram o reforço, estávamos indignados.³⁶²

Em vez de intimidar, a agressão motivou a continuidade da ação. A história sempre contada pelos atuais moradores é que, naquele momento, as mulheres

³⁶¹ Nasci naquele açougue do Frederico Ozanan. Já vim da maternidade pra favela. [Moradora, 14 jan. 2014]

Minha mãe veio primeiro, arrumou serviço, arrumou o barraco e foi buscar a gente. Nós éramos muito pequenos. Eu tinha 4 anos. Meu pai eu não conheci não. Largou minha mãe nova e já morreu há muitos anos. Largou ela grávida do meu irmão, eu era novinha. Viemos de Resplendor, nós morávamos no cantão na roça. Ela veio pra cá, lá na roça, mulher sozinha não trabalha, não arruma serviço. [Moradora, 14 jan. 2014]

Acho que da Guarani, o pessoal é mais da periferia mesmo. A maioria do pessoal saiu da favela que tem do lado. Lá, todo mundo já conhece todo mundo. Todo mundo sabe da história de vida de todo mundo. Por isso que eu falo que o pessoal do Guarani tem um pouco mais de clareza, porque eles sabem quem realmente está lá que precisa e quem não precisa. [Morador, 16 jan. 2014]

A gente morava no interior e meu pai trabalhava aqui em Belo Horizonte na Mannesman. Minha mãe ficava no interior e ele ia visitar para levar dinheiro para minha mãe cuidar da gente. Depois ele nós trouxe para cá. Nós moramos no, São Lucas na casa de uma tia, de favor. Depois meu pai conseguiu comprar uma casa por aqui. Na época quase não tinha casa, estava tudo sendo construído. Na favela tinha um campo de futebol, era o único lugar livre, era umas barraquinhas de sapé, depois evoluiu e as barraquinhas viraram favela. [Moradora, 12 fev. 2014]

³⁶² Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

juraram que “aquele homem ia perder o terreno”.³⁶³ Durante a própria reintegração de posse, um policial se solidarizou com elas e recomendou que deveriam procurar ajuda e se organizar melhor. Ele citou o caso da Ocupação Dandara e o trabalho das Brigadas.

O policial falou: “Assim, vocês não ganham. Não vou dar meu nome nem nada. Eu conheço uma ocupação que ela está dando certo, porque, por trás dela, tem advogado”. Eu pedi a ele mais informações. Uma, que é muito pra frente, falou: “Dá pra nós o telefone aí!” Ela correu, pegou a caneta, anotou e telefonou das Brigadas.³⁶⁴

Essa baixa contenção dos impulsos que pode ser percebida nessa primeira tentativa de ocupação do terreno foi também identificada por uma militante e seu companheiro num conflito ocorrido já na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá algum tempo depois, evidenciando características do perfil dos seus moradores e os embates que marcariam essa experiência de assessoria técnica:

Os meninos dela [uma moradora] são super calmos, são tímidos, não têm envolvimento com o tráfico e não resolvem as coisas pela violência, mas, desde pequeno, têm uma naturalidade de verem certas coisas acontecendo. Olhe o que ocorreu: o baiano [morador da ocupação] deu em cima deles, tipo para ficar com eles, a mãe ficou ‘puta’, porque ele [baiano] estava fazendo uns roubos na comunidade, o pessoal dizia que ele estava fazendo uns roubos. Um dia ele bebeu, a mãe discutiu com ele, foi falar que ele tinha roubado alguma coisa, ele disse: “Lógico que não!”, “Você fica dando de cima dos meus meninos”. Ele falou assim: “Você é uma piranha”. Uma briga assim do nada, e ela foi pegar um revólver para matar ele, os meninos ficaram putos, pegaram tijolos e deram um ‘tijolada’ na cabeça dele. Foi do nada, entendeu?! Do nada, de uma hora pra outra. Os meninos, que são calmos, de repente pegaram tijolo e deram na cabeça dele até ele ficar inconsciente.³⁶⁵

Esse imediatismo combinado com um pragmatismo leva a ocorrer dentro da ocupações situações a priori contraditórias, que gerariam conflitos entre os moradores, como no caso da existência de uma população ‘flutuante’ entre seus

³⁶³ Tinha gente que vinha da roça para trabalhar. Não tinham aonde ficar e ficava onde tava povoando. Aqui nesta parte de baixo era um sítio. Era um senhor só que tomava conta de tudo. E, quando eles invadiram aquele pedaço [Vila Pérola], o homem quase perdeu a vida. Porque ele foi tentar defender, acho que ele tomou uma facada e quase morreu. [Moradora, 13 jan. 2014]

Eu já trabalhei de um tanto de coisa, de tudo que você pensar eu já trabalhei, já trabalhei contando alho no Ceasa, catando, descascando alho, só os serviços melhores, porque a gente que tem estudos pegamos os serviços melhores, graças a Deus. Já trabalhei em fábrica de doces, já trabalhei descascando banana pra comprar leite pros meus filhos. Em casa de família já trabalhei muitas vezes. Eu comecei a trabalhar eu tinha uns treze anos, foi um trabalho perdido porque na época você não assinava carteira. Sabe, é uma coisa que eu não quero, é muito triste. [Moradora, 12 fev. 2014]

³⁶⁴ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁶⁵ Moradora e Militante. Entrevista moradora e militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

pares, que seria tratada por alguns como oportunista. Uma moradora, algum tempo após o início da ocupação, entendia que os lotes vazios existentes são uma especulação imobiliária interna. Esse fato poderia até ser verdadeiro, porém a solução proposta por ela não é verificar por que ainda não moram no lugar, mas sim chamar membros das gangues da região, que exercem o papel de polícia, para que eles possam remanejar os lotes que não foram ocupados e passá-los para pessoas que estão na fila de espera³⁶⁶:

Eles todos nasceram com a gente, fomos criados juntos. Então todo mundo conhece. Então vem um e reclama. Vem o outro e reclama. Aí, eles acham que esse negócio não pode ficar assim. Quem não precisa do lote para morar não precisa do lote. Estão fazendo a mesma coisa que o homem fez. É especulação também. Está esperando valorizar mais para poder vender. Aí, eles não querem isso. Porque tem muita gente que está na lista de espera.³⁶⁷

Outra dimensão importante a ser observada entre seus moradores era a religiosidade: “Aqui na comunidade nós estamos fazendo um trabalho de oração, um grupo de oração todo sábado, às quatro horas da tarde. Já tem cerca de umas dez pessoas que acompanha esse grupo de oração. E nós conseguimos, em assembleias e reuniões de coordenação, um espaço pra construir um templo ecumênico”.³⁶⁸

Predominavam os devotos das religiões ‘evangélicas’. Nessas doutrinas observamos práticas que também se vinculam ao imediatismo que caracteriza os comportamentos sociais dos seus moradores: a ‘salvação’, que, para os cristãos católicos, virá após a morte, para uma boa parte dos moradores precisa de manifestações cotidianas, assumindo um caráter de magia e promovendo transformações no presente.³⁶⁹

Um militante do movimento Lutas Populares relata uma ocasião de violência dentro da Ocupação William Rosa, ocorrida no final de 2013 na região onde acontecia a Ocupação Emanuela Guarani Kaiowá. No caso, alguns pastores de igrejas ‘evangélicas’ da região procuraram o movimento social para promover uma ação

³⁶⁶ Ter um tênis, celular, computador, internet em casa, biscoito de chocolate, poder ir ao shopping sem ser tratado como bandido. Entrar na Hering e não ficar o segurança atrás de você. O vendedor te vender com aquela cara de nojo — será que ele vai ter dinheiro pra pagar? [Apoiadora, 7 mar. 2014]

Porque o traficante é uma das maiores lideranças dentro de uma comunidade como favela? Tipo, em favela o traficante, ele é que dava a segurança, de não ter muito conflito, de ter as pessoas certas pra entrar. [Morador, 6 jan. 2014]

³⁶⁷ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁶⁸ Morador. Entrevista morador. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a GG

³⁶⁹ SOUZA, *Os batalhadores brasileiros*, 2010, p. 269.

religiosa no terreno que visava expulsar os seus demônios. Em prol de uma boa relação com todos, o movimento permitiu a campanha:

De vez em quando, eles fazem umas campanhas aqui dentro e a gente aceita, até mesmo porque não queremos ter enfrentamento, e, inclusive, para pacificar a ocupação naquele período que teve violência. Segundo eles, tiraram um tanto de demônio, e eu disse: “Beleza, então tira”. E em alguns momentos a gente até acaba intervindo, mas é uma relação boa porque a gente sabe lidar com o pessoal.³⁷⁰

Um morador da ocupação Emanuel Guarani Kaiowá é pastor de uma dessas igrejas evangélicas e afirma que o sucesso da ocupação se devia ao grupo de oração que morava no lugar e tem uma ‘reza muito forte’ e promovia seções de oração aos sábados.

Apesar de naquela ocasião eu já estar envolvido com as ocupações desde 2008, foi a partir da experiência da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá que eu estive mais atento aos comportamentos sociais de seus moradores. Percebi que tais formas de conduta não eram uma exclusividade daquelas pessoas que moravam na região da Vila Pérola, mas eram também recorrentes entre os moradores de outras ocupações que eu já acompanhava. Essa atenção era também influenciada pelas leituras que eu fazia na ocasião. Autores como Pierre Bourdieu e Jessé Souza que em seus estudos destacam como as trajetórias sociais são importantes para as disposições que os indivíduos assumem no decorrer de suas vidas, nortearam essa assessoria técnica e a interpretação das relações que esse grupo sócio-espacial estabelecia com aquela experiência de ocupação.

2.4.2 Terreno escolhido

No final de 2012, outro militante me convidou a visitar os terrenos visados para serem ocupados. Fui à Vila Pérola³⁷¹ e conheci uma das lideranças da comunidade. Juntos, avaliamos dois terrenos vizinhos da vila: um no final da rua Ressaquinha (Figura 4), muito arborizado (o que dificultaria a ocupação), e aquele descrito no

³⁷⁰ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁷¹ Aqui tem essa relação fortíssima com a vila. Porque é quase a mesma coisa. A maioria dos moradores moravam lá de favor, ainda estão no processo de mudança. Tem um vizinho que mudou essa semana. Ficou um ano com o lote aí. Ele realmente queria vir, mas precisava se organizar. Desde o comecinho quando a gente foi fazer o cadastro das famílias, o pessoal se conhece. Eles falam: “Esse aí, ele tem casa, não tem sentido chamar ele não.” A gente ia conversar com a família, fazer a triagem. [Militante, 26 fev. 2014]

registro apresentado no início do ano, na rua São Lourenço. Esse parecia mais viável para uma ocupação. Ficava nos fundos de um galpão, tinha declividade suave, uma grande árvore no centro e um córrego na parte mais baixa, no limite com a avenida Alterosa, que estava ainda em construção (Figura 5). Suas características permitiriam atender um número maior de famílias, o que seria importante para pressionar o poder público na negociação. O papel desempenhado por mim como arquiteto nessa fase inicial foi de avaliação urbanística e ambiental preliminar dos dois terrenos e de estimativa da quantidade de famílias que poderiam ser atendidas tendo em vista a legislação urbanística e ambiental.

Na visita constatamos que os terrenos não tinham de fato a mesma matrícula, e sugeri que seguíssemos nos organizando para ocupar o terreno da Rua São Lourenço. Ele constava na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Contagem como Zona Adensável 1 (ZAD1); o outro terreno, como Zona de Ocupação Restrita 1 (Figura 6). Portanto, do ponto de vista da legislação urbana, o terreno sugerido seria mais favorável à ocupação pretendida. Concluí que caberiam aproximadamente cem lotes de 125m², área essa que respeitaria a Lei Federal 6.766/1979, mas não a legislação urbana de Contagem, que define lotes mínimos de 360m² (isso significaria trinta e cinco unidades, inviabilizando a ocupação).³⁷²

Quanto à mesoestrutura urbana, constatei a existência de interceptores de esgoto em várias ruas no entorno dos dois terrenos e a disponibilidade de energia elétrica (Figura 7). Não fiz nenhum levantamento quanto à avenida sanitária que estava sendo construída nas proximidades, para não chamar a atenção, já que o local havia sido objeto de uma ocupação anterior e poderia estar sob vigilância do poder público e da proprietária.

2.4.3 Os preparativos da festa

Entre janeiro e fevereiro de 2013, passaram a ocorrer reuniões semanais no terraço de uma casa da Vila Pérola, para organizar os futuros ocupantes e apoiadores. Em cada reunião convidavam um apoiador ou um morador de outra ocupação para falar de sua experiência nesse tipo de luta política.

³⁷² A legislação que é mais restritiva deve ser a respeitada. Portanto, no caso, deveria ter preponderado a legislação urbana do Município de Contagem. A decisão tomada foi política, mas tendo em vista eventuais ajustes que no futuro permitissem adequar a proposta à legislação local, como a utilização de lotes coletivos com unidades habitacionais na horizontal, assemelhando-se especialmente a pequenos lotes individuais.

Nós começamos a ajuntar o dinheiro pra comprar os mourões etc. Uma moradora disse: “Isso não vai funcionar porque o povo não paga”. Mas, quando eles começaram a ver que o negócio estava indo mesmo, eles começaram a soltar o dinheiro. Diziam: “Agora esse negócio está funcionando mesmo!” Eles tinham me ensinado como é que ia na liderança, tinha me dado um cargo de frente, de responsabilidades. Começou a trazer mais gente, pra ver como que era. Trazia gente de fora. Quando o pessoal foi ver que o negócio estava funcionando, trouxe aquele homem, doidão, que fazia grito de guerra. [...] Na invasão, você vai sem saber nada. Não sabe o que vai falar quando a polícia chega. Você sai correndo da polícia. E a ocupação não, a gente fica organizando meses. Nós ficamos foram nove meses, só fazendo reuniões todas terças-feiras. A gente aprendeu o quê que a gente tinha que falar se eles chegassem perguntando alguma coisa. Se perguntasse quem era o líder, todo mundo era líder. Porque na época ficava aquele negócio, eu que não sou, eu que não sou.³⁷³

Lá era assim, eles explicavam pra gente como que ia acontecer, falavam da ocupação como dia da festa. A gente falava invadir, aí eles ensinaram a gente como falar: não era invadir, era ocupar. No dia que a gente entrasse pra invadir, era uma festa. Foi explicando pra gente como que era as coisas, o dinheiro pra comprar as lonas, pra estar no dia tudo preparado pra gente pra não ter que sair pra fora porque depois que entrasse não ia poder sair fora. A gente teve que acumular as águas, as madeiras, o dinheiro pra comprar as lonas. Estava tudo preparado pra no dia que entrar não ter que sair pra fora, porque depois que entrasse não ia poder sair pra fora pra comprar nada.³⁷⁴

No final de fevereiro, começamos a organizar a ação. Definimos os responsáveis pela cozinha comunitária, crucial para que ninguém tivesse que sair do terreno ocupado para se alimentar nos primeiros dias. A equipe de segurança controlaria a entrada de pessoas no terreno, que já estava fechado por um muro em três lados e aberto somente no alinhamento da futura avenida Alterosa. A equipe de infraestrutura criaria condições de permanência nos primeiros dias, ajudando na construção dos barracos de lona das famílias e dos barracos comunitários, como a cozinha e o banheiro. Essa equipe também conduziria a demarcação do plano urbano.

Eu passei a participar dessas reuniões no início de 2013, porém elas já vinham ocorrendo havia nove meses. Eram reuniões semanais para discutir as motivações políticas, as estratégias de resistência, a organização interna da futura comunidade³⁷⁵ e as formas de obter apoio externo e visibilidade.³⁷⁶ Durante esse período, os

³⁷³ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁷⁴ Moradora. Entrevista moradora. 15 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁷⁵ É muito comum o emprego da palavra “comunidade” pelos moradores de favelas e também nas ocupações, tanto pelos seus moradores como pelos movimentos sociais. O termo ocupação tem um forte conteúdo político que é evitado em algumas ocasiões para não impedir o estabelecimento de diálogos com atores contrários à ação. Sem dúvida, é altamente discutível que as ocupações admitam ser vistas, sem maiores problemas, como “comunidades”, palavra que evoca comunhão de interesses e mesmo harmonia e coesão.

³⁷⁶ Moradora e Militante. Entrevista moradora e militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

militantes das Brigadas também se encarregavam da formação das lideranças da futura ocupação.³⁷⁷

Ele tinha me ensinado como é que é a liderança, porque ele já tinha me dado o cargo da frente, de responsabilidade, por nomes, explicou as coisas todas. Tinha dado um cargo a outros moradores. Eu pegava o dinheiro e anotava quem tinha dado e íamos assim, íamos explicando. Depois começou vir outros brigadistas, começou a trazer gente de fora, como você.³⁷⁸

Alguns moradores da Ocupação Dandara³⁷⁹ foram convidados pelos militantes das Brigadas para participar dessas reuniões de preparação, assumindo ali o papel de lideranças experientes no assunto.

Na primeira reunião que participamos, um brigadista não compareceu. Acho que ele fez de propósito, deixou só eu e outro morador fazendo a reunião. Eu acho que ele queria fazer um teste com a gente. O pessoal queria o advogado, aí nós tivemos que falar, o advogado não vai vir hoje, nós que vamos fazer a reunião. Eles perguntaram: “Vocês são de onde?” Respondemos: “Nós somos da comunidade Dandara.” Depois disso eles nos receberam de outra forma. Começamos a fazer reuniões toda semana, ficamos durante nove meses pegando os dados, tipo passar um pente fino para verificar quem precisava.³⁸⁰

Nas reuniões de que participei, assisti os moradores de outras ocupações ajudando a preparar as pessoas, particularmente nas questões práticas relacionadas aos primeiros momentos da ação (Figuras 8 e 9).

Nas últimas reuniões de preparação, discutia-se o nome da nova ocupação. Os futuros moradores, muitos deles cristãos evangélicos, defendiam que se chamasse Emanuel, o que significa “Deus conosco”. Os militantes das Brigadas preferiam Guarani Kaiowá, em homenagem aos indígenas do norte do Brasil que, no ano

³⁷⁷ A gente nas Brigadas, utiliza estratégia de pinça. De agir tanto pelo meio institucional como pela ação direta. A ocupação é uma forma de estar mostrando ao mesmo tempo fazer uma mobilização que é de massa. Mobilizando muitas famílias e dar uma visibilidade pra luta. Nesse caso, a luta por moradia através da ocupação. Ela também mostra que a política institucional não está funcionando. Dar uma pressionada, porque gera um fato político. Está tendo ocupação porque o sistema política de habitação não está funcionando. Mas ao mesmo tempo vai tentando fazer com que isso seja um direito universal. Tentando a via institucional também. [Militante, 26 fev. 2014]

³⁷⁸ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁷⁹ Chamaram a gente para ajudar a organizar a ocupação, eu mesmo fui lá pra conversar e ouvi-los, saber por que da ocupação, qual era a necessidade de cada um. Então nós começamos a mostrar para eles como era o procedimento, ficamos muito tempo fazendo nosso trabalho ali, organizando aquele pessoal. Foi ai que eles se organizaram e acabou ocupando o terreno, e se continuarem assim eles vão avançar assim como nós. Eles já têm a base do Dandara, nossa organização e exemplo em todas as partes. Dandara formou uma experiência muito grande de como se ocupa e como se organiza, temos consciência, mostramos a todos que tem que haver organização. [Morador, 3 jan. 2014]

³⁸⁰ Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

anterior, haviam enfrentado severos conflitos com a implantação da usina hidrelétrica Belo Monte.

Nós apoiamos Emanuel. Eu e o Bruno, falamos Emanuel, porque Emanuel significa Deus conosco. Aí, trouxeram três nomes. Uns nomes estranhos. Aí, eu falei assim: “Nós vamos colocar cada nome que vocês quiserem, mas se tiverem trago o significado deles. Não vai colocar qualquer porcaria na nossa comunidade não”.³⁸¹

Pessoas simpáticas à sua causa adotavam Guarani Kaiowá como sobrenome nas redes sociais. Para os brigadistas, a adoção desse nome contribuiria na mobilização, atraindo mais apoiadores externos. Foi feita uma votação e venceu Emanuel. Apesar da escolha unânime entre os futuros moradores, os brigadistas presentes não quiseram fechar a questão e pediram para ouvir outros quanto à escolha. Na reunião seguinte trouxeram outras sugestões, argumentando que o nome seria decisivo para conseguir apoios externos e que o conteúdo religioso de Emanuel restringiria essa possibilidade. Segundo uma militante³⁸² a organização considerava que a ocupação deveria “ter um nome político” e acompanhar a campanha nas redes sociais pelos Guarani Kaiowás. Foi feita então uma nova votação.

E ficou aquele negócio. Quem vota por Guarani Kaiowá? O pessoal ficou meio assim... Quem vota por Emanuel? Aí, todo mundo levantou. Eu falei se tem que ter um nome que a gente gosta e um nome das Brigadas, então vamos colocar Emanuel Guarani Kaiowá? Quem vota por esse nome? Então todo mundo levantou a mão. Então é esse aí mesmo e ficou Emanuel Guarani Kaiowá. Significa Deus conosco e a tribo indígena que lutou pela sua própria terra.³⁸³

Na hora de fazer a escolha eles fizeram tipo assim, perguntou a opinião, eu coloquei uma frase evangélica e o significado dela. Um brigadista pediu para colocar Guarani Kaiowá. Eu ia colocar o Emanuel porque eu sabia o significado. Para não dar aquela desigualdade eu coloquei os dois. Nós juntamos e ficou Emanuel Guarani Kaiowá que tem um significado que eles conhecem, Guarani significa guerreiro e o Emanuel significa Jesus conosco.³⁸⁴

Apesar do nome, não há um único morador na ocupação proveniente da etnia Guarani Kaiowá, mas a ‘homenagem’ funcionou exatamente como esperado, despertando simpatias imediatas.³⁸⁵ Quando o projeto da ocupação foi selecionado

³⁸¹ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁸² Moradora e Militante. Entrevista moradora e militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁸³ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁸⁴ Morador. Entrevista morador. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁸⁵ Na questão da Bienal de São Paulo, eu tenho quase certeza que a gente entrou por causa do Guarani Kaiowá. Porque teve uma ocasião que saiu uma nota em uma revista de arquitetura, falando

para participar da 10ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, uma revista de arquitetura publicou o seguinte informe: “Comunidade Emanuel Guarani Kaiowá, exposição da luta pelo direito à terra e à moradia de cerca de 140 famílias da etnia Guarani Kaiowá”.³⁸⁶ Acredito que a própria escolha da ocupação para participar do evento deve muito a esse nome.

Shakespeare exprimiu, pela boca de Julieta, na peça ‘Romeu e Julieta’, a convicção de que um nome é mera convenção, algo artificial, e que o que importa é aquele(a) (ou aquilo) que é designado pelo nome, e não o nome em si [...]. E, no entanto, diferentemente do que sugeriu o grande dramaturgo, os nomes são muitas vezes importantes, sim — como vem sendo bem compreendido pelo movimento dos sem-teto.³⁸⁷

Por outro lado, a relevância e o significado do nome costumam ser ignorados pelos próprios moradores da ocupação: “Na verdade, eu nem sei quem é esse Emanuel Guarani Kaiowá. Não sei qual a importância dele na história brasileira ou, sei lá, na história das ocupações”.³⁸⁸ Não obstante o desconhecimento demonstrado nessa fala, o nome tem uma função pedagógica. Ele é parte do que se considera a formação da base que habita as ocupações, lembrando cotidianamente os preceitos que as fundamentam (Figuras 10 e 11).

A escolha do nome era um aspecto presente nas *barriadas limeñas* entre os anos 1940 e 1980, assim como nas ocupações belo-horizontinas contemporâneas, uma continuidade que atravessa os tempos e os lugares, numa estratégia de construção de uma imagem positiva dessas resistências urbanas e uma prevenção para driblar uma eventual repressão:

Outro modo de evitar a repressão ou de diminuir sua eficiência consiste em batizar o assentamento com o nome do presidente em exercício, sua esposa ou alguma outra figura de renome, procurando comprometer-la para que intervenha em seu favor, tal como ocorreu nos assentamentos María Delgado de Odría, Clorinda Málaga de Prado, Pedro Beltrán, Juan Velasco Alvarado,

que um grupo de indígenas, da etnia Guarani Kaiowá, tinha ocupado um terreno em Contagem. Eles iriam apresentar essa proposta na Bienal. Em momento algum, quando eu inscrevi o projeto na Bienal eu disse isso. Eu escrevi o porquê da escolha desse nome, mas nunca falando que as pessoas aqui eram da etnia Guarani Kaiowá. Daí você vê como esse nome é forte. Como que o nome move até barreiras que, a princípio, vão ser preconceituosas em relação à nossa ação política. Isso faz parte da luta política. [Apoiador, 26 fev. 2014]

³⁸⁶ ANTUNES, B. Guia da 10ª bienal de São Paulo. *Revista aU*, n. 235, 2013, p. 14.

³⁸⁷ SOUZA&TEIXEIRA, Fincando bandeiras, ressignificando o espaço, 2009, p. 61.

³⁸⁸ Morador. Entrevista morador. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Victor Raúl Haya de la Torre, Villa Violeta ou Pilar Nores de Garcia entre outros.³⁸⁹

A ocupação estava prevista para começar em 15 de fevereiro, logo depois do Carnaval. A data era propícia porque vários movimentos sociais na RMBH estariam mobilizados no Carnaval de rua de Belo Horizonte.³⁹⁰ Porém, durante o feriado houve um conflito entre traficantes na região, que levou um grande contingente de policiais militares para a Vila Pérola. Nos dias que sucederam o conflito, as reuniões de organização se tornaram inviáveis, porque a polícia dispersava sistematicamente qualquer aglomeração de pessoas. Essa situação perdurou por aproximadamente um mês. Em 7 de março os militantes concluíam que o ambiente estava favorável e a ocupação foi agendada para a madrugada entre sexta-feira e sábado, dia 9 de março.

2.4.4 A festa

Na madrugada do dia 9 de março, militantes das Brigadas Populares gravaram um vídeo do seu encontro com os futuros moradores. Quando o dia amanheceu, já estavam erguidos alguns barracos e uma barricada de pneus, no final da rua Manoel Brandão, na entrada da ocupação (Figura 12). Pouco depois das seis da manhã, chegaram viaturas da polícia, na tentativa de retirar as famílias do terreno. Os advogados que acompanhavam a ação se juntaram à barricada e negociaram com os policiais: “Além de terem os advogados ajudando, tinham outros mais instruídos. Eles chegavam e conversavam muito bem com eles. O advogado começou a discutir com o policial, ele conversa bem melhor do que nós”.³⁹¹ Enquanto isso, a equipe de infraestrutura continuava capinando a área do acampamento provisório, conformando um largo em torno de uma grande árvore no centro do terreno.

Todo mundo, com arame e barbante. Na verdade foram poucas as vezes que a gente conseguiu fazer barraco de lona, que a polícia destruía, mas maioria... Duas vezes tentamos, só marcando com barbante e fita zebra. A gente ia só marcando os quadrados, limpava e marcava os quadrados. Antes a gente não ficava mais de dois dias. Quando ficava muito, ficava de um dia pro outro. Aí, quando era no outro dia, a polícia vinha e, se tivesse alguma coisa, barraco ou alguma coisa assim, eles metiam fogo em tudo. A polícia

³⁸⁹ DE SOTO, *Economia subterrânea*, 1987, p. 56.

³⁹⁰ Nos últimos anos os movimentos sociais de Belo Horizonte retomaram a prática do Carnaval de rua como resistência à gestão municipal do prefeito Márcio Lacerda (2009–2017).

³⁹¹ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

sitiava tudo e não deixava a gente entrar de novo. Aí a gente tinha que ir embora e esperar passar o tempo para fazer outra tentativa.³⁹²

Depois, um homem que se dizia representante do proprietário do terreno quis interromper a ocupação (Figura 13). Dizia que o lugar “tem dono”. Os advogados perguntaram por que, então, estava vazio e não cumpria nenhuma função social. Ele respondeu que era propriedade de uma construtora que estava aguardando a valorização da região para construir um conjunto habitacional. As conversas foram filmadas com aparelhos celulares, e a Mídia Ninja fazia a cobertura ao vivo, pela internet. O vídeo do tal representante da construtora foi utilizado na semana seguinte, na audiência no judiciário que concederia a posse do terreno aos ocupantes, devido ao desrespeito confesso da Constituição.³⁹³

Além dos moradores, nessa madrugada participaram outros militantes das Brigadas além de ativistas sociais independentes. Essa presença era importante para evitar qualquer conflito que viesse a ocorrer nos primeiros momentos, especialmente com as forças policiais. A difusão foi feita por mensagens de telefone celular. Um militante das Brigadas que não estava envolvido com a organização e que posteriormente foi morar na ocupação testemunha esses primeiros momentos:

Recebi uma mensagem. Vamos fortalecer a luta! Vai ter festa, vai ter festa, vai ter festa! Eu pensei, que diabo de festa é essa gente? Eu tenho que ir nessa festa! Essa festa vai ser boa! Mas era um código que eles usavam. [...] Recebi uma nova mensagem. Está acontecendo. Vem fortalecer a luta, vamos chegar junto, é agora. Eu tinha acabado de chegar de um boteco, mas fui para o lugar indicado. Lá chegando era um matão, e o pessoal entrando para dentro. Pensei, gente, esse povo vai entrar pra dentro desse mato?³⁹⁴

³⁹² Morador. Entrevista morador. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁹³ Quem chegou primeiro, bebeu água limpa e nós corremos mesmo! “Esse aqui é meu!” Eu fui e dividi um pedaço lá. Vou deixar o fundo pra você. Deixei o fundo pra pessoa. O outro pedaço e corri e cerquei pra outra lá, uma senhora que queria e fomos cercando. Começou assim. Aí, os “homi” vinham e corria todo mundo. Aí, nós entrávamos de novo. Aí a polícia vinha e corríamos todo mundo de novo. Aí, um policial falou: “Vocês querem saber de uma coisa? Não vou por ninguém pra correr. Enquanto o dono não aparecer aqui com o documento, vocês podem ficar aí.” Aí, nós fizemos a cerca. [...] Nós fizemos isso tudo aí e o que aconteceu? O homem chegou com os documentos todos avacalhados. O policial disse que podia voltar, porque eu sei que você não é dono. Aí, o homem voltou. Só que da outra vez ele chegou com os documentos todos certos. Chegou esse clarinho, que é o grandão, que é o dono. Aquele ‘muntoeiro’ todo perto da polícia. Ele chegou todo, todo, com o carrão assim e tal, falou: “Eu quero todo mundo fora!” Aí, o policial fez um negócio com ele, deu tantos dias pra ele. Se ele deixasse o lote aberto, eles iriam deixar acabar de invadir. Ele falou: “Não, não. Eu vou cercar agora.” Ligou pra empresa e eles já vieram todos. Vieram cercar o lote. O policial deu tantos dias pra ele cercar e limpar. Ele cercou e não limpou. [Moradora, 14 jan. 2014]

³⁹⁴ Militante e morador. Entrevista militante e morador. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG

Uma das atuais moradoras conta como o marido inicialmente resistiu a participar, mas acabou acompanhando a família.

Quando eu falei com ele que eu ia vir, ele falou que ele não viria. Eu falei que ia para ajudar os meus filhos. Naquele dia houve uma reunião e o pessoal perguntou se alguém sabia fazer 'gato'. Voltei em casa e falei para ele que estávamos precisando de alguém para fazer 'gato' de luz e água, ele falou que não iria e não era para contar com ele, que não iria mais render a conversa. Ele falou: “Pode ir. O máximo que eu posso fazer é ir lá levar comida para vocês, levar água, levar o que vocês estiverem precisando, mais que isso eu não vou fazer”. Eu falei assim: “Então está bom, você não deixando a gente com fome”. Então nós viemos: eu, meus quatro filhos, netos e agregados. Logo depois ele viu todo mundo empolgado, e já no outro dia ele estava por aí ajudando a montar as barracas.³⁹⁵

A mídia também noticiou esses primeiros momentos e as primeiras tratativas, dando destaque para a arrogância do proprietário ao chegar ao local:

Na manhã de hoje (sábado, dia 9), os policiais estiveram no local fazendo uma vistoria, mas já foram embora. O proprietário também apareceu, e confessou que o terreno estava parado há mais de 20 anos. Falou ainda que não apresentaram nenhum projeto para a prefeitura porque estavam aguardando a valorização da região.³⁹⁶

Os primeiros momentos da ocupação foram um sucesso.³⁹⁷ Nenhuma tentativa de reintegração de posse conseguiu retirar do terreno os novos moradores. Ainda no primeiro dia, as Brigadas divulgaram uma nota na imprensa intitulada “Nasce a Ocupação Guarani Kaiowá”, explicando a situação fundiária do terreno, o déficit habitacional na RMBH, a intenção de estabelecer um diálogo com a prefeitura de Contagem e, finalmente, suas motivações políticas. Nesse sentido, o nome Guarani Kaiowá (suprimindo o Emanuel) foi diretamente mobilizado para a conquista de apoio da opinião pública (Figura 14).

[...] Frisa-se que a ocupação de um terreno que não cumpre sua função social é uma forma legítima de reivindicação de direitos fundamentais. Para além da solução imediata da falta de moradia dessas famílias, as ocupações urbanas são uma forma de se pressionar pela política de habitação que almejamos e de responsabilizar governantes por suas ações e omissões.

³⁹⁵ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

³⁹⁶ BRASIL DE FATO. *Famílias ocupam terreno abandonado em Contagem*. 9 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12255>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

³⁹⁷ Na Guarani é tranquilo. No começo, eles ficaram meio assim, mas, no segundo dia, o pessoal estava apoiando a ocupação. Porque lá é periferia mesmo. E periferia, o pessoal acolhe mais os outros. Porque [na Dandara] a gente saía pra pedir um copo de água e o pessoal: “Ah... se a Copasa ver a gente emprestando água pra vocês aí, vai dar problema”. Na Guarani não. O pessoal pegava a mangueira e jogava pra gente. Pode pegar a luz aqui em casa, se for preciso e tal. O pessoal foi bem mais receptivo do que na Dandara. [Morador, 16 jan. 2014]

Esperamos uma postura diferenciada por parte da Prefeitura de Contagem, com seu representante do PCdoB, partido que historicamente tem demonstrado apoio às lutas dos sem-teto no Brasil.

Por fim, a identificação das lutas dos trabalhadores assalariados nas cidades com as lutas dos povos indígenas originários do país nos levou a nomear esta ocupação de Guarani Kaiowá, povos historicamente destituídos de seus meios essenciais de vida por interesses e forças próprias ao capitalismo.

O genocídio e o etnocídio das populações brasileiras originárias, camponesas, quilombolas, é o triste retrato de um passado que buscamos resgatar na memória para transformar. Falar e entender Guarani Kaiowá significa, portanto, recuperar a nossa identidade apagada, reconstruir espaços de comunidade vinculados à terra a partir dos povos que foram brutalmente desterritorializados: as populações urbanas de periferia.

As ocupações são uma forma de retomada, de reapropriação das terras que originariamente e sempre pertenceram ao povo e que lhe foram subtraídas. Por uma cidade onde caibam todas e todos!! Pátria Livre! Venceremos!³⁹⁸

A entrada no terreno é um dos momentos mais importantes, precisa ser realizada com cuidado, devendo-se evitar a reintegração de posse imediata. Assim, o ingresso no terreno que receberia a Emanuel Guarani Kaiowá foi cuidadosamente realizado, especialmente em face das tentativas anteriores fracassadas (Figura 15). Esse cuidado também pode ser observado nas *barriadas* em Lima no Peru desde os anos 1950.

Terminados esses atos preparatórios, realiza-se a invasão. Ela ocorre à noite ou de madrugada, numa data preestabelecida que geralmente coincide com alguma efeméride cívica, para reduzir assim as possibilidades de uma reação rápida das forças policiais. Os invasores, sem se importar se são cem ou 40.000, chegam ao lugar combinado em caminhões ou micro-ônibus alugados, trazendo consigo paus, esteiras e tudo que for necessário para levantar sua primeira habitação. Entram no terreno e hasteiam uma grande quantidade de bandeiras peruanas, tratando de indicar que não se está cometendo um delito, mas um ato patriótico reivindicatório e de “justiça social”.³⁹⁹

No dia da ação, é uma questão de estratégia também, a gente não socializa com quase ninguém pra informação não ter o risco de vazar. Você até toma cuidado ao escrever isso também, porque isso é um elemento tático importante, isso vem como estratégia também quase que militar, a informação privilegiada pra poucas pessoas, pra não ter o risco dela vazar e sabotar a missão toda.⁴⁰⁰

A ocupação, a gente fica organizando meses. Nós ficamos foram nove meses, só fazendo reuniões todas terças-feiras. A gente aprendeu o que que a gente tinha que falar se eles chegassem perguntando alguma coisa.⁴⁰¹

³⁹⁸ NASCE a Ocupação Guarani Kaiowá. Blog da Ocupação Guarani Kaiowá. Publicado em abr. 2013. Disponível em: <<https://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

³⁹⁹ DE SOTO, *Economia subterrânea*, 1987, p. 55.

⁴⁰⁰ Militante. Entrevista militante. 19 dez. 2013. Entrevista concedida a GG

⁴⁰¹ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

2.4.5 O plano urbano e sua demarcação

No início da tarde, visitei a ocupação na companhia de estudantes de arquitetura vinculados ao movimento estudantil, fizemos uma rápida assembleia debaixo da grande árvore e marcamos uma reunião para discutir o plano urbanístico. Ele seria desenvolvido como ensaio para a formação do Escritório Modelo que o Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da ufmg, formamos então a equipe técnica⁴⁰². Na segunda-feira, 11 de março de 2013, fizemos a primeira reunião no da, com estudantes interessados em participar do Escritório Modelo, alguns arquitetos voluntários e representantes dos moradores, muitos deles da equipe de infraestrutura.⁴⁰³

Inicialmente, consideramos que haveria cem famílias na ocupação. Os lotes seriam de 125m², o que respeitava a legislação federal, mas não a de Contagem, onde o lote mínimo é de 360m². Para resolver isso, organizamos o parcelamento em seis lotes coletivos de cerca de vinte unidades. Cada lote coletivo seria atravessado por uma rua de acesso às parcelas individuais, como nas vilas operárias do início do século xx. O esgotamento sanitário seria feito por essas ruas, desembocando junto às margens do Córrego Alterosa, onde haveria centrais de tratamento de esgoto para cada um dos lotes coletivos.⁴⁰⁴

⁴⁰² Compuseram essa equipe: os graduandos em arquitetura e urbanismo Alessandra Guimarães, Ana Beatriz Corrêa, Ana Carolina de Jesus, André Inoue, André Luiz Goes e Silva, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Camila Bastos, David Meireles, Fernando Soares, Iara Almeida, Igor Guelfo, Ingrid Morais, Julia Carvalho, Maiara Luchi Camilotti, Maria Clara Cerqueira, Mariana Rodrigues Santos, Mateus Jacob, Núria Manresa, Paola Galvão, Sarah Kubitschek, Thomaz Yuji Baba e Vanessa Campos; os arquitetos urbanistas Carina Guedes, Laís Grossi, Larissa Vilela, Marcelo Lage, Marcelo Duarte e Tiago Castelo Branco Lourenço; os advogados Greg Andrade, Joviano Mayer e Larissa Pirchiner; os cientistas sociais Rafael Bittencourt e Érica Coelho Espeschit; e o sacerdote Frei Gilvander Luís Moreira.

⁴⁰³ A parte da arquitetura foi o que organizou a comunidade. Se a arquitetura não tivesse entrado, colaborando com esse projeto a situação estaria mais violenta e mais crítica, porque ia ser aquela lei do mais forte, nego ia pegar um pedaço maior, querer pegar pedaço do outro. Entendeu? O pessoal da arquitetura evitaram ter mais conflitos. Então nós não tivemos conflito por causa do terreno, por causa de espaço, não tivemos justamente por que quando o pessoal da brigada organizou o pessoal, as listas de presença, e a arquitetura fez o projeto. Então a comunidade aceitando isso, cada um ficou com um pedacinho que foi designado a ele e não teve essa luta por causa de terreno. Então a violência foi menos por causa da arquitetura. [Morador, 06 jan. 2014]

O papel é esse do diálogo com o poder público, não vai virar favela, tem que estar dentro das regras urbanas, as ruas darem pra passar serviço do SUS, ambulância. Eu acho extremamente importante, sem ele a gente não iria conseguir no processo jurídico. Dá uma força muito grande. Porque falar que está virando favela e não tem ordem é uma super justificativa pra despejo. [Militante e moradora, 26 fev. 2014]

⁴⁰⁴ A diferença do projeto na Guarani foi que o pessoal abraçou mais a comunidade, com o motivo da Dandara de não ser beco. Porque muita gente saiu da favela para construir na Guarani. Porque a

A proposta vinha sendo discutida em reuniões internas (Figura 16) e em reuniões semanais na ocupação (Figura 17), quando a organização política e os moradores solicitaram uma mudança: incluir outras quarenta e três famílias. Eram famílias que haviam participado de tentativas anteriores de ocupação daquele terreno e pressionavam para participar da ação. Sua exclusão poderia gerar conflitos, os quais deveriam ser evitados.

Quando eu entrei na ocupação, eu entrei meio assim à força, na tora mesmo. Para mim, eles dizem que não, mas pra mim as reuniões eram secretas, porque eu nunca fui convidado, nunca fui chamado. Estando aqui trabalhando na região, e estando na favela (Vila Pérola) direto, nunca ouvi falar que estava tendo essas reuniões. Somente na segunda-feira após eles entrarem que eu fiquei sabendo e fui também. Eles tentaram me descartar, falaram que já tinham cem pessoas e que eu tinha que entrar em lista de espera. Eu firmei o pé e falei que não iria sair. Se tivesse que lutar contra a polícia e contra eles, eu lutaria porque eu estava precisando.⁴⁰⁵

Retornamos à equipe com essa nova demanda.⁴⁰⁶ Como em outros momentos, os mais resistentes foram os arquitetos e estudantes de arquitetura, que achavam que outro terreno deveria ser ocupado. Já os moradores que faziam parte da equipe

favela tem beco e ali tem rua. São as ruas menores um pouco, mas são ruas. E muita gente fala, se isso aqui virar beco, eu vou embora. Não vou ficar aqui. Porque o pessoal quer sair um pouco dos becos. O pessoal hoje em dia quer ter condição de comprar um carro e colocar ele na porta de casa e, você morando na favela, não tem condição de fazer isso. O pessoal está correndo mais atrás do futuro. E ter a rua já é a porta pra isso. [Morador, 16 jan. 2014]

Justamente por esses espaços de rua, ali não é uma favela. Ali é uma comunidade. Ali não tem beco igual favela. Ali parece um condomínio. [Morador, 06 jan, 2014]

⁴⁰⁵ Morador. Entrevista morador. 6 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴⁰⁶ Aqui tem alternância com a favela. Tem muito cotidiano com a favela daqui do lado. A maioria veio de lá. O desenvolvimento da favela é assim. Uma bolha. A galera sai pouco. Todo mundo se conhece e cria uma cúpula que é muito de lá. E aí, fica difícil de quem é de fora ter acesso à isso. Todo mundo andando com cachorro ao redor. Eu acho que tem a ver com os becos, não passa carro, dá pra criar cachorro solto, ele não morde e tal. Eu fico pensando assim. Não tinha outra maneira de eu ter acesso a isso, de outra maneira sem estar aqui. Então vai ter muita coisa nova aqui. [Morador, 26 fev. 2014]

Eu achei impressionante, e nas outras ocupações também, como que o pessoal respeita. Arreda um pouquinho pra lá, um pouquinho pra cá, mas no geral, os lotes saem, como que a gente conseguiu ficar juntinho. O pessoal demarcar os lotes e cada um foi para o seu lote mesmo. Do lote que foi sorteado. [Militante moradora, 26 fev. 20214]

Uma coisa que eu acho que a arquitetura foi “massa” também, que eu acho que vocês trouxeram um acúmulo de experiências de outras ocupações. Tipo, vocês já fizeram planos de outras ocupações, já viram outros problemas e tudo mais. Aí, vocês vindo de fora com outros acúmulos, eu senti que vocês injetaram ânimo, confiança, sabe? Tipo, já passamos por isso... isso aí é assim mesmo. Esses problemas acontece e é normal. Essa ponte que vocês fazem com outras experiências é muito importante. [Morador, 26 fev. 2014]

Dentro da ocupação foi uma peça importante. Porque o pessoal achava assim que era chegar pegar o lote e ficar daquele jeito badernado, bagunçado depois que do pessoal da arquitetura ficou organizado, se não tivesse arquiteto ia ficar um com o lote grande, e outro com um menor. Não iria ter essas 140 pessoas que tem. Vocês conseguiram dividir um lugar que era para 100 famílias pra cento e tantas. [Moradora, 12 fev. 2014]

defenderam a demanda, argumentando que ela contribuiria para aumentar a pressão sobre o poder público e a capacidade de resistência da ocupação. Reelaboramos a proposta, mantendo os mesmos seis lotes coletivos, mas dessa vez com 143 unidades e parcelas individuais de 85m².

Para a discussão e a construção da proposta foram utilizados maquetes, desenhos e croquis (Figura 18). Os resultados das reuniões mais restritas eram apresentados aos moradores nas assembleias, que estavam sempre lotadas, mas tinham mais a função de legitimar politicamente as decisões do que de alterá-las de fato. A real participação na elaboração desse plano ocorria nas reuniões menores, entre técnicos e representantes dos moradores. Um dos moradores explicita como via tal participação: “Foi até para mim gratificante, porque eu pude desenvolver outra aptidão que eu tinha. Fui a reuniões na universidade, ajudei no planejamento do projeto, às vezes em algumas partes eu dava meu palpite.”⁴⁰⁷

A aprovação final do plano (Figura 19) ocorreu numa assembleia em 30 de março, um Sábado de Aleluia. Nesse dia iniciamos os trabalhos de demarcação, começando pela esquina das ruas Manoelita Chaves e Manoel Brandão, um ponto fácil de identificar em campo sem equipamentos sofisticados (Figura 20). Moradores, arquitetos e estudantes de arquitetura se revezaram nos trabalhos durante todo o mês de abril de 2013.

A demarcação dos lotes com o acompanhamento da equipe técnica a partir desse momento levou a avaliações positivas dos moradores ao comparar com as experiências anteriores de tentativas de ocupação do mesmo terreno. O limite físico do lote evidenciou para uma moradora essa diferença: nas tentativas anteriores ela havia demarcado um terreno no limite desse com uma das ruas que passava em seu entorno.

Cada um ia queria pegar um ‘pedação’. Eu, por exemplo, peguei do lado da rua, porque eu queria morar na rua por causa da minha mãe. Nunca eu iria imaginar que poderia fazer uma rua aqui dentro. Porque lá [Vila Pérola] também era grande e virou tudo bequinho. Imaginei que iria virar tudo bequinho, por isso eu peguei o meu lá na rua. Eu não iria imaginar que aqui dentro iria poder pôr uma rua. A gente não tinha nem imaginação.⁴⁰⁸
De início há uma desconfiança e um incômodo. Porque um arquiteto nada mais veio que delimitar o espaço. Dizer onde que são as glebas! Aqui te pertence, nem um centímetro mais, nem um centímetro a menos. Aí vem, tem

⁴⁰⁷ Morador. Entrevista morador. 6 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴⁰⁸ Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

que manter área verde, tem que manter um recuo, coisa da bacia, sabe como, ele vem como a lei! Não uma lei judicial.⁴⁰⁹

Esse negócio de demarcar os lotes deixa tudo mais visível. Por exemplo, todo mundo foi na casa de um morador porque ele arredou a cerca pra frente. Na assembléia que foi discutido todo mundo foi pra lá. Isso faz a igualdade dos moradores, de todo mundo ter o lote mais ou menos do mesmo tamanho. De respeitar, achar isso importante.⁴¹⁰

Durante a demarcação do terreno ocorreram surpresas: um arrimo numa parte do terreno e um brejo próximo ao Córrego Alterosa, que não registramos antes porque estavam cobertos pela vegetação e porque, nas visitas prévias, não foi possível inspecionar cada pedaço do terreno sem chamar a atenção da vizinhança. Assim, os lotes da rua Manoel Brandão até o meio do terreno seguiram o previsto no desenho, mas o restante, até a rua São Lourenço, teve que ser modificado. Num sábado no final de abril, avaliamos in loco o que fazer. Andávamos pelo terreno com uma mesa de plástico e o desenho, que era atualizado conforme as possibilidades demarcadas no local (Figuras 21 e 22).

Não tínhamos um levantamento topográfico do terreno antes do início da ocupação. A topografia inicial foi desenhada precariamente a partir de informações disponíveis no Google Earth. Com isso foram necessários diversos ajustes do plano urbano durante a demarcação, proporcionando uma experiência diferente de projeto.

A gente que trabalhou na medida do terreno, na divisão do terreno. Houve muita reclamação, muito nego achando que estava sendo injustiçado. Inclusive algumas partes do terreno estavam na planta uma medida, mas, na hora de medir no terreno teve que adequar, fazer adequação certa. Então houve muita reclamação, mas o pessoal acabou aceitando...⁴¹¹

Em alguns momentos já não se tratava de um projeto pensado a priori, mas de uma configuração de soluções buscadas por moradores e arquitetos à medida que eram necessárias (Figura 23). Feitos os ajustes, todos os lotes foram ocupados e começou a construção das casas.

No processo de desenho da planta, se tivesse como ser um processo mais colaborativo, seria muito mais “doido”. Os moradores ajudarem no planejamento. Porque não é fácil. Para dar o nome das ruas, fica difícil, não fica uma assembléia cheia. Acho que seria um avanço na questão de empoderamento. Inclusive, por não participarem, isso gera problemas também. A coisa dos lotes de cima serem a metade, ninguém entende. E muita gente não concorda. Isso gera problema. Se tivesse tido um processo mais participativo, talvez o problema diminuísse. E talvez os lotes nem

⁴⁰⁹ Morador e militante. Entrevista morador e militante. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴¹⁰ Moradora e militante. Entrevista moradora e militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴¹¹ Morador. Entrevista morador. 6 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

fossem a metade. Acho que se o pessoal tivesse participado, não teria chegado assim, nesse ponto. Fora isso, acho que a maneira como vocês lidaram, não foi autoritária. Não foi uma postura de militante. Eu acho que tem muito militante, na relação que estabelece na ocupação, é muito autoritária. Porque assume uma postura de militante, dono da...⁴¹²

Foram poucas as casas de alvenaria nos primeiros momentos da Ocupação Emanuel Guarani-Kaiowá; os barracos de madeirite ficaram por um período mais longo do que em outras ocupações. Em meados de 2013, começou uma discussão entre os moradores sobre a construção de um centro comunitário, próximo à grande árvore no centro do terreno. Um grupo de arquitetos que participara da elaboração do plano acompanhou essa discussão, mas ela não foi adiante. Os moradores chegaram a construir um pequeno barracão de alvenaria, mas seu uso se restringiu à guarda de materiais que recebiam em doação.

2.4.6 Junho de 2013

Em junho de 2013, Belo Horizonte sediou jogos da Copa das Confederações. Os dias de jogos foram também dias de massivos protestos na cidade — como em todo o Brasil, a Copa das Confederações se transformou em Copa das Manifestações. O ativismo entre os militantes das organizações políticas e apoiadores das ocupações que eu via desde 2008 ganhou outra proporção.

Sempre me incomodou de estarmos reunidos e alguém cozinhando pra nós, que não fosse da família. Tinha essa do pessoal falar que a disputa política era institucional, ser funcionário público, participar do processo eleitoral, entrar para um partido, era essa a referência de atuação. Eu nunca me achei nessa atuação. Por exemplo, quando eu fui fazer vestibular, o pessoal falou — “Você tem perfil para fazer gestão pública, na Fundação João Pinheiro”. Eu preferi Ciências Sociais, queria entender mais a essência das coisas e não atuar para ter estabilidade. Foi na Praia da Estação, que me deu mais liberdade, de me apresentar como quem não fazia parte de organização nenhuma, mas estava a fim de participar mais pela ação direta. Aí, me senti na necessidade de me organizar, não ficar só no fisiologismo da política.⁴¹³

Pelas câmeras da Mídia Ninja, as pessoas acompanhavam os protestos em tempo real e sentiam a emoção dos que estavam com seus corpos protestando nas ruas. No entanto, o clima de convulsão social não era universal. Recordo-me de um dia em que estava na região centro-sul de Belo Horizonte, a algumas quadras de onde ocorria um grande ato, e vi trabalhadores esperando num ponto de ônibus, com aquele

⁴¹² Morador. Entrevista morador. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴¹³ Moradora e militante. Entrevista moradora e militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

olhar resignado de quem não sabia o que se passava e descrente de qualquer mudança. Sentia o mesmo clima entre os moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá quando, nas assembleias, algum militante ou apoiador fazia um discurso apaixonado e os moradores pareciam apenas esperar o breve fim daquela lengalenga.

Eu achei muito interessante eu acho os trabalhos deles muito gratificante entendeu eu acho um trabalho bonito. Eu nunca tinha conhecido ou participado dessas manifestações dessas coisas sabe desses meus 50 anos eu vivi ali no meu mundinho, era casa, trabalho e filhos, entendeu. Marido e filhos e sair passear com meus filhos, com minha família, porque nós sempre com orçamento bagunçado mais sempre fomos unidas entendeu? Assim se tiver com um problema, todo mundo está no problema. Se estiver com dinheiro o que não tem empresta para o outro, se um não tem uma coisa mais o para outro precisa o outro passa para o outro, somos igual nós estamos aqui.⁴¹⁴

Quanto à mídia naquela ocasião (Figura 24), ela reproduziu uma abordagem que já predominava quando o assunto eram as ocupações urbanas, seguindo a mesma lógica usada para outros conflitos sociais que, em vez de evidenciados e discutidos como tais, são transformados em representações mais confortáveis. A violência urbana, por exemplo, costuma ser tratada de forma espetacular, como se seus eventos não fossem evidências de conflitos sociais mais amplos. Essa mesma abordagem marcou o noticiário nesse período (Figura 25).

Ao isolar o foco de toda atenção na violência espetacular, produzem-se todas as condições objetivas para a continuação da violência muda e silenciosa de várias dezenas de milhões de brasileiros, e, no limite, de toda a sociedade brasileira cuja dinâmica é estruturada de fio a pavio por essa gigantesca desigualdade, invisível tanto política quanto analiticamente.⁴¹⁵ As manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras na ocasião da Copa das Confederações, em junho de 2013, foram tratadas pela maior parte da imprensa nacional e local como vandalismo. Os Black Blocs⁴¹⁶, Logo após a primeira manifestação dos estudantes de São Paulo, a nossa imprensa, rápida como uma partícula de luz, disparou cheia de certeza lá do seu universo paralelo: “são vândalos, filhinhos de papai!” De início, olhando daqui do nosso universo dos mortais, alguns concordaram outros não. Na verdade, ninguém deu muita atenção. Enquanto isso, os políticos concordaram com a imprensa lá do universo paralelo deles e mandaram a polícia baixar a porrada. Revoltada, a população comprou o barulho dos estudantes e foi em massa para as ruas. Foi aí que se abriu um gigantesco buraco negro entre os três universos. E o pouco que se sabe sobre os buracos negros é que sua

⁴¹⁴ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴¹⁵ SOUZA, *A Ralé Brasileira*, 2011, p.98.

⁴¹⁶ Os Black Blocs, muito mais que grupos políticos de cunho anarquista, são na realidade uma estratégia de protesto que promove ações diretas, ou seja, essa estratégia de protesto não se restringe a uma passeata contra determinada instituição, eles promovem uma ação concreta contra a instituição.

força gravitacional é tão fantástica que nem a luz consegue escapar. Pois é. Ninguém escapou da fúria e da indignação popular. Partidos, imprensa falada, escrita, virtual, políticos, ideologias, governos, polícia, ônibus, formadores de opinião... foram todos sugados, sem nenhum pudor, para dentro do buraco negro. Atordoados, tentaram inventar alguma teoria que explicasse o fenômeno surpreendente. Mas assim como a Física Quântica, quanto mais eles tentavam entender, menos compreendiam.⁴¹⁷

Esse universo paralelo da imprensa e dos políticos brasileiros tem como importante esteio para sua formação os argumentos freyrianos. O país da harmonia, num momento em que estava em evidência em todo o mundo, não poderia jogar por terra uma de suas principais referências de identidade nacional. Além disso, a mídia emite opiniões apolíticas apresentando-as como assertivas técnicas. Os noticiários econômicos são o maior exemplo: as notícias são dadas como se fossem meras constatações, sem nenhum conteúdo político; comentaristas defensores do neoliberalismo apresentam suas análises como descrições ‘científicas’, subentendendo-se a neutralidade política como atributo da ciência. Enquanto se apresentam como veículos de toda a sociedade, “têm o dever de evitar metodicamente tudo o que pode chocar e ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial, ou seja, em primeiro lugar, as tomadas de posição propriamente políticas”.⁴¹⁸ No Brasil a Rede Globo é bastante eficiente nesse aspecto, ainda que uma pequena fração da sociedade tenha consciência de sua origem no período militar e sua linha conservadora. Deixando pouco evidente a própria posição, a empresa chega a veicular matérias jornalísticas que parecem questionar os setores conservadores. Mas, vistas mais de perto, são matérias pouco contundentes, que retiram as contradições do contexto do cotidiano e as apresentam como ‘escândalos’ excepcionais (Figura 26).

Esse ‘estouro’ popular ocorrido nas manifestações de 2013 é recorrente nas periferias da América Latina. Para Zibechi nas periferias ele se caracteriza pela expansão de lógica familiar comunitária centrada no papel da mulher-mãe, estabelecendo um mundo baseado em outros valores nas relações públicas, tais como: afeição, cuidados mútuos, contenção e inclusão.⁴¹⁹ São aspectos que antes ficavam restritos ao ambiente privado e passam a predominar no ambiente coletivo e público nesses territórios de resistência que se formam com esses processos

⁴¹⁷ MELLO, A teoria M e o Brasil paralelo, 2013. p.16.

⁴¹⁸ BOURDIEU, *A Distinção*, 2008, p. 413.

⁴¹⁹ Zibechi, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, pp. 90–92.

populares como o ocorrido nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. A situação é observada em diferentes casos na região, o que indica um comportamento comum e recorrente, ainda que em tempos e espaços distantes, ou seja, aquele “estouro” que se manifestou nas cidades brasileiras é latente em lugares como a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá e região, contudo, neste momento não observei um engajamento entre os ocupantes que continuaram envolvidos com seus problemas cotidianos e buscando estratégias de resistência para superar várias mazelas que marcam suas vidas e neste momento pareciam ser expostas com maior clareza na cidade do “asfalto”, mas parecia não ser uma pauta dos seus moradores)Figura 27).

É o problema da questão do endereço, o Everton que trabalha no posto veio pra fazer um cadastro do pessoal, fizeram o cadastro mais as ruas não tem nomes, ai ele falou: “Pessoas idosas, crianças e grávidas poderiam ir no posto e consultar.” Às vezes tem um jovem passando mal, tem que levar em outro lugar você não tem o dinheiro da passagem, não tem dinheiro pra pagar um carro pra levar. Você leva lá e as enfermeiras maltratam. Uma cunhada que trabalha no posto pegou e falou para mim: “Vai ter reunião de conselho da saúde você podia chamar o pessoal pra participar, isso vai ser melhor pra vocês estar dentro do assunto, pra vocês saberem como resolver os seus problemas, você saber pra onde ligar pra poder consultar.” Igual tem uma dona que é de idade, ela precisa de uma declaração do médico pra poder visitar o filho preso, ela não consegue. Porque? Ela não conseguiu a declaração. Voltou e não conseguiu a declaração pra poder ir visitar o filho. Ela tem problema de saúde. Eu vou começar a ir nessas reuniões e falar do problema deles, estou me importando com a minha saúde e com a saúde das pessoas que eu sei que precisam, com a saúde das crianças, elas não tem culpa do que os adultos pensam, vou pelos idosos e também pelos jovens, porque eu gosto de ficar com eles, gosto de participar das coisas de jovens. Eu vou lutar pra gente conseguir ter acesso ao posto de saúde como todo mundo. Outro dia fui levar minha filha que passou mal, estava com sinusite, tive que levar no posto. Cheguei lá falei com um rapaz: “Minha filha está precisando de consultar.” Ele falou: “Vocês vem mais cedo com educação.” Ela entrou pra consultar, uma enfermeira começou a xingar. Minha filha falou: “Mãe eu não falei nada porque minha cabeça estava doendo tanto, tanto que eu não tive nem palavra pra ela, eu só queria consultar e sair pra tomar meu remédio e melhorar.” A enfermeira veio na portaria e falou: “Esse pessoal da ocupação estão se achando que são melhor que todo mundo.” Daí eu peguei e falei com ela: “Moça realmente você tem razão nós não somos melhor que os outros não, muitos pelo contrário, vocês acham que nós somos até os piores, só que a gente precisa consultar.” Na ocupação é assim que funciona, tem muita gente que saiu do posto corrido por causa da falta de educação, você não sabe a hora que você vai passar mal. Você vai no hospital ai eles falam para ir no mais próximo da sua casa, você chega na unidade mais próxima pra ouvir isso.⁴²⁰

Em meio a essa convulsão social, a Ocupação Emanuel Guarani-Kaiowá seguiu se consolidando sem que os moradores se preocupassem muito com o que

⁴²⁰ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

ocorria no Centro de Belo Horizonte. Chegaram a questionar os militantes das Brigadas Populares que tinham a intenção de morar na ocupação, mas que, em vez de construírem suas casas, ficaram envolvidos com os protestos.

No caso de o militante morar na ocupação, é porque tem outro defeito. É o seguinte, eles lutam – eu também, só que eu moro – eles lutam para que o pessoal não pague aluguel, mas eles próprios pagam aluguel. Não tem um militante nas Brigadas que tem casa própria. Todos pagam aluguel. Então eles viram uma forma de sair do aluguel, morando na Guarani. Eles viram uma forma de morar na comunidade e acataram. Só quuma militante está fazendo por onde, os outros estão deixando à desejar.⁴²¹

A seus olhos, agiam como aquele proprietário do terreno que o deixava vazio, sem cumprir sua função social. De fato, seus lotes acabaram confiscados pela coordenação e encaminhados a famílias que estavam na fila de espera (Figuras 27 a 29).

Não tem como você cobrar de um cara que não também construiu. Como é que a coordenação vai chegar e falar: “Fulano, você não construiu?” A pessoa vai falar: “Mas o coordenador também não construiu”. Então não adianta, para você cobrar uma coisa da pessoa, você tem que fazer. Se você não faz, não tem como você cobrar.⁴²²

2.4.7 Bienal de Arquitetura

Em junho de 2013, abriram as inscrições para a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e inscrevemos as ocupações Eliana Silva e Emanuel Guarani-Kaiowá (Figura 30). Eu tinha pouca expectativa de que esta última fosse classificada, pois era uma ocupação pequena na periferia de uma metrópole com pouca visibilidade. Entretanto, ela o foi. Entendi os motivos alguns dias depois, conversando com os responsáveis pela curadoria da Bienal. Eles haviam entendido que a ocupação era de uma tribo Guarani Kaiowá na periferia de Contagem. Quando souberam do que se tratava, ficaram decepcionados. Tenho quase certeza de que pensaram em recuar na decisão. Explicamos que era uma ocupação de sem-teto na rmbh, expressão de um movimento social em curso havia anos, e que seria interessante apresentá-la a um público mais amplo. Mantiveram a classificação e preparamos a exposição nos meses de agosto e setembro. A curadoria lhe reservou um espaço no museu da Casa Brasileira: a antessala Emanuel Guarani-Kaiowá, que

⁴²¹ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴²² Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

antecedia uma exposição de projetos do programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo a curadoria, a intenção era mostrar ao público a política habitacional do povo, em contraposição à política habitacional do Estado (Figuras 31 e 32).

GG: Você esteve em São Paulo na Bienal de arquitetura, o que você achou?
Moradora: Para dizer a verdade eu não entendi muito bem, mas sei que foi importante. Acho que foi um processo importante, uma peça importante nesse xadrez.⁴²³

A indicação foi importante naquele momento para a atuação da arquitetura dentro da ocupação e a retomada de algumas discussões com a população já instalada. Para a apresentação no evento, elaboramos desenhos, fotos aéreas, vídeos etc. Porém, mais importante foi a confecção de uma maquete que ficaria exposta na antessala dedicada à ocupação no Museu da Casa Brasileira.

Olha alguns sabem outros eu acho que não interessaram muito, tanto que trouxe a maquete nós avisamos para o pessoal pra fazer as casinhas, teve muita gente que nós demos a pecinha pra poder levar pra casa e fazer, eles não fizeram nem questão e muito menos de entregar as pecinhas pra nós. Mas nós fizemos acho que Deus olhou para nós e falaram eles vão ganhar aí nós vamos fazer.⁴²⁴

Ela foi elaborada em duas etapas: sistema viário e parcelamento foram feitos por parte da equipe dos arquitetos fora da ocupação, enquanto as casas foram feitas na ocupação pelos moradores e arquitetos.⁴²⁵ O momento de confecção das casas e sua instalação na maquete não apenas foi lúdico, mas também serviu para que os moradores discutissem questões como altura das casas, afastamento do vizinho, localização de comércio, áreas de lazer etc (Figuras 33 e 34).

Assim mais ou menos, foi uma coisa que o arquiteto conseguiu. Conseguiu esse espaço na bienal, ele sempre foi com nós, ele veio para gente ajudar na maquete, para gente fazer a maquete, nós fizemos nossas casinhas na maquete, mas quando foi a hora da gente ir lá participar da bienal, a equipe

⁴²³ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴²⁴ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴²⁵ A equipe de moradores, arquitetos, advogados, cientistas sociais e religiosos que participou dessa exposição era composta pelas seguintes pessoas: Alessandra Guimarães, Ana Beatriz Corrêa, Ana Carolina Soares Loures de Jesus, André Inoue, André Luiz Gomes e Silva, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Camila Bastos, Carina Guedes, David Meireles, Deusiana da Silva Lucas, Érica Coelho Espeschit, Érico de Oliveira e Silva, Fernando Soares, Gilvander Luís Moreira, Gregório Andrade, Iara Almeida, Igor Guelfo, Ingrid Morais, Jéssica Natasha da Cruz Vidal, Joviano Mayer, Julia Carvalho, Junio César dos Anjos, Laís Grossi, Larissa Pirchiner, Larissa Vilela, Maiara Luchi Camilotti, Marcelo Duarte, Marcelo Lage, Margarete Maria de Araújo Silva, Maria Clara Cerqueira, Mariana Rodrigues Santos, Mateus Jacob, Maura da Silva, Misael Rubens Moreira, Núria Manresa, Paola Galvão, Rafael Bittencourt, Sarah Kubitschek, Silke Kapp, Thomaz Yuji Baba e Tiago Castelo Branco Lourenço.

de arquitetura convidou a gente pra poder ir lá, pra poder ir até em São Paulo participar lá, ver a exposição, nós não conseguimos, porque nós somos privados. O grupo que estava dentro da coordenação fez, tipo como se diz na linguagem popular, uma panelinha e não levou. Não levou o resto do pessoal que interessou de ir. Eles fizeram o grupinho deles e foram, e deixaram uns de fora. Assim como na ocupação, fizeram o grupinho e queriam deixar os outros de fora.⁴²⁶

Além da exposição propriamente dita (Figuras 35 e 36), realizamos, no final de outubro, uma roda de debate com os moradores nos jardins do Museu da Casa Brasileira, em São Paulo (Figura 37). Foi um momento em que perceberam a ocupação como luta política que vai além da construção de casas, como disputa por outras estratégias de política habitacional.

O fato daquele pessoal ter ido para um espaço granfino, espaço mais caro, metro quadrado mais caro do Brasil! No Museu da Casa Brasileira, cantando aquelas músicas esquisitas, é um local onde eles não têm acesso! Ali onde eles querem, os donos do poder, delimitar, você vê aí o negócio dos rolezim, proibido de entrar! São espaços que eles não estão acostumados a usufruir! Têm direito a usufruir e não têm espaço! Veio trazer esse choque de civilidade! Entendeu? Isso é muito importante! Cheio daqueles cuecão de seda, e chegamos com o pessoal da comunidade, os segurança tudo doido, e eles sentando naqueles bancão, tomando café. Os meninos nunca tinham andado de elevador! Eles nunca tinham andado de elevador! Enfim, tem uns bacanas, tem umas coisas bacanas, levar no Palácio das Artes! É nosso!⁴²⁷

Durante o período da exposição em São Paulo, as ocupações ganharam destaque na mídia local. Na ocasião eu era das gestões do IAB/MG e do Sinarq/MG. As diretorias, quando souberam da indicação da ocupação, providenciaram que fosse divulgado dentro dos jornais locais.

Eu acho que é importante, eu não imaginava que a gente fosse conseguir chegar até São Paulo a ter uma exclusividade em um museu pra estar ali com a maquete bonitinha. Eu achei importante porque com a ajuda ou sem a ajuda a gente conseguiu ganhar a Bienal, porque nós empenhamos naquilo. Nós fomos dando as casinhas: “Ó fulano toma aqui sua casinha pra fazer.” A filha deles fez a casinha e fez outra casinha pra outra pessoa. Foi enchendo os quadrados, teve participação de crianças e adolescentes, mais do que dos adultos. E a gente conseguiu ganhar, nós não imaginávamos que íamos ganhar. A gente conseguiu, então pra mim foi importante, também tem uma mão de Deus, valorizou o trabalho nosso, o sacrifício da gente, porque a gente sacrificou pra fazer a coisa acontecer e a coisa aconteceu.⁴²⁸

Neste momento, os veículos de comunicação assumiram mais uma vez a postura de uma suposta neutralidade que é tudo menos neutra: defendendo a

⁴²⁶ Morador. Entrevista morador. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴²⁷ Militante e morador. Entrevista militante e morador. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴²⁸ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

propriedade privada e omitindo o fato de que os terrenos ocupados estavam vazios, a explicação de sua vacância e a informação de que ferem a premissa da função social da propriedade, assim como se omitem os motivos pelos quais as ocupações acontecem (Figura 38).

A polícia civil nesses levantamentos que eles fazem através de apontamento. Outro dia pegaram um cara lá na avenida, desmanchado! No boletim de ocorrência falaram que estava aqui dentro! Deram um tiro... na rua...ele vão e ...aqui dentro. Então assim, quanto mais eles puderem fazer isso, mais eles deslegitimam a luta. Eu vi uma nota hoje no Super, falando sobre essa questão da violência, você vê que a matéria é toda tendenciosa pra poder falar que é aqui, entendeu! Para deslegitimar a luta mesmo!⁴²⁹

Entretanto, nesse caso, os jornais noticiaram a indicação da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá para a Bienal de Arquitetura de São Paulo, e fizeram-no no caderno de cultura; a abordagem da ocupação urbana se deu pelo viés cultural, esvaziando o conflito político que ela envolve (Figura 39). A passagem abaixo, na coluna de Anna Marina, mostra bem a banalização e o enquadramento do evento da ocupação como um novo fenômeno cultural ou ‘artístico’.

A história da arquitetura mineira é repleta de valores reconhecidos em todo o país. Só para falar de dois que já se foram, gostaria de lembrar meu amigo Sylvio de Vasconcelos, louvado como precursor do modernismo na arquitetura nacional, e de meu primo Álvaro Hardy — Veveco para todos —, que foi embora cedo, antes de cumprir seu destino. E o que falar de Gustavo Penna, que é o revival daqueles artistas renascentistas, que faziam tudo para papas e reis? Difícil surgir uma novidade por aqui que não tenha o dedo dele. Agora, os profissionais mineiros conseguiram faturar uma seleção para participar da Bienal Internacional de Arquitetura em São Paulo. O projeto tem a participação de representantes da Diretoria de Habitação do Instituto dos Arquitetos do Brasil – MG (IAB-MG) e foi desenvolvido para ocupação de um terreno sem função social na periferia de Contagem.⁴³⁰

A colunista se refere ao plano da ocupação urbana como se assentamentos precários, autoproduzidos ou espaços que abrigam os pobres fosse uma novidade. Quando não comparece apenas negativamente nas páginas policiais, a ocupação é posta numa perspectiva que não incomoda, como se fosse, no máximo, o lançamento de um livro ligeiramente contestador. A ocupação é fetichizada e neutralizada como produto cultural, uma promissora firula de arquiteto (e não dos moradores).

Ainda na X Bienal de Arquitetura de São Paulo, organizamos um evento em Belo Horizonte junto com a curadoria da Bienal, denominado Circuito Fábio Alves —

⁴²⁹ Militante e morador. Entrevista militante e morador. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴³⁰ ESTADO DE MINAS, Coluna Anna Marina, 17/10/2013

em homenagem ao advogado Fábio Alves, que falecera em outubro de 2013 — e que consistia na visita a várias ocupações da RMBH (Figuras 40 e 41). Logo cedo, os participantes se encontraram na EA-UFMG, para organizar as caronas. Eram arquitetos e estudantes, a maioria de Belo Horizonte e alguns de fora, e vários moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, que até disponibilizaram veículos. O circuito começou na Ocupação Eliana Silva, depois passou pelas ocupações William Rosa e Emanuel Guarani Kaiowá, onde almoçamos na casa de uma coordenadora e os participantes tiveram algum tempo para conversar com moradores. Seguimos então para as ocupações Dandara e Rosa Leão, esta última uma das recém-iniciadas ocupações da Izidora. Fechando o circuito, fomos ao Espaço Comum Luiz Estrela, ocupação de uma edificação antiga que também começara havia poucos dias.

2.4.8 Questões mal resolvidas

Pouco tempo depois da exposição na bienal e do Circuito Fábio Alves, começou uma disputa entre moradores da Emanuel Guarani Kaiowá e membros de gangues da região quanto à ocupação da área de preservação do córrego ao lado da Avenida Alterosa.⁴³¹ Fizemos várias reuniões e assembleias para esclarecer que ocupar aquela área dificultaria as negociações com a prefeitura e no judiciário. Os representantes das gangues argumentavam que era besteira preservá-la e que bastaria encher o córrego de terra que ele desapareceria — afinal a obra da avenida já vinha fazendo isso. Concordamos que isso seria mesmo um problema nas próximas chuvas, mas, justamente, não significava liberação para ocupar etc.

A área verde é a área que não pode ser ocupada. Sem a área verde a gente perde o nosso direito. Então foi uma briga porque o pessoal queria ocupar a área verde, é o meu maior problema, porque a gente tinha que defender a área verde. Eu fui ameaçada, outros foram ameaçados por causa do que da área verde. Graças a Deus que tem um Deus lá em cima que é fiel a área verde. A área verde ainda está lá.⁴³²

⁴³¹ No dia em que eu te conheci você estava lá dividindo os lotes. Eu acho que, se não fosse uma coisa organizada, aquela rua da praça estava até hoje? Já tinha virado lote pra tudo quanto é lado. Tinha os becos que você mal passava. Área verde, que área verde? Entendeu a luta que foi? Nego entrar no meio da área verde e falar: “Você não vai fazer área verde aí não!” Porque a gente tinha um déficit muito grande, cara! As pessoas querem morar. [Militante e morador, 13 jan. 2014]

⁴³² Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

A movimentação de terra para a implantação dessa obra da prefeitura alterou o relevo do entorno imediato, desviando pequenos cursos d'água no terreno ocupado e gerando áreas alagáveis que antes não existiam.

No final de 2013 a área não foi ocupada, mas, periodicamente, provoca novas brigas, reuniões e assembleias. Moradores da região interessados em participar do processo têm pressionado para que a área de preservação também seja loteada, aumentando o número famílias atendidas.

Eles queriam a terra de qualquer maneira e não tinha mais lotes, ai eles queriam a área verde de qualquer jeito. Eu fui falar com ele, eu e outro e ele ficaram xingando nós, queriam bater com a enxada, ameaçou a por fogo na minha barraca. Isso tudo pra que? Pra ganhar um lote. Eles iam ganhar o lote no grito, eu falei: "Vem que a gente vai conversar pra poder resolver." Mas ele quis ganhar o lote no grito e ganhou pro filho dele que morava de aluguel.⁴³³

Em contrapartida, a grande maioria dos moradores já instalados discorda da ocupação dessa área, que, a seu ver, prejudicaria a todos pelo fato de desrespeitar a legislação ambiental (coisa que, diga-se de passagem, a obra da prefeitura já faz). Eles têm tentado construir um diálogo com o grupo externo.

Outros arquitetos, estudantes e eu fomos convidados a participar de assembleias para esclarecer esse tema.⁴³⁴ Como pessoas não diretamente envolvidas e ainda portadoras de um discurso técnico, parecíamos ter naquele momento uma força de persuasão muito maior do que moradores e lideranças engajados em favor das áreas de preservação. Um morador disse isso diretamente:

Como foi você que fez o projeto, porque aquela área, se os caras quisessem construir lá, por mim, estava tudo bem. Eu não entendi aquilo ali como área verde e eu não entendo nada de área verde. Então, a gente não entende, para explicar para o cara que ele não pode construir ali, porque ali, a casa dele pode cair daqui a não sei quanto tempo. Eu não tenho argumento nenhum. Como você já estudou para isso e sabe do que está falando, você explicar para o cara é mais fácil. Por mim, se o cara quiser construir lá de cabeça pra baixo, tanto faz, mas tem as questões técnicas.⁴³⁵

⁴³³ Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴³⁴ Naquela questão da área verde, eu acho que a questão ficou realmente confusa. Na relação que você estabeleceu com a coordenação, a comunidade ficou mais confusa. Os argumentos que você usou para defender a área verde não foram os mesmos que a coordenação usou e não foram os mesmos que eu estava usando. Porque a coordenação estava usando o discurso mais da preservação enquanto ao espaço coletivo, aí você usou o argumento da questão do ruído, do risco de lotear ao lado de uma avenida. E eu estava fazendo mais o discurso mais jurídico dos trinta metros da área do rio. E, no final das contas, eu não sabia se o meu argumento era real, apesar de eu acreditar nele... [Morador, 26 fev. 2014]

⁴³⁵ Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

O desafio tem sido demonstrar a necessidade de respeitar o entorno dos cursos d'água, quando o próprio Estado faz o oposto, como no caso das obras da Avenida Alterosa e outras tantas obras viárias em toda a cidade.

A questão da área verde expõe disputas internas da região que não foram resolvidas durante o processo da ocupação, repetindo uma situação que também ocorreu na Ocupação Dandara, as áreas verdes são respeitadas nos momentos de maior tensão quando há uma pressão pelo despejo, quando isto aparenta estar resolvido a pressão por ocupar estes espaços retorna. Como na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá participam um número menor de famílias e eles conhecem as disputas internas, acordos são estabelecidos para que a região se mantenha sem ser ocupada por edificações. Isto não ocorre nas ocupações que são maiores e envolvem interesses diversos dificultando o controle destes grupos sócio-espaciais destas pressões fundiárias. Acompanhei esse processo até o final de 2013, em imagens de satélite podemos observar que a área se manteve desocupada até dezembro de 2015 (Figura 42), em imagens mais recentes a área já se encontra ocupada, se manteve uma faixa de preservação entre o fundo das casas e a Avenida Alterosa no entorno imediato de uma galeria que conduz o curso d'água (Figura 43). Eu não acompanho os encaminhamentos das questões acerca deste terreno desde o 1º semestre de 2014.⁴³⁶

Dentre as experiências de assessoria técnica com que me envolvi durante esses anos, na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá começaram a ficar mais claras as características dos comportamentos sociais dos moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte. Atribuo essa percepção mais aguçada a alguns fatores que já indiquei acima, como o fato de a ocupação ter coincidido com o momento que eu estava no mestrado e mais predisposto a refletir sobre os vários atores envolvidos com este tipo de evento urbano. Outro fato era o tamanho: a Emanuel Guarani Kaiowá era bem menor que as outras que eu havia acompanhado até então, o que favoreceu um contato mais próximo com os moradores e seu cotidiano. Todas as ocupações têm moradores de outros bairros periféricos próximos. No caso da Emanuel Guarani

⁴³⁶ Quem está ali morando aceitou a separação da área verde. Agora, quem não está morando, que vai ali porque tem um lote ali, porque está especulando, ou está esperando, na verdade eles queriam ocupar até a área verde. Não queriam respeitar o meio ambiente, não queriam respeitar o meio comum. Eles não queriam aceitar. Se não fosse o projeto, na verdade nós não teríamos nem rua, nós temos rua ali por causa do projeto. [Morador, 14 jan. 2014]

Kaiowá, havia uma ligação muito mais forte com a Vila Pérola. Eram poucos os moradores que vieram de outros bairros, quase todos já estavam envolvidos e tinham grande intimidade com as questões locais, ficando mais evidente uma ética daquela periferia dos limites de Belo Horizonte e Contagem.⁴³⁷ Apesar de alguns militantes das Brigadas Populares terem ido morar na ocupação, eles pouco influenciavam no seu desenvolvimento, boa parte deles ficou envolvida com as movimentações de Julho de 2013 e posteriormente com as Ocupações da Izidora, que se iniciaram em junho de 2013 e envolveram várias famílias e um conflito fundiário complexo que demandou um grande envolvimento de todos com suas possíveis resoluções, organizações políticas e também a assessoria técnica.⁴³⁸

Esse contexto levou os moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá a manifestarem de forma mais genuína suas posições frente ao processo de ocupação do terreno. Chamou minha atenção como os moradores estabeleciam relações baseadas no afeto, com destaque para as mulheres que estiveram à frente de todo o processo, e como esse afeto passa para uma extrema violência, manifestada numa predisposição a fazer justiça com as próprias mãos. Essa disposição à violência é também observada em outros lugares semelhantes na América Latina, como na *informalidade* que caracteriza o Peru, quando é necessário fazer justiça com as próprias mãos à revelia das instituições para fazer cumprir um contrato, em que agentes sociais passam a utilizar a violência no controle dos territórios onde o Estado não se faz presente. Qualquer situação que pode ser prejudicial é imediatamente corrigida, sem mediações ou intermediários, uma condição encontrada em várias

⁴³⁷ Sinceramente eu acho que essa Guarani é tranquila de mais. O problema mesmo é que um lado tem a água e o outro lado tem pouco. É um problema que nós moradores temos que resolver. Ninguém importa mais com ninguém, assim você pode contar com as pessoas que estão mexendo. Limpei pra ajudar, eu acho que a gente poderia ter um grupo que unisse pra poder ajudar um ao outro. Pedreiro está caro, 150 reais um dia, se a gente juntar, unir umas 10 pessoas pra poder ajudar o meu vizinho da direita ou da esquerda a construir a casa dele? Ia ser rápido, nos finais de semana todo mundo trabalha e ele ia gastar só com o material porque a gente ia ser a mão-de-obra. Está faltando união, é o maior problema, porque a união faz a força e aqui não é assim. [Moradora, 12 fev. 2014]

⁴³⁸ Os outros militantes estão ocupados fazendo outras coisas, então não tem como. O que aconteceu foi isso. A falta de organização da própria organização. Um pouco de falta de compromisso com a ocupação. Tipo, deixou a ocupação em nossas mãos. Vocês estão destacados pra essa ocupação, então, se virem aí. Acho que esse é o problema. [Morador, 16 jan. 2014]

Esta coisa de ficar muito na luta institucional, de ficar muito fora, não ter conseguido fazer a própria casa, é mais pelo conforto de ter aprendido a fazer a luta assim, não sabe fazer a daqui. Não consegue ver a daqui como uma luta tão importante, porque não foi educado pra isso. [Militante e moradora, 26 fev. 2014]

situações também no Brasil, e, na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, isso era evidente.

Num mercado informal onde há muito movimento existe uma demanda muito alta de coerção contra os que não cumprem contratos. Isso certamente tem também outras consequências sociais adversas, como a de exercer a violência para diferentes finalidades. Assim, no lugar de pagar a um grupo de justiceiros para obter o cumprimento de um contrato — o que já é indesejável —, o empresário encontra-se muitas vezes pagando-lhes apenas para que a violência não seja usada contra si.⁴³⁹

A Ocupação Emanuel Guarani-Kaiowá continua em busca de uma solução para o conflito fundiário. Os proprietários já procuraram lideranças das organizações políticas para um acordo extrajudicial, e, de ambos os lados, parece haver abertura para a negociação, acompanhando as escolhas que os próprios moradores fazem cotidianamente, frente a instituições que continuam ausentes na busca por resoluções de seus problemas.⁴⁴⁰ Nessas tentativas são discutidas propostas como a construção de um condomínio residencial em parte do terreno e a permanência dos atuais moradores na outra parte, ou a remoção de todas as famílias e seu reassentamento em outro terreno na região, do mesmo proprietário. Há anos não sou convidado a participar dessas discussões. Desde meados de 2013, passei a acompanhar as Ocupações da Izidora e não foi possível mais acompanhar as andanças desse grupo sócio-espacial (Figuras 44 e 45).

Eu aprendi com o povo humilde, a revolução não vai acontecer nos bancos da faculdade não companheiro. A revolução vai acontecer na revolta dos humildes. Do povo favelado, é ali que vai acontecer a revolução. E com todo respeito que eu tenho aos estudiosos e com o conhecimento que a academia traz, mas quem pode falar, com todo respeito que eu tenho pra ti por exemplo, porque eu tenho muito respeito por ti, mas quem tem expertise para poder falar de ocupação urbana, é quem não tem casa pra morar. Eu vou ficar porque eu não tenho casa pra morar. Vocês estão indo pra casa de vocês! Eu vou ficar. Madame Tereza da Vida que é uma figura do Grupo de Amigos, ela quando fala numa Assembléia Legislativa, quando um secretário de defesa social fala que não tem visita vexatória, ela fala: “Eu vou mostrar pra vocês como é que é visita vexatória, eu vou tirar a roupa aqui agora e vou mostrar pra vocês uma mulher negra, moradora de periferia, idosa”. Eu vejo que as Brigadas Populares, tá perdendo muito isso, tá perdendo demais isso. Tá perdendo a força do povo! Ela tinha que, desculpa a palavra, mas ela tinha que enegrecer mesmo. Hoje não tá tendo isso. As bandeiras são justíssimas. Mas o caminho eu vejo que está se perdendo. Eu vejo isso, pode ser que eu

⁴³⁹DE SOTO, *Economia subterrânea*, 1987, pp. 235-236.

⁴⁴⁰ Se eu pudesse escolher eu ia preferir morar assim, mas se fosse para ajudar outras pessoas eu concordaria, eu até largo mão, se beneficiar outras pessoas, se o apartamento for beneficiar mais pessoas que pagam aluguel eu daria tudo pra ver o sorriso, assim ai eu abriria mão. [Moradora, 12 fev. 2014]

esteja errado. Eu não sou dono da razão, estou falando isso a minha impressão.⁴⁴¹

⁴⁴¹ Militante e morador. Entrevista militante e morador. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

3 SEGUNDA FASE

3.1 Ocupações da Izidora

3.1.1 Primeiro momento nas Ocupações da Izidora: uma ação se institucionalizando

3.1.1.1 Uma assessoria se institucionalizando

Depois da Ocupação Dandara, as Ocupações da Izidora foram a segunda experiência divisora de águas na minha trajetória como assessor técnico e como alguém crítico do campo da arquitetura e do urbanismo. Elas se iniciaram quando eu estava no meio do mestrado. Embora não as tenha incluído na dissertação, várias reflexões desenvolvidas naquele momento se devem a essa experiência. Elas representaram uma nova fase para todos os envolvidos, muito mais conflituosa, com agentes e apoiadores mais diversos, com mais trabalho interdisciplinar e mais atividades de extensão universitária.⁴⁴² As organizações políticas também mudaram: sua atuação se tornou mais institucionalizada, com a formação de estruturas partidárias a partir da experiência política das ocupações, levando inclusive militantes e moradores a se candidatarem nas eleições municipais de 2016 e 2020 (Figuras 1 e 2).

O primeiro contato das organizações políticas ocorreu através da CPT e das Brigadas Populares,⁴⁴³ e, logo nos primeiros dias, se envolve também o MLB. O meu primeiro contato ocorreu durante o mês de julho de 2013, quando um militante das Brigadas Populares me convidou para contribuir na Ocupação Rosa Leão, ocasião em que eu participava da reorganização da ONG Arquitetas Sem Fronteiras Brasil (ASF).

⁴⁴² Todo mundo fazia, mas a gente tinha legitimidade. Porque uma coisa é você morar e sentir o mesmo que o povo, e cobrar do povo “gente, precisamos morar, precisamos demarcar rua, precisamos isso, precisamos participar da reunião, precisamos fazer manifestação...”, você morando e fazendo... outra coisa é cê tá lá na sua casa, no seu conforto, chegar aqui como coordenador e dizer pro povo o que fazer. [Moradora, 26 jan. 2021]

Sou liderança comunitária na região do Izidora... Sou também moradora aqui do território, que torna a liderança um pouco mais árdua, mais sofrida, quando se mora no território! Mas também é com mais propriedade que você cobra e fala qualquer coisa, por que você vive aqui! [Moradora, 6 jul. 2021]

⁴⁴³ A Brigada entrou e começou a organizar tudo, documentação, fazer uma coisa bacana, colher as assinaturas de todo mundo, e xerox dos meninos, das famílias, das crianças todas, organizando tudo e cadastrando todo mundo. [Morador, 18 jul. 2018]

A assessoria técnica se iniciou com o acompanhamento da instalação da Ocupação Rosa Leão e, no mês de agosto de 2013, soube da Ocupação Esperança e Vitória, porém eu só me aproximaria dessas outras ocupações ao final daquele ano, quando passei a acompanhar como assessor técnico os moradores e as organizações políticas nas primeiras negociações acerca desses conflitos fundiários junto ao governo estadual, ainda na gestão de Antônio Júnio Anastasia (2010-2014).

Àquele tempo, eu não tinha nenhum envolvimento com instituições universitárias como professor. Eu era mestrando na UFMG, mas esse vínculo não afetou a assessoria.

Os moradores das três ocupações foram orientados pelos primeiros militantes com que entraram em contato a observar a organização espacial dos terrenos.

Eu acho que ninguém tem direito de ditar regras em seu território se não mora. Porque o peito que tá aqui todo dia à frente de uma arma a qualquer momento é o nosso. Não é de quem vem aqui e vai embora. Isso é uma crítica que eu faço muito grande. Eu não quero ser mártir. Eu não quero ter uma estátua. Porque, na ansiedade de ajudar, não percebe o risco que coloca nossos corpos. Quem sabe somos nós. É nós que estamos aqui todo dia.⁴⁴⁴

Eles indicavam que sem essa organização seria difícil se manter no terreno. As ocupações Esperança e Vitória eram promovidas por moradores do bairro Baronesa e não tinham ainda um acompanhamento de outras organizações políticas. Elas eram consideradas ocupações espontâneas, o que conferia uma conotação negativa na negociação com o Estado: “Nós fizemos uma reunião com um possível apoiador, mostramos a ele a ocupação. Ele conversou comigo e disse: “Tem que ter organização, foi uma ocupação espontânea, mas tem que ter organizar o povo, tem que ter rua, tem que deixar espaço pra rua, porque hoje em dia eles não aceitam beco, tem que medir os lotes”.⁴⁴⁵

Essa percepção se devia a experiências como as Ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, que haviam sido planejadas. Os militantes que entraram em contato nesses primeiros momentos orientavam os moradores a seguirem o que havia sido realizado nesses três casos: deixar espaço para ruas e

⁴⁴⁴ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁴⁴⁵ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

medir os lotes.⁴⁴⁶ Dentre as três ocupações, somente a Ocupação Rosa Leão era acompanhada por uma organização, o MLPM (Movimento de Luta por Moradia), que, desde 2011, acompanhava a Ocupação Zilah Spósito Helena Greco e tinha militantes que moravam em conjuntos habitacionais da região, especialmente no Conjunto Ubirajara, local onde morou Rosa Leão, uma militante que havia sido assassinata na época e foi homenageada com o nome da nova ocupação que surgia.

Para um morador da Ocupação Vitória, as Brigadas Populares foi a responsável pela organização do terreno. Com a sua presença, o processo de ocupação do lugar tomou outro rumo, passando a serem estabelecidos acordos entre todos para a apropriação do terreno ocupado. Segundo um morador, foi um estudante de engenharia ambiental, militante das Brigadas Populares, quem orientou essa demarcação determinando junto as ruas e os lotes.

A Brigada, rapaz, ela veio... num sei quem deu a ideia, né? De, assim... aparecer a Brigada lá. Apareceu já organizando tudo, né? E fazendo... pegando o nome das pessoa, dos morador, né? E isso eu achei importante. Apareceu um estudante de engenharia, ele ajudou muito pra abrir essas rua, a abrir a rua no lugar certo, sem prejudicar o meibiente. O povo quer abrir rua de qualquer maneira, então, ele falou que tinha que saber onde vai passar a rua direitin, pra não prejudicar o meibiente, não cortar muita árvore.⁴⁴⁷

Na Ocupação Esperança a situação foi semelhante. Como já citado, a Ocupação Rosa Leão era acompanhada pela ASF, mas também já se encontrava em estágio avançado de apropriação do terreno ocupado quando nos envolvemos. Os moradores também seguiam essas orientações iniciais dos militantes da CPT e das Brigadas Populares.

As Ocupações da Izidora se iniciam num momento em que os ativistas e as organizações políticas que militavam em Belo Horizonte e região atuavam há cinco anos em eventos como esses na cidade. Nesse período, as experiências acumuladas indicavam possibilidades de avanços nas negociações quando se incorporavam preceitos institucionais como estratégias da luta política. Essa é uma condição que

⁴⁴⁶ Por exemplo, se o GG chegar e falar “a rua tem que ter oito metros, tá?! Porque a legislação, num sei o que, blablabla”... se eu chegar e falar “gente, precisamos que a rua tenha oito metros, porque é lei hoje, e é bom pra gente ter o carro passando”. O que o GG falou a galera acredita. Mas o que eu falei eu tenho que provar. A gente vai mudando essa lógica com o tempo. Fazendo reuniões, fazendo assembleias... demarcando o território, demarcando mesmo o lugar... demarcando fala, se fazendo respeitar, se fazendo escutar. [Moradora, 26 jan. 2021]

⁴⁴⁷ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

marcará as contradições dessa experiência de assessoria técnica e a trajetória desses grupos sócio-espaciais a partir de 2013.⁴⁴⁸

Nesse contexto as reflexões sobre a prática da produção do espaço e suas diferenças em relação ao que era negociado e disputado nas instâncias institucionais ficam mais latentes: “Então, eu fui buscar nas ocupações não uma militância, fui aprender como é que eles conseguiam driblar essa coisa hegemônica, é uma troca de saberes. Eu quero entender como é que estão conseguindo se apropriar da cidade. Eu levo o meu saber que pode melhorar um pouco”.⁴⁴⁹

Partindo desse incômodo, a prática (práxis) diz respeito ao fazer — uma dimensão essencial da experiência das ocupações urbanas —, devemos todos, moradores, organizações políticas e apoio, disputá-lo. A demasiada atenção dispensada a aspectos que nos afastam dessa prática deve ser vista sempre com cuidado, já que nos leva, ativistas, militantes das organizações políticas e representantes do apoio acadêmico, a uma experiência com a produção do espaço quase sempre mediada e distante dos territórios ocupados, contribuindo para a formação de uma consciência incompleta, baseada em princípios abstratos e distantes do fazer. Castoriadis chama a atenção para um aspecto: se existe a possibilidade de aproximação da condição autônoma, ela se aproxima da práxis, e não de abstrações distantes, o que exige cuidado e atenção quando se realiza uma luta política que tem nas disputas institucionais uma importante estratégia⁴⁵⁰: “Chamamos de praxis este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia. A verdadeira política, a verdadeira pedagogia, a verdadeira medicina, na medida em que algum dia existiram, pertencem à praxis.”⁴⁵¹

Nas Ocupações da Izidora, as diferenças entre os agentes que compõem esses grupos sócio-espaciais ficam mais evidentes. A incompreensão dos motivos que mobilizam os moradores das ocupações urbanas e as frustrações fruto desse descompasso provêm de uma disputa política que ganha grande destaque e se coloca

⁴⁴⁸ É o mesmo que a gente faz no Direito, tratar ali de uma perspectiva jurídica contra hegemônica, e o que tem no fim das contas é a perseguição por um processo de tomada de consciência e de conscientização. [Militante, 12 dez. 2013]

⁴⁴⁹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁴⁵⁰ Hoje vivemos numa democracia, o poder público não exerce um ato arbitrário sem antes avaliar os seus custos. Na realização de um despejo, por mais que aconteça muitos, o poder público faz avaliação de qual vai ser o custo político, ideológico da sua realização. E o que faz elevar o custo político de um despejo é ter uma rede ampla. [Militante, 19 dez. 2013]

⁴⁵¹ CASTORIADIS, *A instituição imaginária da sociedade*, [1975] 1982, p. 94.

distante da produção cotidiana dos terrenos ocupados, a disputa das ocupações se dá num outro lugar, a partir de valores não construídos junto com os moradores e sua prática. A atuação dos militantes e apoiadores ganha destaque que pouco evidencia a produção dos terrenos ocupados e tem pouco rebatimento na realidade para a qual acreditam representar.

Nessa situação uma questão se coloca: o morador autoprodutor das Ocupações da Izidora necessita do arquiteto e do advogado para produzir seus espaços de moradia? A experiência dessa assessoria indica que essa necessidade vem da representação que esses profissionais exercem na mediação da disputa junto ao Estado, mas são pouco relevantes na produção dos terrenos ocupados. Um indício que já se manifestava na primeira fase, mas que nesse momento fica negrito.

A atuação institucional sempre aponta na direção do controle, envolvendo diferentes estratégias que almejam essa condição, seja pela cooptação ou repressão. Acreditar nas estratégias provenientes do Estado e das instituições evidencia uma ingenuidade que durante o processo mostrará seus limites na superação dos problemas que envolvem a emancipação dos envolvidos com as ocupações, sejam os moradores, os ativistas ou militantes das organizações políticas.

3.1.1.2 A dinâmica imobiliária da região norte de Belo Horizonte

Creio que esse processo de institucionalização — tanto das assessorias quanto das organizações políticas — se deveu neste momento, sobretudo, ao fato de o 'inimigo' ter ficado mais poderoso. Se antes atuávamos 'atrapalhando' a especulação imobiliária e a produção capitalista de imóveis por construtoras de segundo escalão (como a proprietária do terreno da Dandara ou a proprietária do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá), passamos a enfrentar um capital imobiliário financeirizado, com trânsito direto no Estado e plenos recursos para usar contra as ocupações.⁴⁵² Desde meados dos anos 2000, incorporadoras atuantes em Belo Horizonte vinham abrindo seus capitais e operando com ativos do mercado financeiro: “A partir de 2004, o capital imobiliário iniciou um processo de nova estruturação promovida através da estratégia

⁴⁵² Infelizmente do jeito que está sendo feito, escorre dinheiro é para as empreiteiras, em vez de ir mais para moradia, vai mais pra salvar a indústria da construção civil. [Militante, 20 dez. 2013]

de abertura de capital das empresas da construção civil na bolsa de valores, lastreando seus papéis em estoques de terra e lançamentos imobiliários futuros.”⁴⁵³

Isso conferiu uma dinâmica inédita ao mercado local, aumentando o preço da terra e o número de empreendimentos lançados (como profissional que atua também com lançamento imobiliário, observei de perto esse processo, pelo aumento das encomendas e pelo seu caráter impessoal, de informações técnicas mais formatadas e homogêneas).⁴⁵⁴ Algumas construtoras locais se associaram a incorporadoras maiores e entraram na nova lógica.

As grandes construtoras do setor de edificações, que costumavam produzir apenas no âmbito estadual ou local, buscaram ampliar seu universo de influência para os níveis regional e nacional. Este movimento gerou mudanças de postura por parte das construtoras de menor porte que tiveram que adotar estratégias de proteção ou se adaptar ao fenômeno.⁴⁵⁵

Eis o caso das construtoras e associadas no plano de um grande empreendimento na Mata do Isidoro, coincidente com o terreno onde ocorrem as ocupações Esperança e Vitória.

Essa intensificação da atividade imobiliária que eu vivenciava desde meados dos anos 2000 se deve à melhoria na regulamentação do setor. Criou-se uma segurança para os envolvidos na promoção da atividade econômica junto com a melhoria de crédito para as pessoas físicas e redução da taxa de juros, aspectos oriundos de um ambiente macroeconômico favorável que marcou o Brasil até o início dos anos 2010. A estabilidade econômica brasileira que vinha sendo construída desde os anos 1990 possibilitou a construção de um mercado consumidor com um grande potencial de crescimento, insuflado por programas sociais de distribuição de renda, o que levou a um mercado que permitia a indivíduos garantirem segurança para a disponibilização do crédito.⁴⁵⁶

Na região norte de Belo Horizonte, essa condição macroeconômica brasileira que aqueceu o mercado imobiliário levou ao lançamento de vários empreendimentos imobiliários que também foram fomentados por intervenções públicas, como a obra

⁴⁵³ CARDOSO et al., A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida, 2011, p. 85.

⁴⁵⁴ Esses grandes setores que produzem a cidade, e aí em especial os setores imobiliários e as empreiteiras, eles avançam muito mais do que a gente consegue avançar na luta, então essa é a grande contradição, a gente está avançando, a gente está acumulando muito. É importante estar ali, mas eles estão na frente, nós estamos perdendo a nossa disputa. [Apoiador, 24 jan. 2014]

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 94.

⁴⁵⁶ SHIMBO, Habitação Social de Mercado, 2012.

viária da Linha Verde (Figura 3) e a construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais (Figura 4), intervenções que ocorrem na segunda metade dos anos 2000 e mudam a dinâmica do mercado imobiliário local, impactando também as cidades conurbadas com a capital no seu limite norte, especialmente Vespasiano e Santa Luzia — esta última, inclusive, faz limite imediato com as Ocupações da Izidora.

O distrito de São Benedito em Santa Luzia, que faz limite com a região norte de Belo Horizonte, tem se consolidado como opção de moradia para a população com baixo poder aquisitivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) desde os anos 1970, como constata Gustavo Resgala Silva:

[...] a década de 1970 consolidou o loteamento popular enquanto padrão de ocupação e crescimento da área urbana de São Benedito. Isso fez com que a região se constituísse por extensas áreas de urbanização precária, ocupadas por populações de baixa renda, e intensamente articuladas a Belo Horizonte, em especial nas relações de trabalho e no uso de equipamentos e serviços urbanos. Seus padrões de parcelamento atraíam uma população sem condições de adquirir terras que não fossem nas condições, padrões e preços ali oferecidos, que eram reduzidos, justamente, pela pouca atuação do poder público na área.⁴⁵⁷

Nos anos 2000 essa situação se altera, o poder público passa a privilegiar vários investimentos na região, uma situação que já dava indícios de mudança desde os anos 1980, quando se constrói o aeroporto internacional de Confins, bem como ocorrem outras intervenções, tais como obras viárias na Rua Padre Pedro Pinto e Avenida Vilarinho já nos anos 1990. Tudo isso contribui para uma mudança em relação ao que Resgala Silva observa nos anos 1970.

Nessa região havia até 2013 uma grande área vazia, a Mata do Isidoro, a última grande área não urbanizada dentro do território de Belo Horizonte (Figura 5). Com essas várias intervenções, setores do mercado da construção civil passam a se interessar em investir no local. Já nas revisões do Plano Diretor no início dos anos 2010, a área é proposta como objeto de uma operação urbana, indício desse interesse e da necessidade de uma regulação para que esse processo ocorresse.

Esse aquecimento do mercado imobiliário da região norte levou a uma mudança que impactou diretamente aquela população que morava na região e a tinha como alternativa para moradia com preços acessíveis: os aluguéis e a possibilidade de comprar lotes para construir suas casas se tornaram inviáveis.

⁴⁵⁷ SILVA, O papel do Estado na produção da Periferia Norte..., 2011, p. 85."

Ah, te falar... vinha gente de tudo e quanto é lugar! Virou um balaio de gato danado. Gente do Morro Alto, Tupi, Guarani, muita gente de Santa Luzia, né? Tudo lá dentro, entendeu? Tem neguin de São Joaquim de Bicas, outros de Betim, Lagoa Santa, Vespasiano, Ribeirão das Neves... Então tem gente de tudo quanto é lugar.⁴⁵⁸

São vários os testemunhos do aumento nos preços imobiliários. Aquele terreno que despertou o interesse dos agentes da construção civil era também uma alternativa para essa população garantir sua permanência na região, o que começa a ocorrer em meados de 2013 com as Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, as Ocupações da Izidora.

Quando elas se iniciam, os seus ocupantes se deparam com um terreno que ainda mantinha o cotidiano de uma fazenda, com gado pastando entre as casas, o que despertava o receio de uma confusão entre os animais e os moradores que construíam suas moradias: “As ruas não, tava aberta. Só tinha trem de boi. E boi pra tudo quanto é lado. Boi, bezerro... chegou a ponto, depois que começou o movimento mesmo, caminhão entrando, o povo construindo, aí o Zé, lá da fazenda, vinha juntar aquele gado. Ele disse: - Vou deixar esse gado pra cá não, esse trem tá virando um arrayal”.⁴⁵⁹

Já nos primeiros momentos da ocupação, representantes dos ditos proprietários buscaram resolver a questão com o apoio de agentes públicos. Nessas incursões se apresentavam como proprietários acompanhados por agentes da segurança pública, como se fossem uma segurança privada, e não apresentavam documentos comprobatórios da sua propriedade do terreno.

O doutor chegou lá de carro, e atrás dele uma RP. Chegou lá pondo banca. Xingando nós. Falou assim: "Esse camarada aí é um dos invasor aqui!". O tenente que tava na RP tomou conhecimento do caso na hora. Eles vieram de baixo, veio do muro de pedra. Fez a surpresa. Disse: “- Isso aqui tudo é nosso! Eu vou mandar a máquina derrubar esses barraco tudo! Vou mandar a máquina arrebentar isso tudo! Cês são uma corja de vagabundo, safado! Invasor de terreno do zoto!”⁴⁶⁰

Essas situações vão constituindo entre os moradores a percepção da ilegitimidade daqueles que se diziam proprietários. Os moradores, então, começam a se colocar como herdeiros da ex-escrava Izidora, que era a legítima dona do terreno. Essa convicção foi se consolidando com o passar dos anos, numa construção de uma

⁴⁵⁸ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁵⁹ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁶⁰ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

memória que já estava presente entre as pessoas que moravam na região há tempos: “Eu acho que eles tava completamente mal informado que a ali nós tinha direito, e tem direito, que ali não é deles. Que ali num tem nada a ver com eles. Ali é da Izidora. O terreno é da Izidora. Inclusive eles tava usando o terreno achando que é deles também, sendo que não tem nada a ver ali, entendeu?”⁴⁶¹

3.1.1.3 O início de uma relação conturbada entre a PBH e as Ocupações da Izidora

A história das Ocupações da Izidora foi sempre marcada por uma relação conflituosa com o poder público municipal, iniciando-se com a ocupação da porta do gabinete do prefeito em julho de 2013. Esse fato cria justificativas para os agentes públicos municipais não participarem das tentativas de negociação entre os anos 2013 e 2016.

Rosa Leão, Esperança e Vitória elas são frutos basicamente de 3 fatores: As manifestações de Junho de 2013, esses movimentos populares liderados pela juventude está infundindo na cabeça da classe trabalhadora, que pensa: “ – olha nós não vamos ficar de braços cruzados esperando que moradia digna venha cair do céu, ou do poder público, temos que ir pra luta e ocupar!”; está se agravando a injustiça social, violência social, o déficit habitacional aumentando, e o povo chegou à conclusão, que ou ocupa ou morre à míngua crucificados pelo aluguel, pelo humilhação de favores; e terceiro, que acho que tá animando, muitas dessas ocupações tidas como espontâneas, é o que eu chamo de efeito Dandara. O êxito da Dandara, da Camilo Torres, da Eliana Silva, da Guarani Kaiowá, juntas sinalizando para os pobres do Brasil que quando a gente faz essa conjugação de forças, empoderar os pobres internamente, contar com movimentos sociais populares, com um grupo de arquitetos e advogados populares que se doam, montando uma rede de apoio, isso faz uma grande diferença.⁴⁶²

Durante esse período o prefeito Márcio Lacerda, no exercício do seu segundo mandato após sua reeleição no final de 2012, não permitia que nenhum funcionário público municipal negociasse com “invasores”. Ele se sentia traído pelos movimentos de luta por moradia, como no primeiro mandato — apenas o motivo era outro. Antes, ele havia considerado a Ocupação Dandara uma demonstração de insatisfação de parte do PT com a coligação que o elegera, mas essa coligação se rompera em 2012, no final do seu primeiro mandato, e o PT não participava da sua segunda gestão (2013–2016). A ocupação da porta do gabinete em julho de 2013 era uma mágoa utilizada pelo prefeito para justificar sua atitude.

⁴⁶¹ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁶² Militante. Entrevista militante. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

Inclusive esse é um tipo de acordo que a gente jamais vai fazer, quando a gente ocupou a prefeitura em Julho de 2013 junto com as Brigadas Populares, uma ocupação histórica da sede da prefeitura, o Márcio Lacerda queria era que a gente acordasse de não ter mais ocupação, a gente falou que as verdadeiras pessoas que lutam para acabar com as ocupações são os movimentos de moradia. O MLB é um dos que lutam para não precise mais de ocupação. Nós lutamos para acabar com a ocupação, a ocupação não é uma coisa legal. Você ir pra lá morar debaixo da lona, sol, enfrentar polícia, confusão, isso não é legal. Não tem esse tipo de acordo, não existe isso, tem que fazer acordo é com o povo. Na política institucional o ideal para eles é que não tivesse povo.⁴⁶³

Para compreender essa postura, narrarei como foi essa ocupação e suas consequências na relação com as Ocupações da Izidora.

Essa ação de ocupação da prefeitura foi organizada com minúcia: observando por dias o cotidiano da segurança do prédio público, constatou-se que, na hora do almoço, ficava apenas um guarda na entrada da Avenida Afonso Pena e que, quando chegava um visitante com dificuldades de locomoção na escadaria, o guarda tinha que sair de seu posto, deixando a porta livre. No dia 29 de julho, uma preguiçosa segunda-feira, bem nesse horário, um morador de ocupação se esforçava para subir aquelas escadas. O segurança saiu para ajudá-lo. De repente, outros, que pareciam transeuntes distraídos, entraram correndo no edifício e sitiaram a frente do gabinete do prefeito, exigindo uma reunião. Estava instalado o conflito aberto (Figura 6).

Destaca-se que entre as talvez centenas de ações públicas de visibilização da luta social por moradia na cidade, desenvolvidas pelos movimentos sociais organizados e apoiadas por sua rede técnica e social em solidariedade, tem-se em 2013, a ocupação do prédio oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, tornando-se talvez a ação direta mais significativa deste período, pois se realizou no bojo das jornadas de junho de 2013 [...].⁴⁶⁴

O prefeito se negava a conversar com aquelas pessoas e endureceu o jogo. Não deixava entrar comida para os ocupantes. Chegou a impedir que uma mãe amamentasse o filho que havia ficado do lado de fora, e ela foi obrigada a passar o seio pela grade para que a criança se alimentasse (Figura 8). A cena, registrada por cinegrafistas dos jornais que acompanhavam o conflito, chocou os âncoras, que começaram a exigir que o prefeito se reunisse com as ocupações. Era um absurdo uma situação como aquela, agravada pelo caos gerado no trânsito em frente à prefeitura. No dia 30 de julho, o prefeito cedeu e aceitou se reunir com os ocupantes,

⁴⁶³ Militante. Entrevista militante. 20 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

⁴⁶⁴ BITTENCOURT, *Cidade autoconstruída*, 2016, p.55.

mas não no seu gabinete. A reunião seria no auditório da Urbel, no início da tarde. Particpei como representante do IAB e do SINARQ (Figura 7).

Estavam o prefeito, o secretário de governo Josué Valadão e Genedempsey Bicalho Cruz, o presidente da Urbel, e representantes dos moradores das Ocupações Dandara, Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Vila Cafezal/São Lucas, Zilah Spósito Helena Greco e Rosa Leão, além de representantes das organizações políticas que acompanhavam as ocupações, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Justiça, da Câmara Municipal, do IAB, do SINARQ, da UFMG e da Puc Minas. A reunião se estendeu por horas, encaminhando questões que seriam importantes mais tarde. Na ocasião o prefeito anunciou que apresentaria uma proposta para resolver a questão habitacional em Belo Horizonte, o que divulgou para a imprensa nas semanas seguintes. Ele falava da construção de um conjunto habitacional no bairro Capitão Eduardo, que estava em andamento pela Construtora Emccamp, e de outros conjuntos, que seriam construídos pela Direcional Engenharia na região da Mata do Isidoro (Figura 9): “[...] a gestão municipal realiza a expansão do programa habitacional municipal à sua maneira, a partir da forma de produção da cidade e de sua concepção de habitação, em articulação com os setores que compõem seu arco de alianças, os agentes tradicionais da produção capitalista. [...]”.⁴⁶⁵

O prefeito não sabia que, um mês antes dessa fatídica reunião, haviam se iniciado as Ocupações da Izidora, que coincidiam em parte com o terreno dos conjuntos habitacionais da Direcional Engenharia. Quando, mais tarde, soube de sua existência, achou que haviam sido organizadas com o único objetivo de impedir sua suposta política habitacional! A PBH se negou, por quase quatro anos, a participar de qualquer reunião que envolvesse as Ocupações da Izidora.

As Ocupações da Izidora se iniciaram entre maio e julho de 2013:

As três Ocupações da Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória surgem em Belo Horizonte, em sua região norte, nas fronteiras com o município de Santa Luzia, inicialmente de forma espontânea, sem o planejamento de movimentos sociais tradicionais descritos neste ciclo, motivadas que estavam as famílias pelos ventos que atravessaram o país com as Jornadas de Junho de 2013, mesmo período em que surgiram as três ocupações.⁴⁶⁶
Foi num domingo, sete horas da noite. O pessoal se juntaram e tomou tudo na frente, ali pro lado da antena, aí foi descendo e pegando as beiradas, pegou a parte do EPA toda. No quinto dia quando ainda tava ocupado, o EPA

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 55.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 155.

chegou. A polícia chegou, veio uma viatura de polícia militar e uma viatura de polícia civil e veio um... ah, como é que chama aquele pessoal que veio trazer a reintegração de posse? Oficial de justiça. Falaram que era um oficial de justiça que veio trazer a reintegração de posse que a terra era do EPA e que ninguém poderia ficar. Começou a falar: “– Pode arrancar as barracas, pode tirar tudo.” O povo saiu arrancando, arrancando. A filha de uma moradora começou a discutir com os policiais. Eles disseram: “– Do lado de lá o imposto está todo atrasado e aí cês pode ficar”. O pessoal foi desmanchando as barraca e foi vindo pro lá de cá.”⁴⁶⁷

A Ocupação Rosa Leão começou em maio de 2013, a Esperança em junho daquele ano e, um mês depois, em julho, a Vitória. Quando ocorreu a ocupação do prédio da prefeitura as três ocupações já aconteciam. As organizações políticas já se encontravam envolvidas com a Ocupação Rosa Leão, com Esperança e Vitória este envolvimento ocorreria durante o segundo semestre de 2013.

Nos primeiros dias de julho de 2013, moradores do bairro Baronesa iniciaram a ocupação do terreno que se tornaria a Ocupação Esperança. Ela começou pelas áreas próximas às ruas Raimundo Corrêa e Líbia, descendo a encosta até as margens do córrego, região que era mais plana. Inicialmente, foram ocupadas as duas margens do córrego, mas, ainda nos primeiros dias, apareceu um sujeito acompanhado de um policial e outro agente que se identificou como oficial de justiça. Eles ordenaram que saíssem do terreno na margem direita do referido curso d'água e ficassem somente até a margem esquerda. Os ocupantes estavam em contato com os representantes do terreno vizinho, conhecido como terreno do EPA. Esse acordo ainda é respeitado: sempre que alguém entra no terreno vizinho e repreendido pela coordenação da Ocupação Esperança (Figuras 10 e 11).

Apesar do respeito a esse acordo estabelecido no início de julho de 2013, a situação gerou uma forte desconfiança em relação ao ocorrido. Em lugar de assustar, reforçou entre os ocupantes a percepção de que seria demandada grande resistência para se manter no terreno, o que levou ao início da organização da coordenação da ocupação. Houve tentativas de cooptar as lideranças locais a convencer os ocupantes a não continuarem com aquela ação.

Um belo dia, depois que eles ocuparam aqui, aí veio um oficial de justiça, por dentro da mata, falando que queria conversar com o líder. Éramos já vinte e três líderes, falei: “– Não vai porque isso é conversa de balela.” Porque um oficial de justiça que não vem pela rua, pela avenida, pelo asfalto, vai vir dentro da mata trazer uma reintegração de posse? Não era pra ninguém assinar nada. Um oficial de justiça vem por dentro da mata e ainda não quer

⁴⁶⁷ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

que ninguém saiba e não vem pelo asfalto, por quê? Quer conversar num lugar discreto, dentro da mata? Eu suspeitei. Procuramos saber junto com a advogada, ela puxou lá e viu que essa reintegração de posse, o pedido era falso. Eu disse: “– Gente tem que fazer uma assembleia com o todo povo.” Um dia, chegaram aqui nos meu ouvido, que os Werneck chamou um coordenador pra uma conversa. O pessoal começou a comentar que eles iam oferecer dinheiro pra ele, pra ele pedir o pessoal pra desocupar, aí é que eu entrei como líder. Eu o chamei e disse: “– De agora em diante, você não vai ser mais o líder, eu vou ser porque eu vou procurar o direito do povo e o povo não vai sair daqui”.⁴⁶⁸

Esses embates na região buscando evitar a permanência das ocupações ocorrem também com a prefeitura. A dificuldade de diálogo com o prefeito fortalece a resistência para permanência dos ocupantes no terreno, levando o movimento a ganhar visibilidade e apoio junto a outros moradores de Belo Horizonte.

Aí fizemos a primeira manifestação na Prefeitura de Belo Horizonte pra pedir um diálogo com o prefeito Márcio Lacerda. A manifestação foi gente demais. O povo, naquele desespero saiu todo pra rua. Chegou lá o prefeito foi intransigente, não quis conversar conosco. Aí a gente recorreu vários órgãos públicos pra parar essa catástrofe de despejo. E povo chorando, a gente não tinha água, não tinha uma luz, era tudo no escuro, mas mesmo assim o povo queria ficar. E aí, os movimento viraram assim, de repente, nosso apoio.⁴⁶⁹

3.1.1.4 Ocupação Rosa Leão e os primeiros contatos

O meu primeiro contato com as Ocupações da Izidora foi pela Rosa Leão. No início de julho de 2013, recebi uma ligação de um militante das Brigadas Populares pedindo apoio na elaboração de um plano urbano para uma nova ocupação, num terreno vizinho ao da Ocupação Zilah Spósito Helena Greco; era o início da Ocupação Rosa Leão.⁴⁷⁰ Como estava fora de Belo Horizonte e não teria disponibilidade imediata, sugeri que procurasse uma arquiteta associada da ASF, que, de fato, junto

⁴⁶⁸ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁴⁶⁹ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁴⁷⁰ A partir do momento em que eu venho pra ocupação, eu venho com esperança de ter liberdade. Quando eu vim, e marquei o terreno, eu nem tinha feito ainda o barraco de lona preta, passou a galera e falou assim: “ Daqui pra baixo, se a gente passar aqui amanhã e tiver gente, nós vamos tirar todos!”. Mandando a gente tirar a cerca e ir embora! Porque ia dar problema, tem uma fazenda do lado. Fui embora, minha filha, chorando, igual uma bezerra veia. Cheguei na casa da minha mãe, deitei, e comecei a conversar com Deus. E falei com Deus. Com a minha mão ferida, sangrando, eu tinha limpado o terreno, cheio de espinho, cupim, cobra... Nossa! Tinha trem demais aqui nesse Rosa Leão! Meu pé ficou todo furado de espinho de coqueiro, e espinho de coqueiro, ele entra pra dentro do pé e cê não consegue tirar aquela desgrama de jeito nenhum! Isso eu juro! Diante de Deus, diante do meu filho, eu testemunho isso a qualquer momento, eu simplesmente voltei pro Rosa Leão. Então era pra dar certo. Mas não era pra dar certo de uma forma cheia de rosa, sem espinho, né?! Deus não me falou isso. Ele só falou: “ Vai que vai dar certo!”. Ele não me explicou o tanto de porrada que a gente ia ter que tomar pra mim tá aqui! O camarada que decide e a gente obedece! [Moradora, 26 jan. 2021]

com outros associados, acompanhou a nova ocupação nesses primeiros momentos. Esse acompanhamento não envolveu a elaboração de um plano urbano como ocorrera em outras experiências até então. Registramos em desenhos as vias que os moradores já estavam demarcando e orientamos a localização de alguns lotes em porções do terreno que apresentavam maiores dificuldades para identificação.

Nessa assessoria foi realizada uma leitura das características físico-ambientais em reuniões com representantes da coordenação, interpretando esses condicionantes de maneira conjunta, para determinar a localização dos lotes e ampliar o atendimento das famílias que aguardavam na lista de espera as determinações para tomarem posse de seus lotes. Assim como foi testemunhado por moradores nas ocupações Esperança e Vitória, havia uma orientação dada aos moradores por representantes das organizações políticas para realizarem lotes com formatos regulares e deixarem espaço para as ruas conforme ocorria em outras ocupações na cidade.

Em setembro de 2013, quando comecei a participar do processo, a demarcação das ruas e de parte dos lotes estava concluída, e discutiam-se as diretrizes para a implantação das casas, discussões que eram realizadas nas casas dos coordenadores ou no espaço reservado para construção do centro comunitário. Essas diretrizes orientaram a coordenação nos primeiros anos da ocupação na gestão do terreno ocupado, indicando aspectos a serem observados visando a uma posterior regularização da ocupação. Diferente das outras experiências, não era um desenho realizado pela assessoria que cumpria esse papel, era um conjunto de procedimentos que orientava a ocupação do terreno.⁴⁷¹

Essa situação ocorreu pelo fato de a assessoria técnica ter se envolvido com o processo quando a ocupação já ocorria a aproximadamente dois meses. Talvez se tivesse ocorrido antes, o processo seria semelhante ao ocorrido nas ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. A Ocupação Rosa Leão se iniciou no final do mês de maio, num final de semana (Figuras 12 e 13):

Num domingo, se eu não me engano. Eu fiquei sabendo que tava existindo a ocupação Rosa Leão, que é muito perto da casa da minha mãe, a distância é muito pouca de uma ocupação pra outra. Aqui é tudo fruto de ocupação. A

⁴⁷¹ Fui lá ver a assembleia. E aí chega o movimento Brigadas Populares, depois, logo em seguida, chega o MLB. Não sei. E aí foi chegando os movimentos sociais, e logo depois chega os arquitetos. E aí começa as reuniões de planejamento do território, inclusive, fizeram muitas reuniões no fundo do meu quintal, sentados numa árvore, que tinha uma rede... muito legal! [Moradora, 26 jan. 2021]

galera fica torcendo o nariz pra nós, mas tudo mora em ocupação, minha filha! Eles tão achando que mora em outros lugares! Eu fiquei sabendo e vim. Subi com meu sobrinho, era aniversário dele. Inclusive eu estava com a mão cortada, e vim pra cá sem nada, pra ver se tava acontecendo alguma ocupação mesmo. Sabe como que eu marquei meu terreno na época? Com pé de chinelo, tirei um pé de chinelo, pus dum lado, tirei o outro pé e pus do outro. O povo tava chegando e já marcando. Então, como eu não sabia, tirei meu chinelo e marquei! E fiquei esperando meu sobrinho buscar ferramenta. Foi muito legal! Meu terreno marcado por chinelo!⁴⁷²

A Rosa Leão era realizada pelo mesma organização política que acompanhava a Ocupação Zilah Spósito Helena Greco, o MLPM (Movimento de Luta por Moradia). Essa organização também militava no Conjunto Ubirajara, conjunto habitacional construído pela prefeitura no final dos anos 1990.⁴⁷³ A decisão pela escolha do nome ocorreu nos primeiros dias da ocupação, quando, numa assembleia, uma das lideranças sugeriu o nome Rosa Leão para homenagear uma liderança do Ubirajara que havia sido assassinada algum tempo antes:

Conforme informações das moradoras, a ocupação Rosa Leão tem esse nome decidido em assembleia geral em homenagem à militante e líder comunitária Rosa Leão. Ela foi membro de uma das Comissões do Movimento de Luta pela Moradia (MLPM), na década de 1990 e foi uma figura muito importante na conquista do Conjunto Ubirajara, no Zilah Spósito, em setembro de 1999, localizado nos arredores das Ocupações da Izidora, bem como em outras lutas. Rosa Leão foi assassinada quando tinha cerca de 40 anos, por um homem, quando tentava separar uma briga armada entre homens vizinhos.⁴⁷⁴

Uma das atuais coordenadoras da Ocupação Rosa Leão testemunha sobre a homenageada e sua atuação em toda região do Zilah Sposito:

A Rosa Leão era cabulosa demais. Ela era uma mulher preta, um rostão assim, gordinho, igual eu, só que o cabelo dela era meio pintado de água oxigenada, loirão. Barulhenta! Já chegava fazendo barulho, e o trem tinha que acontecer. Eu lembro da última vez que eu vi ela viva, eu fui atrás dela por que tinham matado um primo meu de vinte e quatro facadas, e a gente não tinha condição de enterrá-lo. Nós foi pedindo pra ajudar a arrumar o dinheiro do enterro. E ela tinha essa facilidade na época de conseguir o sepultamento. Aí eu fui atrás dela (Figura 14).⁴⁷⁵

⁴⁷² Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁴⁷³ O Conjunto Ubirajara é um dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do USINA_ctha em Belo Horizonte. O conjunto é nomeado como Zilah Sposito pelos assessores no seu portfólio. Mais informações sobre esse trabalho estão disponíveis em: <<http://www.usina-ctah.org.br/zilahsposito.html>>. Acesso em: 09 de nov. 2021.

⁴⁷⁴ ISAIAS, *Mulheres em luta*, 2018, p.12.

⁴⁷⁵ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

Eu já conhecia o terreno da Rosa Leão desde 2012, quando fiz uma visita à Ocupação Zilah Spósito Helena Greco e acessei o terreno vizinho para realizar fotografias e conhecer o seu entorno imediato.

As ocupações Rosa Leão e Zilah Spósito Helena Greco estão inseridas na bacia do Córrego da Terra Vermelha. Entre as duas ocupações encontra-se a nascente de um dos córregos afluentes do Terra Vermelha, o Córrego do Toucinho. Esse curso d'água estabelece o limite das duas ocupações.

3.1.1.5 Herdeiros da Izidora

A Ocupação Rosa Leão acontece em parte do que era a Fazenda Tamboril, uma dentre várias propriedades rurais que ainda subsistem dentro da Mata do Isidoro. Outra grande propriedade é a Granja Werneck, que teve parte ocupada pelas ocupações Esperança e Vitória. Esse ambiente rural que ainda predominava no início se transformou:

Na hora que surgiu essa conversa que estava abandonado, juntou um monte de gente, saiu gente de tudo quanto é lado. E vão invadir esse negócio, gente, vamos cuidar dessa fazenda. Eu conversei com um funcionário da fazenda que sortava o gado: “Oh Zé, esse gado é dos Verneque?” Zé respondeu: “Não, esse gado é dum homem lá, falou o nome dele, lá de cima, depois daquela mata”. Falei assim: “Ó, então, meu filho, você, tira esse gado daqui que o povo lá vai tomando conta desse trem. Você tira esse gado, cê tá vindo buscá boi aqui todo dia. Tira isso pra lá, não deixa essas criação vir pra cá não, que esse povo tá numa febre doída por causa de terra”. Tinha trator trabalhando dia e noite planando isso aqui pra construir.⁴⁷⁶

Uma história contada entre os moradores das ocupações e região era que aquelas terras eram parte de uma fazenda que pertencia a uma escrava chamada Izidora.⁴⁷⁷ Essa história apresentava algumas evidências em mapas antigos da cidade que nomeavam o curso d'água que passa nas redondezas como Ribeirão da Izidora — a informação pode ser encontrada num mapa de 1923 (Figura 15). Posteriormente, o nome foi alterado e passou a ser Ribeirão do Isidoro, já identificado assim desde os

⁴⁷⁶ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁷⁷ A Izidora não tem documentação do terreno. Ela ganhou esse terreno. Izidora é uma mulher, ela era escrava, e esse terreno foi doado pra ela. Esse território todinho que cê vê aí chama Izidora. Foi tudo doado pra ela. É igual o pai do peixe falou: “– Vocês são herdeiro da Izidora.” A Izidora memo, não tinha assim, um documento, mas ela tem testemunha. E se encontra em algum lugar aí, que eu não, não posso falar, mas tá guardado esse recibo, num lugar muito secreto, com a assinatura da Izidora memo, que é essa escrava. [Morador, 30 jul. 2018]

mapas de 1953 (Figura 16). A tradição oral entre os moradores da região diz que aqueles terrenos eram todos dessa ex-escrava,⁴⁷⁸ que as recebeu como um doação.

É importante salientar que a região em questão é denominada Isidoro, mas as ocupações são chamadas de Izidora. Isso decorreu do fato de arquitetas do grupo Arquitetos Sem Fronteiras, por meio da professora Margarete Leta, terem descoberto durante a análise de mapas da região que o ribeirão que hoje é chamado de Isidoro chamava-se Izidora, denominação que foi alterada ao longo do tempo para o masculino. Segundo informações de quilombolas do Quilombo da Mangueira fornecidas à professora Margarete Leta, o nome do ribeirão e da região estaria ligado à Isidora da Costa, que teria sido uma mulher negra alforriada que se instalou na região dando seu nome a ela. Isidora possuía 7 alqueires de terras no Ribeirão da Onça quando foi sancionada a Lei de Terras de 1850.⁴⁷⁹

Essa história assumiu, com as ocupações, uma possibilidade de inversão dos nomes de Ocupações do Isidoro no início para Ocupações da Izidora, uma inversão afirmativa que se somou à construção de outros mitos criados pelos moradores que justificavam a sua presença no lugar como herdeiros da ex-escrava, uma típica tradição inventada como mostram Hobsbawm e Ranger,⁴⁸⁰ quando situações novas fazem referência a situações anteriores, estabelecendo uma continuidade com o passado.⁴⁸¹ As Ocupações da Izidora, ao adotarem esse nome fazem uso de mecanismo: os ocupantes são herdeiros reivindicando sua herança e resgatando o nome feminino da suposta ex-escrava que passa a ser uma parente de todos os moradores que ocupam o terreno na luta pela moradia em Belo Horizonte (Figura 17).

[...] inicialmente, as ocupações foram nominadas Isidoro, mas após o acesso a essas informações, foram rebatizadas por iniciativa do movimento negro de Belo Horizonte como Izidora, em uma inversão afirmativa. Isso foi marcado como um ato de busca por reconhecimento da importância das mulheres negras nas lutas das ocupações urbanas, [...] a base de sustentação das lutas por moradia. Contudo, assim como ocorreu na história narrada sobre Isidora da Costa, as mulheres são esquecidas e apagadas por um movimento não aleatório que dá acesso aos espaços de poder e visibilidade para o masculino.⁴⁸²

⁴⁷⁸ Ninguém tem documento do terreno da Izidora. Se tiver, é falso. A Izidora era uma escrava, ela foi herdeira desse terreno. Nós pegamos um terreno que é de herança da Izidora. Somos os donos, tamo tomando conta e zelando. Ninguém tem documento do terreno. Quem tiver documento do terreno é falsificado. [Morador, 30 jul. 2018]

⁴⁷⁹ ISAÍAS, *Mulheres em luta*, 2018, p.10.

⁴⁸⁰ HOBBSAWM et al, *A invenção das tradições*, 1984.

⁴⁸¹ Aprendi a tocar alguns instrumentos, como a tabaca, o afoxé, que também é instrumentos... que é ancestral, do nosso povo... é... africano, negro, né?! Então eu amo tocar tabaca, amo tocar afoxé... amo tocar tudo que faz barulho, é... sou louca pra aprender a tocar violão, nunca tive oportunidade na minha adolescência, porque eu tive que trabalhar muito cedo. [Moradora, 26 jan. 2021]

⁴⁸² ISAÍAS, *Mulheres em luta*, 2018, p.11.

Essa condição de herdeiros da Izidora da Costa se soma a outras situações como o entendimento de que várias estruturas encontradas no local são frutos do trabalho de escravos, como o muro de pedras e uma vala que estabelece o limite leste do terreno onde ocorre a Ocupação Vitória, interpretado pelos moradores como um condutor de água que direcionava um reservatório que existia no topo de um morro até um moinho que existia numa fazenda antiga que não apresenta mais vestígios de sua suposta existência.

A vala começa lá perto do muro de pedra, entendeu? Passa e tem uma mata, uma floresta de eucalipto, passa ali, aquele rêgo. Vai subindo, acompanhando aquele rego, vai embora, vai no picoto até na divisa com Santa Luzia, no final dela tem uma piscina de pedra, que na época chovia muito e enchia aquela piscina de água, aquela água descia pra ali abaixo e tocava o moinho lá embaixo, entendeu? Os escravos que pra velho que mora por aqui falou pra mim: “Essa fazenda foi deixada pra uma escrava por nome Izidora”. Alguém descobriu também que o nome era Zidora, uma escrava, uma negra escrava, aí passou a mudar o nome, fazenda da Zidora, entendeu? É ligada com Rosa Leão e Esperança, tudo ligada, uma fazenda só, com mais ou menos dois mil e duzentos alqueire de terra. É muita terra que tem ali, e tem terra, tem pedaço lá que nem mexeram ainda. É muito grande. Diz que isso aí é os escravos, que é os escravos que fizeram esse valão.⁴⁸³

O muro de pedras e o valão supostamente construídos por escravos são como memórias sem evidências que as comprovem, entretanto estabelecem um discurso de resistência entre os moradores que atravessa gerações, ficando na memória oral com pouco rebatimento em evidências históricas, mas mobiliza os moradores na Izidora.

As ocupações Esperança e Vitória, que começaram alguns dias depois da Ocupação Rosa Leão, tiveram seus nomes escolhidos pelos moradores, nomes esses que buscam mobilizá-los: “As Ocupações Vitória e Esperança também tiveram os nomes escolhidos por moradoras e moradores em assembleias, referindo-se à esperança na luta e na vitória de conquistar pedaço de terra para morar, livrar-se do aluguel”.⁴⁸⁴

Apesar de as três ocupações não terem sido orquestradas no início, elas, logo nos primeiros meses, se articulam e passam a promover uma atuação conjunta, conferindo maior visibilidade e força nas estratégias de resistência que serão realizadas. Ainda hoje, 2021, essa atuação conjunta se mantém, gerando dificuldades

⁴⁸³ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 13

entre os moradores e lideranças dos diferentes territórios, mas sendo mantida como uma estratégia que garante uma melhor interlocução com o restante da cidade.⁴⁸⁵

Assim como em outras ocupações da cidade, na Izidora é marcante a presença das mulheres com seus filhos entre os moradores, algumas das quais atuando como coordenadoras e lideranças que promovem a interlocução com os agentes externos, como os apoiadores e militantes das organizações políticas que atuam nas ocupações.⁴⁸⁶ São recorrentes os casos de mães-solo⁴⁸⁷ que moram na Izidora e viram aí possibilidade de se emancipar de relações abusivas de dependência em relação aos homens:

[...] mulher negra pobre que foi para a ocupação porque se separou do ex-marido violento, que a deixou sem nada. Rompeu relação abusiva, ficou sem casa e com um filho pequeno para cuidar sozinha. Voltou para a casa da mãe, “com a roupa do corpo e menino”, situação que foi se tornando muito difícil pela falta de um espaço próprio, de privacidade. Viu na ocupação uma oportunidade. Foi “com a cara e com a coragem”.⁴⁸⁸

História de vida de mulheres que viram na ocupação a possibilidade de acessar a terra urbana. Mulheres que moravam com seus filhos nas casas de parentes ou com seus maridos na periferia de Belo Horizonte e cidades da região.

Eu morava no bairro Nova Pampulha, aí meu genro, ele mora aqui em cima, ficou sabendo que eles tava ocupando esse pedaço de terreno. Ele foi atrás de mim, pra eu vir pegar um pedaço. No primeiro dia ele foi, eu falei: “– Eu não vou não, que eu nunca mexi com essas coisas.” Eu tenho muito medo porque eu nunca peguei nada de ninguém. Ele insistiu: “ – Vão porque o pessoal tá pegando e eu já cerquei um lote pra mim lá e um lote pra senhora, e a senhora tem que ir pra tomar conta.” Eu falei: “– Ah meu Deus, mas como

⁴⁸⁵ Um choque danado. Acaba que a gente vê ali um pouco de um processo de ciúmes. E acaba que hoje o território tá dividido. Antes a divisão era entre Rosa e Vitória junto, Esperança e Helena Greco junto. Então tava uma divisão de dois. Agora eu tô vendo essa divisão aumentando mais. No mesmo momento que eu vejo o Helena Greco se juntando mais às outras coordenações e tá tendo uma certa modificação da parte da liderança de lá, mas eu vejo também a liderança do Rosa Leão, que tá afastando muito das outras. Então eu tenho muito medo que fique mais fragilizado, não tem mais um companheirismo, um entendimento. Eu acho que isso, um desabafo... [Moradora, 6 jul. 2021]

⁴⁸⁶ Tô feliz de ver tanta mulher! Deus te abençoe! Deus te abençoe! Deus te abençoe! Ô meu Deus do céu! É menino demais! Tô acabando já, pera aí! Só entrar aqui! A gente tem que fazer mil e uma coisas de uma vez só... isso é o feminismo. [Moradora, 26 jan. 2021]

⁴⁸⁷ A mulher negra engravida e se vira com os seus filhos. Então a maioria das mulheres que vivem na ocupação são mães-solo. É claro que tiveram que lutar pra garantir sua moradia. E, com isso também, conquistar e demarcar pra conseguir o respeito dos homens! Porque os homens no início da ocupação achavam que eles iam enfrentar a tropa de choque: “Não, nós vamos enfrentar! Pode mandar vim!”. Todo mundo feroz. Bravo, macho. Mas, na hora de ir pra luta, quem ia a maioria era mulheres. [Moradora, 26 jan. 2021]

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 45

é que eu vou morar lá? Eu não tenho nada, eu não tenho pau, eu não tenho lona, eu não tenho nada.” Ele falou: “– A gente arruma.”⁴⁸⁹

No caso das Ocupações da Izidora, boa parte tem origem comum, moravam de favor, pagavam aluguel ou tem familiares que moram na região norte da cidade, que, como já discutido antes, era uma região da cidade que, até o final dos anos 1990, apresentava custos da terra urbana mais baratos e abrigaram parte dessa população pobre e que nas últimas décadas tem uma dinâmica imobiliária que alterou seus valores, impedindo o acesso.

Inicialmente, foi uma apropriação dos terrenos intuitiva e sem muita reflexão. Fazia-se o possível para garantir questões básicas para reprodução da vida, sem grandes elaborações: “Eu ia nesse brejo, abria, rancamo um bucado de taboa. Da quadra 1 também tinha um pessoal, nós fomos lá rancamos umas taboas, fizemos um poço. Cortamos um litro de água PET e fizemos tipo uma biquinha pra gente panhar água pra lavar vasilha, lavar uma roupa. A roupa de sair ficava fedendo lama, vê se pode!”⁴⁹⁰

As informações coletadas indicam que essas mulheres e seus filhos vivem em situações precárias há gerações. São relatados vários eventos para conquista da casa própria, destacando sempre os sacrifícios físicos nesse processo, uma caminhada que se assemelha a uma procissão, uma peregrinação para conquista. Como se esse fosse um processo necessário que legitima a ocupação.

Já naquele começo, estabelecem-se disputas entre essas mulheres para assumirem a liderança nos territórios, culminado em ciúmes e invejas que posteriormente marcarão as relações dentro das ocupações. As mulheres que conseguem uma melhor interlocução com os agentes externos assumem a liderança nos territórios e se mantêm assim por muitos anos, gerando uma dependência de todos os moradores em relação a suas decisões, como se as ocupações fossem suas casas e os moradores, seus filhos, numa grande família.

Mamãe ia lá pegar verdura, alface, couve, mostarda, cebolinha e nãñã... montava uns molhozinho, e a gente colocava no carrinho de mão e ia de manhã vender. Ô gente, quando eu lembro disso tudo me dá mais revolta! Me dá vontade de pegar o Estado e socar o nariz dele! Inclusive eu tô

⁴⁸⁹ Moradora. Entrevista moradora. 15 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁴⁹⁰ Moradora. Entrevista moradora. 15 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

querendo fazer boxe! Quando a gente esquece, parece que foi tudo natural, que aquilo era normal, quando eu tô contando procês aqui tá me dando uma revolta disso tudo! Eu tô ficando mais nervosa, sabe? Acho que isso é bom! Vou falar disso mais vezes!⁴⁹¹

Aí vem aquelas pessoas: “ Quem é a liderança? Tem que ter um homem nessa liderança! Tem que ter! Só mulher? Não, uai... cês tem que ter um homem pra ajudar vocês”. Tipo assim, né?! A gente precisa de um homem pra ajudar? A gente escutou até pouco tempo, mas a gente tem o respeito deles, eles nos respeitam muito.⁴⁹²

Tem uma diferença muito grande na questão da liderança homem e da liderança mulher. Eles ficam esperando a gente dizer o que eles vão fazer, a mulher não. A mulher tá vendo que precisa colocar uma bandeira, uma mesa, receber um apoiador, fazer uma fala, reunir o povo, chamar assembleia... a mulher sabe e vai fazendo. O homem cê tem que falar: “ Aqui, faz favor pra mim, liga a sirene pra chamar o povo pra reunião, outro favor, abre o portão do barracão pra mim”. Tem uma diferença.⁴⁹³

No segundo semestre de 2013, iniciou-se grande pressão pela reintegração de posse dos terrenos das Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, ocasião na qual a articulação das três ocupações se efetiva, formando as Ocupações da Izidora. A pressão justificava, para os moradores, organizações políticas e apoiadores, essa integração que ainda se mantém em 2021.

Ao final daquele ano, têm início reuniões de negociação, quase sempre na Cidade Administrativa, sede do governo estadual e, portanto, da instância responsável pela Polícia Militar, que, por sua vez, era o agente público que executaria eventuais despejos. Naquele período atuei, sobretudo, como mediador, longe das ocupações, de seu cotidiano e de sua produção (concreta) do espaço. Essa situação se manteve até o final do ano seguinte. As reuniões semanais foram presididas pelo então secretário estadual de defesa social, Rômulo Ferraz (o governador era Antônio Anastasia, do PSDB). Participavam representantes dos moradores, as organizações políticas e o comandante da Polícia Militar, mas ninguém da prefeitura, embora fosse ela a responsável pela gestão do território e pela política habitacional.

Concomitantemente às reuniões, as ocupações se consolidavam. Na Vitória, os terrenos próximos ao fundo de vale eram ocupados (Figura 18), posteriormente, num segundo momento começaram a ocupar as partes mais altas do terreno (Figura 19), locais onde se tinha uma maior dificuldade para construção (Figura 20): “O povo foi chegando, não tinha mais lugar pra ficar cá embaixo. E foi só crescendo pra cima, só

⁴⁹¹ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁴⁹² Moradora. Entrevista moradora. 06 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁴⁹³ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

avançando. Na parte de baixo não tinha mais lugar, partiam para parte de cima. Eu falava: “ Oh, não passa do valão, só dele pra cá”.⁴⁹⁴

As primeiras construções eram barracos de lona, cercas com sacolas de plástico, tudo ainda numa grande precariedade. Essa fragilidade inicial era agravada pelo receio constante de ações policiais. Ninguém dormia, ela podia chegar à qualquer momento. A comida se restringia ao básico, como num acampamento.

Também nesse período começa a pressão entre os moradores para construir o mais rápido possível, dificultando uma eventual reintegração de posse pela Polícia Militar, que sempre circulava na região e impedia as construções e a consolidação das ocupações. Testemunhos dessa época falam de construções de madeirite e das primeiras alvenarias, erguidas ao longo do dia e mesmo à noite.

Todo mundo, home, mulhé, fazendo cordão de sacola pra marcar território. De noite, ninguém dormia. Cê ficava dentro da barraca pensano nos home, a polícia podia chegar a quarquê momento. Eu levei uma caixa de picolé, pus dentro da caixa um pão, um salame, uma garrafa de café e fiquei den da barraca. O martelo... tá tá tá... noite inteira fazendo barracão! De manhã cedo, barracão pra tudo quanto é lado!⁴⁹⁵

Conforme os moradores, numa dessas incursões da polícia, as crianças impediram que se efetuasse a destruição de casas e um possível despejo: “Me lembro uma juíza suspendeu porque apareceu um advogado que foi conversar com ela e argumentou que tinha muita criança. Aí a juíza disse pra ele assim: “Pega lá o registro dessas crianças e traz pra mim”.⁴⁹⁶

Nesses primeiros momentos as ocupações começam a receber o apoio de outros setores sociais da cidade, inclusive de instituições universitárias com seus trabalhos de extensão: “Fez uma diferença quando a universidade entrou. A gente ficou tranquilo.”⁴⁹⁷ A atuação dessas instituições gera uma percepção entre os moradores de que a ação está dando certo, uma tranquilidade que obviamente não é real e cujos limites ficarão evidentes com o passar dos anos.

⁴⁹⁴ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁹⁵ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁹⁶ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁴⁹⁷ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

3.1.1.6 As redes internas de produção do espaço nas Ocupações da Izidora

Na segunda metade de 2013 e durante todo o ano de 2014, enquanto se iniciavam as negociações com o governo estadual para impedir o despejo das Ocupações da Izidora, os moradores seguiam produzindo as ocupações, se articulando-se para solucionar seus problemas cotidianos, como a abertura das ruas: “GG: Quem definiu os traçados de rua? Morador: “– Nós que fizemos. Nós traçava, ia fazer uma rua aqui. Um morador marcou aquela rua, Avenida Aroeira, e pôs o nome também, passava na porta da casa dele”.⁴⁹⁸ Essas questões contavam com moradores da região que prestavam serviços e contribuía para a produção dos novos bairros.

O traçado das ruas era determinado pelos aspectos físicos do terreno, desviando de árvores e buscando trechos que fossem mais fáceis de atravessar os cursos d’água e subir as encostas. O trabalho era realizado pelo próprios moradores:

Aonde tiver árvore, desvia. Entendeu? Aí muito neguin disse assim: “– Não, vão derrubar a árvore!”. Eu argumentava: “Não! Derruba não! A rua tem que ter curva. Cês num quer que a rua tem curva, não? Rua tem que ter curva, uai. Grandes avenida tem curva, por causa de que que aqui dentro num pode ter curva? Chegou perto duma árvore, cê torce ela”.⁴⁹⁹

A abertura das ruas era facilitada com a contratação de tratoristas que moravam nos bairros da região. Os moradores se organizavam em pequenos grupos e o contratavam para realizar a abertura das vias. Quando algum tratorista era multado e impedido de seguir com o trabalho, rapidamente outro aparecia e dava continuidade à abertura das vias e limpeza dos lotes para as ocupações pelos moradores: “Um dia travou. Chegou lá sem a máquina, ele e o empregado. Falou: “Uai rapaz, eles etiquetaram a minha máquina, multaram eu, filmaram eu trabalhando na minha máquina e travou. Num pode rodar, não”. Aí arrumou um colega dele pra poder ir lá, planar terreno. Abriu muita rua pra nós! Ajudou nós demais”.⁵⁰⁰

O espaço da rua era garantido para que pudessem passar veículos, o que também favorecia a entrada dos materiais para construção das casas. Os lotes eram distribuídos e as ruas abertas para permitir o acesso. Testemunhos dos moradores indicam que os lotes eram distribuídos antes da abertura das ruas, e os próprios

⁴⁹⁸ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁴⁹⁹ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵⁰⁰ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

moradores cuidavam de preparar os terrenos para a construção das casas: “Os moradores que desenhavam. Para a água entrar, uma moradora foi lá e comprou, arrecadou dinheiro do povo e ela mesmo comprou esses canos e outro morador saiu colocando essa água”.⁵⁰¹

Quando perguntado sobre o processo de decisão do local das ruas, um morador respondeu como se isso fosse óbvio, uma decisão natural para criar acesso aos lotes. Nas Ocupações da Izidora, como não foi elaborado um plano urbano de ocupação dos terrenos, a casa veio antes da rua, cuja abertura posterior foi feita para facilitar a entrada de material de construção e a consolidação da construção com a alvenaria (Figura 21).

GG: Essas ruas, como é que vocês decidiram abrir essas rua? Morador: “Uai, nós decidiu abrir essas rua porque... é o seguinte... muita gente dava uma vorta danada pra ir outro lugar, aquele negócio tudo, um passava no fundo das casa do zotro, muitos num gostava, nós fizemo uma reunião, no meio da rua e decidimos, pra evitar da pessoa tá passando no lote do zotro, aquele negócio todo. Aí fomo entrar em ação! Abrir rua!”⁵⁰²

A abertura das ruas e a distribuição dos lotes eram associadas a preocupações com sistemas de drenagem, as partes mais altas dos lotes deveriam observar a abertura de valas que conduzissem as águas para as vias públicas, para proteger as construções de problemas de infiltração nas suas paredes.

Ô gente, ceis que mora no morro, lá em cima, quando ceis for abrir rua, analisa bem o jeito de abrir a rua que vai passar pra trás do seu terreno. Que se for passar pra trás do seus terreno, depois que fazer a rua, ceis faz uma vala, faz uma vala, funda... tendeu? Dum lado e oto, defendendo as parede do lado de cima, do jeito que a água de chuva bate na vala e corre dem da vala sem ir na parede. E sem ter jeito do barranco cair em cima da casa do ceis. Por isso ceis tem que fazer uma vala, que ai a água bate na vala, num corre risco de derrubar a parede da casa. Bem fundo, que a água bate lá na rua e desce no valão... Aquele valão que ce vai fazer, faz ele de esquinado, do jeito que a água desce nele e não vem pra parede, passa de lado.⁵⁰³

Essa subversão da ordem, em que o lugar da casa vem antes da rua, evidencia uma contradição que apresentará problemas no futuro, mas, naquele instante, serve para estabelecer acordos entre os vizinhos, procurando sempre respeitar as individualidades (Figuras 22 e 23).

⁵⁰¹ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁵⁰² Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵⁰³ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Algumas situações foram mais complexas, como a transposição do Córrego dos Macacos na Ocupação Vitória, que foi resolvida com a instalação de uma manilha no leito do córrego e a construção de um aterro ligando as duas margens. Essa é uma das principais travessias desse tipo e ficou conhecido como a curva do “S”, estabelecendo a ligação da Rua Aroeira na margem direita do córrego com a Rua Jacarandá na margem esquerda.⁵⁰⁴ Já nas chuvas no final de 2013, o local apresentou problemas, como a passagem insuficiente para o volume de água a montante, agravado pelo seu entupimento, têm ocorrido nesse lugar, desde então, eventos de inundação. Apesar do problema, a passagem sempre foi reconstruída com a mesma solução (Figura 24).

Entupiu um pedaço da lagoa, pra atravessar pro lado de lá, encheu de terra. Atravessou pra lá. Aí nós roçamo lá na frente, e ele vinha com o trator atrás, tendeu? Aí roçava prum lado, fazendo a rua. Aí saímo lá pro lado do muro de pedra. Essa rua, do outro lado. Pôs umas manilha, onde precisava punha manilha, apesar de que, na época de enchente, a manilha num aguentou, não, levou esse trem tudo, e tornou a fazer de novo, entendeu?⁵⁰⁵

A transposição de cursos d’água com manilhas e aterros foi aplicada sempre que possível, especialmente na Ocupação Vitória. As ruas Jacarandá, Pará de Minas e Equilíbrio são paralelas ao curso d’água principal e atravessam outros pequenos córregos e linhas de drenagem encontrados foram utilizadas essa estratégia para transposição e continuidade das ruas.

Esses pequenos cursos d’água e alguns poços que se formavam eram utilizados para o abastecimento hídrico das casas nos primeiros meses das ocupações. Alguns moradores desempenhavam a atividade de transporte manual das águas para os pontos mais altos do terreno, onde não lhe era possível chegar por gravidade. Eles recebiam pagamentos semanais dos moradores interessados pela prestação desse serviço.

Um dia eu andei na parte alta, Andei olhando as dificuldade das pessoa praqui afora, tinha muita. Um morador me falou: “– Nô seu Vanderley, eu moro aqui, mas num tem água, tô carregando água nas costas, pra tomar banho, pra comer, essas coisas.” Outro disse: “– Tô trazendo água lá do baixo Tupi.” Praqui afora, tudo quieto, silêncio, aqueles montão de tijolo, um monte de brita, outro monte de areia. Mas não tinha como construir, por que não tinha água. [...] Tem gente lá que tá pagando cinquenta reais por semana pra

⁵⁰⁴ Para determinar as margens direita e esquerda, estou considerando o observador de costas para montante e de frente para jusante.

⁵⁰⁵ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

poder carregar água, uma mulher contou que um moço carrega água pra lá toda semana, de manhã e de noite, porque não tem jeito, não tem água, ele leva na carcunda, paga ele por semana, pra beber e tomar banho.⁵⁰⁶

Nos primeiros momentos das Ocupações da Izidora, os moradores, pelas condições objetivas postas, como a dificuldade de acesso e distância aos serviços de mesoestrutura urbana já instalados nos bairros do entorno, e mesmo pelas práticas rurais já estabelecidas entre eles, são levados a estabelecer relações diretas com os elementos da natureza. Constrói-se, com isso, uma cumplicidade entre os moradores e as características físicas dos terrenos ocupados, como se todos fossem parte de um todo, não uma relação cindida como se dá com aqueles que moram e se formam em outras partes da cidade de Belo Horizonte, onde o contato com essas características físicas elementares dos lugares onde moram não são mais percebidas. Essa relação sem mediações com o terreno ocupado e suas características físico-ambientais são aspectos centrais no processo de produção espacial das Ocupações da Izidora nos seus primeiros anos: “Então, a gente veio pra cidade e na cidade eu vim trazendo na bagagem a sabedoria de roça, tudo quanto é tipo de plantação, lidar com criação, é o que meu pai ensinou nós na roça, é trabalhar mesmo, tendeu?”.⁵⁰⁷

Nesse contato com a natureza sem mediações acontece também entre os moradores a retomada de práticas de compartilhamento de conhecimento baseada em princípios afetivos, como o conhecimento que se passa de pai para filho, uma retomada daquilo que se aprendeu com os pais e avós, que não tem um registro escrito e ocorre pela fala.

Fazer tudo quanto é tipo de coisa que ocê pensar, mata burro, essas coisas, assentar porteira, balizar cerca de divisa. Eu trago isso prá Izidora, fiz várias. Es me chamavam: “Olha aqui a divisa minha”. Eu falava: “Oh, é o seguinte, vão balizar isso aí!” Então eu falava para por um bambu em cada ponta, depois corria a linha. Em cima dessa linha, cê corre o fio de arame. Um palmo de terra faz diferença pro outro e muitas vez num vale nada, por causa disso dá até morte. Se marcou, e passou em cima de uma muda de Bejaúba tem que ser ali, tem que cortar a muda de Bejaúba, passar no meio, divisa é assim, cê fica com meia banda de Bejaúba e o outro fica com outra meia banda. Eu aprendi isso com meu pai. Outra coisa, se ocê pranta uma bananeira na divisa, e o cacho de banana subiu, deu a banana, ele drobô pro lado do seu vizinho, num vai caçar confusão. Espera de vezá, cortou, fulano aqui, oh, meio cacho pra um, meio cacho pro outro. Deixa a bananeira aí, o corte dela vai vim outra muda. É assim que trabaia na divisa e com uma boa

⁵⁰⁶ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵⁰⁷ Morador. Entrevista morador. 11 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

vizinhança, pra num dá problema. Na Izidora eu tava ensinando a fazer isso, ivitano de confusão.⁵⁰⁸

A distribuição e divisão dos lotes é orientada e determinada por esses aspectos físicos naturais do terreno ocupado. O respeito dos moradores a isso indica uma boa relação com o lugar e maiores possibilidades de ali se manterem, tanto na construção de um discurso positivo do ponto de vista ambiental para o restante da cidade quanto ao respeito inerente a essas características dos terrenos com a diminuição potencial de problemas futuros, tais como colocar-se numa condição de risco geológico. A natureza indica caminhos para uma boa relação. O andar descalço, pé no chão, evidencia uma vida com poucos recursos, mas também manifesta um estilo de vida, outra maneira de se relacionar com o mundo, um contato direto de fazer parte da terra pela qual se caminha.

Entre os moradores mais velhos, chama a atenção a valorização do trabalho pesado. A disposição em realizá-lo é vista como uma virtude e uma retomada das práticas de trabalho do ambiente rural, nostalgicamente tratadas como desejáveis. Essa valorização do trabalho pesado recorrente entre os mais velhos evidencia algo que ocorre em outros lugares da cidade: a primeira geração que veio de áreas rurais ou cidades do interior para morar em Belo Horizonte, que se encontra ainda morando nos bairros periféricos, favelas e ocupações urbanas da cidade: “Puxa vida, o camarada é cobra criada, ele é do interior rapaz, ele faz um buraco rapidinho”.⁵⁰⁹ Seus filhos, todavia, não valorizam essa modalidade de trabalho. As gerações posteriores buscam outras atividades profissionais, como o trabalho com telemarketing, como entregadores de aplicativos ou também o tráfico de drogas, atividades que oferecem oportunidade de um trabalho mais leve, o que não significa a superação da precariedade. Essa situação se reflete na produção dos espaços nas ocupações urbanas: os mais velhos são os que se engajam no trabalho de construção desses espaços, os mais jovens participam menos desse processo.

Para os moradores mais velhos, o terreno das ocupações oferece oportunidades que são pouco aproveitadas pelos moradores. Geralmente, isso diz respeito aos aspectos físico-naturais, como é o caso da possibilidade de uso do terreno para o próprio sustento, o que aparece mais entre os mais velhos. São eles que se envolvem na produção de hortas e lideram a construção de estruturas que

⁵⁰⁸ Morador. Entrevista morador. 11 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵⁰⁹ Morador. Entrevista morador. 11 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

melhorem o terreno para moradia, como a abertura das ruas e o abastecimento de água e energia elétrica: “Então hoje, na Izidora, dei uma ideia. Um morador topou, na roça, não era muito home não, tem que ter disposição. Nós tamo comprano arroz aqui de burrada e falta de determinação”.⁵¹⁰ Essa situação nos leva, militantes e apoiadores, a ficarmos animados e investirmos nesses agentes externos como parceiros privilegiados na interlocução para a construção das ocupações: são as mulheres como lideranças políticas no território e os velhos como produtores do espaço os maiores engajados na produção espacial. Porém, é importante destacar, eles são exceções, e não a regra. Eu já havia percebido isso nas ocupações da primeira fase, Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. Os apoiadores ligados ao direito têm um maior contato com as lideranças femininas, e os apoiadores da arquitetura com os velhos anciãos que se engajam na construção do territórios.

Essa situação fica evidente na formação do G8 na Ocupação Vitória. O grupo se formou lá pelos idos de 2014, a motivação para sua formação foi a construção de uma rede de água, principalmente para atender as partes altas da ocupação, locais de maior dificuldade de acesso, conforme descrito anteriormente.

Um dia um companheiro me procurou e disse: “– Eu queria conversar com ocê um negócio, pra nós formar um grupo aqui, entendeu, pra nós poder colocar uma água que presta aqui, porque essas águas tá muito bagunçada, esses cano aí, vamos fazer uma rede? Quero formar um grupo com poucas pessoas, já coloquei o seu nome, e eu queria que você me ajudasse a escolher os outros nomes. Gente inteligente e que tem jeito de levar a coisas pra frente.”⁵¹¹

Essa equipe de obra que ficou conhecida como G8 ganhou esse nome por causa de sua composição, eram oito moradores que passaram a se responsabilizar pelas questões de mesoestrutura dentro da ocupação. Eles começaram com a instalação da rede de água e na sequência com a rede de eletricidade interna da ocupação. Os seus membros eram pedreiros e tinham experiência com obras de construção civil. Essa situação ocorre nas outras ocupações da região, nas quais são formados grupos responsáveis pela mesoestrutura que conduziram a construção das ocupações, com formatos e estratégais semelhantes. Nas ocupações da primeira fase eu havia participado desses grupos, o que não foi o caso nas Ocupações da Izidora.

⁵¹⁰ Morador. Entrevista morador. 11 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵¹¹ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

O G8 era o responsável pela construção e a gestão dos recursos financeiros dos moradores para construção dos equipamentos. A relação dos moradores com o grupo era direta, os interessados em melhorar o acesso à água entravam em contato com os membros do grupo que arrecadavam o dinheiro para comprar os materiais e organizar os mutirões. O grupo tinha entre seus membros senhores com grande credibilidade entre os moradores, e os envolvidos prestavam contas do que era arrecadado e como estava o andamento da obra. Essa relação de confiança cria as condições para um processo de autogestão para realização da obra, e uma percepção entre todos quanto à necessidade de superar problemas que eram comuns.

E nisso eu comecei a fazer campanha de arrecadação de material de construção pra me ajudar. Não só campanha, como eu passava no lixo das pessoas, eu ficava olhando o que que tinha pra me atender ali. E foi nessas olhadas aí que eu encontrei janela, até hoje é a janela da minha casa, eu encontrei tijolo que fez a meia parede e dividiu minha cozinha com a minha sala, cerâmica que tá no chão do banheiro até hoje. E nisso eu conseguindo as doação, comecei também a ver a necessidade das pessoas que tavam próximas a mim, e pensei: “Eu preciso ajudar. Se eu consigo as doações pra mim, eu consigo pra elas também.” E comecei a fazer essa movimentação de arrecadar também doação pra elas.⁵¹²

É importante destacar que este procedimento não tinha a participação dos apoiadores externos, neste momento eu por exemplo, estava envolvido em reuniões com o governo estadual para impedir o despejo das ocupações e não mediava nenhum tipo de reunião sobre esse assunto na ocupação, outros apoiadores da assessoria técnica também se encontravam afastados desse trabalho.⁵¹³ As organizações políticas também tiveram pouca participação nessas questões. Nos dois primeiros anos das Ocupações da Izidora, os encontros com os moradores eram quase sempre fora dos territórios ocupados, usualmente nos espaços do Estado. Sendo assim, as informações sobre esse processo foram acessadas em entrevistas realizadas posteriormente. Os problemas, que certamente ocorreram, não foram informados, mas ficam evidenciados em conflitos como a perseguição e o afastamento de alguns membros do G8 no decorrer dos anos.

⁵¹² Morador. Entrevista morador. 06 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵¹³ A gente ficou sabendo a história de que as crianças barraram o despejo da comunidade um período, então a gente falou: “– Vamo fazer algo pras crianças?” Começamos a fazer ações dentro da comunidade, pequenas ações. No primeiro ano nós paramo na praça. Todo carro que entrava a gente pedia doação, as pessoas doavam e a gente fez a festa das crianças. Foi a primeira festa. No outro dia já tava todo mundo vindo pra gente resolver problemas. Os movimentos sociais, que já tinha atuação aqui dentro, e a gente não sabia, os advogados, as antigas lideranças que tinha aqui dentro do território. Então foi tendo aquela visibilidade: “Olha, tem alguém mexendo dentro da comunidade.” Foi quando chamaram a gente pra uma conversa.

A construção da rede de água da Ocupação Vitória conduzida pelo G8 entre 2013 e 2015 era definida sem a mediação de desenhos. As definições surgiam durante os mutirões em acordos diretos entre os pedreiros e o grupo que coordenava a compra dos materiais para construção e fazia a gestão dos trabalhos.

A primeira experiência minha de Ocupação foi na Izidora. Es fizeram uma renião lá, depois que eu tava morando lá dentro, uns seis meses morando lá, carregando água, veio a ideia de instalar a água. Instalemo a água no cano fino. A água ia até quase na minha porta, mas não tinha força pra ir lá em cima. Era aquela peleja pegava água cá e subia o morro prá pô dentro de casa a água. O terreno meu era grande. Eu fui prantando, fiz uma lavoura de mandioca, plantei cana, plantei verdura adoidado.⁵¹⁴

Todo mundo assinou, uma coisa muito séria, eu mostrei pra eles, o orçamento está aqui e todos podem ver. Veio um caminhão de Governador Valadares, um caminhão de cano, tudo de cinquenta, e todo mundo pagou. O tesoureiro do G8 falou: “– Tá passando”. Aí falamos pro pessoal que estava passando que estava nove mil e quinhentos reais. Chamamos as pessoas pra receber o troco, ficou só com oito mil. Aí o caminhão chegou pra nós fazer o mutirão. No mutirão decidimos onde a rede ficaria. Fomos pensando isso desde o início, colocar a rede no meio da rua numa vala de quarenta centímetros de fundura. Aí foi fazendo os ramal, chegou na esquina da rua põe uma entrada pra lá outra pra cá, tipo uma cruz. Aí fomos ali pra cima por duas semanas, com trator na frente, aquele movimento todo, o povo atrás tampando os canos, aquele negócio.⁵¹⁵

A rede basicamente era composta por um ramal principal que percorria as principais vias da região, das quais derivavam os ramais secundários que atenderiam as casas. A condução das águas nas ruas principais se dava com canos com bitolas maiores que os ramais secundários, instalados numa vala no centro das ruas para facilitar a ligação nas casas nas suas laterais.

A rede principal passa aqui, em cano tudo de cinquenta e daqui, lá de perto da associação. Até pra qui afora, tem mais ou menos vinte e cinco registro, registro grande. Registro memo. E cada registro tem uma chave com uma correntinha, entendeu? E uma tampa, entendeu? É trancado com cadeado. E cada rua dessa aqui tem um ramal de vinte e cinco. No meio certo da rua. Aí por essa rua afora aqui, a rede passa tudo no meio da rua.⁵¹⁶

Ligações clandestinas por moradores que não haviam participado do rateio dos custos eram uma preocupação, e o registro com cadeado permitia esse controle realizado pelo G8. Os novos interessados tinham que procurar seus membros para que fosse feita a ligação: “Ninguém faz gato nesse trem aqui, o morador que pagou

⁵¹⁴ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵¹⁵ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵¹⁶ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

mostra o recibo, então pode ligar a água pra ele, e ligava o registro, foi isso, todos que pagaram tinha registro, aí puxava o ramal pra lá, o canal da rua é no meio, cano fino mas é certo. A rede mestre passa na rua no meio certo”.⁵¹⁷ Os recursos arrecadados depois da obra formavam um fundo para posteriores ampliações do serviço, ou para a realização e outras obras coletivas, como a instalação de eletricidade de a futura pavimentação das ruas com cascalho.

Além das questões coletivas, as casas foram se consolidando nessa época. Mesmo ainda com as casas de madeirite, alguns moradores buscavam fazer suas moradias com cuidado para que o material durasse o maior tempo possível para posteriormente construírem em alvenaria. Entrementes, algumas casas começam também a formar pequenas hortas que ajudam a garantir a segurança alimentar da família, retomando práticas típicas dos ambientes rurais.

Quase tudo pedra es falavam assim: “– Puxa vida, ele mora no meio da pedra e tem muita prantação.” Es ficavam tudo passado, cada raiz de mandioca, dessa grossura. E muito almeirão, nunca vi tanto almeirão que saiu lá, eu sameei almeirão fiz aquele canteiro, sameei e moiava, era almeirão prá tudo quanto é lado dentro do terreno. Aí plantei remédio tamém pra todo lado, e ficou bonito. E cerquei tudo de palet, e fiz uma escada de palet, fizemo uma escada de palet e depois dela pronta, era cheia de curva, do jeito que você ia subindo ia veno o Vitória todinho, até lá em cima, e a casa debaixo das duas árvores de cerejeira, umas árvores bonitas. Todo mundo queria ir lá, nego falava assim: “– Eu tô doido pra ir na sua casa rapaz, aquele barracão é de madeira? De longe parece cê de tijolo.” Era tudo de madeirite, tem banheiro dentro de casa, lá é uma gracinha. A minha cama e a cama da minha sobrinha, eu fiz uma tariba, meu pai me ensinou nós a fazer na roça, uma tariba de palet, eu durmo retirado do chão um metro e meio.⁵¹⁸

3.1.1.7 Um plano de mediação e as primeiras rodadas de negociação

No segundo semestre de 2014, enquanto os moradores estavam envolvidos com a produção do espaço na ocupações, nós da assessoria técnica começávamos a participar de várias reuniões de negociação para manutenção das Ocupações da Izidora. Nesta ocasião já havíamos assumido a Arquitetas Sem Fronteira (ASF) Brasil e fomos chamados pelas Brigadas Populares e CPT para desenvolver uma proposta urbanística de negociação do conflito da Izidora — as duas organizações haviam mobilizado recursos financeiros para isso. Foi o primeiro trabalho remunerado da asf e o primeiro trabalho remunerado que fiz como assessor técnico das ocupações urbanas. Esse plano era parte da estratégia de negociação na ocasião (Figura 25).

⁵¹⁷ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵¹⁸ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Participaram diretamente do desenvolvimento da proposta alguns associados da ASF. Em linhas gerais, ela apresentava uma estratégia semelhante àquela da negociação da Ocupação Dandara, em 2011. O terreno ocupado seria compartilhado pela construtora — e seus conjuntos habitacionais — e as ocupações urbanas já instaladas. Partimos do plano da Operação Urbana do Isidoro e seus três graus de proteção,⁵¹⁹ bem como da proposta dos conjuntos habitacionais da Direcional. Com isso, as áreas já mais adensadas nas Ocupações Esperança e Vitória seriam preservadas, com a liberação de algumas poucas regiões para a construção de blocos de apartamento. As menos adensadas seriam desocupadas e liberadas para a construção dos conjuntos habitacionais.

Ganhar tempo, porque decisão desse pessoal aí não vai vim, não. A gente chegou a estar com a corda no pescoço devido ao juiz estar pressionando a ordem de despejo, o governo estadual se colocou dizendo que não ia oferecer a polícia para despejar, nós estamos empurrando com a barriga para chegar as manifestações da Copa e eleição para a gente ir consolidando, mas eu não tenho ilusão nenhuma que vai sair solução, sem chance.⁵²⁰

Essas rodadas de negociação ocorreram durante o governo Antônio Anastasia. Participavam as organizações políticas, as assessorias técnicas e jurídicas e as lideranças representando os moradores. Entre os representantes dos moradores, pensava-se que o governador havia colocado o secretário de Defesa Social da ocasião, Rômulo de Carvalho Ferraz, pela importância do conflito, contudo, ele era o responsável pelas forças de segurança pública, ou seja, o responsável por executar uma eventual reintegração de posse.

Nesse meio tempo, a gente conseguiu uma reunião com o Anastasia. Ele era o governador. Fizemos o relato pra ele na reunião. Os movimentos conseguiram marcar, foi a CPT, o MLB, as Brigadas e as três coordenações. Contamos as histórias das famílias e o que tava acontecendo. O Anastasia

⁵¹⁹ “Grau de proteção 1: Para definição das áreas incluídas como Grau de Proteção 1 foram considerados principalmente a presença de cobertura vegetal de relevância ambiental formando áreas contínuas. [...]”

Grau de proteção 2: Para definição das áreas incluídas como Grau de Proteção 2 foram considerados principalmente as condições topográficas com declividades superiores a 30% em proporção relevante, a presença expressiva de cursos d’água e de manchas isoladas de cobertura vegetal significativa, alguns com a função ciliar outras fragmentos da floresta estacional semidecidual em regeneração. [...]”

Grau de proteção 3: As áreas definidas como Grau de Proteção 3 apresentam condições mais favoráveis à ocupação, pois não concentram os impedimentos à ocupação como a declividade acima de 47% e a presença significativa dos cursos d’água, além de apresentarem uma vegetação acima de gramínea, em geral, utilizada como pasto, de menor expressividade para preservação. [...]” (Belo Horizonte, Plano urbano-ambiental da região do Isidoro, 2010, pp.125–126).

⁵²⁰ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

pegou e passou, falou que ia passar o caso pro Rômulo. Aí o Doutor Rômulo abriu uma mesa de negociação com a gente.⁵²¹

Nós somos uma comunidade onde existe um grave problema social, um grave problema de racismo estrutural, a polícia chega aqui é daquele jeito que cês pensam, cês não sentem, mas é daquele jeito, é com arma pra fora, é chamando de vagabunda, entrando dentro da casa da gente, e outras coisas mais.⁵²²

Nessas reuniões sempre participavam representantes do poder judiciário, inclusive uma juíza que havia decidido pela reintegração de posse da primeira Ocupação Eliana Silva em maio de 2012. Isso gerava dificuldades nas rodadas de negociação, pois ela apresentava uma posição intransigente, exigindo a imediata reintegração de posse dos terrenos da Izidora. Nas reuniões, as representantes dos moradores sempre expunham as dificuldades cotidianas nos territórios, buscando sensibilizá-la.

A juíza que ficou com reintegração de posse estava em todas as reunião. Toda a vez que ela entrava, a gente contava os relatos da ocupação. A todo momento, a fala dela era: “– Não pode ficar lá, eu tô com a ordem de reintegração de posse, precisa desocupar a área. A área tem dono. A área é reservada pra fazer um empreendimento.” A gente retrucava. A juíza queria reintegração de posse de qualquer maneira. Ela gritou que não ia abrir mão, que ela queria que desocupasse a terra, que tinha que desocupar e que ia haver reintegração de posse.⁵²³

Eu presenciei alguns diálogos entre as lideranças e representantes do Estado. Num deles, um desses agentes do Estado disse que a sua empregada doméstica era pobre, mas esse fato não era motivo para que ela ocupasse a terra de outras pessoas. Quando disse isso gerou um grande rebuliço entre as lideranças, que se colocaram disponíveis para ajudar a sua empregada a compreender seus direitos. Essa fala foi dita de maneira informal enquanto aguardávamos o segundo momento de uma das reuniões. Contudo, durante as reuniões esses agentes estatais sempre externavam uma postura preconceituosa e evidenciavam que tomavam suas decisões baseados nesses princípios: “Aí ela gritou: “– Ah, mas vocês quer tudo.” Ela era muito, ela chegava, e não tinha sentimento nenhum, toda cruel. Nossa, ela chegava naquele look dela, nem olhava na cara da gente. Ela não gostava nem de ouvir a gente”.⁵²⁴

⁵²¹ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁵²² Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁵²³ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁵²⁴ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

Quando o argumento constitucional da função social da propriedade era utilizado, manifestavam ser esse um argumento frágil e que não cabia na disputa.

Havia grande esforço em dividir as ocupações, situação que era reforçada com a proposta de construção de um conjunto habitacional que coincidia com o terreno das Ocupações Esperança e Vitória. Cogitava-se a ideia de que toda Ocupação Vitória e parte da Ocupação Esperança fossem removidas, seus moradores seriam colocados numa parte do terreno da Ocupação Esperança e no terreno da Ocupação Rosa Leão. Essas ideias engendravam grandes discussões e conflitos internos: “Quando o Doutor Rômulo abriu a mesa de negociação, a conversa era desocupar. Chegou num certo momento que falaram que iam deixar o Rosa e o Esperança, mas que o Vitória tinha que sair. E aí a gente gritou que não, se tivesse que ficar, tinha que ficar as três”.⁵²⁵

A proposta da ASF era utilizada nessas reuniões, contudo, ela foi elaborada à revelia dos moradores das ocupações. Tínhamos contato com as lideranças durante as negociações, porém o prazo para o desenvolvimento foi extremamente exíguo e não foi possível uma construção compartilhada. Para a apresentação da proposta em fóruns de negociação, preparamos um banner com um mapa, mostrando a organização pretendida, junto com um folheto elaborado pelos técnicos do Escritório de Integração (Figuras 26 e 27). A linguagem do material era bastante abstrata e nunca foi compreendida pelos moradores. O banner virou um apetrecho decorativo nas paredes dos barracos comunitários das Ocupações Esperança, Vitória e Rosa Leão. Apesar da irrelevância interna da proposta para as ocupações, ela serviu, então, como instrumento de negociação junto ao Estado. Participávamos de várias reuniões com agentes públicos para discuti-la e queríamos sinalizar que qualquer intervenção naqueles terrenos deveria considerar as ocupações, inclusive a Operação Urbana do Isidoro, que fora pensada para um lugar que antes não era urbanizado — a Mata do Isidoro —, mas que, naquele momento, era parcialmente ocupado pelas Ocupações Esperança, Vitória e Rosa Leão.

⁵²⁵ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

3.1.1.8 Estratégias apartadas: disputas institucionais e produção cotidiana do espaço

No segundo trimestre de 2014, a negociação coincide com a preparação para as eleições gerais para Presidência da República, Governo do Estado, Senado Federal, Câmara dos Deputados e assembleias estaduais. Os períodos eleitorais sempre geram grande tensão nas ocupações. Particularmente quanto à Izidora, a tensão se devia à disputa estadual. Desde o segundo trimestre de 2014, o governador era Antônio Pinto Coelho, eleito vice-governador na chapa encabeçada por Antônio Anastasia, o qual havia se afastado do governo para se candidatar ao Senado Federal. Como o governador em exercício não participava do processo eleitoral para sua reeleição, receava-se que ele poderia promover a reintegração de posse do terreno ocupado sem a preocupação do desgaste político da medida (Figura 28).

Naquele período, o poder público municipal pressionava pela reintegração de posse, a fim de construir conjuntos habitacionais nos terrenos das ocupações Esperança e Vitória, pressão essa reforçada com a aprovação da Lei Municipal 10.705, que institui a Operação Urbana BH Morar/Capitão Eduardo. Esse diploma legal, apesar de não tratar diretamente da Operação Urbana do Isidoro, criava condições para que fossem aplicados também na região seus parâmetros urbanísticos, especialmente pelo fato de regulamentar os procedimentos para produtos imobiliários de habitação de interesse social:

[...] em 2014 que, através da Lei Municipal nº 10.705, que o Executivo Municipal aprova mudança mais radical para uso e ocupação do solo da região, permitindo, nos marcos da Operação Urbana do Isidoro, a execução de empreendimento voltado ao atendimento da demanda de habitação social, possibilitando legalmente, o que foi elaborado e proposto pela construtora Direcional Engenharia S.A., com cerca de 9 mil unidades, por via do programa MCMV.⁵²⁶

A mudança da dinâmica imobiliária na região norte de Belo Horizonte, com destaque para os seus limites com o município de Santa Luzia, apresenta na Lei 10.705 a possibilidade de realização de empreendimentos imobiliários em parceria com a iniciativa privada que atendessem a política habitacional da cidade. A legislação cria as condições institucionais para que isso ocorra na região e se depara com um movimento de luta por moradia que impede que aconteça à revelia daqueles

⁵²⁶ BITTENCOURT, *Cidade autoconstruída*, 2016, p. 159.

diretamente interessados nessa política habitacional: os moradores das Ocupações da Izidora e suas estratégias de autoprodução das cidades.

Num tinha líder nenhum, tava todo mundo na Cidade Administrativa. Aí chegamo com os cabos ali, puxano ele, berano o final do ônibus, paramo debaixo das árvores lá, era três hora da tarde, aí um homem lá do outro lado morador olhou nós assim, foi e chamou a polícia. Aí nós tava sentado e falei: “– Oh gente cuba aí que es chamaro a poliça.” Aí a polícia chegou lá, olhou, olhou nós lá. Aí os poliça falaram com ele: “– Oh, eles tá quieto sentados lá com as escada, na hora que eles tiverem no poste vocês chamam nós.” Aí os poliças passou perto de nós e foram embora. Aí nós tava comendo até banana, que nós tava sem almoço. Aí eu falei assim: “– Oh João vão pô a escada pra nós colocar esse cabo aí e ir embora, está tudo pronto ai? Tá tudo pronto, a braçadeira e tudo.” Aí pusemo a escada, assim que o João subiu e começou a ligar a luz o homem chamou, aí em pouco veio a ROTAM. Chegou e falou: “– Desce daí, encosta todo mundo no muro.”⁵²⁷

Nessa dinâmica, apesar do afastamento para disputa de uma cadeira no Senado Federal, Antônio Anastasia ainda tinha um papel importante nas negociações, inclusive realizando reuniões informais com as lideranças das organizações políticas e moradores, uma das quais no final de 2014, logo após a eleição, quando garantiu que as forças policiais não promoveriam nenhum tipo de tentativa de reintegração de posse até o final do governo. Qualquer decisão sobre o assunto seria tomada pelo novo governo eleito de Fernando Pimentel, que se iniciaria em 1º de janeiro de 2015.

De verdade, eu não sei qual seria a minha reação. Eu fico pensando em muita coisa. Eu fico pensando em me trancar aqui dentro com meus filhos, me algemar aqui, por corrente em tudo e não sair nunca e eles terem que me levar presa pra me tirar. Eu fico pensando em um milhão de coisas. Eu não sei minha coragem no dia. Dá pra gente montar uma estratégia de guerra.⁵²⁸

No dia que chegou aquela poliçada, vieram derrubando as barracas: “– Pode sair todo mundo daqui, todo mundo, todo mundo!” Eu mais o Zé juntamo as coisas tudo, saímos e eles chegaro enfiaro o pé na barraca, jogou aquele trem tudo no chão. Argumentamos: “– Foi falado prá nós tomá conta daqui, que não tem dono! Aí um poliça falou assim: “– Oh companheiro, cê ta vendo aquele pé de manga lá? Daquele pé de manga pra lá é Belo Horizonte, pra cá é Santa Luzia. Aqui é o prefeito de Santa Luzia é que manda, mandou tirar todo mundo daqui, por causa de quê que ocês não pega dali pra lá?”⁵²⁹

A partir de 2014, consolida-se uma situação que marcaria essa experiência de assessoria técnica, um processo quase exclusivamente de acompanhamento das lideranças em várias reuniões com o poder público estadual e um completo descolamento da produção do espaço dentro das ocupações. Os documentos e a

⁵²⁷ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵²⁸ Moradora. Entrevista moradora. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁵²⁹ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

preparação para as reuniões semanais absorviam os assessores técnicos e jurídicos, além dos militantes das organizações políticas e as lideranças representantes dos territórios ocupados, uma condição que impedia o trabalho junto com o moradores nas questões cotidianas referentes a produção dos novos bairros que surgiam na agora chamada Mata da Izidora. Disso decorreu uma atuação isolada caracterizada pela ausência de cumplicidade em relação ao espaço que se produzia, conseqüentemente, alienada e heterônoma. Os envolvidos com esse processo passam a se apresentar como os intocáveis descritos anteriormente, sujeitos abduzidos de sua condição original e colocados como portadores de uma razão inquestionável. Essa condição contraditória era percebida por todos envolvidos como necessária para garantir a permanência das ocupações. Por mais que eu a considere um equívoco, não posso negar que foi uma escolha exitosa com o passar dos anos, já que as ocupações se mantiveram nos terrenos ocupados ainda hoje, em 2021, quando escrevo esta tese.⁵³⁰

Esse processo com seus avanços e retrocessos tem semelhanças com outros ocorridos na América Latina, como a solidariedade entre os trabalhadores no Chile e sua mobilização junto com os *pobladores* testemunhada por Juan Luis Lemuñir, morador de La Victoria, no final dos anos 1950. Referido processo atesta as avaliações de Castells e do historiador Mario Garcés, que apontam como esse

⁵³⁰ Eu falo que a Rosa Leão, ocupação urbana, ela é uma oportunidade de libertação do meu eu para com o meu eu. É uma libertação e eu sinto que eu tô viva depois dos meus 33 anos. Depois que eu vim pra ocupação não paro de falar. Eu vou dar palestra e o povo fica falando assim: "– O tempo acabou". E eu falo: "– Mas eu não acabei de falar. Aguarde mais um pouquinho!" É assim em qualquer lugar, em audiência, em qualquer lugar! [Moradora, 26 jan. 2021]

Meu cabelo por exemplo, eu fiquei 4 anos tendo liderança sem salário, sem trabalhar, sem dinheiro nenhum. Aí cês me perguntam, como que essa mulher comia e bebia? Porque cês vão ver um vídeo meu que eu tô muito bonita com o meu cabelo, inclusive com unha feita. Então eu vivia de cesta básica que o povo trazia, doação de roupa inclusive, tanto pra mim quanto pro meu filho, eu vivi muito tempo de doação de roupa. Mas aí as mulheres vinham na minha barraca de lona preta, que ficava uma zona, varria ela, arrumava, guardava e lavava vasilha, gratuitamente, porque elas achavam que como eu estava indo nas lutas, nas reuniões, buscar ajuda, o mínimo que elas podia fazer é tentar cuidar de mim. Tinha uma que arrumava meu cabelo, eu ficava linda, maravilhosa. Começou um zum zum zum na ocupação, que eu tinha faxineira, só anda arrumada, cabelo tão caro pra arrumar, ela deve tá pegando dinheiro da comunidade! Aí eu tive que fazer uma assembleia. A assembleia foi emocionante demais! Chamei a galera toda que cuidava de mim, e aí fui falando: "– Galera, todo mundo que fica falando aí que eu tenho empregada em casa, que meu cabelo fica arrumado, vou chamar um por um aqui." Chamei a cabelereira e ele falou: "– O povo que fica conversando muito, quem arruma o cabelo dela sou eu! Porque ela tem que ir bonita pra reunião, defender a gente! Isso é o mínimo que eu devo fazer por ela!" Veio a moça que limpava a casa: "– Eu limpo a casa com o maior prazer do mundo! Acho que as pessoas deveriam fazer o mesmo!" Eles falaram como que eu construí sem ter salário, sem tá trabalhando, já que sou por conta da ocupação, aí veio outro morador: "– Gente, quem emprestou o cartão de crédito pra comprar o material dela fui eu, comprei pra ela o material." Eu comecei a chorar. A galera começou a chorar. E foi aquela prestação de conta das próprias pessoas que cuidavam de mim por eu cuidar da comunidade. Foi uma coisa assim, maravilhosa! Emocionante! [Moradora, 26 jan. 2021]

movimento de ocupações de terras urbanas no Chile teve grande relevância no processo de transformação social que levou, no início dos anos 1970, à eleição da Unidade Popular e à formação do governo Allende. As *tomas de sitio*, como são chamadas as ocupações urbanas no Chile, iniciadas com a *población* La Victoria em 1957, levou a criação do Ministerio de la Vivienda y Urbanismo em 1965, evidenciando a mobilização que o tema promovia no país entre os setores populares.⁵³¹

*Notable fue la solidaridad con los pobladores por parte de los trabajadores. El dirigente de la cut (Central Única de Trabajadores), Manuel Recabarren, propuso un voto de apoyo y solidaridad con los pobladores del Zanjón y se nombró una comisión integrada por Nibaldo Martínez, José Hidalgo y Ahumada, entre otros, para que se entrevistaran con las autoridades. El objetivo era el de impedir el desalojo. Por otro lado, la solidaridad se hacía presente con los pobladores de San Miguel, que se mostraron atentos a ayudar a los probadores de La Feria. El Hogar de Cristo, representado por el arquitecto Carlos Venegas, y los estudiantes de universitarios hicieron llegar sus aportes solidarios a los pobladores.*⁵³²

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o governo Jorge Alessandri esforça-se para formular políticas habitacionais, porém ainda são ações sem grande impacto, o que leva ao surgimento de outras *tomas de sitio*, as *poblaciones*⁵³³ promovidas pelo governo, que se assemelhavam a ações também ocorridas no Peru, com a disponibilização de terras para a construção de habitações sem maiores investimentos na construção de estruturas para garantir a qualidade das moradias na periferia das cidades.⁵³⁴

No governo seguinte, de Eduardo Frei Montalva, do Partido Demócrata Cristão, entre 1964 e 1970, continuam as tentativas de políticas habitacionais para atender à demanda, entretanto ainda sem avanços significativos e levando ao aumento da pressão dos setores populares com a realização de várias ocupações de terra nas cidades chilenas:

La administración de hizo significativos esfuerzos por cumplir con sus promesas, pero la demanda y la presión poblacional superó sus planes, de

⁵³¹ GARCÉS, El movimiento de pobladores durante la Unidad Popular, 1970–1973, 2015, p. 34.

⁵³² LEMUNIR, *Nuestra victoria*, 2017, p. 15.

⁵³³ *Tomas de sitio e poblaciones* se referem a movimentos urbanos semelhantes as ocupações urbanas no Brasil.

⁵³⁴ No Peru entre os anos 1960 e 1980, as barriadas passam a ser incorporadas como parte das políticas públicas de acesso à moradia, gerando uma paisagem que Driant destaca na abertura de seu livro sobre Lima: “Un observador extranjero que recorriera la ciudad del norte a sur pasando por el centro no dejaría de sorprenderse por la gran heterogeneidad del tejido urbano, por su extensión y por la impresión de visitar una inmensa obra en construcción”. Driant, *Las barriadas de Lima*, 1991, p.15).

tal forma que a partir de marzo de 1967, cuando se produjo la emblemática toma de “Hermina de la Victoria”, en el sector poniente de Santiago, las tomas de sitios y las peticiones por abrir nuevas “operaciones sitios” se multiplicaron: 13 tomas en 1967; 4 en 1968; 35 en 1969; y 103 en 1970, es decir 155 tomas de sitios en cuatro años (Castells, 1973). A estas alturas, los pobladores habían constituido Comités de Sin Casa, por barrio, y en muchos casos, articulados en el nivel comunal, y el recurso de la “toma” como estrategia de presión y solución — inicial al menos — para la consecución de una vivienda, se mostraba altamente eficiente.⁵³⁵

Segundo Garcés, quando Salvador Allende chegou ao governo, a cidade de Santiago se encontrava tomada por ocupações urbanas. Durante sua campanha ele se comprometeu a elaborar novas políticas habitacionais para atender aos movimentos de sem-casa que se encontravam bastante mobilizados. No Ministerio de la Vivienda em seu governo foram criados na ocasião departamentos voltados para essa questão, buscando criar suporte técnico e político para os *pobladores*.⁵³⁶

Entre 1970 e 1973, as *poblaciones* continuaram mobilizadas no atendimento às suas demandas, sendo esse um dos setores sociais que mais contribuiu para o ambiente de sublevação que se observava no país nos momentos que antecederam o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet.

A organização política dos *pobladores* foi um aspecto importante da experiência de luta pela terra urbana no período, um instrumento de luta e formação de um poder local e do espírito da cidadania entre seus participantes. Nas *poblaciones* havia também o engajamento de partidos políticos de centro-esquerda e esquerda contribuindo para o processo de organização interna. Como se pode imaginar, existiam diferenças importantes entre as várias organizações políticas que se envolveram com as *poblaciones*, algumas que passavam pela valorização do processo de institucionalização e outras que defendiam a formação política interna dos assentamentos. Os anos 1960 e o governo de Salvador Allende foram o momento de maior mobilização dos sem-casa, com grandes avanços na formulação de políticas para habitação no país (Figura 29).

Esse ambiente de sublevação que culminou com o governo de Allende e o golpe de Pinochet não ocorreu aqui com as Ocupações da Izidora, mas, naquele período, após a movimentação das ocupações urbanas em Belo Horizonte desde 2008, observamos uma mobilização que provoca o Estado a negociar com as ocupações, as quais passam por utilizar os instrumentos que vinham sendo

⁵³⁵ GARCÉS, El movimiento de pobladores durante la Unidad Popular, 1970–1973, 2015, pp. 36–37

⁵³⁶ Ibidem, p. 37.

construídos desde a redemocratização, como os preceitos de uma gestão participativa. Estes, porém, são fortemente burocratizados, condição que fez os envolvidos se afastarem do cotidiano de produção do espaço nas Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, situação que seria agravada a partir de 2015 com o governo de Fernando Pimentel do PT (Figura 30), evidenciando que não havia de fato uma política habitacional.

Concomitantemente à ação institucionalizada por parte das assessorias e organizações políticas, os moradores seguiram produzindo as ocupações, e as estratégias se mostraram apartadas em vários momentos como na tentativa de pavimentar as ruas da Ocupação Vitória, quando os moradores do G8 são impedidos de continuar na organização e elaboração da pavimentação das vias devido aos resultados incertos nas negociações junto ao governo estadual que evidenciavam a possibilidade de um despejo:

Um amigo falou assim: "Eu trabalho em uma empresa muito grande que mexe com asfalto, queria que você conversasse com os moradores, eu vou trazer pra cá uns trezentos caminhão daquele pó de asfalto, estrada velha que nós ranca e trazer pra cá. Ao invés de jogar fora trazer pra cá, vem com terra também, mas é melhor do que o jeito que tá aí". Eu disse: "Oh, rapaz, beleza!" Ele disse: "Você mede pra mim que eu vou mandar o caminhão bater". Eu e minha sobrinha medimo lá do muro de pedra até ali aonde que era a associação ali, três mil e seiscentos metros. Aí a coordenadora viu que eu estava diantado nessa parte, não sei o que aconteceu, e me cercou e falou: "Eu queria que você desse uma parada nisso aí, que a coisa tá feia lá embaixo na mesa de negociação". Aí eu cancelei com o meu colega: "Num precisa trazê não porque a coisa tá dando errado aqui". Aí começou a vim ação dos despejo. E aí nós já tava bem diantado.⁵³⁷

Exemplos assim evidenciam como essa atuação próxima as instituições se torna danosa para os avanços internos. Desconsiderar o papel desempenhado pelas negociações é um erro, mas a produção dos grupos sócio-espaciais nos terrenos ocupados foi prejudicada. O Estado passou então a pautar a produção cotidiana das ocupações, enfraquecendo os processos internos, que seria agravado nos anos vindouros.

⁵³⁷ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

3.1.2 Segundo momento nas Ocupações da Izidora: abusos de uma ação institucionalizada

3.1.2.1 *Indícios de uma relação abusiva*

Em 1º de janeiro de 2015, toma posse o governo de Fernando Pimentel. O novo governador havia sido nos anos 2000 prefeito de Belo Horizonte (2001–2008), e, no final de sua gestão municipal, foram retomadas as ocupações urbanas na cidade. Como prefeito ele não dialogou com o movimento ainda incipiente. Apesar dessa postura no passado recente, esperava-se que, na sua gestão no governo estadual, ocorreria uma melhor interlocução com as ocupações, afinal ele era um quadro histórico do PT mineiro, não obstante ser considerado um petista afastado dos movimentos sociais — consequentemente, distante das bases e suas agruras.

A sua gestão como prefeito manteve a prática que vinha desde a gestão de Patrus Ananias (1993–1997) de inclusão dos movimentos de luta por moradia da cidade nos processos participativos da gestão da política municipal de habitação, mas esses procedimentos foram marcados pela ineficiência na realização de sua intenção. Geralmente, o planejamento institucionalizado dificilmente se ajusta ao relacionar-se diretamente com a população: “Porque eles trabalham com a tática de desapoderar o povo, enquanto a gente quer apoderar o povo. Nós queremos que o povo chegue aqui e seja a voz final nas decisões”.⁵³⁸ No caso da política habitacional, a situação é agravada pela prática de cooptação que leva ao esvaziamento do conteúdo político das mobilizações da sociedade:

Foi no momento de abertura política, a tragédia é que esses movimentos sociais se dissolveram, agora são mais fracos que no passado. Os governos petistas esvaziaram esses movimentos na medida que trouxeram seus militantes para dentro dos seus governos. Como é que você vai lutar por uma coisa dentro de um governo? As lideranças foram desmanchadas, algumas foram cooptadas, teve uma desestruturação geral dos movimentos sociais.⁵³⁹

Ainda que com receio graças ao passado recente, esperava-se uma boa relação com o Governo Pimentel.⁵⁴⁰ Os governos petistas costumavam absorver

⁵³⁸ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁵³⁹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁵⁴⁰ Colocou todos com a mão no muro, aí eu falei: “Você deve ter aí o livro da Constituinte? É o seguinte, lá diz que tem que ter luz para todos. Aqui dentro tem oito mil famílias, tem cadeirante, gente com problema visual, asma e que usa aparelho, depende da energia elétrica entendeu?” Mas aí ele falou assim: “Vocês sabem que vão sair daí?” Eu disse: “Sair de que jeito? Ocê presta atenção, um terreno deste aí abandonado, aí agora tem mais de sete mil casa feita com o suor do povo, tem mais de dez

algumas contradições do sistema formulando políticas públicas que parecem superá-las sem de fato fazê-lo, e o novo governo vinha de experiências de gestões municipais vinculados a essas práticas, o que gerava entre os militantes e moradores das Ocupações da Izidora expectativa de sossego por alguns anos e quem sabe uma resolução definitiva para o conflito fundiário: “Temos esperança de construir algo diferenciado num processo de negociação, de repente um empreendimento de maior qualidade, fora desse padrão Minha Casa, Minha Vida, com unidades mais interessantes”.⁵⁴¹

Essas expectativas positivas com governos progressistas marcam a redemocratização no Brasil e em outros países da América Latina, como no caso do Chile. A resistência que contribuiu com o fim da ditadura de Pinochet teve, nos movimentos de luta por moradia, um importante protagonista. Segundo Zibechi a resistência ao regime não veio do mundo do trabalho, mas, sim, das *poblaciones*: “Os bairros autoconstruídos e autogovernados substituíram as fábricas como epicentros da ação popular”.⁵⁴²

Porém, essa participação das *poblaciones* na conquista dos governos democráticos no Chile não significou uma relação confortável com o novo regime. Os aparatos centralizadores e repressivos criados durante o governo Pinochet foram, logo nos primeiros momentos da redemocratização, reutilizados na repressão das camadas populares que moravam nas *poblaciones*, como testemunha um morador de La Victoria:

*El gobierno volvió a poner en práctica los métodos criminales típicos de la Dictadura. [...] En realidad hacía algunos meses que habíamos descansado de los métodos represivos. Esa noche nos juntamos y fuimos al retén a pedir una explicación por lo que había sucedido. No recibimos ninguna respuesta de parte de Carabineros.*⁵⁴³

Os governos na redemocratização do Chile ou no caso do PT no Brasil são marcados por uma percepção positiva do papel do Estado e sua suposta neutralidade, um republicanismo ingênuo, ou, ainda, são de fato governos fracos e com dificuldade

ruas abertas com o suor do povo! Entendeu? E o seguinte, se nós estamos pegando a luz, algum motivo tem, eu sei que é roubo, é furto, mas é também lei, luz para todos. Já que o governo não está fazendo, nós temos que fazer, não vamos esperar o governo fazer, nós temos a capacidade de tirar aqui, nós vai tirar!” [Morador, 18 jul. 2018]

⁵⁴¹ Militante. Entrevista militante. 19 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.

⁵⁴² ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 57.

⁵⁴³ LEMUÑIR, *Nuestra victoria*, 2017, p. 68.

de se impor, não se considerando legítimos perante toda a sociedade para colocar a pauta dos setores populares essenciais para sua conquista ou eleição.

Apesar das desconfianças, a expectativa positiva foi reforçada logo nos primeiros meses com a proposta de constituição da “Mesa estadual de diálogo e negociação permanente sobre ocupações urbanas e no campo”, que teve na sua elaboração a participação direta das organizações políticas envolvidas com as ocupações e vários apoiadores, inclusive das universidades (Figura 1).

Como parte da elaboração do instrumento de negociação do Estado de Minas Gerais, foi realizado, em 10 de março de 2015, o seminário “Conflitos fundiários em MG e o direito à cidade”, na Escola de Direito da UFMG. Na mesa de abertura, falaram representantes das organizações políticas, apoiadores como o Coletivo Margarida Alves e as Arquitetas Sem Fronteiras, assim como representantes da UFMG e da PUC Minas. Depois houve uma conferência da arquiteta Raquel Rolnik, a cujo término um morador pediu a palavra e disse que vinha sofrendo ameaças de morte e precisava de proteção. O público saía do auditório sem dar muita atenção ao que ele falava (afinal, havíamos acabado de assistir à fala de Raquel Rolnik, esta, sim, o destaque naquela manhã) (Figura 2). O morador que falava era Manoel Bahia, morador da Ocupação Vitória, que seria assassinado daí a alguns dias. Enxergo aí uma caricatura trágica do que se passava nas Ocupações Izidoras à época: pouca atenção às questões cotidianas e uma concentração de esforços nas disputas institucionais.

À tarde, grupos de trabalho se debruçaram sobre a contraproposta de minuta para a instituição da referida mesa de negociação de conflitos fundiários, o que ocorreria em primeiro de julho de 2015, por decreto do governador Fernando Pimentel (Figura 3).

Parecia que a postura do novo governo almejava dar uma resposta perfeita para os conflitos fundiários que se desenrolavam na Mata da Izidora. Já no terceiro mês da gestão, a proposta da mesa de negociação direcionava-se para uma resposta breve e definitiva. Toda a situação indicava que pouco importava a resposta que era dada, mas como era dada: uma discussão aberta com a sociedade e os grupos organizados diretamente envolvidos com o conflito, era uma postura simpática, que reforçava a necessidade de se abrir ao diálogo, especialmente com aqueles que ocupavam o terreno e tinham partido para uma ação direta demandando políticas

públicas de habitação.⁵⁴⁴ Erving Goffman chama atenção para essas estratégias, ao analisar os jogos de cena na representação dos políticos no parlamento inglês, que podemos perceber reproduzidas pelo Governo Pimentel ao tentar uma aproximação dos grupos que promoviam as ocupações urbanas em Belo Horizonte:

Poder-se-ia dizer cinicamente, mas com certa dose de verdade, que a resposta perfeita a uma pergunta embaraçosa na Câmara dos Comuns é aquela que seja breve, pareça responder completamente à questão, se contestada, possa provar ser absolutamente precisa, não dê margem a 'acréscimos' inconvenientes e que na realidade não revele nada.⁵⁴⁵

Geralmente as pessoas gostam de ser enganadas,⁵⁴⁶ saber a verdade sobre um fato não é necessariamente desejável, a necessidade de uma situação que dê conforto e sustentação para algo que se deseja pode favorecer o engajamento a um projeto político que se pretende legítimo — parecia ser esse o caso do Governo Pimentel ao propor a mesa de negociação logo nos primeiros meses, parecendo se contrapor ao governo anterior que, em 2014, promovera grande pressão pelo despejo das Ocupações da Izidora: “Porque, pra polícia, até eu abrir a boca pra provar pra eles que eu tenho direito, eles já me bateram”.⁵⁴⁷

Em situações como essa, é importante lembrar que o Estado é em última instância aquele que restringe a liberdade, o princípio do controle é sua essência, sendo assim, a cooptação em processos como o que a mesa de negociação proporcionaria se dá naturalmente, por isso, o agir contra o Estado⁵⁴⁸ deve ser um máxima constante numa atuação estadocrítica, como parecia ser o caso dos envolvidos com as ocupações urbanas de Belo Horizonte. Nesse tipo de atuação, o diferencial não é a rejeição a uma aproximação do Estado, mas a compreensão estratégica de fazê-lo, uma "parceria" que exige atenção e criatividade constantes para que os envolvidos possam se manter e não serem atropelados pelos procedimentos estatais. A mesa de negociação era um risco, mas se apresentava

⁵⁴⁴ Primeira coisa que a gente acredita, é que as pessoas tem que morar com dignidade, e nós não somos a favor de um processo de favelização. Acredito que tem morar com dignidade, tem que ter planejamento, e acreditamos que sem essa parceria e sem esse apoio seria impossível de acontecer. Temos que construir uma sociedade de direitos sociais, e de repente dentro da ocupação há um espaço ideal, até para mostrar quantos são. É construir moradia, planejar a moradia, planejar ambiente para o povo morar. [Militante, 13 fev. 2014]

⁵⁴⁵ GOFFMAN, A Representação do Eu na Vida Cotidiana, 1999, p. 64.

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 213

⁵⁴⁷ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁵⁴⁸ SOUZA, Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado, 2010, pp. 27–28.

como uma boa possibilidade para as ocupações urbanas de Belo Horizonte, especialmente para as Ocupações da Izidora.

Entre os envolvidos com as Ocupações da Izidora era claro que não existem políticas públicas e instâncias participativas que sejam insurgentes, não há um Estado capitalista que vá negar seus fundamentos heterônomos, tais como a propriedade privada e a realização do lucro,⁵⁴⁹ sendo assim, não havia a ilusão com eventuais avanços numa luta institucional. Esta última era vista como limitada, mas, mesmo assim, a situação criou expectativas positivas.

O Estado como forma política do capitalismo é muito eficiente para manter as coisas como já estão,⁵⁵⁰ garantindo a reprodução do próprio sistema. As experiências das ocupações que atribuo ao período da primeira fase desses movimentos já evidenciavam essa dificuldade, particularmente na Dandara. Não obstante, a mesa de negociação parecia ser um caminho válido, especialmente com as condições que o conflito fundiário das Ocupações da Izidora apresentavam: estava-se ali em oposição a um capital imobiliário financeirizado com grande capacidade de pressão sobre o Estado para favorecê-lo.

As formas sociais capitalistas ensinam e estruturam a própria reprodução social para manutenção do sistema. O próprio questionamento também cumpre esse papel: a condição de ser um sistema essencialmente revolucionário, como é o caso do capitalista, leva-o sempre a seu próprio questionamento como possibilidade de manutenção do sistema, criando a ilusão de uma ruptura que de fato pode estar reafirmando princípios que o mantêm.⁵⁵¹

Embora plantadas num processo que é ao mesmo tempo de engaste e de engaste, trazendo entre si e dentro de si a marca da contradição e do conflito, ainda assim, é justamente assim, as formas sociais capitalistas ensinam a estruturação da própria reprodução social.⁵⁵²

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 29.

⁵⁵⁰ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 19.

⁵⁵¹ Eu não tinha terminado de falar! Eu esperei elas acabarem de falar e pedi a fala de novo. Ela tava encerrando a reunião. Aí eu falei: "Olha, eu quero que deixe registrado aqui que eu acabei de sofrer um silenciamento e um racismo nessa reunião". Aí ela: "Oooh! Nossa! Não! Se foi da minha parte, me perdoa!" Eu falei: "Não. Foi da sua parte mesmo, eu tava falando, você me silenciou, e passou pra uma mulher branca". Ela: "Nãoooo! Jamais!" Eu disse: "Tudo bem, eu tô te perdando, depois cê paga uma cerveja e fica tudo suave. Mas não faz isso mais, não". [Moradora, 26 jan. 2021]

⁵⁵² Ibidem, p.24.

Como demonstra Castoriadis, junto da fetichização da mercadoria a organização burocrática é um dos aspectos centrais de dominação capitalista, o seu imaginário garante a legitimidade que a estrutura burocrática necessita para se manter e se legitimar perante os agentes sociais, gerando os elementos que a automatizam e a colocam como uma instância sobre a qual ninguém exerce controle.⁵⁵³

Entre o seminário em março e o decreto em julho, houve ensaios da mesa de negociação, presididos pela COHAB Minas, na figura de seu então presidente Claudius Vinícius Leite Pereira (Figura 4). No início de abril de 2015, foi convocada a primeira reunião, em que a COHAB Minas apresentou uma proposta que nada mais era do que a proposta da própria Direcional Engenharia. Tratava-se da construção de conjuntos habitacionais e da instalação de um sistema viário que fazia parte da Operação Urbana do Isidoro. A condição apresentada não era diferente do que havia se passado antes com a Ocupação Dandara: a saída de todos do terreno para a construção de conjuntos habitacionais; as demandas por moradia para os removidos seriam atendidas após seu cadastramento e sua aprovação pelos critérios da política habitacional municipal, o que deixaria muitas famílias de fora. (Há, por exemplo, a interdição de acesso à política habitacional para aqueles que já foram ‘beneficiados’ alguma vez. Mas muitos moradores das Ocupações da Izidora são ex-moradores de vilas e favelas de Belo Horizonte que sofreram remoções e tiveram indenizações insuficientes para comprar outros imóveis, restando-lhes a opção de morar nas ocupações e utilizar a indenização para a construção da nova casa.)

Uma moradora me disse: “O quê que eu vou fazer? É porque eu vim pra cá, mas eu já sou indenizada da Urbel”. O que ela tinha conseguido da Urbel, foi ali que ela tinha conseguido achar. Ela deve ter comprado de alguém a benfeitoria com o recurso. Ela seguiu falando de sua preocupação: “E aí, eles vão me mandar embora daqui?” Aí, como é que você fala? Que a pessoa está errada de estar ali? Eu falo que é o espaço que as pessoas encontraram pra poder morar. Elas estão erradas de estarem ali? De ter comprado de alguém?⁵⁵⁴

Logo no ensaio as expectativas positivas com a mesa de negociação caem por terra. Mais uma vez se vislumbrou ser aquele um procedimento que limita os avanços da reforma urbana. Assim como a cooptação de lideranças das organizações da sociedade civil nos anos 1990, quando chegaram aos governos municipais os grupos políticos alinhados com essas pautas, vislumbramos ser aquela uma estratégia para

⁵⁵³ CASTORIADIS, A instituição imaginária da sociedade, 1982, pp. 190–191.

⁵⁵⁴ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

domesticação da rebeldia, desviando os movimentos sociais dos seus objetivos centrais. Nas reuniões das mesas de negociação são atribuídas tarefas de tal modo que todos os envolvidos com as Ocupações da Izidora se desviam do foco da luta política, sempre colocando alguma questão a ser resolvida, jogando sombra sobre a questão central que é o Estado e sua ineficiência em promover uma política habitacional e o apoio às camadas populares, e não aos setores com grande poder econômico.

Vitoria, Esperança e Rosa Leão estão agora em um processo de negociação, uma série de reuniões. É novamente esse desafio, um grupo de pessoas que vai às reuniões, que participa, escuta, e tem que repassar em assembleias. Eu não sei te dizer qual que é a receita, como as pessoas de fato possam compreender e participar dessas decisões. Esse é pra mim o grande desafio.⁵⁵⁵

Essa estratégia de contenção que impede avanços nas pautas da reforma urbana estão presentes também nos programas sociais, eles são importantes instrumentos de controle; aliviam a pobreza, mas não modificam a distribuição de renda.

Neste sistema de dominação, os programas sociais têm um papel importante. Para o sociólogo Francisco de Oliveira, são 'um instrumento de controle' na base de um dispositivo biopolítico pelo qual o Estado classifica as pessoas com base em suas carências, 'restaura uma espécie de clientelismo' e termina por converter a política em algo irrelevante. Por outro lado, os programas sociais se dirigem aos mesmos setores que se organizaram em movimentos nas últimas décadas. Aliviam a pobreza, porém não modificam a distribuição de renda, nem evitam a crescente concentração de riqueza nos estratos privilegiados.⁵⁵⁶

Aquele ensaio evidenciou que aquela luta institucional teria que ser habilidosa para levar a vitórias importantes na conquista dos terrenos ocupados. Precisaria ser paralela a outras ações diretas, a associação das duas poderia gerar frutos e eventuais avanços. Naquele ponto, uma condição vinda de 2013 foi ainda mais recorrente: as organizações políticas e as assessorias atuando na luta institucional e fomentando a ação direta de produção espacial nas ocupações bem como em atos políticos, como marchas, trancamento de ruas, acampamentos nas portas dos órgãos estatais e na frente da sede da construtora.

⁵⁵⁵ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 20 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁵⁵⁶ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 122.

Esses são importantes indícios das Ocupações da Izidora, exemplares da segunda fase das ocupações urbanas de Belo Horizonte, quando a aproximação com o Estado e a utilização de suas ferramentas se tornam mais recorrentes nos procedimentos adotados na luta política desses movimentos sociais urbanos (Figura 5).

3.1.2.2 De fato, uma relação abusiva

A postura intransigente dos agentes públicos de um governo que se imaginava mais alinhado com as políticas de reforma urbana era esperada, mas, ainda assim, foi surpreendente. Eles se colocavam como defensores de uma proposta que vinha sendo negada e debatida havia quase dois anos, evidenciando que o governo estadual assumia um claro alinhamento com a gestão municipal de Márcio Lacerda e com o capital imobiliário atuante na cidade. A proposta gerou uma enorme tensão entre os moradores, o que contribuiu para os assassinatos de Manoel Bahia e, depois, de Ricardo de Freitas Miranda, o Kadu. Não quero acusar o Estado dessas e de outras mortes, mas busco salientar o quanto é necessário ter cuidado com mediações e negociações de conflitos fundiários. Uma fala, numa sessão da mesa, pode ter consequências nos territórios, especialmente em se tratando de um agente do Estado, que pode ser detestado, mas tem legitimidade entre os moradores. Seus posicionamentos sobre o conflito são entendidos como verdade absoluta. Qualquer negociação desse tipo precisa ser construída junto à base. Não basta convidar representantes dos moradores para participar das sessões.

Na verdade uma resistência. A gente não acreditava com o que tava ali. Era uma resistência pra não serem despejados, porque foi um processo, que apesar de as ocupações estarem lá, foi um processo que não foi tão vitorioso. Porque o objetivo nosso ao fazer uma ocupação, criar condições para fazer várias. Porque uma ocupação não vai resolver a vida da pessoa. São várias situações de lutas, para um belo dia criar uma situação transformadora na cidade. Apesar dos movimentos de moradia terem uma simpatia pelo PT, eles nunca criaram condições para deixar o governo em xeque.⁵⁵⁷

A proposta foi apresentada no dia 24 de março de 2015, divulgada alguns dias depois pela mídia local e, então, na página da COHAB Minas, que se colocava como a “mediadora desse conflito”⁵⁵⁸, com a seguinte informação:

⁵⁵⁷ Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁵⁵⁸ COHAB Minas, *Empreendimento Granja Werneck*, Abril 2015. Disponível em <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

Apresentada na reunião da Mesa de Diálogo no dia 24 de março último e encaminhada por e-mail a todas as lideranças das ocupações, a proposta prevê a construção de conjuntos habitacionais na Granja Werneck, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, garantindo o reassentamento das famílias que hoje residem nas ocupações em parte das cerca de 9.000 unidades que serão construídas na primeira fase do empreendimento.⁵⁵⁹

Os conjuntos habitacionais eram compostos por vários edifícios que tinham entre cinco e oito pavimentos, distribuídos em grande pátios de estacionamento dentro de um padrão que caracteriza a produção habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida (Figuras 6 e 7), semelhante ao que é classificado por Lúcia Shimbo como Habitação Social de Mercado: "numa eventual gradação que procure classificar, num extremo, a produção pública e, no outro, a produção privada, há uma zona intermediária híbrida – a ‘habitação social de mercado’".⁵⁶⁰

Apesar de ter sido apresentada pela COHAB Minas, não era uma produção pública, mas sim privada, uma habitação de mercado, um produto imobiliário naquela ocasião já recorrente no mercado brasileiro, que nasceu a partir de fomentos do poder público com o Programa Minha Casa, Minha Vida. No empreendimento da Granja Werneck temos um exemplo de produto de habitação social de mercado, o poder público municipal, estadual e federal se colocam como seus promotores, porém aquilo a que assistimos é um empreendimento conduzido pela iniciativa privada e tem essa como sua grande protagonista. Era uma escancarada parceria público-privada.

Em Belo Horizonte, até então, eram poucas as ofertas de empreendimentos desse tipo que ofertassem unidades habitacionais para as populações na faixa de renda de zero a três salários mínimos; havia, a oferta de produtos para a faixa de renda de quatro a seis salários mínimos. A Direcional Engenharia se apresentava com expertise para a realização desse tipo de empreendimento, utilizando estratégias típicas para lançamentos imobiliários, como plantas humanizadas e fotos de um apartamento modelo (Figuras 8 e 9). Na divulgação da página da COHAB Minas, era destacada sua predisposição ao diálogo para solucionar o conflito:

Para viabilizar o empreendimento Granja Werneck, a Direcional Engenharia e o Município de Belo Horizonte se propuseram a sentar e a negociar, com a maior transparência possível, com os movimentos que coordenam as

⁵⁵⁹ Ibidem.

⁵⁶⁰ SHIMBO, Habitação Social de Mercado, 2012, p. 26.

Ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), na tentativa de uma solução pacífica para o conflito.⁵⁶¹

Em tudo isso observamos estratégias comerciais que visam atender as demandas dos ganhos financeiros, e não voltadas à geração de produtos arquitetônicos e urbanísticos que de fato atendam as demandas de populações como as que moravam nas Ocupações da Izidora.

O empreendimento proposto, como era coincidente com as Ocupações Esperança e Vitória, propunha para sua construção a desocupação da Ocupação Vitória, indo seus moradores aguardar a construção de 6.528 unidades no terreno da Ocupação Esperança, para, posteriormente, moradores das ocupações Esperança, Rosa Leão e Vitória serem reassentados em definitivo nas unidades prontas (Figura 10). Em relação à Ocupação Rosa Leão, havia um adendo à proposta apresentado pela COHAB Minas:

Os moradores da Ocupação Rosa Leão permanecerão em suas moradias durante o período de execução das obras da 1ª etapa da fase 1 do empreendimento (aproximadamente 18 meses), sendo posteriormente reassentados nos conjuntos habitacionais construídos na antiga Ocupação Vitória, desde que se enquadrem no perfil do Programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1.⁵⁶²

A proposta recebeu outro adendo em reunião do dia 31 de março de 2015, no dia do assassinato de Manoel Bahia, na qual pequenas faixas do terreno da Ocupação Vitória, no município de Santa Luzia, seriam disponibilizados para a realização de um empreendimento Minha Casa, Minha Vida — Entidades (Figura 11).

A proposta gerou um grande rebuliço nas ocupações. As organizações políticas, assessorias técnicas e jurídicas, além das lideranças que coordenavam os terrenos ocupados não tinham elementos e condições para explicar aos moradores o que estava sendo proposto. Apesar disso, a COHAB Minas pressionava para que fosse dada uma resposta concordante com o máximo de brevidade possível.

A dificuldade de uma resposta positiva ao que a COHAB Minas apresentava passava pelas dificuldades de comunicação para todos os moradores das ocupações. A proposta não era simples de ser compreendida, ainda mais ao considerar a pouca participação dos moradores nesses fóruns de negociação: num cenário de

⁵⁶¹ COHAB Minas, *Empreendimento Granja Werneck*, Abril 2015. Disponível em <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

⁵⁶² *Ibidem*.

aproximadamente nove mil famílias, somente umas dez lideranças participavam dessas reuniões. Ademais, havia um grande receio quanto as diferenças entre a forma de morar das ocupações e a que era proposta pelo Estado.

No Brasil das ocupações de Belo Horizonte, encontramos semelhanças com outras resistências urbanas na conquista da moradia na América Latina, como as já referidas *barriadas* peruanas. A comparação ajuda a compreender os embates com a proposta da COHAB Minas. O que foi apresentado parte de uma ‘suposta’ forma hegemônica de morar e encontra uma resistência que considera a escolha de moradia numa ocupação ou favela como uma possibilidade onde o exercício do livre arbítrio na construção de sua casa é possível, sem ser humilhado e impedido de fazer algo que se sabe fazer.

A concepção fechada, que não permite a interação daquele que é tratado como um ‘usuário’ infantilizado, caracteriza a produção da política habitacional: a ele não é permitido intervir na moradia, porém, na sua prática cotidiana, a construção não se restringe ao momento da obra, é um processo, algo vivo — que se transforma a todo momento — e não estático — que, portanto, não se encerra ao término da sua construção.

A produção pública habitacional, quando ocorre, impede que os moradores promovam até mesmo melhorias nos imóveis, como pude presenciar quando um amigo recebeu um apartamento num conjunto habitacional. Na reunião de entrega das chaves, um grupo de assistentes sociais tratavam os futuros moradores como crianças que precisavam aprender como era viver num condomínio, explicando, inclusive, como é importante a vida coletiva, como se eles nunca tivessem vivenciado essa condição. Algum tempo depois os moradores se organizaram para colocar piso cerâmico na caixa de escada do edifício, mas foram impedidos de fazer a obra pela empresa pública responsável — o mesmo ocorreu quando estavam se organizando para colocar cobertura nas vagas de estacionamento. Situações como essas evidenciam as dificuldades de se morar num conjunto produzido ou gerenciado pelas empresas públicas de habitação, o que justifica para os moradores a nostalgia da liberdade que tinham na produção de suas casas quando moravam em favelas ou ocupações (Figura 12).

Nas *barriadas* a espacialização desse choque de culturas que não se integram fica mais evidente. Há a manifestação de uma resistência ao discurso ocidental que se quer absoluto. A ineficiência da resposta do Peru oficial só fez agravar a situação,

e a opção pela rigidez, pela repressão, pelo controle leva a uma afirmação das tradições populares, um processo de urbanização promovido por agentes com grande heterogeneidade, composto por grupos migrantes provenientes de diversas regiões do Peru, com suas culturas originais muito antigas e arraigadas.

Lo específico del caso peruano, como se ha descrito, es que los migrantes presentan entre sí grandes contrastes, resultado de su propio desarrollo histórico. Por ejemplo, a Chiclayo, o Trujillo llega un selvático, solo o con su familia; llega también un vecino de Catacaos, Virú o Moche, o sea un campesino costeño, o bien un campesino serrano de Bambamarca, Otuzco o Ayabaca; y hace lo mismo un comunero de cualquiera de las comunidades indígenas del Callejón de Huaylas. Llegan familias pertenecientes a las clases altas de las provincias de La Libertad, Lambayeque y sobre todo de Cajamarca, que fácilmente se adaptan a la vida urbana; y también campesinos que en muchos de sus comportamientos, valores y actitudes tradicionales contribuyen a modificar el modelo urbano occidental. En el caso de Lima, cuya influencia se irradia a todo el país, los contrastes son aún más notable. El conjunto de migrantes presenta una gama variada de situaciones sociales y culturales. En volumen predominan los del mundo rural, que a su vez exhiben bajos niveles de vida, pobreza e ignorancia.⁵⁶³

Nessa ineficiência e incapacidade, o Estado fica oscilando entre duas posições: aceitar sua ineficiência e assumir um papel meramente formal e inócuo, ou responder a essa situação com agressividade, tentando afirmar o que não tem, qual seja, um controle sobre o processo que se instala com uma forte repressão que não o legitima.⁵⁶⁴ Há, aí, um Estado que não consegue responder às demandas da sociedade e uma sociedade que passa a contestar o que esse Estado apresenta, estabelecendo outra ordem, outra legalidade, outra formalidade, baseada em sua experiência cotidiana de produção dessa nova cidade (Figura 13).

Uma das conclusões de Turner ao vivenciar a produção dos espaços urbanos nas *barriadas* peruanas é a relutância do corpo técnico em reconhecer a capacidade e a criatividade das camadas populares para tomar decisões sobre seus espaços de moradia, arrogância que é retomada na proposta que a COHAB Minas apresentou em 2015, mostrando ser essa uma contradição ainda a ser superada. Recentemente participei de uma reunião na Ocupação Vitória para a formação do NUDEC⁵⁶⁵ Vitória, cujos trabalhos envolviam os moradores e técnicos do poder público municipal.

⁵⁶³ MATOS MAR, Dominación, desarrollos desiguales y pluralismo en la sociedad y cultura peruana, 1983, p. 68.

⁵⁶⁴ MATOS MAR, Desborde popular y crisis del Estado, [1984] 1986, p. 106.

⁵⁶⁵ NUDEC — Núcleo de Defesa Civil. É um programa de formação da população civil para a prevenção de desastres relacionados a áreas de riscos geológicos na cidade de Belo Horizonte. O programa é ligado ao Sistema de Defesa Civil da capital mineira e é coordenado pela Urbel — Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte.

Quando identificaram que eu era um dos assessores técnicos que acompanhavam a ocupação, toda a discussão da produção do espaço local era direcionada a mim, e não aos moradores que de fato conhecem e produzem o lugar. É importante destacar que esse não era um problema exclusivo dos técnicos da prefeitura, mas também meu, que sempre respondia as questões ao invés de encaminhar para os moradores presentes a responsabilidade pelos esclarecimentos.

A arquitetura apreendida por Turner nas *barriadas* peruanas é a arquitetura como um sistema, e não como objeto. Essa arquitetura não está presente em formulações como as de habitação social de mercado, sugeridas como alternativa de solução no conflito fundiário da Izidora, que desconsideram a complexidade da moradia como sistema e a produzem como objeto e mercadoria a ser consumida.

La lección principal que aprendí gracias a mi larga relación con los “constructores de las barriadas” fue cómo distinguir entre la arquitectura como objeto y la arquitectura como sistema. Gracias a que la arquitectura de la barriada está basada en un sistema, esta puede responder a las demandas cambiantes y se deja en manos del propio usuario; es un vehículo que el usuario puede dirigir en direcciones imprevisibles y alternativas. No puede decirse esto del proyecto superficial y sofisticado y los gobiernos promueven con la vana intención de erradicar las barriadas.⁵⁶⁶

A gestão do PT na Presidência da República não enfrentou a perspectiva que trata a habitação somente do ponto de vista econômico, mantendo-a como produto a ser consumido, e não que atenda técnica e socialmente as demandas que são postas para uma moradia. Essa perspectiva meramente financeira e econômica, constituída no Brasil desde a criação do BNH nos anos 1960, perdurou com o fim da ditadura militar e também com os governos petistas.⁵⁶⁷ O Governo Pimentel, com a proposta apresentada na mesa de negociação para as Ocupações da Izidora, demonstrou que seguiria com a mesma postura na sua gestão estadual: a habitação considerada como um passivo financeiro (Figura 14).

3.1.2.3 Conflito aberto

Entre os meses de abril e agosto de 2015, foram várias reuniões nesse ensaio da mesa de negociação nas quais a tentativa de construção de um acordo entre as

⁵⁶⁶ TURNER, *Autoconstrucción*, 2018, p. 98.

⁵⁶⁷ SHIMBO, *Habitação Social de Mercado*, 2012, p. 39.

partes se resumia ao Estado apresentar a proposta da Direcional como a única opção: ou era aceita, ou todos seriam despejados.

Hoje me chamar de barraqueira vai me levar a fazer mais barraco. Anteriormente eu me silenciaria. Me calaria. Hoje eu entendo que eu não estou sendo barraqueira, eu estou colocando minha opinião de uma forma firme. E se as pessoas não se faz escutar, eu vou fazê-las escutar. E se eles entende que é um barraco tudo bem! Enfim, se eles entende que é um barraco, vão continuar entendendo que é um barraco, mas pra mim, eu estou me fazendo ser ouvida. Seja de um jeito ou de outro. E pode chamar de barraqueira que eu gosto! Adoro, inclusive! Ai, ai! Nem sofro mais!⁵⁶⁸

A ameaça de despejo era sempre posta na mesa. O Estado, apesar de se colocar como um mediador, não agia como tal, mas, sim, como defensor de uma das partes. Em todas as sessões, a presença do comando da Polícia Militar era uma ameaça, e qualquer negativa das ocupações urbanas era colocada pelos agentes públicos como uma intransigência, que, acaso continuasse, implicaria que negociaríamos com a polícia e que a mesa não seria mais o fórum de discussão.

Nesse período a pressão para um acordo deixou os moradores nas ocupações alarmados. Durante os primeiros dois anos das Ocupações da Izidora, sempre que havia uma ameaça do despejo mais evidente, a vida parecia ficar suspensa para quem morava nos terrenos ocupados, receio de se endividar e perder tudo o que havia sido construído. O apoio externo nesses momentos é importante para formar uma opinião pública favorável as ocupações e internamente manter o engajamento dos moradores no processo, buscando diminuir o medo de seguir na conquista da moradia a partir daquela ação direta sobre a cidade:

O povo tava tudo desorientado aqui na Vitória, Esperança e Rosa Leão, a ordem de despejo deixa a gente indeciso. Você tá devendo o depósito, cê deve no banco, cê tá com material ali perdendo, um saco de cimento tá ficando duro, a gente ficava esperando a negociação do governo. Um medo de a gente perder o material. O sujeito num dorme, fica com a cabeça lá e cá, não sabe que hora vai vir o despejo. Se vai ser despejado? Se vai perder esse material? Não sabe para onde que vai? Se o nome vai ficar sujo? Se vai voltar pra cruz do aluguel? Se volta a morar de favor? Ficou todo mundo suspenso, não dormia direito, muita gente nem ia trabalhar. Muita gente tava até sem alimento, aí o MST chega com um caminhão pra poder espaiar alimento pra todo mundo. Então achei muito bacana, é um grande parceiro o MST.⁵⁶⁹

⁵⁶⁸ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁵⁶⁹ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

A conveniência de colocar a habitação de mercado na mesma condição de uma habitação de interesse social na proposta defendida pela COHAB Minas parecia uma estratégia de má-fé do Governo Pimentel para se isentar de investir em habitação para os moradores das Ocupações da Izidora. Essa situação tem sido adequada para governos que promovem políticas neoliberais, mas têm dificuldades em assumir a postura e romper com as bases populares que os elegem.

Como é prática recorrente considerar todo movimento social desordeiro, por ser um portador de uma nova ordem, o Governo Pimentel nas negociações tratava as Ocupações da Izidora como desordeiras e pouco dispostas a conversar, sua posição era considerada legítima e natural, como se a demanda que as ocupações colocavam fosse absurda e considerada sempre como uma radicalização desnecessária que indicava pouca predisposição ao diálogo.

Eu tava falando com o rapaz, eles não queriam liberar água pro pessoal. Aí eu comecei a questionar. Ele simplesmente me ignorou. Então eu comecei, foi a hora de eu fazer meu barraco, que eu falei com ele: “ – Olha, deixa eu falar com cê, você vai falar é comigo, que é eu que tô te questionando”. Aí foi a hora do barraco todo. E o pessoal costuma falar, dos movimentos sociais aí, que eu sou língua de navalha, eu já falo é na hora. Então eu sempre sou desse perfil meio alterada, quebro o pau na hora, e não levo pra depois. Por que o negócio de ficar guardando muito sentimento, cê acaba explodindo uma hora.⁵⁷⁰

O governo se colocou ao lado dos conservadores e propôs que a solução apresentada para o conflito era a única possível, não sendo possível nenhum ajuste. Cabia às ocupações aceitar ou assumir as consequências do despejo.

A intransigência do Governo Pimentel,⁵⁷¹ guardada as diferenças, se assemelha ao endurecimento do Estado Chileno quando ocorre o golpe de Pinochet em 1973. Na ocasião o Governo Allende promovia mudanças estruturais no país e tinha nas *poblaciones* uma das grandes mobilizações que as provocavam.⁵⁷² O golpe de Pinochet promoveu várias políticas públicas que enfraqueceram os setores populares, levando à expulsão de seus moradores para a periferia da cidade, os quais foram morar em conjuntos construídos pelo Estado ou pelo mercado.⁵⁷³ Uma atuação

⁵⁷⁰ Moradora. Entrevista moradora. 06 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁵⁷¹ Tudo bom é branco, tudo ruim é negro, mas cê tem que entender que não é, que é verdade que nós somos negros e somos pessoas boas. Que do mesmo jeito que é uma nuvem negra, poderia ser uma nuvem branca. E do mesmo jeito que as coisas ficam esclarecidas, ficam negritadas. [Moradora, 06 de jul. 2021]

⁵⁷² ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 47.

⁵⁷³ LEMUÑIR, *Nuestra victoria*, 2017, pp. 24–25.

que freava as conquistas dos setores populares dos governos anteriores: “[...] verdadeira contrarrevolução urbana. Entre 1980 e 2000 foram construídos em Santiago 202 mil ‘casas sociais’ para trasladar um milhão de pessoas que viviam em assentamentos autoconstruídos, um quinto da população da capital, para conjuntos habitacionais segregados, distantes do centro [...]”.⁵⁷⁴

As disputas que se davam nas reuniões do ensaio da mesa de negociação eram atravessadas por outras decisões, e toda derrota das ocupações no judiciário aumentava a pressão por aceitar a proposta da COHAB.

E a gente, por ser mulher, a gente tem que provar a todo momento que a gente é boa. Em todos os espaços. Todo momento. Tem que provar que a sua fala tá certa. Sabe que eu gosto da Izidora? Uma vez, nós tava numa reunião, e o pau torando, na mesa de negociação, eles queriam tirar a gente, queriam fazer prédio na Izidora. Nós tava numa reunião lá nas Brigadas, eu tinha um anel de tucum, um anel preto, que é aliança com a luta. O que que a gente tá querendo? Território ou moradia? Eu não tava entendendo, e fui brigando, quebrei meu anel de tucum! Pá! Meu anel de tucum partiu no meio! De tão nervosa que eu fiquei, aquele dia eu falei com a galera: “– A gente tá querendo é bater o pé, mesmo que morra gente, e ficar nessa terra, por que é aqui que a gente quer ficar! Moradia digna!”⁵⁷⁵

Em agosto de 2014, a pressão pelo despejo tinha levado a uma das situações mais dramáticas até então. Trata-se de um evento que exemplifica a articulação entre a ação institucionalizada e a ação direta como instrumento de luta política:

A primeira ameaça iminente de despejo forçado, ou “a primeira guerra”, como dizem as moradoras, aconteceu em agosto de 2014. Em razão da ordem de reintegração de posse emitida liminarmente pela 6ª Vara da Fazenda Municipal do judiciário mineiro, a remoção foi anunciada pela Polícia Militar de Minas Gerais para o dia 13/08/2014, a partir de 6 horas da manhã. [...] Na ocasião, foi informado que 1.500 policiais estavam em treinamento para realizarem a remoção forçada em um estádio de futebol de Belo Horizonte, e que haveria uso da força caso os moradores não abandonassem suas casas antes que a polícia chegasse.⁵⁷⁶

A Polícia Militar fazia voos de helicóptero e lançava informativos sobre as ocupações, contendo orientações para os moradores saírem do terreno porque o despejo era iminente.⁵⁷⁷ Não era apresentada nenhuma alternativa para as famílias

⁵⁷⁴ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, pp. 47–48.

⁵⁷⁵ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁵⁷⁶ ISAÍAS, *Mulheres em luta*, 2018, p.12.

⁵⁷⁷

que seriam removidas. Surge então a campanha #Resiste Izidora, que seria uma ferramenta importante de mobilização, inclusive nas redes sociais, que passariam a ter um importante papel naquele momento.

O dia 12 de agosto de 2014 foi um dos dias “D” da história das Ocupações da Izidora, com consequências que são ainda hoje consideradas vitórias importantes:

Na noite do dia 12 de agosto, a PM passou a se mobilizar para realizar o desalojamento tão logo o dia amanhecesse. Cercou a Izidora e inclusive fechou parte das vias de acesso às ocupações, bloqueando a passagem de ônibus, por exemplo. O território tam-bém tinha se fechado por meio de barricadas nas entradas.⁵⁷⁸

Durante a madrugada, enquanto ocorriam vigílias nas ocupações aguardando o fatídico dia seguinte (Figura 15), a assessoria jurídica trabalhava para conseguir uma liminar que impedisse a ação de despejo a partir das seis horas da manhã:

Quando a ação da polícia era apenas uma questão de horas, o juiz da Vara da Infância e da Juventude concedeu liminar favorável à ação do Ministério Público (1289157-83.2014.8.13.0024) que solicitava a proibição temporária do despejo forçado em nome da proteção às crianças, inclusive do direito de continuar frequentando a escola. Horas depois, a desembargadora competente derrubou a liminar (Agravo de Instrumento nº 1.0024.14.128915-7/001), mas o ocorrido serviu para aumentar o ônus político do despejo e desmobilizar a polícia temporariamente.⁵⁷⁹

Em meados de 2015, as forças de segurança estavam novamente mobilizadas para realizar o despejo, levando a outro fatídico dia, o despejo deveria ocorrer no dia 23 de junho de 2015. O argumento utilizado pelo Governo Pimentel para que ele ocorresse era a referida intransigência das Ocupações da Izidora no ensaio da mesa de negociação. Os dias que antecederam a data foram marcantes.

Em 19 de junho, uma sexta-feira, foi marcada uma reunião no Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais para informar como seria a ação de reintegração de posse.

Antecedendo a reunião, os moradores organizaram um grande ato em frente à Cidade Administrativa, para impedir a continuidade da ação. Essa manifestação foi violentamente reprimida pelas forças de segurança, deixando a região como um grande campo de batalha (Figuras 16, 17 e 18).

Censurada

⁵⁷⁸ ISAIAS, *Mulheres em luta*, 2018, pp. 129-130.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, pp. 130-131.

Colocadas diante de inúmeros descumprimentos normati-vos e da ameaça de despejo, as moradoras e moradores das três ocupações realizaram, no 19 de junho de 2015, uma marcha na Linha Verde até a Cidade Administrativa contra o desalojamento forçado. Foram, no entanto, duramente reprimidos pela Polícia Militar.⁵⁸⁰

Nós tinha uma reunião na mesa, então juntou todo mundo pra descer. Nós descemo a pé. Passamo na Rosa Leão. Lá vai. Fomo fazendo curva, vai dali, vai daqui, chegou na MG-10. Aí o tenente parou nós pra conversar, nisso, o comando já tinha dado ordem pro outro comando, batalhão de choque vim subindo, pro povo atravessar pra outra pista. Que que o negão faz lá embaixo? Rancou a espada, riscou ela no asfalto. Polícia meteu bala, bala de borracha, e foi aquele tiroteio desgramado, o negão sumiu com a espada, e pôs nós numa canoa furada dos inferno que eu saí de lá com o olho da cor de uma brasa de fogo. Levei um galope dos inferno, espalhou gente pra tudo quanto é lado. Corremos para aquele cemitério que fica perto, chuchamos dentro dum velório daquele lá com o olho igual pai de santo, vermei.

Eu corri destino a MG-010, que o helicóptero tava correndo por cima, eu tava com essa blusa aqui jogada nas costas, o helicóptero pegou o vento e tomou minha blusa e semeou ela pro lado dos carro e eu fui lá, busquei ela e tomei um tombo danado. Aí no hospital Risoleta Neves eles tava entrando com uma liderança, aí eles perguntaram, os polícia perguntou: “– Qual que é o nome da mulher aí? É a líder?” Despitamos e falamos: “– Não. É outra mulher.” Era ela mesmo que eles tavam caçando. Eu entrei no bar. Eu entrei numa porta, um companheiro entrou na outra. Ele tava sem camisa, todo sujo. E eu também tava todo sujo. Aí, eu pedi a menina um café, ela me deu café, meu olho tava correndo água. Eu tava todo bagunçado. Aí o polícia... chegou aquele bando de polícia. Chegou e falou assim: “– Vão ver se tem alguém aqui! Eu acho que tem neguin aí.” Pegou um militante e falou: “– Esse aqui é um. Esse aqui ajuda a aprontar.” Pegou e levou. Aí veio pro lado, me olhou assim, foi e deu uma vorta, minha cabeça tava era terra e foia pura, pregada pra cacunda afora assim. O café danado de quente queimando minha língua. Eu tentando tomar o café, soprava ele, e tô olhando o polícia olhando pra cima de mim, pensei assim: “– Vou olhar ele não que eu tô com o olho todo danado de bala de borracha.” Aquele spray de pimenta, eles deram um tiro com aquele trem na minha direção, tapou eu todo, perdi até a respiração. Aí, tomei o café ali, encontrei com o outro morador perdido e disse: “– Cê tá com a camisa do Bahia? Cê é doido!” Ele tirou a camisa do Bahia e pôs outra.⁵⁸¹

Ao mesmo tempo, um grupo de militantes pressionava o presidente da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado Cristiano Silveira, para que interviesse e impedisse que o conflito em frente à Cidade Administrativa avançasse e tivesse consequências ainda mais sérias para a integridade física das pessoas. O deputado não estava no gabinete e seus assessores buscavam acalmar os ânimos. Porém, a tensão era enorme e a preocupação com os companheiros que estavam sendo reprimidos no norte da cidade não permitia a calma. Um dos militantes, desesperado, começou a arremessar cadeiras dentro do gabinete do deputado. A polícia legislativa foi chamada para detê-los.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 132.

⁵⁸¹ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Eu estava numa reunião sobre outro assunto, próximo ao prédio da ALMG e, à tarde, iria para a referida reunião no Comando Geral da PM, como representante da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da PUC Minas (onde eu era professor desde o início de 2015). Como estava próximo à ALMG, fui ao local para prestar apoio aos militantes. Quando cheguei, a polícia legislativa já estava no gabinete e retirava as pessoas de forma violenta e ostensiva. Comecei a filmar a ação policial com meu celular, mas um dos policiais tomou o aparelho da minha mão. Instintivamente, tomei-o de volta e argumentei que era meu e ele não tinha direito de me impedir de filmar a ação de um agente público, a não ser que tivesse um mandado para isso. O policial me olhou de forma agressiva e declarou que eu também estava preso. Isso tudo ocorreu no hall de acesso aos elevadores do Edifício Tiradentes, que é um anexo da ALMG com vários gabinetes de deputados (Figura 19).

Descemos para a sede da ALMG e ficamos detidos no pavimento térreo ao lado do posto da polícia legislativa. O policial que ficava na porta do cômodo de vigia me questionava a todo momento por que eu, um arquiteto e professor da PUC Minas, estava envolvido com aqueles “delinquentes”. Eu respondia que não conversaria com ele, mas aceitava falar com o seu superior. Ele zombava do meu pedido. Liguei para um professor do curso de Direito, que me orientou a solicitar, imediatamente, o superior do policial e informar que eu estava sendo aguardado como representante da reitoria no Comando Geral da Polícia Militar para uma reunião que se iniciaria em minutos. A partir daí, assumi outra postura. Disse ao policial que eu era representante do reitor da PUC Minas e queria falar imediatamente com o seu superior, e que, se não o chamasse, aquilo teria consequências. Ele chamou o superior, que me levou para depor e dar minha versão dos fatos. Expliquei que não havia visto o episódio que levou os militantes à detenção e que estava detido por tentar filmar a ação policial na remoção das pessoas de dentro do gabinete. Ele me liberou e eu me dirigi ao Comando Geral da Polícia Militar, na Praça da Liberdade.

Lá chegando, a reunião estava no fim. Reuni-me com um grupo de apoiadores que acabava de sair do interior do prédio e me informei do que fora apresentado. A ação de reintegração de posse estava marcada para a próxima terça-feira como previsto, dia 23 de junho de 2015. Haveria um grande efetivo policial de prontidão para dar apoio à ação, com militares de todo o estado. O clima em frente ao edifício do Comando Geral era desolador. Estava anunciada uma batalha que certamente perderíamos. Os apoiadores do direito e da arquitetura se articularam para apresentar

argumentos contra a proposta da COHAB Minas, pois, na reunião no Comando Geral, a autarquia havia dito que a intransigência das ocupações em relação à proposta justificava a ação imediata da Polícia Militar.

O fim de semana foi de trabalho intenso, envolvendo toda rede de apoio das assessorias técnica e jurídica, além de pesquisadores, extensionistas do Escritório de Integração e do Grupo de Trabalho Interdisciplinar Moradia, da PUC Minas, bem como dos grupos Indisciplinar, Pólos de Cidadania e PRAXIS, da UFMG. Elaboramos formas de evidenciar as razões da resistência à proposta da COHAB Minas por parte dos moradores, cujos argumentos haviam sido sistematicamente desqualificados ou ignorados nas reuniões da mesa de negociação. Queríamos mostrar que eram argumentos legítimos, relacionados a práticas cotidianas a que os moradores estavam habituados e que seriam impedidas ou completamente transformadas caso aceitassem morar em blocos de apartamentos.

Essa parte da equipe multidisciplinar explorou como se dava a apropriação dos territórios pelos moradores das Ocupações da Izidora, destacando que era uma apropriação de menor impacto ambiental, construção de vias e lotes com menos movimentação de terra e maior respeito ao terreno ocupado, em contraste com obras como a abertura de grandes vias próximas ao leito dos córregos. A inadequação das intervenções propostas por técnicos afastados do território envolve também a não observância das questões físico-territoriais. Existe uma lógica de superação da natureza nas estratégias adotadas, ausente entre os moradores das ocupações, os quais convivem com aspectos físicos do território sem uma ruptura drástica — por exemplo, um sujeito morando ao lado de uma ravina: para nós, é absurdo; para ele, é algo para o qual vai dando pequenas soluções no dia a dia, sem desmontar totalmente a lógica já estabelecida.

Quanto aos modos de vida dos moradores, foram explorados seus hábitos de cultivo de pequenas hortas e a criação de animais domésticos, práticas que contribuíam para a sua segurança alimentar, o que não aconteceria caso fossem morar em blocos de apartamentos. No conjunto defendido pelo Governo Pimentel, a homogeneidade que o marcava era a manifestação de um sistema hegemônico, uniformizado e autoritário, em contraposição à heterogeneidade com sua complexidade, pluralidade, horizontalidade e diversidade que marcava as Ocupações da Izidora.

Essas pessoas não estão acostumadas a morar em prédios, pindura roupa do lado de fora da janela e fica pingando em baixo. Os processos de você morar em um coletivo, o que aconteceria? Eram muitos grupos, não dava pra fazer casa pra todo mundo. Aquele grupo que já vinha em uma trajetória conjunta, tirava $\frac{3}{4}$ daqui, $\frac{3}{4}$ dali e tal, e aí, juntavam num prédio. Não tinham tido aquela convivência.⁵⁸²

Como abrigar, habitar ou morar dizem respeito a uma dimensão trivial da vida humana, e dimensões triviais demandam uma criatividade essencial e elementar de qualquer ser humano, políticas habitacionais ou assessorias técnicas junto a moradores de lugares como as Ocupações da Izidora deveriam considerar essa criatividade e autonomia como algo inerente e inquestionável.

Eu falei: “– Esse projeto docês... tem algum representante da empresa aí?” Aí tinha uma senhora, uma senhora de óculos, bonita: “– Sou eu moço, eu sou a representante da Direcional.” Eu disse: “– A senhora me desculpa, mas esse projeto docês, só cabe na cabeça de um jegue!” Aí o povo tudo começou a rir. Continuei: “– Ele só cabe na cabeça de um jegue! Entendeu? Se eu esticar o braço dentro do apartamento que ocês tão querendo fazer pra nós, minha mão encosta no rosto do vizin lá do outro lado! E nós num são assassino não, pra morar num presídio! Isso é presídio! E memo um home perigoso igual ocês tudo conhece, Fernandinho Beira-Mar, que é condenado, ele tem todo direito de exigir uma cela de 50 metro quadrado, ar condicionado, televisão, porque vai ficar preso 60, 70 ano, e tem direito! Agora, nós que num matou nem roubou, vamo ficar num cubico? Que nem se virar tem jeito? Ninguém é assassino não! Lá no Izidora todo mundo trabalha. Nós num quer saber de apartamento! Nós quer saber de um lote de 80 metro quadrado, um barracão de madeirite, é o nosso sonho! Uma horta de couve, uma galinha, um chiqueiro de porco acimentado, bonitinho. É isso que nós quer! Nós quer a liberdade, é um direito nosso! Num tem desse negócio de realizar o sonho da senhora! Falar que nós vamo morar numa casa assim e assado. Não! Eu num posso fazer isso não, o sonho não pode ser o da senhora!”⁵⁸³

A moradia como um produto meramente viável do ponto de vista econômico é uma negação da humanidade daqueles que ocuparão os espaços criados.

[...] la vivienda, o mejor el hábitat, es, como el cultivo y preparación de alimentos, el acto de vestirse, el cuidado de nuestro cuerpo a la procreación y cuidado de nuestros hijos, una “actividad existencialmente significativa”, potencialmente creativa. Como todas esas actividades sobre las que dependen los “fines inmediatos de la vida”, la vivienda puede actuar de “vehículo de nuestra realización personal” [fulfillment], una expresión que le es sugerida por los escritos de Geddes, Edward Sapir, Mumford e Ivan Illich (Turner, 1978b, pág. 1143); una realización que a su vez depende de la responsabilidad personal sobre nuestra propia vida y no puede ser reducida como tal a un simple producto manufacturado y empaquetado. Otras actividades de la vida no son reconducibles a nuestra dirección personal y a nuestra participación directa, como la instalación y el funcionamiento de un sistema de comunicaciones o nuestra relación con objetos producidos o

⁵⁸² Apoiadora. Entrevista apoiadora. 20 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁵⁸³ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

mercantilizados masivamente, dice Turner (Turner, 1971b). Cuando las personas trabajan para sí, como en las barriadas autoconstruidas peruanas, no solo dejan mucho más espacio para sus relaciones interpersonales, sino también “para la labor creadora, el orgullo y la satisfacción que la obra en sí procura” (Turner y Fichter, 1976il, pág. 151).⁵⁸⁴

Partindo das reflexões de Oyón acerca das observações de John Turner sobre as *barriadas* no Peru, não considerar como válida a produção do espaço realizada pelos moradores das Ocupações da Izidora é tão absurdo quanto negligenciar políticas públicas habitacionais para aquela população.⁵⁸⁵ Esse princípio norteava a assessoria técnica nas sessões do ensaio da mesa de negociação, que naquele momento seria sistematizada para destacar o motivo da suposta intransigência das Ocupações da Izidora em aceitar a proposta da COHAB Minas e Direcional.

Outra parte da equipe se dedicou a explorar a flexibilização da Operação Urbana do Isidoro e a demonstrar como ela era importante para garantir a construção do conjunto habitacional proposta pela Direcional e pela COHAB Minas. Queríamos deixar claro que, no decorrer da história da cidade, houvera tentativas de urbanização da Mata do Isidoro, e que a operação urbana era um dos instrumentos que permitiria a apropriação da região pelo mercado imobiliário. Em suma, queríamos evidenciar a ilegitimidade da relação entre a iniciativa privada e um poder público que favorecia a primeira em detrimento dos interesses da cidade. Esse argumento seria importante para atingirmos a grande mídia e conseguirmos, naquele momento, paralisar a ação de reintegração de posse agendada para os próximos dias (Figura 20).

Uma parte da assessoria jurídica ficou envolvida em elaborar um dossiê com relatos e fotos das pessoas feridas durante os atos de 19 de junho de 2015 (Figuras 21 e 22):

Conforme dossiê de denúncia elaborado pelo Coletivo Marga-rida Alves, cerca de 29 pessoas foram detidas de maneira arbitrá-ria e 60 pessoas ficaram feridas. Moradoras narram que a polícia derrubava e pisava em pessoas deficientes físicas, idosas, crianças; inclusive, uma bomba de gás lacrimogêneo foi atirada dentro de um carrinho de bebê, o que colocou uma

⁵⁸⁴ OYÓN, John Turner: los escritos, su contexto y la influencia geddesiana, 2018, pp. 233–234.

⁵⁸⁵ Antes de responder a pergunta do repórter Guilherme Coura sobre a ausência da prefeitura na Mesa de Permanente de Diálogo das Ocupações, o prefeito soltou um longo suspiro de cansaço, antes de responder: "Olha, eu sei que você é um militante da causa, um militante fantasiado de jornalista, e esse assunto me cansa muito. Essa turma invadiu a área lá sabendo que iam ser construídas 13 mil habitações", disse.

Fonte: Tempo, O. 'Esse assunto me cansa', diz Lacerda sobre ocupações. Julho 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/esse-assunto-me-cansa-diz-lacerda>>. Acesso em: 10 de jul. 2015

neném de 8 meses em sério risco de vida. O dossiê contou com relatos detalhados com depoimentos e fotos de boa parte das pessoas feridas. Com isso, foi realizada uma série de denúncias em órgãos nacionais e internacionais de diversas instâncias, inclusive na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na ONU.⁵⁸⁶

A intenção era tentar junto ao poder judiciário um mandado de segurança para impedir a ação da Polícia Militar, argumentando que sua truculência na repressão às manifestações do dia 19 de junho evidenciava que ela não estaria preparada para efetuar o despejo das famílias.

Ele falou assim: “– Cê é da Izidora? Essa comissão aí é da Izidora? Eu falei: “– Sim.” Disse o tenente: “– Pois é, cês sabe que cês vão sair?” Eu respondi: “– Não, esse negócio docê fala comigo ‘que nois vai sair é conversa perdida, cê me desculpa, cê é tenente, cê tá na sua função, mas num vem com essa palavra de sair não.’ Tenente: “– Num vai adiantar cês fechar a via daqui, há ordem de despejo lá! Cês vão sair a quarquê hora.” Eu falei: “– Oh, essa conversa aí tá neutra. É o seguinte, eu quero saber do assunto da multa.” Tenente: “– O senhor é responsável por fechar essa via?” Eu disse que era, ele disse então: “– O senhor assina a multa aqui, 5 mil reais.” Eu respondi: “– Isso não é nada pra nós! Uma mixaria danada! Me dá esse negócio aí. Quem vai pagar essa multa? Prefeito Márcio Lacerda! Ele que vai pagar. Cê pode largar essa via pra lá.” Tenente: “– É a Izidora que vai pagar!” Falei assim: “– Izidora já morreu há muito ano, nós somo tudo herdeiro da Izidora, que cê tá vendo esse povão aqui, eles não vão sair daqui não”.⁵⁸⁷

No domingo à tarde, dia 21 de junho de 2015, um professor da PUC Minas conseguiu uma audiência com o bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e reitor da PUC Minas, Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, para o dia seguinte logo cedo. Nessa audiência apresentaríamos os argumentos desenvolvidos durante todo o final de semana pelas várias frentes de trabalho. Nossa intenção era ter seu apoio para que, junto com o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, intercedesse urgentemente junto ao governador Fernando Pimentel e pedisse a suspensão da reintegração de posse prevista para a terça-feira, dia 23 de junho de 2015. A possibilidade da reunião com o bispo na segunda-feira cedo levou toda a equipe a se reunir na noite de domingo, na EA-UFMG. Durante a madrugada, uma parte ficou responsável por fechar a apresentação, revendo os textos e as imagens. Como a reunião seria muito cedo, não conseguiríamos imprimir o material, portanto nós o apresentaríamos no notebook. Na sequência, iríamos a uma coletiva de

⁵⁸⁶ ISAÍAS, *Mulheres em luta*, 2018, p.133.

⁵⁸⁷ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

imprensa no auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais, que também pressionava o governo pela suspensão do despejo.

Na segunda-feira, 22 de junho, logo cedo, estávamos reunidos com Dom Mol no Palácio Cristo Rei, sede da Arquidiocese de Belo Horizonte. Participaram professores da PUC Minas que integravam a equipe. Como eu estava envolvido havia mais tempo com as ocupações, coube a mim explicar os argumentos ao bispo. Por mais caricato que possa parecer, nesse momento incorporei o GG católico de outros tempos. Assim que o bispo entrou na sala para se reunir conosco, pedi sua benção e beijei seu anel. Expliquei nossos argumentos com um tom piedoso e respeitoso, como cabe a um leigo católico quando conversa com seu sacerdote. Dom Mol prestava atenção a tudo e entendeu que a ação de reintegração de posse não seria justa e que era necessário dar visibilidade àqueles argumentos para avançarmos numa mediação entre as partes. Tive certeza de que havíamos conseguido um aliado de peso quando, na saída, Dom Mol me apresentou a Dom Walmor, elogiando nosso trabalho e nosso compromisso com os pobres. Ainda fez questão de enviar um representante da Arquidiocese, Dom João Justino de Medeiros Silva, à coletiva de imprensa na Defensoria Pública (Figura 23).

Nessa coletiva (Figura 24), apresentamos de novo os argumentos e convocamos todos para uma palestra sobre a Operação Urbana do Isidoro que aconteceria no auditório da EA-UFMG alguns dias depois. Ali aprofundaríamos nossos argumentos sobre a ilicitude na utilização desse instrumento urbanístico na relação entre a PBH e o mercado imobiliário. Ainda durante a coletiva, soubemos que o arcebispo de Belo Horizonte havia conseguido conversar com o governador e tínhamos um indicativo de que a ação de reintegração de posse prevista para o dia seguinte seria suspensa. Ficamos aliviados: “As inúmeras denúncias provocaram a suspensão do despejo por mais 15 dias, suspensão anunciada em 22 de junho de 2015. Isso se deu por meio de decisão administrativa temporária e precária, oriunda de acordo entre governo e representantes das Ocupações.”⁵⁸⁸

A participação de setores influentes da igreja junto aos agentes do Estado é outra estratégia de luta política que associa ação direta e ação institucional.

A Igreja Católica teve um momento que ela foi praticamente a nossa guardiã, você acredita? Em 2010, a gente correu um risco de despejo muito grande

⁵⁸⁸ ISAÍAS, Mulheres em luta, 2018, p.135.

então, tanto Dandara quanto Camilo, e irmã Dorothy. E um professor tinha uma rede de pressão dentro da arquidiocese, com o qual começou a responsabilizar mesmo os religiosos.⁵⁸⁹

No Chile, nos primeiros anos da *Población La Victoria*, a postura titubeante de agentes da burocracia estatal em tomar alguma medida de repressão e reintegração de posse do terreno ocupado tinha na atuação de religiosos junto aos *pobladores* um fator determinante que levava aqueles representantes de uma pequena burguesia a evitarem medidas drásticas, um comportamento social que atravessou o tempo e foi utilizado ali, na luta das Ocupações da Izidora:

*Las amenazas de desalojo siguen latentes. El cardenal Caro solicitó personalmente el día 31 al Presidente Ibáñez que no se usara la violencia con los pobladores que habían tomado el terreno de La Feria, ya que se había informado a la prensa que Ibáñez habría instruido en tal sentido al intendente de Santiago. Posteriormente, el subsecretario del Interior, Fernando Lagos, declaró que no había por el momento orden de desalojo y que trataría de solucionar los problemas de los ocupantes de los terrenos, respetando su condición de seres humanos.*⁵⁹⁰

Como dito acima, a suspensão do despejo previsto para o dia 23 de junho de 2015 foi uma decisão meramente administrativa. Era importante uma decisão mais sólida para que todos ficassem mais tranquilos. Assim, foi reaberta a mesa de negociação com as Ocupações da Izidora e, durante quinze dias, houve várias reuniões, nas quais os agentes estatais participantes sempre ameaçavam que a ação seria retomada em breve se não conseguíssemos construir um acordo (Figura 25). No início de julho, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu pela suspensão do despejo:

[...] conseguiu-se a suspensão judicial do despejo no Recurso Ordinário (48.316/MG) interposto pelo Coletivo Margarida Alves, no já referido Mandado de Segurança impetrado contra o Governador do Estado de Minas Gerais e do Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais em razão do despreparo do poder público para executar a remoção forçada dentro das normativas de direitos humanos nacionais e internacionais. Contudo, por questões técnicas [...] essa suspensão era temporária, pois valia até o julgamento final do Mandado de Segurança pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Mais uma vez, o risco de desalojamento forçado foi temporariamente afastado.⁵⁹¹

⁵⁸⁹ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁵⁹⁰ LEMUÑIR, *Nuestra victoria*, 2017, p. 14.

⁵⁹¹ ISAÍAS, *Mulheres em luta*, 2018, p.133.

Apesar de não ser uma decisão definitiva, ela foi suficiente para voltarmos para a mesa de negociação numa outra condição, os agentes estatais e os representantes dos proprietários foram obrigados a rever a intenção de remoção imediata de todos os moradores. As questões postas pela assessoria técnica que acompanhava as ocupações, instruindo que fossem consideradas as práticas de vida dos moradores na construção dos novos conjuntos habitacionais não seriam incorporadas, mas abriu-se a possibilidade de rever a forma como se dariam as remoções. Continuávamos discutindo a proposta da COHAB Minas e Direcional, mas o dano político das ações do Estado no dia 19 de junho havia evidenciado que não era legítimo realizar aquele despejo sem de fato conversar e negociar com a população que exercia a posse de fato dos terrenos das Ocupações da Izidora.

3.1.2.4 Conflito amortecido

A suspensão não mudou nosso ritmo de reuniões e preparação de estratégias de resistência e construção de possibilidades de acordo com a COHAB Minas. Ao longo de julho e agosto de 2015, seguimos com reuniões semanais da mesa de negociação e reuniões internas com as organizações políticas, coordenações dos territórios e apoiadores. Naquele contexto, percebíamos que seria difícil a manutenção dos territórios como estavam, então elencamos o que considerávamos essencial em nosso posicionamento e de que não abriríamos mão (Figura 26).

A contraproposta que as Ocupações da Izidora apresentaram na mesa de negociação implicava abrir mão do território ocupado, porém a saída teria que ser em etapas e ocorreria à medida que as famílias fossem atendidas com unidades habitacionais entregues pela construtora. Para isso, as etapas de construção teriam que ser organizadas junto com as ocupações. A instalação dos conjuntos habitacionais se iniciaria pelas partes menos adensadas do terreno, ou seja, nos limites com o Ribeirão do Isidoro e com o terreno do Sanatório da Boa Viagem, na porção sul da área prevista para o empreendimento imobiliário. A instalação na porção norte do empreendimento seria realizada posteriormente, quando os moradores estivessem assentados definitivamente nos conjuntos já construídos (Figura 27).

Além desse cronograma físico e territorial de implantação da obra, apresentamos sete princípios a serem considerados:

Princípio 1: Todas as famílias que efetivamente precisam e vivem nas Ocupações-comunidades da Izidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG, serão incluídas na proposta negociada.

Princípio 2: Todo reassentamento será em condições iguais ou superiores às anteriores. O morador deverá poder escolher entre uma solução de moradia vertical ou horizontal.

Princípio 3: Regularização e urbanização de todo o território das Ocupações-comunidades da Izidora que está fora do Projeto MCMV (Minha Casa, Minha Vida).

Princípio 4: As famílias só sairão de suas casas com a certeza do local e das condições exatas de reassentamento definitivo.

Princípio 5: Participação dos movimentos e moradores e transparência em todo o processo. Para isso, deveria ser constituído um Comitê Gestor Popular e Plural de construção e implementação dos acordos, com participação das coordenações das comunidades, dos movimentos sociais, das universidades, Ministério Público, Defensoria Pública de MG (DPE/MG), poder público Municipal e Estadual. Além disso, todos os acordos estabelecidos devem ser homologados em juízo e vinculados aos processos de reintegração de posse.

Princípio 6: Intervenção no empreendimento habitacional: rediscussão de modelo condominial, das áreas comerciais e dos equipamentos públicos.

Princípio 7: Todo acordo dependeria da realização de um cadastramento idôneo de todos os moradores da Izidora pelo poder público, universidades, movimentos e coordenações. Os critérios de cadastro e de reassentamento deverão considerar a diversidade e as especificidades das famílias. Todo processo de cadastro deve ser discutido detalhadamente com todos os atores envolvidos e deve ser agendado com antecedência. Deverão ficar claros antes do cadastro os critérios de seleção das famílias nas diferentes soluções de reassentamento a serem construídas pela mesa.

Nesses momentos mais críticos de negociação com o Estado, a assessoria técnica e jurídica desempenha alguns papéis, dentre os quais o de mediadora entre moradores, organizações políticas e o Estado. Como opera com ferramentas do Estado, as assessorias assumem a condição de agentes estatais fora do Estado. Por não terem um vínculo imediato com os outros atores que participam do movimento, acabam estabelecendo um diálogo desinteressado e exploram uma neutralidade que é encontrada entre os agentes públicos ao exercerem suas atividades. Essa lógica é, segundo Mascaro, inerente ao Estado como forma política do capitalismo, o qual parece apartado dos interesses que envolvem a exploração, mas assume essa condição para manter as coisas como são: “Daí a dificuldade em se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato terceiro em relação à exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico nem está em sua função imediata.”⁵⁹²

Os moradores que assumem a liderança dos territórios também passam, com o tempo, a serem compreendidos pelos demais como esses agentes estatais fora do

⁵⁹² MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 18.

Estado, o que sempre fomenta conflitos: algumas definições da negociação são interpretada pelos demais como favoráveis a essas lideranças.

Mesmo tendo as diferenças nós vamos precisar se unir nesse momento. As mulheres entendem isso. E respeitam. As outras lideranças, mesmo tendo problema comigo, elas me respeitam, por que sabem que eu faço uma diferença e que de fato eu estou lutando, pra toda a coletividade, então elas me respeitam. Elas não vão falar isso na minha frente, mas eu sinto que elas me respeitam.⁵⁹³

Esse destaque das coordenações perante os demais moradores leva as assessorias a assumirem o papel no apoio cotidiano nas ocupações, contribuindo na resolução e mediação de problemas de várias naturezas, desde conflitos entre vizinhos e, especialmente, nas decisões coletivas, que se tornam complexas de serem tomadas entre aqueles que estão mais próximos das disputas — quando as assessorias passam a exercer o papel de amortecedores de conflitos.

O papel de amortecedores de conflito também é exercido com relação ao Estado. Além disso, como mediadores, os membros da assessoria traduzem para os demais os procedimentos estatais burocráticos. Há tentativas de esclarecer e criticar esses procedimentos, mas são poucas as possibilidades de ruptura a partir do que as assessorias técnicas e jurídicas apresentam.

Em eventos de retomada da negociação em que todos os envolvidos no conflito aparentam estar enfraquecidos, tanto as ocupações quanto o Estado, as assessorias assumem uma posição de destaque pautando, para as ocupações, o que é possível negociar e, para o Estado, atuam como pontes para restabelecer o diálogo.

Nesses casos, o Estado assume uma postura de aparente diálogo, logo após uma forte repressão, evidenciando-se aí como o domínio não se baseia somente na repressão: a persuasão é outro aspecto importante para garantir a manutenção do sistema. As assessorias que apoiam as ocupações neste momento também participam da persuasão como estratégia de dominação, por mais que nós não o queiramos ou muitas vezes nem sequer percebamos que temos também esse papel: “A prevalência de uma classe na exploração econômica e no domínio político não pode se bastar apenas na repressão estatal, mas principalmente na vivificação ideológica, por toda a sociedade, de seus valores, de sua inteligibilidade operacional e de sua forma de reprodução social.”⁵⁹⁴

⁵⁹³ Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

⁵⁹⁴ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 69.

As assessorias técnicas e jurídicas são importantes para os avanços das negociações, porém esse avanço também garante a reprodução do capitalismo. Elas, portanto, são parte do que Mascaro chama de Estado ampliado,⁵⁹⁵ que se faz presente mesmo que de fato não esteja. Profissionais como os arquitetos e os advogados deixam ainda mais evidente essa condição de Estado ampliado no exercício de suas atividades, afinal exercem o controle e são portadores do discurso da ordem. Por isso, a meu ver, nessas retomadas eles são importantes para amortecer os conflitos.⁵⁹⁶

A proposta foi negada mais uma vez na mesa de negociação. Mas havíamos conseguido convencer a opinião pública de que a intransigência ocorria por parte da PBH, da Direcional Engenharia, da Granja Werneck s.a. e da COHAB Minas. Com esse contexto favorável, pressionamos a mesa de negociação para avaliar nossa proposta novamente. As Ocupações da Izidora tinham na ocasião uma posição mais confortável, pois não romperam com a mediação. O governo estadual teve que assumir o desgaste da insistência na reintegração de posse. A mesa não aceitou, mas também não negou a possibilidade de um acordo. O contexto político e econômico estava mudando. A pressão que havia no início do governo Pimentel já não era a mesma.

Diante desse impasse, o despejo ficou em suspenso. O governo estadual não tinha legitimidade política para executar a reintegração de posse pretendida. Os sete princípios não foram aceitos, mas foram acordadas as seguintes demandas que seriam incorporadas na proposta da COHAB Minas (Figura 28):

- a) Quarenta e sete por cento das unidades do Empreendimento do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) Granja Werneck 1 e 2 serão destinados às famílias das Ocupações da Izidora removidas e aprovadas no cadastro.
- b) Auxílio pecuniário devido até a entrega final da habitação, lastreado nas leis orçamentárias, para todos os moradores atingidos pela remoção nas Ocupações da Izidora.
- c) Suspensão das ações de reintegração de posse relativas às Ocupações da Izidora, regularização e urbanização de todos os territórios fora da área de abrangência do projeto do MCMV Granja Werneck.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 72.

⁵⁹⁶ A gente ficou lá na porta da Prefeitura uma semana. O pessoal começou a ir embora, vinha o pessoal da Prefeitura e ficava o “anjo e o demônio”. Um falando pra não sair e outro falando pra ir para o abrigo. Aí, foi um punhado para o abrigo. E aí, quando a Prefeitura tava levando um caminhão pra poder tirar as coisas, o pessoal foi de bom grado. Foi colocando as coisas no caminhão. E o que doía mais era ver o pessoal mesmo saindo. A gente falando pra não sair e os advogados estavam negociando lá pra tentar resolver pra eles poderem ficar. Teve até um momento que eles disseram que eles estavam negociando, mas eles já estão sabendo que o pessoal já estão saindo. Aí, não tem mais o que a gente fazer não. [Moradora, 03 jan. 20214]

d) Garantia da participação de todos os agentes envolvidos, em especial a Caixa Econômica Federal (CEF), Município de Belo Horizonte e Santa Luzia, Werneck S/A e Direcional Engenharia, naquilo que for necessário à execução do acordo.

Na negociação dessas propostas, alguns apoiadores — especialmente do meio acadêmico — se incomodavam com o fato de as decisões estarem sendo tomadas sem a participação dos moradores. As organizações políticas, assessorias, apoiadores e as coordenações decidiam, e os moradores não tinham ideia do que estava sendo negociado. Por outro lado, as reuniões com os agentes públicos ocupavam boa parte do tempo de todos os envolvidos, além de ser necessário manter segredo sobre as decisões para que não fossem expostas antes do momento certo nas negociações. Uma boa caricatura de uma situação como essa é apresentada por Lélia Gonzalez:

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa.⁵⁹⁷

Preocupados em não repetir essa caricatura, professores, técnicos e extensionistas do Escritório de Integração tentaram desenvolver um folheto, informando o que estava sendo decidido, para ser apresentado e discutido com os moradores em assembleias e reuniões de setores nas ocupações Esperança, Vitória e Rosa Leão. O material foi submetido à avaliação das organizações políticas, coordenações e demais apoiadores, antes de ser apresentado aos moradores (Figura 29).

As assembleias ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2015 (Figuras 30 e 31). Eram momentos necessários, mas tensos para as organizações políticas e para coordenações locais. Percebíamos a insatisfação dos moradores e a pressão de gangues que atuavam na região das ocupações. Tudo aquilo expunha a contradição das Ocupações da Izidora: um frágil trabalho de formação daqueles que moravam nos

⁵⁹⁷ GONZALEZ, Por um feminismo afro latino americano, 2020, p. 75.

terrenos ocupados e o distanciamento de coordenações locais, organizações políticas e apoiadores do cotidiano local — todos os envolvidos estavam absorvidos pelas instituições.

Essa contradição culminou em mortes, como desde o final de março daquele ano.

3.1.2.5 A morte de Manuel Bahia

Na tarde de terça-feira, dia 31 de março de 2015, Manoel Bahia, uma liderança da Ocupação Vitória, estava em frente a um lote vazio e o repassava a uma família que logo iniciaria a construção de sua casa, quando um grupo de homens se aproximou e começou a agredi-lo com golpes de martelo e marreta.⁵⁹⁸ Ferramentas de construção serviram como armas para assassiná-lo. Uma das apoiadoras se lembra do momento:

[...] em 31 de março de 2015, o companheiro Manoel Bahia foi brutalmente assassinado na ocupação. Ele tinha 26 anos e era um coordenador de enorme destaque da Ocupação Vitória, muito combativo e inclusive vinha sendo perseguido pela polícia. Era um dos poucos coordenadores homens. Certo dia, quando fazia uma visita em um lote vazio da ocupação, foi pego em emboscada por sujeitos que tinham interesse em ter mais de um lote na ocupação e por isso estavam em conflito com Bahia. Eles o assassinaram com machadadas e marteladas. O ocorrido foi extremamente traumático e abalou todas as pessoas envolvidas com a luta da Izidora. Ele tinha uma frase que repetia com recor-rência: “não é fácil ser livre”.⁵⁹⁹

A população que mora nas ocupações urbanas tende a solucionar seus problemas cotidianos de modo imediato, sem a mediação do tempo de reflexão e planejamento. Jessé Souza fala dessa baixa contenção de impulsos que ajuda a entender esse imediatismo e situações como a que levou à morte de Manoel Bahia:

Um modo de vida rústico, marcado por uma baixa contenção dos impulsos, em que não só existe pouco poder de vigilância disciplinar sendo exercido por estâncias externas às pessoas, como a polícia, mas, e isso é o principal, em que a disciplina e o autocontrole não foram incorporados, não foram introjetados nas pessoas, passando a ser qualidades intrínsecas a elas.⁶⁰⁰

⁵⁹⁸ Eu avisei. Então assim, muitas das vezes as gente fala as coisas e as pessoas não escutam a gente. Ou talvez por ser mulher, por ser negra, ou achar que a gente não tem estudo, sabedoria... não sei. [Moradora, 26 jan. 2021]

⁵⁹⁹ ISAÍAS, *Mulheres em luta*, 2018, p. 133.

⁶⁰⁰ SOUZA, *A ralé brasileira*, [2009] 2011, p. 129.

Segundo testemunhos de moradores, essa morte foi uma armadilha, Bahia estava envolvido na redistribuição de lotes vazios. Isso criava uma tensão entre os moradores, ele estava ficando exposto.⁶⁰¹ Para alguns havia certa incoerência na forma como ele cuidava do assunto, era inflexível na sua condução e desconfiava-se de que ele recebia algum dinheiro ao pressionar para construir nos lotes vazios.⁶⁰²

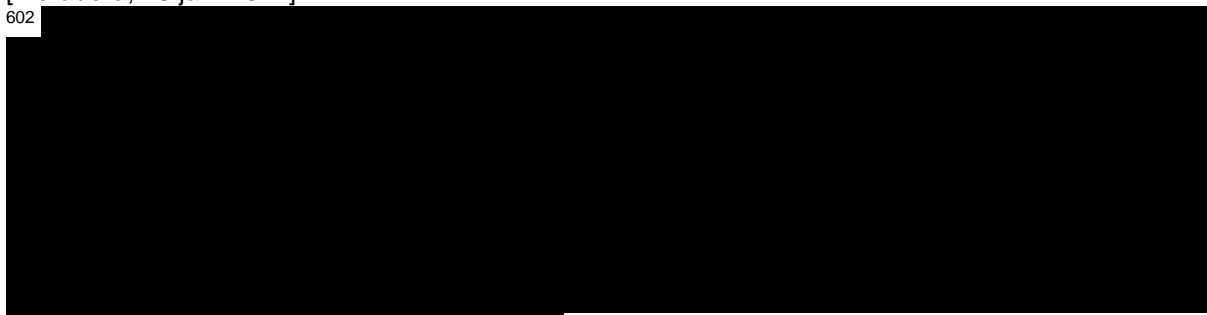
Essa desconfiança de supostos ganhos merece ser compreendida a partir da perspectiva dos moradores das ocupações urbanas, representantes das periferias das cidades brasileiras. Ela diz respeito à ruptura com acordos que atravessam as relações dos moradores: ele 'passava por esperto e fazia os outros de otários', desrespeitando a hombridade alheia. Este é um aspecto a ser lembrado, na periferia existem códigos internos que assumem roupagens que muitas vezes não compreendemos, dentre eles o lucro, compreendido como um problema, afinal a pessoa deve ganhar pelo que fez, ganhar em cima do trabalho do outro é ilegítimo.

Ele era muito envolvido na divisão de lote, as pessoas que não construíam ele ia e tomava, dividia com outras pessoas que estavam precisando, às vezes ele tinha que ceder, se não dava confusão. Então ele estava passando a ser um líder querendo apanhar a frente de tudo, e isso inflamou muita gente, então armaram essa armadilha pra ele. Onde ele foi morto pertence a Santa Luzia. Ele estava passando o lote para uma pessoa. Aí os caras chega e pega ele por trás na martelada, quebrou os dentes dele tudo, entreguei pra polícia. Olha que absurdo uma coisa dessa!⁶⁰³

A morte do Bahia é um caso típico de interferência dos atores externos passando pelo Estado que pressionava na ocasião pelo aceite da proposta apresentada pela COHAB Minas, mas também pela pressão das organizações políticas e apoiadores para consolidação da ocupação como estratégia de luta para

⁶⁰¹ Olha, eu já morri umas 6 vezes. E ressuscitei. Por que eu falo isso? Por que tentaram várias vezes, inclusive homens tentando tomar o poder da comunidade. Poder. Eles acham que é poder. Eles acham que ser liderança comunitária é a coisa mais divina do mundo. Nossa... devo tá ficando milionária! [Moradora, 26 jan. 2021]

⁶⁰²



Censurada

⁶⁰³ Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

permanência dos moradores nos terrenos ocupados. Eis um alerta para o cuidado com as interferências em lugares em disputa fundiária, é importante entender as lógicas internas para não expor as lideranças e levar a consequências drásticas, como foi esse caso. Naquele momento, vários estavam envolvidos com às disputas institucionalizadas e não estavam atentos as questões cotidianas que diziam respeito à produção dos espaços nas Ocupações da Izidora.

O tempo inteiro a gente recebe ameaça, o tempo inteiro, eu acho que é essa questão da gente ser mais ativa, ser mais, um pouco nervosa, é uma comunidade muito grande, né?! Do mesmo jeito que a gente faz algo pra agradar, faz também que não agrada, então o tempo inteiro a vida da gente tá em risco. Mas é isso... Deus escolheu umas mulher doida pra poder tá no meio desse negócio aí, então vão bora.⁶⁰⁴

Essa situação passa também pela proximidade que alguns moradores têm com os agentes externos: como estes são percebidos como intocáveis, aqueles moradores que conseguem ter um contato mais estreito com eles são também percebidos nessa condição, o que gera ciúmes e pode ter consequências que precisam ser consideradas para não fomentar problemas, deixando essas pessoas expostas, como ocorreu com Manoel Bahia. Ele foi morar na Ocupação Vitória algum tempo depois de seu início, e seu destaque não era visto com bons olhos por alguns que já moravam havia mais tempo na ocupação. Sendo assim, uma dúvida me aflige: até que ponto os moradores estavam chorando pelo Manoel Bahia no seu velório, comovidos de fato com sua morte, ou representavam para nós, agentes externos que naquele dia acompanhávamos aquela situação absurda, em que um sujeito havia sido morto a marteladas e machadadas por distribuir um lote que estava vazio para alguém que fosse construir logo e consolidar a ocupação?

A partir da experiência que eu tinha, desde a Ocupação Camilo Torres em 2008, a pressão para construir com alvenaria era importante na disputa dos terrenos ocupados frente às instituições. Isso era evidência cabal de que aquelas famílias de fato precisavam fazê-lo o quanto antes, contudo, é também recorrente entre os moradores o medo de construir em alvenaria e perder seus parques recursos caso ocorresse uma reintegração de posse. A pressão por construir nos lotes o mais breve possível era também para mim necessária, perigosa, como a morte de Manoel Bahia me mostrou.

⁶⁰⁴ Moradora. Entrevista moradora. 06 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

Eu gritava com o povo nas assembleias “– Gente, cês entrou no terreno, tem que construir, porque se não construir eles vão achar que nós não estamos precisando e vai vir tirar nós, então tem poucas famílias que está construindo, não vai aguentar resistir, temos que construir!!!”. Mas o povo ficava com medo, aí meu Deus, tinha aquela coisa, eu tô precisando, mas eu vou sair do aluguel? Como é que eu vou construir aqui? Vai derrubar minha casinha e eu vou perder meu dinheiro? E chegava aquelas famílias e falavam: “– Eu preciso de um lugar pra morar!” Eu dava, as pessoas construíam, aqueles que tava com a coragem, ou tudo ou nada.⁶⁰⁵

Manoel Bahia morreu dentro da Ocupação Vitória. Quase de imediato, toda a rede de apoio soube do ocorrido, o que gerou grande comoção. Pessoalmente, em mim aquilo despertou um profundo sentimento de culpa, creio que outros envolvidos também passaram pela mesma sensação; afinal, poucos dias antes, no seminário “Conflitos fundiários em MG e o direito à cidade” na Escola de Direito da UFMG, ele havia dito que se sentia ameaçado e, em vez de prestarmos atenção à sua grave denúncia, estávamos preocupados em responder às instâncias institucionais. Deixamos de lado o cotidiano local. Além disso, nós, apoiadores e organizações políticas, fazíamos pressão para que fossem construídas casas de alvenaria dentro das ocupações, pois isso dificultaria um processo de reintegração de posse. Ele seguia essa orientação, e repassava um lote a uma família que construiria imediatamente. Nas redes sociais foi divulgado um banner informando da morte (Figura 32):

Foto do amigo Bahia, em campanha pela não violência policial contra moradorxs das ocupações urbanas.
Dias depois do início da campanha, 31/03/2015, com muita tristeza, comunicamos a morte do companheiro.
A tarde mais triste das ocupações da região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG. Morreu Manoel Ramos, o Bahia, coordenador da Ocupação Vitória e valoroso militante da luta das famílias sem-teto da capital de Minas Gerais e da Região Metropolitana de BH. Bahia tombou no lugar onde sonhou viver. Bahia morreu impedindo que as áreas ocupadas fossem griladas por aproveitadores e oportunistas que vivem às custas da batalha do povo pobre brasileiro.⁶⁰⁶

Era uma Semana Santa, o que deixava o momento ainda mais comovente. Alguns dias depois seria erguida no local de seu assassinato uma cruz (Figura 33).

No dia seguinte, 1º de abril de 2015, começaram as movimentações para a realização de seu velório. Entre os apoiadores e as organizações políticas, foi intensa

⁶⁰⁵ Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração Pucminas.

⁶⁰⁶ Resiste Izidora. Página Facebook Resiste Izidora. Fevereiro 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/638356059643708>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

a noite para liberar o corpo e preparar o evento, que terminaria com o traslado de seus restos mortais para sua terra natal. Toda a mobilização era informada nas redes sociais (Figura 34):

Com profunda tristeza, anunciamos e convidamos toda a rede de apoio das ocupações urbanas de Belo Horizonte para o Velório do companheiro Bahia, um dos maiores guerreiros da luta por moradia própria, digna e adequada, por reforma urbana e justiça social. O corpo de Bahia deve chegar à Ocupação Vitória hoje, quarta-feira, às 13h, e o velório se estende até às 21h. Haverá um ato de homenagem às 16h e outro às 20h. Às 21h o corpo deve ser levado da Ocupação Vitória por um carro funerário para ser sepultado na cidade de Paulo Afonso, Bahia. O Bahia voltará para a Bahia, grande sonho da mãe dele.

Às 14h o povo da Ocupação Rosa Leão sai em marcha — passando pela Ocupação Esperança, que se junta à caminhada — para chegar à Ocupação Vitória por volta das 15h30. É o encontro das Ocupações de Izidora para a celebração do guerreiro Bahia.

Esperamos a maior representação possível de todas as Ocupações de BH e RMBH. Venham consolar os aflitos!⁶⁰⁷

A mobilização passava também por organizar os apoiadores pelas redes sociais, informando as linhas de ônibus que levavam ao local do velório e a organização de caronas (Figura 35):

Quem for ao local de CARRO, por favor, escreva abaixo que horas pretende ir, de onde vai sair e quantas vagas estão disponíveis. Marquem os amigos que vão de carro e também aqueles que estão procurando carona!

Para os que pretendem chegar ao local de ÔNIBUS, a Ocupação Vitória fica na Rua Bélgica (entrada pela lateral do campo de futebol), no Bairro Baronesa. Para chegar: pegar o MOVE 412 na Andradas ou 411 na Estação Santos Dumont, direção Estação São Benedito (Santa Luzia) > Na Estação São Benedito pegar o ônibus 4295 ou 4345 (ambos direção Baronesa) > descer no ponto final!⁶⁰⁸

A morte de Manoel Bahia foi emblemática para mim. Conhecia a região toda e estava habituado a manipular suas bases cartográficas, mas, no dia 1º de abril de 2015, me perdi no bairro Baronesa, quando tentava chegar ao velório do Bahia numa igreja evangélica da Ocupação Vitória. Eu me senti envergonhado. Aquilo me mostrou o quanto era equivocada uma assessoria técnica que se dá distante do território objeto do trabalho. Atuava como assessor das Ocupações da Izidora havia dois anos, mas passava quase todo o tempo em reuniões na Cidade Administrativa e na sede das

⁶⁰⁷ Resiste Izidora. Página Facebook Resiste Izidora. Fevereiro 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/662760867203227>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

⁶⁰⁸ Resiste Izidora. Página Facebook Resiste Izidora. Fevereiro 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/662647527214561>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

Brigadas Populares, ou com arquitetos, geógrafos e cientistas sociais, elaborando planos e estratégias. Não que eu tivesse escolhido esse distanciamento. Ele foi circunstancial e eu perdi o controle de como o trabalho se desenvolvia: uma assessoria técnica pouco consistente, que reproduzia práticas de arquitetura e urbanismo com as quais eu não concordo e que, longe dos efeitos reais de suas escolhas técnicas, aliena os arquitetos em relação ao seu trabalho. Quando finalmente cheguei ao velório, o cheiro de morte me inebriou.

A assessoria estava fadada ao fracasso se continuasse daquela forma, longe dos moradores, da base, e junto de um parceiro abusivo, como era o Governo do Estado, tentando responder a demandas de atores interessados apenas em derrubar a resistência popular (Figura 36).

Eu falei pra todo mundo ouvir: “– Nós tamo aqui, os morador tão aqui na assembleia pra poder ouvir qual a resposta que você tem da mesa de negociação com o governo pra nossa moradia. Nós não quer saber da vida particular do zoto não. Por mim pode tá vendendo em cada rua aqui. Pode ter 30, 40 traficante vendendo droga. Eu não quero nem saber, cada um no seu quadrado, cada um cuida da sua vida! Nós não quer saber disso aqui não. Nós quer é informação de como é que foi a negociação lá. Nós tão trabalhando aqui, nós tão trabalhando indeciso. Vou levantar essa parede? Vou comprar um saco de cimento? Vou esperar a reunião logo, pra saber. Se não, eu gasto o dinheiro da feira aqui. Então é isso que nós tamo precisando.”⁶⁰⁹

No fim da noite, o corpo de Manoel Bahia foi levado por um carro funerário para sua terra natal, onde seria sepultado. A campanha nas redes sociais havia arrecadado o dinheiro para o transporte, dentro dos procedimentos de mobilização e engajamento nas redes sociais, uma estratégia que era praticada pelas Ocupações da Izidora desde seus primórdios. A militância permanente de apoio nas redes socais, especialmente no Facebook, com o nome “#Resiste Izidora” (o hashtag indica a importância que ganhou), foi uma ferramenta importante também ali.

E aí foi quando eu comecei a me ver, ou melhor como as pessoas começaram a me ver, como liderança comunitária, por que eu comecei a fazer uma ação dentro da comunidade, a gente era coordenado por um grupo do whatsapp, por que duas lideranças já tinham sido expulsas do território e dois líderes assassinados, a gente era coordenado por um grupo de whatsapp.⁶¹⁰

A #Resiste Izidora conseguia extrapolar sua influência para além de Belo Horizonte, mobilizando as pessoas para acampamentos de resistência e também para

⁶⁰⁹ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁶¹⁰ Moradora. Entrevista moradora. 06 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

o velório do Bahia, mas não para necessidades cotidianas das ocupações, que muitas vezes pareciam ser questões menores, como construir uma ponte para atravessar um córrego para as crianças não terem que andar muito para ir à escola, ajudar na construção de uma contenção numa rua que está caindo e impedindo os moradores de acessar suas casas.

Castells destaca a potência que existe no fenômeno da internet, ao associar redes distintas de movimentos sociais, simultaneamente globais e locais, em um processo espontâneo de ocupação do espaço. [...] Desse modo, enquanto os moradores estabeleciam esses laços no cotidiano vivido nas ocupações, a partir da plataforma do Facebook, principalmente, foi possível a apoiadores de outro convívio social acompanhar a luta e contribuir de alguma maneira com ela.⁶¹¹

Parecia que a opinião pública estava do nosso lado e que havia uma imensidão de simpatizantes, mas, quando se tratava de ações concretas no território, essa militância virtual pouco compareceu. Era como um mundo paralelo, uma válvula de escape para a indignação com as injustiças da nossa sociedade, capaz de dar aos apoiadores digitais a ilusão de grande comprometimento com uma luta justa, sem os expor.

No velório do Bahia, estavam presentes esses rostos digitais, perplexos com a morte e sua concretude, e os moradores da Ocupação Vitória, tristes, mas nada perplexos, porque a realidade crua e violenta era parte daquele cotidiano. Talvez, com tanto 'playboy' andando por ali, ela estivesse temporariamente suspensa, fazendo parecer que todos eram de fato companheiros numa luta 'comum'. Mas o rosto dos moradores expressava a resignação de quem tem ciência de aquela comoção passaria em poucos dias e de que teriam que voltar ao mesmo cotidiano violento. A militância digital criava ilusões para si mesma, mas não para aqueles que moravam nos territórios ocupados.

3.1.2.6 Ensaios de uma assessoria técnica a partir de disciplinas extensionistas

A reflexão sobre essas contradições que vivenciávamos nas Ocupações da Izidora e na assessoria técnica fez parte de uma disciplina da graduação em arquitetura e urbanismo. Eu mesmo havia experimentado, ainda como graduando, uma disciplina com esse caráter extensionista, de confronto do conhecimento

⁶¹¹ BIZZOTTO, #RESISTEIZIDORA, 2015, pp.180–181.

acadêmico com uma realidade concreta. Naquela ocasião, em 2005, a disciplina era desenvolvida na Vila Novo Ouro Preto, na regional Pampulha, em Belo Horizonte. No decorrer do curso, uma visita à vila demonstrou os riscos desse tipo de trabalho de extensão. Um estudante foi assaltado, meus colegas ficaram aterrorizados⁶¹² e não quiseram mais voltar ao local, e tudo passou a ser feito dentro de sala de aula. Os professores foram intimados pela direção a repensar suas estratégias didáticas e não sair com os estudantes do interior da universidade.⁶¹³ Ainda assim, continuei indo à vila para entender o lugar e avançar na minha proposta de trabalho.

Pensando nesse episódio da minha graduação, imaginei que as Ocupações da Izidora seriam uma oportunidade de repetir a experiência, mas dessa vez como professor.

No início de 2015, ingressei na PUC Minas como professor concursado da disciplina “Planejamento Ambiental Urbano”. Minha companheira de disciplina era a professora que, dez anos antes, havia me levado como aluno até a Vila Novo Ouro Preto. A disciplina trabalha com a concepção do planejamento urbano a partir de uma unidade hidrográfica. Estávamos juntos na assessoria técnica das Ocupações da Izidora, via ASF Brasil e Escritório de Integração. Propus a ela, depois de toda a mobilização no primeiro semestre de 2015, que desenvolvêssemos a disciplina nas ocupações Esperança e Vitória, cujo terreno coincidia com os conjuntos habitacionais propostos pela COHAB Minas e Direcional Engenharia, mas também com a bacia hidrográfica do Córrego dos Macacos (afluente do Ribeirão do Isidoro, parte da bacia do Ribeirão da Onça, que, por sua vez, pertence às bacias do Rio das Velhas e do Rio São Francisco) (Figura 37).

Como atuamos somente na bacia do Córrego dos Macacos, a atividade gerou ciúmes nas demais Ocupações da Izidora, na bacia do Córrego da Terra Vermelha, que coincidia com a Ocupação Rosa Leão. Fomos questionados pela escolha, e isso

⁶¹² Eu estava no ônibus vindo pra cá, o ônibus daqui do povo, que acaba aqui na favela, o cara mexeu com mulher dentro do ônibus, sei lá, olhou de um jeito... um cara já levantou, dando uma pesada no peito dele – quê que é meu irmão, vou te matar aqui – e os dois começaram a cair na porrada dentro do ônibus e ficou todo mundo assim.... Eu, que não vejo de uma forma menos natural, falei: “– Não gente! Vocês não vão se matar não aqui não.” [Militante, 26 fev. 2014]

⁶¹³ Eles invadiram um pedaço da rua. Eu fui lá, buscar um militante que discutia com os ocupantes e falei: “– Larga disso aí, rapaz. Deixa esse negócio pra lá. Se eles quiserem ficar lá dentro da água, é problema deles.” O militante insistiu: “– Porque aqui vai molhar e é perigoso.” Tudo que ele falava os meninos retrucavam: “– Pra tirar nós daqui, só debaixo de bala!” Eu falei: “– Vamos embora rapaz! Se encher de água aqui, eles se viram! Eles estão querendo fazer você de palhaço. Tudo que você está falando, eles estão falando que só resolve debaixo de bala.” Aí, ele não quis vir comigo. [Moradora, 14 jan. 2014]

se tornou uma oportunidade para explicarmos o que é um planejamento urbano a partir de uma unidade hidrográfica, proporcionando um processo de formação de todos os envolvidos (Figura 38).

O estudo da bacia do Córrego dos Macacos proveria a assessoria técnica com informações valiosas. Ao mesmo tempo, a disciplina daria aos estudantes a possibilidade de adquirir conhecimentos sobre uma unidade hidrográfica, um processo de urbanização em curso e um conflito fundiário ou, em suma, sobre uma situação típica das cidades onde atuariam futuramente como arquitetos e urbanistas. Era uma oportunidade de refletir sobre a assessoria técnica a movimentos de sem casa e formá-los para essa atuação (Figura 39).

Ali, poderíamos estudar a produção do espaço das ocupações, inclusive quanto às características físico-ambientais e como elas afetavam essa produção, já que os seus moradores tinham disponíveis poucos recursos para promover a urbanização em parte da bacia do Córrego dos Macacos (Figura 40). Tal situação é emblemática para pensarmos sobre o que Castoriadis chama de lucidez relativa:

Esta lucidez 'relativa' corresponde igualmente a um outro aspecto da práxis também essencial; é que seu próprio sujeito é transformado constantemente a partir desta experiência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também. 'Os pedagogos são educados', 'o poema faz seu poeta'. E é óbvio que daí resulta uma modificação contínua, no fundo e na forma, da relação entre um sujeito e um objeto os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas.⁶¹⁴

Essa lucidez relativa estava posta para os moradores das ocupações, mas também para os alunos e professores assessores que poderiam confrontar um conhecimento prévio com a realidade em se atua, percebendo a dialética que atravessa a construção do conhecimento, em que um saber que antecede a práxis é confrontado, transformando o saber e a práxis, ou seja, o fazer se dá na experiência, tudo é temporário e se transforma no fazer. Isso, entretanto, não significa que ele se dê à revelia de tudo, afinal ele tem seus fundamentos e mesmo as motivações de um saber ainda não confrontado com uma realidade. Por isso, ali seria possível cotejarmos a questão da lucidez 'relativa' de que fala Castoriadis.

Mas a coisa requeria um gerenciamento cuidadoso, para não criar falsas expectativas entre os moradores pela presença dos alunos, nem deixar de cumprir a ementa acadêmica. O tempo de uma disciplina não é o tempo de uma ação de

⁶¹⁴ CASTORIADIS, *A instituição imaginária da sociedade*, 1982, p. 96.

extensão. Assim, o primeiro semestre em que ministramos a disciplina na bacia do Córrego dos Macacos foi ainda acanhado.

Queríamos avaliar como seria a relação entre moradores e alunos, e os resultados que poderíamos esperar, tanto do ponto de vista da assessoria técnica quanto das atividades de extensão no processo de formação acadêmica. Intentávamos sair das falsas abstrações e partir para realidade concreta, considerando os estudantes e os moradores das Ocupações Esperança e Vitória nesse processo. Nessa primeira experiência a preocupação era com os estudantes, sendo aquela uma oportunidade para conhecer a realidade da ocupações — os moradores obviamente já a conheciam.

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional [...] deve ter [...] através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão.⁶¹⁵

A disciplina se desenvolveu em duas fases: a primeira, de elaboração de um diagnóstico físico-territorial e urbanístico da região estudada; e a segunda, de desenvolvimento de propostas que dialogassem com os aspectos diagnosticados, passando por intervenções diretas e pela elaboração de diretrizes de ocupação que pudessem influenciar as legislações urbanísticas e ambientais daquele território. Refletir sobre as diferenças entre a produção do espaço entre os moradores e a nossa, professores e estudantes.

Realizamos apenas duas visitas durante a disciplina. A primeira, para o diagnóstico na Ocupação Vitória, teve participação maciça dos alunos; mas à segunda, para a revisão do diagnóstico e elaboração das propostas na Ocupação Esperança, compareceram poucos estudantes, o que já evidenciava os desafios de uma disciplina extensionista como atividade acadêmica na formação dos alunos na percepção dessas diferenças. Duas professoras que, em 2014, desenvolveram atividades semelhantes na Ocupação Dandara afirmaram: “Eu lembro que foi um momento de crise, de assentar, fazer uma reunião com a turma, e ouvir dos alunos: ““Por que que a gente tem que fazer trabalho na comunidade? Não quero isso, eu

⁶¹⁵ FREIRE, *Extensão ou comunicação?*, 2002, p. 33.

quero fazer trabalho de Casa Cor!".⁶¹⁶ As ausências em atividades de extensão são sempre recados importantes a serem observados, seja dos alunos ou dos moradores.

Ainda assim, produzimos uma base cartográfica da região, com informações sobre os aspectos físico-territoriais, sobre os processos de urbanização das ocupações e o previsto na proposta da COHAB Minas/Direcional. Não insistimos àquela época numa aproximação mais estreita entre moradores e estudantes. Isso deveria se estabelecer ao longo dos anos de atuação, pela continuidade da disciplina e de outros trabalhos de extensão e assessoria, e com um amadurecimento de todos envolvidos com esse tipo de atividade associada à assessoria técnica.

A atividade de ensino associada à extensão também criou condições para reflexão junto com os estudantes quanto ao conhecimento proporcionado pela produção do espaço nas ocupações pelos moradores, negritando a necessidade de confrontar o conhecimento produzido dentro das instâncias institucionalizadas com aquele produzido a partir das condições disponíveis na realidade, evidenciando o cuidado necessário nesta relação para que não ocorra uma imposição cultural, como acaba sendo recorrente quando se atua nesses casos, pautados quase sempre pela urgência, como vinha sendo o caso nas Ocupações da Izidora desde 2013.⁶¹⁷

As atividades de ensino de caráter extensionista foram igualmente importantes pela mudança de foco que proporcionaram à assessoria técnica. A eficiência nessa atuação não era mais focada somente no conflito fundiário, mas também tinha que considerar a formação acadêmica dos estudantes envolvidos. Desse modo, os atropelos que a urgência do conflito fundiário impunha são confrontados com os processos de aprendizagem dos estudantes, que demandam outras ferramentas para compreensão desse contexto. Tais ferramentas são compartilhadas com os moradores e lideranças, ampliando o repertório acerca das linguagens utilizadas pelas instituições, alargando o rol de questionamentos às ferramentas de manipulação usadas pelo Estado nessa disputa fundiária.

⁶¹⁶ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 24 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁶¹⁷ Foi importante, a professora foi com os alunos, conversaram, fizeram reuniões e visitaram. A gente acabou tendo que fazer uma votação, porque uns queriam que a creche fosse perto do centro comunitário. Eu mesmo era uma que era a favor, achava que era um ponto melhor de acesso, e aí, acabou vencendo o entorno da igreja. Acho que ia ficar meio amontoado, mas, foi votado em uma assembléia que tinha muita gente e o projeto passou para ser lá. O processo educativo é esse. Não adiantaria o pessoal querer forçar pra ser lá em cima, se a maioria votou pra ser lá embaixo. E eu acho que é isso que tem que acontecer. [Apoiadora, 25 fev. 2014]

Esse ensaio de extensão por meio da disciplina acadêmica expandiu as possibilidades do exercício de uma assessoria técnica pautada pela crítica de outros agentes, dentre eles os estudantes com seus processos e questões de aprendizagem que passam a influenciar a atuação da assessoria nos territórios ocupados. Entre os estudantes, aumenta-se a percepção do outro, os moradores das ocupações, como sujeitos de um processo, e não meramente subalternos aos preceitos institucionalizados de que a arquitetura e o urbanismo fazem parte, podendo influenciar posteriormente suas atuações profissionais.

Outra atividade acadêmica extensionista desenvolvida no 2º semestre de 2015 foi a disciplina “Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora”. Ela aconteceu em novembro e dezembro de 2015 na Escola de Arquitetura da UFMG, quando eu ali ingressava como professor do Departamento de Projetos da instituição. A proposta da disciplina era desenvolver um empreendimento Minha Casa, Minha Vida — Entidades numa parte da Ocupação Vitória, coincidente com a área que havia sido disponibilizada pela COHAB Minas para reassentar as famílias removidas enquanto fosse construído o conjunto da Direcional (Figura 41).

A área não suportaria o número de unidades necessárias para receber as famílias que seriam atingidas pelo empreendimento da Direcional. A disciplina propunha desenvolver esse argumento, evidenciar a impossibilidade de realização da proposta da COHAB Minas e avaliar a utilização do auxílio pecuniário de quinhentos reais (que a autarquia disponibilizaria às famílias durante a espera) para a construção de um conjunto habitacional autogerido.

O desafio era elaborar uma proposta de arquitetura e urbanização que pudesse ser autogerida pelos moradores e organizações políticas, sem a dependência de recursos externos para além desse auxílio pecuniário. Ela seria encaminhada às organizações políticas e aos moradores numa assembleia na Ocupação Vitória, que ocorreria no mês de dezembro de 2015 (Figura 42).

Nesse íterim, Kadu foi assassinado no final de novembro. Alteramos o local da apresentação de dezembro para a sede das Brigadas Populares, numa banca composta por representantes das organizações políticas, do Escritório de Integração e da coordenação das ocupações Esperança, Rosa Leão e Vitória (Figura 43).

Um das propostas desenvolvidas propunha a construção coletiva das estruturas que fossem mais difíceis de serem erguidas individualmente, cujos recursos necessários para a execução seriam gerenciados pelas organizações políticas. A

intenção do exercício na disciplina era avaliar as possibilidades de verticalização e adensamento com poucas remoções e construção das novas estruturas nas áreas livres identificadas entre as casas já existentes (Figura 44).

Posteriormente, o mlb, uma das organizações que participava da condução das Ocupações da Izidora, avançou nessa proposta de gerenciamento e utilização do auxílio pecuniário do Estado para a promoção de política habitacional gerida pela própria organização, ocorrida na experiência da Ocupação Vertical Carolina Maria de Jesus, a partir de 2018.

3.1.2.7 A morte de Kadu e o afastamento da Ocupação Vitória

A apresentação dos trabalhos dos estudantes da disciplina "Planejamento Ambiental Urbano" da PUC Minas estava prevista para o final de novembro de 2015, mas ela nunca aconteceu. Tivemos que suspender o evento porque outra liderança havia sido assassinada: Ricardo de Freitas Miranda, o Kadu (Figura 45).

Por volta das nove da noite do domingo, 22 de novembro de 2015, Kadu saía da Ocupação Vitória, de carona com um amigo, quando, na entrada da ocupação, próximo à Rua Canadá, o carro foi alvejado por tiros. Os dois foram atingidos. O motorista sobreviveu e Kadu morreu na ambulância, a caminho do hospital.⁶¹⁸

Naquela noite começou uma grande movimentação nas redes sociais. O corpo seria sepultado no dia 24 de novembro, e surgiu a ideia de fazer o velório dentro da ocupação, mas ela foi descartada pelo perigo de conflitos internos. Na segunda-feira as organizações políticas chamaram uma assembleia para falar do ocorrido, mas os militantes tiveram que sair escoltados da ocupação, tal era o clima de tensão com mais uma morte. Alguns moradores sugeriram que eles não voltassem à ocupação nos próximos dias. O clima de medo se generalizou. Moradores mais próximos das organizações políticas tiveram que sair do território ou ficar trancafiados dentro de casa.

Eu me afastei porque eu senti que eu tava sendo ameaçado. Passou na época que mataram o Kadu um outro morador e me avisou: "Tenho que te

618

falar um negócio, os menino me mostrou uma lista lá em cima, diz que tem vinte e uma pessoa pra morrer, o seu nome tá no meio”.⁶¹⁹
É extremante difícil de dialogar, pois quando os caras entram, eles não estão no estado normal, estão totalmente chapados, ai você fala, fala, fala durante dez minutos e o cara volta e fala a mesma coisa, dá aquele cansaço, esse dia eu fiquei meio horrorizado, o problema é que isto é recorrente. Eles estão armados e ameaçam as lideranças.⁶²⁰

Naquela semana fui convidado para uma reunião com as organizações políticas. Pediram que eu chegasse um pouco antes, para uma conversa discreta. Nesse contato foi citada a referida lista com nomes de pessoas ameaçadas de morte. Eu não estava na lista, mas achavam prudente que eu não fosse mais à ocupação, pois era visto como militante e correria perigo. O clima na reunião também era péssimo. Recebemos uma ligação informando que outro morador havia sido agredido na cidade de Santa Luzia. Especulava-se que seriam represálias, mas na verdade a agressão não tinha relação com o conflito que havia levado à morte de Kadu. Fato é que essa morte causou enorme instabilidade das organizações políticas nas Ocupações da Izidora, especialmente na Ocupação Vitória, onde o crime ocorreu. Militantes experientes ficaram assustados e saíram de Belo Horizonte e das ocupações: “Por que com dois líderes assassinados, duas líderes expulsas, eles devem pensar: “– Cê tá doido! Se eu entrar eles vão me matar!”. Então eles já ficam com isso.”⁶²¹ Isso, por sua vez, afetou a assessoria técnica e nossa tentativa, desde o início do segundo semestre daquele ano, de trabalhar dentro dos territórios em vez de privilegiar as reuniões com instituições do Estado (que, aliás, continuaram depois dessa morte, como se nada tivesse acontecido). Com tudo isso, não apresentamos os resultados da disciplina de “Planejamento Ambiental Urbano” para os moradores.

Outra morte decorrente de disputas internas que os agentes externos, organizações políticas e assessorias não conseguiam acompanhar devido ao envolvimento com as disputas institucionais. Após os momentos de maior tensão em meados de 2015, a pressão do Estado ficou arrefecida, contudo, ainda ocupavam boa parte das preocupações desses agentes na sua atuação dentro do conflito fundiário. A aproximação que buscávamos a partir das atividades de ensino e extensão universitária ainda não foram suficientes para compreendermos os conflitos internos

⁶¹⁹ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁶²⁰ Apoiador. Entrevista apoiador. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁶²¹ Moradora. Entrevista moradora. 06 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

junto com os moradores e, quem sabe, evitar desfechos trágicos como as mortes do Bahia e do Kadu.⁶²²

Atribuir esses eventos trágicos às organizações políticas e assessorias não é suficiente para compreendê-los, mas a ausência de políticas públicas importa para configurar esse panorama. Os moradores começam a produzir os espaços dos terrenos ocupados a partir de suas necessidades, as negociações para essa produção ocorrem sem nenhuma mediação. Várias vezes ao longo desses anos de ocupações urbanas em Belo Horizonte, as organizações e assessorias foram convidadas para ajudar na resolução de conflitos como um agente que não tinha interesses imediatos nas contendas, contribuindo para evitar situações como mortes em disputas internas, desempenhando o papel de agentes estatais fora do Estado. O poder público acaba por se restringir à mera repressão do que acontece, seja com um policiamento desrespeitoso em relação aos moradores, seja pressionando para a retirada das pessoas do terreno ocupado, tratando a todos como oportunistas e criminosos. Tudo isso vai deixando os moradores à própria sorte e contribui para mortes como a do Kadu: “Aí as assembleias foi diminuindo, por que na hora da assembleia aparecia aqueles rapaz tudo armado. O finado Kadu foi conversar com os rapazes, pediu para na hora da assembleia não chegar armado. Nunca precisou disso. Nós já tamo aqui há muito tempo e nunca precisou disso.”⁶²³

Outros grupos começam a exercer o controle sobre os terrenos ocupados e passam a questionar as coordenações já instaladas que não conseguem responder as demandas cotidianas, especialmente a partir das negociações com o Estado, que se apresentavam como necessárias, mas com dificuldades de resultados imediatos. Esses grupos ganham força no território muitas vezes com o apoio ou a negligência do único agente do Estado que se faz presente, a polícia.

Teve um baile funk. Quando foi uma hora ou mais, chegou quatro rádio patrulhas, e foi uma troca de tiro danada! Eu dentro do barraco deitei no chão. Eles rodearam atrás do meu barraco dando tiro. Fumaça entrando em casa. Êta trem, e eu deitado no chão. Tava todo suado, todo moído. Aquele cheiro de pólvora entrando nas greta. E tiro pra lá, tiro pra cá.⁶²⁴

⁶²² É muito complexa essa situação. Por que eles nos respeitam da mesma maneira que a gente respeita eles. A gente tem que ter uma relação tranquila... tranquila do nosso tranquilo que é aqui na comunidade, que é sempre muito conturbado. Na mesma hora que as pessoas tão sorrindo, já querem se matar. [Moradora, 26 jul. 2021]

⁶²³ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

⁶²⁴ Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Um fato como a morte do Kadu coloca, para todos, os limites de atuar num território tão extenso e com uma população muito diversa. Não quero com esta constatação indicar a necessidade de um controle estatal como se dá no Estado capitalista, mas compartilhar o incômodo e apontar as contradições que eu, como agente estatal fora do Estado, contribuo e por esse motivo proponho os apontamentos que dizem respeito as organizações políticas e às assessorias que atuam próximas aos moradores, mas, ainda assim, distantes da realidade o que pode levar a tragédias como a morte do Kadu. Ele buscava intermediar conflitos internos e não conseguiu o apoio necessário daqueles que estavam mais próximos e poderiam contribuir para achar saídas: “Eu acho que o movimento se não abrir diálogo com os grupos que atuam na região é um movimento que vai estar morto, tem que ter dialogo, não na intenção de fazer acordo, pelo contrário a intenção é de tentar blindar mesmo, é muita pressão.”⁶²⁵

Entendo que parte da nossa contradição deriva de uma leitura que considera os moradores como sujeitos desorganizados na apresentação de suas demandas, como se não fossem sujeitos de seu destino, desconsiderando suas estratégias cotidianas de resistência e seus potenciais de mudança social.

O pentecostalismo nas comunidades é um grande problema. Não do sentido de atacar o uma vertente da igreja, nada disso! É pela forma de atuação, ela não vem pra somar na luta. A garagem vira igreja, ela começou a tomar uma proporção e a cota política vai diminuindo, o pastor começa a fazer um movimento contrário as ocupações.⁶²⁶

Uma das questões centrais que os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte colocam, e nas Ocupações da Izidora não é diferente, é o papel da segurança da casa própria ou a posse de um terreno. Existem outros aspectos da mudança social que vão além desse que parecem ainda não serem considerados. É difícil, frente à carência de algo tão elementar como acesso à moradia, exigir que a simples satisfação desse acesso signifique reforçar desigualdades já instaladas e não observar as experiências já estabelecidas e historicamente consolidadas.

Na segunda-feira, 23 de novembro de 2015, o corpo foi liberado para ser velado. O clima de medo que se instalou não permitia que o velório ocorresse dentro

⁶²⁵ Apoiador. Entrevista apoiador. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

⁶²⁶ Apoiador. Entrevista apoiador. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

da ocupação, ele aconteceria numa capela dentro do cemitério onde o corpo de Kadu seria sepultado. O velório começou pela manhã na terça-feira do dia 24 de novembro de 2015, para que ninguém ficasse de madrugada no cemitério e sofresse alguma represália. Estive logo cedo no local para prestar as homenagens, o clima era, como esperado, péssimo. Os familiares revoltados com o ocorrido, outros moradores e representantes das organizações políticas assustados.

Isso torna bem mais perigoso, porque a “coisa” fica bem mais à mercê da cabeça do menino, que às vezes é um menino de 13 ou 14 anos, o famoso “sangue no olho”. Ele tem uma arma e comanda. E se ele não gostar de você... Enfim... Então aonde tem certo grau de maturidade, digamos assim, tem mais respeito. Respeita os limites da comunidade. Até porque eles não podem ficar totalmente contra a comunidade. Por mais que eles tenham a postura do medo, não podem fazer expedientes que contrariem completamente o interesse da comunidade. Numa ocupação gigantesca, qualquer tipo de ação que coloque em risco a ação política, significa contrariar um conjunto de interesses das pessoas envolvidas.⁶²⁷

A situação levou a mudanças nas coordenações da Ocupação Vitória: as lideranças de até então se afastaram, moradores mais próximos de Kadu também venderam suas casas e saíram da ocupação, retornando para as moradias de favor ou aluguel, uma condição que, nos dois anos anteriores, haviam superado ao irem morar na Ocupação Vitória desde 2013.

Para a assessoria técnica, a morte de Kadu encerrou uma fase. Continuaram as reuniões constantes com o Governo do Estado, mas todos se afastaram da Ocupação Vitória e passaram a se concentrar nas Ocupações Esperança e Rosa Leão. No início de 2016, quando iniciei a segunda edição da disciplina extensionista na PUC Minas, entrei em contato com a coordenação da Ocupação Vitória para agendarmos uma visita, mas pediram que não fôssemos lá. Contatei a coordenação da Ocupação Esperança. A assessoria técnica nas Ocupações da Izidora, a partir de então, se concentrou nessa ocupação e no vínculo com a extensão universitária.

A aproximação com a Ocupação Vitória seria retomada a partir de 2018, quando a coordenação local foi reorganizada e passamos a acompanhar juntos o desenvolvimento do Plano de Regularização Fundiária da Izidora, que levou a Prefeitura de Belo Horizonte a estar mais presente em todas as ocupações da região.

Eles falaram: “– Olha, é porque a gente não pode entrar.” Explicaram as delicadezas, que não podia entrar no território, pelos problemas internos, e perguntaram se a gente poderia passar as informações lá dentro, por que

⁶²⁷ Militante. Entrevista militante. 07 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

viram que as pessoas tinham confiança na gente. Por um período a gente só escutava e trazia, mas a gente não sabia se era verdade. A gente também não podia servir de bode expiatório, simplesmente trazer e levar. Então nós começamos a nos posicionar e falar: “– Olha, a gente quer participar dessas reuniões. Vai ter reunião com o Estado, a gente quer participar, a gente quer participar de tudo.” Nós começamos a impor a nossa participação.⁶²⁸

⁶²⁸ Moradora. Entrevista moradora. 06 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

4 TERCEIRA FASE

4.1 Desastre em Mariana

4.1.1 Primeiro momento em Mariana: uma ação institucionalizada

4.1.1.1 *Mais que a lama, só lama, muita lama*

Em 5 de novembro de 2015, no meio da tarde, uma barragem de rejeitos provenientes da atividade de extração de minério de ferro da Samarco Mineração S.A. se rompeu. Era a barragem de Fundão. Esse rejeito atingiria em poucos minutos o distrito de Bento Rodrigues e, em algumas horas, o de Paracatu de Baixo — ambos no Município de Mariana, na região central de Minas Gerais. Nas semanas subsequentes, o rejeito de minério continuaria descendo pelo leito do Rio Doce, deixando um rastro de destruição, até chegar à sua foz, no Oceano Atlântico, no distrito de Regência, Município de Linhares, Espírito Santo (Figura 1).

A Samarco Mineração S.A. está em atividade desde o final dos anos 1970 e tem sua sede em Belo Horizonte. A extração de minério de ferro, por sua vez, ocorre nos municípios de Ouro Preto e Mariana, e o seu produto final, a pelota de minério de ferro, é produzida na usina de pelletização da empresa, em Ponta Ubu, no município capixaba de Anchieta. A usina está integrada com um porto da própria empresa para exportação do material produzido. A ligação dessas duas unidades de produção — a extração e a pelletização — se dá através de um mineroduto que atravessa vários municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. A Samarco é uma empresa que integra todos os seus processos.

Dentre as empresas brasileiras de mineração, ela é uma das que mais agrega valor ao seu produto, já que vende a pelota de minério para usinas siderúrgicas de todo o mundo. É propriedade da multinacional brasileira Vale S.A. e da anglo-australiana BHP Billiton. Integrada com o mercado global, sua produção é voltada para o mercado externo e seus produtos têm abastecido o mercado siderúrgico

chinês, a economia mais pujante que, nas últimas décadas, tem absorvido parte da produção de *commodities*⁶²⁹ brasileiras.

Considero importante essa rápida contextualização da empresa e de seu papel dentro da economia para percebermos que o rompimento da barragem de Fundão e o desenvolvimento de uma assessoria técnica para os atingidos por esse desastre sociotécnico⁶³⁰ teve uma dinâmica diferente. A responsável pelo crime ambiental era uma corporação com grande força nas negociações para a resolução dos problemas gerados pelo rompimento, operando numa escala global, atropelando o cotidiano e uma reparação dos danos que considerasse os atingidos como sujeitos no processo (Figura 2).

Essa experiência de assessoria técnica não se deu numa ocupação urbana como nos demais casos que analiso nesta tese, porém, trata-se também do apoio a uma luta por moradia, neste caso de outra natureza, relacionada à restituição das casas destruídas pelo referido crime ambiental. Essa assessoria explicitou problemas já vivenciados em outros casos na relação com as instâncias institucionalizadas (Figura 3).

O caso pode parecer um ponto fora da curva, contudo demonstrarei que ele é caricato de uma lógica do capitalismo contemporâneo, que coloca o Estado como um ente descolado da vida cotidiana e que não atende às demandas de reprodução da vida, dentre elas a moradia. Um caso em que o neoliberalismo se apresenta sem rodeios e constrangimentos, em que as corporações passam a definir a vida coletiva e a produção social do espaço, inclusive quando cometem crimes e suas vergonhas são reveladas. Lembrando que, conforme salienta Mascaro,⁶³¹ o neoliberalismo não é a retirada do Estado da economia, mas uma forma específica da sua presença na economia, é uma política dos capitais passando pelo Estado, de modo que a liberalização se dá por meio de políticas econômicas estatais, com um favorecimento dos capitais especulativos em relação aos capitais produtivos e ao planejamento.

⁶²⁹ A palavra *commodities* é um termo inglês que significa qualquer tipo de produto, porém, atualmente, é utilizado para se referir a produtos com baixo valor agregado ou baixo nível de industrialização.

⁶³⁰ Segundo Zhouri et al., é um desastre sociotécnico, pois ele resulta de “um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos assim às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco” (ZHOURI, *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*, 2017, p. 40).

⁶³¹ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 118.

Em 2017, pouco tempo após o desastre, Epaminondas Bittencourt publicou um livro sobre o ocorrido e destacou a farsa revelada do compromisso da empresa causadora do crime com o meio ambiente, típico dessa situação em que os ganhos corporativos se sobrepõem aos coletivos. O tom acusatório de seu texto indica uma esperança de mudanças:

Em seu relatório empresarial de 2010, a mineradora Samarco afirma à sociedade: 'Para a Samarco a sustentabilidade é a capacidade de a empresa se desenvolver e inovar em ambientes de crescente complexidade interdependência, com transparência e responsabilidade econômica, ambiental e social'. Também no documento de 2012, apresenta o mesmo simulacro: 'produzir e oferecer pelotas de minério ferro aplicando tecnologia de forma intensiva para otimizar o uso de recursos naturais, gerando desenvolvimento econômico e social, com respeito ao meio ambiente'. Lamentavelmente, foi necessária uma tragédia para desmascarar a farsa.⁶³²

Apesar da farsa desmascarada, os procedimentos de restituição dos direitos dos atingidos mostrou que em 2017, após dois anos do desastre, não haviam sido suficientes para mudanças efetivas que alterassem a relação da empresa com os lugares destruídos. O simulacro do que é dito nos referidos relatórios empresariais seguiu sem alterações nas estratégias adotadas para restituição do que foi perdido. Esse fato se deve a um conjunto de fatores que já havíamos experimentado nos primeiros momentos dessa assessoria técnica. Atribuo o panorama às escolhas que desde o início se mostraram pouco eficientes para superar o problema gerado, uma restituição de direitos a partir de procedimentos burocráticos, de comunicação e marketing que se mostraram descolados das realidades atingidas pela lama em 5 de novembro de 2015.⁶³³

O rompimento da barragem gerou grande comoção — nos primeiros dias, um grande fluxo de pessoas se dirigiu a Mariana, num ato de solidariedade. Muitos advogados também se deslocaram para essa cidade à procura dos atingidos, para oferecer seus serviços e mover ações contra a Samarco. Desde os primeiros momentos, fiquei interessado em acompanhar o caso e contribuir no processo de reconstrução ou reassentamento dos distritos. Em Bento Rodrigues, eram aproximadamente duzentas e sessenta casas soterradas pela lama; em Paracatu de Baixo, aproximadamente cento e quarenta. Os números de imóveis atingidos eram

⁶³² BITTENCOURT, *A tragédia de Mariana*, 2017, p. 12.

⁶³³ Com esse comportamento muito agressivo, ele não foi mais, nas reuniões. De fato eles têm mais esse comportamento de tentar, de não levar para um lado que vai criar uma cisão, ou oferecer algum tipo de resistência. [Agente público, 18 set. 2018]

semelhantes àqueles das ocupações urbanas de médio porte, em que eu havia participado como assessor técnico, em Belo Horizonte. À distância, eu não entendia, ainda, toda a complexidade do lugar para além dos números, mas me assustava o fato de os lugares terem sido completamente destruídos. Inicialmente, víamos, na mídia e em notícias trazidas pelos advogados da rede de apoio às ocupações urbanas que acompanhavam o caso, que o grande influxo de pessoas para a cidade foi importante, mas depois se tornou um problema, era mais prudente esperar. No início, a reconstrução e o reassentamento definitivo ainda não estavam sendo avaliados, as ações eram emergenciais de assentamento provisório das famílias. A discussão para o assentamento definitivo começou em janeiro de 2016, quando passamos a acompanhar o caso junto com os advogados e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (Figura 4).

Em Mariana, temos que tirar o chapéu para atuação do Ministério Público, o Dr. Guilherme ele é muito corajoso. Desde o começo ele assumiu a postura de enfrentar este crime, o primeiro ato dele foi bloquear as contas da empresa. Ele conta uma coisa bonita para gente que ele diz: “Quando eu fui na Samarco eu peguei R\$ 9.000,00 (nove mil reais) eu não achei nada na Samarco”. Em Mariana, todo mundo fala assim: “A Samarco sempre foi uma empresa social!” Quando o Dr. Guilherme foi bloquear as contas ele achou só nove mil reais na Samarco, então ela é só um rosto, digamos assim, só uma máscara! E, quando ele vai na BHP e na Vale, ele pega 344 milhões, então o Ministério Público de cara pegou 344 milhões e já reservou para os ressarcimento das famílias!⁶³⁴

A atuação iniciou-se como parte do trabalho desenvolvido pela ASF Brasil em parceria com o MPMG, nas pesquisas e ensaios pilotos do PAACA – Promotoria de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária. A ASF e o MPMG já eram parceiros em várias situações de conflitos fundiários, em Belo Horizonte e RMBH. No final de 2015, o MPMG, através do CAO-DH – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário contratou a ASF para desenvolver estudos para a formação de uma promotoria mais próxima das demandas populares. Esse estudo para a criação da PAACA ocorreu, num primeiro momento, levantando experiências em todo o Brasil — e em especial em Minas Gerais — de atuações do Ministério Público que pretendiam ser resolutivas de demandas coletivas. Foi graças aos vários casos estudados pela ASF que nos aproximamos da atuação

⁶³⁴ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

dos promotores na resolução dos problemas advindos do desastre do rompimento da barragem de Fundão em Mariana.⁶³⁵

O governo estadual, em meio a essa pressão, resolveu dar respostas rápidas e evidenciar uma suposta eficiência. Ainda em novembro, colocou em pauta, na mesa de negociação de conflitos fundiários, o caso dos distritos atingidos em Mariana. Eu me lembro de um atingido sendo entrevistado mostrando grande indignação e argumentando que aquele não era o lugar para discutir sobre isso, pois ele não era um ‘sem-terra’ ou ‘sem casa’; ele havia sido arrancado de sua casa pela imperícia da Samarco, que não havia monitorado suas estruturas e, assim, acarretara a completa destruição de sua residência. Por mais óbvio que isso pareça, o instrumento da mesa de negociação, na ocasião conduzida pela COHAB, não era a ferramenta para aquele caso, como aponta o trecho de uma nota pública pelas Brigadas Populares à época (Figura 5):

Neste complexo cenário instaurado pelo desastre criminoso, com efeitos ao longo de toda a bacia do rio Doce, indaga-se qual é a competência e a experiência da Cohab, enquanto instituição, e também de seu presidente, Claudius Vinícius Pereira, em mediar um desastre levado a efeito por uma empresa mineradora. Em resumo: o presidente de uma entidade pública de provimento habitacional, representante delegado pelo governador de Minas, tem competência técnica (e legitimidade) para conduzir a complexidade de uma tragédia criminosa em que a responsabilidade da SAMARCO ultrapassa muito a obrigação de reassentamento das milhares de pessoas desabrigadas? A mesa de negociação, com participação da empresa SAMARCO, na fase atual do desastre, não é instrumento e instância adequados para tratar das medidas emergenciais envolvendo os atingidos pelo crime ocorrido, cujo escopo ainda deve ser investigado em todas as suas dimensões.⁶³⁶

A ação do governo estadual deixou claro que estavam todos perdidos, ninguém sabia o que fazer, as instituições começaram a usar os mecanismos já instalados para tentar saídas.⁶³⁷ As ações imediatas também revelavam uma estreita relação dos agentes públicos com a empresa causadora do desastre, a primeira coletiva do

⁶³⁵ Parece que eles enxergavam um pouco mais o Estado, entrando e discutindo essas questões com eles. Porque, assim, é um processo que, desde o início a gente falou, é complicado... primeiro porque não tem precedentes, assim... é algo muito novo pra todo mundo. [Agente público, 18 set. 2018]

⁶³⁶ BRIGADAS POPULARES. Vida não se negocia: Reparação justa sim, mesa de negociação não! *Blog Brigadas Populares*. Publicado em 19 nov. 2015. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/vida-nao-se-negocia-reparacao-justa-sim-mesa-de-negociacao-nao/>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

⁶³⁷ Então o pessoal não tinha noção de como que o processo acontecia. Até então, tanto a população quanto os próprios técnicos envolvidos, eles achavam que no Estado o envolvimento era só com licenciamento ambiental... e na verdade isso é um dos passos. [Agente público, 18 set. 2018]

governador Fernando Pimentel sobre o desastre ocorreu na sede da Samarco logo após o rompimento da barragem (Figura 6).

A formação de uma assessoria técnica naquele caso me parecia óbvia, o processo de reconstrução ou de reassentamento dos lugares atingidos necessitaria de um apoio técnico que falasse a partir dos atingidos. Na mídia, começavam cobranças pela rápida reconstrução ou reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. O assunto era abordado com uma grande simplificação dos processos implicados, havia sempre comparações estranhas, como a eficiência em resolver eventos traumáticos no Japão envolvendo os terremotos e a rapidez na reconstrução das cidades. Aquela situação parecia botar à prova, novamente, a burocracia ‘típica’ do Brasil, que deixaria aquelas pessoas fora de suas casas devido à demora nas decisões. Toda essa conversa me parecia uma meia verdade. A eficiência nessa reconstrução ou reassentamento exigiria cuidado. Se fosse realizada no atropelo, poderia ser tão violenta quanto a própria lama que atingira os lugares arrasados. Com o tempo e aproximando-me dos atingidos, percebi que aquela situação era diferente das assessorias para movimentos de luta por moradia que eu já havia experimentado.

Além do envolvimento com o MPMG por meio do trabalho para estudo da PAACA, é importante destacar que a formação da assessoria técnica em Mariana se deveu também à rede de apoio das ocupações urbanas de Belo Horizonte. Vários profissionais que participavam desse apoio aos atingidos também acompanhavam as Ocupações da Izidora (com destaque para as advogadas e advogados do Coletivo Margarida Alves).⁶³⁸ As ocupações urbanas de Belo Horizonte tinham como prática a ação direta numa atuação próxima às instituições do Estado. Naquele momento, o grupo mobilizado em prol das Ocupações da Izidora se dirigiu para Mariana, para contribuir no processo de resolução dos problemas causados pelo desastre da Samarco. O grupo foi importante, então, para municiar o MPMG, na comarca de Mariana, com procedimentos para mobilização e organização dos atingidos, na defesa de seus interesses.

⁶³⁸O Coletivo Margarida Alves já vinha, nos anos anteriores, acompanhando os processos de reassentamento e conflito fundiário em Conceição do Mato Dentro, envolvendo outra multinacional da atividade minerária, a Anglo American.

Outro ator importante na organização dessa assessoria técnica nos primeiros momentos foi a CIMOS⁶³⁹ – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, que é parte do MPMG. Criada em 2009, ela busca aproximar a sociedade civil do Ministério Público. Segundo um técnico entrevistado na ocasião do desastre, a Cimos já vinha de uma experiência de embate com empresas da atividade minerária. Desde seu início acompanhou a instalação da empresa Anglo American na cidade de Conceição do Mato Dentro, também na região central de Minas Gerais. O município havia sido severamente afetado, com impactos de várias naturezas para instalação da atividade minerária. O acúmulo sobre conflitos ambientais (assessorando o promotor para organizar a sociedade civil) foi importante em Conceição do Mato Dentro e foi também disponibilizado para a Comarca de Mariana a partir do rompimento da barragem. Em Mariana, a CIMOS assessorou o promotor Guilherme de Sá Meneghim, responsável pela comarca, a conduzir os trabalhos com os atingidos (Figura 7).

As respostas rápidas para resolução das consequências do desastre acompanhavam uma lógica que idealiza o mundo em função do sucesso corporativo, uma postura que leva a farsas como o compromisso ambiental da Samarco, colocado nos seus relatórios empresariais, mas obviamente irreais, tal como o desastre explicitou. A preocupação com a eficiência das respostas ao desastre seria outro simulacro: mais que resolver os problemas gerados pelo rompimento da barragem, o importante era preservar a imagem corporativa das responsáveis pelo crime.⁶⁴⁰ Para atender a essa demanda, vale atropelar procedimentos que de fato considerem os atingidos pelo ocorrido como agentes a serem ouvidos a partir de sua perspectiva dilacerada, carentes do otimismo que pretende manter as coisas como estão. Isso garantiria os retornos financeiros para acionistas, mas evidencia como é dada pouca importância para com a realidade tangível dos lugares onde a empresa atua e eventualmente gera problemas, como era então o caso com o rompimento da barragem de Fundão (Figura 8).

⁶³⁹ A gente tem um trabalho muito próximo do CAO-DH, talvez a diferença de fundo, o CAO-DH já está estruturado há mais anos, tem um trajetória, ele atua sistematicamente com a questão policial, a questão prisional, com grupos LGBT, preconceito racial, e outras situações semelhantes, tortura, violência policial, são temas que a gente não trabalha. Às vezes trabalhamos com grupos parecidos, mas nossa perspectiva é de efetivação de direitos, ou seja, tem um grupo vulnerável que tem uma série de direitos que já estão lá nas leis e não são efetivados. O nosso desafio é se colocar numa perspectiva de buscar efetivar esses direitos. [Agente público, 23 fev. 2016]

⁶⁴⁰ BITTENCOURT, *A tragédia de Mariana*, 2017, p. 110

O desastre colocou em evidência um grupo sócio-espacial que já era afetado pela atividade minerária, mas que ainda não era atingido de forma absurda, o que mudou com a ruptura da barragem. Desde então esses grupos sócio-espaciais se viram obrigados a construir, de uma hora pra outra, novos hábitos para retomar parte de suas vidas, hábitos fundamentados em situações e experiências descoladas do cotidiano perdido, tudo isso imposto pelo imediatismo decorrente do desastre e da necessidade de respostas ligeiras para sua rápida resolução.⁶⁴¹ Assistiremos aí à naturalização de uma prática heterônoma que desconsidera o atingido e suas contradições. Toda manifestação de resistência ao que é colocado para a resolução do problema gerado pelo desastre é criminalizada, afinal o que se intenta resolver não são os problemas dos atingidos e dos lugares afetados pela lama da barragem rompida. O objetivo então era remover o obstáculo ao curso normal da operação pela corporação responsável pelo crime, impedida de seguir fornecendo suas *commodities*, o que afetava o retorno de dividendos para seus acionistas. O testemunho de uma pesquisadora sobre os processos de negociação envolvendo a restituição dos direitos dos atingidos explicita esse fato: “Percebo a violência expressa em espaços de negociação, que privilegiam critérios econômicos em detrimento daqueles referentes à ligação das comunidades à terra perdida ou tornada improdutiva”.⁶⁴²

A situação, agravada por uma crise aguda, como era o caso, é ampliada por essas respostas imediatas⁶⁴³ que são dadas a partir de uma profusão de informações desarticuladas, como indica Marchezini:

[...] a incerteza poderia ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, criando vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos, o que ocorreria tanto em regimes democráticos

⁶⁴¹ CARVALHO, *Memórias de rio e de gente*, 2016, p. 16.

⁶⁴² *Ibidem*, p. 21.

⁶⁴³ O que a Samarco fez até agora é nada diante do que ela vai fazer daqui pra frente! Vocês não entenderam... Ir lá, destruir a casa deles, destruir a vida deles, e não sobrar nada, é uma coisa, aconteceu. Samarco levou esse povo e pôs em Mariana, em casas que eles nunca moraram na vida, com exceção de alguns poucos. Sabe o que uma atingida reclamava comigo outro dia? Que ela agora tem que comprar gás, antes ela cozinhava no fogão de lenha. Eles vão viver quatro anos nesse mundo! A filha de uma atingida está grávida, ela tem quatorze anos. A outra, mais velha, também, de dezesseis, já tá grávida, já deve ter até nascido o menino! Esse povo vai voltar pro lugar que for, pra puta que pariu que for, eles não são mais os mesmos, eles acabaram. A Samarco não destruiu só a casa, ela destruiu eles! Eles jamais serão os mesmos! Podia ter levado eles lá para Antônio Pereira, para vila operária, ter colocado eles juntos. Juntos! Não... Pôs um aqui, o outro lá, o outro lá, outro lá... Eles não se veem! Eles não conversam entre si! [Apoiadora, 6 abr. 2017]

quanto autoritários. A incerteza não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização das esferas administrativas, políticas e científicas.⁶⁴⁴

Nesse panorama, são favorecidas soluções apresentadas pelas instituições, tidas como alternativas possíveis. Os grupos sócio-espaciais com outras trajetórias até então não consideradas por essas instituições, são atropelados, com escolhas e estratégias de produção do espaço estranhas: “O foco não estaria na realidade do desastre como um todo, mas sim na ênfase de aspectos dessa realidade que pudessem ser abarcados pela capacidade institucional de lhes prover soluções.”⁶⁴⁵

Com isso, atuar junto com o MPMG parecia ser o mais adequado, associando uma lógica de ação direta com a ação institucional, algo que as assessorias vinham experimentando nos trabalhos nas Ocupações da Izidora em Belo Horizonte desde 2013. Era brincar com o fogo. O inimigo neste caso aparentava ser muito mais forte e atuava numa atividade econômica mais complexa, na qual as decisões eram tomadas numa escala global, ainda que com um forte impacto local — como era o caso no desastre ocorrido (Figura 9).

Atuar tão perto dos agentes do Estado era uma alternativa, mas limitava as ações diretas: a institucionalização naturalmente afastava os atingidos. As decisões se dão num alto grau de abstração e são pouco fundamentadas no cotidiano dos afetados. A assessoria tinha o desafio de mobilizar os agentes estatais na atenção às questões cotidianas dos atingidos; era disputar o Estado com a corporação. Nesse caso a tática de atuar “Com e Apesar do Estado”⁶⁴⁶ demandaria uma atenção ainda maior para não se deixar colonizar e conseqüentemente subverter a estratégia de garantir a condição de protagonistas para os grupos sócio-espaciais atingidos. É importante lembrar que as assessorias são atores propensos a cair em armadilhas, por isso a reflexão era imprescindível: “Refletir sobre o próprio papel e sobre os limites e condicionantes intelectuais, políticos e éticos desse papel é uma tarefa que deve ser permanente, inclusive para que sejam evitados alguns problemas, tais como tensões e atritos desnecessários, mal-entendidos e a reprodução de certos vícios.”⁶⁴⁷

⁶⁴⁴ MARCHEZINI, Dos desastres da natureza à natureza dos desastres, 2009, pp. 50–51.

⁶⁴⁵ Ibidem, pp. 51–52.

⁶⁴⁶ SOUZA, Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado, 2010, p. 29.

⁶⁴⁷ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, p. 29.

Retomo aqui meu entendimento de ação direta⁶⁴⁸ como toda ação conduzida por agentes sociais apesar do Estado ou contra o Estado, mas não necessariamente violenta, podendo ser pacífica, como era o caso dessa atuação junto com atingidos de Mariana. Nessa linha, o Estado na sua essência não serve à liberdade,⁶⁴⁹ mas à sua restrição. Sendo assim, numa atuação junto com seus agentes, não podemos nos esquecer dos cuidados de qualquer instância de participação que se dê a partir desse tipo de parceria tática.

O grande risco do envolvimento com o Estado e suas instituições é o fetiche da burocracia⁶⁵⁰: negá-la é se iludir, mas valorizá-la também o é.⁶⁵¹ Por isto qualquer ação de uma assessoria em eventos como esse deve ser sempre tratada com cuidado: ela se torna a representante de uma burocracia estatal e cria elementos que separam o sujeito daquilo que é objeto da assessoria. A crença no Estado e nas suas estruturas burocráticas poderia ser um grande problema no acompanhamento dos atingidos de Mariana, mas a complexidade do embate que se avizinhava indicava ser a possibilidade para uma avanço nessa luta de restituição das moradias que se haviam perdido com o rompimento da barragem da Samarco.

4.1.1.2 Namoro difícil

Em janeiro de 2016, após pouco mais de dois meses do rompimento da barragem de Fundão, fizemos a primeira visita a Mariana. Um grupo de associados das Arquitetas Sem Fronteiras Brasil se dirigiu ao município, acompanhado por advogados e advogadas do Coletivo Margarida Alves, para uma reunião com o promotor da comarca Guilherme de Sá Meneghin e os atingidos (Figura 10).

Na primeira conversa com o MPMG, ficou clara a necessidade de um apoio técnico ao promotor para as decisões que vinha tomando nos últimos meses. Na comarca, ele tinha pouco suporte do CEAT — Centro de Apoio Técnico do MPMG, e,

⁶⁴⁸ Ibidem, pp. 55–56.

⁶⁴⁹ Ibidem, pp. 64–65.

⁶⁵⁰ HOLLOWAY, Mudar o mundo sem tomar o poder, pp. 140–159.

⁶⁵¹ E aí, óbvio que não podia ser sem o mínimo, garantir o mínimo de segurança. Vai ser o mínimo desde que a Samarco apresente toda a documentação e atenda ao que for solicitado pela diretriz, e aí a conversa acabou por aí, mas de certa forma foi de fato uma pressão para que isso saísse, e eu faço essa leitura muito nesse prazo, porque foi quando eu senti, na verdade, essa questão de que assentaram comigo para falar. Foi mais ou menos isto: “Quem está fazendo análise do projeto? É você? Porque nós temos que liberar isto rápido”. Eu respondi que já estava sendo tratado como prioridade, mas para liberar eu tinha que ter acesso ao laudo geotécnico, como que vou liberar uma coisa que não tem um dos documentos? Não tem condição. [Agente público, 18 set. 2018]

mesmo que tivesse esse apoio, ele seria pouco efetivo no atendimento aos atingidos. Uma atuação muito institucionalizada dificultaria o acesso às demandas da população atingida, mesmo com a atuação dos técnicos sociais da CIMOS, cuja atuação, apesar de estarem no território e próximos da população local, era marcada por práticas burocráticas, dificultando a efetividade da aproximação.

O trabalho técnico social vinha sendo realizado pela própria Samarco, de modo que as assembleias e reuniões com os atingidos eram agendadas e coordenadas pela empresa. Ela tratava os procedimentos de resolução dos problemas gerados pelo desastre como se fossem procedimentos típicos do meio empresarial. Um exemplo que ouvimos naquela reunião e que evidenciava essa situação era a formação do escritório de apoio aos atingidos. Para seu funcionamento, a empresa promovia um processo de seleção como se fosse contratar um funcionário para suas atividades. Ela também promovia a seleção dos atingidos para compor a comissão dos representantes: “Os técnicos da Samarco são habituados com uma condição muito diferente daquela, a conversar com o sujeito pra quem você está desenvolvendo um projeto. É uma turma, toda ela acostumada com engenharia de minas, o máximo que você conversa lá é com uma pedra.”⁶⁵²

A avaliação de todos que participavam desse primeiro contato era que a Samarco protagonizava a condução da resolução dos problemas, o que era pouco adequado. Para atender ao questionamento, o promotor propôs que as reuniões da Samarco com os atingidos passassem a ocorrer quinzenalmente, minimizando essa situação imediatamente, e, a partir da promotoria via CIMOS e apoiadores, passaria a desenvolver atividades de formação dos atingidos para coordenar e pautar os procedimentos de restituição dos direitos.

Nas falas dos técnicos da Samarco, os atingidos eram tratados como beneficiários, uma situação que gerava grande desconforto, um tratamento que reverberava na mídia local, como numa reportagem que havia sido veiculada naqueles dias que considerava que a Samarco estava dando muito para esses pobres que antes moravam nos distritos rurais e agora ficavam na cidade de Mariana. Essa reportagem recebeu uma resposta publicada na edição da semana seguinte com o seguinte título, “Não somos mendigos pedintes e nem desonestos”, de autoria de uma das atingidas de Bento Rodrigues, em que ela dizia:

⁶⁵² Apoiador. Entrevista apoiador. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

Gostaria de estar escrevendo este texto somente para agradecer a solidariedade de milhares de pessoas que nos ajudaram nestes momentos difíceis de nossas vidas, e dizer que estamos pedindo a Deus que abençoe a todos. Mas infelizmente tenho que questionar pessoas como o Sr. José Fausto e deixar bem claro que nós da comunidade destruída de Bento Rodrigues, não somos mendigos pedintes e nem desonestos, somos pessoas que vivíamos em uma comunidade, trabalhamos para conquistar nossas coisas, éramos pobres, humildes, vivíamos em casas simples com pouca mobília como ele diz em seu belo texto, mas era tudo construído com muito sacrifício, com anos e anos de luta, cada coisa nova que a gente tinha era uma vitória. Gostaria que antes nos julgar ele se colocasse por um momento em nosso lugar. Imagine Sr. José o senhor ter que sair da casa onde passou toda a sua vida e ter menos de 10 min para fugir da morte sem ter como e nem tempo para pegar suas economias da vida inteira escondida em algum lugar de sua casa, uma foto de seus parentes falecidos, um quadro da parede, uma roupa que o senhor mais gostava, ou seja, não ter tempo de nada a não ser correr deixando para trás não só suas coisas, mas também seu cachorro amarrado atrás da casa, seu passarinho na gaiola, etc. Tentando salvar sua vida, ajudando seus vizinhos e sendo ajudado por eles, pense no nosso desespero, vendo toda nossa história, nossa vida, tudo ser soterrado, não ter como ajudar nossos amigos que perderam a vida, imagine o senhor ter tudo e de repente não ter nada. Não tem, Sr. José Fausto, dinheiro nenhum no mundo que pague o que passamos o que perdemos, e ainda ter que ouvir pessoas dizendo que somos culpados que estamos explorando, que temos casas melhores que as nossas, pois o senhor pode ter certeza que nós só queremos a nossa vida de volta, o que nos foi arrancado com tamanha crueldade. É muito triste sair aqui nas ruas e encontrar nossos vizinhos, estamos todos perdidos e desorientados, os idosos que só vinham na cidade uma vez por ano para revalidar a senha de seus benefícios estão adoecendo de tristeza por ficarem presos em belos apartamentos e mansões como estão dizendo por aí, pois preferiam estar em suas casas pobres com pouca mobília como diz, com a sua vida sua horta, seu pomar, seu espaço. Não sei escrever bonito como o senhor, pois não tive oportunidade de estudar e só tenho o ensino médio, mas tenho alma, coração e sentimento. (Figura 11)⁶⁵³

A resposta publicada já indicava um processo de criminalização dos atingidos que eu não esperava.

Os próprios moradores de Mariana eles meio que olhavam pros atingidos como inimigos. Uma coisa meio assim: “A culpa é de vocês! Porque vocês...” Os próprios atingidos já sentiam isso. A gente ouvia relatos com esse teor: “Vocês que tão barrando! A coisa não sai, a culpa é de vocês!” Eles sofriam com isso um certo preconceito...⁶⁵⁴

Algo semelhante se dava em relação às organizações políticas que apoiavam os atingidos. Eram tratadas como forasteiras, inclusive por parte dos atingidos, que se esquivavam de conversar com elas (Figura 12).

⁶⁵³SANTOS, Mônica dos. Não somos mendigos pedintes e nem desonestos. *Jornal Ponto Final*, Mariana, p. 2, 15 a 21 jan. 2016. Disponível em: <<https://jornalpontofinal.com.br/antigo/jornalpontofinalonline.com.br/download-jornal-informativo/Jornal%20Ponto%20Final%20-%20Ed.1032.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

⁶⁵⁴ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

Esse era o caso do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, que, desde o desastre, buscava mobilizar os atingidos e era criminalizado pela empresa, agentes públicos e mídia da cidade, bem como por vários atingidos, que diziam que o MAB tinha seus interesses próprios e eles não eram coincidentes com os dos atingidos, que queriam negociar, de imediato, uma solução definitiva para a recuperação das áreas afetadas ou reassentamento daqueles impactados pelo ocorrido. Segundo eles, o MAB parecia, na sua estratégia, querer protelar essa solução. O promotor foi importante para cancelar a participação da organização política junto aos atingidos, dadas as dificuldades que ela encontrou nos primeiros meses ao se aproximar deles (Figura 13).

Eles tinham uma grande desconfiança quanto ao MAB. Agora que ela conseguiu entrar. Eu considero uma ONG, uma organização, vamos colocar assim, importante e que presta um bom serviço para a sociedade, para os atingidos por barragens. O problema é que algumas vezes adota um discurso um pouco mais radical, e as pessoas mais simples não distinguem como aquilo ali é uma forma de pressão e o quanto é efetivo. Eu entendo o MAB, ele faz isto para manter a chama acesa e não deixar arrefecer, então ele é muito importante neste sentido. O MAB organizou protestos, levou faixas, ele tem uma experiência muito grande nesta área. Então eles demoraram para criar uma relação de confiança. De certa forma eu ajudei o MAB, demonstrando para os atingidos que logo após o evento apareceram vários aventureiros. Vocês não têm noção do tanto de ONG e organização que apareceu aqui, a imprensa estava também e dava microfone para eles, e o MAB continuou, e, olhe, se o MAB continuou, há uma diferença entre ele e outras organizações que tentaram agir, então foi assim que mostramos para eles a importância do MAB.⁶⁵⁵

Essa desconfiança com forasteiros⁶⁵⁶ também marcou a relação dos atingidos com a assessoria técnica da ASF durante todo o período que atuamos na cidade — o próprio MAB utilizou dessa confiança conquistada para em alguns momentos impedir nossa aproximação. Essas disputas são normais entre as entidades e precisam ser negociadas durante o processo de aproximação, afinal eramos de fato forasteiros.

Os associados da ASF que foram a Mariana naquele início de janeiro de 2016, além de fazerem parte da rede de apoio às ocupações urbanas de Belo Horizonte, estavam também participando de uma pesquisa contratada pelo CAO-DH – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário, como já indicado. A ida da ASF a Mariana foi vista pelos

⁶⁵⁵ Agente público. Entrevista agente público. 23 fev. 2016. Entrevista concedida a GG et al.

⁶⁵⁶ Aqui, a senhora confia no MAB? Aí passava mais um pouco e a mãe dele falava assim: a senhora acha que o MAB tá certo? Aí passava mais um pouco e ela falava assim: a senhora acha que a gente pode confiar no MAB? [Apoiadora, 6 abr. 2017]

representantes do MPMG como mais uma ação de apoio do CAO-DH, o que gerou outros problemas que perceberíamos posteriormente. Dentro do MPMG, havia uma disputa de competências entre o CAO-DH e a Cimos, a qual levava a conflitos velados entre as partes. Em Mariana, acabamos envolvidos nesse conflito sem saber e somente o descobrimos alguns meses depois, com o avanço da atuação.

Nesses primeiros contatos, além das reuniões com os representantes do MPMG e atingidos, também participamos de várias assembleias que eram convocadas pela Samarco. Nesses encontros coordenados pela Samarco, ficou evidente a necessidade da formação de uma assessoria técnica, abrangendo profissionais de vários campos como direito, arquitetura, engenharia, agronomia, psicologia, serviço social, dentre outros, que representassem os atingidos — isso era mais relevante até que o suporte ao MPMG — já que estes ficavam sem contrapontos técnicos a partir de sua frágil condição para restituição de seus direitos atingidos pelo crime sócio-técnico. As assembleias e reuniões convocadas pela Samarco eram sempre momentos para a apresentação do que a empresa estava realizando na reparação dos problemas gerados pelo desastre. As respostas eram sempre incompreendidas pelos atingidos, os quais nunca entendiam o discurso tecnocrático que a empresa adotava, e, por sua vez, os técnicos que a representavam pareciam não perceber o quão violenta era aquela atitude (Figura 14). Apesar da constante tentativa de construir uma relação afetuosa com todos os atingidos, chamando, por exemplo, cada um pelo nome, o corpo técnico utilizava, na sequência, estratégias de comunicação completamente estranhas aos atingidos, que vinham, em sua maioria, de áreas rurais e eram pouco habituados com aquela linguagem. Numa dessas assembleias, um técnico da Samarco pediu a fala, todo animado, para apresentar aos atingidos um *flyer* com a programação cultural na cidade de Mariana, do mês de janeiro de 2016, que seria patrocinada pela empresa. Os atingidos teriam a oportunidade e exclusividade de sabê-lo em primeira mão. Eu estava na plateia ao lado de um senhor que tinha uma pequena propriedade rural nas proximidades de Paracatu de Baixo. Ao ouvir a palavra *flyer*, resmungou, assustado, do que se tratava aquilo? Seria alguma coisa que o afetaria novamente? Nesse mesmo dia, outro funcionário da Samarco comunicou aos presentes que estava realizando estudos nas áreas rurais atingidas — vale ressaltar que quase todas praticavam uma agricultura de subsistência ou de lazer — e via, no desastre, uma oportunidade para mudar a lógica das práticas de manejo da terra na região, tornando a atividade agrícola mais

eficiente e um agronegócio. O mesmo senhor ao meu lado resmungou novamente, sem entender nada do que era dito.⁶⁵⁷

Nesse período, participamos de outras reuniões, muitas das quais promovidas pela empresa. Numa delas, ocorrida numa casa de evento próxima à entrada da cidade, fomos convidados a nos retirar de uma sala, pois aquele seria um momento para a empresa estabelecer um diálogo direto com os atingidos, sem a mediação de agentes externos (Figura 15). Estavam presentes representantes da Vale S.A., da BHP Billiton, o prefeito, representantes dos vereadores e renomados representantes de universidades de todo o mundo para buscarem, juntos, uma saída com os atingidos. Como sou professor universitário, me apresentei como representante da PUC Minas e da UFMG, e recebi como resposta que nenhuma universidade local estava sendo convidada a participar, devido à forte comoção que elas estavam manifestando em vários eventos, e isso prejudicaria a serenidade necessária para construir uma saída justa para o desastre (Figura 16).

O inadequado procedimento⁶⁵⁸ da Samarco nesses primeiros contatos manifesta, para além de uma continuação do crime cometido, mais uma oportunidade para o surgimento do clássico discurso competente que se repete sempre que há um conflito que demanda a presença de técnicos: “Neste dia um outro arquiteto que estava conosco ficou conversando com um técnico da Samarco sobre a necessidade e explorar outros materiais para explicar sobre o lugares para reassentamento, ele explicava que os atingidos não participavam mais das reuniões porque diziam estar cansados de ver terreno virtual”.⁶⁵⁹ No campo da arquitetura e do urbanismo, temos na história do setor alguns eventos que ajudam a compreender como esse discurso competente acerca da produção social do espaço é constituído. O caso de Mariana demanda dos técnicos uma retomada das discussões que envolvem a temática da Reforma Urbana, especificamente aquelas acerca da prestação de serviços técnicos para populações vulneráveis do país, como era o caso dos atingidos de Mariana. No Brasil entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve mobilizações

⁶⁵⁷ A Samarco falou o quê? Que o dinheiro era pra quê? Pra comer! Então eu vou comer! Porque quando eu voltar eu não vou ter isso, não! [Atingida, 6 abr. 2017]

⁶⁵⁸ Então eu acho que, se vai fazer a ocupação, que ela consiga respeitar aquele espaço, e de certa forma, a legislação aí ajuda. Se for tudo muito permissivo, a reassentamento poderia entrar quase que fazendo uma mineração lá também, construindo esses muros de arrimo gigantescos, você tem que ter o dispositivo legal te assegurando para barrar absurdos. [Agente público, 18 set. 2018]

⁶⁵⁹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 6 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

relevantes da sociedade civil pela inserção das camadas mais pobres no processo de modernização do país a partir da premissa da justiça social. As reformas de base do Estado e da sociedade foram reconhecidas como necessárias para que o Brasil se tornasse 'moderno'. Dentre essas reformas de base, a urbana ganhou destaque, e teve a participação dos arquitetos e urbanistas e suas entidades de classe. Em 1963 foi realizado, pelo IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, no Hotel Quitandinha em Petrópolis/RJ, considerado um marco histórico da discussão no país. Apesar da centralidade do tema habitação no evento, nos seus anais destaca-se uma discussão que passa pela regulação do mercado imobiliário e o controle dos custos da terra urbana,⁶⁶⁰ havendo pouco espaço para as questões relacionadas à participação do povo na construção do que seria a Reforma Urbana. A exceção é a afirmação número 8 dentre as dezessete que destacam esse aspecto: “8) política habitacional associada à formação de consciência popular e a participação do povo em programas de desenvolvimento de comunidades”⁶⁶¹

Não há registros de procedimentos a serem adotados com as camadas pobres quanto à autoprodução do espaço. Os anais do encontro ainda mantêm seus vínculos com as práticas institucionalizadas e com a condução do processo de produção do espaço urbano por arquitetos e urbanistas, sem considerar essa autoprodução como também um processo legítimo. No reassentamento ou reconstrução dos lugares atingidos, a autoprodução do espaço deveria ser central, já que aqueles grupos sócio-espaciais produziam esses lugares até então sem a interferência de técnicos e foram arrancados dessa condição num piscar de olhos (Figura 17).

Essa inadequação do discurso técnico, manifestado pela Samarco e, em alguma medida, pelos outros outros agentes que se envolveram (inclusive a assessoria técnica de que participei), precisa ser compreendida sob um prisma histórico para maior clareza quanto às suas contradições. Esse quadro marcado pela condução institucional do processo, dominado por interesses de uma grande empresa, culminando com a reconstrução ou o reassentamento em termos definidos pelas instituições, não pelos sujeitos impactados, decorre, em certo sentido, do golpe

⁶⁶⁰ FRANCISCONI, Seminário de Quitandinha e Q+50, 2013.

⁶⁶¹ AZEVEDO & FREITAS, O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular, 2014, p. 767.

militar de 1964 e do Estado autoritário a que dá origem. Isso porque, com esse evento, houve um esvaziamento das entidades da sociedade civil outrora articuladas para a discussão e a implementação de reformas.⁶⁶² Discussões como aquelas realizadas no seminário de Quitandinha em 1963 foram deixadas de lado e algumas de suas pautas sobre a moradia foram incorporadas com a criação do bnh — Banco Nacional de Habitação,⁶⁶³ indicando a partir de então que a moradia no país seria tratada como passivo financeiro, condição na qual foram 'incluídos' os grupos sócio-espaciais em Mariana afetados pelo desastre de 5 de novembro de 2015 (Figura 18).

Após vinte e um anos de ditadura, a redemocratização do Estado brasileiro coincide com o surgimento do neoliberalismo, do qual o nascimento da Samarco, ao final dos anos 1970, com a exploração da atividade minerária por agentes privados, já era manifestação. As resoluções dos problemas gerados por esse desastre seriam conduzidos também a partir dos interesses privados, com o Estado se eximindo de conduzir os procedimentos. Nesse momento somente o MPMG se posiciona como agente defensor do interesse público, mas ainda assim operando num contexto institucional com as características que marcam o neoliberalismo, ou seja, uma administração pública que não deve atuar nas atividades produtivas, devendo, pelo contrário, se dedicar a questões consideradas necessárias à sociedade, mas que não gerem retornos financeiros. O reassentamento foi tratado como algo relacionado à saúde financeira da empresa responsável pelo crime, não com a qualidade da condução do processo para os grupos sócio-espaciais atingidos.

Diante disso, o trabalho dos arquitetos e urbanistas como assessores técnicos se dá sob preceitos institucionalizados,⁶⁶⁴ sendo a Lei nº 11.888 (conhecida como Lei da Assistência técnica) um dos instrumentos que legitimava a atuação. Porém, a referida lei apresenta também suas contradições, as quais foram sendo construídas junto com o campo profissional, relacionadas também com a ideia do discurso

⁶⁶² ALVES, Estado e oposição no Brasil, [1984] 1989.

⁶⁶³ O BNH, criado em 1964, inaugura uma política habitacional vultuosa no que concerne aos recursos financeiros, mas muito mais destinada à estabilidade da economia do que à efetiva melhoria das condições de moradia da população. O novo contexto fez da política habitacional uma oportunidade de acumulação de capital e restringiu ainda mais o acesso dos pobres à moradia nas grandes cidades por vias formais. Com o forte crescimento econômico e urbano do país nos anos 1960 e 1970, a situação se agravou: aumentava a demanda por terra urbana e inexistia oferta imobiliária para famílias de baixa renda. O resultado foi o crescimento de favelas e outras formas de ocupação em diversos graus de informalidade.

⁶⁶⁴ Eles não sabiam explicar, tinham que seguir a lei para fazer o reassentamento. E a lei, o lote é tantos metros, a rua tem que ter tanto, e não sei quê, não sei quê. [Apoiadora, 6 abr. 2017]

competente. Consoante essa norma, a centralidade no trabalho técnico do arquiteto urbanista é um dos problemas e limites, o que acaba refletido no pouco rebatimento que até hoje ela teve na sociedade brasileira, sendo vista até com certo desdém pelos demais profissionais envolvidos com a produção social do espaço. A discussão da assistência técnica fica restrita aos arquitetos, com um tratamento vinculado à valorização profissional,⁶⁶⁵ dando pouca relevância para a natureza interdisciplinar da produção social do espaço e colocando os arquitetos urbanistas como uma vanguarda técnica nessa dimensão da experiência humana e dotados de um discurso de neutralidade que obviamente não é uma realidade. Acreditar na neutralidade de uma atuação técnica é uma ingenuidade que favorece a manutenção de relações de dominação que os técnicos parecem não considerar, ou preferem se autoenganar para manter seus privilégios.

A condição autônoma que a neutralidade técnica confere à sua atuação, evidencia o seu papel de garantir o funcionamento do sistema, ou seja, tal papel é necessário para manter a reprodução do capital. A Samarco nesses primeiros momentos deixa isso claro, mas também o fazem os outros agentes que chegam para se contrapor ao que ela colocava, como era o caso das assessorias atuando junto com o MPMG. Uma atuação a partir do Estado e de suas institucionalidades não pretende romper com o sistema, e sim manter as coisas como estão, fato cada vez mais evidente no decorrer dessa experiência. Os limites para um eventual avanço para além do que o sistema oferece sempre são sobrevalorizados (Figura 19).

A autonomia do Estado em relação aos agentes econômicos, sendo real porque advinda das concretas relações econômicas capitalistas, é relativa se tomada justamente em tal nível estrutural. Capitalismo e Estado se relacionam no nível das formas e estruturas, não no nível da eventual contingência da captura do poder pela classe burguesa. O Estado é capitalista não por causa das variadas classes que disputam ou possuem diretamente seu domínio. Também os Estados cujos governos são dominados por membros ou movimentos das classes trabalhadoras são necessariamente capitalistas. [...] o Estado mantém a dinâmica capitalista ainda quando seus dirigentes declaram oposição às classes burguesas.⁶⁶⁶

Outro aspecto muito explorado pela Samarco naquele início foi a valorização do empreendedorismo, tratado como uma possibilidade para superar os problemas gerados pelo desastre.

⁶⁶⁵ CARDOSO & LOPES, *Assistência e assessoria técnica*, 2019, pp. 12-13.

⁶⁶⁶ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 46.

Nas discussões do empreendedorismo os embates políticos que envolvem desastres sócio-técnicos ficam esvaziados. É uma estratégia eficiente para explorar a suposta neutralidade, colocando numa condição confortável os conflitos provenientes dos impactos do que aconteceu, do que acontecerá durante o processo de resolução dos problemas gerados com o desastre e mesmo no futuro, com a retomada das atividades minerárias pela empresa. Nessa perspectiva o rompimento da barragem é tratado como uma oportunidade de crescimento econômico para os grupos sócio-espaciais atingidos. A estratégia também valoriza a dimensão individual para superar os problemas, chamando pouca atenção para os aspectos coletivos que a sua superação demanda (Figura 20).

Naquele primeiro contato, acompanhamos também as discussões para a escolha dos terrenos para os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Eles eram uma caricatura dos processos participativos: as informações para tomar as decisões eram apresentadas, contudo, ninguém entendia seu conteúdo, as decisões eram tomadas no escuro, as assembleias serviam como instrumentos para validar uma participação que de fato não acontecia. Nos primeiros meses os atingidos participavam das reuniões, mas, com o tempo, deixaram de comparecer, afinal ninguém entendia nada e as decisões já pareciam ter sido tomadas. Como lembra Marcelo Lopes de Souza: “A retórica da participação é simpática, mas, não raro, vazia e enganosa, exatamente quando se subestimam os vários obstáculos ou quando se tenta ‘vender gato por lebre’”.⁶⁶⁷

Na assembleia para apresentar as possibilidades dos terrenos para o reassentamento de Paracatu de Baixo, os funcionários da Samarco e terceirizados expuseram os três terrenos para uma plateia esvaziada, com poucos atingidos presentes. Nas apresentações, os diferentes técnicos utilizavam um discurso distante da realidade local. Quando os técnicos da hidrogeologia foram apresentar seu relatório sobre os três terrenos para escolha dos atingidos, foi possível perceber resmungos de quem estava tendo dúvidas e não entendia nada do que era falado.

Estava falando o geólogo. Falou de caverna rupestre, pensei: “– Meu Deus! Que delírio! Onde isso vai dar!” Aí passou para o hidrólogo, fazendo a análise da água, dos pontos de coleta, mas também não explicava. Teve um momento, ainda no geólogo que ele mostra uma área de escorregamento, que ele coloca uma figura como escorregamento. Na semana anterior eu

⁶⁶⁷SOUZA, *Mudar a cidade*, 2008, p. 389.

tinha usado a mesma imagem para falar de mitos, aquilo não é escorregamento! Gente eu não tô aguentando mais não. Eu vou ter um ataque!⁶⁶⁸

No fechamento da reunião, os funcionários da Samarco entregaram para os representantes dos atingidos de Paracatu de Baixo três fichários com várias páginas, contendo o diagnóstico de cada um dos terrenos, e sugeriram um prazo de quinze dias para uma nova assembleia para a escolha final. Apesar de parecer absurdo, a Samarco estava melhorando seus prazos — na escolha do terreno de Bento Rodrigues, ocorrida em março de 2016, ela havia dado cinco dias para que fizessem a escolha.

No momento da aprovação do terreno tinha um pouco mais de três meses do desastre. No início de março de 2016 eles escolheram o terreno e de uma forma muito precária, uma escolha baseada em mapas de manchas, uns mapas de declividade. Até os técnicos, arquitetos, engenheiros, que não estão habituados com esse tipo de discussão não entende imediatamente este tipo de informação. Ele tem que chegar e prestar atenção, por que se não, ele não entende. E a coisa foi encaminhada dessa forma. Foram realizadas visitas no terreno, mas, de forma muito precária, com informações muito precárias para que as pessoas tomassem a decisão.⁶⁶⁹

Ao término dessa assembleia, aproximamo-nos dos técnicos da Samarco para uma conversa, externamos nossa completa discordância com a atitude violenta e desrespeitosa com que eles vinham desenvolvendo os materiais técnicos e os apresentando para os atingidos. Sugerimos que eles buscassem instrumentos para melhorar essa linguagem, pois, caso não o fizessem, a situação seria agravada no futuro. A partir de então passaram a desenvolver maquetes físicas dos terrenos para escolha dos atingidos de Paracatu de Baixo. Apesar dessa tentativa a linguagem técnica continuou sendo um dos grandes desafios no desenvolvimento das propostas de reassentamento (Figura 21).

Nos primeiros seis meses de atuação da ASF em Mariana, além das reuniões na cidade, participávamos também de vários encontros em Belo Horizonte com o MPMG, na tentativa de conceber uma assessoria jurídica e técnica para os atingidos de Mariana. Participavam desses momentos, pelo MPMG, o cao-dh e a Cimos, e os

⁶⁶⁸ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 6 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁶⁶⁹ Apoiador. Entrevista apoiador. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

agentes da sociedade civil: Coletivo Margarida Alves, Cáritas, professoras da UFOP vinculadas ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Direito, além da ASF Brasil.

Durante esse período surgiu a possibilidade de um projeto que seria apoiado pela Fundação Ford⁶⁷⁰ (Figura 22) e proposto pela Cáritas Brasileira MG (Figura 23), nomeado "Projeto de Fortalecimento das Ações de Apoio Comunitário desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a Promoção, Garantia e Efetivação dos Direitos dos Atingidos pelo rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão na Comarca de Mariana-MG".

A proposta partia do princípio de que a reparação dos atingidos geraria novas violações de direitos, e uma assessoria técnica e jurídica que estivesse próxima deles, esclarecendo e apresentando seu ponto de vista, minimizaria essa condição de vulnerabilidade. A proposta fortaleceria as ações de apoio comunitário que o MPMG vinha prestando à população atingida desde o desastre. Ela tinha o seguinte objetivo: "Prestar apoio técnico especializado para o fortalecimento das Ações de Apoio Comunitário desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) com vistas à promoção, garantia e efetivação dos direitos dos Atingidos pelo rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, na Comarca de Mariana-MG."⁶⁷¹

A expectativa com esse projeto era ampliar a participação dos atingidos na elaboração do que estava sendo proposto e desenvolvido para o reassentamento, fortalecendo as ações que já eram realizadas pelo MPMG, estreitando ainda mais os laços entre o Ministério Público estadual e a comissão dos atingidos que coordenava e organizava a população de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Uma das grandes preocupações do projeto era disseminar e fazer circular as informações referentes ao reassentamento entre os atingidos com uma linguagem adequada que considerasse suas características socioculturais.

O projeto elaborado no primeiro semestre de 2016 foi aprovado e começou a ser realizado no final do segundo semestre daquele ano.

⁶⁷⁰A Fundação Ford é uma entidade estadunidense que financia programas de promoção da democracia e redução da pobreza. A entidade atua no Brasil desde os anos 1960 conforme declara no seu site: "Desde 1962 incentivamos o debate aberto e a ação relacionados aos principais desafios enfrentados pelo Brasil: fortalecer os valores democráticos, promover a cooperação internacional e erradicar a pobreza e a injustiça." FORD Foundation. História. Disponível em <<https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/history>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

⁶⁷¹CÁRITAS Brasileira, Projeto de Fortalecimento das Ações de Apoio Comunitário desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a Promoção, Garantia e Efetivação dos Direitos dos Atingidos pelo rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão na Comarca de Mariana-MG, 2016, p. 9.

Fomos em abril (2016) convidados pelo MPMG a ser a assessoria de confiança dos atingidos, nos convidaram para nos apresentarmos à comissão dos atingidos. Na primeira reunião fomos lá e falamos o que é a Cáritas. Nós falamos assim: “Nós estamos dispostos a ajudar a construir um projeto com vocês, depois se seremos nós a gerir ou a construir aí vão ser... nós temos que construir uma confiança com vocês. Vocês podem escolher outra, mas nós queremos deixar com vocês aqui um saldo de construção do projeto”. Então ficamos de abril a outubro indo toda segunda-feira lá na reunião da comissão dos atingidos, falando e ouvindo. Em Mariana eles não quiseram o MAB; preferiram a Cáritas, mas o MAB ajudou muito a gente com a experiência que eles têm de reconstrução em outros lugares. Em outubro (2016) fechamos o projeto e fomos aprovados pela comissão. Nesse meio tempo também tivemos três diálogos com a Samarco, também para eles poderem apreciar o projeto e fazer os questionamentos devidos. E aí fechamos o projeto em outubro. No dia 15 de outubro a assembleia aprovou o projeto e aí a gente começou a fazer o trabalho. Fomos convidados pelo Ministério Público e construímos a confiança com os atingidos.⁶⁷²

Este projeto bem como as outras estratégias de assessoria adotadas nessa experiência partem do reconhecimento da dificuldade de engajamento dos atingidos nas estruturas burocráticas que se relacionam com a restituição de seus direitos. A Samarco sabia operar estas estruturas burocráticas, o desafio era garantir que os atingidos também o pudessem fazer, utilizando-as para atender seus interesses a partir de uma assessoria técnica que estivesse próxima e apoiada pelo MPMG. Essa condição indica os limites do projeto e da atuação da assessoria junto aos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Uma atuação institucionalizada acaba por reproduzir o que já está posto, dificultando sua superação e muitas vezes reforçando aspectos contraditórios que em última instância levaram ao próprio desastre. Essa contradição é resultado de um imbricamento das práticas institucionais com os interesses capitalistas, uma condição pouco discutida, refletida e admitida, que nesta experiência ficará negritada.

Logo após o rompimento da barragem, a Samarco buscou empresas que teriam capacidade técnica e produtiva para atender às necessidades emergenciais referentes aos projetos de arquitetura e urbanismo, e a Dávila apresentou proposta técnico-financeira de acordo com o escopo de serviços solicitados. A proposta foi analisada, discutida e negociada, e, por fim, a Samarco optou por nos contratar.⁶⁷³

Um engajamento coletivo é quase sempre um grande desafio. Em grupos sócio-espaciais como aqueles formados pelos atingidos de Bento Rodrigues e

⁶⁷² Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁶⁷³ Arquitetos do projeto de reassentamento. Entrevista arquitetos do projeto de reassentamento. 24 out. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

Paracatu de Baixo, ocorre uma resignação fruto do próprio trauma sofrido com o desastre sócio-técnico. Nesse caso um enfrentamento institucionalizado, mesmo que apresente vários limites e contradições, pode ser uma possibilidade para avançar na restituição de parte da vida que se perdeu.

Toda vez que a gente mexe em um lote, a gente mexe com todo um traçado urbano, a gente mexe com todo mundo. E mexer com todo mundo a gente mexe com todas as expectativas de novo... Então sempre... isso é recorrente, assim... as expectativas estão sempre sendo mexidas, assim, esse cuidado e tudo...

Tem algumas coisas de fato que me fez questionar muita coisa dentro dessa questão burocrática. Por exemplo, eu tava analisando um reassentamento, com todas as peculiaridades com uma legislação de parcelamento, não de reassentamento. É difícilimo. Por exemplo, a questão de afastamento, de recuo, às vezes me vem muito a questão de salubridade dessas casas, eu não conhecia as casas deles antes, isso me batia muito forte, então eu achava necessário, mas também, eu sou uma diante de trezentas e tantas famílias. É uma outra forma de viver.⁶⁷⁴

4.1.2 Segundo momento em Mariana: uma ação institucionalizada direta

4.1.2.1 Ensaio de uma assessoria técnica

Em meados de 2016, conseguimos um pequeno apoio financeiro da Brazil Foundation (Figura 1). Essa entidade mobiliza recursos para apoiar financeiramente ações que promovam “igualdade, justiça social e oportunidades para os brasileiros”.⁶⁷⁵ No final do segundo trimestre de 2016, a entidade abriu um edital voltado para apoiar ações que estivessem ocorrendo em Mariana. Participamos e conseguimos o apoio. Nossa proposta pretendia desenvolver a assessoria técnica que vínhamos concebendo junto com os outros parceiros nas reuniões coordenadas pelo MPMG. Como era um recurso muito pequeno, organizamos a sua utilização no que tratamos como um piloto da assessoria técnica, que ocorreu em Bento Rodrigues durante os meses de junho e julho de 2016.⁶⁷⁶

No ensaio já entendíamos que o fenômeno era complexo e necessitava o envolvimento de diferentes disciplinas no seu desenvolvimento, evitando análises parciais e restritas as diferentes áreas do conhecimento que se envolveram: éramos

⁶⁷⁴ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁶⁷⁵ Disponível em: <<https://brazilfoundation.org/quem-somos/?lang=pt-br#menu-our-community>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

⁶⁷⁶ Os trabalhos de campo ocorreriam durante quatro dias da semana, de segunda a quinta-feira; às sextas-feiras fazíamos reuniões internas, em Belo Horizonte, para alinhar e avaliar o trabalho realizado, bem como organizar as semanas seguintes.

cinco arquitetos, dois cientistas sociais, um historiador e uma psicóloga: “Neste sentido, tornou-se indispensável debruçar sobre cada uma das áreas do saber envolvidas para estabelecer um diálogo que possibilitasse construir e percorrer um caminho que permitisse compreender, em sua totalidade, a dinâmica do fenômeno em análise.”⁶⁷⁷

Um aspecto que consideramos, a partir de um semestre de envolvimento com a situação, era aquela mais um experiência de resistência, portanto a assessoria técnica não deveria desempenhar um papel de controle dos atingidos, uma condição que demandaria atenção até pela parceria com o MPMG, que, naturalmente, enquadrava as demandas de restituição dos direitos dentro dos preceitos institucionais. A atuação, neste caso, deveria buscar uma postura crítica dos atingidos e dos parceiros no desenvolvimento do trabalho. Essa escolha nos levou a uma aproximação com os atingidos, mas não pelas vias já estabelecidas, como a comissão dos atingidos que se formou nos primeiros meses após o desastre. Desse modo, ela teria consequências que seriam administradas e determinariam alguns conflitos que serão esclarecidos no decorrer desta narrativa.

Na nossa concepção defendíamos que a assessoria técnica trabalharia com a memória sócio-espacial dos lugares que haviam sido atingidos, a fim de provocar e mobilizar os atingidos na concepção do reassentamento, que até então era conduzido pela Samarco e, posteriormente, o seria pela Fundação Renova.

Até então, participávamos de várias reuniões com os atingidos, porém em espaços e condições muito institucionalizados, mediados pela empresa ou pelo MPMG, e, com isso, não conseguíamos, a partir desses encontros, ter um contato eficiente com a memória sócio-espacial dos atingidos e contribuir com provocações no desenvolvimento dos estudos para reassentamento apresentados pela Samarco. Nós não entendíamos os lugares afetados, tampouco o dia a dia em Mariana, onde os atingidos aguardavam o reassentamento definitivo. Conhecer-los era essencial para a concepção de assessoria técnica que desenvolvíamos em Belo Horizonte, ainda sem a sua participação.⁶⁷⁸

⁶⁷⁷LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p.8.

⁶⁷⁸ Foram pra lá cinco horas da tarde e ficaram fazendo o trem. Nas Ciências Sociais tem uns malucos que falam que entrevista tem tempo de duração. E tem. O tempo de duração é o quanto o outro quiser falar. Agora, se o outro te abre espaço e deixa você falar e ele fala e ele quer falar, você fica lá quatro, cinco, seis horas. [Apoiadora, 16 abr. 2017]

Assim, na busca de contribuir para a elaboração de soluções participativas de reassentamento das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério, empreendeu-se profunda reflexão para a consecução de uma metodologia de abordagem qualitativa que, através de um exercício de memória de seus ex-moradores, permitisse minuciosa reconstituição dos dois povoados. Nesta tarefa o maior desafio posto foi: “Como abordar as famílias sem lhes fustigar mais angústia e sofrimento?”.⁶⁷⁹

Na discussão da memória sócio-espacial, o conceito de lugar é considerado, e as experiências de vida nas localidades atingidas que atribuem sentido e significados seriam retomadas nas lembranças e memórias que deveriam orientar a atuação da assessoria.

A memória é abordada como um aspecto das experiências coletivas nos lugares que foram enlameados no dia 5 de novembro de 2015, as lembranças e rememorações dos atingidos com quem conversaríamos seriam evidência dos processos sociais coletivos vividos pelos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Como diz Eclea Bosi, “*A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora*”.⁶⁸⁰ As recordações dos lugarejos se somariam a condição de atingido, que então construía também uma nova trajetória em Mariana. Durante a espera pelo reassentamento definitivo, as lembranças se juntariam àquele momento vivido, construindo novos significados e processos sócio-espaciais, que deveriam ser considerados no acompanhamento daqueles grupos sócio-espaciais.

Mesmo nessa condição de exilados da própria vida, esses grupos são portadores de processos sócio-espaciais que aconteceram no lugar cuja experimentação nos moldes anteriores ao evento traumático se encontra interdita. O acesso a eles é possível, mas nunca mais como antes do ocorrido. Os atingidos rememoram o que havia sido com base nos escombros do que sobrara e constroem uma nova experiência num lugar que não é seu, a cidade de Mariana e os outros locais onde haviam sido assentados provisoriamente. Essa condição de exílio não impede que os grupos sócio-espaciais retomem as memórias e lembranças dos lugares onde antes haviam habitado e vão contaminando o tempo então vivido com suas experiências pregressas.

A assessoria pretendia, com seu trabalho, o resgate dessa memória para contribuir na mobilização e reorganização dos grupos sócio-espaciais de Bento

⁶⁷⁹LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p.3..

⁶⁸⁰BOSI, *Memória e sociedade*, 1994, p. 36.

Rodrigues e Paracatu de Baixo, na retomada dos lugares que se encontravam ainda enlameados e impedidos de ser novamente moradias e espaços para viver. Esse processo também seria determinante na construção dos novos lugares para o reassentamento definitivo, que começaram a ser escolhidos desde o início de 2016: “Essa memória é fundamental, para acessá-la tem que ter tempo. Não pra chegar lá e fazer algo burocrático! É com uma entrevista em profundidade, fomos procurando saber, fomos perguntando, nós entramos na privacidade dos outros.”⁶⁸¹

A memória até aquele momento era negligenciada pelos atores institucionais envolvidos, tratada como uma dimensão subjetiva que impedia a eficiência no atendimento aos processos de restituição e reparação dos direitos dos grupos sócio-espaciais atingidos. Nós, da assessoria, a entendíamos como uma complementação essencial ao trabalho desses agentes institucionais ou que operavam com essas ferramentas, como era o caso do MPMG e também da Samarco nos seus esforços para retomar com o máximo de brevidade suas atividades. Sartori e Valencio destacam como a memória merece atenção no que concerne a populações afetadas por desastres como o ocorrido em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo:

A memória em torno de um desastre vivenciado consiste em uma abordagem que permite compreender as ligações entre as dimensões materiais e as dimensões simbólicas do tecido microssocial comunitário imerso nesse acontecimento trágico, possibilitando um novo entendimento do sujeito no mundo, abordagem esta que a interpretação institucional recorrentemente descarta. Tais ligações são as que permitem revelar que, por detrás da crise aguda — frequentemente denominada como sendo “o dia do desastre” —, desenvolve-se uma crise crônica, na qual tanto as insuficiências quanto as omissões de providências públicas voltadas para os grupos sociais mais fragilizados resultam em debilitá-los ainda mais.⁶⁸²

Os grupos sócio-espaciais diretamente afetados pelo desastre tinham hábitos cooperativos e comunitários mais arraigados, práticas que valorizam a vida coletiva e são menos individualistas. Essa condição sofre mudanças com o passar do tempo, os hábitos que adquirem com a experiência provisória e o direcionamento que as reparações vão assumindo deixam mais evidentes atitudes individualistas, a nova memória se apresenta mais fragmentada, sem a construção coletiva que caracteriza a experiência de vida antes do desastre. O exílio leva os grupos sócio-espaciais à dispersão com um passado comum construído sobre um suporte espacial que não

⁶⁸¹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁶⁸²SARTORI & VALENCIO, *O desastre vivenciado*, 2016, p.185.

existe mais. A memória sócio-espacial se apresenta como uma tentativa de costura para o futuro assentamento definitivo (Figura 2).

Na abordagem da memória sócio-espacial outro conceito explorado foi o de contestatário, do antropólogo peruano José Matos Mar. A partir do estudo dos povos andinos que formam as *barriadas* em Lima desde os anos 1940, ele estuda a atenção ao olhar interno, que carrega a experiência do lugar, e não um olhar externo, que não o experimentou e quer ordenar a partir de preceitos que não aqueles dos grupos sócio-espaciais.

Jonh Turner, arquiteto inglês que nos anos 1960 também estudou as mesmas *barriadas* peruanas investigadas por Matos Mar, chama a atenção para as questões internas de um espaço, as quais fazem este último parecer um caos para aquele que não participa diretamente de sua produção.

Visualmente las barriadas son muy impactantes, sobre todo si se ven desde un helicóptero, pero solo lo son para el forastero. El habitante tiene un punto de vista distinto: las observa como el arquitecto contempla su edificio en las delicadas fases de crecimiento; no como el desorden y el caos que percibe aquel que no está familiarizado con ellas, sino más bien como una promesa de lo que vendrá y, sobre todo, como una conquista cuya existencia se autojustifica y cuyo aspecto exterior es irrelevante.⁶⁸³

A compreensão das lógicas internas dessa produção é essencial para uma atuação nos seus processos. O acesso à memória sócio-espacial dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo tem esta intenção para a assessoria técnica: indicar os limites da atuação, respeitando os grupos sócio-espaciais com suas questões internas, sem atropelos para não os submeter a uma violência ainda maior (Figura 3).

Esses grupos sócio-espaciais já eram excluídos no contexto de Mariana. Com o desastre da Samarco, essa exclusão fica exposta, manifestada por exemplo na estigmatização e criminalização a que são submetidos ao serem obrigados a sair dos seus lugarejos distantes e passarem a viver na cidade. Suas práticas são naturalmente ditadas por sua pobreza, insegurança e condições difíceis de vida. Contudo, trata-se de uma população com pouco compromisso com as práticas urbanas. O que eles possuem — os hábitos, as relações de parentesco e a vida comunitária que existia no lugar atingido — sem dúvida os ajuda a se sentirem um pouco mais confortáveis nesse exílio, para onde transplantam parte do que viviam no

⁶⁸³TURNER, *Autoconstrucción*, 2018, p. 44.

lugar que não existe mais. Usualmente não tratada como estratégia de resistência política, a memória sócio-espacial a ser mobilizada pela assessoria técnica pode contribuir para organizar a pauta da restituição e da reparação de direitos dos atingidos.

Com essa trajetória própria na exclusão, a ‘inclusão’ imposta pelo desastre deve ser feita com cuidado para não atropelar processos já estabelecidos. A assessoria considera que a memória sócio-espacial seria uma baliza para essa reparação, respeitando a trajetória desses grupos sócio-espaciais afetados pelo rompimento da barragem em 5 de novembro de 2015.

4.1.2.2 Bento Rodrigues

Uma das primeiras ações desse ensaio de assessoria técnica foi visitar Bento Rodrigues. Após seis meses de atuação em Mariana, a ASF ainda não tinha conseguido ir ao local. Para meu espanto, descobri, na ocasião, que vários agentes do MPMG que tinham um importante papel no trabalho desenvolvido com os atingidos da cidade também nunca tinham ido. Isso evidencia como a produção do espaço é percebida como pouco relevante para a compreensão dos grupos sócio-espaciais. No caso dos atingidos de Mariana, os lugares afetados eram a manifestação coletiva dos atingidos, mas, ainda assim, eram pouco considerados para além de sua condição de objeto danificado a ser restituído a seus proprietários ou reparado.

No dia 18 de junho de 2016, seis meses após nossa primeira ida a Mariana, marcamos com um atingido de Bento Rodrigues uma visita acompanhada ao distrito. Nós o encontramos num posto de gasolina, na estrada BR-356, na entrada de Mariana; ele morava nas redondezas, numa casa alugada pela Samarco. Estavam nessa visita os associados da ASF que, desde o início de 2016, participavam dos trabalhos em Mariana (Figura 4).

No caminho para Bento Rodrigues, o nosso guia apresentou-nos o terreno da Lavoura, local escolhido, em março daquele ano, para o reassentamento definitivo da população do distrito (Figura 5). A estrada de acesso ao antigo Bento passava pelo centro do terreno, uma grande lavoura de eucaliptos — por isso o nome —, o que impedia uma melhor visualização do lugar escolhido para o reassentamento. Víamos que era um terreno com grandes declividades, diferente do antigo Bento, que ficava numa várzea às margens do Rio Gualaxo do Norte.

Eu acho que foi muito precipitada, a tirar por ele não estar, inclusive, em uma área urbana. Foi uma grande movimentação para aquilo acontecer, não teve nenhum critério na escolha do terreno. É um reassentamento urbano onde não se localizam manchas urbanas. Não existe terreno, Mariana já tá super lotada, a parte urbana de Mariana tá super lotada. Então qual que é o primeiro passo? Então, dá pra transformar? Eu acho que tinha que ter tido essa discussão primeiro. Por que é um processo difícil, para gente já era para estar pronto, revisado o todo o plano diretor todo. Tempo pra isso teve, por que se foi em 2015, então de fato foi precipitado. Isso não foi nem posto em pauta, a questão de ser área urbana ou não.⁶⁸⁴

Durante todo o percurso, nosso guia contava sobre sua vida em Mariana depois do desastre e como a cidade era diferente de Bento Rodrigues, salientando algumas diferenças importantes, como uma pequena horta que tinha em sua casa no distrito atingido e que não era possível cultivar em Mariana, já que morava num bloco de apartamentos e não tinha quintal. Uma familiar sua começou o plantio de uma horta numa pequena praça, na frente ao edifício, entretanto ela foi destruída pelas crianças que moravam na região. Descobrimos que o guia morava na parte alta de Bento Rodrigues, o Alto do Papagaio, e sua casa não havia sido diretamente afetada no dia do desastre pela lama da barragem; ele assistira a tudo pela janela do seu quarto, como num camarote, no dia 5 de novembro. Apesar de a casa não ter sido afetada, ele e sua família — bem como moradores de outros imóveis não afetados diretamente — tiveram que sair do imóvel, pois o lugarejo ficara completamente ilhado. Contudo, sua casa, após a saída, foi completamente saqueada e depredada, sobrando somente as paredes, como verificamos nesse dia (Figura 6). Era proibido entrar em Bento Rodrigues, segundo o guia, por uma questão de segurança, porém ele sempre vinha com seus pais ao lugar para matar a saudade e percorrer suas ruas cheias de lama e lembranças. Nesse primeiro contato mais estreito com nosso guia, aplicávamos a estratégia de uma conversa exploratória, descobrindo um pouco mais sobre o grupo sócio-espacial de Bento Rodrigues. Aquelas conversas seriam úteis nas próximas etapas de levantamento de informações.

Ao chegar lá, estacionamos o carro na beira da estrada, ao lado da cerca de arame farpado que impedia o acesso ao local (Figura 7). O núcleo urbano ficava na margem esquerda do curso d'água (considerando a posição de montante para jusante) e a estrada de acesso onde estacionamos, na margem direita. A ponte que fazia a ligação das duas margens foi arrancada pela lama no dia do rompimento da barragem. O acesso se dava, naquela ocasião, por uma estrada que passava no pé

⁶⁸⁴ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

do talude de um grande dique, que havia sido construído um pouco antes do núcleo urbano, o dique S3 (Figura 8).⁶⁸⁵ Passamos pelo pé do dique e sobre seu vertedouro, onde pudemos ver uma água completamente impactada por resíduos de mineração — ela parecia uma tinta vermelha alaranjada. O nosso guia informou que a água do rio havia mudado muito no decorrer dos anos, sempre suja, mas, após o desastre, mudara consideravelmente e havia ficado daquele jeito: uma tinta grossa naquela tonalidade (Figura 9).

Após passar o dique, seguíamos na estrada que, em parte, coincidia com o que um dia fora o leito do Rio Gualaxo do Norte e suas margens. Subimos e chegamos a uma parte mais alta, de onde podíamos visualizar toda Bento Rodrigues, um grande deserto vermelho com as ruínas das casas de uma, àquele momento, cidade fantasma (Figura 10).

Entramos em Bento. Percorriamos suas ruas enlameadas em meio às ruínas, num silêncio ensurdecido, uma sensação que tenho, muitas vezes, quando vou ao cemitério visitar o túmulo de um familiar. Nenhum de nós emitia qualquer som, tal eram o impacto e a tristeza da paisagem (Figura 11). Dava um ‘arrepio na espinha’ quando, em meio à lama, eu visualizava algum objeto de uso cotidiano — uma panela com resquícios do que seria um almoço ou jantar naquele fatídico dia 5 de novembro de 2015, arrancada de algum fogão ou mesa e soterrada com várias outros objetos para, quem sabe, no futuro, ser redescoberta e contar um pouco da história do cotidiano daquele lugar, que um dia teve vida, mas que, naquele instante, era uma paisagem desoladora de destruição e recordações (Figura 12).

A nossa entrada se deu por entre e sobre os destroços do que havia sido, no passado, a região do Cascalho, uma parte do lugarejo que concentrava a população com menor poder aquisitivo, em lotes menores e próximos ao leito do rio (Figura 13). Após passarmos pelo Cascalho, seguimos pelo que um dia fora a Rua Olinda, uma via paralela ao leito do rio que passava no centro de Bento Rodrigues (Figura 14). Equipamentos importantes que ficavam nessa rua eram a escola e o posto de saúde, em um edifício relativamente grande para os padrões dos demais prédios do lugar. Na Rua Olinda, entramos nas ruínas de uma casa de dois pavimentos — a única da localidade — e visualizamos a altura que a lama havia atingido na data do desastre:

⁶⁸⁵O dique S3 retinha a lama que ainda estava dispersa nas várzeas a montante e evitava que continuasse descendo e impactando o rio abaixo (soluções semelhantes foram adotadas em outros pontos do leito do Rio Gualaxo do Norte).

o primeiro pavimento ficara completamente tomado (Figura 15). Dentro do imóvel, era impossível andar; o interior ainda se encontrava cheio de resíduos e era arriscado removê-los sem um monitoramento, já que isso poderia fazer o resto ruir. Nas paredes da escola, podíamos visualizar mensagens que acusavam a Samarco pelo crime que a empresa havia cometido (Figura 16). Descemos a Rua São Bento em direção ao leito do Rio Gualaxo do Norte, paramos próximo ao local onde antes ficava a principal igreja, que fora completamente destruída e, naquele momento, era objeto de exploração de uma equipe de arqueólogos, que estava no horário de almoço (Figura 17). Seguimos a Rua São Bento em direção à saída para Santa Rita do Sapucaí, até a pequena capela da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Bento Rodrigues (Figura 18), que ainda estava intacta, no alto da encosta onde permanecia o cemitério da localidade, que não havia sido destruído. Vizinho a essa região ficava o Alto do Papagaio, onde ficava a casa do nosso guia.

Já nessa primeira visita, a assessoria percebeu que uma abordagem meramente descritiva daquilo que se perdera não era suficiente para compreender aqueles lugares, era importante a reconstrução da paisagem afetada:

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.⁶⁸⁶

A paisagem como conjunto único e indissociável era a expressão da prática histórica daquele grupo sócio-espacial, revelada para além das questões materiais, abrangendo as condutas e relações sociais que estabeleciam.⁶⁸⁷

Chegando aos escombros da casa do nosso guia, essa condição ficava mais evidente (Figura 19). Enquanto andávamos pelo interior da antiga morada, ele mostrava os utensílios que ainda estavam lá e não foram retirados quando a casa havia sido saqueada, como um pilão que estava na família havia várias gerações (Figura 20).

No quarto de onde ele viu todo o ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, ele fez um silêncio solene. Da janela contou do estrondo que ouviu quando a lama chegou a Bento Rodrigues. Ela percorreu toda parte baixa do lugarejo, cobrindo várias casas,

⁶⁸⁶ BERTRAND, Paisagem e geografia física global, 1971, p. 2.

⁶⁸⁷ CASTORIADIS, A instituição imaginária da sociedade, [1975] 1982, p. 33.

especialmente aquelas mais próximas do Rio Gualaxo do Norte, ou Rio do Campo, como ele preferia se referir ao curso d'água. A lama seguiu o seu curso, quando então se chocou com a encosta na outra margem do rio, formando uma grande onda e retornando em direção a Bento Rodrigues, num grande tsunami vermelho. Contou-nos que, nessa hora, ficou desesperado, a lama pareceu ainda mais forte e foi na direção de várias outras casas que ainda não tinham sido alcançadas. A onda estacionou e foi retornando devagar, enquanto ele via tudo de camarote convencido de ser aquele o fim dos tempos prometido nos escritos bíblicos. No dia ele não conseguiu chorar, ficou chocado sem saber o que era tudo aquilo que ocorria aos pés de sua casa. Durante todo o seu relato, ele destacava a altura a que a lama chegara, indicando seus vestígios nos escombros nas casas de seus vizinhos (Figura 21).

Durante todo o percurso de carro de Mariana até Bento Rodrigues, ele contou sobre o dia da chegada da lama. Entretanto ao chegarmos àquele cômodo, que fora seu camarote do fim do mundo, o relato ganhou vida. Ficamos todos em silêncio e impactados com o que contava. Em sua fala, havia revolta. Nós ficamos revoltados e tristes, com uma troca de olhares constrangidos, sem saber o que fazer. Caso aparecesse um representante da Samarco naquele instante, ele seria confrontado e suportaria nossa raiva, como numa insurreição, aquela revolta que questiona os princípios da dominação e que "podem ser mais modestas e mais transitórias do que as revoluções".⁶⁸⁸ Ali ficou negrito o que Hobsbawm percebe dos pobres na América Latina, que vivem como refugiados de um terremoto ou de uma guerra em favelas, ocupações, *villas* ou *barriadas*.⁶⁸⁹ Os atingidos de Bento Rodrigues eram mais um desses grupos sócio-espaciais que de fato viviam o fim de seu mundo e eram agora exilados de sua própria história (Figura 22).

Para a assessoria, ao ouvir um relato como aquele, ficou atestada a importância de rememorar a violência do fato. Percebemos ali que seria essencial compreender o impacto do evento para desenvolvermos o trabalho, contribuindo para problematizarmos, entre nós e todos os envolvidos, a condição de atingidos, reforçando a necessidade de percebê-los como um agente político, que, mesmo vítimas, tiveram seus direitos elementares arrancados, mas que tinham que ser respeitados dentro de sua condição de sujeito político:

⁶⁸⁸ HOBBSAWM, *Viva la revolución*, [2016] 2017, pp. 171–172.

⁶⁸⁹ *Ibidem*, pp. 66–67.

Em questão de minutos, famílias inteiras se tornaram testemunhas impotentes da destruição de suas moradias e, junto com elas, de todas as realizações de suas vidas, pelo arrastão de lama em sua lancinante passagem. Se já não fosse suficientemente trágico, as famílias que após a destruição de seus lugares foram levadas para a sede municipal, onde, num primeiro momento encontraram amparo e solidariedade, hoje têm de conviver com rótulo de 'Atingidos': um misto de dó e, também, de responsabilização pela paralisação da atividade minerária.⁶⁹⁰

A paisagem foi soterrada sob toneladas de lama, escondendo a existência daqueles grupos sócio-espaciais, as evidências de várias gerações, seus modos de vida, seu cotidiano, suas identidades, alegrias e tristezas; enfim, a vida em sua plenitude.⁶⁹¹

Em síntese a dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues está fisicamente para sempre perdida. Então se arguiu: como chegar até aos atingidos? Como entrar nas casas nas quais estão morando? Como perguntar sobre o acontecido? Perguntar como se sentiram/sentem diante do ocorrido? Sobre o que mudou em suas vidas? Como era viver em Paracatu de Baixo e em Bento Rodrigues? Indagar sobre quem os colocou nesta situação de desterramento, já que foram expulsos de seus locais de moradia; inquirir sobre como lidam com as perdas de suas moradias e de suas lembranças a partir da total e irreparável destruição de suas histórias, dos laços comunitários, de suas identidades e o que esperam do futuro.⁶⁹²

A vida rememorada encoberta pela lama despejada pela Samarco em Bento Rodrigues era a tarefa a ser desenvolvida pela assessoria técnica, a expectativa era provocar mudanças nos procedimentos que vinham sendo adotados nas propostas de reassentamento. Promoveríamos uma reconstrução memorialista dando ênfase nos vários lugares existentes em Bento Rodrigues, a localização das moradias, dos equipamentos de uso coletivo, as relações de vizinhança e as territorialidades do lugar soterrado. Uma ação que resgatasse a memória sócio-espacial dos lugares atingidos poderia colocar esses grupos sócio-espaciais noutra correlação de forças nas negociações a que vinham sendo submetidos com a Samarco, que, ainda em meados de 2016, era quem pautava as questões acerca da restituição dos direitos (Figura 23).

O contato com Bento Rodrigues explicitou que memória e paisagem eram aspectos indissociáveis, sendo esta última a expressão concreta no espaço da trajetória daquele grupo sócio-espacial, uma expressão coletiva de sua experiência

⁶⁹⁰ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 3.

⁶⁹¹ O Dique S4 para cobrir a história veio do Pimentel. Um decreto estadual libera a instalação do S4, podendo a Samarco encobrir o Bento Rodrigues cobrindo o próprio crime. [Assessoria atingidos, 25 jul. 2017]

⁶⁹² LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 7.

de produção social do espaço. Nos escombros do lugarejo destruído pela lama, o passado, o presente e o futuro do grupo se mostravam. Para compreender os atingidos e tomar decisões sobre a restituição dos seus direitos, lembrar e refletir sobre o espaço produzido por várias gerações se mostrou importante. Afinal, o desastre explicitou ser aquele um espaço de possível resistência, que questiona sua condição de dependência da atividade minerária que o havia destruído.

A paisagem arrasada despertava entre os atingidos questões acerca do que acontecera e por que, reafirmando suas trajetórias locais e experiências cotidianas, como atributos que deveriam nortear a reconstrução ou o reassentamento. Afinal, aquela suposta integração da região com a atividade minerária responsável pelo crime que destruíra seus lugares de vida se mostrou fragilizada. Os atingidos, ao lembrar seus lugares, percebiam uma trajetória própria que teria que ser retomada.

A memória sócio-espacial era então atingida, indo além daquela construída no lugar afetado. Surge aí a importância do conceito de contestatário de Matos Mar, no intuito de compreendermos as supostas manifestações de alienação e submissão das camadas populares como manifestações também de resistência. Como nos lembra Grada Kilomba, “grupos subalternos — colonizados — não têm sido nem vítimas passivas nem tampouco cúmplices voluntárias/os da dominação” (Figura 24).⁶⁹³

O contestatário manifestado na formação das *barriadas* em Lima no Peru é elaborado por Matos Mar como uma manifestação do que ele chama de “*Desborde Popular*” — traduzido para o português, seria “transbordamento popular” ou “estouro popular”. Trata-se de um processo que, desde os anos 1940, transformou as feições de Lima e de outras cidades peruanas, não como uma ruptura, mas como uma evidência de contestação de grupos sócio-espaciais que não foram considerados como parte da sociedade peruana que se formava.⁶⁹⁴

⁶⁹³ KILOMBA, *Memórias da plantação*, [2008] 2019, pp. 48–49.

⁶⁹⁴ Matos Mar estimou existirem, no final da década de 1980, cerca de dois mil e cem assentamentos em todo o país, onde viviam nove milhões de pessoas, agrupadas em umas sete mil associações. Ele considera que, pela característica de massas do processo, o país estava diante do que ele define como um “transbordamento” a partir de baixo que mudou a cara das cidades e, muito particularmente, a sua capital. Tal análise sustenta que as invasões urbanas são parte do processo de invasões de terras pelos camponeses na serra, que forçou o governo militar de Juan Velasco Alvarado (1968–1975) a realizar uma ampla reforma agrária, que terminou por quebrar a fazenda tradicional. Em 1984, 80% da população de Lima vivia em assentamentos populares: 37% em favelas, 23% em urbanizações populares e 20% em tugúrios, becos ou galpões. Os 20% restantes viviam em bairros residenciais de setores médios e ricos. Produziu-se em Lima um verdadeiro terremoto social e cultural, mas também econômico.

A condição observada por Matos Mar na formação das cidades peruanas apresenta semelhanças com o que se observa na formação das cidades brasileiras, e o evento do desastre da barragem de Fundão era como uma síntese do que se assistiu no Brasil e no Peru durante o século XX, um exílio das camadas populares das regiões rurais para as cidades. Naquele contexto um exílio que se deu em poucos dias e transformou a vida daquelas pessoas, mas também de Mariana, um transbordamento de lama que levou um grupo sócio-espacial a ocupar a cidade, alterando seu cotidiano e sua história (Figura 25).

4.1.2.3 Garimpando atingidos por Mariana

Após a visita a Bento Rodrigues, a primeira etapa foi ‘garimpar’ os atingidos reassentados em Mariana — não queríamos que o acesso se desse pela comissão dos atingidos ou pelo MPMG. Para chegar a eles, perguntávamos em bares e outros comércios pela cidade, queríamos acessar o atingido que ficava nas assembleias — muitas vezes, calado — e que, nos últimos meses, passara, numa atitude resignada, a não participar mais desses eventos.

A primeira fase, a abordagem, constituiu-se no momento mais desafiador e complexo da pesquisa. Não sabíamos onde residiam atingidos, pois nem a empresa nem a comissão de representantes dos atingidos possuíam um levantamento atualizado dos endereços. Inclusive nosso primeiro contato com atingidos em suas residências se deu após conversas com gari, balconistas de padaria, taxista e vizinhos. Para além do desafio de encontrá-los, também se apresentava o desafio de abordá-los. Como introduzir o assunto da destruição de sua casa? Qual seria a reação da pessoa? Pensando nisto estruturamos um guia para as entrevistas que focava, inicialmente, temas relativos à vida em Mariana e etc. Contudo, o desenrolar das abordagens mostrou que estas questões, apesar de pertinentes, foram amenizadas pelo fato de muitas vezes as pessoas já irem direto ao assunto do rompimento da barragem sem rodeios.⁶⁹⁵

Então começamos nesse processo. A primeira vez que nós chegamos lá, fomos pra reunião, pedimos a lista do lugar de moradia, onde que eles estavam morando. A comissão não deu. Tinha o jornal *Minuto de Sirene*, fomos atrás do jornal — se eles estão entregando o jornal, eles têm o endereço. Nada. Também não deram. Na segunda vez que estive lá, conversando com uma senhora varrendo rua, varrendo a Praça da Sé, fui conversando com ela e perguntei se ela conhecia alguém que era de Paracatu, de Bento Rodrigues, o pessoal da lama da Samarco, literalmente assim: da lama da Samarco. Se ela conhecia. Ela conhecia lá no bairro Colina.⁶⁹⁶

⁶⁹⁵ ARAÚJO et al., *Memória como tecnologia social*, 2017, p. 8.

⁶⁹⁶ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

Sempre que achávamos um atingido, entrávamos em contato com vários outros de sua rede de relações, passando a frequentar suas casas e a compreender melhor como acontecia a vida no distrito destruído e no reassentamento provisório em Mariana. Após o primeiro contato, realizávamos uma entrevista em profundidade com o atingido e sua família. As entrevistas eram sempre conversas livres, sem o suporte de perguntas, o entrevistador acompanhava o percurso que o entrevistado escolhia assumir na conversa.

Eram procedimentos preparatórios e exploratórios, por isso flexíveis. Geralmente, nesses encontros apresentávamos o que pretendíamos como assessoria técnica. Aquela pesquisa preliminar era parte de um processo de construção, junto com os atingidos, dos aspectos que orientariam os trabalhos a serem desenvolvidos nos próximos anos. Passamos também a realizar visitas periódicas, numa estratégia de conquistar a confiança e estreitar os laços para além de uma formal. Fizemos isso, num primeiro momento, com os atingidos de Bento Rodrigues e, posteriormente, com os de Paracatu de Baixo. Essas visitas, mais do que apenas cumprir os objetivos citados acima, permitiam perceber diferentes aspectos do cotidiano daquelas pessoas que deveriam ser consideradas no trabalho da assessoria técnica, rompendo com uma posição distinta, em que aparecíamos como atores institucionais, da qual até então não conseguíamos nos desvencilhar.⁶⁹⁷

Nessas entrevistas abertas iniciais, atentávamo-nos para a linguagem adotada pelos atingidos, a qual expressava o cotidiano dos lugares elameados.

Partindo do colocado por Foucault e na medida em que já estávamos perguntando decidimos que o tipo de entrevista a ser utilizado tinha que ser a denominada por Aberta. Os enunciados, seus autores, os ouvintes tinham clareza do que estava sendo efetivado. Salienciamos que não foi sem dificuldade que adentramos a comunidade linguística dos ex-moradores de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues. Esforçamo-nos ao máximo para estarmos sempre atentos para palavras que escutadas uma primeira vez não entendíamos. O seu sentido era compreendido ora durante a conversação ou depois, quando estávamos em outros locais, e podíamos perguntar para outro membro da equipe o que significava. Nas palavras de uma ex-moradora “*fulana* fala uma outra língua”.⁶⁹⁸

697

Censurado

⁶⁹⁸ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, pp. 34–35.

Apareceu um tanto de menino e menina pra atender. Todos falando ao mesmo tempo. Era a casa de um atingido de Bento Rodrigues. Ficamos mais de quarenta minutos em pé e ele jogando baralho. Eles não deram a menor atenção. Nenhuma! O que aconteceu ali foi simplesmente assim: "tô cansado desse negócio, todo mundo vem aqui e pergunta, todo mundo vem aqui, enche o saco. Depois ninguém volta, dá retorno. Ninguém faz nada. Então tem que dar papo não". Tava no baralho e continuaram, e eu comecei a falar, comecei a xingar a Samarco. Fui pegando todas as possibilidades de tentar entrar naquele lugar. E eu fui, fui, fui até eu entrar.⁶⁹⁹

Assim, deixávamos o atingido falar à vontade: "Como característica principal desta técnica sobressai a de deixar o entrevistado/pesquisado livre para falar durante uma conversa informal, na qual o entrevistador/pesquisador assume postura de ouvinte atento".⁷⁰⁰

Com os encontros periódicos, as entrevistas se tornavam conversas, íamos cruzando os assuntos com outros temas, buscando outros atores e situações que havíamos conhecido com outros atingidos:

Com algumas das interlocutoras, pouco intervíamos, visto que a menção de um assunto ou um vizinho desencadeava uma série de reflexões. Em outros casos, a conversa era mais truncada. Nossas perguntas ou comentários não suscitavam mais do que algumas palavras em resposta. Por vezes, realizávamos as visitas junto a outras moradoras, e assim, entre irmãs, primas ou antigas vizinhas, a prosa tomava novos rumos e sentidos. Com o tempo fomos melhor compreendendo o estado das relações entre os moradores, ajudando-nos a mapear a coletividade.⁷⁰¹

Nessas entrevistas preparatórias evitávamos fazer anotações ou qualquer tipo de registro. Realizávamos as atividades em dupla e, sempre após sairmos de uma sessão, anotávamos os assuntos abordados. No fim de um dia de trabalho, todas as equipes se reuniam e contavam as diferentes conversas que tiveram durante as sessões. Tais procedimentos foram úteis para compreendermos como se organizavam aqueles grupos sócio-espaciais, tanto nos lugares atingidos quanto em Mariana, e evitarmos cairmos em fofocas e disputas internas desses grupos.⁷⁰² Não que essas situações não nos interessassem: elas eram parte daqueles grupos, mas

⁶⁹⁹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁰⁰ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 35.

⁷⁰¹ LIMA & OLIVEIRA, *Cozinha, café, prosa e cuidado*, Mariana, 2018, p. 83.

⁷⁰²

não cabia a nós participar e nos posicionar em relação a elas. As conversas de alinhamento eram importantes para percebermos a nossa posição e a dos entrevistados.

Os cientistas sociais que compunham a equipe eram os responsáveis pela condução dessa atividade, contudo, os arquitetos ficavam incomodados, achavam aquele procedimento pouco objetivo, muito invasivo e supunham que contribuía pouco para o entendimento do lugar. Com as primeiras entrevistas e os questionamentos internos da equipe, concluímos ser necessária a espacialização dos aspectos levantados nas conversas, direcionando para o que seria o segundo momento dos encontros como suporte dos mapas colaborativos.

A estratégia do mapa colaborativo partia de uma base cartográfica que indicava as ruas e os edifícios de destaque de Bento Rodrigues; basicamente, a escola, o posto de saúde e as igrejas. Essa base servia de partida para a conversa, e nosso interlocutor acrescentava informações nela enquanto contava sobre o lugar (Figura 26). Nas conversas associadas ao mapa, percebíamos um pouco das relações no distrito destruído e como esses grupos sócio-espaciais se conformavam: “[...] além da reconstrução das feições morfológicas (estruturas e funções), foram mapeados aspectos socioculturais, socioespaciais, sócio-históricos e socioafetivos, enfatizando as relações de vizinhança e as formas organizativas nos dois povoados, gerando um retrato vivo desses.”⁷⁰³

Essa estratégia — que denominamos, num primeiro momento, cartografia colaborativa⁷⁰⁴ — se assemelhava a outra aplicada, a *cartografia participativa*, um método para produzir mapas comunitários em oposição aos mapas institucionalizados. Estes últimos representam a realidade a partir de um ponto de vista dominante e acabam desconsiderando a perspectiva daqueles diretamente envolvidos com o espaço que se estuda.⁷⁰⁵

Nas conversas realizadas a partir dos mapas, o atingido se colocava espacialmente, emitindo opiniões e informações sobre o grupo sócio-espacial que lá morava, a partir de uma base vetorizada oriunda de imagens de satélite do Google

⁷⁰³ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 4.

⁷⁰⁴ O termo cartografia colaborativa tem sido utilizada pela base de dados cartográficos do Google. Para evitar eventuais questionamentos quanto ao seu uso, a equipe escolheu se referir a estratégia de levantamento de dados como cartografia participativa. Os procedimentos da cartografia participativa se assemelhavam ao que denominávamos como cartografia colaborativa.

⁷⁰⁵ CHAMBERS, *Participatory mapping and geographic information systems*, 2006.

Earth impressa no formato A3 e algumas poucas referências de edifícios coletivos, que considerávamos importantes devido às conversas preparatórias. Tais referências ajudavam o interlocutor a se localizar. Com isso, faríamos o resgate da memória sócio-espacial de Bento Rodrigues. Esse processo permitiria ao atingido desenhar e fornecer outras informações, tais como: localização da sua casa; vizinhos próximos; nome das ruas; casa dos parentes e amigos mais próximos; como se identificavam os diferentes lugares dentro do distrito; bares, açougues, pequenos estabelecimentos comerciais e outros lugares em que costumavam fazer compras; lugares que gostavam de frequentar e porque gostavam de fazê-lo; lugares que não gostavam de frequentar e porque (Figura 27).

A produção dessa cartografia ocorria individualmente ou com toda a família, e os pontos apresentados se desdobravam em outros a partir da dinâmica que o atingido apresentava durante a interlocução. Houve encontros que duraram cerca de duas horas, mas outros que se estendiam para além de cinco. As reuniões aconteceram nas casas onde os atingidos estavam reassentados provisoriamente, o que proporcionou à equipe da assessoria perceber um pouco do cotidiano da família, o que também fomentava outras questões que se refletiam nos mapas produzidos.

A produção dessa cartografia demandava um envolvimento efetivo daqueles que participavam. Os assessores evitavam desenhar ou interferir na dinâmica da sua produção, contudo, em alguns momentos, a integração de todos que participavam da atividade era tal que aos assessores interferiam com questões e outras informações que foram sendo aprendidas durante as várias sessões ocorridas com diferentes famílias e indivíduos atingidos. Inúmeras vezes membros da família participavam de parte da atividade e se afastavam para outros afazeres, entretanto, seguiam ouvindo a conversa e lembrando aspectos que aqueles que estavam diretamente envolvidos deixavam de registrar; outras vezes, algum familiar não queria participar e, com a conversa e as lembranças, resolvia se integrar ao processo (Figura 28).

[...] tendo por premissa que os Mapas são mais que desenhos em papéis, contemporaneamente, em telas de computador ou de smartphones. São expressões discursivas, na qual narrativas e narradores contam histórias, dialogam com outro(s), apresentam a partir de sua visão, nunca neutra e imparcial, na medida em que são efetivados no âmbito de determinado contexto político e cultural [...].⁷⁰⁶

⁷⁰⁶ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 41.

No processo ficou perceptível a diferença entre os moradores de Bento Rodrigues: aqueles mais influentes no lugar expressavam essa condição na produção de seus mapas, colocando informações mais detalhadas; os que não ocupavam essa posição apresentavam informações mais superficiais, deixando várias regiões em branco, provavelmente uma dificuldade de integração, ou não se reconhecendo como parte daquela coletividade. A produção desses mapas permitiu visualizar processos internos de segregação sócio-espacial, algo que também se manifestava noutras situações quando os atingidos de Bento Rodrigues estavam reunidos (Figura 29).

A partir de então, passamos a frequentar as reuniões e assembleias com outra percepção das posturas e falas dos atingidos do distrito. Parte da dinâmica social de Bento Rodrigues era retomada naqueles momentos: os mais influentes tinham um maior protagonismo nas falas e questionamentos junto à Samarco e à Renova; os que ficavam mais calados e observando tinham uma postura submissa, semelhante à dinâmica social do lugar destruído. Com base nesse diagnóstico da memória sócio-espacial, começamos, nas reuniões, a provocar a fala daqueles que ficavam calados, para que suas expectativas individuais fossem coletivizadas e também influenciassem as decisões que eram tomadas — que muitas vezes ocorriam à revelia de seus desejos.

Em Bento Rodrigues havia cinco núcleos demarcados sócio-espacialmente, diferenciando-se por uma hierarquia que indicava a posição de cada morador de acordo com o núcleo no qual residia. Assim, no núcleo denominado Rua São Bento, residiam os moradores que possuem melhor qualidade de vida, maior renda, maior nível de escolaridade e, portanto, maior influência política. No outro extremo da hierarquia, situam-se dois núcleos: Cascalho e Prainha, que, ao contrário do anterior, seus ex-moradores possuem baixa escolaridade, baixa renda, pior qualidade de vida e, por consequência, nenhuma influência política. Entre os extremos, situavam-se os núcleos Escola e Rua Carlos Pinto, nestes os ex-habitantes ocupam posições intermediárias em relação a todas as variáveis elencadas acima. Já o núcleo Papagaio ocupava uma posição intermediária inferior, se considerados os últimos núcleos citados. (Figura 30)⁷⁰⁷

A cartografia produzida, além da reconstrução da paisagem dos lugares apagados pela de lama da Samarco, era também uma possibilidade para mobilização de seus moradores, contribuindo com a reorganização daqueles grupos sócio-espaciais. Nessa reorganização os conflitos também aflorariam e precisariam ser discutidos no processo de reassentamento e restituição de direitos.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 47.

Eu vou falar para você que não é fácil, não são famílias que tinham uma consciência de classe. Paracatu e Bento Rodrigues são comunidades que tinham vidas próprias, muito ligados com a igreja — a festa de São Bento é uma festa maravilhosa. As pessoas não conviviam com a cidade. Estavam lá e acontece um evento desses! Mineiro é desconfiado, e você chega na hora de um evento desses? Então você chega numa região dessa, em que o povo não está acostumado com o trabalho social, nunca teve ninguém que os ajudou, para construir uma relação com um monte de holofote.⁷⁰⁸

O exercício demandava uma reflexão crítica que era sempre atravessada por lembranças saudosistas que reafirmavam as diferenças outrora existentes nos lugares perdidos. A saudade daquilo que se perdeu levava a manifestações de insegurança e incertezas. Repensar a segregação sócio-espacial que identificamos na produção dos mapas e nas reuniões coletivas era um desafio que o grupo sócio-espacial de Bento Rodrigues não parecia disposto a enfrentar. Assim, a assessoria precisava ter cuidado na condução dessas questões para não cometer outra violência para além daquelas que o grupo já vinha sofrendo: “O entendimento do projeto é muito complexo. Até todo mundo entender a delicadeza da situação, levou um tempo. Por exemplo, se a gente fosse falar de um parcelamento em encosta, ele por si só seria complicado, porque é um dos mais difíceis, mas a gente vai falar de um parcelamento que é um reassentamento.”⁷⁰⁹

O contato direto com os atingidos, sem nenhum tipo de mediação, começou a incomodar os mais influentes. A impressão que tínhamos era que eles pensavam: “Descobriram como a gente funciona!”. Esse fato nos levou a enfrentar resistência dentro da comissão dos atingidos, já que esta tinha uma presença maior dessas pessoas no seu controle. Passamos a ser impedidos de participar das reuniões da comissão. Esse conflito ficou mais evidente quando surgiu a discussão sobre o dique s4.

O dique s4 seria construído no leito do Rio Gualaxo do Norte, logo após a passagem do curso d’água pelo núcleo urbano de Bento Rodrigues. A sua intenção era reter o resíduo de mineração que continuava sendo carregado pelo rio e evitar que se agravasse ainda mais o impacto ambiental do desastre em toda a bacia do Rio Doce a jusante, especialmente com a chegada do período das chuvas. Um coletivo de comunicação que apoiava os atingidos naquela ocasião, Minuto de Sirene, que editava um jornal impresso, propôs uma edição com informações sobre o dique s4.

⁷⁰⁸ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁰⁹ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

Nós da ASF participávamos dessas reuniões e fomos convidados a contribuir na pesquisa sobre a estrutura. Procuramos técnicos mais habituados com esse tipo de solução de barramento de cursos d'água e de resíduos. Eles nos esclareceram que o dique s4 teria de fato o papel de segurar os resíduos de mineração e impedir que se espalhassem pela bacia, ou seja, não seria pela ineficiência da estrutura que conseguiríamos validar argumentos contrários à sua construção. Repassamos as informações levantadas para os demais parceiros. Quando fiz isso me deparei com a posição contrária, como se eu estivesse defendendo a estrutura, e não buscando esclarecimentos. A contrariedade à nossa participação naquela discussão refletia o incômodo causado por nossa atuação junto aos demais atingidos, sem a tutela da comissão (Figura 31).⁷¹⁰

Isso indicava os desafios de uma assessoria que escolhia participar do processo numa interação direta com os atingidos; não éramos técnicos neutros e descolados da realidade na qual atuávamos. Durante um semestre de aproximação daqueles grupos sócio-espaciais, percebíamos que uma assessoria técnica que acompanhasse os atingidos deveria buscar canais diretos de comunicação com eles, não se restringindo aos canais institucionalizados, como o MPMG e a comissão dos atingidos: “A comissão achou ruim porque nós entramos em Mariana sem passar por eles. O que não foi verdade. Nós fomos na comissão várias vezes, nós pedimos à comissão os endereços, os contatos e eles não deram. Garimpamos para achar esse povo!”⁷¹¹

O ensaio de assessoria técnica que realizávamos era para avaliarmos como proceder e compartilhar essa estratégia com parceiros em tarefas semelhantes.

Outras referências importantes na condução do trabalho foram Cardoso (1988), Durham (1988) e Zaluar (1988) que alertam sobre os riscos da observação participante se transformar em participação observante. Mesmo conhecendo e reconhecendo o que foi por elas colocado, não tivemos cerimônias, e nos assumimos na condição de participação observante. No jogo do “segue, não segue a ortodoxia do método” nos deixamos levar, não nos portamos como meros espectadores, ao contrário, nos envolvemos,

710

Censurada

⁷¹¹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

passamos horas e horas em uma mesma casa, ouvindo as HISTÓRIAS das pessoas. Elas, dispostas a contar, e nós, dispostos e disponíveis para, atentamente, ouvir. Poucas foram as vezes que anotamos o que nos era contado. Devemos registrar que, no período de um ano, construímos, neste processo, relações pessoais, voltamos várias vezes às mesmas casas, e que, em cada retorno, o fato se repetia e novas HISTÓRIAS eram/são contadas, ora por eles, ora por nós.⁷¹²

Como o trabalho ocorria prioritariamente em campo, no contato direto com os atingidos, tínhamos que ser vigilantes para não ficarmos reféns do empirismo, situação na qual se perde de vista a historicidade do que é narrado e se restringe aos elementos factuais que são apresentados por nossos interlocutores, sem estabelecer vínculos com outros aspectos que envolvem o que ele apresenta.⁷¹³

A Samarco é muito forte, a maioria do povo trabalhava para a Samarco e ela sempre ajudou Bento Rodrigues, sempre foi a base para sustentar economicamente. Todo mundo falou assim: "A mineração trouxe desenvolvimento!" Estamos trabalhando no olho de furação. Nosso escudo é o MPMG. Tem gente que fala assim: "O MP empurrou essa assessoria goela abaixo". Quando tem algum conflito, o MP ainda tem que ir lá, porque aí, sim, o promotor é visto como Deus para eles. Então nós ainda temos que escorar muito nesse escudo, mas nós vamos construindo laços de confiança, estamos dialogando, estamos em fase de construção ainda.⁷¹⁴

Isso não era algo simples e podia ensejar conflitos. Os embates ocorridos de parte da comissão dos atingidos com a equipe desse ensaio de assessoria evidenciavam as dificuldades de incorporar essa historicidade na condução do trabalho. A expectativa de uma assessoria que se posicionasse ao lado dos atingidos sem proporcionar uma reflexão crítica sobre a constituição dos grupos sócio-espaciais é uma evidência do que Altez e Revet indicam: "Na contemporaneidade, os desastres, entendidos como um fato, têm sido enfrentados com estratégias assistenciais, e não mitigados pela prevenção".⁷¹⁵

Essa condição é reforçada pela predisposição num contexto de desastre a tratar como suas causas os agentes externos,⁷¹⁶ como a própria Samarco fez logo após a ruptura barragem, ao especular que o ocorrido havia sido fruto de um abalo

⁷¹² LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 34. Os textos citados de Ruth Cardoso, Eunice Ribeiro Durham e Alba Zaluar são artigos do livro: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. 2. ed.. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

⁷¹³ *Ibidem*, pp. 36–38

⁷¹⁴ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷¹⁵ En la contemporaneidad, los desastres, entendidos como un hecho, han sido enfrentados con estrategias asistencialistas, antes que mitigados desde la prevención" (ALTEZ & REVET, *Contar los muertos para contar la muerte*, 2005), p. 22.

⁷¹⁶ MARCHEZINI, *Dos desastres da natureza à natureza dos desastres*, 2009, p. 49.

sísmico, situação recorrente em eventos de enchentes em cidades como Belo Horizonte, quando se atribui suas causas à “chuva forte”, e não ao modelo de urbanização que desconsidera os aspectos físico-ambientais do lugar onde são realizadas suas soluções, como o tamponamento de rios, a impermeabilização do solo, dentre outros.

Uma assessoria atuando com grupos sócio-espaciais nesse contexto pode considerar tais aspectos, com todas as contradições associadas a eles, mas isso não se deu sem embates que muitas vezes não foram resolvidos.

Como a coisa é muito nova para as pessoas, a própria comissão não tem uma consciência de classe, de qual é o verdadeiro papel dela, então a assessoria tem construído muito até no sentido de mediar as reuniões, de coordenar, de colocar conteúdo nas reuniões, no sentido de levar as decisões para o restante das famílias. A interpretação das propostas que a Renova tem feito, para que a comissão possa tomar as decisões com segurança. Tudo que chega lá, seja um calhamaço como o cadastro, nós falamos: “Não serve, temos que construir, vamos ter o nosso cadastro! Vamos ter a proposta correta de como deve ser um cadastro!” Estamos construindo com os atingidos o conceito da autoconstrução, eles têm o direito de escolher tudo. A Renova queria ter chegado pronta, com a plantinha da Dávila, já avançamos nesse processo.⁷¹⁷

A trajetória social dos quadros que compõem as assessorias técnicas favorecem o desenvolvimento de um trabalho em que se estabelece uma relação estreita com a elite dos territórios, e não com sua base cotidiana. Essa condição já manifestava suas contradições na atuação junto às ocupações urbanas de Belo Horizonte, como é o caso do já referido atributo de *intocável*. Resolver esta situação numa experiência de assessoria técnica junto a grupos sócio-espaciais atingidos por um desastre como aquele gerado pela Samarco era ainda mais complexo, mas precisava ser considerado, especialmente tendo em vista o forte peso institucional na suas resoluções. Talvez assim conseguíssemos amenizar o controle exercido sobre as manifestações contra-hegemônicas, permitindo que elas aparecessem, mesmo com o processo sendo conduzido primeiramente pela Samarco e depois pela Fundação Renova.

Esse ensaio de assessoria técnica não almejava um ordenamento dos atingidos a partir de sua perspectiva; buscava, antes, construir com esses grupos sócio-espaciais estratégias para que pudessem se colocar como sujeitos no processo

⁷¹⁷ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

de reassentamento e restituição dos seus direitos. Essa intenção apresentou seus percalços.

Eu lembro que houve um espanto muito grande de um deles: “Gente, que lotes são esses? Como assim?!”. A gente explicou: “Esses lotes a gente entende que é estranho, mas é assim que eles conseguem as relações de vizinhança”. Um lote esquisito, no meio da quadra, por isso que ele tem esse tanto de vizinho, ele tem relação com todos esses vizinhos, se ele não for assim ele não vai ter essas relações. Isso torna o processo complexo. Então, um técnico que estava fora, que não tinha participado das reuniões, não vinha acompanhando, não compreendia. Era um baita de um desafio para os técnicos que tavam desenvolvendo o projeto. Agora a questão do terreno dificultou ainda mais, fez o processo se tornar muito mais complexo. Por si só já seria, mas com aquele terreno ele ficou mil vezes mais complexo, é um sítio completamente diferente do original. As pessoas que tinham relação no mesmo nível agora vão ter que olhar de cima pra baixo, de baixo pra cima, porque é um terreno com grande declividade.⁷¹⁸

O levantamento da memória sócio-espacial dos distritos atingidos nos mostrou que aspectos importantes dos lugares e de sua população deveriam ser considerados numa assessoria técnica que buscasse acompanhá-los nos processos de reassentamento desenvolvidos pela Fundação Renova, que, desde o segundo semestre de 2016, passou a representar a Samarco.

4.1.2.4 Atingidos de Paracatu de Baixo

Durante julho de 2016, quando realizávamos o ensaio para assessoria técnica pelo projeto ASF/Brazil Foundation em Bento Rodrigues, nos aproximamos dos atingidos de Paracatu de Baixo, o terceiro distrito a ser atingido em Mariana.

Perdido nos confins do antigo distrito de Padre Caetano (atualmente Monsenhor Horta), em Mariana, estava situada uma pequena comunidade de tropeiros, cortadores de lenha e pequenos produtores rurais. Um povoado formado por cerca de 300 habitantes, em sua maioria negros, católicos, forjados na dureza do trabalho na roça sob um sol escaldante e, até um passado não muito distante, nas agruras de longas caminhadas a pé para ter contato com poucos elementos da modernidade. Socados nesses trilhos de burro que só ao cabo da década de 1980 vieram a dar lugar a estradas vicinais, incluídos de maneira parcial e incipiente à sociedade globalizada, assim viveram até o fatídico cinco de novembro de 2015.⁷¹⁹

Entre Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, há outra localidade com vários pequenos sítios, Ponte do Gama. Na atuação em Mariana, buscamos nos concentrar nos núcleos urbanos; em regiões de sítios e pequenas propriedades rurais, como

⁷¹⁸ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷¹⁹ LIMA & OLIVEIRA, *Cozinha, café, prosa e cuidado*, Mariana, 2018, pp. 78–79.

Ponte do Gama e Paracatu de Cima, não trabalhamos. Durante as reuniões com a comissão dos atingidos, percebemos que nesses lugares era necessária a atuação de profissionais da agronomia. O fato de não termos trabalhado com as áreas rurais não muda a relevância desses lugares, afinal todas as propriedades rurais às margens do Rio Gualaxo do Norte e Ribeirão do Carmo foram muito afetadas pelo evento. Nessa primeira visita a Paracatu de Baixo, atravessamos o território de Paracatu de Cima e visualizamos a grande destruição na região. Casas, currais, galinheiros, dentre outros, em ruínas, áreas de pastagens completamente arrasadas pela lama que ainda as recobria (Figura 32).

A visita a Paracatu de Baixo foi acompanhada por um atingido, assim como naquela a Bento Rodrigues. Ele, como boa parte dos moradores, havia sido reassentado provisoriamente em Mariana — alguns o foram em Monsenhor Horta, distrito que fica entre Mariana e Paracatu de Baixo. O acesso a Paracatu de Baixo se dá por uma estrada estreita toda asfaltada, que parte da br-356, no trevo de acesso a Monsenhor Horta e Barra Longa, e se estende até a localidade. Apesar de asfaltada, isso não transparecia a partir do ponto em que a estrada fica às margens do Rio Gualaxo do Norte, devido à lama que recobria parte de seu leito (Figura 33).

Durante o deslocamento entre Mariana e Paracatu de Baixo, fomos conversando com nosso guia e o conhecendo um pouco melhor. Ele é um dos filhos de uma família extensa de Paracatu de Baixo, num terreno que pertencia ao seu pai e foi sendo dividido entre os vários irmãos em pequenos lotes, à medida que se casavam. Descobrimos que esse havia sido o processo de ocupação desse pequeno núcleo urbano: o lugar era uma grande família estendida, quase todos os atingidos tinham algum grau de parentesco. Ele era funcionário terceirizado da Samarco, um dos poucos do lugar que tinha relação com a empresa antes do desastre. A Mina de Germano, onde ficavam a barragem de Fundão e as estruturas de beneficiamento para a formação da polpa de minério, situava-se a aproximadamente oitenta quilômetros de Paracatu de Baixo. Durante a assessoria, ouvimos várias vezes dos atingidos dessa localidade que nunca tinham ouvido falar da Samarco até a noite de 5 de novembro de 2015, quando a lama chegou ao lugarejo e o destruiu (Figura 34).

Abordar este desastre, por uma perspectiva das ciências sociais e humanas implica de algum modo em ter de considerar e discutir o processo de modernização da sociedade brasileira. E, se o foco de nossa atenção for colocado na narrativa dos moradores de Paracatu de Baixo, bem, ter-se-á uma prosopopeia, uma verdadeira tragédia, que, respeitada as devidas

proporções, serve até como uma alegoria da trajetória de inserção das estruturas do capitalismo global na sociedade brasileira: a história de um povo predominantemente rural, majoritariamente negro, que é literalmente atropelado pela modernização que se materializa, aos borbotões, numa tremenda onda que arrasa tudo, que tange do campo à cidade, que traz novo prazer e dor [...].⁷²⁰

No percurso passamos pelas margens do Rio Gualaxo do Norte, onde vimos uma vegetação que, após oito meses, fazia parecer a um desavisado que estava tudo bem, já que ela recobria a área atingida com um tom verde-claro, o que criava um belo contraste paisagístico com o verde mais escuro das matas e a água ainda muito vermelha do curso d'água. Contudo, ao nos aproximarmos, vimos que a erva era uma fina haste verde-clara, permitindo ver a camada espessa de lama que ainda continuava ali depositada (Figura 35).

Logo que avistamos o Rio Gualaxo, paramos em um ponto da estrada. A cor das águas e as marcas fortes da lama nas árvores chamaram nossa atenção. Embora menos vermelho do que em fevereiro daquele ano, o Rio Gualaxo ainda tem um tom forte deixado pelos rejeitos da barragem. Sobre uma pequena ponte, a única entre os distritos que continuou de pé após a lama, vimos passar um córrego de água cristalina que, a poucos metros de nós, se encontrava com o Gualaxo. Nas margens do córrego cristalino, as árvores ainda têm a linha marrom (Figura 36).⁷²¹

Quando chegamos ao distrito naquele dia 7 de julho de 2016, por volta das três da tarde, deparamo-nos com um lugar fantasma (Figura 37). A estrada que o atravessava e ligava a Barra Longa havia sido limpa, e parte da lama havia sido retirada de seu leito, para permitir a circulação, formando taludes de rejeito de minério nas suas margens, os quais escondiam as casas que antes ficavam em contato direto com a via (Figura 38).

Nós nos dirigimos ao centro do núcleo urbano, onde ficava uma quadra coberta de uma escola de dois pavimentos, ao lado da Igreja, que originalmente era branca e naquele momento tinha suas paredes ainda sujas de lama, deixando na cor original somente as duas torres (Figura 39). Estacionamos o nosso carro logo em frente, num lugar previsto para esse fim pela Samarco, que então, trabalhava no interior da igreja. Tentamos entrar na edificação e fotografar o seu interior, mas fomos impedidos pelos operários que lá estavam (Figura 40).

⁷²⁰ Ibidem, p.79.

⁷²¹ ASF, Relatório visita a Paracatu de Baixo em 7 de julho de 2016, 2016.

Seguimos para a quadra. Sobre ela ainda havia quase um metro de lama seca, o que podíamos constatar pela altura das tabelas de basquete que ainda teimavam em desempenhar seu papel (Figura 41).

Na sequência fomos para o prédio da escola. Era um edifício de dois pavimentos: o primeiro havia sido totalmente preenchido pela lama; e no segundo a lama chegou a meio metro de altura — ainda era possível ver as marcas nas paredes. Podíamos circular dentro do prédio nos dois pavimentos. No primeiro, com muito cuidado para que as placas de resíduo, ainda grudadas nas paredes, não se soltassem e causassem um acidente (Figura 42). A escada de acesso para o segundo pavimento era de difícil utilização. Havia lama seca depositada sobre os seus degraus, o que a deixava com uma configuração de rampa bastante inclinada e os seus corrimãos não existiam mais. No interior das salas de aula no segundo pavimento, havia evidências do antigo cotidiano escolar, livros e cadernos grudados em meio à lama seca, além do mobiliário escolar ali disperso. Nas paredes várias mensagens acusando a Samarco do crime, tais como “Samarco Assassina” (Figura 43).

Subo o segundo andar e vejo brinquedos sobre o corredor. Entro em uma sala de aula. A mesa e a cadeira da professora permanecem em seu lugar, mas as carteiras dos alunos parecem terem sido arrastadas para o fundo da sala, estão todas bem juntas. E todas cobertas até a metade pelos rejeitos da barragem. Há livros soltos pelo chão. Na parede, uma criança pintou uma árvore e um céu muito azul, mas metade dele recebeu tinta marrom.⁷²²

Depois fomos às ruínas da casa do nosso guia, que morava próximo à escola, na Rua Santo Antônio. Sua casa ficava próxima à via, mas dentro do lote existiam várias outras casas de seus parentes. Ao lado da via pública, estavam as ruínas do que havia sido um pequeno comércio que ele tinha com sua esposa para complementar a renda (Figura 44).

Fomos também ao cemitério. Do alto de sua colina, era possível visualizar todo o lugarejo. Foi dali que ele nos relatou como havia se dado a chegada da lama na fatídica noite do dia 5 de novembro de 2015.

Ele estava trabalhando na Mina de Germano, em uma das torres de transferência de minério, quando foi informado que a barragem havia se rompido e a lama estava descendo pelo Rio Gualaxo do Norte. Soube também que ela já havia

⁷²² Ibidem.

arrasado um lugarejo nas proximidades, um tal de Bento Rodrigues, que ele não conhecia. Ao ouvir aquilo, ele sabia que a lama chegaria logo a Paracatu de Baixo.

Ele, então, saiu desesperado do trabalho, pegou o seu carro e foi correndo pelas estradas até o distrito, avisar os seus vizinhos, amigos e familiares. Eram aproximadamente oitenta quilômetros de distância da mina até o lugarejo, que ele percorreu mais rápido que nunca, tal eram o desespero e a preocupação em chegar antes da lama para avisar a todos (Figura 45).

Quando chegou a Paracatu, as pessoas já haviam sido alertadas por um helicóptero da Polícia Militar que sobrevoava as localidades às margens dos rios da região, avisando em megafones que as pessoas deveriam sair de suas casas e ir para as partes altas, procurando abrigo longe dos rios. Ele ainda encontrou algumas pessoas que resistiam a sair de suas casas, mas as convenceu de que aquilo era verdade, Paracatu seria destruída a qualquer momento pela lama. As pessoas subiram para pontos mais altos, como a colina onde ficava o cemitério, e dali aguardaram o apocalipse (Figura 46).

[...] não acreditou que a lama chegaria ao distrito. Por prevenção, colocou a TV em cima da geladeira para que ela não estragasse. Um policial que chegou ao local indicou a um vizinho que abrisse as portas de casa, para que a lama não ficasse presa lá dentro quando chegasse. O vizinho resistiu, tinha trocado a fechadura há poucos dias, custou caro. Com o aviso do policial, [...] correu até sua sorveteria para fazer o mesmo, mas, já quase chegando, viu cerca de um metro e meio de lama se aproximar. Eram quase oito horas da noite quando a enxurrada levou a sorveteria.⁷²³

Por volta das vinte horas, a lama virou a curva do rio, começou a entrar pelas ruas e recobriu quase todo o núcleo urbano. A lama se estacionou por um curto período. Havia, no curso d'água, um pouco abaixo de Paracatu, uma barragem de pedra, mas ela não suportou o peso do material e se rompeu. Nesse momento, um grande estrondo reverberou naquele pequeno vale onde se localizava Paracatu de Baixo e deu-se um forte empuxo na lama estacionada, começando novamente a se mover e carregar consigo boa parte das casas do lugar. A população, do alto das colinas, assistia a tudo atônita, num silêncio mórbido frente ao inevitável (Figura 47).

Passaram a noite ali, sem saber o que fazer, velando os restos que sobraram do lugar. Ainda durante a madrugada, começaram a ser resgatados. A violência da lama havia deixado a todos ilhados, a estrada de acesso a Paracatu de Baxo, que

⁷²³ CARVALHO, *Memórias de rio e de gente*, 2016, pp. 69-70.

ficava às margens do Rio Gualaxo do Norte, ficou completamente tomada pela lama. O curso d'água, que tinha na região aproximadamente vinte e cinco metros de largura, teve em alguns pontos setenta e cinco metros de invasão da lama nas suas margens, o que dificultou o acesso e o resgate nos primeiros momentos. Uma possibilidade de acesso era por uma estrada vicinal que ligava o lugarejo ao distrito de Furquim, uma das alternativas utilizadas já no dia 6 de novembro para o resgate dos, daquele momento em diante, atingidos de Paracatu de Baixo (Figura 48).

Na estrada de acesso a Furquim, ainda dentro de Paracatu de Baixo, várias famílias permaneciam em poucas casas não alcançadas pela lama no distrito. Em uma delas morava um parente do nosso guia. Ele havia sido reassentado em Mariana, como todos do lugar, mas não gostava da cidade, achava-a muito grande, a luz o incomodava durante a noite na hora de dormir, então ele passava boa parte da semana em Paracatu de Baixo e ia para Mariana nos finais de semana, atendendo à solicitação de outros parentes e para fazer compras em supermercados, já que em Paracatu, desde sua destruição, não havia mais nenhuma atividade comercial (Figura 49).

Para nosso guia, resistências como a de seu parente impediam o rápido reassentamento definitivo do restante dos moradores. Percebemos nessa fala que a Samarco vinha criminalizando todos os atingidos que insistiam em permanecer nas regiões afetadas, buscando jogar os atingidos uns contra os outros e não revelar a grande dificuldade que ela vinha tendo para negociar terras na região: “A fratura vai ser exposta. Tá trincado. Agora ela vai ficar exposta. Quando esse povo voltar, para qualquer lugar, seja Bento, seja Paracatu, eles não são mais os mesmos...”⁷²⁴

Sobre a questão dos terrenos para reassentamento, nesse mesmo dia, visitamos com o nosso guia três terrenos que estavam sendo apresentados para avaliação. Seguindo a estrada em direção a Furquim, passávamos por dois deles: o do Toninho e o da Lucila — os dois eram vizinhos, mas tinham uma faixa de terra que impedia o contato direto entre ambos. Nossa guia disse que o ideal era que a nova Paracatu se desenvolvesse nos dois terrenos, mas a faixa de terra entre eles impedia essa solução. Posteriormente, a Fundação Renova conseguiu negociar essa faixa e a utilizou para o desenvolvimento do reassentamento, como desejavam os atingidos em 2016. Quanto ao terceiro terreno apresentado, ele ficava mais distante, próximo a

⁷²⁴ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

Ponte do Gama, era o terreno do Joel. Apesar de ser menos recortado — o que parecia uma situação ideal para nosso guia —, era muito distante da antiga Paracatu de Baixo (Figura 50).

Ao nos aproximarmos dos atingidos de Paracatu de Baixo, passamos a acompanhar suas lideranças em várias reuniões para a discussão sobre esses terrenos para o reassentamento definitivo. Com os atingidos desse lugarejo, começamos a desempenhar um papel que achávamos que deveria ter sido realizado também com aqueles de Bento Rodrigues: um corpo técnico que os acompanhasse nos encontros com a Samarco e ajudasse no esclarecimento das informações apresentadas.

Eu participei de uma reunião, o Banco Mundial tem algumas diretrizes de reassentamento em situações de desastre. Eles falam que o ideal é que consiga dar o que a pessoa tinha ou melhorar aquilo que estava ruim, mas nunca menos do que eles tinham. Tinha uma fala muito forte nesse sentido, de conseguir devolver o máximo de coisas que aquelas famílias tinham. Eu acho que ninguém tem a pretensão de falar que vai dar tudo, porque todo mundo tem a consciência que não vai ser possível, mas pelo menos ter o máximo de esforço para isso.⁷²⁵

4.1.2.5 Disciplina extensionista em Paracatu de Baixo

No segundo semestre de 2016, propusemos uma disciplina optativa na graduação em arquitetura e urbanismo da PUC Minas sobre os acontecimentos em Mariana. A intenção era informar e formar arquitetos e urbanistas para situações como a que ocorria na localidade desde novembro de 2015. O nome da disciplina era “Metodologias colaborativas: o caso de Mariana” e apresentava os seguintes objetivos:

- Realizar práticas extensionistas mediante o atendimento às demandas da população atingida pelo desastre tecnológico da barragem de Fundão em Mariana/MG;
- Investigar categorias de metodologias alternativas ao modo convencional de metodologia projetual;
- Compreender o conceito de metodologia colaborativa;
- Desenvolver Metodologia Participativa x Autonomia;
- Desenvolver Processos, métodos e práticas colaborativas;
- Desenvolver Metodologias Colaborativas no espaço real e no espaço virtual;

⁷²⁵ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

- Verificar limites e potencialidades das Metodologias Colaborativas enquanto prática de assessoria técnica;
- Assessorar os moradores do município de Mariana, Minas Gerais, atingidos pelo desastre tecnológico ocorrido com o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade das empresas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton;
- Investigar as metodologias empregadas pela Samarco na resolução do desastre tecnológico gerado pelo rompimento da barragem de Fundão;
- Investigar metodologias colaborativas que se adequam à condição dos atingidos pela barragem do Fundão em Mariana/MG;
- Desenvolver Processos, métodos e práticas colaborativas que se adequem à condição dos atingidos pela barragem do Fundão em Mariana/MG.

A disciplina se iniciou em agosto, logo após os dois meses de intenso trabalho de campo da ASF a partir do projeto Brazil Foundation. Para o desenvolvimento da disciplina, trabalhamos Paracatu de Baixo como o caso real a ser explorado, buscando desenvolver os objetivos da disciplina junto com os associados da ASF. Criávamos, assim, possibilidades de ampliar o ensaio de assessoria técnica também para os atingidos de Paracatu de Baixo. Partimos das mesmas estratégias utilizadas para Bento Rodrigues, testando e avaliando com os graduandos os procedimentos adotados até então, e adaptando-os para o contexto do ensino e da extensão. A partir desse momento, passamos a receber o apoio do Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

Como estratégia didática para uma primeira aproximação sobre o caso, fizemos um levantamento de como a imprensa vinha conduzindo o assunto, com relatórios produzidos pelos estudantes. O evento era tratado na mídia como uma grande catástrofe, o que de fato foi, mas não eram exibidos dados sobre os motivos do desastre, como se o ocorrido fosse algo estranho aquela realidade, uma eventualidade num cotidiano em que ia tudo bem. A reflexão crítica acerca do sensacionalismo que muitas vezes marca o tratamento da mídia a eventos semelhantes é importante para a formação dos assessores técnicos, para que estes promovam o desmonte desses discursos para além dos fatos apresentados e estabeleçam os vínculos com outros aspectos que são pouco esclarecidos quando se trata um evento como excepcional, indo além da carga emocional que eventos como o desastre sociotécnico de Mariana acabam produzindo (Figura 51).

Ainda no início da disciplina, visitamos o lugarejo com os estudantes, ocasião na qual todos puderam perceber o impacto do desastre na região. Ao chegarmos ao distrito, deixamos todos os estudantes livres para realizar o objetivo principal da visita: conhecer as ruínas da localidade atingida e produzir um relatório fotográfico. Essas foram estratégias didáticas iniciais que visavam ao reconhecimento dos lugares atingidos, especialmente Paracatu de Baixo. Os estudantes seriam postos em contato direto com os atingidos do distrito e aquela aproximação era uma preparação para as próximas etapas, quando eles aplicariam a cartografia colaborativa com diferentes famílias do distrito (Figura 52).

Também como parte das preparações para que os estudantes entrassem em contato com os atingidos, os extensionistas e professores do departamento de ciências sociais vinculados ao Escritório de Integração fizeram o levantamento da população atingida de Paracatu de Baixo, a fim de que realizássemos, com os alunos da disciplina, a aplicação dos mapas colaborativos: “Fomos preparar o campo, porque ninguém vai para campo sem preparar. Saímos daqui uma sexta-feira à noite, baixamos para Mariana.”⁷²⁶

Como o mapa colaborativo seria aplicado pelos alunos com o acompanhamento de associados da ASF, o contato prévio com os atingidos que participariam da atividade foi bastante estreito. Queríamos que eles compreendessem que aquela era também uma atividade didática na formação dos arquitetos e urbanistas. Nesse processo, levantamos dez famílias de Paracatu de Baixo que participariam da atividade.

Comunidade tipicamente rural, “PRI O RI TA RIA MEN TE” de mulheres, e os homens não serve pra “NA DA”. O pessoal de Paracatu de Baixo trabalhava para o pessoal de Paracatu de Cima. Em Paracatu, assim como em Bento, há segregação sócio-espacial.⁷²⁷

Logo nos primeiros contatos pudemos perceber a nítida diferença entre as comunidades afetadas e a grande vulnerabilidade social de Paracatu de Baixo. A simplicidade de modos, o fato de serem predominantemente negros, de terem suas reuniões semanais sempre tumultuadas, porém, abertas aos que vinham de fora participar.⁷²⁸

⁷²⁶ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷²⁷ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷²⁸ LIMA & OLIVEIRA, *Cozinha, café, prosa e cuidado*, 2018, p. 82.

No cronograma da disciplina, estava prevista a aplicação dos mapas colaborativos em setembro de 2016. Para isso, em agosto, estudantes e professores de ciências sociais foram, aos finais de semana, para Mariana, no intuito de coletar dados dados sobre os atingidos de Paracatu de Baixo que participariam da atividade.⁷²⁹

Importante salientar que, ao contrário de Bento Rodrigues, não existem registros escritos sobre Paracatu de Baixo. Portanto, ali, como noutras comunidades sem escrita, era fundamental recorrer à memória dos moradores mais antigos. Como “genealogistas”, guardiões dos acontecimentos e de seus significados, são verdadeiros historiadores da realidade vivida, depositários das tradições, dos costumes e dos hábitos que dão sentido à vida cotidiana.⁷³⁰

Assim como havia se dado com os atingidos de Bento Rodrigues, para a atividade do mapa colaborativo de Paracatu de Baixo, foi organizada uma base cartográfica com a indicação do sistema viário local e ícones dos edifícios coletivos (Figura 53).⁷³¹

Agendamos a aplicação do instrumento no feriado de 7 de setembro de 2016. Cada equipe era composta por três estudantes e um associado da ASF. Eu, como professor, fiquei, durante todo o dia, circulando nas diferentes casas, monitorando a realização das atividades, acompanhado também por um dos associados da ASF (Figura 54).

Sairíamos dali com o mapa e um relatório de cada equipe sobre os procedimentos adotados na atividade. Ela seria analisada tanto com relação aos dados específicos obtidos quanto como tecnologia social de levantamento de informações sobre comunidades atingidas. Seria, portanto, avaliada como ferramenta para a compreensão dos grupos sócio-espaciais, desenvolvendo com os estudantes a percepção de que a cartografia não é neutra e imparcial, mas uma representação de processos sócio-espaciais complexos que devem ser considerados numa experiência de assessoria técnica (Figura 55).

Os produtos cartográficos são instrumentos de comunicação rápida, sendo de acordo com Raisz (1969) mais antigos que a própria escrita. Ainda de

⁷²⁹Não tínhamos, ainda, nenhum aporte financeiro para o desenvolvimento dos trabalhos provenientes do EI — os recursos utilizados foram da parceria com a ASF, através do projeto Brazil Foundation.

⁷³⁰ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, pp. 36–37.

⁷³¹ A comissão de Paracatu, se fosse formada por mulher, elas já tinha dado jeito de a Samarco resolver as coisas. [Apoiadora, 16 abr. 2017]

acordo com o referido autor foram encontrados em sociedades pré-históricas sofisticados mapas com indicações de elementos complexos. Importante destacar que enquanto representação espacial, a Cartografia está diretamente vinculada ao momento histórico-cultural de determinada sociedade.⁷³²

A aplicação dessa ferramenta cartográfica evidenciava a importância de considerar a experiência daquele grupo sócio-espacial nos lugares atingidos pela lama, uma possibilidade para superar as abstrações que norteavam a definição das resoluções dos problemas gerados pelo desastre até então. Para os estudantes, uma experimentação de um instrumento para conhecer os grupos sócio-espaciais que, ao produzirem seus espaços, registram suas vivências, cuja consideração é necessária numa eventual intervenção. Como indica Ribeiro:

[...] a inclusão do território usado, do contexto (local e lugar), na compreensão da ação social estabelece um forte ponto de apoio para a superação dos impactos, na região, da crise paradigmática das ciências sociais. Esta inclusão amplia o diálogo entre as ciências sociais e indica características da pesquisa urbana hoje necessária.

São algumas dessas características: a valorização da ação possível, ainda que não apresente os traços esperados por teorias sociais e partidos políticos; a valorização dos usos do espaço, especialmente os construídos pelos movimentos populares; a valorização da memória popular das lutas urbanas e no urbano; a valorização dos vínculos entre identidades sociais e território (territorialidades); a valorização dos estudos transescalares da ação social; a valorização de inovações institucionais identificadas a partir da análise dos sentidos da ação social.⁷³³

O mapa colaborativo confirmou uma característica de Paracatu de Baixo: como mencionado anteriormente, os seus moradores eram uma grande família estendida, pois quase todos eram parentes ou aparentados.

[...] grupos estratificados, compostos de famílias nucleares de diversos níveis, ligadas entre si, por laços de parentesco, aliança, compadrio, de afeição, de solidariedade, de proteção; as famílias extensas estabeleciam também laços de colaboração e de alianças, compondo assim grandes blocos de parentelas ou de linhagens.⁷³⁴

O perfil de Paracatu, eles são pretos, eles brigam entre eles, mas também é uma coisa que é diferente. Ao mesmo tempo que briga, no outro dia, as mães, as tias, as avós, as vizinhas fazem ir lá e pedir desculpa, e fazer as pazes. Uma coisa que a gente tinha identificado é que aonde eles moravam sempre tinha muita roupa estendida. Tinha muita roupa estendida, podia saber que

⁷³²Ibidem, p. 18.

⁷³³RIBEIRO, Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano, 2012, pp. 154–155..

⁷³⁴QUEIROZ, Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro, 1971, p. 67.

eles estavam lá, ou então, se chegar num lugar, ver uma hortinha, pneus, lata, pode saber: são atingidos.⁷³⁵

A partir desse exercício, identificamos como aquele grupo sócio-espacial se organizava em três núcleos:

O primeiro destes núcleos, situado à entrada do povoado pela estrada de Monsenhor Horta, é descrito como curioso caso de concomitância dos fenômenos de segregação e autosegregação socioespacial; cabe salientar o vínculo familiar consanguíneo dos moradores. O segundo núcleo distribuiu-se na porção central do vilarejo em redor dos principais equipamentos coletivos: Igreja, Campo, Escola, Praça e Bares (do Jairo, do Machado e da Sandra). Por fim o terceiro núcleo se desenrola em redor do cemitério, localizado no alto de uma pequena colina, as casas se distribuem em redor das duas ruas que circulam o morro; neste núcleo também vigora um forte vínculo consanguíneo entre os moradores, ali se situam uma igreja evangélica e o Bar do Banana (Figura 56).⁷³⁶

O núcleo urbano como um todo era muito vinculado às atividades rurais que ocorriam em Paracatu de Cima e a localidade era como um grande apoio para essas propriedades rurais, com escola, igrejas, mercearias, bares e restaurantes. Era completamente dependente e complementar das áreas rurais — inclusive, vários de seus moradores eram funcionários dos pequenos sítios de Paracatu de Cima.

Dessa constatação, inferimos melhor por que os atingidos desses dois distritos sempre se apresentavam contrários às propostas da Samarco e, posteriormente, da Fundação Renova, que tratavam do reassentamento de Paracatu de Baixo e desconsideravam seus vínculos com os atingidos de Paracatu de Cima: com o levantamento percebemos que não seria possível tratar os dois lugares separados.

Após a elaboração e análise dos mapas colaborativos, começamos a desenvolver outra interface para realizar uma dinâmica que partisse também da memória sócio-espacial. Mas, dali em diante, nós o faríamos não somente com o núcleo familiar, como foi no mapa. Pretendíamos que fosse um material que proporcionasse uma discussão com uma coletividade mais ampla. Para isso, propusemos duas maquetes na escala de 1/1000 das duas localidades, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Quando a ASF começou o projeto Brazil Foundation, seu plano de trabalho já indicava a produção dessas maquetes, e, no decorrer da aplicação dos mapas

⁷³⁵ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷³⁶LIMA & OLIVEIRA, *Cozinha, café, prosa e cuidado*, Mariana, 2018, p. 98.

colaborativos, as equipes sentiram a necessidade de fazer uma dinâmica semelhante com um grupo maior de atingidos. Poderíamos realizar essa discussão com outros instrumentos, como num mapa maior, porém, durante as entrevistas e a elaboração dos mapas colaborativos, percebíamos que os atingidos citavam vários aspectos relacionados à morfologia dos lugares. Uma maquete física ajudaria na compreensão das relações da memória sócio-espacial com os aspectos físico-territoriais dos lugares atingidos: “E o negócio da materialidade, com a maquete podíamos avançar nisto, a pessoa vai ver, ela vai poder pegar”.⁷³⁷

Para a elaboração das maquetes, a ASF se associou à disciplina “Metodologias colaborativas: o caso de Mariana” e ao Escritório de Integração, que, no final do segundo semestre de 2016, teve um projeto de pesquisa aprovado na Fapemig, ampliando seu papel na assessoria técnica aos atingidos de Mariana.

Como atividade didática na disciplina, propusemos um evento em que as maquetes seriam apresentadas e produzidas junto com os atingidos. Conversamos com representantes da comissão dos atingidos, especialmente com os de Paracatu de Baixo, com quem, no final de 2016, estávamos mais em contato. A expectativa era que o evento ocorresse no feriado de 2 de novembro de 2016, na Praça Gomes Freire, onde as maquetes seriam apresentadas e os atingidos seriam convidados a conhecê-las e a participar das dinâmicas. A intenção era também que os moradores de Mariana conhecessem um pouco mais sobre os lugares destruídos, buscando esclarecer a presença dos atingidos reassentados na sede municipal.

Quando fizeram as maquetes, apresentaram para as famílias, eu participei um dia e observei que alguns conseguiram entender, outros não, mas eu acho que foi uma ferramenta válida. Então tinha gente com o senso muito apurado, outras pessoas não. Eu tenho uma imagem muito clara de uma senhorinha, ela chegando e olhando, uma técnica foi explicar e falou: “A senhora vai morar aqui! A senhora está entendendo?” Ela respondeu: “Eu só quero a minha casa”.⁷³⁸

A relação da população de Mariana com os atingidos sempre foi tensionada: eles eram criminalizados, e não a Samarco, que causara o desastre. Durante as entrevistas e a aplicação dos mapas colaborativos, vários atingidos relataram situações de constrangimento no comércio da cidade, não sendo atendidos ou sendo maltratados. Uma senhora atingida de Paracatu de Baixo, no dia da aplicação do

⁷³⁷ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷³⁸ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

mapa colaborativo, estava muito triste. Sua filha pediu que conversássemos com ela para tentar entender o que estava acontecendo. Após uma longa conversa e depois de muita resistência, ela contou que naquele dia ela havia ido à padaria e o comerciante não quis vender pão para ela por ela ser uma atingida e estar atrapalhando a retomada das atividades da Samarco. Ela nos disse: “Vocês vejam que absurdo, eu nunca tinha ouvido falar dessa tal de Samarco até o dia que a sua lama destruiu minha casa, e eu que tenho culpa dela não estar podendo funcionar?”. Durante nossas visitas a Mariana, já havíamos passado por situações de constrangimento no comércio local quando de uma reunião no MPMG, ocasião em que fomos almoçar num restaurante e o garçom nos perguntou se estávamos na cidade por causa daquela confusão dos atingidos (Figura 57).

Começamos a produzir as maquetes e a organizar o evento, olhando todos os procedimentos necessários para a sua realização, desde as liberações legais para fazê-lo até os equipamentos de apoio e suporte. Essa se tornou uma atividade didática na disciplina. Com isso, organizamos equipes de estudantes que desenvolveriam cada uma das atividades necessárias para a realização do evento na data acertada. A coordenação dos trabalhos era feita por mim, como professor da disciplina, pela ASF e pelos extensionistas do Escritório de Integração (Figura 58).

Durante toda a preparação, estivemos em contato com representantes de Paracatu de Baixo que faziam parte da comissão dos atingidos. Uns quinze dias antes do evento, fomos para Mariana, a fim de nos reunirmos com a comissão e organizar os últimos procedimentos.

Lá chegando, encontramos-nos com a comissão dos atingidos e nos deparamos com funcionários da Fundação Renova e somente os atingidos de Paracatu de Baixo. Achamos estranha a situação, mas, como havíamos sido convidados pelos próprios atingidos para participar e apresentar para todos como estava a organização do evento do dia 2 de novembro de 2016, ingressamos na sala.

A reunião nos incomodou bastante. Parecia que estavam todos cooptados pela Fundação Renova. Inclusive, nossa ação começou a ser considerada como parte das ações coordenadas por ela no município. Na saída daquele encontro, combinei de conversar em separado com a comissão nos próximos dias e esclarecer como seria essa relação com a Fundação Renova.

Numa outra sala do edifício, pessoas se reuniam para discutir sobre a pauta do jornal *Minuto de Sirene*. Pedimos para participar dela, mas fomos impedidos. Assim,

ficamos aguardando do lado de fora para esclarecer dúvidas sobre o evento e convidar o jornal a participar como parceiro. Ao término daquele encontro, conversamos com uma das responsáveis pelo jornal. Depois de tentar se desvencilhar da conversa, ela esclareceu que achava nossa atuação muito perigosa, muito próxima da Fundação Renova. Explicamos que isso era uma interpretação equivocada, pois não tínhamos nenhuma relação com a fundação.

A cooptação, muito utilizada por aqueles que ocupam o poder para enfraquecer quem os questiona, leva a eventos marcados pela desconfiança, como aquele em que nos vimos envolvidos naquele instante. Essa é uma situação observada também nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, quando representantes das organizações políticas e do apoio acadêmico se vinculam a estruturas burocráticas do Estado ou a ONGs. Ao retornar aos lugares, como representantes dessas estruturas, geram desconforto e desconfiança entre os ocupantes. É comum ouvirmos burburinhos resignados: “Companheiros, tomem cuidado com ‘fulano de tal’, ele agora é da Secretaria...”. É importante ressaltar que as falas são quase sempre num sentido de perda de um quadro político. Ocasões como essa nunca são tratadas como o caso de um agente que poderia estar dentro dessas estruturas burocráticas trabalhando para a luta política no campo do inimigo. A percepção de ser sempre uma perda é indicativo de como são frágeis as posições dos forasteiros: “Nós fomos muito contestados no começo porque nós chegamos depois, é como se a gente chegasse de fora, estrangeiros, e ainda por cima chegamos com dinheiro. Então fomos muito contestados, inclusive pelas entidades locais, eles achavam que não precisava trazer ninguém de fora. Depois eles foram reconhecendo.”⁷³⁹

Naquela noite, retornamos para Belo Horizonte muito incomodados com tudo o que havia acontecido e achamos que o melhor a fazer, naquele momento, era nos afastarmos de Mariana e da assessoria técnica direta com os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Esperávamos, naquele período, a contratação da assessoria técnica que acompanharia os atingidos nas negociações, envolvendo o reassentamento definitivo. Desse modo, decidimos aguardar essa contratação para nos reaproximarmos. No dia seguinte, liguei para um representante da comissão dos atingidos e cancelamos o evento. Na disciplina, continuamos a desenvolver as

⁷³⁹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

maquetes e os materiais previstos, que seriam entregues à comissão em ocasião oportuna.

Uma assessoria técnica direta como aquela que propúnhamos nos pareceu uma estratégia frágil frente à complexidade das medidas necessárias diante do desastre da Samarco. A retomada de uma ação institucionalizada parecia imprescindível, apesar do receio de que essa escolha poderia levar à burocratização da luta política, o que, segundo Castoriadis, enseja a destruição de transformações mais profundas, como concluí ao observar as revoluções socialistas do século xx.⁷⁴⁰

Entrementes, percebíamos uma disputa dentro do MPMG, entre o CAO-DH e a Cimos. Nós, da ASF, éramos identificados como associados políticos ao CAO-DH, graças a outros trabalhos nos quais éramos parceiros, porém, não existia uma ligação direta como se fez parecer; as parcerias poderiam também ter se dado com a Cimos.

Havia, ainda, embates entre o MAB e as Brigadas Populares desde o início. Nesse panorama a ASF era associada às Brigadas. Com isso, os militantes do MAB sempre evitavam estabelecer qualquer contato conosco em fóruns públicos, situação que foi impedindo a construção de um trabalho conjunto. O MAB também era próximo ao clero da Arquidiocese de Mariana. Como vários associados da ASF eram professores da PUC Minas, eram considerados como representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte. Houve várias tentativas de aproximação com os representantes da arquidiocese local, que sempre se esquivaram dos encontros e reuniões.

Disputas como essas são recorrentes nas experiências de assessoria técnica — presente, inclusive, nas ocupações urbanas de Belo Horizonte —, o que demanda certa predisposição ao diálogo para garantir a continuidade dos trabalhos. Em Mariana, isso foi agravado pela complexidade do desastre. Ademais, a assessoria técnica era vista como forasteira e ainda não tinha conseguido superar essa imagem, algo que não poderia alcançar naquele momento. O afastamento foi uma estratégia para avaliar a continuidade do trabalho, considerando até mesmo, como dito, uma retomada mais efetiva de uma ação institucionalizada.

Apesar da situação a que havíamos chegado, aquele ensaio indicou cuidados a serem tomados pela assessoria que se instalaria a partir de novembro de 2016, apoiando diretamente a comissão dos atingidos de Mariana e o MPMG, assumida pela Cáritas Brasileira. Esta última já havia desenvolvido vários trabalhos em parceria com

⁷⁴⁰CASTORIADIS, *A instituição imaginária da sociedade*, [1975] 1982, pp. 78–79.

a Cimos em Conceição do Mato Dentro, em embates contra outra multinacional da mineração.

Então, a Cáritas nessa história da luta com a mineração, sua prioridade é a luta contra os grandes projetos, em defesa do povo pobre, que é quem mais sofre. Quando chega um grande projeto, os ricos tendem a ganhar, porque vão montar supermercados, vão crescer, os médicos vão crescer porque vai ter mais trabalho etc. Em Conceição os hotéis crescem. Então quem tem dinheiro na cidade ganha, mas os pobres acabam ficando mais pobres. Então nossa chegada em Conceição aconteceu a partir de um convite do Ministério Público de Minas Gerais, nós não estávamos lá no começo da luta, a luta foi construída por atores locais, o próprio Ministério Público, Reaja, MAM, a própria universidade, o GESTA, que foram os atores iniciais lá. A Cáritas chega a partir de um convite pelo Ministério Público, através da Cimos, eles conheceram um trabalho que a Cáritas tem no Nordeste que chamamos de Fundo Rotativo Solidário, que é essa história de exercer a solidariedade, muito ligada à questão produtiva. Então o MPMG convidou a Cáritas no sentido de dar uma compensação aos atingidos e atingidas pela mineração lá em Conceição do Mato Dentro. Nós falamos com eles: “Nós não pegamos dinheiro direto da mineração”. E eles disseram: “Podem ficar tranquilos, vem através do TAC”. Era um Termo de Ajustamento de Conduta que eles tinham aplicado na mineradora Anglo American, aí nós elaboramos o projeto. O que queríamos com esse projeto é mostrar que existe outra forma de construir as riquezas, ela pode ser gerada a partir do talento local, em Conceição tem outras possibilidades de exploração, não somente a mineração. Tem o talento do seu povo, que inclusive estava ali antes da mineração, tem uma culinária rica, o queijo é rico, a quitanda é rica. Então esses são os instrumentos que nós queremos desenvolver. O turismo também é rico, tem muitas cachoeiras bonitas, muitos penhascos, a Serra do Espinhaço, a Serra do Cipó... são várias coisas a serem mostradas para o mundo!⁷⁴¹

Essa nova experiência de assessoria técnica desenvolvida junto aos atingidos tinha maior intimidade com as práticas institucionalizadas, propensa, portanto, a desenvolver pautas abstratas e distante das questões cotidianas daqueles grupos sócio-espaciais. Isso poderia levar a uma atuação que se assemelha ao que Marcelo Lopes de Souza classifica como ativismo no sentido fraco,⁷⁴² ou seja, atento a resultados distantes do que interessa aos diretamente interessados no embate, os grupos sócio-espaciais atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Uma atuação institucionalizada exigiria engajamento das organizações políticas que atuavam junto aos atingidos, como o MAB e os apoiadores vinculados ao meio acadêmico, para a construção de pautas que tais agentes considerassem ganhos políticos para além das questões imediatas. A prática política clientelista de atendimento às demandas imediatas dos atingidos, a partir de então também

⁷⁴¹ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁴² SOUZA, *O desenvolvimento metropolitano*, [2000] 2005, p. 281.

promovida pela Fundação Renova, era o grande desafio que se somava a outro: a atenção aos procedimentos de uma assessoria institucionalizada.

Os arquitetos estão presentes nos processos de construção das soluções, na elaboração dos projetos, e atuarão nas obras e na pós-ocupação. Naturalmente, a escola não trata de maneira específica de um caso tão peculiar, mesmo porque a ocorrência deste tipo de situação é raríssima. Mas, em toda disciplina no mundo das ciências, existem metodologias de abordagens que podem ser aplicadas a cada novo desafio humano, aplicando conhecimentos e experiências acumuladas em situações que têm algum tipo de paralelo.⁷⁴³

Nesses casos a cooptação é mais recorrente, desestabilizando o engajamento dos agentes. Essa cooptação não se dá somente pelo óbvio atendimento das demandas desse grupo, mas também por colocar situações que exigem o envolvimento dos assessores no seu atendimento e prejudicam o acompanhamento mais próximo dos grupos sócio-espaciais atingidos, ou se desvencilhando de situações conflituosas e não as resolvendo, como indica o testemunho de uma agente pública nas discussões sobre o projeto de Bento Rodrigues: “Eu participei de reuniões, que o clima ficou um pouco mais tenso, eles conseguem baixar um pouco, eles não se colocam nesta linha de ataque, eles tentam dar uma acalmada, eles têm um equilíbrio para conduzir.”⁷⁴⁴

Isso tudo se assemelhava às mesas de negociação com as ocupações urbanas de Belo Horizonte, que demandavam um tempo enorme de reflexão das organizações políticas e do apoio acadêmico na elaboração de seus termos e nas suas reuniões quase semanais, levando ao afastamento desses agentes do territórios e do convívio com os ocupantes — em Mariana, seria o afastamento dos atingidos.

Desde o início houve uma priorização, dentro do Estado isto sempre foi tratado como prioridade: chegou algo sobre o reassentamento, era interromper o que está fazendo para atender a demanda. Não era uma demanda contínua, às vezes você tinha, às vezes não tinha. Quando tinha, tomava semanas. Por exemplo, na semana que eu analisei o projeto, eu só fiquei com isso, inclusive me isolei, saí da minha mesa e fiquei numa sala para olhar só o projeto. Em termos de pressão, eu acho que houve agora no final. Eu alinho um pouco com o período eleitoral.⁷⁴⁵

⁷⁴³ Arquitetos do projeto de reassentamento. Entrevista arquitetos do projeto de reassentamento. 24 out. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁴⁴ Agente público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁴⁵ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

Todo mecanismo ou procedimento institucionalizado utilizado numa luta política deve ser tratado com cuidado. Ele cria elementos que passam a mediar as relações, prejudicando o exercício da autonomia dos grupos sócio-espaciais envolvidos, já que a autonomia se manifesta no fazer. Por isso, qualquer redução desse fazer a procedimentos e ferramentas pode ser uma intervenção que prejudique sua autonomia e reduza seu potencial emancipatório.⁷⁴⁶

O processo indicava algo constante nos procedimentos de redemocratização no Brasil, os princípios autoritários na gestão estatal. Mesmo governos 'progressistas' mantêm aspectos autoritários na sua relação com a sociedade e os movimentos populares. Por exemplo, na discussão da reforma urbana brasileira: ocorrem conquistas relevantes do ponto de vista institucional, mas poucos avanços no cotidiano da sociedade. Existem avanços institucionais como o reconhecimento tácito da legitimidade da autoprodução do espaço, porém o que se observa são desmontes de espaços autoconstruídos para a construção de conjuntos habitacionais produzidos dentro de outros parâmetros não vinculados à autoprodução já instalada. As políticas habitacionais que consideram a autoprodução do espaço são tomadas como falhas. A autoprodução como uma estratégia de apropriação e formação das nossas cidades não se transformou numa política pública. Ela ainda é criminalizada e desconsiderada pelas estruturas institucionalizadas, não obstante presente em normas, como no Estatuto da Cidade, no Estatuto da Metrópole e noutros diplomas legais estaduais e municipais em todo o país. Essas condições, ressalvadas suas diferenças, estavam postas para a assessoria técnica que acompanharia os grupos sócio-espaciais de Mariana.

As contradições de uma assessoria técnica institucionalizada passam pela dificuldade em superar o imaginário capitalista. A valorização da memória sócio-espacial dos atingidos garantiria sua permanência e daria visibilidade às suas práticas cotidianas, sem privilegiar somente as disputas postas pelas institucionalidades e suas supostas conquistas.

Eu tive menos contato. Eu não tive mais contato com a Renova, menos com a Cáritas. Com a Cáritas, pelo menos nas visitas, eu sentia um certo receio de se posicionar, ficavam mais na deles, eu não via tendo um comportamento agressivo, eu sentia que às vezes precisava ter mais, contar mais com a presença deles de defesa. A minha percepção era que, quando estava com

⁷⁴⁶ CASTORIADIS, A instituição imaginária da sociedade, [1975] 1982, p. 95.

a comissão dos atingidos, existia alguma conversa, algo que estava sendo debatido, mas, quando ia para embate, ficavam provocando os atingidos para se posicionarem, mas as famílias não se posicionavam, ficavam, sabe?⁷⁴⁷

4.1.3 Terceiro momento em Mariana: uma ação empastelando

4.1.3.1 Parcerias desencontradas

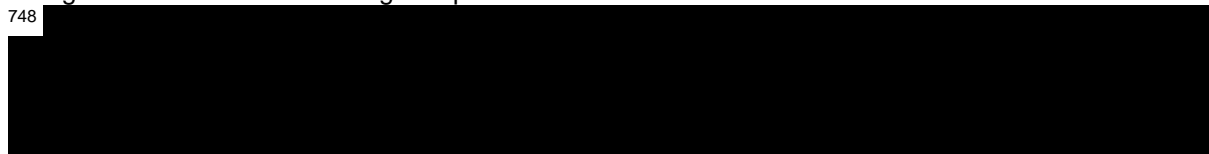
Em outubro de 2016, a ASF e o EI se afastaram do contato direto com os atingidos em Mariana,⁷⁴⁸ porém, em Belo Horizonte, o desenvolvimento dos materiais que poderiam ser utilizados posteriormente continuou: a análise dos mapas colaborativos produzidos pela ASF e pela disciplina “Metodologias Colaborativas: O caso de Mariana”, a produção das maquetes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo,⁷⁴⁹ além de reuniões com parceiros para uma futura retomada dos trabalhos em campo. Um comunicado interno da ASF informava aos demais associados a decisão:

Na última terça-feira tivemos uma reunião geral da ASF e decidiu-se que, devido as dificuldades em nos relacionar com os demais agentes que têm se envolvido na resolução do desastre da Samarco, iremos nos afastar do trabalho de campo por um período. Na avaliação dos presentes há uma percepção de que esse problema está contaminando outros contratos com o Ministério Público. [...] Na reunião decidimos que a ASF irá se afastar momentaneamente da atuação em Mariana. A proposta é aguardar a nomeação da assessoria técnica que será contratada pela comissão dos atingidos e coordenada pelo MPMG.⁷⁵⁰

Já em novembro, a Cáritas Brasileira foi contratada pela comissão dos atingidos para acompanhá-los nas negociações com a Fundação Renova.⁷⁵¹

⁷⁴⁷ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁴⁸



Censurada

⁷⁴⁹ No final de outubro de 2016 e durante o mês de novembro, aconteceu, na Escola de Arquitetura da UFMG, a ocupação do edifício pelos estudantes, em protesto contra a PEC 241, proposta de emenda constitucional que estabelecia o teto de gastos públicos, que diminuía os gastos com vários serviços públicos, dentre eles a educação superior. Durante a ocupação, ocorreram vários eventos para os ocupantes e o público que apoiava o ato. Em um desses momentos, a disciplina “Metodologias colaborativas: o caso de Mariana” realizou uma oficina, na ocupação, sobre a construção das maquetes físicas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e sobre o que estava ocorrendo em Mariana.

⁷⁵⁰ Informe interno das Arquitetas Sem Fronteira Brasil em 16 de outubro de 2016.

⁷⁵¹ São vários atores, a Cáritas, a assessoria dos atingidos, a Fundação Renova, que é a responsável por desenvolver, representando a Samarco, o Estado, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Tinha umas reuniões das câmaras técnicas, o reassentamento é um dos programas

A Cáritas é uma entidade da Igreja Católica, ela foi criada para ser o braço social da igreja. No Brasil a Cáritas tem 60 anos, foi criada pelo Dom Hélder Câmara, que se dedicou às causas dos pobres no Brasil, ele criou a Cáritas como uma rede internacional de ajuda humanitária presente em 202 países, ele trouxe para o Brasil a Cáritas em 1956. No começo foi uma ação muito assistencialista. A Cáritas foi muito assistencialista, mas Dom Hélder Câmara sempre falava: “Se dou um pão aos pobres, me chamam de santo, se pergunto por que eles são pobres me chamam de comunista!” Então ele sempre teve essa concepção da teoria da libertação, de colocar que a libertação do povo é a igreja perguntar quem é aquele sujeito e fazer aquela pessoa ter direito, ela ser um sujeito do direito. Então é nessa linha que a Cáritas atua, uma linha que ficou muito forte principalmente a partir da década de 70 e 80, quando muitos militantes, que estão hoje na esquerda brasileira, foram formados pelas comunidades eclesiais de base. A Cáritas é uma das entidades da igreja que acredita na teologia da libertação, embora a hegemônica seja a carismática, em que a libertação se dá através da louvação, da reza. A Cáritas acredita que a libertação é estar junto com povo! Hoje estamos na história de pescar juntos, uma linha da igreja que acredita que a libertação vai vir através da formação da consciência através da luta pelos seus direitos, lutar por um Brasil melhor!⁷⁵²

No final de janeiro de 2017, começamos a nos reaproximar do trabalho direto com os atingidos. Entramos em contato com a Cáritas e apresentamos os materiais que havíamos produzido e levantado. Eles se interessaram pelo material e estabelecemos uma parceria: “Às vezes que eu fui a campo, eles sempre tinham algum representante, alguém que tava trabalhando, passando informações, tentando assessorar. Esse crédito que eles deram ao Estado, parecia que eles também tavam um pouco desconfiados da Cáritas, queriam verificar se a assessoria era efetiva de fato.”⁷⁵³

O terceiro momento de atuação junto aos grupos sócio-espaciais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foi marcado por uma atuação institucionalizada, o que gerou, entre os envolvidos da ASF e do EI, certo receio, afinal, o trabalho de mobilização acaba sendo pautado por instâncias superiores, e não constituído pela base.

Após pouco mais de um ano do desastre, os atingidos estavam cansados com a, contraditoriamente, maior adesão às propostas da Fundação Renova para o reassentamento, ainda que isso culminasse numa destruição ainda maior das

dessas câmaras técnicas, tudo que envolve a catástrofe, tem algum tipo de projeto. Nas reuniões você tinha representante de tudo. [Agente público, 18 set. 2018]

⁷⁵² Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁵³ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

relações sócio-espaciais que existiam originalmente.⁷⁵⁴ Isso ficava evidente na desqualificação de qualquer problematização ao que era apresentado.

Aí eles desenvolveram essa proposta e quando chegou no Estado, acho que foi um balde de água fria. O Estado deu bomba e eu acho que pensaram, “pronto, não vai aprovar nunca!” O Estado falou assim: “– Não, calma aí, não está aprovando por isso, por isso...” e tentou explicar. Falaram da possibilidade de uma outra área, eu acho que foi uma sugestão posta pela Cáritas. A proposta foi repassada para a Renova, e o Estado intermediando. Neste caso a Renova teria que desenvolver outro projeto. A Renova questionou: “– Agora a gente vai apresentar os dois projetos para as famílias tentarem visualizar?” Eles tinham que tentar passar um pouco mais da realidade, para os atingidos entenderem.⁷⁵⁵

Vale destacar que toda a mobilização ocorrida em prol dos atingidos já ia na direção de afirmar procedimentos hegemônicos que não dialogavam com as práticas sócio-espaciais daqueles grupos, a começar pelo protagonismo das instituições nessa mobilização da base. O fato de o convite à participação ter origem nas instituições é perigoso porque cria ilusões quanto a seus propósitos. Naquele momento, era necessário, mas não deveríamos cair no autoengano e acreditar sem ressalvas nos seus resultados, eles são limitados frente à realidade.

Ao se levantar essas questões, não se está, por um minuto sequer, subestimando o poder corruptor do Estado ou edulcorando as intenções dos agentes governamentais. O desafio é o de, mesmo sabendo disso, perceber a necessidade de ir além do “nada tenho ou quero ter a ver com o Estado”, a fim de evitar o isolamento e alcançar, às vezes, maior eficácia política. Um tal desafio, entretanto, é enorme. Gigantesco.⁷⁵⁶

Apesar do grande desafio, a ação almejava incentivar a autonomia dos atingidos frente a irresponsabilidade da Samarco, causadora do desastre, e diante de resoluções cujas negociações eram, desde o segundo semestre de 2016, conduzidas pela Fundação Renova que a representava, afinal: “*Autonomia* — que significa criar as próprias regras — é diferente de *participação*, que significa ‘tomar parte numa determinada ação ou instância’ onde as regras já foram estabelecidas”.⁷⁵⁷

No começo da parceria com a Cáritas, preparava-se a assembleia para ‘aprovação’ pelos atingidos do *masterplan* do novo Bento Rodrigues. O evento era uma caricatura das dificuldades com que nos depararíamos nos meses seguintes.

⁷⁵⁴MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, p. 14.

⁷⁵⁵ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁵⁶SOUZA, Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?, 2015, p. 62.

⁷⁵⁷MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, p. 31.

Uma das primeiras solicitações da Cáritas foi o desenvolvimento de uma maquete do terreno da Lavoura, local onde seria reassentada a população atingida do lugarejo. As maquetes do antigo e do novo Bento Rodrigues⁷⁵⁸ seriam apresentadas juntas para evidenciar as diferenças físico-ambientais entre os dois sítios, o antigo e o novo, e seriam expostas no hall do Centro de Convenções de Mariana, no dia 28 de janeiro de 2017, onde ocorreria a referida assembleia para “aprovação”. (É importante destacar que, nessa reunião, não haveria discussão da proposta desenvolvida até então pela representante da Samarco, responsável pela condução do evento.)

No dia previsto, a assembleia foi acompanhada por um grupo de professores, bolsistas e técnicos da ASF e do EI. Como esperado, foi um evento pro forma para aprovação da informação técnica, mas não houve ali nenhum esclarecimento ou discussão sobre o que estava sendo aprovado. Cada atingido recebeu dois cartões, um vermelho e outro verde, que deveria ser levantado na hora da aprovação ou desaprovação de uma planta humanizada, que estava impressa em alguns banners espalhados pelo salão. Na abertura da assembleia, representantes do MPMG falaram do trabalho desenvolvido pela Fundação Renova — evitando as críticas como se observa num post publicado numa rede social no dia seguinte por um desses agentes públicos: “[...] aprovação por unanimidade do polígono urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues, elaborado com ampla participação dos atingidos e fiscalização do Ministério Público de Minas Gerais! Mais um passo para a reparação integral dos direitos dos atingidos!” (Figuras 1 e 2)⁷⁵⁹

A ampla participação percebida pelo representante do MPMG se mostrou uma ilusão.

Eu acho que as pessoas não foram de fato bem informadas para entender o que que era aquele terreno, ou não conseguiram assimilar. Talvez? Você via que era um processo em construção. Eu lembro que eu tive numa reunião que a moça falava assim: “— Eu não tinha que me preocupar com afastamento, com permeabilidade, nunca olharam pra Bento Rodrigues, agora todo mundo tá olhando! Eu vou ter que respeitar esse afastamento e vou ter que fazer isso?” E a fala dela tá errada? Não tá, por que ela viveu a

⁷⁵⁸Esse material foi produzido pela ASF e o EI, com alunos, bolsistas e técnicos de ambos. A maquete do antigo Bento Rodrigues foi realizada pelos alunos da disciplina “Metodologias colaborativas: o caso de Mariana” e estava arquivada desde novembro de 2016, aguardando a retomada do trabalho de campo para ser encaminhada para a comissão dos atingidos.

⁷⁵⁹MENEZHIN, Guilherme de Sá. *Página de Facebook. Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues*. Publicado em jan. 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/photo?fbid=1228241607267784&set=pcb.1228241630601115>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

vida toda de um jeito, mas a legislação tá aí e tá se impondo dessa forma. É complicado.⁷⁶⁰

Aos atingidos, para os quais a participação poderia ser um mecanismo para interferir nas decisões do que era apresentado, não seria possível de fato fazê-lo, já estava tudo decidido, situação que se repete em outras experiências no Brasil, especialmente após a redemocratização e os mecanismos criados para que a população interfira nas decisões do Estado, como aponta Milagres:

Há uma ilusão sobre a noção de participação popular, como sendo uma “participação da ‘população’ em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo”. Villaça critica essa noção genérica de “população” e aponta que as classes subordinadas, que seriam o foco da abordagem da participação na Constituição Brasileira, no Estatuto da Cidade e na elaboração dos planos diretores, não participam de fato das decisões.⁷⁶¹

O representante do MPMG e sua ilusão quanto à participação é um indício de uma postura recorrente entre os agentes públicos, para quem a população não pode decidir sobre aspectos como a produção social do espaço, sobre a qual as decisões caberiam aos agentes públicos e especialistas, a própria preocupação em formar uma assessoria técnica que acompanhasse os atingidos já evidenciava essa postura.

Não obstante, havia então um clima de festa no ar. Um representante dos atingidos pediu a fala e exaltou a beleza do projeto que estavam recebendo, brincou com a plateia, dizendo que queria jogar o cartão vermelho fora, tal sua satisfação com o que estava sendo apresentado. Após essas falas, alguém gritou: “Vamos votar logo isso!”. Era sábado, dia de descanso, a fala resignada era para decidir o que já estava decidido. Ocorreu a votação: unanimidade, todos os cartões verdes.

Eu, que tava lá dentro, assisti a manobra toda. A ponto de um atingido falar: “O cartão verde é pro sim e o vermelho pro não? O meu vermelho eu já até guardei!” A votação começou assim. Era manobra demais! Um técnico da Cáritas concordou e comecei a xingá-lo. Ele viu que precisava de apoio, que não dava para continuar daquele jeito.⁷⁶²

Eu tinha a sensação que a Renova usava tática de guerra com a gente, para tentar vencer pelo cansaço, às vezes falava muita coisa, e às vezes parava. Então houve um trabalho intenso, muito intenso no início, de muitas reuniões, por causa desse primeiro projeto, até conseguir alinhar todos os processos. Davam muita importância ao Estado e esqueciam que era uma questão local. Tinha que atender as demandas locais. Para conseguir alinhar o processo, entrar e sair do Estado, chegar na prefeitura e aprovar. Então no início houve

⁷⁶⁰ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁶¹ MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, pp. 33-34.

⁷⁶² Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

muita conversa, depois estagnou, para desenvolver a lei de parcelamento, de uso e ocupação do solo, é transformar aquela área em urbana, ficou muito à cargo da prefeitura e da Renova para conseguir mobilizar. Eles tiveram que movimentar os agentes locais para conseguir fazer isso.⁷⁶³

Os técnicos da Cáritas esclareceram para nós, que estávamos afastados havia pouco mais de três meses, que o resultado já era esperado, todos estavam cansados e queriam resolver logo o problema. A Cáritas encontrava grandes dificuldades na problematização dos projetos entre os atingidos.

Essas reuniões eram como as que a administração pública costuma promover: não são um convite ao engajamento, prestam um desserviço para a organização interna dos atingidos, todos passam a ter ojeriza desses momentos e entendem que não resolvem nada — já estavam a um ano e três meses submetidos àquela lógica.

As reuniões conduzidas por integrantes da administração pública repelem os moradores e, indiretamente, desincentivam a sua participação reuniões de outros tipos, sejam elas auto-organizadas ou não. Muitos entendem que as reuniões e audiências públicas para discutir intervenções na vizinhança são uma perda de tempo, já que não resolvem problemas imediatos e que, no final das contas, as decisões mais importantes já foram tomadas em outro lugar por alguns agentes externos. Os moradores não se sentem informados ou têm perspectiva de se informar por meio dessas reuniões, que não são estruturadas para acontecerem com objetividade e têm regras pouco claras.⁷⁶⁴

A unanimidade daquele momento era frágil, evidenciada com o pedido do atingido para acelerar o processo de votação e satisfazer seu desejo de ir embora logo e ficar livre daquele compromisso. Aquilo, portanto, não era uma concordância absoluta com a proposta apresentada para aprovação, como a mensagem do representante do MPMG fizera parecer.

Tinham pessoas que entendiam muito rápido, eu acho que eram pessoas que já tinham contato com terreno. Uma senhora quando olhou a maquete do terreno falou: “– Ahhh! Vai ser aqui?” Foi uma tentativa. Um esforço válido, tem lá suas contribuições, mas não é suficiente. Eu ouvi outras fala também que me deixaram contente, sobre o meio ambiente, um dos moradores falando de educação ambiental, eu achei muito legal, por que tem mais cursos d’água do que tinha no antigo Bento, o novo terreno é cortado por algumas APPs. Uma preocupação que eles tinham e se a suas casas teriam o fundo voltado pra mata, que era perigoso. Um belo dia eu ouvi: “– A gente vai ter que aprender a cuidar desse lugar.” Então assim, parece que estava acontecendo um processo para compreender o novo lugar, para que percebessem que talvez, o jeito que eles viviam não vão ter mais.⁷⁶⁵

⁷⁶³ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁶⁴ MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, p. 144.

⁷⁶⁵ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

Na assembleia de aprovação do *masterplan*, participamos diretamente, como previsto, com a exposição das maquetes entregues para a comissão dos atingidos. Foram expostas as maquetes do antigo Bento Rodrigues, desenvolvida na disciplina da PUC Minas, e a maquete do terreno da Lavoura, desenvolvida para a Cáritas na parceria que se inaugurava (Figura 3).

A maquete física é uma interface muito utilizada pelos arquitetos para estudar seus projetos e pelo seu potencial de proporcionar uma leitura mais próxima da realidade, sendo também adotada em vendas de imóveis. Naquele caso, as maquetes pretendiam auxiliar os atingidos a compreenderem as diferenças entre os dois terrenos e a impossibilidade de se repetir no novo Bento Rodrigues o que acontecia no antigo. A maquete desperta nos seus espectadores uma leitura mais intuitiva do que é representado. Ali, os atingidos, por meio dessa ferramenta, começaram a se situar, tocando e interagindo com o objeto. O que poderia ser uma dinâmica fluida e rica em informações, no entanto, foi parcamente explorado, já que o foco desse dia era a apresentação realizada pela Fundação Renova.

A maquete como ferramenta interativa é também aplicada por outros profissionais. Por exemplo, nas discussões sobre desastres, ela serve para que os técnicos entendam melhor a perspectiva dos afetados.

Da mesma forma que é importante, à criança, desenvolver meios de receber, refletir e reelaborar a experiência significativa do desastre, miniaturizando o conjunto das relações no território para verificar a complexidade da situação, é também importante, para o gestor, usar estes mesmos meios para ter uma noção do todo. Significa dizer, das perdas e dos danos que envolvem a comunidade afetada, incluindo o tecido social no seu recorte etário, de gênero, étnico-racial, ocupacional, dentre outros.⁷⁶⁶

Nossa intenção com as maquetes físicas era proporcionar essa interação logo na entrada da assembleia, provocando os atingidos em relação ao que seria votado. Contudo, ela parece ter se restringido à condição de objeto lúdico que pouco contribuía para a discussão técnica que seria apresentada pela representante da Samarco (Figura 4).

[...] o princípio da Maquete Interativa não é de oferecer um modelo de ordem espacial, mas permitir que, a partir de uma base territorial, os sujeitos estejam livres para elaborar sua forma particular de interpretação do espaço, fazendo, desfazendo e refazendo a paisagem com as associações das mais diversas entre os elementos que tenha a mão e cujos significados são, pelo sujeito, atribuídos. A miniaturização do território, cuja cena pode ser vista

⁷⁶⁶VALÊNCIO et al., *Maquetes Interativas*, 2009, p. 203.

dinamicamente, é capaz, em primeiro lugar, de reproduzir tanto uma representação espacial de riscos, como a representação de ideais de organização quanto, ainda, várias interpretações de um mesmo desastre. Em segundo lugar, a construção e a desconstrução dos cenários resultam da negociação de sentidos entre os participantes, isto é, subsidia a comunicação verbal ao permitir que o interlocutor seja remetido à situação cuja interpretação almeja alcançar validação. Os sujeitos que a manejam podem, de acordo com os objetivos propostos, projetar e manejar processualmente os acontecimentos, colocando os elementos ambientais, materiais e humanos no território, por exemplo, desde um momento pré-desastre até o pós-desastre. É, enfim, um recurso que auxilia uma atividade, ao mesmo tempo, lúdica e reflexiva, ou seja, na essência, pode auxiliar a capacidade de pensar, de organizar ideias, de ouvir o outro, aumentando o arcabouço interpretativo do mundo e a integração social dos envolvidos, embora uma interação que leva a aparência de uma simples brincadeira.⁷⁶⁷

Na semana seguinte, os técnicos da Cáritas entraram em contato conosco para elaborarmos juntos uma oficina para discutir o *masterplan*, afinal o que havia sido aprovado apresentava vários problemas para ser viabilizado. Segundo os técnicos da Cáritas, eles estavam em conversa com a Fundação Renova para realizar ajustes, mas precisavam pensar outras estratégias para discuti-las com os atingidos. A experiência com as maquetes tinha sido limitada, mas indicava uma possibilidade a ser explorada: “Isso foi uma sensação que eu tive, no dia da maquete eu vi um pouco disto, eles ficavam mais cutucando as famílias, para que elas falassem, eu não sei se era um alinhamento interno, eles não queriam falar e provocavam para que as famílias falassem, se posicionassem.”⁷⁶⁸

Os técnicos da Cáritas defendiam um planejamento urbano dos reassentamentos que não considerasse os atingidos meros 'usuários', indivíduos passivos no processo. Desejavam que aquelas informações estivessem disponíveis para que tomassem suas decisões, e não que eles fossem somente convidados a validar algo que já estava definido.⁷⁶⁹ A ideologia da neutralidade que perpassava a elaboração dos procedimentos para os reassentamentos deveria ser questionada, afinal, como ser neutro num contexto com enormes diferenças entre os atores envolvidos?⁷⁷⁰

⁷⁶⁷Ibidem, pp. 203-204

⁷⁶⁸ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁶⁹SOUZA, *Mudar a cidade*, 2008, p. 14.

⁷⁷⁰Ibidem, p. 83.

4.1.3.2 Oficina de revisão do masterplan de Bento Rodrigues

A oficina de revisão do *masterplan* foi elaborada pela ASF e pelo EI. Ela consistiria em encontros com grupos de atingidos de Bento Rodrigues. Os técnicos da Cáritas, em conjunto com a ASF e o EI, decidiram dividir os atingidos em quatro grupos — número decorrente da agenda do Centro de Convenções de Mariana, onde realizaríamos a oficina. Teríamos quatro dias para realizar o evento e queríamos conversas mais próximas com os atingidos, num formato que não fosse somente uma aprovação de decisões já tomadas, mas levantar dúvidas e avaliações sobre o *masterplan* apresentado no dia 28 de janeiro de 2017.⁷⁷¹

Os atingidos de Bento Rodrigues foram divididos em 4 grupos, por critérios de vizinhança, de forma que os moradores de uma mesma região participassem juntos. No circuito, os atingidos passaram por quatro diferentes etapas, sendo as três primeiras de reconhecimento do território e a última, coletando suas reivindicações e mudanças no plano de reassentamento.⁷⁷²

Os procedimentos a serem adotados na oficina eram desenvolvidos em Belo Horizonte e alinhados com os técnicos da Cáritas em reuniões semanais ocorridas em Mariana ao longo dos meses de fevereiro e março de 2017 (Figuras 5 e 6). Buscávamos uma perspectiva dialógica: os técnicos deveriam aplicar seu ferramental sem se esquecerem de que o atingido se apropriaria do novo espaço, era ele o sujeito daquela história, sua autonomia deve ser respeitada e estimulada. A oficina tinha também como objetivo formar o corpo técnico da Cáritas. Aquela era uma experimentação para todos os envolvidos, afinal, almejávamos um planejamento crítico — este, portanto, deveria levar em conta os saberes dos atingidos, não sendo bastante um discurso heterônomo dos técnicos submetendo a todos as suas aspirações (Figura 7), como salienta Souza:

Os fins têm de ser estabelecidos pelos próprios envolvidos, cabendo aos intelectuais, no máximo, o papel de contribuir para sua discussão crítica. [...] um planejamento crítico não arrogante não pode simplesmente ignorar os “saberes locais” e os “mundos da vida” dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos.⁷⁷³

⁷⁷¹ Foi feita essa plotagem de todo terreno da Lavoura na escala de um para duzentos (1:200), ocupava um salão do centro de convenções de Mariana. Foi feito também uma maquete do terreno da lavoura com o sistema viário. Tinha representado também um dos primeiros estudos de parcelamento. [Apoiador, 18 set. 2018]

⁷⁷² MÉDICI et al., *Experiência de desenvolvimento e aplicação...*, 2018, p. 3.

⁷⁷³ SOUZA, *Mudar a cidade*, 2008, p. 37.

A oficina contaria com diferentes estratégias. Ela seria aberta com um vídeo de um voo de drone sobre o terreno da Lavoura, realizado pelos técnicos da ASF e do EI. Os atingidos já o conheciam, mas a vista aérea melhorava a qualidade da informação, com o intuito de esclarecer as diferenças entre o antigo e o novo Bento Rodrigues, já que apresentava um olhar mais abrangente de toda a área escolhida para o reassentamento. O vídeo seria apresentado numa sala escura, como numa sessão de cinema, comentada pelos técnicos da Cáritas, da ASF e do EI (Figura 8).

Após essa sessão, iríamos para outra sala, onde haveria, no centro, um desenho impresso de todo o *masterplan* na escala de 1/200. As pessoas poderiam andar sobre essa planta e entender melhor as relações dos lugares propostos para o reassentamento de cada família. Cada participante receberia, nesse momento, um pequeno boneco na escala da planta, para perceber um pouco melhor essas relações do corpo com o lugar projetado (Figura 9).

Nessa mesma sala, teríamos um conjunto de mesas com vários desenhos na escala de 1/400 das regiões em que o grupo participante seria reassentado (Figura 10). Teríamos ali também um material de desenho para discutir alterações que os atingidos considerassem necessárias. No mesmo espaço, estariam expostas as maquetes do antigo e do novo Bento Rodrigues. A maquete do antigo Bento Rodrigues seria aquela desenvolvida na disciplina da PUC Minas. Na maquete do novo Bento Rodrigues, além do terreno, aplicaríamos o sistema viário e o parcelamento propostos pela Fundação Renova. Durante fevereiro e março, o produto desse trabalho foi construído nos laboratórios da PUC Minas e de parceiros da ASF.

A oficina foi realizada dos dias 10 a 15 de março de 2017.

Como resultado de todas essas discussões tivemos a realização da oficina em Mariana nos dias 10, 13, 14 e 15 de março de 2017. A primeira etapa do circuito consistiu na apresentação de uma filmagem aérea, produzida com o auxílio de um drone, visando a um entendimento do terreno da Lavoura, que é consideravelmente mais íngreme que o de Bento Rodrigues, possui menos água e arborização marcada por eucaliptos. No vídeo foi possível visualizar o relevo do local, sua vegetação, estradas próximas, possíveis clareiras, entre outros. A segunda etapa continuou trabalhando no reconhecimento do terreno, porém com uma comparação com a estrutura do subdistrito destruído de Bento: foram dispostas, lado a lado, duas maquetes na escala de 1:1000, uma produzida com foto aérea da Lavoura e com o sistema viário elaborado pela Dávila. A outra maquete foi estampada com imagem aérea de Bento antes do desastre, onde era possível visualizar o traçado urbano, relevo, casas e manchas de vegetação.⁷⁷⁴

⁷⁷⁴ MÉDICI et al., *Experiência de desenvolvimento e aplicação...*, Mariana, Minas Gerais, 2018, p. 3.

Ao longo de sua realização ocorreram ajustes. No primeiro dia, os técnicos da Cáritas protagonizaram a condução dos trabalhos, mas a equipe do EI e da ASF achou que isso estava atrapalhando as manifestações mais espontâneas dos atingidos. Conversamos e buscamos melhorar esse aspecto durante as várias sessões. Como dito o momento era de aprendizado, tanto para a assessoria técnica como um todo quanto para a comissão dos atingidos: como aprender a ouvir as demandas cotidianas daqueles atingidos que tinham pouca condição de fala durante as reuniões mais amplas ou nas assembleias?

No decorrer da oficina uma etapa importante do circuito era a discussão sobre o desenho na escala de 1/200 estendido do chão como uma grande bandeira.

A terceira etapa do circuito consistiu na experiência de imersão do plano urbanístico do Novo Bento, através de uma planta baixa na escala de 1:200, o que gerou uma imagem de aproximadamente 5x7 metros. Essa escala significa que cada metro no papel corresponde a 200 metros de terreno “real”, sendo assim os participantes puderam andar sobre o sistema viário proposto, entender o loteamento e a localização de áreas de uso público, como as praças e igrejas, e ainda desenhar ou escrever na planta qualquer observação, reivindicação ou sugestão de mudança.⁷⁷⁵

O circuito fechava com uma discussão embasada em desenhos na escala de 1/400 sobre as mesas, onde os atingidos detalhavam suas sugestões quanto aos aspectos discutidos, especificando as relações de vizinhança no seu setor específico.

Na próxima etapa, os participantes partiram para a análise do seu setor na escala 1:400 (menor), com ênfase em sua vizinhança e nos equipamentos urbanos próximos. Neste momento, as famílias discutiram questões mais específicas, como relações de vizinhança, auto-delimitação, acessos e distribuição de praças.

Observou-se que a etapa de leitura e análise de projetos 1:400 (menor) foi o momento de maior interação e participação. As discussões sempre transitavam entre questões coletivas e individuais. Algumas mudanças já eram consenso devido às discussões realizadas anteriormente nos grupos de base, como a remoção da ciclovia e a manutenção das relações de vizinhança.⁷⁷⁶

Nessas sessões, avançamos nas conversas com os atingidos e, graças à maquete física da antiga Bento Rodrigues, entendemos um pouco mais como eram suas vidas no lugar. Conseguimos avaliar o potencial desse tipo de ferramenta como suporte para retomar a memória sócio-espacial dos grupos sócio-espaciais atingidos.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 3.

⁷⁷⁶ CÁRITAS, Relatório final oficina participativa do projeto urbano do reassentamento de Bento Rodrigues, 2017, p. 5.

As informações recolhidas eram diferentes daquelas reunidas nos mapas colaborativos, que ficavam mais restritas à percepção do núcleo familiar. Nas discussões sobre a maquete, os conflitos entre os diferentes grupos ficavam mais claros. Para os técnicos da ASF que vinham avaliando a possibilidade de utilização dessa ferramenta desde o início da atuação junto aos grupos sócio-espaciais atingidos, ela se mostrou uma interface eficiente a ser utilizada em outras situações semelhantes, que dependesse menos da condução da assessoria técnica (Figura 11):

A explicitação da existência das territorialidades existentes nos dois povoados só foi possibilitada no momento da elaboração da síntese dos croquis individuais; já as suas constituições e configurações internas (perfil de seus moradores, relações de vizinhança, formas de organização, lugares pelos quais tinham ou não afeto, os grupos familiares, as mecanismos de mobilidade social ascendente e descendente, processos de segregação sócio-espacial e, também, de autosegregação) somente foi possível na fase de elaboração coletiva das maquetes, momento no qual as territorialidades foram explicitadas pelos ex-moradores dos dois povoados destruídos pela lama despejada sobre eles pela Samarco SA.⁷⁷⁷

A maquete do novo Bento Rodrigues ficava ao lado,⁷⁷⁸ e as pessoas estabeleciam comparações entre um sítio e outro, as distâncias físicas e a diferença de declividade deixavam evidente que as relações no novo Bento seriam diferentes (Figura 12): “A proposta deste momento era continuar trabalhando no espaço tridimensional em um exercício comparativo entre os dois terrenos.”⁷⁷⁹

No evento, os principais comentários foram:

Percepção do relevo através da preocupação dos moradores com as mudanças de declividade de algumas ruas;
Relação alto x baixo mantida parcialmente, com alguns dos moradores satisfeitos com as alterações e outros receosos.⁷⁸⁰

Após a oficina, acompanhamos os técnicos da Cáritas na elaboração de pareceres sobre a revisão final do *masterplan* de Bento Rodrigues.

A experiência evidenciou para todos que pensar o reassentamento a partir de uma perspectiva simplista como a do urbanista pensando sozinho um espaço é despropositada/inadequada. A complexidade daquele caso exigia ultrapassar o

⁷⁷⁷ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, pp. 51–52.

⁷⁷⁸ É para respeitar a morfologia do lugar. Óbvio que isso demanda muito mais trabalho com as famílias, para que eles consigam entender o que é sair de uma condição plana, para viver numa área de aclive e declive. [Agente público, 18 set. 2018]

⁷⁷⁹ CÁRITAS, Relatório final oficina participativa do projeto urbano do reassentamento de Bento Rodrigues, 2017, p. 3.

⁷⁸⁰ Ibidem, p.3.

desenho, eram necessários uma equipe multidisciplinar e um olhar mais abrangente que levasse em conta os anseios e a efetiva participação dos atingidos na construção dos novos lugares.

Ao longo do processo isso ficou muito claro para mim, aquilo não é um parcelamento como a gente tem o costume de tratar, aquilo, na verdade, é um reassentamento. E as próprias famílias reivindicaram isso a Renova. Eles então desenvolveram outro projeto, tentando respeitar um pouco mais essas relações de vizinhança, o outro traçado e tudo.⁷⁸¹

Os arquitetos e os outros profissionais que atuavam naquela assessoria deveriam focar-se na criação de ferramentas de discussão com as pessoas ‘comuns’,⁷⁸² o que passamos a tratar como tecnologias sociais na perspectiva “denominada crítica, [que] inclui questionamentos mais fundamentais do desenvolvimento tecnológico, a começar pela matriz da solução de problemas [...]”.⁷⁸³ Que implica questionar sua abordagem de isolar o problema de outros aspectos, numa descontextualização que impede uma reflexão que compreenda a tecnologia social e toda a complexidade do contexto em que é elaborada e aplicada.

A própria Fundação Renova começou a incorporar, em seus procedimentos de projeto, processos como esse da oficina de discussão do *masterplan*. Passou a utilizar maquetes, bem como a participação dos atingidos nas discussões do plano, além de apresentar os projetos para outros atingidos. No desenvolvimento do *masterplan* de Paracatu de Baixo, a Fundação Renova contratou atingidos para fazer visitas guiadas com outros atingidos pelos terrenos escolhidos (Figura 13). Para apresentar o novo Paracatu de Baixo, colocaram, esparramadas pelo terreno, placas indicando a localização dos equipamentos coletivos e mantiveram uma maquete física mostrando todo o projeto (Figura 14). Nas discussões dos projetos de Bento Rodrigues, fizeram várias maquetes dos planos urbanos e suas revisões, além de maquetes dos novos equipamentos coletivos. Com o início da construção dos reassentamentos publicam periodicamente, em seu site, fotos de drone acompanhando a construção dos novos distritos.

A pressão da assessoria dos atingidos e de seus apoiadores levou a Fundação Renova a esforços para superar a assimetria que marca a desigualdade estrutural

⁷⁸¹ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁸² SOUZA, *Mudar a cidade*, 2008, p. 112

⁷⁸³ KAPP & CARDOSO, *Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social*, 2013, p. 96.

entre os técnicos legitimados institucionalmente e os atingidos nas decisões dos planos urbanos e suas construções.

Eles tinham feito um levantamento de expectativas que não serviu para nada, eu não sei se está ligado ao levantamento de expectativas ou se está ligado à falta de experiência da empresa que eles contrataram, a Dávila, para fazer o reassentamento. Como é um tipo de trabalho mais social, não estou contestando que para fazer loteamentos, prédios ou qualquer uma dessas coisas, eles são experts. Agora para trabalhar com um projeto social, realmente mostrou que não tinha o feeling, não tinha a expertise. Então, a duras penas, nós conseguimos refazer a poligonal, em um processo de diálogo.⁷⁸⁴

O que parece um avanço nada mais é que uma combinação de capitalismo com democracia representativa,⁷⁸⁵ uma situação já consolidada em casos semelhantes como estratégias de participação da população na gestão do Estado. Os eventos que envolvem as resoluções dos problemas oriundos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão da Samarco são uma caricatura das estratégias de participação já experimentadas em outros contextos.

Moradores urbanos comuns têm pouco poder de decisão quando comparados a autoridades de planejamento e investidores privados. Essa realidade prevalece apesar da tentativa, por parte de alguns planejadores e elaboradores de políticas urbanas, de transformá-la por meio de processos participativos. Esse conflito evidencia a assimetria de poder existente entre os moradores urbanos — especialmente aqueles com pouco poder político e econômico — e os agentes que são reconhecidos como legítimos para deliberar sobre questões que são de interesse coletivo da população urbana em diferentes escalas.⁷⁸⁶

Uma negociação para restituição do que foi atingido pelo desastre entre sujeitos com disparidades tão distantes exigiria um mediador forte, papel que deveria ser ocupado pelo Estado, este porém se mostrou contraditório desde o início. O Estado não consegue defender os interesses da coletividade e, em sua postura, predominam os direcionamentos postos pelas empresas que geraram o desastre.

As ferramentas, como as experimentadas pela oficina do *masterplan* da Cáritas e seus parceiros — e a partir de então também aplicadas pela Fundação Renova —, são conquistas que pretendem incentivar a autonomia dos atingidos, contudo, transformam-se rapidamente em procedimentos burocráticos a serem cumpridos,

⁷⁸⁴ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁸⁵ KAPP & CARDOSO, Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social, 2013, p. 96.

⁷⁸⁶ MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, p. 14, p. 28.

esvaziando seu objetivo original, ou melhor, evidenciando que suas intenções era também ilusões e ainda muito frágeis (Figura 15).⁷⁸⁷

A Renova talvez tenha recurso e condições de fazer aquilo muito bem feito, mas o que a gente sabe também é que aquilo não vai ficar cristalizado, aquilo é orgânico, aquilo vai começar a se desdobrar... e aí? As pessoas talvez não vão ter tantos recursos para conseguir desenvolver da mesma forma. Enfim, eu estou partindo do pressuposto que a Renova tem recurso pra investir e fazer o que for necessário para estruturar, mas e depois?⁷⁸⁸

A incorporação dessas ferramentas de planejamento participativo pela Fundação Renova remetem a noção de sociedade em movimento desenvolvida por Zibechi.⁷⁸⁹ Ele classifica assim aquelas situações sociais em que a máquina estatal incorpora as demandas da sociedade local, colocando a si mesma como parceira na constituição do que ele chama de territórios de resistência. Entretanto, essa é uma estratégia de dominação e controle social, não uma experiência de emancipação. Ao incorporar em seus procedimentos de restituição dos direitos dos atingidos essas ferramentas, a Renova, que exerce neste caso o papel do Estado, faz parecer ser uma parceira, porém, passa a ter maior capacidade de controle do processo, além de, concomitantemente, minimizar o impacto negativo que o evento do desastre teve para sua representada, a Samarco (Figura 16).

Compreender esse processo como parte de estratégias de dominação revela que aquele controle ostensivo, como num panóptico de Bentham, não consegue ser efetivo; são necessárias estratégias de controle mais sutis. As pautas da Renova são apresentadas como as mesmas dos atingidos, evitando, assim, manifestações de revolta e criando uma possibilidade de domesticar aqueles que podem levantar questões incômodas: “Teve uma reunião que a gente participou e eu vi um técnico da Renova sendo muito equilibrado para falar, com muita tranquilidade para conduzir a apresentação do projeto, mesmo quando o projeto apresentava algumas coisas que de certa forma eu sairia do eixo, você via que a pessoa estava muito bem preparada.”⁷⁹⁰

⁷⁸⁷ Uma das grandes questões que tinha que mostrar era a movimentação de terra. Foi feito assim, eles tiravam pedaços da maquete, você tinha assim, um pouco a noção do que que ia ser movimentado, só que as pessoas não percebiam que tinha alguns lugares que ao lançar o greide da rua, você tinha diferenças de nível de oito metros de altura para chegar no lote. [Agente público, 18 set. 2018]

⁷⁸⁸ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁷⁸⁹ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, 2015, pp. 144-145.

⁷⁹⁰ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

Esse controle que se manifesta na incorporação de procedimentos que busquem uma melhor compreensão dos documentos técnicos para o reassentamento pelos atingidos também se relaciona com a preservação da imagem corporativa tanto da Fundação Renova quanto da sua representada, a Mineradora Samarco, e de suas proprietárias, BHP Billiton e Vale. A idealização que atravessa a formação dessa imagem corporativa, já presente nos procedimentos da Samarco, é também praticada pela Renova.

O 'mundo idealizado corporativo', retratado nas mensagens da corporação Samarco, é, na realidade, o 'discurso explícito' que é comandado pelo 'implícito' do discurso corporativo ou a expressão da política corporativa para a sociedade, mediada por relações de poder nas quais estão envolvidas a cultura corporativa, a identidade projetada e a imagem corporativa.⁷⁹¹

A Fundação Renova, como entidade que coordena o processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, se apresenta como uma organização que atende a interesses difusos, entretanto, ela é mantida pela empresas responsáveis pelo desastre, Samarco, BHP Billiton e Vale, o que acaba por colocar sempre em dúvida as suas decisões. Desse modo, a aplicação de ferramentas de planejamento participativo contribui para aliviar essas suspeitas e na construção desse "discurso explícito" que contribui para a percepção positiva da entidade. O tratamento desses aspectos seguem os procedimentos adotados nas idealizações do mundo corporativo, recuperando e preservando a reputação de suas mantenedoras sendo tão, ou mais, importante que a restituição dos direitos daqueles que haviam sido atingidos pelos seus crimes.

Ampliar essa percepção positiva entre seus *stackholders*⁷⁹² é importante para a Fundação Renova, assim como é, para suas mantenedoras, valorizar seus ativos no mercado financeiro onde são capitaneadas, o que evidencia que a adoção dessas ferramentas não é uma efetiva incorporação dos princípios que respeitem a autonomia dos *stackholders* atingidos pela irresponsabilidade da Samarco, BHP Billiton e Vale

⁷⁹¹ BITTENCOURT, *A tragédia de Mariana*, 2017, p. 131.

⁷⁹² *Stackholders* é um termo utilizado no mundo corporativo para se referir às partes interessadas num negócio, como: governos, empregados, proprietários, acionistas, investidores, clientes e comunidades. A utilização de termos em inglês faz parte também desta estratégia de construção de uma imagem positiva, reforçando uma percepção de sofisticação, que fica ainda mais explícito quando se utiliza a palavra *commodities* quando em referência a produtos primários, ou seja, com baixa industrialização e na realidade pouco sofisticados do ponto de vista tecnológico, apesar do termo em inglês parecer pomposo.

ao não monitorarem suas estruturas e ao ampliar suas produções para garantirem os dividendos de seus acionistas, entrementes colocando a todos em perigo.⁷⁹³

4.1.3.3 Estratégias para levantamentos sócio-espaciais da moradia dos atingidos

Após a parceria na oficina do *masterplan* do Novo Bento Rodrigues, a Cáritas nos convidou em maio de 2017 para um novo apoio na elaboração de uma estratégia de levantamento de dados referentes aos bens móveis tangíveis e aos bens intangíveis perdidos com o desastre. Esses bens estavam sendo levantados por um questionário extenso que os atingidos tinham que responder em plataformas digitais, mas que não conseguiam expressar os seus modos de vida (Figura 17).

Para elaborar esses instrumentos, associamo-nos a um grupo de pesquisa e extensão da ufop – Universidade Federal de Ouro Preto, vinculado aos departamentos de direito e arquitetura e urbanismo da instituição, o Gepsa/ufop – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais.

O Gepsa vinha acompanhando os atingidos de Gesteira, em Barra Longa, e havia desenvolvido vários materiais que contribuía nas negociações dos atingidos com a Fundação Renova. Um dos projetos de extensão desenvolvidos foi o “Narrativas Atingidas” que tinha como objetivo:

[...] produzir uma rede de apoio e informações baseadas na linguagem audiovisual que propicie e conduza ao empoderamento das populações atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, prioritariamente o sub-districto de Gesteira em Barra Longa/MG para que possam assegurar-se nas negociações que envolvem não só as questões do reassentamento, mas também a garantia de direitos fundamentais.⁷⁹⁴

Nesse acompanhamento, estabeleceram uma condição que não colocava os atingidos como tutelados pela Fundação Renova — diferente do que ocorria com os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que, mesmo com uma assessoria técnica a seu dispor, ficavam sempre à mercê das condições e agenda da Renova para as resoluções referentes ao reassentamento e outras situações de restauração de direitos (Figura 18).

⁷⁹³ Então assim, teve um momento que o Estado, é uma leitura minha, a relação estava um pouco sensível entre os atingidos e a Renova, parece que os atingidos viram no Estado uma voz de apoio. [Agente público, 18 set. 2018]

⁷⁹⁴ MARQUES, Monique Sanches (coord.). Narrativas atingidas. *Portal do GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da UFOP*. 2016. Disponível em: <<https://sites.ufop.br/gepsa/narrativas-atingidas>>. Acesso em: 29 mar. 2022..

Nossa rede já havia participado de outras parcerias com o gepsa. Alguns professores ligados ao grupo participaram de várias reuniões ocorridas ao longo de 2016 para elaboração da assessoria técnica de apoio aos atingidos, processo na ocasião coordenado pelo MPMG. Essa nova possibilidade de parceria se deu a partir da Cáritas, a qual nos reuniu para, juntos, elaborarmos uma estratégia de levantamento de dados que contribuísse com o cadastro final dos atingidos, o qual deveria ser entregue até o primeiro semestre de 2018.

Aquela demanda era uma oportunidade de retomar as discussões da memória sócio-espacial na escala da moradia, nível de detalhe ao qual ainda não havíamos conseguido chegar. Entendemos a moradia como uma manifestação das práticas dos grupos sócio-espaciais, uma evidência que favorece a leitura dos aspectos intangíveis que cercam a vida desses grupos. Era, portanto, a oportunidade para compreendermos essas moradias para além de suas características físicas ou tangíveis, que, inclusive, nem mesmo existiam mais, vez que haviam sido destruídas no desastre. Faríamos, dessa forma, um trabalho diferente daquele desenvolvido pela Renova, a qual se mantinha focada na coleta de dados sobre os aspectos físico-materiais perdidos. Esses aspectos não conseguem dar conta de outras questões também relevantes do espaços, como a forma pela qual estes eram apropriados por seus moradores, especialmente ao pensarmos a moradia como uma ação, uma experiência, e não somente um objeto, como defende John Turner: “A questão da indenização que nós estamos trabalhando através do cadastro, percebemos uma atitude maquiavélica. Eles colocam no cadastro se a casa da pessoa era de um cômodo, aí quando você olha o que representa uma casa de um cômodo corresponde a um barraco.”⁷⁹⁵

Para o arquiteto inglês, a casa é essencialmente uma experiência. Ao abordá-la, o foco deveria ser a vivência cotidiana, e não sua condição de objeto e mercadoria. Para enfatizar a importância desse aspecto, Turner aponta que deveria ser valorizada sua condição de verbo, e não de substantivo, pensando-se as ações dentro dos espaços ao invés do espaço, romper com a lógica sujeito-objeto que trata o objeto como algo descolado das relações que o envolvem; os verbos, assim, acabam dando

⁷⁹⁵ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

outra ênfase a essa relação, muito mais íntima e complexa, construída cotidianamente.⁷⁹⁶

O levantamento dos bens tangíveis e intangíveis das moradias atingidas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo era mais uma oportunidade de provocar a Renova na condução dos trabalhos de reconstrução dos distritos atingidos. O tratamento se assemelhava a uma produção habitacional institucionalizada, quando o projeto de habitação é realizado por um sujeito proveniente de outra classe social e não atende às demandas daqueles que precisam da política pública, tornando-a ineficiente e possivelmente inapta a atingir seu objetivo. As moradias são projetadas a partir de escolhas arbitrárias, realizadas por sujeitos descolados da realidade daqueles que habitarão os lugares.⁷⁹⁷

Todos os profissionais envolvidos nas soluções do caso de Mariana não contaram com a experiência própria e nem mesmo com literatura de casos similares, mas buscaram desenvolver metodologias a partir da soma de casos com algum tipo de paralelo para a construção da solução. Temos grandes experiências em projetos de grande porte e complexidade, em projetos urbanísticos e conjuntos de habitação social.⁷⁹⁸

Esse tratamento dado às moradias atingidas, reforçando sua condição de produto e mercadoria, era um aspecto importante a ser explorado. Todavia, considerando o contexto de um desastre sociotécnico, a observância de outros aspectos para além desses era necessária, sendo esta a preocupação da Cáritas ao nos convidar para, junto com o Gepsa, pesquisarmos alternativas para ampliar o que este levantamento poderia oferecer na restituição aos atingidos. Em suma, as moradias não eram mero ativo financeiro.

*La visión de la vivienda como producto totalmente dependiente del sistema socioeconómico y político que debería ser provisto a todo ciudadano como “derecho” implica un rango muy limitado de relaciones y usos, ya sean monetarios o no. Si negamos a la vivienda su estatus de instrumento, o al menos de potencial instrumento, para la acción de la gente, entonces por lo que a las comunidades respecta, la vivienda es un simple producto, no una actividad.*⁷⁹⁹

Um abordagem meramente econômica promove a redução da moradia a uma condição que não compreende seus diferentes aspectos: ela é econômica, política,

⁷⁹⁶ TURNER, Cuestiones de vivienda y la problemática de los estándares, 2018, p. 107.

⁷⁹⁷ Ibidem, pp. 127–128.

⁷⁹⁸ Arquitetos do projeto de reassentamento. Entrevista arquitetos do projeto de reassentamento. 24 out. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 149.

social e cultural, condições interdependentes que deveriam ser consideradas no reassentamento.

Resgatar o cotidiano dos lugares atingidos a partir das suas casas podia revelar possibilidades de engajamento entre seus moradores, indicando meios de se desvencilhar de uma restituição que, naquele momento, se apresentava como viável somente a partir de uma ação institucional, o que reforçava uma condição das relações no capitalismo, em que todas as coisas se tornam passíveis de troca, tudo se transforma em mercadoria.

Nas sociedades capitalistas, todas as coisas se tornam bens passíveis de troca. Nesse tipo de interação plena, tanto a circulação quanto a produção de mercadorias se instituem por meio de formas sociais necessárias, como o valor e do dinheiro. [...] Se os trabalhadores que produzem as mercadorias distintas terminam por se equivaler na troca, eles se apresentam, então, como trabalho abstrato, que se generaliza e impessoaliza por conta da sua condição de mercadoria trocada por dinheiro. Assim, nesse circuito generalizado, não se especula sobre a qualidade intrínseca de cada trabalhador, de cada trabalho ou de cada coisa produzida ou trocada. Em vez de valerem por si, valem na troca. Trabalho e mercadoria se constituem sob o dístico de uma forma-valor.⁸⁰⁰

A ação institucional acaba por reforçar os atingidos como meros sujeitos de direito, suas moradias passam a ser tratadas como reles mercadorias, peças a serem repostas no mercado para serem trocadas, apagando e não considerando suas características próprias.⁸⁰¹

Então, já tinha gente que estava separando, tinha gente que tinha morrido. No meio do processo gente que estava casando, a vida estava acontecendo e eles estavam expostos a outra realidade, muita gente morando no centro de Mariana, que é muito diferente da realidade que eles viviam em Bento. Então gerava uma ansiedade muito grande, então eu acho que se agarraram um pouco ao Estado.⁸⁰²

Almejava-se com a proposta resistir a esse tratamento limitado, afinal a moradia era o lugar do atingido no distrito que tinha sido destruído,⁸⁰³ a expressão das famílias e individualidades dentro dos grupos sócio-espaciais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Para o levantamento das moradias, propusemos uma dinâmica de produção de maquete. A ideia era realizar uma oficina com cada núcleo familiar, montando a

⁸⁰⁰ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, pp. 22–23.

⁸⁰¹ *Ibidem*, p. 26.

⁸⁰² Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁸⁰³ MARCHEZINI, *Dos desastres da natureza à natureza dos desastres*, 2009, p. 52.

maquete e conversando, numa entrevista não estruturada, sobre como vivia cada uma das famílias atingidas.

Será projetada a implantação das casas atingidas sobre os respectivos lotes, em uma escala de 1:50, com o uso de mobiliários e paredes em 3D, serão reconstituídas as residências perdidas. Juntamente a este trabalho, relatar todos os pertences e modos cotidianos de vida para serem documentos de uso jurídico e/ou memória viva das pessoas lesadas no processo.⁸⁰⁴

O registro e sua sistematização gerariam um documento que ficaria com cada família, que dele faria uso quando necessário, na negociação para restituição de seus direitos (Figura 19). A Cáritas também utilizaria essas informações para negociar com a Renova as indenizações cabíveis: “Importante neste processo ter clareza que sujeito e objeto estão interligados, ou seja, não se trata de um sujeito reificado e de um objeto humanizado, pelo contrário, o princípio que fundamenta esta relação demonstra que sujeito e objeto estão dialeticamente amalgamados.”⁸⁰⁵

A oficina, apesar de trabalhar com a interface da maquete, pretendia se aproximar da produção dos espaços cotidianos atingidos pela lama em 5 de novembro de 2015, o exercício almejava um contato mais estreito com a práxis do que ocorria nos distritos antes do desastre (Figura 20).

Tratamos a práxis como a transformação do mundo pela atividade humana. Ela pode ser precedida por um saber, porém este último é fragmentado e limitado, e aquela é sempre mais complexa do que este. Ademais, na práxis constroem-se outros saberes, constituídos cotidianamente. Existe uma consciência no próprio fazer que vai muito além de uma reflexão prévia, ela se dá no fazer — mas a ele não se resume — e é como se fosse uma experiência que se soma a outras que o sujeito leva e traz.

A oficina pretendia valorizar essa prática da produção do espaço como um processo que revelaria os modos de vida atingidos pelo desastre, o que entendíamos como imprescindível num levantamento e cadastro como o que era aplicado naquele momento pela Fundação Renova.

Chegamos a elaborar o estudo de um que seria realizado com a família de um atingido (aquele que havia sido nosso guia quando visitamos Bento Rodrigues em 2016). O teste ocorreria após uma reunião com a Cáritas, para ajustarmos os procedimentos e definirmos como o material seria utilizado. Posteriormente, a

⁸⁰⁴ ASF et al., *Proposta de oficina*, 2017.

⁸⁰⁵ LIBERATO et al., *Cartografia Participativa*, 2017, p. 12.

assessoria técnica da Cáritas assumiria a aplicação dos procedimentos propostos na atividade.

A reunião foi também um momento para expressarmos nosso incômodo com mais uma demanda que parecia pautada pela Fundação Renova, e não pelos atingidos. A reunião foi tensa. Os técnicos presentes argumentaram que era difícil agir de outra forma, pois, se ficassem protelando o processo, poderiam enfraquecer ainda mais a posição dos atingidos na disputa pela reconquista de seus direitos — havia, então, grande desmobilização de todos. Percebemos discordâncias internas dentro da própria Cáritas, quanto ao assunto.⁸⁰⁶ A situação parecia para nós um processo de cooptação dos agentes envolvidos, um risco sempre iminente quando se aproxima das instituições, conforme chama atenção Souza:

[...] cooptação de indivíduos (líderes populares, pessoas-chave) ou dos segmentos mais ativos (ativistas), convidados para integrarem postos na administração ou para aderirem a um determinado “canal participativo” ou a uma determinada “instância participativa”. [...] A institucionalização de canais e instâncias permanentes de participação pode parecer (e, de certo modo, é) um avanço em comparação com a mera consulta. No entanto, a partir do momento em que essa institucionalização ocorre sem que a instância participativa possua real poder decisório (o que pressupõe um mínimo de independência político-institucional e financeira), nessa situação se aninha um risco: o de domesticação e desmobilização ainda maiores da sociedade civil.⁸⁰⁷

Ficamos preocupados com as posturas reveladas e decidimos em conjunto não fazer o teste naquele dia. Era necessário restabelecer os termos da nossa parceria.

O atingido que se dispôs a fazer o teste ficou preocupado com a decisão e pediu que mantivéssemos o evento, pois sua família havia preparado um almoço para todos. Os professores e bolsistas do Gepsa não poderiam acompanhar, mas nós ficamos para o almoço, era uma oportunidade de conversarmos mais sobre as nossas discordâncias. Mesmo assim, nós nos comprometemos com o Gepsa a não realizar o teste que havia sido elaborado em conjunto.

Durante o referido almoço, como previsto, continuamos a conversar sobre a postura de uma suposta tutela que a Cáritas mantinha com a Fundação Renova. Como combinado, não realizamos nenhum teste, apesar da insistência da família em

⁸⁰⁶ É lógico que tem umas vaidadezinhas, em qualquer lugar que você tem muitos atores a vaidade está colocada e é lógico que como nós chegamos depois, eles acham que a gente chegou por cima isso vai ser sempre jogado na nossa cara. Nós convivemos com isso, mas estamos aqui para somar e para ajudar. [Assessoria atingidos, 25 jul. 2017]

⁸⁰⁷ SOUZA, *Mudar a cidade*, 2008, p. 204

participar. Esclarecemos que era importante aguardarmos o alinhamento de todos os envolvidos, pois fazer o teste à revelia dos demais seria desrespeitoso e não significaria um ganho naquele momento.

Por certo período, aguardamos o retorno do Gepsa e da Cáritas. No final de junho de 2017, uma professora vinculada ao Gepsa entrou em contato para nos convidar a participar do contrato que estavam firmando com a Cáritas. Colocamo-nos à disposição para apoiar e ajudar na execução, porém, depois desse contato, nunca mais conversamos sobre a possibilidade de parceria. Não temos informações se o contrato com a Cáritas aconteceu.

O principal parceiro nosso é realmente a Comissão dos Atingidos, o Ministério Público também é muito próximo, foram eles que nos levaram, a arquidiocese também é muito próxima, os padres que estão muito ligados nessa questão. Temos parceria com outras entidades que tem atuação local, como o jornal “A Sirene”, o MAB que nos ajudou a construir o projeto, o Gesta⁸⁰⁸ ajudando a fazer a cartografia social, o Gepsa que está na construção de um produto que vai servir para o reassentamento, então estamos envolvendo o máximo de atores possível porque a causa é muito grande e o inimigo muito forte.⁸⁰⁹

Esse momento também coincidiu com uma dificuldade de acessar recursos financeiros para darmos continuidade aos trabalhos. Mais uma vez nos vimos isolados dos demais agentes que atuavam nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

4.1.3.4 A tentativa de atuar com os adolescentes atingidos de Paracatu de Baixo

Durante o afastamento da parceria com a Cáritas, a assessoria técnica direta, realizada por nossa rede, manteve contato com vários atingidos de Paracatu de Baixo. Eventualmente íamos a suas casas para visitá-los em Mariana. Os assessores vinculados às ciências sociais mantiveram esse vínculo.

Percebíamos, nesses contatos, a permanência de dificuldades na interlocução com a comissão dos atingidos e com a Fundação Renova. Apesar das críticas aos representantes nas negociações realizadas, havia sempre o cuidado de proteger os seus representantes na comissão, afinal eram familiares ou aparentados e deviam ser

⁸⁰⁸ Gesta - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG

⁸⁰⁹ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

sempre defendidos, especialmente frente a forasteiros, como ainda erámos considerados.

Quem que ia para essa comissão? O que que eles tinham para pôr nessa comissão? E aí foram alguns atingidos de Paracatu de Baixo, alguns entravam e saíam, todos muito voláteis. Eu fui tecer comentários sobre os que ficavam e eles eram imediatamente defendidos, sempre havia uma desculpa para as relações duvidosas, como na defesa de um familiar.⁸¹⁰

Nesse período, construímos maior intimidade com os moradores de Paracatu de Baixo,⁸¹¹ o que permitia compreender as características daquele grupo sócio-espacial e seus vínculos com o meio rural, as dificuldades e o sofrimento de morar em Mariana:

Aprontar é rápido! Os trabalhadores rurais para aprontar para sair é rápido! Ela enfiou o pé no chinelo, ela tava descalça, abaixou a saia, fez assim no cabelo, era uma escada. Desceu as escadas em passo rápido. Na casa de uma atingida a gente ouviu: “Eu vou encher a cara dele de sopapo, porque eu vou dar um pescotapa nela, vou dar um pescoção nessa menina”. Gente, tem anos que eu não escuto essas palavras, que coisa boa! Adorei esse negócio de pescoção! Tem anos que eu não escuto. Vai dar pescoção! Chega na casa de um é pescoção, na casa de outra é dar sopapo. Tinha um completamente alucinado, vivia bêbado na rua.⁸¹²

Nessas visitas, os assessores das ciências sociais perceberam como o comportamento das crianças e adolescentes se alteraram com a vida em Mariana. Antes, crianças e adolescentes numa área rural, e, naquele momento, após dois anos de vida numa cidade média, outras necessidades haviam sido despertadas. Essas mudanças fomentavam conflitos entre as gerações: os pais sempre manifestavam preocupação com os novos comportamentos, eram crianças e adolescentes completamente diferentes deles, que haviam crescido em Paracatu de Baixo.

As resoluções realizadas até então não consideravam esse público. O reassentamento e o cadastro de bens móveis ocupavam boa parte da agenda de

⁸¹⁰ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁸¹¹ O vínculo que não pode perder! Por isso que eu saí de Belo Horizonte para jantar na casa de uma atingida em Mariana. Nessa confusão da assessoria técnica com MAB e Cáritas, essa merda toda, fomos lá jantar para dizer que íamos dar um tempo. A conversa foi assim, era final de semestre, que íamos dar um tempo, que os alunos iam fazer prova, que íamos corrigir, e que não sei o que. Falamos esse lenga lenga. Eu pensei: “– Porque vou mentir? Vou mentir para eles não.” Eu contei da nossa dificuldade com a comissão e os outros atores envolvidos e que gostávamos deles, se podíamos manter contato. Eles disseram: “– Nós gostamos muito docês! Vocês é que vêm aqui na nossa casa!” [Apoiadora, 16 abr. 2017]

⁸¹² Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

todos os envolvidos com o desastre, tanto os causadores quanto os atingidos; assim, crianças e adolescentes, filhas e filhos das famílias atingidas, eram esquecidos. Essa questão evidenciava um aspecto que era pouco considerado nas discussões acerca da restituição dos atingidos: a perda de suas redes de apoio, outrora existentes nos distritos destruídos.

Nas primeiras semanas do alojamento provisório, quando as pessoas foram tangidas das regiões afetadas ao longo do Rio Gualaxo do Norte para o ginásio poliesportivo e, posteriormente, para hotéis na sede municipal de Mariana, convivia-se com o desconhecimento do paradeiro das vizinhas ou das comadres, e, mesmo que se soubesse onde elas se localizavam, as distâncias a percorrer em Mariana fizeram com que as moradoras de Paracatu de Baixo sofressem um período de isolamento. [...] Uma das consequências desta pulverização geográfica para as comunidades foi, num primeiro momento, a atomização das donas de casa e, portanto, uma desarticulação das redes de apoio [...] (Figuras 21 e 22).⁸¹³

A perda dessa rede de apoio que fazia de Paracatu de Baixo uma grande família, na qual os vizinhos cuidavam dos filhos dos outros vizinhos como se fossem os seus, levava as crianças e os adolescentes a passarem boa parte do dia equipados com seus smartphones, assistindo a vídeos no YouTube e participando de jogos on-line, sem o acompanhamento constante dessa rede de apoio. A situação não era muito diferente de outras crianças e adolescentes da classe média das cidades brasileiras, que têm a seu dispor redes de internet, mas muito diferente dos hábitos dos seus familiares, para os quais, a televisão e seus programas infantis e novelas eram o que havia de mais próximo aos tipos de entretenimento eletrônico acessíveis nessa nova condição. A pouca atenção às crianças é comum em situações de desastre e desalojamento, razão pela qual esse comportamento entre os atingidos pelo crime da Samarco não era inesperado.

As crianças não são um grupo homogêneo e é importante considerar a idade, o gênero, o status social, entre outros. No caso da atividade com desenhos, houve participação espontânea de crianças de diversas idades e, inclusive, de adolescentes, que se mostraram entusiasmados com a atividade. O interesse se deu pelo fato de que, segundo relataram os pais e as próprias crianças, a rotina no abrigo apresentava-se um pouco entediante. Nenhuma atividade de recreação foi proposta durante o período que ali se encontravam e o único momento de entretenimento era assistir televisão ou correr pelo pátio. Vale ressaltar o fato de que a maioria das crianças havia perdido seus brinquedos.⁸¹⁴

⁸¹³ LIMA & OLIVEIRA, Cozinha, café, prosa e cuidado: rupturas e permanências no cotidiano de mulheres da comunidade atingida de Paracatu de Baixo, Mariana, 2018, p. 90

⁸¹⁴ PAVAN, O olhar da criança sobre o desastre, 2009, p. 100

Os pais tinham uma grande expectativa sobre como seria a vida dos filhos quando fossem reassentados definitivamente na nova Paracatu de Baixo. As mudanças nos adolescentes eram naturais para a idade, mas haviam sido radicalizadas por estarem envolvidos num desastre que transformou completamente a vida de todos. Essa mudança e a transformação radical ficavam explícitas e potencializadas entre os adolescentes das famílias que acompanhávamos.

Tem isso, não é só físico, não é só material. A medida que o tempo passa, as pessoas mudam, você não controla isso. Então por mais que você tenha um levantamento, passou um dia, já são outras coisas, outras expectativas, está tudo diferente. Então no dia que você entregar as pessoas são outras. Você não congela o tempo para conseguir desenvolver. O processo vai tomando umas proporções, umas ramificações que a própria legislação não consegue...⁸¹⁵

A própria experiência do desastre era pouco abordada com as crianças e os adolescentes, como se eles não tivessem sido impactados por tudo o que havia ocorrido, como se fossem uma folha em branco que não tinha memória e estivesse predisposta a aceitar as mudanças sem maiores dificuldades. Ao convivermos mais proximamente das famílias, víamos que isso não era verdade. Os conflitos constantes entre os pais e filhos, assim como as dificuldades escolares destes últimos eram indícios de que não ia tudo bem.

Para crianças que testemunharam desastres ou têm vivência deles, o acontecimento é retido na memória de uma maneira ímpar, com a possibilidade de uma retenção persistente na lembrança, orientadora tanto de precauções cabidas ou descabidas quanto também de fobias e traumas. Daí por que ser pertinente não apenas a priorização dos cuidados de saúde mental nas crianças nesse contexto como também indagar: haveria meios, em termos de atividades lúdicas e interativas, para que a experiência da perda, da privação e do sofrimento permitisse à criança fazer uma (re) elaboração da vivência do desastre, ampliando sua compreensão dos acontecimentos?⁸¹⁶

Para atuar junto a essas crianças e adolescentes, o ambiente escolar era uma possibilidade. Avaliávamos que o desenvolvimento de um projeto didático direcionado para esse grupo contribuiria para a inserção de suas demandas nas resoluções que seriam encaminhadas para o reassentamento das famílias de Paracatu de Baixo, além de uma oportunidade para refletir sobre o que havia acontecido, contextualizando e contribuindo para uma reflexão crítica acerca do desastre como uma evidência de um

⁸¹⁵ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

⁸¹⁶ VALÊNCIO et al., *Maquetes Interativas*, 2009, p. 202.

processo de desenvolvimento da região, o qual havia cooperado para a irrupção do trágico evento (Figura 23).

O desenvolvimento, no conteúdo escolar, do tema dos desastres deveria ser uma preocupação pública para que um conhecimento formal fosse introduzido às crianças, ajudando-as a organizar cognitivamente suas curiosidades, temores ou vivências em desastres, um tema indubitavelmente importante diante das dezenas de ameaças da modernidade. (Figura 24)⁸¹⁷

Elaboramos um projeto didático que utilizava equipamentos como os smartphones para registro do cotidiano desses adolescentes em Mariana, explorando outras possibilidades que esses equipamentos poderiam oferecer, como o registro fotográfico e o tratamento de imagens. A partir dessa experiência, pretendíamos explorar também a memória que eles tinham de Paracatu de Baixo,⁸¹⁸ como era o seu cotidiano no lugar que havia sido destruído e verificar como era a percepção deles sobre essa perda.

Finalmente, trabalharíamos sobre o local do reassentamento definitivo, buscando verificar e registrar as expectativas das crianças e dos adolescentes em relação ao novo lugar. O projeto seria interdisciplinar. Na proposta, imaginávamos que promoveríamos inserções pontuais, em alguns momentos, no ambiente escolar. As atividades seriam desenvolvidas nesses encontros e nas disciplinas que se engajassem na proposta. Essa poderia ser uma tecnologia social replicável, com as necessárias adaptações, em outros contextos afetados pelo desastre na bacia do Rio Doce.

Em geral, no Brasil, as memórias infantis sobre o processo do desastre são desconsideradas e não há estratégias de reabilitação e recuperação que levem em conta a sua opinião. Por isso, agências multilaterais, como a EIRD (Estratégia Internacional para Redução de Desastres) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) têm ressaltado a importância de as crianças estarem preparadas tanto para garantir a sua segurança pessoal quanto a de terceiros frente a situações adversas, o que tem levado progressivamente a que vários órgãos de Defesa Civil realizem atividades preventivas com o grupo no tema de redução dos desastres, particularmente junto aos estabelecimentos escolares circunscritos às denominadas áreas de risco.⁸¹⁹

⁸¹⁷ PAVAN, O olhar da criança sobre o desastre, 2009, p. 105

⁸¹⁸ Para suporte dessa memória, utilizaríamos aplicativos como o Google Earth, que permitia retomar imagens de satélite do lugar antes de ser arrasado pela lama.

⁸¹⁹ VALÊNCIO et al., *Maquetes Interativas*, 2009, pp. 202–203.

Procuramos a Secretaria Municipal de Educação para apresentar a proposta e solicitarmos a avaliação do órgão quanto à possibilidade de realização na escola que atendia a população de Paracatu de Baixo. Essas reuniões se deram no início de 2018, nas preparações do ano letivo (Figura 25).

A Secretaria de Educação era nossa interlocutora na busca por uma inserção no ambiente escolar. Em nossas reuniões, ela externou que a Escola Municipal de Paracatu de Baixo era uma das que apresentavam os piores índices de aproveitamento escolar entre as unidades de ensino do município. O projeto seria uma possibilidade de avaliação dessa condição, além de tratar uma especificidade que não vinha sendo explorada no ambiente escolar entre os professores: a condição de atingidos pelo desastre da barragem de Fundão (Figura 26).

No início de 2018, ocorriam mudanças administrativas na Secretaria de Educação de Mariana, situação que perdurou por boa parte do primeiro semestre daquele ano e impediu um retorno da escola sobre melhor momento para nossa inserção no ambiente escolar. Isso contribuiu para o afastamento de nossa rede de assessoria técnica direta, que já vinha enfrentando dificuldades de financiamento.

4.1.3.5 Saída melancólica

O desenvolvimento desse projeto didático foi a última tentativa de atuação junto aos atingidos de Mariana pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão.

A experiência de assessoria em Mariana mostrou as dificuldades de articular uma ação direta com a institucional. As organizações políticas e as assessorias têm um lugar mais confortável e privilegiado nessa articulação, afinal as instituições incorporam boa parte dos anseios desses agentes. A mesma coisa não ocorre com os atingidos, grupos sócio-espaciais que perderam seus espaços de vida e são desrespeitados nos procedimentos para restituição de seus direitos, mesmo quando têm suas demandas atendidas, já que as possibilidades de atendimento se dão a partir de instrumentos que não são construídos a partir de suas experiências.⁸²⁰

Os processos participativos institucionalizados foram incorporados pelos agentes envolvidos, as críticas e os embates ocorridos nessa experiência se devem às tentativas de ampliar as suas possibilidades de participação.

Eles falam que quem atrasa eles é o Ministério Público e a Cáritas, mas na verdade são eles que se atrasam, é como as vezes eles jogam para sociedade que eles não voltam a operar por causa dos atingidos. Até hoje, quando a nossa equipe vai almoçar ou fazer alguma coisa, tirar uma nota fiscal, alguém, algum comerciante fala: “– Vocês são da Cáritas? Estão prejudicando a Samarco a voltar a trabalhar!” Na verdade o problema da Samarco não voltar trabalhar é dela, ela que tem que dar as respostas do meio ambiente, não tem nada a ver com os atingidos e nada a ver com quem está ajudando os atingidos. A opinião pública acaba determinando, basta ver que a câmara municipal chamou Arquidiocese e a Caritas para esclarecimentos. Tentando colocar a sociedade contra os atingidos e quem está ajudando os atingidos.⁸²¹

Como fazer com que eles sejam ampliados de modo a se tornarem processos onde os envolvidos tomem de fato as decisões acerca da produção social do espaço? Desqualificar esses mecanismos não era possível, a participação institucionalizada se apresentou como uma tática necessária frente a um inimigo forte. Contudo, aquilo evidenciou o quanto esses mecanismos são falhos e limitados, e como colocam os atingidos como ilegítimos nas decisões que dizem respeito às suas próprias vidas.

Ou seja, se por um lado é importante que os mecanismos de participação sejam aprimorados no atual contexto, por outro lado, existem limites muito claros na sua adoção, tendo em vista as restrições do sistema de democracia representativa no qual eles se inserem. Além disso, quando se coloca o foco da análise nas possibilidades de atuação dos moradores nas decisões da produção do espaço, fica evidente que faltam instrumentos que de fato reconheçam diferentes coletividades como responsáveis por decisões relevantes sobre o espaço urbano.⁴⁹⁸²²

A crítica ao que ocorre em Mariana passa pelo que Andrew X chama a atenção no texto “Give up activism” (desista do ativismo),⁸²³ a crença de uma saída para nossas contradições pela ativismo a partir de nossa atuação profissional — crença predominante entre as organizações políticas e assessorias, sejam estas últimas as independentes ou as contratadas pelos atingidos, uma atuação que não rompe com o sistema — promove quando muito uma pequena reforma, trabalhando sempre na

⁸²¹ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁸²² MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, p. 31.

⁸²³ X, Andrew; ANONYMOUS; DO OR DIE. Give Up Activism. Do or Die, 9, 2001. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/andrew-x-give-up-activism>>. Acesso em: 24 de fev. 2022

urgência: “É uma relação muito difícil, eles não querem esse modelo de assessoria técnica que esclarece os atingidos, que está presente, que está traduzindo aos atingidos o que realmente está por trás, eles tentam desqualificar tudo que fazemos.”⁸²⁴

A experiência de assessoria técnica junto aos atingidos pela barragem da Samarco, apesar de não ser uma ocupação urbana como os casos que predominam neste trabalho, foi a que deixou mais evidente a necessidade de superar esse ativismo a partir da arquitetura.

Esse ativismo não é exclusivo dos arquitetos. Nas ocupações urbanas e na atuação junto aos atingidos, predominam os profissionais liberais: advogados, geógrafos, sociólogos, médicos etc... Profissionais que muitas vezes não perceberam que sua prática profissional não promove uma ruptura com o sistema, mas que, pelo contrário, existe para o bom funcionamento do sistema que levou em Mariana ao desastre.

Milagres, remetendo a Andrew X, fala da “mentalidade ativista”, própria daquele que entende sua atuação como um trabalho e uma carreira, não necessariamente uma condição de ruptura com o sistema, “como uma atividade especializada voltada para a transformação social e separada da ação das pessoas comuns”.⁸²⁵ A assessoria de que participei junto aos atingidos de Mariana mostrou que isto não permite grandes avanços e explicitou que a ilusão também atravessava minha atuação junto às ocupações urbanas de Belo Horizonte, manifestada por mim e outros assessores em vários momentos através de nossas frustrações.

Eu participei de uma reunião que a Cáritas conduziu e eu achei muito bacana, eles falavam de participação, participação efetiva, até onde as pessoas tavam participando ou não. De certa forma eu acho que talvez isso teria contribuído para as famílias ficarem mais receptivas ao Estado. Eles estavam creditando muita coisa ao Estado. Diziam que parecia que o Estado não queria que aquilo saísse: “– Ah, é o Estado que não quer, o Estado que tá barrando!” Uma senhora falou: “– O Estado nunca dá assistência, e agora que é pra dar tá querendo atrapalhar!?” Tinha uma postura de só aceitar o que a Renova está falando se o Estado falar que tá tudo bem.⁸²⁶

Os supostos avanços que essa tentativa de ação institucionalizada promoveu foram úteis para acalmar os ânimos e preparar os atingidos para uma vida que não

⁸²⁴ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁸²⁵ MILAGRES, Processos de auto-organização sócio-espacial, 2016, p. 38.

⁸²⁶ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.

era a deles antes do desastre. Nosso papel a partir dessa atuação foi como uma anestesia para prepará-los para processos que virão com os reassentamentos, como por exemplo sua monetarização. Antes o morador tinha um quintal onde produzia parte de seu sustento e de seus vizinhos através de trocas diretas por aquilo que estes não produziam; agora, todos precisarão ter dinheiro para adquirir alguma coisa — que já ocorre no assentamento provisório em Mariana e provavelmente se manterá nos reassentamentos em definitivo.

A violência dessa transformação drástica não foi promovida pela nossa ação e de outros atores que atuam nesse contexto, como o MPMG, o MAB, a Cáritas, o Gesta, o Gepssa, a ASF, a Fundação Renova, dentre outros, mas sim pela Samarco. Por fim, o nosso papel foi preparar os atingidos para o novo mundo que começou para eles no dia 5 de novembro de 2015, mundo este que, para nós, já está posto, mesmo que acreditemos que somos livres e temos condições de dele não participarmos (uma ilusão importante para nossa saúde mental).

As tentativas de superar o imaginário capitalista com suas próprias ferramentas se mostrou um caminho que reforça o que se quer superar.

Uma técnica da Renova teve uma reunião no Estado e os atingidos, uma reunião tensa. Ela foi pra casa extremamente esgotada. Durante a noite, acordou assustada, gritando! O marido assustou e falou: “– O que aconteceu?” Ela estava tendo pesadelo em que participava de uma mesa de negociação no Estado e os atingidos começaram todos a pular em cima dela.⁸²⁷

O papel que exercemos como assessoria técnica junto aos atingidos não deixou de ser um processo de reinvenção desse domínio capitalista a partir de sua forma política pelo Estado e suas instituições. Não podemos esquecer que, mesmo quando parecemos nos contrapor, ainda assim, operamos a partir de instrumentos que esse sistema oferece.⁸²⁸

Uma ação lastreada no que o sistema oferece interdita a ruptura. Existem brechas, mas elas são quase sempre criminalizadas e consideradas como ilegítimas,⁸²⁹ como é o caso da função social da propriedade, argumento jurídico central para as ocupações urbanas. No caso dos atingidos pelo desastre, há ferramentas institucionais que deveriam auxiliar na restituição da vida dos afetados ao

⁸²⁷ Apoiador. Entrevista apoiador. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

⁸²⁸ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 62.

⁸²⁹ *Ibidem*, p. 87

que ela era anteriormente, porém isso não acontece. Tais ferramentas institucionais permitem essa restituição somente a partir de princípios que valorizam a condição de mercadoria do espaço e desconsideram outros aspectos que fogem disso, sendo criminalizados e minimizados quando questionados.

Com relação ao desastre da Samarco e das resoluções propostas, fica explícito o processo de transferência das decisões do Estado para o capital internacional, o que leva a uma vulnerabilidade ainda maior das populações submetidas a esses Estados, já que, para atender esse capital internacional, os Estados abrem mão de sua soberania e capacidade de decidir sobre recursos que mantêm, por exemplo, uma estrutura mínima de reprodução da vida. Particularmente quanto à questão aqui narrada e analisada, o Estado abre mão de conduzir a restituição de direitos aos atingidos, ficando a cargo da Fundação Renova, uma representante das responsáveis pelo crime, encaminhar as soluções.⁸³⁰Essa situação coloca o Estado como parte da crise, e não sua solução, como os ativistas acreditam.

Como elemento fundamental da reprodução da dinâmica capitalista, o Estado é menos um meio de salvação social do que, propriamente, um dos elos da própria crise. Por ele passa a crise remediada, majorada ou reelaborada. A forma política altera circunstâncias econômicas e sociais que, se ensejam novas articulações, quase sempre são parciais, mantendo as bases gerais da valorização do valor. [...] O sujeito de direito continua sendo base para a reprodução social, garantindo assim o circuito mercantil e o capital.⁵⁵⁸³¹

Superar uma crise a partir dos instrumentos institucionais acaba por garantir a manutenção do mesmo sistema que gerou a crise, e, no caso, colocando os atingidos como sujeitos ainda mais predispostos a assumir sua condição de mercadorias.

Cada novo trabalho é um novo desafio e traz como consequência uma nova experiência, que se soma, e assim somos enriquecidos com capacitação para novos trabalhos. Alguns casos são especialmente ricos em conhecimento e vivências, como este, pela sua complexidade e singularidade. Outras situações trarão novos desafios, e devem ser encarados com a mesma atitude, a cada dia mais amparada pela experiência.⁸³²

Com a experiência de acompanhamento dos atingidos de Mariana, ficaram evidentes os limites da atuação de uma assessoria técnica que, mesmo quando atua fora do Estado, como vinha ocorrendo em Belo Horizonte com as ocupações urbanas

⁸³⁰ Ibidem, p.105.

⁸³¹ Ibidem, p. 127.

⁸³² Arquitetos do projeto de reassentamento. Entrevista arquitetos do projeto de reassentamento. 24 out. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

desde a Camilo Torres, está distante de promover e garantir a autonomia dos sujeitos com quem se relaciona.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo os casos estudados nesta tese como situações decorrentes da redemocratização do Brasil, sendo, dessa forma, manifestações de seus avanços, retrocessos e contradições. Num momento de crise e questionamento dessa redemocratização, como o que vivemos desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em que há uma valorização de aspectos desse processo que nunca de fato se efetivaram, ficam evidentes os problemas e as contradições de um movimento que se mostra incompleto. Os casos estudados manifestam uma construção democrática contraditória, realizada por uma sociedade autoritária em que, por exemplo, a legitimidade das ocupações urbanas está fundada em atributos institucionais como aqueles oferecidos pelo Estatuto da Cidade, entretanto, concomitantemente esse mesmo Estado que coloca tal legislação em vigência é quem decide pelas reintegrações de posse que deixam os moradores desses lugares numa condição de grande vulnerabilidade.

As ocupações urbanas de Belo Horizonte, como questionamentos dessa redemocratização incompleta, se ligam a um processo que vem desde a segunda metade dos anos 1970, quando há uma retomada da mobilização social nas favelas, periferias e bairros de classe média, manifestações de uma reabertura política baseada num ativismo social que marcará a época. Essa mobilização se estende até a segunda metade dos anos 1980, quando se institucionaliza, e tem na promulgação da Constituição de 1988 um importante marco, abrindo a possibilidade para as primeiras decepções com o Estado, situação agravada pela estagnação econômica do período. No decênio seguinte essa institucionalização avança e esses grupos políticos consolidam ainda mais esse vínculo institucional ao assumirem a gestão de vários municípios no país. A cooptação, a domesticação e a consolidação do formato de ONG (organização não governamental) marcam o período e como esse ativismo opera,⁸³³ o que ameniza sua pressão sobre o Estado.

⁸³³ SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006, p. 282.

Nos anos 2000 começam a ganhar força outros processos de mobilização, como numa resposta à geração anterior, que havia participado diretamente da redemocratização, mas que, como governo e na disputa institucional, não conseguira até então responder as demandas postas. As ocupações urbanas de Belo Horizonte fazem parte desse ciclo. Ainda dentro do contexto mais amplo da redemocratização, são, como dito, uma resposta à decepção com a geração anterior, que foi incapaz de encaminhamentos satisfatórios para o acesso à moradia de parte expressiva da sociedade local, levando a manifestações e embates fora do aparato institucional.

Apesar dessa aparente estratégia de ação direta que questiona as instituições, com esta tese busco demonstrar que as ocupações urbanas de Belo Horizonte se mantêm ainda com as táticas da geração anterior e seguem com as crenças nos instrumentos institucionalizados, haja vista o papel de destaque dos advogados e arquitetos nesse ciclo, agindo como importantes ativistas na condução dessas lutas urbanas. Gerando frustrações que atravessam as crônicas narrativas apresentadas, vários dos atores que protagonizam esse movimento social urbano operam como agentes políticos fora do Estado, condição que fica ainda mais explicitada no acompanhamento aos grupos sócio-espaciais atingidos pelo desastre da Barragem da Samarco desde 2015.

Essa assessoria técnica que se comporta como um agente político fora do Estado evidencia uma resposta a questão: As assessorias técnicas são parte dos grupos sócio-espaciais? A resposta aparenta nebulosa em cada fase analisada, mas é negativa, não somos parte dos grupos sócio-espaciais acompanhados em cada uma das fases apresentadas.

Na primeira fase a assessoria desenvolve seu trabalho mais próxima dos moradores, especialmente nos casos em que se envolve com os ocupantes antes do assentamento definitivo — dentre os casos analisados no trabalho, isso aconteceu com as ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. No processo de instalação do assentamento definitivo, há cumplicidade entre assessoria e ocupantes. Nessas situações a assessoria aparenta participar por um curto período dos grupos sócio-espaciais. Entretanto, sua inserção é frágil: assim que o assentamento definitivo se instala, a assessoria direta não é mais necessária, sendo colocada de lado e não participando mais do processo de produção social do espaço ocupado; sua participação, a partir de então, se restringe a mediar a relação dos ocupantes com o

Estado, e suas definições nessas mediações são, na maior parte das vezes, pouco consideradas na produção desses grupos sócio-espaciais.

Nas demais fases, essa fragilidade se agrava, de forma tal que as assessorias técnicas são agentes externos que não se integram aos grupos sócio-espaciais; são importantes apoiadores, mas, ainda assim, irrelevantes na produção dos espaços. Quando nós — assessores técnicos mas também representantes locais da pequena burguesia — entramos em conflito ou somos desconsiderados pelos grupos sócio-espaciais que acompanhamos, temos uma manifestação de nossas dificuldades frente a situações que nos parecem complexas, já que não compreendemos sua formação, e, assim, tentamos homogeneizá-las. A nossa atuação ainda parte de uma lógica do controle que pretende domesticar os grupos de que não participamos ou cuja lógica interna não compreendemos, nossa atuação ainda representa um discurso hegemônico que pretende apagar as diferenças e singularidades contextuais.

As crônicas narrativas apresentadas aparentam que respostas definitivas a participação das assessorias nos grupos sócio-espaciais são controversas, porém, de fato não o são, demonstram que elas não fazem parte dos grupos sócio-espaciais. Este é um falso dilema, afinal, os grupos sócio-espaciais se produzem pelo espaço e produzem espaço; as assessorias, ainda que um pouco mais integradas, são ainda agentes externos, para essas o espaço é ainda uma abstração, não uma dimensão imbricada no seu cotidiano como o é para os moradores e os atingidos.

Conquanto controversa, uma assessoria técnica, ao atuar com esses grupos, deve resgatar sua história coletiva de produção social do espaço, a história dessa produção é a história do próprio grupo. Ao não resgatá-la, podemos estar incorrendo numa irresponsabilidade técnica, como outras que caracterizam nossa prestação de serviço. Se considerarmos que os espaços produzidos pelos grupos sócio-espaciais são também carregados de diferenças de várias naturezas em relação ao técnico com quem interagem, esse cuidado se apresenta ainda mais necessário, afinal os aspectos tangíveis são portadores de outros intangíveis a ser considerados.

Um espaço é disputado cotidianamente, ele não está no tempo do evento. Suas ordenações são disputadas e experimentadas por aqueles que compõem o grupo sócio-espacial. A assessoria, ainda que próxima, continua sendo um apoio externo, sua atuação é evento, e não cotidiano.

Com este estudo ainda que o faça como ator externo, procuro destacar os aspectos internos dos grupos sócio-espaciais assessorados. O acesso a essas

informações parte de uma perspectiva que considera os fragmentos que experimentei junto na produção desses espaços, buscando perceber nos embates suscitados os rumos que o grupo escolhe — seja por meio do que é manifesto, seja por via do que não é dito.

Os grupos sócio-espaciais discutidos nesta tese — tanto os moradores das ocupações urbanas quanto os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo — não apresentam uma postura de ruptura com a lógica da sociedade em que se inserem. Partem de uma contestação da realidade onde acontecem, mas essa contestação não chega a se configurar como um desejo de ruptura; o que tais grupos demandam é inclusão. Assim, mesmo que a maneira de alcançar essa inclusão deva ser uma ruptura com o que é dado, esta última não é a mobilizadora desses grupos sócio-espaciais, os quais querem ser incluídos sem necessariamente romper com a sociedade que os oprime. Para compreender esse tratamento aparentemente contraditório, conceitos como o de contestatório, do antropólogo peruano José Matos Mar, foram importantes. Tal conceito significa não uma condição de ruptura, mas, sim, de inclusão e afirmação de uma prática que se coloca como outra, não para substituir, mas para ocorrer em paralelo e ser respeitada dentro de seus preceitos.

O conceito de contestatório proposto por Matos Mar é inspirado nos processos sociais ocorridos no Peru durante o século XX, quando o migrante andino que chega às cidades impõe suas tradições camponesas, especialmente expressas nas *barriadas* e na institucionalização da informalidade, quando promove uma mobilidade urbana realizada por indivíduos, e não por grandes empresas, e mesmo no comércio ambulante que ocupa as calçadas sem uma regulação — todas essas são estratégias de sobrevivência marcadas pela ajuda mútua e colaboração entre seus membros.

El surgimiento espontáneo de estas actividades, el carácter individual o familiar de las mismas, su marginalidad legal, podrían llevar a concluir que esta forma de enfrentar la vida cotidiana refuerza el individualismo y disuelve los lazos comunales tradicionales. Sin embargo, y a pesar de no existir, como es el caso de los obreros de taller, condiciones adecuadas para llevar adelante reivindicaciones salariales, los sub-ocupados se unifican en la precariedad y su enfrentamiento a ella. En Lima surgen nuevos tipos de organismos gremiales de defensa como los de los vendedores ambulantes. Sirven no sólo para lograr reivindicaciones susceptibles de ser obtenidas en la legalidad, sino para defenderse de la agresión que pudiera significar la aplicación de la ley contra sus miembros. En cierto modo se organizan para defender su derecho al trabajo contra un sistema económico que limita mercados en la esfera oficial y favorece en forma exclusiva los intereses de las grandes inversiones. De otro lado, a nivel del barrio, también se han

*gestado organismos para defender el derecho a mejores condiciones de vida.*⁸³⁴

Desde os anos 1940, as *barriadas limeñas* são uma expressão das diferentes culturas indígenas dos Andes num território até então exclusivo da expressão oficial. As *barriadas* e seu aspecto de informalidade revelam um grupo social que até então se comportava como testemunha⁸³⁵ na construção de uma nação que não os incluía, mas que, desde então, se coloca como parte dessa dinâmica, com suas estratégias de sobrevivência a partir de outros princípios. Na serra, como os peruanos se referem aos Andes, mantinham-se as práticas descoladas da cultura oficial, condição que se altera com os processos de integração interna no país desde a primeira metade do século XX, quando essa população andina começa a se dirigir para as cidades da costa — afluxo este a que Matos Mar chama de ‘*desborde popular*’, traduzido para o português como “transbordamento popular”. Isso levou a transformações dessas cidades, cujos territórios passam também a expressar a cultura andina, com outras estratégias de apropriação e produção social do espaço. Para Matos Mar essa dificuldade das instâncias oficiais em resolver as questões estruturais do Peru levaram-no à forte crise econômica que fomentou o que ele conceitua como economia contestatária.⁸³⁶ O Peru oficial não dá conta dessa diversidade, pois o Peru contestatário é outro e ocorre à revelia daquele, incorporando aspectos numa flexibilidade que o oficial não consegue absorver devido à sua obtusidade. O sujeito que compõe o setor popular é um campesino que admira a cultura urbana, que busca imitá-la nas suas práticas, porém essa imitação vem carregada dos valores tradicionais da cultura andina.⁸³⁷

Como indica Zibechi, as formulações de Matos Mar conferem outro tratamento a aspectos que antes eram entendidos como informais e deslegitimavam procedimentos a partir de um discurso que se pretendia hegemônico. Contudo, o ‘*desborde popular*’ e seu transbordamento no cotidiano das cidades peruanas indicam que essa pretensão hegemônica não se realiza.⁸³⁸

⁸³⁴ MATOS MAR, *Desborde popular y crisis del Estado*, [1984] 1986, p. 63.

⁸³⁵ RIBEIRO, *O povo brasileiro*, [1995] 2014.

⁸³⁶ MATOS MAR, *Desborde popular y crisis del Estado*, [1984] 1986, pp. 61–62.

⁸³⁷ MATOS MAR, *Dominación, desarrollos desiguales y pluralismo en la sociedad y cultura peruana*, 1983, p. 55.

⁸³⁸ ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, p. 54.

Apesar dessa aparência de contra-hegemônico, o que as camadas populares peruanas realizam não se configura como ruptura, evidenciado por Zibechi quando este último discute sua noção de territórios de resistência na América Latina como um todo: são, assim, situações sociais que se caracterizam por contradições como o desejo de participar das instâncias institucionalizadas, ainda que por estratégias que podem questionar a lógica hegemônica com trajetórias próprias que apontam caminhos de ruptura, mas que de fato não o fazem — características que também observamos com relação aos grupos sócio-espaciais analisados nesta tese.

Outro argumento explorado na tese para a compreensão dos aspectos internos dos grupos sócio-espaciais que a assessoria técnica acompanha são as diferenças de classe a serem observadas nas relações estabelecidas. Com a tese, indico ser necessário assumir que existem trajetórias sociais diferentes na produção social do espaço, as quais devem ser consideradas no desenvolvimento de uma relação como numa assessoria técnica. Como coloca Alessandro Cavalli, os estudiosos que se dedicam a estudar as sociedades são unânimes em atestar que a classe social é consequência das desigualdades da sociedade. Nesse sentido, uma das reflexões mais coesas sobre o tema foi realizada por Karl Marx, com sua teoria das classes.

[...] Marx, a quem devemos o primeiro tratado explícito sobre o fenômeno e a primeira elaboração teórica do conceito. Para Marx, as Classes são expressão do modo de produzir da sociedade no sentido de que o próprio modo de produção se define pelas relações que intermedeiam entre as Classes sociais e tais relações dependem da relação das Classes com os instrumentos de produção.⁸³⁹

O conceito de classe social de Marx coloca que as relações de produção determinam as classes sociais, e estas não são somente relações econômicas, mas permeiam diferentes aspectos da vida social. Essas diferenças ficam evidentes nas crônicas narrativas apresentadas ao longo da tese, situações sociais que envolvem atores sociais com diferentes trajetórias de vida, e os espaços produzidos e projetados durante essas experiências de assessoria técnica expressam essa complexidade.

A condição de intocável expressa por uma moradora da Ocupação Dandara em relação à assessoria evidencia essa condição de agente externo, que não compartilha dos valores e princípios internos, indícios de diferenças que devem ser consideradas numa atuação que se pretende eficiente.

⁸³⁹ BOBBIO et al., *Dicionário de política*, [1983] 1995, p. 171.

Na tese, para discutir a relação que a assessoria técnica estabelece com os grupos sócio-espaciais, faço uso da crônica narrativa como registro técnico, num exercício que remete à lógica histórica que Thompson provoca num tom jocoso na abertura de um de seus textos: “Haverá agora um breve intervalo. Podemos imaginar que as luzes se acenderam e vendedores de sorvete estão circulando. Durante esta pausa pretendo discutir a lógica histórica. Os filósofos ou sociólogos que têm aversão ou uma desconfiança profunda por esse assunto são aconselhados a se retirar para o foyer e o bar.”⁸⁴⁰

O recurso às crônicas narrativas permite a criação de um registro subjetivo que considero importante para a compressão das decisões técnicas ocorridas durante as experiências narradas, escolhas subjetivas que devem ser esclarecidas para posteriores continuidades — seja por mim, como assessor técnico, seja por outros que vierem a assumir esse papel junto a esses grupos sócio-espaciais. Essas narrativas têm, nas imagens apresentadas, mais que meras ilustrações, mas elementos essenciais na sua construção, para que o leitor possa compreender melhor as vivências. Quando essas imagens são mais exploradas, a narrativa ganha força para uma melhor compreensão do ocorrido, não como comprovação de uma verdade, mas como elemento que reforça a dialética que envolve a construção da narrativa; essa foi a mesma motivação para a utilização das entrevistas.

Nelas busquei deixar clara minha trajetória de vida, no intuito de expor minhas contradições, apontando saídas e armadilhas que foram sendo construídas no decorrer das relações entre a assessoria e os grupos assessorados. O que apresentei envolveu as diferentes atividades que desempenhei como profissional da produção do espaço. Fui maquetista, historiador, arquiteto urbanista e professor, e cada uma dessas atividades ajudou e criou problemas nos avanços e retrocessos. Sempre que o arquiteto urbanista ficava preocupado em não conseguir dar uma solução para um problema, o historiador ocupava o espaço com seu cinismo para pedir paciência ou o maquetista surgia com sua visão abrangente para apontar que outros problemas viriam e, com isso, não devia ficar preso somente àquele. O professor buscava ensinar, queria explicar tudo; ainda que generoso, é de um autoritarismo ingênuo — e sempre com custos altos como pode ser verificado no decorrer das narrativas.

⁸⁴⁰ THOMPSON, A miséria da teoria ou um planetário de erros, 1981, p. 55.

Como cronista, há uma obsessão minha de que tudo é importante e merece ser contado, como se fosse meu último dia de vida. Nessas lembranças o presente é ampliado, vários aspectos abordados dizem respeito às questões do presente, como promessas não cumpridas. Essa contradição inerente à estratégia utilizada nesta tese remete à arte de contar histórias, uma necessidade de trocar experiências que sempre senti no decorrer das vivências como assessor técnico. A troca de experiências fica pouco clara no meio acadêmico. Um trabalho como o que eu proponho nesta tese pode parecer desnecessário, porém eu penso que são poucas as experiências compartilhadas. Esse desejo de teorizar sobre o que ocorre numa assessoria técnica é para mim uma negação da lógica histórica que aponta Thompson; ao contar histórias, teorizo e convido o leitor a que também o faça, pensando juntos em saídas que não ficam claras quando postas por teorias distantes das experiências concretas com seus avanços e contradições. A tese não fecha as questões, mas nela compartilho lembranças de experiências para que outros possam também passar a fazê-las. A arquitetura é em si experiência, a experiência da produção do espaço. Dessa forma, só faz sentido para mim um trabalho na arquitetura que almeje compartilhar experiências, do contrário me pareceria desnecessário, negando a lógica da história, mas também da arquitetura como campo do conhecimento para além da mera organizadora da produção.

Nessa preocupação de tudo contar, procurei falar das experiências criando dramaticidade para promover a compreensão dos processos sociais com que me envolvi. Não pretendi criar aqui uma descrição que coloca uma representação estática, mas algo que interage com o que é discutido, explorando a dialética dos processos que se desenrolam com a assessoria técnica. Nas narrativas, tentei deixar as contradições e os processos evidentes, procurando explicitar por que determinados aspectos ganham relevância; nada está posto sem motivo, o que é narrado precisa ser compreendido a partir dos processos sociais a que se vincula. Evitei uma descrição banal e genérica, ressaltai as especificidades a partir dos aspectos que se mostram importantes para se construir a narrativa, a qual confere destaque e dá relevância. Numa descrição, tudo parece neutro, desconsiderando as especificidades, como se uma mera situação se repetisse sem vínculo com diferentes processos sociais, sacrificando a tensão que caracteriza uma assessoria técnica.⁸⁴¹

⁸⁴¹ LUKÁCS, *Ensaio sobre literatura*, 1965, pp. 61–62.

As crônicas narrativas estão na primeira pessoa, o reconhecimento de ideias a partir da história pessoal é indicativo de um esboço de tomada de consciência, e, como isso é algo que ainda não tem necessariamente rebatimento na transformação da realidade, a estratégia expressa um processo em construção.

A identificação das quatro fases que proponho nesta tese ajudou a compreender as lutas por moradia com que a assessoria se envolveu desde 2008. As diferentes fases têm como balizas para sua determinação a ação direta e a ação institucional, uma perspectiva a partir da assessoria técnica, compreendendo esta última como um agente político fora do Estado, que na sua atuação o mantém. Ademais, as fases foram importantes para a organização da tese e podem contribuir para outros pesquisadores e militantes que participam e estudam esses movimentos sociais urbanos.

Para compreender as fases propostas, é essencial compreender o Estado como a forma política do capitalismo, ele é o que garante as relações estabelecidas entre mercadorias; por exemplo, a força de trabalho é uma mercadoria, há aquele que vende (proletário) e há aquele que compra (burguês), e, sendo assim, o Estado é uma instância que se encontra apartada desses dois agentes e regula as suas relações. A assessoria técnica é parte desse aparato, mesmo quando não o aparente. O Estado não surge como algo imposto pelas instituições ou capturado pelo capitalismo. Ele é uma forma política que se coloca como um terceiro apartado dos sujeitos-mercadoria para que possa regular suas relações sem parecer que está alinhado com algum dos lados; ele é uma forma política necessária para o funcionamento do capitalismo; ele é o sistema, não como um representante, uma condição necessária para o funcionamento do modo de produção do capital. A educação, os meios de comunicação, a arquitetura, o direito podem promover uma oposição ao Estado, porém são parte também da forma política do capitalismo e existem para que se garanta a reprodução do capital. Fazem parte de uma forma política ampliada para além do Estado. Assim sendo, acreditar que a assessoria não faz parte dessa relação que garante a reprodução capitalista é cair numa armadilha ideológica.⁸⁴²

Isso posto, salientam-se os riscos do envolvimento com o Estado e com as instituições de uma maneira geral. A burocracia é algo que merece ser tratado com cuidado: negá-la é iludir-se, valorizá-la também o é. Uma assessoria técnica é um

⁸⁴² MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 18.

procedimento burocrático e cria elementos que separam os sujeitos daquilo que é objeto da assessoria. Ainda que não seja um desejo expresso, as assessorias apresentadas nesta tese promovem, quando muito, uma reforma do sistema, mas não sua ruptura. As fases demonstram esse processo contraditório, os desejos de emancipação são frustrados com o maior envolvimento com as institucionalidades no decorrer do processo.⁸⁴³

A aposta nas assessorias técnicas — jurídicas bem como em estruturas partidárias e parcerias com outras institucionalidades como a Defensoria Pública e o Ministério Público, observadas ao longo das narrativas — demonstra como essa é uma atuação frágil e limitada. A crença no Estado e nas estruturas burocráticas que atravessam essas experiências evidencia essa condição e fica ainda mais caricatural na assessoria técnica aos atingidos de Mariana, experiência tratada na terceira fase. Mas os traços dessa crença já podem ser percebido nas experiências anteriores, como na Ocupação Dandara e nas Ocupações da Izidora.

Na tese indico a existência de uma quarta fase, ocorrida após o agravamento da crise política e econômica vivida no Brasil na segunda metade da década de 2010, que tem como importante marco histórico o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. As assessorias continuam ocorrendo, e os elementos dessa quarta fase têm sido recorrentes. Ela se caracteriza pela percepção positiva em relação ao passado recente e aponta uma necessária retomada de um processo de inclusão de parte da população em políticas públicas que vinha ocorrendo. Considero esse discurso de retomada um equívoco. A meu ver, querer retomar algo que nunca se teve não me parece ser um caminho a ser seguido, tanto como estratégia quanto como discurso. As reflexões mais pertinentes acerca dessa quarta fase demandam uma distância histórica que neste momento não foi possível, mas que pode ser retomada por mim e outros estudiosos, ativistas e militantes em estudos posteriores.

As balizas da ação direta e institucional evidenciaram como as assessorias técnicas são representantes típicas de agentes políticos que atuam na manutenção do Estado, uma manifestação característica do neoliberalismo contemporâneo, evidenciam o ativismo que, mesmo questionando esse Estado como forma política do capitalismo, seguem o reforçando. As ocupações urbanas, o desastre da Samarco e as assessorias são manifestações do neoliberalismo contemporâneo — mesmo que

⁸⁴³ SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 72–73.

eu não goste dessa condição. Sendo assim, as assessorias estão longe de ser a superação desse sistema a partir de seu ativismo ainda desarticulado que opera quase sempre na emergência. Essa conclusão pessimista não pretende desqualificar as experiências narradas e outras que virão, mas incomodar as crenças firmadas quanto a alguma tranquilidade e certeza que essas táticas muitas vezes apresentam, supondo-se passos em um caminho certo para superar o modo de produção capitalista. As experiências são úteis, mas ainda contraditórias e distantes de suas 'nobres' intenções.

É emblemático o papel da assessoria técnica como agente político que reafirma o Estado na terceira fase, quando apresenta o caso dos atingidos. A ausência da fala desses agentes entre os entrevistados, privilegiando somente os agentes institucionalizados, não é somente contingencial, mas uma escolha que chama a atenção para uma mudança que se opera a partir desse momento, quando os agentes fora das instituições são desconsiderados: mesmo que a preocupação que mova a todos seja a questão dos atingidos, estes últimos não são de fato considerados na sua heterogeneidade, uma condição que pode também ser observada nas reuniões mais recentes dos técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte na condução do Programa de Proteção Ambiental e Melhorias Urbanas da Região Izidora, conhecido como PRO-Izidora.

Neste trabalho, advirto o quanto é nebulosa a postura de mediação que a assessoria assume nas diferentes fases: ela toma para si o papel de amortecedora de conflitos, assumindo ainda mais essa condição quando se aproxima das instituições. Não perder de vista a sua condição de parte de um Estado ampliado é um incômodo que não se resolve, mas segue ativo para que possamos pensar juntos em saídas dessa postura contraditória, especialmente nas vivências contemporâneas que considero como parte da quarta fase.

Um dos instrumentos que experimentei ao longo dessas experiências como mediador contraditório foi o desenho. A sua trajetória histórica, que o leva a se afastar da manufatura, gerando códigos e estratégias que pouco dizem respeito às condições de construção adotadas nos canteiros de obras, foi utilizada para lembrar a todos os envolvidos acerca das disputas com o Estado, mas os desenhos também foram desmontados para que acontecessem no canteiro de obras permanente das ocupações urbanas, buscando se pautar pelos elementos do cotidiano dos terrenos ocupados. Aquele autismo que historicamente arquitetos e engenheiros aplicam como

indivíduos em relação ao canteiro de obras, salientado por Sérgio Ferro,⁸⁴⁴ mostrou-se pouco factível na relação direta com os ocupantes, entretanto, eficiente quando a conversa era com as instituições — ou seja, quando as experiências se aproximam destas últimas, o desenho se torna uma ferramenta de luta política importante para seu avanço.

Aqueles embates que se instalam na atividade do projetista frente à resistência da realidade foram constantes, e foram importantes para experimentar seus limites como instrumento de emancipação dos envolvidos. Esse fato me levou a assumir, na assessoria, uma postura de maquetista, que se preocupa mais com os processos de execução de sua representação. Como maquetista, já vivenciei em vários momentos esse embate do que é projetado e o possível de ser executado, inclusive como maquete. São inúmeras as vezes em que me deparo com elementos de fachada complexos e difíceis de serem executados numa maquete, que dirá num canteiro de obras... Esses quase sempre não têm uma clara função a não ser uma espetacularização da forma, com grandes dificuldades de execução. Os arquitetos que me contratam como maquetista ficam exaltando o resultado e muitas vezes manifestam certa frustração em relação ao que foi construído. Essa frustração na produção do espaço nas ocupações urbanas era resolvida com uma imediata desconsideração daquilo que eu falava e que não era passível de ser executado naquele contexto. O desenho nas ocupações urbanas, especialmente na primeira fase, nas ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, eram um desenho da produção, e não reles prescrição como uma ordem de serviço.

Apesar de o desenho ser essa ferramenta que se coloca como absoluta nas determinações de um espaço para um arquiteto, exigindo a submissão de todos aos seus ditames, os moradores das ocupações colocavam limites para esse desejo, e fizeram-no com delicadeza, sem desqualificar a assessoria — afinal, ela serve para conversar com as instituições. No decorrer das experiências, sempre que as instituições se tornam mais presentes no cotidiano, somos chamados para estabelecer um diálogo que se mostra difícil.

Esse fato por si mesmo indica limites da assessoria técnica de arquitetos urbanistas nas lutas urbanas, uma recaída que retoma uma relação de produção que

⁸⁴⁴ Discussão destacada especialmente no texto “O canteiro e o desenho” na coletânea: FERRO, *Arquitetura e trabalho livre*, 2006, pp. 131–132.

se pretende superar, mas que aqui ainda está longe de se efetivar, como chama atenção Sérgio Ferro:

O mais difícil, no início, é romper a totalidade fechada do sistema. De fato, o exercício atual da profissão compõe um universo de uma tal força e resistência que, apesar das enormes fissuras que o rompem, ele tem ainda uma estabilidade enorme. O maior perigo de toda tentativa de um novo modo de produção arquitetural é decair, além da aparência, no antigo modo de produção. A espontaneidade não é suficiente: para ir além, é indispensável análise racional e radical. O modo de produção (arquitetural) e sua ideologia dominam de uma tal maneira os diferentes níveis de existência profissional que nela mesma essa existência nos dirigirá ao que a faz tal como ela é. Assim, poderemos quase afirmar: a tentativa que não é seguida de uma conscientização crítica da situação presente, exaustiva e elaborada com rigor, não é uma tentativa, é um encontro renovado do já acontecido.⁸⁴⁵

Podemos pensar essas experiências de assessoria técnica como manifestações de uma arquitetura como trabalho livre? Acompanho o arquiteto Sérgio Ferro na sua interpretação do que seria a arquitetura como arte e expressão de um trabalho livre, que recupera uma relação estreita com a produção, desde o saber-fazer até o domínio dos materiais que utiliza:

A sequência central aqui, em termos muito genéricos, é a seguinte: autonomia (portanto fora do controle do capital), liberdade (ter todas as razões da determinação dos fins em si mesmo — portanto, finalidade social interiorizada), razão (= necessidade = ter todas as razões de ser o que é em si mesmo, portanto, toda a série unificada: saber, saber-fazer, técnica, material...). Nada pode faltar nessa sequência — e somente assim a arquitetura novamente se tornará arte.⁸⁴⁶

Eu gostaria que essas experiências fossem manifestações de uma arquitetura como trabalho livre, porém elas ainda reforçam aspectos da produção social do espaço com uma heteronomia que nega a condição de liberdade. Existem lampejos de esperança de atingir essa condição a partir dessas experiências de assessoria técnica, mas ainda não é possível se animar por completo: como as crônicas narrativas demonstram, as vivências são carregadas de contradições que negam a liberdade. As assessorias técnicas experimentadas estão longe de ser uma ruptura, e acredito não ser este ainda um caminho a ser seguido para uma produção social do espaço que seja marcada pelo trabalho livre, o que não tira dela a possibilidade de experiências que podem contribuir para seguirmos rumo a essa utopia. Ela aumenta

⁸⁴⁵ Discussão destacada especialmente no texto “Reflexões para uma política na arquitetura” na coletânea: FERRO, *Arquitetura e trabalho livre*, 2006, p. 212.

⁸⁴⁶ *Ibidem*, p. 412.

as brechas, mas está longe de ser parte de um processo de ruptura com essa lógica hegemônica na arquitetura e no urbanismo.

Entendo essas experiências como uma oportunidade de amadurecimento para a construção dessa utopia de uma produção do espaço marcada pelo trabalho livre. Conquanto repleta de erros e acertos, e com poucas possibilidades de avanço, elas me permitiram amadurecer a crítica desses erros e acertos para buscar outros erros e acertos com vistas à utopia do trabalho livre. Há nessas experiências uma procura por um sentido novo para a produção.

O próprio Sérgio Ferro percebe essa possibilidade, indicando serem situações como essas, vivenciadas pelas assessorias técnicas, campos de experimentação para se pensar na superação da condição de mero participante do sistema capitalista e na formação para outra lógica de produção. Essa condição é fruto de uma completa exclusão, encontrada entre os moradores das ocupações urbanas e entre os atingidos, que criam possibilidades de ruptura e experimentações de outras relações na produção do espaço, indo além da reles produção de mercadorias.

As técnicas de produção empregadas — seja na autoconstrução nas ocupações urbanas, seja nos desejos de restituição de seus direitos pelos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo — repetem aquilo que se considera que dá certo, não há tempo e possibilidade do erro ou de tentativas e ensaios de novas técnicas: a técnica já conhecida é reprisada, aprendida intuitivamente, sem uma reflexão sobre seus processos. Tendo em vista essa condição, até que ponto podemos considerar a autoconstrução das ocupações como parte de um processo de formação de outra lógica de produção do espaço? É possível que aconteça, mas isso ainda não é uma realidade. Talvez o fato de a produção do espaço ser ainda tratada como uma contingência do processo acabe levando a assumir esse papel irrelevante que observamos nas crônicas. Ela precisa ser politizada, entretanto continua como se não fosse um aspecto da disputa.

Nesse aspecto, a distância entre canteiro e desenho se mantém: ao privilegiarem a luta política nas arenas institucionalizadas, as organizações políticas e assessorias técnicas seguem distantes da produção e se restringem aos seus aspectos abstratos, descolados e tomando decisões sem a participação dos grupos sócio-espaciais que produzem o lugar. Em suma, ainda seguimos emitindo ordens de serviço.

No intuito de explicitar essas contradições, as crônicas apresentam situações ocorridas em atividades de extensão universitária realizadas em algumas ocupações urbanas com a atividade do canteiro de obras extramuros. A intenção dessas atividades é colocar os estudantes frente aos limites da prescrição do projeto, são oportunidades de vivenciar a contradição, mas, ainda assim, elas não promovem uma ruptura com essa lógica. Tais atividades geram o incômodo, mas não consigo ir ainda muito além disso. Não quero dizer que o exercício do canteiro em si seja desnecessário, ele deixa evidente o problema, mas ainda refletimos pouco sobre seus problemas, o que leva a uma resignação que pode fomentar um futuro conservadorismo, que merece ser aprofundado em trabalhos futuros para melhor compreensão dos seus resultados.

O canteiro extramuros demonstra que uma mudança radical das relações de produção se dá cotidianamente, não por decreto ou em eventos, precisa ser construída com paciência, exigindo um olhar atento a detalhes que se encontram imbricados e não se transformam pelo simples desejo e a percepção das contradições por alguns. Um espaço que expresse o processo de sua constituição, não uma ruptura que descola o que foi pensado do que foi vivenciado na produção, considerando esta última como um processo continuado que não se encerra, que atravessa a vida humana e a existência do espaço.

As dificuldades para perceber a produção social dos espaços como um momento da luta política dessas experiências evidenciam outro desafio, que é a ausência de uma formação política generalizada dos envolvidos com essa produção para além de seus aspectos institucionalizados, que indicam dificuldades no desenvolvimento de um trabalho de base. Esse desafio atravessa toda a luta política, não sendo exclusivo da assessoria técnica — esta, inclusive, pela natureza de sua atuação, tem maiores possibilidades de contribuir na superação dessa contradição, entretanto, temos dificuldades em superar nossa condição de técnicos habituados a prescrever nossas decisões sem, de fato, estabelecermos um trabalho compartilhado. Nosso ativismo ainda é desarticulado de um projeto político de ruptura, o que gera mais frustrações. Há uma dificuldade em notarmos que nossa atividade alimenta e é alimentada pelo capitalismo. Enquanto nos ativermos ao papel já desenhado pelo modo de produção capitalista para arquitetos, estaremos cultivando futuras frustrações e adiando nossa emancipação e dos grupos sócio-espaciais envolvidos.

Um dos exemplos dessa nossa dificuldade diz respeito às áreas verdes, que, nos casos experimentados, sempre dão indícios da nossa ineficiência. Abordamos a questão com aspectos abstratos, como na aplicação imediata do Código Florestal, e encontramos dificuldades em incorporar as inquietações dos grupos sócio-espaciais com diretrizes para uma eventual preservação dessas áreas, como a utilização desses espaços integrados aos cotidianos. A nossa falta de repertório e um preconceito estrutural quanto a essa utilização impedem uma mudança de postura que dificulta o diálogo e o desenvolvimento de ações que promovam uma pedagogia sócio-espacial acerca do papel desses lugares no contexto das nossas cidades. Somos ainda pouco criativos e despistamos essa falta de criatividade com preceitos institucionais.

Os principais interlocutores com a assessoria técnica são as mulheres e os velhos — quanto à produção do espaço, os velhos são recorrentes nessa interação. A busca de procedimentos que os coloque em contato com os mais jovens pode ser um caminho ainda pouco explorado e avaliado, com chance de retomar saberes tradicionais que contribuam para a compreensão do papel das áreas verdes. Vale lembrar que os jovens nos contextos estudados têm se ocupado de atividades que pouco exploram seus anseios e a relação com os lugares onde moram e, de fato, alguns exercem atividades profissionais que desenvolvem pouco os seus potenciais, como telemarketing, entregadores de aplicativos ou o tráfico de drogas. As gerações mais velhas tiveram outros subempregos, como capina, serventes ou pedreiros na construção civil, experiências de trabalho que acabam por levá-los a serem protagonistas na produção dos espaços nos terrenos ocupados. Atividades que integrem essas gerações são uma possibilidade que merece ser avaliada na continuidade dessas assessorias, indicando caminhos para um processo de amadurecimento das assessorias, organizações políticas e grupos sócio-espaciais.

Também aponto na tese a necessidade de pensar a arquitetura como processo, um sistema, e não como um objeto e uma mera mercadoria que se encerra quando se entrega um trabalho. A formulação simplista que considera a discussão da função social do arquiteto como uma vinculação imediata e direta com a habitação de interesse social é outra que precisa ser revista: apesar de as experiências narradas estarem vinculadas ao tema, a todo momento são indicados outros aspectos que extrapolam essa leitura recorrente do arquiteto e sua função social. A percepção da arquitetura como processo é uma condição que atravessa a atividade profissional em diferentes contextos. Superar essa condição de produzir mercadorias é uma função

social a que esse profissional deveria estar sempre atento; seu compromisso vai além do atendimento ao cliente, seu comprometimento é mais amplo, e as crônicas o demonstram.

Essa contradição de tratar o resultado de nosso trabalho como mercadoria está imbricada na nossa atividade, seja porque é desempenhada dentro do sistema capitalista que considera a todos dessa forma, seja porque é uma das atividades fundantes desse próprio sistema que coisifica a todos. Como coloca Mascaro,⁸⁴⁷ o domínio não se baseia somente na repressão, a persuasão é outro aspecto importante para garantir a manutenção do sistema. Como já dito, a educação e outras institucionalidades que podem parecer ser contra o sistema estão aí para garantir sua reprodução, como a arquitetura e mesmo a assessoria técnica nos casos narrados.

Na minha formação no aprendizado do projeto a moradia foi colocada no início da graduação como um exercício de menor complexidade, o que não é, obviamente, verdade. Ela era tratada como um objeto estático, não explorando os futuros moradores como também produtores do espaço, e a ilusão do protagonismo do arquiteto começa a ser desenvolvida a partir daí. Quanto a esse aspecto, o arquiteto inglês John Turner chama a atenção para o fato que a realidade da moradia são suas relações, não sua dimensão de objeto.

A saber, la diferencia lingüística entre “vivienda” como un sustantivo y “vivienda” como un verbo, y la diferencia política entre legislar reglas estándar y la ejecución de juegos estandarizados. [...] Por un lado tendremos, como ocurre normalmente, organismos supralocales que planifican y proveen las necesidades populares de vivienda, con el resultado de que la gente planificada y abastecida de esa manera se convierte en consumidora y beneficiaria pasiva. Por otro lado, si la vivienda es tratada como una entidad verbal, como un medio para los fines humanos, es decir, como una actividad y no un producto fabricado empaquetado, el poder de decisión debe por necesidad permanecer en manos de los propios usuarios. Y voy a ir más allá sucediendo que, por una cuestión de sentido común tanto económico como social y psicológico, el ideal al que debemos aspirar es un modelo que conciba la vivienda como una actividad en la que los usuarios sean los principales actores.⁸⁴⁸

Tratar a moradia como produto é negar sua natureza, afinal a moradia só ganha sentido na relação que ela estabelece com o lugar onde ocorre, é algo vivo, e não estático e padronizado, o que reforça o conceito de grupos sócio-espaciais que utilizei na tese. O importante é que cada pessoa possa fazer suas escolhas no processo de

⁸⁴⁷ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 69.

⁸⁴⁸ TURNER, *Cuestiones de vivienda y la problemática de los estándares*, 2018, pp. 110–111.

construção de suas casas, tratar a moradia como algo em constante produção cotidiana. Pensar a arquitetura como geradora de interfaces fica latente frente às situações que discuto neste trabalho, vez que a produção de interfaces postula a criação de algo que não seja predeterminado e que, de fato, permita uma apropriação dinâmica que acompanhe os desejos e intuições daqueles que moram e também produzem arquitetura. Enquanto a arquitetura não compreender o papel que tem desempenhado na constituição de uma lógica perversa de acumulação de capital, o arquiteto assessor cultivará sua ilusão ou autoengano, perpetuando violências estruturais na produção de seus desejos, deixando de lado a boa intenção que possa existir na sua cabeça ao desenhar para os grupos sócio-espaciais.

Além dos limites da assessoria, são também constatados os limites do ativismo, este último com um importante protagonismo na condução das pautas desses movimentos sociais. Considerando as lutas sociais contra o modo de produção capitalista uma perspectiva histórica mais ampliada, esse ativismo ganha grande destaque nas últimas décadas e é influenciado pelo contexto em que ocorre. Nessa toada, o ativismo contemporâneo é uma resposta ao modelo neoliberal vigente e tem nos seus procedimentos alguns aspectos que os aproximam.

Esse ativismo, muito inspirado no pensamento político libertário, tem como um dos seus marcos inaugurais os movimentos de 1968 na França. Esses levantes coincidem com um questionamento da burocratização das lutas contra o capitalismo, representados na ocasião pelo Partido Comunista Francês, que, assim como outros pelo mundo, orbitavam no entorno da URSS, que também pautavam as lutas sindicais:

Muitos observadores ficaram surpresos pela presença, ao lado da bandeira vermelha, da bandeira negra nas manifestações e barricadas. Autor de um dos livros mais interessantes de Maio de 68, o jornalista inglês Daniel Singer, marxista influenciado por Rosa Luxemburgo, avalia: “No maio francês, era possível escutar claramente ecos antiautoritários de Proudhon, bem como de Bakunin”. A seus olhos, “a ressurreição de certas formas do anarquismo [...] era uma reação sadia contra a degenerescência burocrática do movimento operário oficial”, um movimento que parecia ter esquecido suas origens revolucionárias e libertárias.⁸⁴⁹

Em 1968, esses movimentos da esquerda institucionalizados já apresentavam grande dificuldade de promover engajamento com base em suas estratégias: partir para uma ação direta caracteriza-se como um desafio para essa esquerda radical que havia se burocratizado.

⁸⁴⁹ BESANCENOT & LÖWY, *Afinidades revolucionárias*, 2016, p. 49.

Portanto, não foi um acaso que libertários e marxistas revolucionários da JCR se encontram com uma multidão de jovens desorganizados motivados pela revolta e pela indignação, nas barricadas do Quartier Latin, na “noite do fogo” de 9 de maio. Contrariamente aos “trotskistas ortodoxos” do Partido Comunista Internacional (PCI) seguidor de Lambert, ou dos marxistas-leninistas maoístas da União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas (UJCML), que viraram as costas às agitações “pequeno-burguesas”. Sem falar, obviamente, do Partido Comunista Francês (PCF) stalinista, que não para de denunciar os “grupos” que “fazem o jogo do governo”... Bem diferente foi a atitude dos jovens que descobrem “sobre a calçada a praia”: para a além dos desacordos — bem reais —, os adeptos revolucionários da bandeira vermelha e os da bandeira negra reencontram-se, muito naturalmente, “do mesmo lado da barricada”, no sentido próprio e figurado.⁸⁵⁰

No Brasil de 1968, assistimos à ruptura de uma parte do PCB – Partido Comunista Brasileiro para formar a ALN – Ação Libertadora Nacional, sob a liderança de Carlos Marighella, partindo para uma ação direta através da guerrilha urbana. Esta última envolveu um grupo pequeno da esquerda brasileira, apesar da expressiva retumbância que o movimento ganharia na história dos movimentos de resistência no Brasil. A efervescência de 1968 começa a ter maior reverberação e ampliar seus adeptos no Brasil para além de uma esquerda radicalizada nas guerrilhas no final dos anos 1970, com o enfraquecimento da ditadura militar.

A partir desse momento começam a se organizar os quadros que comporiam os primeiros governos do processo de redemocratização do Brasil. Essa geração tem certo protagonismo na condução de algumas lutas que culminaram em políticas públicas consideradas na Constituição de 1988 e outras legislações, como o Estatuto da Cidade, de 2001. Essa geração passa a ser questionada em Belo Horizonte e outros lugares no Brasil a partir dos anos 2000. Recuperando uma estratégia de ação direta, as ocupações urbanas são uma manifestação desse processo na capital de Minas Gerais.

Essa retomada da ação direta é questionada, de forma semelhante ao ocorrido lá pelos idos de 1968, pela esquerda radical burocratizada local, levando à divisão que ainda é percebida entre os movimentos de luta por moradia em Belo Horizonte. O argumento, ainda recorrente, de que as ocupações urbanas estão furando a fila da política habitacional é uma manifestação dessa divisão. Ao longo desses anos, houve várias tentativas de aproximação, como na Ocupação Vicentão, em 2018, quando os movimentos mais antigos da cidade se juntaram com os mais recentes e ocuparam um prédio no centro de Belo Horizonte. Essa ocupação se desfez no início de 2019,

⁸⁵⁰ Ibidem, pp. 49–50.

e parte dos motivos para sua dissolução foram essas diferenças que ainda não estavam resolvidas.⁸⁵¹

Além dessas cisões, outro aspecto que merece atenção é um processo de burocratização que as organizações políticas mais recentes têm começado a experimentar. Com a consolidação das ocupações como modalidade de acesso à moradia em Belo Horizonte, assistimos a uma grande aposta das organizações políticas em estruturas partidárias: as Brigadas Populares e sua participação no projeto ‘Gabinetona’ do PSOL, e o investimento do MLB e do PCR na criação do UP – Unidade Popular, gerando apreensão quanto à experiência das ocupações, um risco de que se tornem exercícios limitados de emancipação dos setores populares, como ocorreu com os movimentos de luta por moradia do período anterior. Essa burocratização se dá também entre os apoiadores, e, nesse contexto, o meu caso é exemplar: desde 2015 estou em instituições universitárias e o trabalho da assessoria tem se dado a partir dos projetos de extensão universitária e pesquisa que conferem outra roupagem para essa atuação parcialmente revelada nesta tese.

Uma preocupação em relação a essas lutas sociais mais recentes, das quais participei diretamente, é uma desarticulação que percebo entre meus pares pequeno-burgueses: ainda predomina entre nós uma percepção positiva sobre alguns aspectos de nossas práticas sociais, dentre elas, a nossa relação com as populações pobres que habitam os lugares onde atuamos, relação essa que valoriza uma lógica de disciplinamento. Nossa atuação é, de certo modo, semelhante às práticas da polícia, que mantém a repressão como estratégia de domínio, contudo, em nosso agir, essa postura de disciplinamento e dominação se repete com uma roupagem abrandada. Ainda somos profissionais que atuam junto a essas comunidades e promovem o seu controle a partir da persuasão. Isso é um dentre alguns dos riscos de um ativismo a partir de nossas atividades profissionais que ainda criticamos pouco ao longo de nossa militância e assessoria.

Não podemos perder de vista e criticar essas novas formas de controle desenvolvidas para enfrentar esse desafio das sociedades em movimento que Zibechi aponta, centrada na disciplina, que normatiza e regula, apoiando-se nos fenômenos

⁸⁵¹ Para entender a experiência de assessoria técnica e os conflitos entre as organizações políticas que se envolveram na Ocupação Vicentão, cf.: BARRETO, Isabela. *Cotidiano e assessoria técnica na Ocupação Vicentão*. Monografia de graduação. Or. Tiago Castelo Branco Lourenço. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

existentes, “não [para] tentar impedi-los, mas, ao contrário, pôr em jogo outros elementos do real, a fim de que o fenômeno, de certo modo, se anule por si mesmo”. Em vez de reprimir e proibir, procura-se regular a realidade, fazendo com que alguns elementos atuem sobre os outros, anulando-os.⁸⁵² Essa situação é recorrente e experimentada especialmente nos momentos em que nos aproximamos das instituições e ficamos mais confortáveis exercendo nossas profissões para aqueles sujeitos que normalmente não as acessariam.

Esse exercício de crítica constante na atuação junto aos grupos sócio-espaciais e as reflexões sobre essas experiências devem também lembrar que a esquerda eleitoral não é inimiga das organizações políticas que operam fora das instituições, “mas seu acesso ao poder estatal lhes pode causar um dano irreparável se os movimentos não tiverem ganhado suficiente autonomia material e política”.⁸⁵³ Todavia, não se deve perder de vista que o Estado e suas institucionalidades são parte da forma política do capitalismo, e por isso não cabe estar confortável enquanto se estiver nessa posição. Afinal, uma ação política que utiliza os mecanismos do Estado sem questionar o sistema capitalista é uma falácia, se restringe as aparências e não questiona as contradições não percebidas. O Estado demanda a manutenção da sua lógica, não há desmonte possível pelo Estado. Dessa maneira, uma atuação com suas ferramentas sempre será marcada por grandes retrocessos, porque o Estado é algo a ser desmontado, não conquistado.⁸⁵⁴

Intentei, de forma quicá pretensiosa e vaidosa, produzir uma tese épica, buscando concatenar situações em tempos diferentes. Talvez isso explique as dificuldades que o texto ainda apresenta, já que ele fala de processos que ainda estão em curso, e, mesmo que eu buscasse me afastar para elaborar essa síntese, não o consegui de fato. De qualquer forma, arrisco aqui uma conclusão épica para o que narro: neste estudo, eu quis mostrar como os grupos sócio-espaciais com que me envolvi ao longo dessas experiências de assessoria técnica são arrancados de uma possibilidade de trajetória autônoma por situações externas que parecem dizer algo sobre a produção de seus espaços, mas que acabam por manter tais grupos em posição subalterna a um sistema hegemônico que insiste em se impor. A utopia da minha narrativa é tentar mobilizar esses grupos sócio-espaciais a sair dessa condição

⁸⁵² ZIBECHI, *Territórios em resistência*, [2008] 2015, pp. 126–127.

⁸⁵³ *Ibidem*, p. 148.

⁸⁵⁴ MASCARO, *Estado e forma política*, 2013, p. 83.

e a ficarem atentos a essas contradições que nos impedem de avançar. É, possivelmente ainda uma narrativa utópica, mas sigamos na busca por essa utopia.

REFERÊNCIAS

A CIDADE que queremos — Comunidade Eliana Silva. *Blog da Ocupação Eliana Silva*. Publicado em 4 out. 2012. Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com/2012/10/a-cidade-que-queremos-comunidade-eliana.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

AGÊNCIA MINAS. Aprovado decreto que institui Mesa de Negociação de conflitos fundiários. *Portal da Secretaria de Governo do Estado de Minas Gerais*. Publicado em 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.governo.mg.gov.br/Noticias/Detalhe/4593>>. Acesso em: 30 mar. 2022. P.331 substituir

ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Prefeitura de Belo Horizonte descarta desapropriar terreno para sem-teto. *Assembleia Informa*, Belo Horizonte, nº 3979, p. 1, fevereiro, 2012.

ALTEZ, Rogelio; REVET, Sandrine. Contar los muertos para contar la muerte: discusión en torno al número de fallecidos en la tragedia de 1999 en el estado Vargas-Venezuela. *Revista Geográfica Venezolana*, n. 46, 2005, pp. 21–43.

ALVES, Fabiana. Carta ao movimento dos atingidos por barragens. *Portal do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens*. Publicado em 9 ago. 2021. Disponível em: <<https://mab.org.br/2021/08/09/carta-ao-movimento-dos-atingidos-por-barragens/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)* [State and opposition in military Brazil]. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, [1984] 1989.

ÂNGELO, Maurício; BIANCHI, Paula. Samarco oferece dinheiro para que prefeitos abram mão de indenização bilionária por Mariana. *The Intercept Brasil*. Publicado em 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/30/samarco-prefeitos-desistirem-indenizacao-mariana/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ÂNGELO, Pedro. Prefeitura de BH e ocupações urbanas fazem acordo em reunião. *Portal G1*. Publicado em 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/reuniao-termina-com-acordo-entre-prefeitura-de-bh-e-ocupacoes-urbanas.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ANTUNES, B. Guia da 10ª Bienal de São Paulo. *Revista AU*, n. 235, p. 14, 2013.

ARAÚJO, Breno Fonseca de. A destruíção social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

ARAÚJO, Breno Fonseca de; MÉDICI, Bruna Camposano; OLIVEIRA, Eduardo Gontijo; OLIVEIRA, Stella Dalva; LOURENCO, Tiago Castelo Branco. Memória como tecnologia social: os fundamentos da cartografia participativa. In: *Anais urbBA 17*, Salvador, 2017.

ARAÚJO, Giselle; RAMOS, Raquel. Moradores de áreas invadidas buscam dignidade, segurança e melhores condições de vida. *Portal Hoje em Dia*. Publicado em 19 out. 2013. Disponível em: <<https://cms.hojeemdia.com.br/preview/www/2.602/2.616/1.214732>>. Acesso em: 13 set. 2021.

ASF – Arquitetas Sem Fronteiras. Relatório visita a Paracatu de Baixo em 7 de julho de 2016. Belo Horizonte, 2016.

ASF – Arquitetas Sem Fronteiras. Informe interno das Arquitetas Sem Fronteiras em 16 de outubro de 2016. Belo Horizonte, 2016.

ASF – Arquitetas Sem Fronteiras; Escritório de Integração; GEPSA/UFOP. *Proposta de oficina: A memória como instrumento*. Belo Horizonte/Ouro Preto, 2017.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; FREITAS, José Francisco Bernardino. O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 6, n. 1, pp. 758–775, jun. 2014.

BAETA, Juliana. Por não permitir venda de lotes em ocupação, militante é assassinado. *Jornal O Tempo*. Publicado em 1º abr. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/por-nao-permitir-venda-de-lotes-em-ocupacao-militante-e-assassinado-1.1018279>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BARREIRO Urgente - Ocupação Camilo Torres. *Blog Suvaco de Cobra*. Publicado em mar. 2008. Disponível em: <<http://suvacodecobrahiphop.blogspot.com/2008/03/barreiro-urgente-ocupao-camilo-torres.html>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BARROS, Ellen. Processo de luta dos atingidos pela rompimento barragem da Samarco em Mariana concorre ao Prêmio Innovare 2019. *Portal da Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais*. Publicado em 21 jun. 2019. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/processo-de-luta-dos-atingidos-pela-rompimento-barragem-da-samarco-em-mariana-concorre-ao-premio-innovare-2019/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BARROS, Ellen. Defender a Matriz de Danos dos atingidos é lutar por justiça diante do crime continuado da mineração. *Portal da Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais*. Publicado em 26 ago. 2020. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/defender-matriz-de-danos-dos-atingidos-e-lutar-por-justica-diante-crime-continuado-da-mineracao/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996*. Dissertação de Mestrado. Or. Heloisa Soares de Moura Costa. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. *Viurbs Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/threads/viurbs-programa-de-estrutura%C3%A7%C3%A3o-vi%C3%A1ria-de-belo-horizonte.713486/>> Acesso em: 17 de setembro de 2021.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. Lei Municipal nº 9.959, de 20 de julho de 2010, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, edição 3628, ano XVI, Publicada em 21 jul. 2010. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/base-de-dados/mapas-legislacao-urbanistica>>. Acesso em: 21 de março de 2011.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. Plano urbano-ambiental da região do Isidoro. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/ouc_plano_urbano_ambiental_isidoro.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. Entrega do centro de saúde do Dandara. 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/49283277@N07/24335724977/>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. PRU – Plano de Regularização Urbanística: 3ª rodada de propostas. PRU Dandara, Belo Horizonte, 24 de fev. 2018.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. PRU – Plano de Regularização Urbanística. *Portal da Prefeitura de Belo Horizonte*. Publicado em 26 fev. 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pru-plano-de-regularizacao-urbanistica>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra, Revista IGEOG-USP*, São Paulo, n. 13, 1971.

BETHELL, Leslie. Introdução: Eric e a América Latina. In: HOBBSAWM, Eric J. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BITTAR, Jorge (ed.). *O modo petista de governar*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Diretório Regional de São Paulo, 1992.

BITTENCOURT, Epaminondas. A tragédia de Mariana: o narcisismo gerencial na pós-modernidade. São Paulo: Chiado Editora, 2017.

BITTENCOURT, Rafael Reis. *Nota em redes sociais divulgando a eminência do despejo da Ocupação Eliana Silva*. 11 maio 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

BITTENCOURT, Rafael Reis. *Cidade autoconstruída: O ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH*. Dissertação de Mestrado. Or. Denise Morado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

BIZZOTTO, Luciana. *#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. Dissertação de Mestrado. Or. Jupira Gomes de Mendonça. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, [1979] 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento [La Distinction: critique sociale du jugement]*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, [1979] 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: Uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

BRASIL DE FATO. *Famílias ocupam terreno abandonado em Contagem*. 9 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12255>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História [Ecrits sur l'Histoire]*. São Paulo: Perspectiva, [1969] 1978.

BRAUDEL, Fernand. O espaço e a história no Mediterrâneo [La Méditerranée, l'espace et l'histoire]. São Paulo: Martins Fontes, [1985] 1988.

BRAZIL FOUNDATION. Logomarca Brazil Foundation. *Portal da Brazil Foundation*. Disponível em: <<https://www.brazilfoundation.org/pt-br/>>. Acesso em: 21 de jan. 2022.

BRIGADAS POPULARES. *Página Facebook Brigadas Populares. Banner Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade*. Publicado em 3 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/brigadaspopulares/photos/gm.784019911680856/747816788648952>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRIGADAS POPULARES. Vida não se negocia: Reparação justa sim, mesa de negociação não! *Blog Brigadas Populares*. Publicado em 19 nov. 2015. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/vida-nao-se-negocia-reparacao-justa-sim-mesa-de-negociacao-nao/>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

BRIGADAS POPULARES. Encontro das comunidades de resistência. *Blog Brigadas Populares*. Publicado em 28 set. 2019. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/encontro-de-comunidades-de-resistencia-sao-paulo/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRIGADAS POPULARES. *Página Facebook Brigadas Populares. Lançamento do filme Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito*. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/395673080554476/?active_tab=about>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CANUTO, Júlia Fernandez. *A linguagem da autoprodução do espaço: uma proposta decolonial, a partir da extensão universitária*. Trabalho final de graduação. Or. Viviane Zerlotini da Silva e Eduardo Moutinho Bittencourt. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2020.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). *Estado e capital imobiliário: convergências na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência e assessoria técnica: entre o discurso e a prática. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, [1986] 1988.

CÁRITAS BRASILEIRA – Regional Minas Gerais. Relatório final oficina participativa do projeto urbano do reassentamento de Bento Rodrigues. Mariana, 2017.

CÁRITAS BRASILEIRA – Regional Minas Gerais. *Logomarca Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais*. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CARMONA, Bruna. Ativista social é morto a tiros na entrada de ocupação no Isidoro. *Jornal O Tempo*. Publicado em 23 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/ativistasocial-e-morto-a-tiros-na-entrada-de-ocupacao-no-isidoro-1.1176110>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CARVALHAES, Clarissa; SALES, Gabriela. A portas fechadas, Fernando Pimentel e presidente da Cohab decidem futuro das ocupações do Isidoro. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 14 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/a-portas-fechadas-fernando-pimentel-e-presidente-da-cohab-decidem-futuro-das-ocupac-es-do-isidoro-1.319422>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CARVALHO, Amanda Martins. *Memórias de rio e de gente*. Dissertação de Mestrado. Or. Frederico Canuto. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade [L'institution imaginaire de la société]*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, [1975] 1982.

CHAMBERS, Robert. Participatory mapping and geographic information systems: Whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses? *Electronic Journal on information systems in developing counties*, n. 25, v. 2, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp.17–33.

CHONCHOL, Jacques. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CIRCUITO Fábio Alves: o mais recente de arquitetura e notícia. *ArchDaily*. Publicado em 14 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/tag/circuito-fabio-alves>>. Acesso em: 13 set. 2021.

COLETIVO HABITE A POLÍTICA. Página Facebook Coletivo Habite a Política. Divulgação Seminário 25 anos da política municipal de habitação de Belo Horizonte: avanços, conflitos e novos cenários de disputa. Publicado em 12 set. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/564382693893786/photos/a.622943921370996/981925268806191/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

COMUNIDADE de Paracatu de Baixo escolherá novo terreno do distrito neste sábado. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 2 set. 2016. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/comunidade-de-paracatu-de-baixo-escolhera-novo-terreno-do-distrito-neste-sabado-1.411375>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CONSTRUÇÃO da Liga Operária. *Blog Liga Operária*. Publicado em 27 ago. 2004. Disponível em: <<http://ligaoperaria1.hospedagemdesites.ws/construcao-da-liga-operaria/>>. Acesso em: 30 mar. 2022. P.199 substituir

CRUZ, Luana. Famílias despejadas de terreno no Barreiro acampam na porta da prefeitura. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 14 mai. 2012. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/14/interna_gerais,294125/familias-despejadas-de-terreno-no-barreiro-acampam-na-porta-da-prefeitura.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CRUZ, Luana. Integrantes de ocupações bloqueiam MG-010 e queimam ônibus em protesto. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/19/interna_gerais,659916/integrantes-de-ocupacoes-bloqueiam-mg-010-e-queimam-onibus-em-protesto.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022. P.350 substituir

DANDARA, Sônia. *Página Facebook Sônia da Dandara. Dandara no Orçamento Participativo*. Publicado em 10 set. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1078681948957344&set=a.1078681985624007>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

DE SOTO, Hernando. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana [El otro sendero]*. Trad. Gilson Schwartz. Rio de Janeiro: Globo, [1986] 1987.

DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 1) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 2) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

DRONE SALVADORA. *Terreno Lavoura Bento Rodrigues (parte 2) - 10 de março de 2017*. 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iz9FIWJM2Sw>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

EL DÍA en que fue abatido el cura Camilo Torres. *Portal Periódico Semana*. Publicado em 14 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/camilo-torres-la-vida-del-cura-contada-por-pedro-vargas-alias-pele/460701/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ELIPSE E3 confere mais segurança ao prédio de serviços da Cidade Administrativa de MG. *Portal Elipse Software*. Publicado em 2015. Disponível em: <<https://www.elipse.com.br/case/elipse-e3-confere-mais-seguranca-ao-predio-de-servicos-da-cidade-administrativa-de-mg/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

EMICIDA é liberado após prisão em Belo Horizonte neste domingo. Portal G1. Publicado em 13 mai. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2012/05/emicida-e-liberado-apos-prisao-em-belo-horizonte-neste-domingo.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

EMPREENDIMENTO Granja Werneck. *Portal Cohab Minas – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais*. Publicado em abr. 2015. Disponível em:

<<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ESTADO DE MINAS, Coluna Anna Marina, 17/10/2013.

EVANGELISTA, Eduardo Duke. Charge. In: GONÇALVES, Marli. Charge do Duke, tragédia em MG. Maior precisão não há. *Chumbo Gordo*. Publicado em jan. 2016. Disponível em: <<http://www.chumbogordo.com.br/705-charge-do-duke-tragedia-em-mg-maior-precisao-nao-ha/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FAMÍLIAS da Eliana Silva promovem ocupação. *Blog da Ocupação Eliana Silva*. Publicado em 25 ago. 2012. Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/2012/08/familias-da-eliana-silva-promovem-nova.html?spref=fb>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FARIA, Marcelo. Governo retoma diálogo com ocupações do Isidoro. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 23 jun. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/23/interna_gerais,661168/governo-retoma-dialogo-com-ocupacoes-do-isidoro.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FORD Foundation. *Portal Ford Foundation*. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme. Seminário de Quitandinha e Q+50: resultado, avaliação e desafios atuais. *Arquitextos*, n. 160.04, ano 14, 2013. FREI GILVANDER [Gilvander Luis Moreira]. Fotografias da Ocupação Rosa Leão, em 14/08/2013, por frei Gilvander. *Blog da Ocupação Rosa Leão*. Publicado em 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://ocupacaorosaleao.blogspot.com/2013/08/fotografias-da-ocupacao-rosa-leao-em.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FREI GILVANDER [Gilvander Luis Moreira]. *Ocupação Vitória, Belo Horizonte/MG: cruz do mártir Manoel Bahia e entrada da Ocupação*. Canal de YouTube “Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos”. Publicado em 25 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zu-h4aCNfOs>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1969] 2002.

FREITAS, Raquel. Manifestantes fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. *Portal G1*. Publicado em 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FREITAS, Raquel. Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido. *Portal G1*. Publicado em 7 mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/terreno-onde-sera-construido-novo-bento-rodrigues-e-definido.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GARCÉS, Mario. El movimiento de pobladores durante la Unidad Popular, 1970–1973. *Atenea*, Concepción, n. 512, julio-diciembre, 2015.

GEPSA/UFOP. Por que você precisa de Assessoria Técnica? Publicado em 8 de abr. 2017. Disponível em: <https://issuu.com/gepsaufop/docs/final_cartilha_assessoria_para_o_is>. Acesso em: 21 de fev. 2022.

GIUFRIDA, Guilherme. Emanuel Guarani Kaiowá na bienal. *Revista Trip*. Publicado em 12 nov. 2013. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/emanuel-guarani-kaiowa-na-bienal>>. Acesso em: 30 mar. 2022. P.267 substituir

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana [The presentation of self in everyday life]. Petrópolis: Editora Vozes, [1956] 1999.

GOLDA-PONGRASTZ, Kathrin. Observando las barriadas de Perú, John F. C. Turner ve las urbanizaciones autoconstruidas como un recurso, no como un problema. *Blog LimaParisLima*. Disponível em: <https://limaparislima.wordpress.com/2021/09/15/archreview-observando-las-barriadas-de-peru-john_fc_turner-ve-las-urbanizaciones-autoconstruidas-como-un-recurso-no-como-un-problema-kathrin_golda_pongratz/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GONÇALVES, Bella. Banner digital Bella Gonçalves vereadora 50500. *Página Twitter Bella Gonçalves*. Publicado em 27 de set. 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/bellagoncalvs/status/1310247929215627265>>. Acesso em: 1º nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2020.

HILÁRIO, Rogério. Famílias das ocupações marcham por 30km e fazem protestos na Caixa e na Prefeitura de Belo Horizonte. *Portal da CUT – Central Única dos Trabalhadores – Minas Gerais*. Publicado em 2 jul. 2015. Disponível em: <<https://mg.cut.org.br/noticias/familias-das-ocupacoes-marcham-por-30-km-e-fazem-protestos-na-caixa-e-na-prefeitura-de-belo-horizonte-966b>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

HISTÓRIA da Comunidade Eliana Silva. *Blog Diálogos Eliana Silva*. Publicado em 31 out. 2012. Disponível em: <<https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2012/10/31/historia-da-comunidade-eliana-silva/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

HOBSBAWM, Eric J. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições [The invention of tradition]*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. São Paulo: Paz e Terra, [1983] 2002.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje [Change the world without taking power]. São Paulo: Viramundo, [2002] 2003.

INAUGURADA a nova escola municipal de Paracatu de Baixo. *Portal Fundação Renova*. Publicado em 24 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/inaugurada-a-nova-escola-municipal-de-paracatu-de-baixo/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INFORME — Ocupação Dandara agora toma conta de todo o terreno no Céu Azul. *Blog da Ocupação Dandara*. Publicado em 12 jul. 2009. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009/07/informe-ocupacao-dandara-agora-toma.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. *Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

KALIL inaugura centro de saúde na Ocupação Dandara e garante que moradores não sairão de lá. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 21 dez. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/21/interna_gerais,926243/kalil-inaugura-centro-de-saude-na-ocupacao-dandara-e-garante-que-mora.shtml>.

Acesso em: 29 mar. 2022.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Caderno Metrópole*, São Paulo: Letra Capital Editora, v. 14, n. 28, 2012.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, 2018, pp. 221–236.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 22, E202006, 2020.

KAPP, Silke. *Manuscrito teoria crítica da arquitetura*. Belo Horizonte, 2020. [mimeo]

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 17, 2014.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. Arquiteto sempre tem conceito — esse é o problema. In: *Anais do IV Projetar: Projeto como investigação: antologia*. São Paulo: Altermarket, 2009.

KAPP, Silke; CAMPOS, Rebekah; MAGALHÃES, Pedro Arthur Novaes; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Loteadores associativos: uma contextualização. *e-metropolis — Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 16, 2014, pp. 26–35.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; CAMPOS, Rebekah; MAGALHÃES, Pedro Arthur; MILAGRES, Lígia; NARDINI, Patrícia; OLYTINHO, Bárbara; POLIZZI, Leonardo. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano de Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade"*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano [Plantation memories: episodes of everyday racism]. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, [2008] 2019.

LACERDA apresenta projeto para construção de 14 mil casas populares na região do Isidoro. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 26 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/lacerda-apresenta-projeto-para-construc-o-de-14-mil-casas-populares-na-regi-o-do-isidoro-1.224292>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LANA, Helena. *Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara: a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria*. Dissertação de Mestrado. Or. Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

LELIS, Amanda; ANDRADE, Roberta. *Por trás dos olhos de Dandara*. Belo Horizonte: Tsuru, 2010.

LEMUÑIR, Juan Luis. Nuestra Victoria: A 60 años de la toma de terrenos de la población La Victoria — Relatos de un poblador. Santiago: Cico Ases, 2017.

LENGEN, Johan van. Manual do arquiteto descalço [The barefoot architect: a handbook for green building]. São Paulo: Empório do Livro, [1981] 2008.

LEVANTAMENTO e cadastro dos impactados. *Portal Fundação Renova*. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/programa/levantamento-cadastro-dos-impactados/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LIBERATO, Rita de Cássia; GONTIJO, Eduardo O.; OLIVEIRA, Estela D. Cartografia Participativa: uma proposta de método para resgate da espacialidade das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da mineradora SAMARCO/S.A. em Mariana Minas Gerais. *Comunicação Oral Apresentada às X Jornadas Antropológicas UFSC. Florianópolis*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

LIMA, Gabriela Neves de; OLIVEIRA, Eduardo Gontijo. Cozinha, café, prosa e cuidado: rupturas e permanências no cotidiano de mulheres da comunidade atingida de Paracatu de Baixo, Mariana. *Tessituras, Pelotas*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2018, pp. 76–109.

LINHA Verde. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Verde_\(Belo_Horizonte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Verde_(Belo_Horizonte))>. Acesso em: 4 nov. 2021.

LOPES, João Marcos; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: *Anais do Silacc 03 — Simpósio Ibero-Americano de cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas* [2010]. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2010.

LOPES, Valquiria. Pelo menos 10 pontes em distritos de Mariana foram destruídas por lama de barragem. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/20/interna_gerais,709931/uma-dura-travessia.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LOPO, Gabriel. Nove anos sem Eliana Silva! Exemplo de mulher e militante! *Portal do Jornal A Verdade*. Publicado em 6 fev. 2018. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2018/02/nove-anos-sem-eliana-silva-exemplo-de-mulher-e-militante/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LUKÁCS, Georg. Ensaios sobre literatura. Org. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

MACHADO, Dalcio. Charge-denúncia sobre o Pinheirinho. *Blog Solidariedade à Ocupação Pinheirinho*. Publicado em 26 jan. 2012. Disponível em: <<http://solidariedadepinheirinho.blogspot.com/2012/01/charge-denuncia-sobre-o-pinheirinho-do.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Crônicas escolhidas de Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1994.

MAGISTRADOS recebem medalha do Dia de Minas. Portal da Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros. Publicado em 16 jul. 2019. Disponível em: <<https://amagis.com.br/posts/magistrados-recebem-medalha-do-dia-de-minas>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MANIFESTANTES montam barracas e fecham Av. Afonso Pena em BH. *Portal G1*. Publicado em 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/manifestantes-montam-barracas-na-afonso-pena-e-fecham-avenida-em-bh.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (org.). *Sociologia dos desastres*. São Carlos: Rima Editora, 2009, pp. 48–57.

MARIANO, Ricardo. Igreja Universal do Reino de Deus: A magia institucionalizada. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 31, 1996, pp. 120–131.

MARIUP. *Banner digital Edna da Izidora vereadora 80100*. *Página Twiter MariUp*. Publicado em 5 de out. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/mariup_/status/1313132759792189445/photo/1>. Acesso em: 1º nov. 2021.

MARQUES, Monique Sanches (coord.). Narrativas atingidas. *Portal do GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da UFOP*. 2016. Disponível em: <<https://sites.ufop.br/gepsa/narrativas-atingidas>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS MAR, Jose. Desborde Popular y crisis del Estado: el nuevo rostro del Perú en la década de 1980. Lima: IEP Ediciones, [1984] 1986.

MATOS MAR, José. Dominación, desarrollos desiguales y pluralismos en la sociedad y culturas peruanas. In: MATOS MAR, Jose; BONDY, Augusto Salazar; ESCOBAR, Alberto; BRESANI, Jorge Bravo; COTLER, Julio. *Peru problema: cinco ensayos*. Lima: IEP Ediciones, 1983, pp. 19–72.

MÉDICI, Bruna Camposano; DIAS, Daniel Henrique de Menezes; THOMAZ, Paula Pires Santos Pereira; LOURENCO, Tiago Castelo Branco. Experiência de desenvolvimento e aplicação de tecnologia social junto aos atingidos pela barragem de Fundão em Bento Rodrigues, Mariana, Minas Gerais. In: *IV ELAC – Encuentro Latinoamericano de Arquitectura*. La Plata, 2018.

MELLO, Eduardo. A teoria M e o Brasil paralelo. In: BASSINI, Marcos. *Não é só por 20 contos*. Skoob, 2013. p. 16.

MENDONÇA, Heloísa. Sob pressão, Samarco negocia pagar 20 bilhões por desastre de Mariana. *El País*. Publicado em 23 jan. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/22/politica/1453493905_932072.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MENEGHIN, Guilherme de Sá. *Página de Facebook*. *Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues*. Publicado em jan. 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/photo?fbid=1228241607267784&set=pcb.1228241630601115>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MILAGRES, Lígia. *Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão*. Tese de Doutorado. Or. Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MINAS tem novo governador; toma posse na ALMG Alberto Pinto Coelho. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 4 abr. 2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/04/04/interna_politica,515473/minas-tem-novo-governador-toma-posse-na-almg-alberto-pinto-coelho.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MLB – MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. *Página Facebook MLB*. *A história do MLB Minas – Vila Corumbiara*. Publicado em 26 de mai. 2020.

Disponível em
<https://m.facebook.com/mlbminas/photos/a.548331898608937/2803098046465633/?type=3&source=57&__tn__=EHH-R>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MODELO, Audiência realizada na 20a. Vara Cível do TJMG, na data de 5/7/11, 14h, 2011.

MOREIRA, G. Nota à Imprensa para divulgação a iminência do despejo da Ocupação Eliana Silva. Publicado em 11 mai. 2012. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/groups/388046477906086/permalink/397174590326608/>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

NASCE a Ocupação Guarani Kaiowá. *Blog da Ocupação Guarani Kaiowá*. Publicado em abr. 2013. Disponível em:
<<https://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NETZEL, Mateus. Ficar em silêncio ajudou a Vale na tragédia de Mariana (MG), diz Mario Rosa. *Portal Poder 360*. Publicado em 25 nov. 2016. Disponível em:
<<https://www.poder360.com.br/economia/ficar-em-silencio-ajudou-a-vale-na-tragedia-de-mariana-mg-diz-mario-rosa/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

NÖTH, Winfried. Semiótica da Magia. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, número 31, 1996, pp. 30–41.

OCUPAÇÃO EMANUEL GUARANI KAIOWÁ. *Página Facebook Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá. Logomarca Guarani Kaiowá*. Publicado em 28 de mar. 2013. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/photos/a.556721544360358/556721547693691/>>. Acesso em: 7 set. 2021.

OLIVEIRA, Alexandre de. Charge “Desastre ambiental”. *Blog Humor Político*. Publicado em 13 nov. 2015. Disponível em:
<<https://www.humorpolitico.com.br/oliveira/desastre-ambiental/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

OLIVEIRA, Cinthya. Tragédia em Mariana completa cinco anos com milhares de atingidos e nenhum condenado. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 4 nov. 2020. Disponível em:
<<https://www.hojeemdia.com.br/minas/tragedia-em-mariana-completa-cinco-anos-com-milhares-de-atingidos-e-nenhum-condenado-1.810384>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

OLIVEIRA, Natália. Famílias invadem área preservada no Barreiro. *Jornal O Tempo*. Publicado em 21 abr. 2012. Disponível em:
<<https://www.otempo.com.br/cidades/familias-invadem-area-preservada-no-barreiro-1.336844>>. Acesso em: 30 mar. 2022. P.186 substituir

OYÓN, José Luis. John Turner: los escritos, su contexto y la influencia geddesiana. In: TURNER, John F. C.; OYÓN, Luis; GOLDA-PONGRASTZ, Kathrin. *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo*. La Rioja: Pepitas de calabaza, 2018, pp. 195–256.

O TEMPO ONLINE. Ocupação ganha até projeto urbanístico. 23 de abr. 2012. Disponível em:
<<http://www.otempo.com.br/noticias/ultimas/?IdNoticia=201679,OTE&bu>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PAIVA, Eduardo França; MENESES, José Newton Coelho; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; REIS, Ana Cristina; FERREIRA, Gislene Márcia; CANÇADO, Isabella Limões Lopes; SOUZA, Janaína Diniz; SANTOS, Juliana Carolina de Moraes; BATISTA, Márcia R. de Souza; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Por trilhas da história: viajantes e culturas no Brasil dos séculos XIX e XX. In: *Iniciação Científica Newton Paiva 1999*, Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2001, pp. 60–90.

PAIVA, Miguel. Charge “Direito à moradia”. *Portal Memorial da Democracia*. Publicado em out. 1988. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/resistencia-cultural/caricatura>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

PAVAN, Beatriz Janine Cardoso. O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (org.). *Sociologia dos desastres*. São Carlos: Rima Editora, 2009.

PENNA, Alícia; PIRANI, Denise; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; COTEGIPE, Hilda; BAPTISTA, Maria Elisa; MOTTA, Silvio Romero Fonseca; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco; SILVA, Viviane Zerlotini. O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Cursos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. *Cadernos Temáticos do Nesp – Na cidade: micropolíticas e modos de existência*, Belo Horizonte, n. 9, 2019, pp. 221–256.

PIMENTEL abre 19% à frente do 2º colocado. *Blog Jornal de Fato*. Publicado em 9 set. 2014. Disponível em: <<http://jornaldefatovz.blogspot.com/2014/09/pimentel-abre-19-frente-do-2o-colocado.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PM e moradores de ocupações entram em confronto na MG-010. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/pm-e-moradores-de-ocupac-es-entram-em-confronto-na-mg-010-1.311341>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

POBREZA, marxismo e repressão: teologia da guerra fria. *Portal Terceir Angel*. Publicado em 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://tercerangel.org/pt-br/the-ability-to-destroy-a-planet-is-insignificant-next-to/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

POLÍCIA Militar e Ministério Público visitam Dandara. *Blog da Ocupação Dandara*. Publicado em 23 jun. 2009. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009/06/policia-militar-e-ministerio-publico.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade (a Reserva Extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

PREFEITA IZIDORA. *Página Facebook Prefeita Izidora 99*. *Prefeita Izidora 99*. Publicado em 14 de out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/izidora99/photos/985087764947828>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PREFEITURA se recusa a negociar com as comunidades. *Blog da Ocupação Eliana Silva*. Publicado em 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com/2013/07/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

PRONZATO, Carlos (dir.). Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. 65 minutos. Brasil, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro. In: *VIII Colóquio da Association des sociologues de langage française*. Hammamet, Tunísia, 1971.

QUINTANEIRO, Tania. Émile Durkheim. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de (org.). *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995, pp. 5-61.

RAMÍREZ CORZO, Daniel; RIOFRÍO, Gustavo. *Formalización de la propiedad y mejoramiento de barrios: bien legal, bien informal*. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo — DESCO, 2006.

REINTEGRAÇÃO de Posse: Ocupação Dandara — Invasores terão que sair. *Blog Invasão Dandara*. Publicado em 18 out. 2011. Disponível em: <<http://invasaodandara.blogspot.com/2011/10/reintegracao-de-posse-ocupacao-dandara.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RESISTE DANDARA. *Página Facebook Resiste Dandara. Placa na entrada da Ocupação Dandara*. Publicado em 2 set. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/comunidadedandara/photos/a.284688148400666/284688155067332/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Movimento Ocupa Isidoro*. Publicado em 18 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/519601558185826>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Foto do amigo Bahia, em campanha pela não violência policial contra moradorxs das ocupações urbanas*. Publicado em 24 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/638356059643708>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Campanha ônibus de linha e carona solidária*. Publicado em 1º abr. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/662647527214561>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Campanha de financiamento do velório e enterro de Manoel Bahia*. 1º abr. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/662760867203227>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Ocupa Direcional!* Publicado em 19 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/688226677989979>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Hoje, 17/06/15, um helicóptero da polícia militar sobrevoou por toda a manhã as ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança*. Publicado em 17 jul. 2015. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/703597863119527>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. # Resiste Izidora*. Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/704649619681018>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Contribua na campanha para soltura dxs presos políticos em apoio ao #ResisteIzidora!* Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/704713139674666>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Audiência Pública na DPMG no dia 22 de junho 2015*. Publicado em 22 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/706077906204856>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Empresas e capital que cercam Izidora*. Publicado em 17 out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/982776655201645>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015*. Publicado em 17 out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/982778088534835>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, Héctor; EGLER, Tamara Tania Cohen (org.). *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2012, pp. 25–34.

SALVE DANDARA. *Portal Salve Dandara: Despejo não, com Dandara eu luto! 2012*. Disponível em <<https://www.salvedandara.concatena.org>>. Acesso em: 7 set. 2015. [sítio on-line atualmente desativado; arquivos em acervo pessoal de GG]

SAMARCO MINERAÇÃO. *Dique S4 – Sistema de contenção de rejeitos*. Publicado em 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8TN1RUltO2I>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SANTOS, Mônica dos. Não somos mendigos pedintes e nem desonestos. *Jornal Ponto Final*, Mariana, p. 2, 15 a 21 jan. 2016. Disponível em: <<https://jornalpontofinal.com.br/antigo/jornalpontofinalonline.com.br/download-jornal-informativo/Jornal%20Ponto%20Final%20-%20Ed.1032.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SARTORI, Juliana; VALENCIO, Norma. O desastre vivenciado: a importância da memória social de idosos através da análise do caso de São Luiz do Paraitinga. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 26, jul.-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5146/0>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SCHREIBER, Mariana. Desastre em Mariana foi acidente ou crime? 'É precipitado avaliar', diz ministro. *Portal BBC News Brasil*. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_ministro_mariana_ms>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SEM-TETO negociam lotes em acampamento por até R\$ 12 mil (Jornal O Tempo-BH). *Blog Invasão Dandara*. Publicado em 13 mar. 2011. Disponível em: <http://invasaodandara.blogspot.com/2011/03/sem-teto-negociam-lotes-em-acampamento_13.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação Social de Mercado*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.

SILVA, Gustavo Resgala. O papel do Estado na produção da periferia norte, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital, Santa Luzia-RMBH, In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.). *Estado e capital imobiliário: convergências na produção do espaço urbano*. – Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

SILVA, Margarete Maria de Araújo e. Estratégias para a recuperação socioambiental do córrego do Pastinho (Morro das Pedras, BH/MG). *Cadernos Manuelzão*, Ano 2, n. 3, jun. 2007, pp. 25–33.

SOARES, Ricardo. Tragédia de Mariana não tem punidos após mais de 3 anos, e processo está parado. *Portal G1*. Publicado em 9 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2019/03/09/tragedia-de-mariana-nao-tem-punidos-apos-mais-de-3-anos-e-processo-esta-parado.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: a nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, [2009] 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2000] 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2002] 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos*, São Paulo, v. 7, n. 11, jul./dez. 2010, pp. 13–47.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? In: SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos espaços de controle aos territórios*

dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando os espaços: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos*, São Paulo, v. 6, n. 9, jan./jun. 2009, pp. 29–66.

TERRENO de Lucila é escolhido pelos moradores para reconstrução de Paracatu de Baixo. *Portal Fundação Renova*. Publicado em 3 set. 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/terreno-de-lucila-e-escolhido-pelos-moradores-para-reconstrucao-de-paracatu-de-baixo/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade [The making of the english working class]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1987, vol. 1.

TODO apoio à ocupação Eliana Silva. *Blog da Ocupação Eliana Silva*. Publicado em 31 ago. 2012. Disponível em: <http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com/2012/08/todo-apoio-ocupacao-eliana-silva_31.html>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TOUR Virtual Bento Rodrigues. *Portal Fundação Renova*. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/#tour-virtual>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

TRAGÉDIA em Minas Gerais: Pimentel dá coletiva de imprensa na sede da Samarco. *Portal Esquerda Diário*. Publicado em 8 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Pimentel-da-coletiva-de-imprensa-na-sede-da-Samarco>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

TURNER, John F. C. Barreiros e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento. *Revista Arquitetura IAB*, n. 68, 1968, pp. 20–26.

TURNER, John F. C. Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018.

TURNER, John F. C. Cuestiones de vivienda y la problemática de los estándares. In: TURNER, John F. C. Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018.

TURNER, John F. C. El asentamiento ilegal: una arquitectura que funciona. In: TURNER, John F. C. Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018.

TURNER, John F. C. Recursos de vivienda en América del Sur. In: TURNER, John F. C. Autoconstrucción: por una autonomía del habitar, escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018, pp. 31-67.

UMA das ocupações mais antigas da capital, Dandara será urbanizada pela PBH. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 21 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/uma-das-ocupac-es-mais-antigas-da-capital-dandara-sera-urbanizada-pela-pbh-1.545504>>. Acesso em: 29 mar. 2022. P.175 substituir

UTOPIA DE COLORES. Mural #umlem-santiago en el 57 aniversario de la población La Victoria. *Blog Utopía de Colores*. Publicado em 27 out. 2014. Disponível em:

<https://64.media.tumblr.com/1c3245b6886ec1bcf1989af1f97d904b/tumblr_ne4hpsz6Vet1t0dswdo1_1280.jpg>. Acesso em: 23 nov. 2021.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. Maquetes Interativas: fundamentos teóricos, metodológicos e experiências de aplicação. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (org.). *Sociologia dos desastres*. São Carlos: Rima Editora, 2009.

VITÓRIA na Ocupação Dandara: Justiça suspende liminar de reintegração de posse. *Blog da Ocupação Dandara*. Publicado em 21 abr. 2009. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009/04/vitoria-na-ocupacao-dandara-justica.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

WELBERT, Ricardo. Charge "Continuem cavando!!! Precisamos achar a justiça!!!". Publicado em 8 ago. 2017. Disponível em: <<https://twitter.com/ricardowelbert/status/1088876661368676352>>. Acesso em: 30 mar. 2022. P.395 substituir

X, Andrew; ANONYMOUS; DO OR DIE. Give Up Activism. *Do or Die*, 9, 2001. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/andrew-x-give-up-activism>>. Acesso em: 24 de fev. 2022.

X BIENAL de arquitetura de São Paulo. *ArchDaily*. Publicado em 23 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-112671/x-bienal-de-arquitetura-de-sao-paulo>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane; PENNA, Alícia Duarte; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Como projetar com pessoas que vivem em áreas socialmente vulneráveis? *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 18, n. 1, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2017.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americana*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ENTREVISTAS

- Agente Público. Entrevista agente público. 22 out. 2009. Entrevista concedida a GG.
- Agente Público. Entrevista agente público. 23 fev. 2016. Entrevista concedida a GG et al.
- Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida a GG et al.
- Apoiador. Entrevista apoiador. 1º mar. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Apoiador. Entrevista apoiador. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiador. Entrevista apoiadora. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiador. Entrevista apoiador. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 26 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 20 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 24 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 6 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 7 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.
- Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.
- Arquitetos do projeto de reassentamento. Entrevista arquitetos do projeto de reassentamento. 24 out. 2017. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.
- Militante. Entrevista militante. 19 nov. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 12 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 18 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 19 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 20 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.
- Militante. Entrevista militante. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Militante. Entrevista militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Militante. Entrevista militante. 7 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

Militante e morador. Entrevista militante e morador. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Militante e Morador. Entrevista militante e morador. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 3 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 6 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 19 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 6 mar. 2014. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 11 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 18 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Morador. Entrevista morador. 30 jul. 2018. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 3 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 30 jan. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 11 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 14 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 15 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 16 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 3 jan. 2021. Entrevista concedida a GG.

Moradora. Entrevista moradora. 26 jan. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

Moradora. Entrevista moradora. 6 jul. 2021. Entrevista concedida a GG et al.

Moradora. Entrevista moradora. 15 jul. 2021. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

Moradora. Entrevista moradora. 19 set. 2021. Entrevista concedida ao Escritório de Integração PUC Minas.

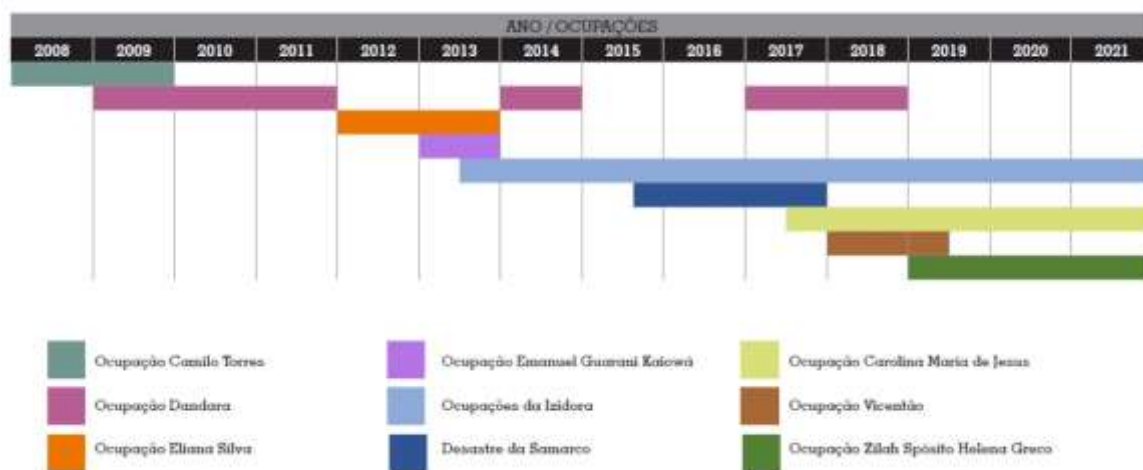
Moradora e Militante. Entrevista moradora e militante. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a GG.

ANEXOS

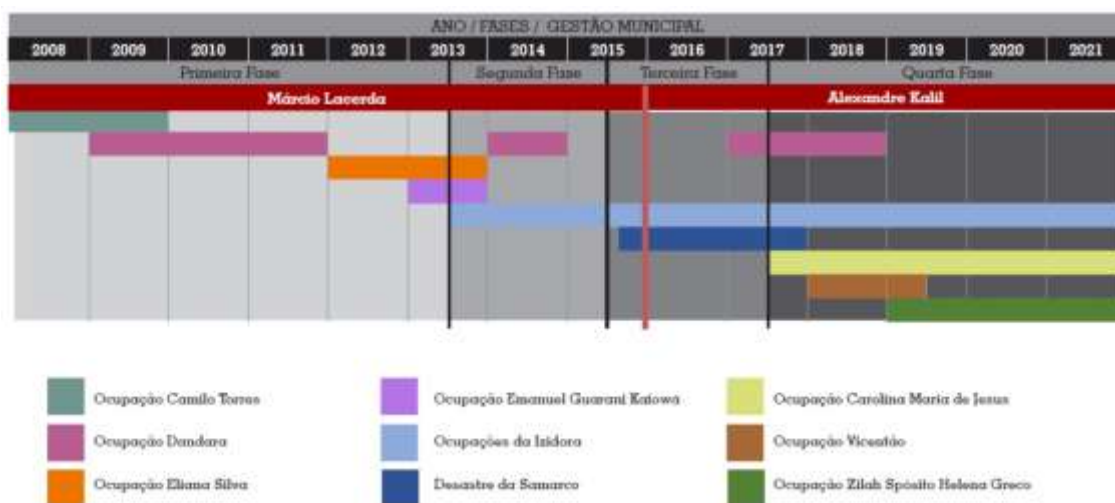
Introdução



Quadro 1: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas ao longo dos anos



Quadro 2: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas conforme a divisão em fases estabelecida nesta tese



Quadro 5: Linha temporal do desenvolvimento das ocupações urbanas aqui estudadas, relacionando-as à configuração da gestão municipal do Município de Belo Horizonte ao longo dos anos



Figura 1: Levantamento para realizar a maquete da Igreja Nossa Senhora do Ó em Sabará/MG, em 1983

Fonte: Acervo de GG



Figura 2: Levantamento para realizar a maquete da Igreja Nossa Senhora do Ó em Sabará/MG, em 1983

Fonte: Acervo de GG

Primeira Fase

Ocupação Camilo Torres



Figura 1: Charge "Direito à Moradia"

Fonte: PAIVA, Miguel. Charge "Direito à moradia". *Portal Memorial da Democracia*. Publicado em out. 1988. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/resistencia-cultural/caricatura>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 2: Padre Camilo Torres

Fonte: EL DÍA en que fue abatido el cura Camilo Torres. *Portal Periódico Semana*. Publicado em 14 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/camilo-torres-la-vida-del-cura-contada-por-pedro-vargas-alias-pele/460701/>>. Acesso em: 30 mar. 2022..

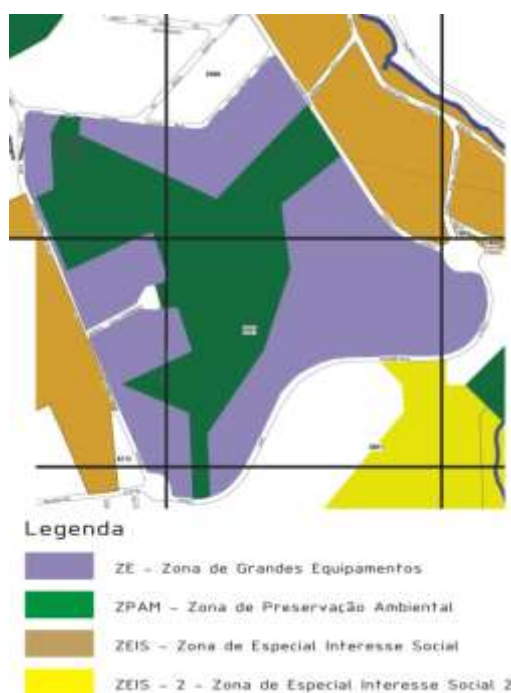


Figura 3: Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte de 1996

Trecho do Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte de 1996, mostrando o terreno e o entorno da Ocupação Camilo Torres.

Fonte: BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/base-de-dados/mapas-legislacao-urbanistica>. Acesso em 21 de março de 2011., adaptada por GG.



Figura 4: Ocupação Camilo Torres 1ª fase

Imagem de satélite mostrando a primeira fase da Ocupação Camilo Torres, entre fevereiro e outubro de 2008.

Fonte: Google Earth (2008), adaptada por GG (2021)



Figura 5: Banner de divulgação de um Encontro das Comunidades de Resistência

Fonte: BRIGADAS POPULARES. Encontro das comunidades de resistência. *Blog Brigadas Populares*. Publicado em 28 set. 2019. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/encontro-de-comunidades-de-resistencia-sao-paulo/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.



Figura 6: Teologia da Libertação

Fonte: POBREZA, marxismo e repressão: teologia da guerra fria. *Portal Tercer Angel*. Publicado em 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://tercerangel.org/pt-br/the-ability-to-destroy-a-planet-is-insignificant-next-to/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 7: Localização Camilo Torres

Imagem de satélite mostrando a localização da minha casa e a ocupação Camilo Torres.

Fonte: Google Earth (2008), adaptada por GG (2021)



Figura 8: Ocupação Camilo Torres em 2009

Imagem de satélite mostrando no centro a Ocupação Camilo Torres com sua configuração final desde outubro de 2008. Na lateral esquerda parte da Vila Santa Rita, bairro onde mora um bom número de famílias dos moradores da Camilo Torres.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por GG (2021)

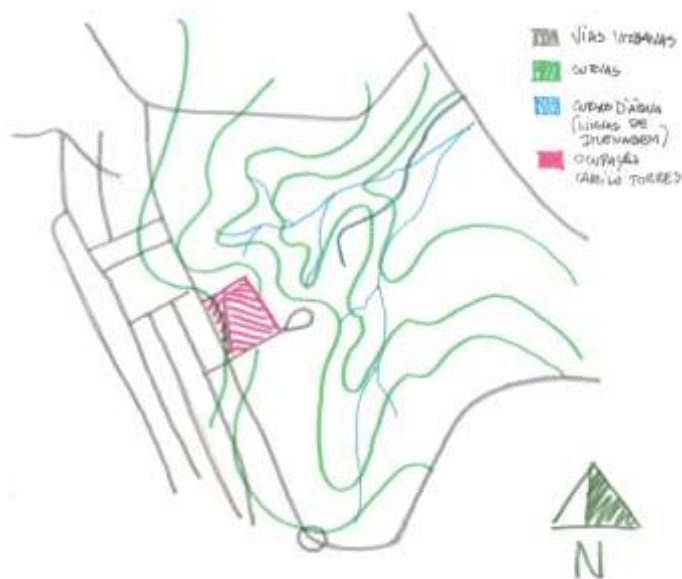


Figura 9: Ocupação Camilo Torres e o Córrego Olaria

Croqui da região da Ocupação Camilo Torres e seu entorno imediato apresentando duas linhas de drenagem do Córrego da Olaria. A ocupação ocorre no divisor de águas dessas duas linhas de drenagem.

Fonte: Croqui de GG realizado na visita do dia 29/11/2008

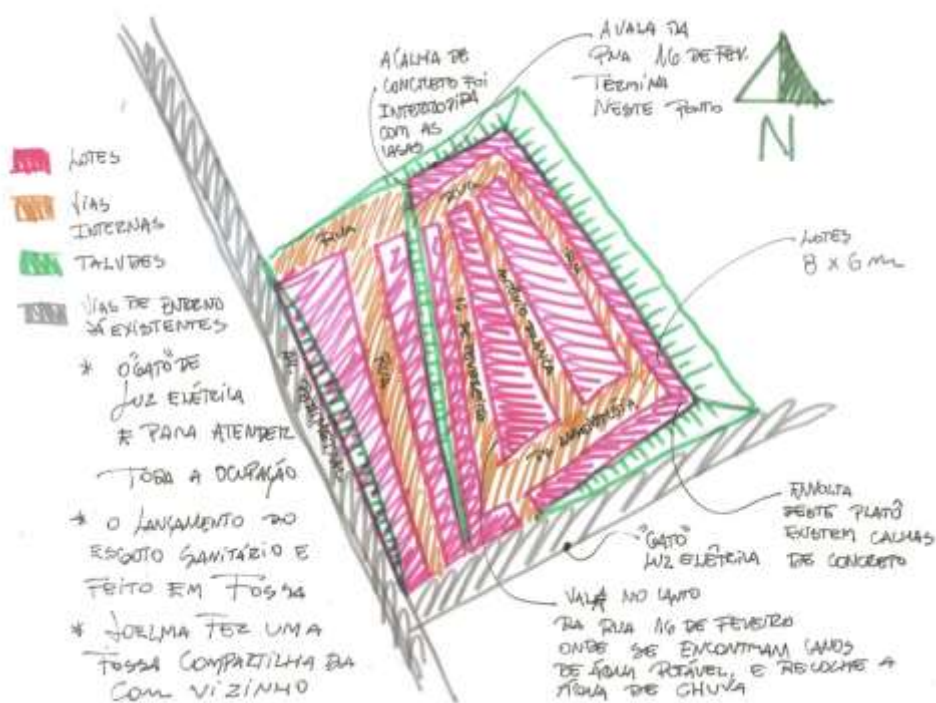


Figura 10: Croqui Camilo Torres

Croqui da Ocupação Camilo Torres mostrando sua organização interna com vias e lotes.

Fonte: Croqui de GG realizado na visita do dia 29/11/2008





Figuras 11 a 14: Fotos visita 29/11/2008

Fotos ruas e mesoestrutura da Ocupação Camilo Torres em 29/11/2008.

Fonte: Acervo de GG.

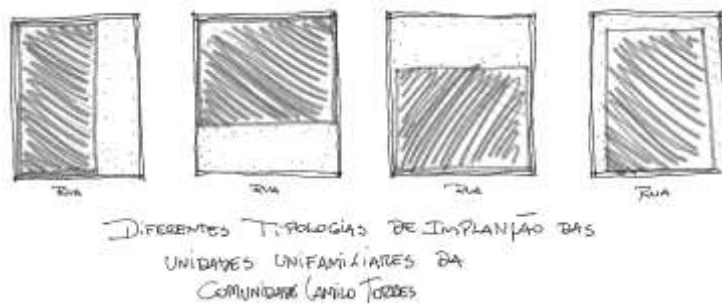
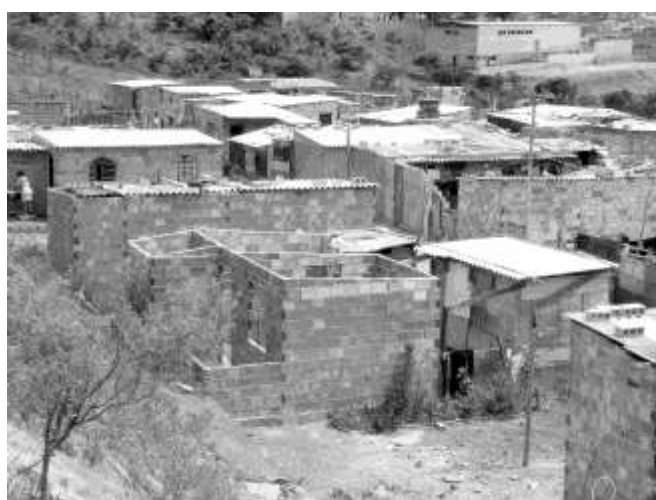


Figura 15: Relação casa e lote

Croqui mostrando as diferentes disposições das casas nos lotes da Ocupação Camilo Torres.

Fonte: Croqui de GG realizado na visita do dia 29/11/2008





Figuras 16 a 18: Fotos visita 29/11/2008

Fotos das casas da Ocupação Camilo Torres em 29/11/2008.

Fonte: Acervo de GG.

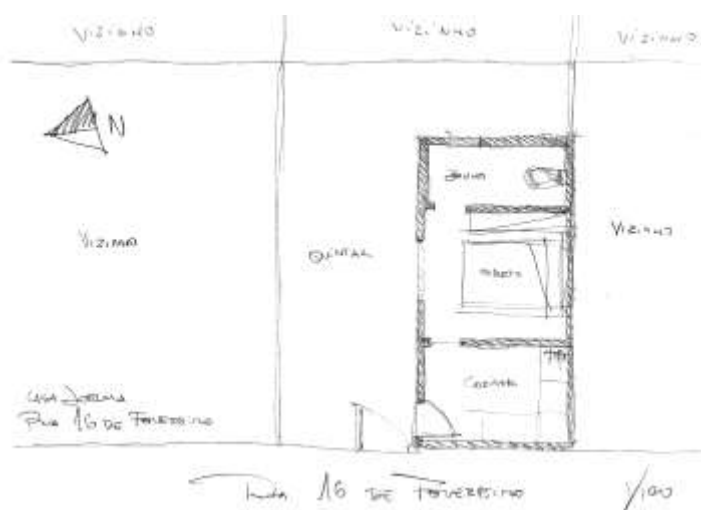


Figura 19: Croqui casa visitada

Fonte: Croqui de GG realizado na visita do dia 29/11/2008



Figura 20: Desenho ampliação casa visitada

Fonte: Acervo de GG.



Figura 21: Vale das Ocupações em 2008

Imagem de satélite mostrando o Vale das Ocupações em 2008 indicando a localização das ocupações que se instalariam na região entre 2008 e 2015 e o bairro Vila Santa Rita no seu entorno.

Fonte: Google Earth (2008), adaptada por GG (2021)



Figura 22: Vale das Ocupações em 2021

Imagem de satélite mostrando o Vale das Ocupações em 2021, indicando a localização das ocupações que se instalariam na região entre 2008 e 2015, e o bairro Vila Santa Rita no seu entorno.

Fonte: Google Earth (2021), adaptada por GG (2021)



Figura 23: Ocupação Camilo Torres

Foto panorâmica da ocupação Camilo Torres em 29/11/2008.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 23: Ocupação Camilo Torres

Foto panorâmica da ocupação Camilo Torres em 29/11/2008.

Fonte: Acervo de GG.

Ocupação Dandara

Primeiro momento na Ocupação Dandara (Ação Direta – Contra o Estado)



Figura 1: Barriada Ciudad de Dios

Fotografia do início da *barriada* Ciudad de Dios em Lima em 1955.

Fonte: GOLDA-PONGRASTZ, Kathrin. Observando las barriadas de Perú, John F. C. Turner ve las urbanizaciones autoconstruidas como un recurso, no como un problema. *Blog LimaParisLima*. Disponível em: <https://limaparislima.wordpress.com/2021/09/15/archreview-observando-las-barriadas-de-peru-john_fc_turner-ve-las-urbanizaciones-autoconstruidas-como-un-recurso-no-como-un-problema-kathrin_golda_pongatz/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

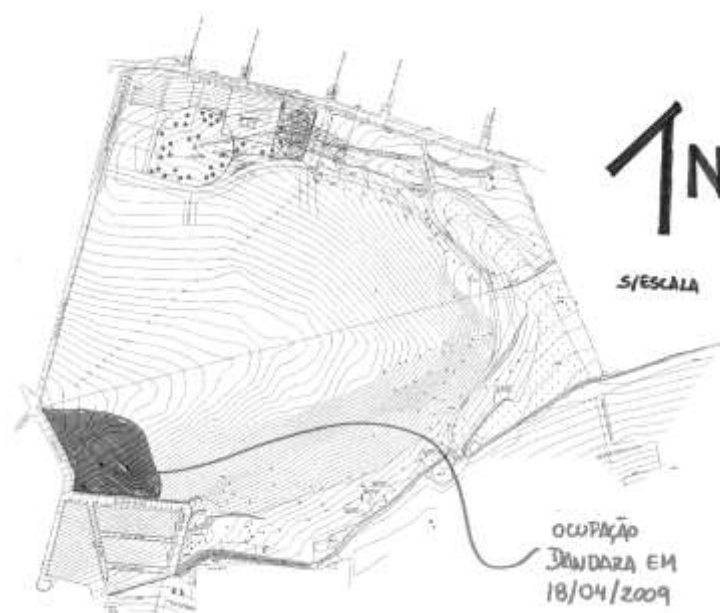


Figura 2: Ocupação Dandara em 18/04/2009

Levantamento topográfico do terreno em posse dos moradores da ocupação Dandara em 18/04/2009. Em cinza escuro o local onde se concentrava o assentamento provisório da ocupação em 18/04/2009.

Fonte: Prodabel (2009), croqui de GG em 18/04/2009.



Figura 3: Vista Panorâmica da Ocupação Dandara

Vista panorâmica do assentamento provisório da Ocupação Dandara em 18/04/2009. O assentamento ficou concentrado na esquina das ruas Cântico do Sol e Petrópolis.

Fonte: Acervo de GG.



Figuras 4 a 6: Fotos visita 18/04/2009

Assentamento provisório da Ocupação Dandara em 18/04/2009.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 7: Faixa Ocupação Dandara

Faixa indicando as organizações políticas que promoviam a Ocupação Dandara em 18/04/2009

Fonte: Acervo de GG.



Figura 8: Mapa-Síntese condicionantes físico-ambientais e urbanísticos.

A Ocupação Dandara entre a noite do dia 09 de abril de 2009 e a manhã do dia 12 de julho de 2009. Na parte de baixo da imagem, à esquerda, temos o local onde a população ficou instalada nesse período de assentamento provisório.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por BGC (2011)



Figura 9: Mapa-Síntese condicionantes físico-ambientais e urbanísticos.

Amarelo (limite do terreno objeto de direito de posse concedido aos moradores da Ocupação Dandara) – Alaranjado (previsão no plano diretor de uma avenida arterial atravessando o terreno Via 220) – Verde (APP dos curso d'água que atravessam o terreno) – Pontos verdes (palmeiras) – Vermelho (regiões com maiores declividades) – Exigência urbanística de quota de terreno por unidade habitacional de 120m² por unidade habitacional.

Fonte: Prodabel (2009), croqui de GG em 30/04/2009

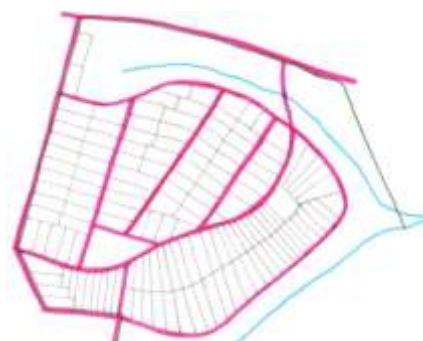


Figura 10: Croqui plano 09/05/2009

Croqui elaborado para discussão do plano da Ocupação Dandara

Fonte: Croqui elaborado por MMAS e GG.



Figura 11: Reunião plano 09/05/2009

Reunião com moradores para discussão do plano da Ocupação Dandara

Fonte: Acervo de GG.



Figura 12: Maquete e croqui reunião plano 09/05/2009

Maquete e croqui utilizados na reunião com moradores para discussão do plano da Ocupação Dandara

Fonte: Acervo de GG.



Figura 13: Mapa Viurbs alterado pelo autor

Mapa apresentando os eixos viários a serem criados pelo Viurbs. Em destaque cinza claro, a trajetória da Via 220, que tem parte de seu percurso atravessando o terreno da Ocupação Dandara (Círculo Cinza Médio)

Fonte: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. *Viurbs Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/threads/viurbs-programa-de-estrutura%C3%A7%C3%A3o-vi%C3%A1ria-de-belo-horizonte.713486/>> Acesso em: 17 de setembro de 2021..



Figura 14: Maquete terreno e estudo do sistema viário

Maquete do terreno ocupado e o sistema viário em fita-crepe traçado junto com os moradores na reunião em 09/05/2009

Fonte: Acervo de GG.



Figura 15: Desenho com sistema viário e parcelamento Ocupação Dandara

Desenho apresentando o sistema viário e o parcelamento da Ocupação Dandara com lotes coletivos apresentada na reunião do dia 16/05/2009

Fonte: Acervo de GG.

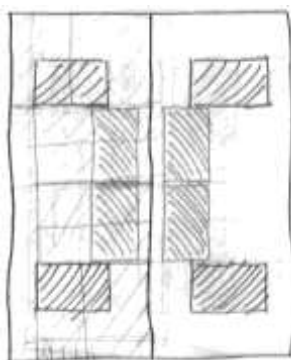


Figura 16: Estudo de individualização de lotes coletivos

Croqui apresentando uma possibilidade de individualização dos lotes coletivos. Esse estudo foi desenvolvido durante a reunião do dia 16/05/2009 junto com os participantes.

Fonte: Croqui elaborado por GG.



Figura 17: Viatura da Polícia Militar de Minas Gerais

Durante os primeiros 2 anos da ocupação Dandara, a Polícia Militar manteve estacionada em frente ao terreno ocupado uma viatura com dois policiais por vinte e quatro horas. No dia 23/05/2009 esses policiais me abordaram e questionaram a lapiseira que estava no meu bolso. Qualquer movimentação no sentido de consolidar a ocupação era impedida por eles.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 18: Reunião da coordenação em 23/05/2009

Reunião da coordenação da Ocupação Dandara decidindo quanto à aprovação da proposta de parcelamento e sistema viário apresentada nas reuniões dos dias 09/05/2009 e 16/05/2009.

Fonte: Acervo de GG.

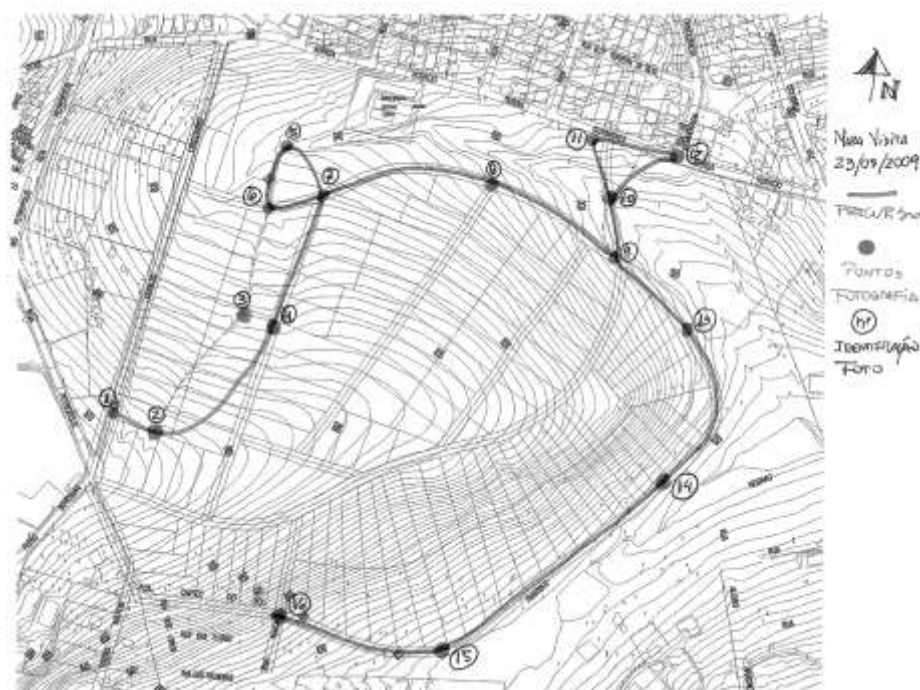


Figura 19: Mapa percurso visita 23/05/2009.

Este mapa indica o percurso que fizemos no dia 23/05/2009 quando verificamos as possibilidades de implantação da proposta discutida nos dias 09/05/2009 e 16/05/2009.

Fonte: Prodabel (2009), croqui de GG em 23/05/2009.



Figura 20: Trabalho de medição do terreno da Ocupação Dandara.

Trabalho de medição e verificação da proposta discutida nos dias 09/05/2009 e 16/05/2009. Nesse dia verificamos todos os elementos físicos que demandariam ajustes e poderiam ajudar na demarcação do plano para ocupação de todo o terreno objeto de posse dos moradores da Ocupação Dandara.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 21: Equipe preparando material para demarcação.

Equipe de infraestrutura preparando material para demarcação do terreno no dia 30/05/2009.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 22: Maquete da proposta revista em 30/05/2009.

Maquete da proposta revista conforme avaliações do dia 23/05/2009. Essa maquete e um desenho orientariam a demarcação que se iniciou no dia 30/05/2009. A maquete estava na escala 1/1000, apresentava todos os lotes e quadras com numeração para identificação. Nesse dia foi encaminhada também para a coordenação uma planilha com as dimensões de cada lote e o tamanho correspondente de cada fração do terreno, considerando que teríamos oito unidades por lote na porção norte do terreno, que tinha uma declividade mais suave, e quatro unidades por lote na porção sul do terreno que tinha uma declividade mais acentuada. A Via 220 foi lançada aproximadamente na linha de cumeada do terreno, dividindo a porção norte da porção sul.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 23: Início dos trabalhos de demarcação no dia 30/05/2009.

Equipe de infraestrutura iniciando o processo de demarcação do terreno no dia 30/05/2009.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 24: Início dos trabalhos de demarcação no dia 30/05/2009.

Equipe de infraestrutura iniciando o processo de demarcação do terreno no dia 30/05/2009.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 25: Início dos trabalhos de demarcação no dia 30/05/2009.

Equipe de infraestrutura iniciando o processo de demarcação do terreno no dia 30/05/2009.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 26: Concentração de viaturas da PMMG no dia 30/05/2009.

Foto das primeiras viaturas que estacionaram na Rua Geraldo Orozimbo no dia 30/05/2009. Após essa foto várias outras viaturas policiais chegaram e um grande contingente policial entrou no terreno. A equipe de infraestrutura que demarcava o terreno se dirigiu às pressas para o barracão comunitário para não ter seus membros detidos. Essa situação iria perdurar até o dia 12/07/2009. Durante esse período, sempre que algum membro da equipe de demarcação tentasse prosseguir com os trabalhos, era ameaçado de prisão.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 27: Reunião MPMG e PMMG – Moradores na expectativa.

Moradores aguardam no entorno do galpão comunitário os resultados da reunião com a PMMG e o MPMG para retomada da demarcação do plano urbano da ocupação Dandara.

Fonte: : Acervo de GG.



Figura 28: Reunião MPMG e PMMG em 22/06/2009.

Reunião com a PMMG e MPMG no interior do galpão comunitário. O plano urbano a ser demarcado foi apresentado para os presentes mediante maquete que havia sido entregue para os moradores no dia 30/05/2009.

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 29: Reunião MPMG e PMMG em 22/06/2009.

Nesta imagem vemos os representantes do MPMG e os policiais militares presentes.

Fonte: Acervo de Cecília Reis dos Santos.



Figura 30: Vistoria do terreno com representantes do MPMG e da PMMG em 22/06/2009.

Vistoria do terreno ocupado com representantes do MPMG e da PMMG acompanhado por mim como representante da assessoria técnica.

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 31: Reunião distribuição grupos em 04/07/2009

Reunião ocorrida em um dos barracos do assentamento provisório com parte da coordenação e a equipe de infraestrutura. A reunião foi fechada para não criar expectativas entre os demais moradores quanto a distribuição dos grupos no plano projetado.

Fonte: Acervo de GG.

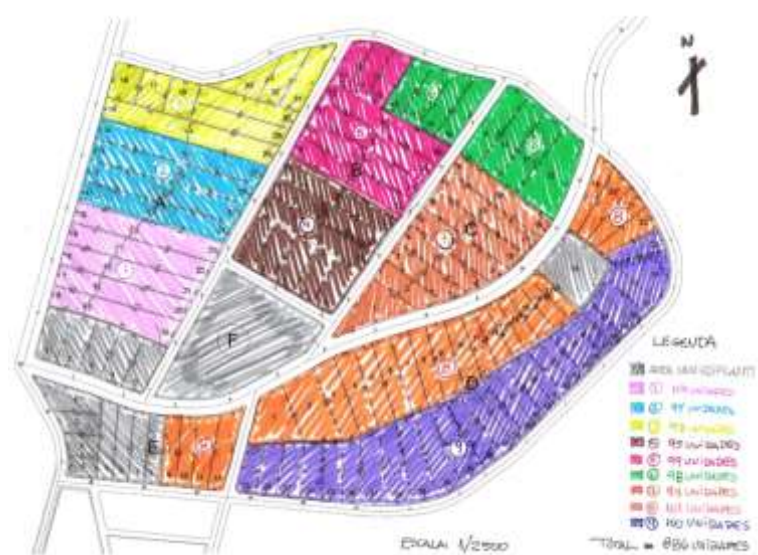


Figura 32: Mapa elaborado na reunião em 04/07/2009

Mapa elaborado na reunião em 04/07/2009. As cores diferenciam os lotes coletivos distribuídos para cada um dos grupos que compunham a ocupação. Em cinza ficaram as áreas *non edificanti*, buscando atender a demanda do técnico do MPMG que sugeriu que não fosse ocupado o terço superior da encosta.

Fonte: Prodabel (2009), croqui de GG em 04/07/2009.



Figura 33: Trabalho de demarcação entre os dias 05/07/2009 e 11/07/2009.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 34: Concentração para início da procissão ocupação em 12/07/2009.

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 35: Concentração para início da procissão ocupação em 12/07/2009.

Concentração dos moradores e apoiadores para início da procissão ocupação do restante do terreno na posse da Ocupação Dandara em 12/07/2009.

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 36: Procissão ocupação em 12/07/2009.

Procissão dos moradores e apoiadores em direção ao centro do terreno que estava na posse da ocupação Dandara em 12/07/2009.

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 37: Final da procissão ocupação em 12/07/2009.

A procissão ocupação parou no centro do terreno que estava na posse da ocupação Dandara em 12/07/2009, aproximadamente no local onde está atualmente a igreja Dandara..

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 38: Montagem de um novo acampamento no centro do terreno.

Montagem de um novo acampamento no centro do terreno que estava na posse da ocupação Dandara em 12/07/2009, aproximadamente no local onde está atualmente a Igreja Dandara..

Fonte: Acervo de CRS.



Figura 39: Abordagem policial questionando a ocupação do terreno.

Advogados argumentando com os policiais a legitimidade da ocupação de todo o terreno em posse das famílias desde o dia 20/04/2009 por decisão liminar do TJMG.

Fonte: Acervo de CRS.

INFORME - Ocupação Dandara agora toma conta de todo o terreno no Céu Azul



Neste momento está sendo estendida a ocupação do terreno no Céu Azul que, desde o dia 20/04/09 havia sido parcialmente ocupado pelo MST e Brigadas Populares. As cerca de mil famílias estavam confinadas em menos de um percento da área, de um total de 400 mil metros quadrados, por ordem da polícia militar. A exigência da PM, desde o início, era de que as sem-casa fossem restritas a uma parte do terreno, para que tivessem maior controle sobre os mesmos. Durante duas semanas a polícia chegou a proibir a construção de banheiros, o acesso à água, luz e as doações enviadas por apoiadores.

Apesar de que, ao longo destes mais de três meses houve muita tensão na relação entre o 13º Batalhão, que é responsável pela região, e os moradores da Ocupação Dandara, como ficou conhecida. Mas a medida que a situação jurídica foi-se definindo pela manutenção dos sem-casa no local, que estava abandonado há mais de 30 anos e acumula dívidas de milhões, a situação foi ficando insustentável. A atuação da PM chegou a ser questionada pelo Ministério Público, por órgão de defesa de direitos humanos e pela ALEMG, além do expressivo apoio que a ocupação nutre na igreja. Foi, inclusive, realizada uma visita conjunta do MP e da PM no local, sem contudo lograr resultados. Os militares alegavam toda sorte de justificativas para combater a tomada definitiva do terreno, enquanto a Justiça garantia a posse provisória indiscriminada da área aos manifestantes.

Os sem-casa, por sua vez, elaboraram um projeto urbanístico do local junto com o Escritório de Integração do Departamento de Arquitetura da PUC-MG, e fizeram uma extensa discussão de sua implementação com as famílias ocupantes.

Diante da intransigência da polícia e da inação do poder executivo, mas amparados pela legitimidade judicial e do largo apoio recebido por diversas entidades da sociedade civil, da igreja e do Ministério Público, os sem-casa começaram desde a manhã de hoje, 12 de julho, a tonada total do terreno. Veja na figura em anexo um esboço digitalizado do projeto urbanístico.

A coordenação da Ocupação Dandara alerta para a possibilidade de conflitos entre os sem-casa e a PM, pelos motivos acima descritos e pelo histórico de abusos do 13º Batalhão na região.

Maiores informações: 8815-4120
Dandara 14.02

Figura 40: Publicação Blog Dandara em 12/07/2009

Publicação no Blog Dandara informando a a ocupação de todo o terreno em posse dos moradores da ocupação Dandara conforme decisão liminar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 20/04/2009..

Fonte: INFORME — Ocupação Dandara agora toma conta de todo o terreno no Céu Azul. *Blog da Ocupação Dandara*. Publicado em 12 jul. 2009. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com/2009/07/informe-ocupacao-dandara-agora-toma.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022..

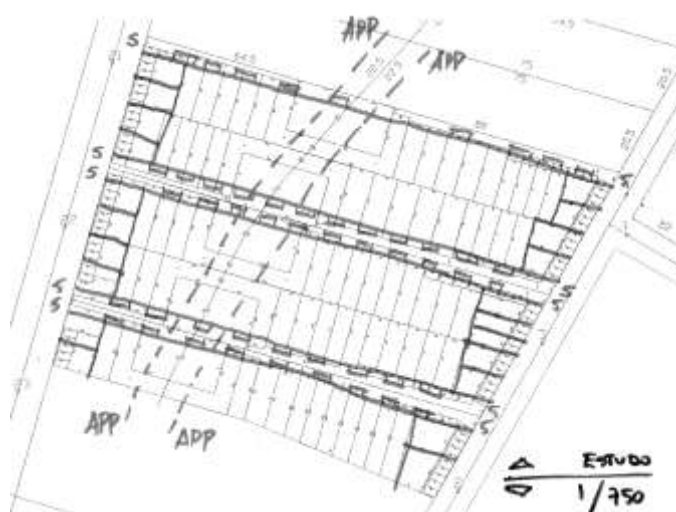


Figura 41: Estudo de individualização dos lotes coletivos.

Estudo de individualização dos lotes coletivos com anotações a partir das discussões com moradores na reunião do dia 18/07/2009.

Fonte: Desenho e croqui de GG em 18/07/2009.



Figura 42: Assentamento provisório do grupo 2.

Assentamento provisório do grupo 2 no dia 18/07/2009, aguardando a proposta de individualização dos lotes coletivos para iniciar o assentamento definitivo.

Fonte: Desenho e croqui de GG em 18/07/2009.

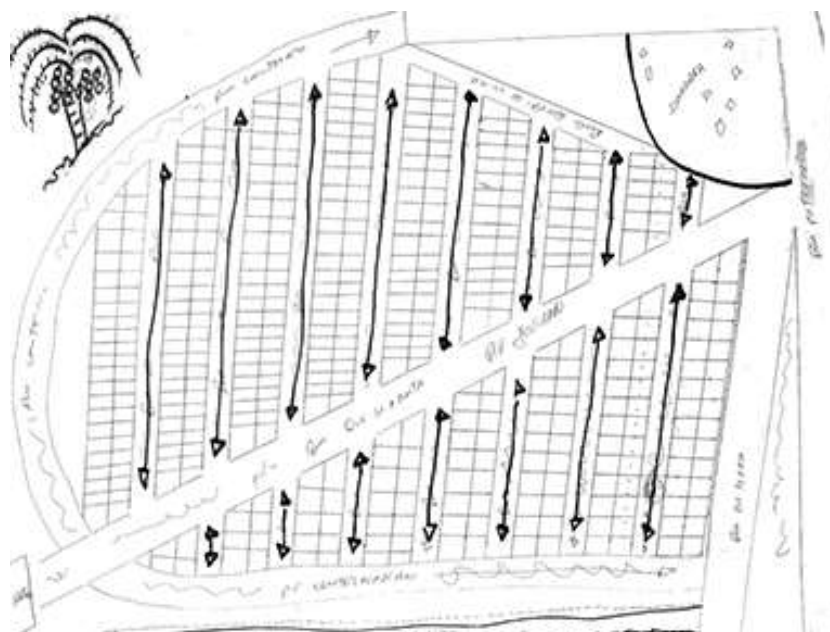


Figura 43: Proposta de parcelamento apresentada em 21/07/2009.

Estudo urbano elaborado por um coordenador da Ocupação Dandara. Neste estudo ele propõe lotes individuais com as mesmas dimensões. A APP na periferia do terreno e a Via 220 prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte foram consideradas.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 44: Plano urbano com lotes coletivos da ocupação Dandara.

Plano urbano da ocupação Dandara com lotes coletivos de aproximadamente 1.000m². Esse plano foi apresentado aos moradores no dia 30 de maio de 2009 quando iniciou o estaqueamento das ruas e dos lotes.

Fonte: Desenho de MMAS e GG.

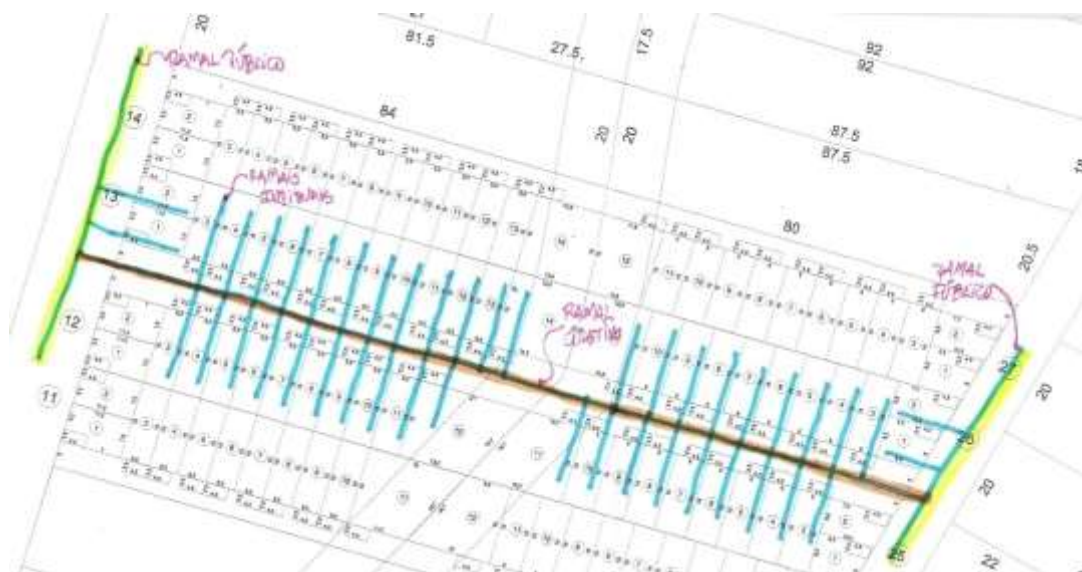


Figura 45: Desenho e croqui de estudo de individualização dos lotes do grupo 2.

Desenho e croqui apresentando a possível condução das águas servidas e pluviais dentro dos lotes coletivos da quadra 2 discutida na reunião do dia 21/07/2009.

Fonte: Prodabel (2009), croqui de GG em 22/07/2009.



Figura 46: Plano Urbano com Lotes Individuais da Dandara.

Plano Urbano da Ocupação Dandara com lotes individuais de 128m². Esse plano foi desenvolvido após a apresentação do estudo urbano proposto pelo morador e entregue no dia 28/07/2009.

Fonte: Desenho de GG.



Figura 49: Apresentação Sanitário Bason

Fonte: Acervo de GG.



Figura 50: Encerramento da missa da Novena do Natal

Fonte: Acervo de GG.



Figura 51: Procissão do ofertório

Fonte: Acervo de GG.

Segundo momento na Ocupação Dandara (Consolidação e sossego)



Figura 1: Foto aérea Ocupação Dandara 14/10/2009

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.



Figura 2: Foto aérea Ocupação Dandara 25/02/2010

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.



Figura 3: Foto aérea Ocupação Dandara 18/10/2011

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli. Figura 3: Foto aérea Ocupação Dandara 18/10/2011

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.

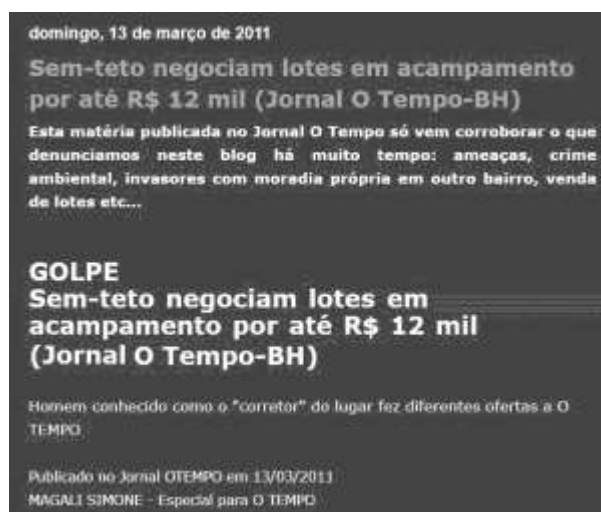


Figura 4: Publicação Invasão Dandara em 13/03/2011

Publicação no Blog Invasão Dandara informando da publicação do Jornal *O Tempo* que tratava de uma suposta venda de lotes na Ocupação Dandara.

Fonte: SEM-TETO negociam lotes em acampamento por até R\$ 12 mil (Jornal O Tempo-BH). *Blog Invasão Dandara*. Publicado em 13 mar. 2011. Disponível em: <http://invasaodandara.blogspot.com/2011/03/sem-teto-negociam-lotes-em-acampamento_13.html>.

Acesso em: 29 mar. 2022..



Figura 6: Pintura do plano diretor

Fonte: Acervo de ACLJ.



Figura 5: Plano Diretor Coletivo da Ocupação Dandara

Fonte: Desenho de GG.



Figura 7: Antigo galpão comunitário danificado pelas chuvas de verão

Fonte: Acervo de GG.

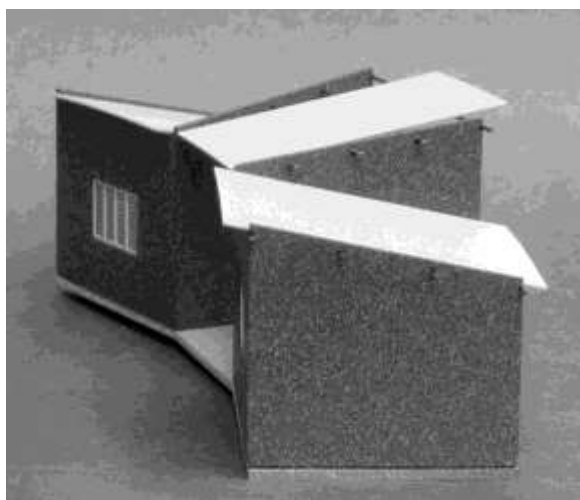


Figura 8: Vista da maquete do Centro Comunitário Dandara

Fonte: Acervo de GG.

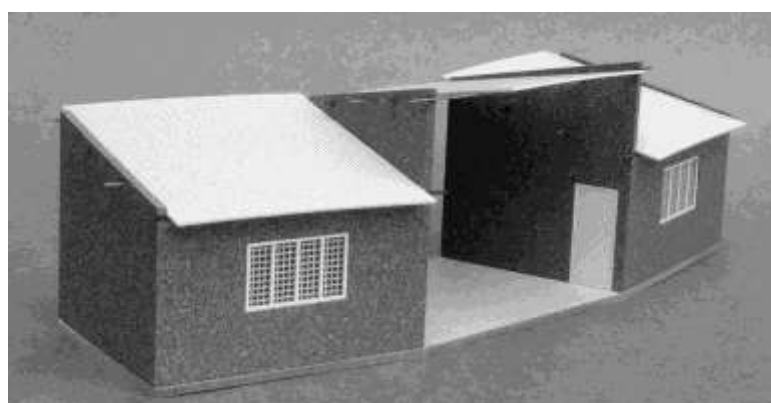


Figura 9: Vista da maquete do Centro Comunitário Dandara

Fonte: Acervo de GG.



Figura 10: Construção Centro Comunitário Dandara 2009

Fonte: Acervo de GG.



Figura 11: Construção Centro Comunitário Dandara 2010

Fonte: Acervo de GG.



Figura 12: Centro Comunitário Dandara 2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 13: Centro Comunitário Dandara 2014

Fonte: Acervo de GG.



Figura 14: Apresentação do mapa com o nome das ruas e os endereços

Apresentação do mapa com o nome das ruas e os endereços durante as comemorações de 1 ano da Ocupação Dandara pela equipe de infraestrutura.

Fonte: Acervo de JM.



Figura 15: Moradores e o mapa com nome das ruas e os endereços

Mapa com o nome das ruas e os endereços apresentado para os moradores no dia 10/04/2010 quando a Ocupação Dandara realizava as comemorações de 1 ano de ocupação do terreno no bairro Céu Azul.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 16: Mapa com nome das ruas e os endereços

Mapa com o nome das ruas e os endereços entregue num folder para os moradores.

Fonte: Desenho de GG.



Figura 17: Memorial dos nomes das ruas da Ocupação Dandara

Memorial explicando os nomes das ruas entregue num folder para os moradores.

Fonte: Diagramação e textos de GG.



Figura 18: Reunião de endereçamento da Ocupação Dandara

Fonte: Acervo de GG.

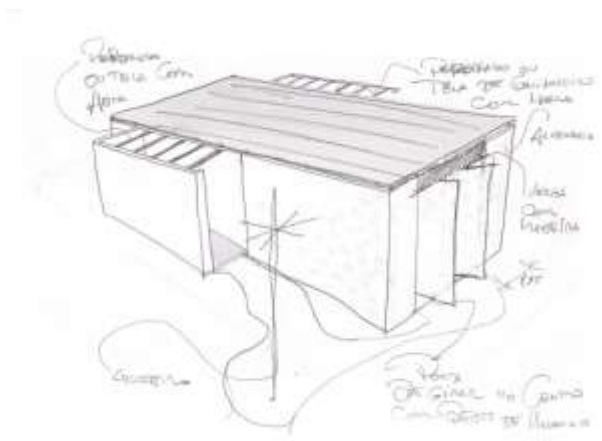


Figura 19: Croqui do Centro Ecumênico Dandara

Fonte: Desenho de GG.

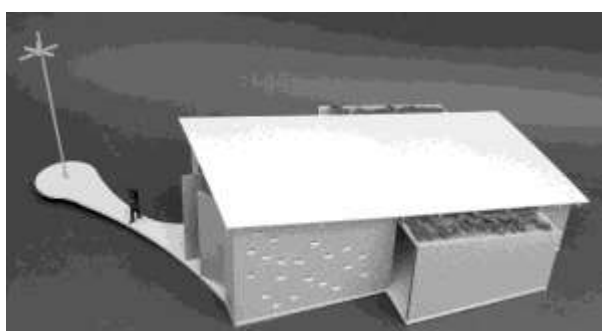


Figura 20: Maquete do Centro Ecumênico Dandara

Fonte: Maquete de GG.



Figura 21: Vista interna do Centro Ecumênico Dandara

Fonte: Desenho de BGC.



Figura 22: Construção do Centro Ecumênico Dandara em 2011

Fonte: Acervo de GG.



Figura 23: Missa no Centro Ecumênico Dandara no Natal de 2011

Fonte: Acervo de GG.



Figura 24: Foto inserção do Centro Ecumênico Dandara

Nesta foto inserção aparecem várias modificações que foram sendo realizadas no projeto do Centro Ecumênico, observa-se que a aparência de uma igreja católica fica mais evidenciado. As decisões de alteração ocorriam durante as obras, entre os anos 2010 e 2014.

Fonte: Desenho de BGC.



Figura 25: Vista Panorâmica do Centro Ecumênico Dandara em 2011

Fonte: : Acervo de GG.



Figura 26: Vista Panorâmica da igreja Dandara em 2014

Fonte: Acervo de GG.



Figura 27: Um arquiteto "intocável" no seu exercício

Fonte: Acervo de LH.



Figura 28: Uma mesa de intocáveis no III Encontro de Comunidades de Resistência em 2009

Fonte: Acervo de JM.

Terceiro momento na Ocupação Dandara(Pressão pelo despejo, negociações e supostas rupturas)

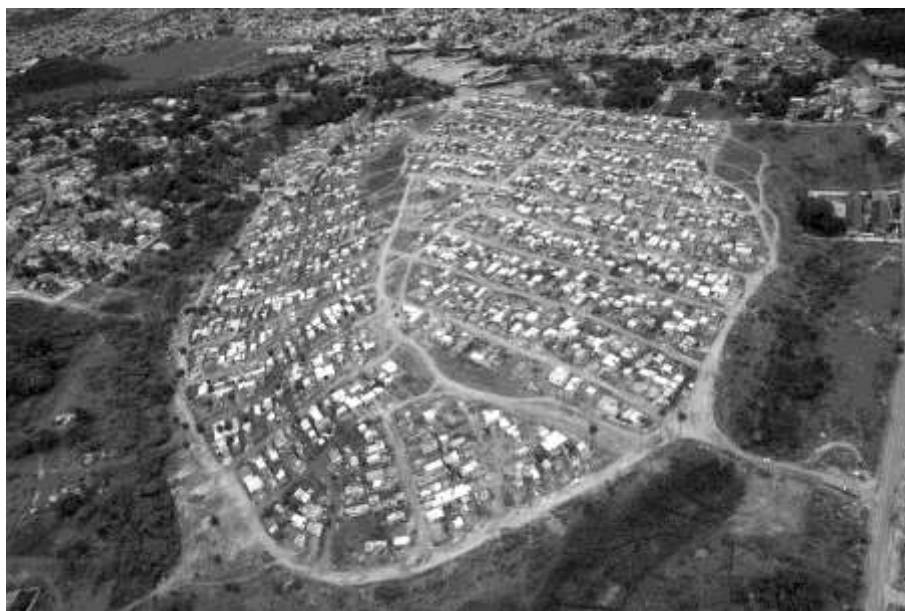


Figura 1: Foto aérea Ocupação Dandara 14/10/2009

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.



Figura 2: Foto aérea Ocupação Dandara 18/10/2011

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.



Figura 3: Foto aérea Ocupação Dandara 14/10/2009

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.

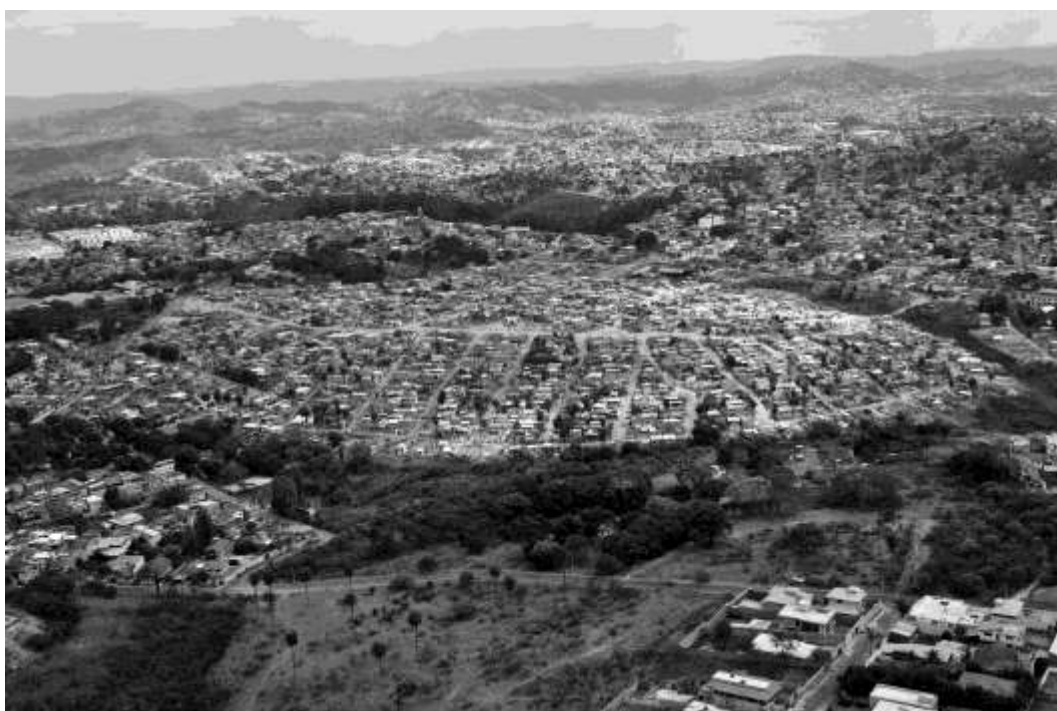


Figura 4: Foto aérea Ocupação Dandara 23/10/2014

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.



Figura 5: Reunião com moradores em 16/07/2011

Reunião com moradores para construção da proposta de negociação com a proprietária do terreno.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 6: Desenho síntese reunião 16/07/2011

Desenho síntese com as possibilidades negociáveis para os moradores para o acordo com a proprietária do terreno.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 7: Etapa 1 de implantação da proposta

Fonte: Desenho de MCA.

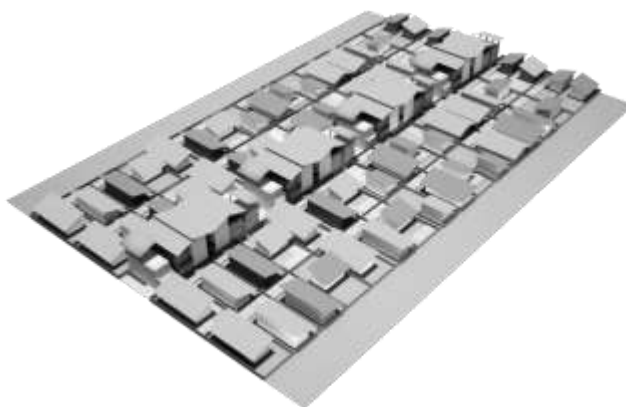


Figura 8: Etapa 2 de implantação da proposta

Fonte: Desenho de MCA.

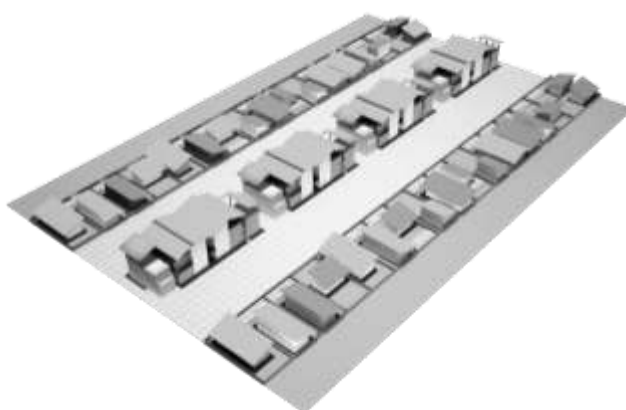


Figura 9: Etapa 3 de implantação da proposta

Fonte: Desenho de MCA.

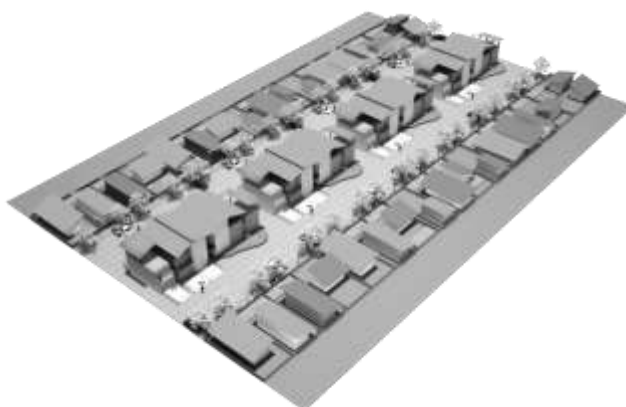


Figura 10: Etapa 4 de implantação da proposta

Fonte: Desenho de MCA.



Figura 11: Estudo do módulo de apartamentos

Fonte: Desenho de MCA.

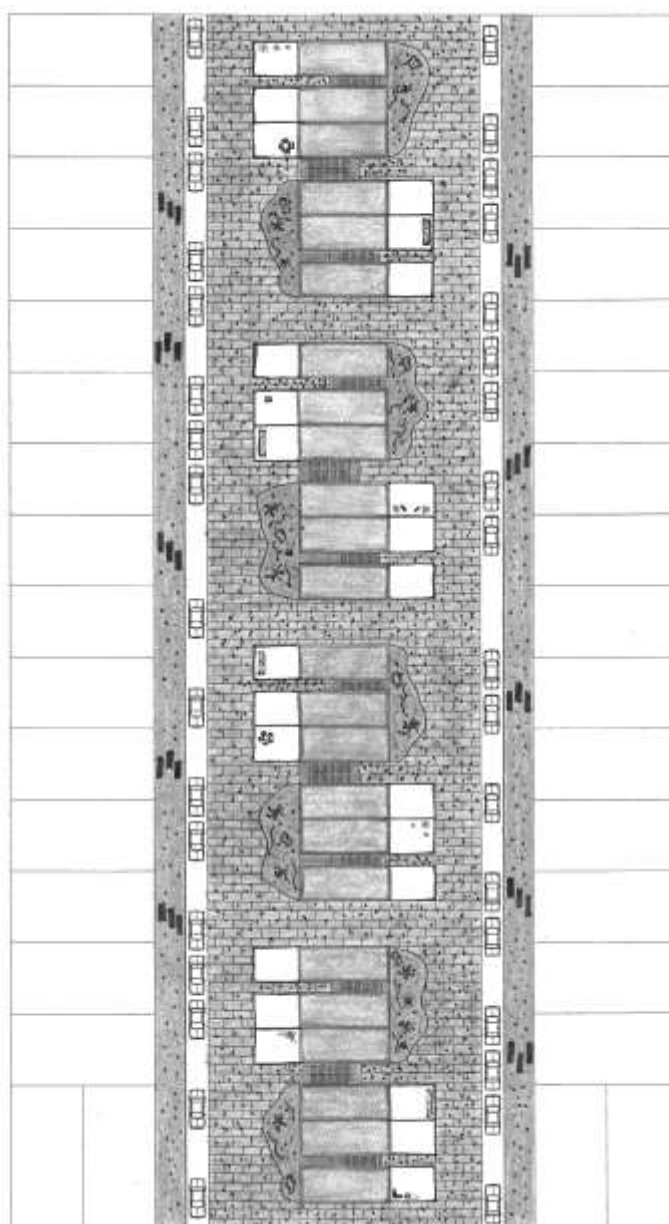


Figura 12: Estudo lotes coletivos com módulo de apartamentos

Fonte: Desenho de GG.

Pontos prioritários para a comunidade no processo de apropriação da gleba.



Figura 13: Pontos prioritários para a comunidade Dandara

Fonte: Desenho de GG.

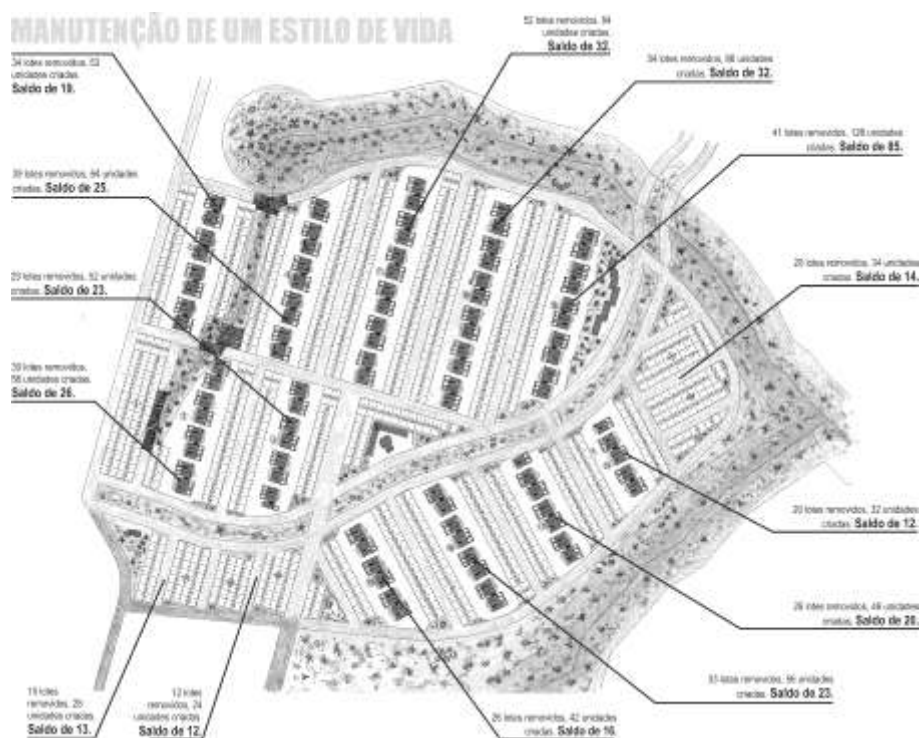


Figura 14: Manutenção de um estilo de vida

Fonte: Desenho de GG.



Figura 15: Book "Projeto Comunidade Dandara"

Capa do Book Projeto Comunidade Dandara apresentado na audiência no Forum Lafayette em 05/07/2011

Fonte: Diagramação de GG.



Figura 16: Parcelamento vinculado proposto

Publicação no Blog Invasão Dandara apresentando a planta do parcelamento vinculado apresentado como proposta para os moradores da Ocupação Dandara.

Fonte: REINTEGRAÇÃO de Posse: Ocupação Dandara - Invasores terão que sair. *Blog Invasão Dandara*. Publicado em 18 out. 2011.

Disponível em: <<http://invasaodandara.blogspot.com/2011/10/reintegracao-de-posse-ocupacao-dandara.html>>. Acesso em: 29 mar.

2022..

Tipologia de construção esperada para o empreendimento TREVO.



Figura 17: Perspectiva do conjunto habitacional pretendido

Publicação no Blog Invasão Dandara apresentando uma perspectiva do conjunto habitacional pretendido na proposta de parcelamento vinculado apresentado para os moradores da Ocupação Dandara.

Fonte: REINTEGRAÇÃO de Posse: Ocupação Dandara - Invasores terão que sair. *Blog Invasão Dandara*. Publicado em 18 out. 2011.

Disponível em: <<http://invasaodandara.blogspot.com/2011/10/reintegracao-de-posse-ocupacao-dandara.html>>. Acesso em: 29 mar.

2022..



Figura 18: Reunião proprietária e moradores

Publicação no Blog Invasão Dandara apresentando uma das reuniões ocorridas com a proprietária na tentativa de acordo entre as partes.

Fonte: REINTEGRAÇÃO de Posse: Ocupação Dandara - Invasores terão que sair. *Blog Invasão Dandara*. Publicado em 18 out. 2011.

Disponível em: <<http://invasaodandara.blogspot.com/2011/10/reintegracao-de-posse-ocupacao-dandara.html>>. Acesso em: 29 mar.

2022..



Figura 19: Assembleia Informa

Trecho do Informe da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com manchete indicando a predisposição das instituições estatais em se alinhar com a proprietária do terreno da Ocupação Dandara.

Fonte: ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Prefeitura de Belo Horizonte descarta desapropriar terreno para sem-teto. Assembleia Informa, Belo Horizonte, nº 3979, p. 1, fevereiro, 2012.



Figura 20: Placa na entrada da Ocupação Dandara

Fonte: RESISTE DANDARA. *Página Facebook Resiste Dandara*. Placa na entrada da Ocupação Dandara. Publicado em 2 set. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/comunitedandara/photos/a.284688148400666/284688155067332/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.



Figura 21: Campanha Internacional "Salve Dandara"

Fonte: SALVE DANDARA. *Portal Salve Dandara: Despejo não, com Dandara eu luto!* 2012. Disponível em <<https://www.salvedandara.concatena.org>>. Acesso em: 7 set. 2015. [sítio on-line atualmente desativado; arquivos em acervo pessoal de GG]



Figura 22: Campanha Internacional "Salve Dandara"

Fonte: SALVE DANDARA. *Portal Salve Dandara: Despejo não, com Dandara eu luto!* 2012. Disponível em <<https://www.salvedandara.concatena.org>>. Acesso em: 7 set. 2015. [sítio on-line atualmente desativado; arquivos em acervo pessoal de GG]



Figura 23: Campanha Internacional "Salve Dandara"

Fonte: SALVE DANDARA. *Portal Salve Dandara: Despejo não, com Dandara eu luto!* 2012. Disponível em <<https://www.salvedandara.concatena.org>>. Acesso em: 7 set. 2015. [sítio on-line atualmente desativado; arquivos em acervo pessoal de GG]



Figura 24: Foto aérea do abraço à Ocupação Dandara em 16/10/2011

Fonte: Acervo de GG.



Figura 25: Foto aérea do abraço à Ocupação Dandara em 16/10/2011

Fonte: Acervo de GG.



Figura 26: Exposição na 9ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, em novembro de 2011

Fonte: Acervo de GG.



Figura 27: Exposição na 9ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, em novembro de 2011

Fonte: Acervo de GG.



Figura 28: Cartaz do filme Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito

Fonte: PRONZATO, Carlos (dir.). Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. 65 minutos. Brasil, 2013.



Figura 29: Lançamento do filme Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito"

Fonte: BRIGADAS POPULARES. Página Facebook Brigadas Populares. Lançamento do filme Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/395673080554476/?active_tab=about>. Acesso em: 15 ago. 2021.



Figura 30: Visita do juiz Manoel dos Reis em 7/1/2014

Fonte: Acervo de GG.



Figura 31: Visita do juiz Manoel dos Reis em 7/1/2014

Fonte: Acervo de GG.

Quarto momento na Ocupação Dandara (A entrada do Estado e as dificuldades com um cotidiano que continua distante da pauta)



Figura 1: Ata da reunião entre ocupações urbanas e PBH em 30/7/2013

Em 30/07/2013, às 14:30 horas, reuniram-se no auditório da UR-BEL representantes das comunidades Camilo Torres, Irmã Doroty, Eliana Silva, Vila Cafezal/São Lucas, Zilah Sposito, Rosa Leão, Dandara para discussão sobre os possíveis atendimentos às famílias que residem no local. Participaram representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, CMBH, Movimento de Lutas nos Bairros, professores, estudantes, entre outros. A reunião foi presidida pelo prefeito Márcio Lacerda, Sr. Josué Valadão — Secretário de Governo — e Sr. Genedempsey Bicalho Cruz — Diretor- Presidente da URBEL.

Foram encaminhados os seguintes pontos:

Ficou acordada a criação de uma comissão para tratar as especificidades de cada comunidade formada pelos representantes das ocupações urbanas dos movimentos MLB e Brigadas Populares, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Prefeitura de Belo Horizonte, a fim de buscar uma solução negociada para os conflitos fundiários.

Suspensão por prazo indeterminado das ações movidas pelo Município de Belo Horizonte contra as ocupações acima mencionadas até que a comissão do item anterior conclua seus trabalhos.

Que o executivo municipal proponha, a partir dos estudos elaborados pela comissão do ponto 1, no indicativo de prazo de dois meses, via decreto em caso de área pública, ou via projeto de lei, em caso de área privada, a mudança do zoneamento das áreas das ocupações urbanas acima mencionadas em AEIS II (Área Especial de Interesse Social II).

Realização de reunião conjunta com o governo do estado e governo federal, para promoção de ações conjuntas no sentido da regularização das referidas áreas e incrementar as ações da política municipal de habitação.

O movimento se compromete a desocupar imediatamente a sede da prefeitura de forma mansa e pacífica.

Assinam os presentes:

Fonte: Acervo de GG.

Uma das ocupações mais antigas da capital, Dandara será urbanizada pela PBH

Da Redação
 contato@hojeemdia.com.br

21/07/2017 - 10:41 - Área/Código 1.9928

Compartilhe

✉ f t G+ link: <http://hojeemdia.com.br/uma-das-ocupacoes-mais-antigas-da-capital-dandara-sera-urbanizada-pela-pbh>



Figura 2: Reportagem sobre o início do PRU Dandara em 21/7/2017

Fonte: UMA das ocupações mais antigas da capital, Dandara será urbanizada pela PBH. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 21 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/uma-das-ocupacoes-mais-antigas-da-capital-dandara-sera-urbanizada-pela-pbh-1.545504>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 3: Visita da equipe do PRU Dandara

Fonte: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. PRU – Plano de Regularização Urbanística. Portal da Prefeitura de Belo Horizonte. Publicado em 26 fev. 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pru-plano-de-regularizacao-urbanistica>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Kalil inaugura centro de saúde na Ocupação Dandara e garante que moradores não sairão de lá

Prefeito Assessorá Kalil (PT) e o secretário municipal de saúde de BH, Antonio Machado, inauguram a estrutura neste quarta-feira



Figura 4: Reportagem sobre inauguração do Centro de Saúde Dandara em 21/12/2017

Fonte: KALIL inaugura centro de saúde na Ocupação Dandara e garante que moradores não sairão de lá. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 21 dez. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/21/interna_gerais,926243/kalil-inaugura-centro-de-saude-na-ocupacao-dandara-e-garante-que-mora.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 5: Avenida Dandara asfaltada e Centro de Saúde em 14/09/2018

Fonte: DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 2) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.



Figura 6: PRU Dandara – Propostas Moradia/Meio Ambiente

Fonte: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. PRU – Plano de Regularização Urbanística: 3ª rodada de propostas. PRU Dandara, Belo Horizonte, 24 de fev. 2018..



Figura 7: PRU Dandara – Propostas Moradia/Meio Ambiente

Fonte: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. PRU – Plano de Regularização Urbanística: 3ª rodada de propostas. PRU Dandara, Belo Horizonte, 24 de fev. 2018.



Figura 8: Ocupação APP Dandara

Em cinza claro moradias construídas em áreas verdes previstas no Plano Dandara de 2009

Fonte: DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 1) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.



Figura 9: Ocupação APP Dandara

Em cinza claro moradias construídas em áreas verdes previstas no Plano Dandara de 2009

Fonte: DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 1) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.



Figura 10: Ocupação APP Dandara

Em cinza claro moradias construídas em áreas verdes previstas no Plano Dandara de 2009

Fonte: DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 1) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.



Figura 11: Ocupação APP Dandara

Em cinza claro moradias construídas em áreas verdes previstas no Plano Dandara de 2009

Fonte: DRONE SALVADORA. *Ocupação Dandara (parte 1) - 14 de setembro de 2018*. 14 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M5SNMG7hQ1g&t=252s>>. Acesso em: 18 ago. 2021.



Figura 12: Entrega do Centro de Saúde do Dandara

Fonte: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. Entrega do centro de saúde do Dandara. 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/49283277@N07/24335724977/>>. Acesso em: 19 ago. 2021.



Figura 13: Dandara no Orçamento Participativo

Fonte: DANDARA, Sônia. *Página Facebook Sônia da Dandara. Dandara no Orçamento Participativo*. Publicado em 10 set. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1078681948957344&set=a.1078681985624007>>. Acesso em: 19 ago. 2021..

Ocupação Eliana Silva



Figura 1: Vista panorâmica da Ocupação Eliana Silva em 22/04/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 2: Famílias invadem área preservada no Barreiro

Publicação no *O Tempo Online* informando a ocupação em 22/04/2012.

Fonte: OLIVEIRA, Natália. Famílias invadem área preservada no Barreiro. *Jornal O Tempo*. Publicado em 21 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/familias-invadem-area-preservada-no-barreiro-1.336844>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 3: Controle de acesso da Ocupação Eliana Silva em 22/04/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 4: Assembleia da Ocupação Eliana Silva em 22/04/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 5: Assembleia da Ocupação Eliana Silva em 22/04/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 6: Localização da Ocupação Eliana Silva I e Ocupação Eliana Silva II

Fonte: HISTÓRIA da Comunidade Eliana Silva. *Blog Diálogos Eliana Silva*. Publicado em 31 out. 2012. Disponível em: <<https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2012/10/31/historia-da-comunidade-eliana-silva/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.)

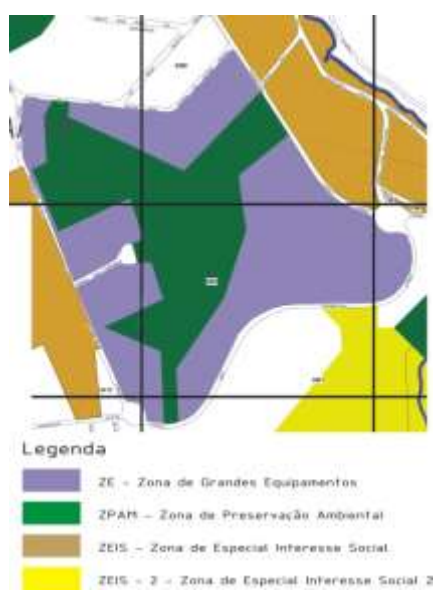


Figura 7: Zoneamento do entorno da Ocupação Eliana Silva I e II

Fonte: Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte (1996), adaptada por GG.



Figura 8: Microbacia contribuinte dos córregos Mineirão e Olaria Cursos d'água do entorno dos terrenos da Eliana Silva I e Eliana Silva II.

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por GG (2012).



Figura 9: Mapa da sub-bacia do alto do Arrudas e Barreiro

Mapa da sub-bacia do Alto Arrudas e Barreiro com destaque para a Microbacia contribuinte dos córregos Mineirão e Olaria, contribuintes da bacia do Ribeirão Arrudas.

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por GG (2012).



Figura 10: Mapa da bacia do Ribeirão Arrudas

Mapa da bacia do Ribeirão Arrudas com destaque para a sub-bacia do alto do Arrudas e Barreiro.

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por GG (2012).



Figura 11: Mapa Geológico Eliana Silva

Trecho do Mapa geológico de Belo Horizonte indicando a localização da Ocupação Eliana Silva.

Fonte: Mapa Geológico de Belo Horizonte (1995), adaptada por GG (2012).



Figura 12: Eliana Silva

Banner em memória aos nove anos de morte da Eliana Silva publicado no Jornal *A Verdade* em 06/02/2018.

Fonte: LOPO, Gabriel. Nove anos sem Eliana Silva! Exemplo de mulher e militante! *Portal do Jornal A Verdade*. Publicado em 6 fev. 2018.

Disponível em: <<https://averdade.org.br/2018/02/nove-anos-sem-eliana-silva-exemplo-de-mulher-e-militante/>>. Acesso em: 28 mar.

2022.



Figura 13: Ocupação Corumbiara em 2002

Imagem de satélite mostrando a Ocupação Corumbiara em novembro de 2002.

Fonte: Google Earth (2008), adaptada por GG (2021).



Figura 14: Ocupação Corumbiara em 2018

Imagem de satélite mostrando a Ocupação Corumbiara em maio de 2018.

Fonte: Google Earth (2008), adaptada por GG (2021).

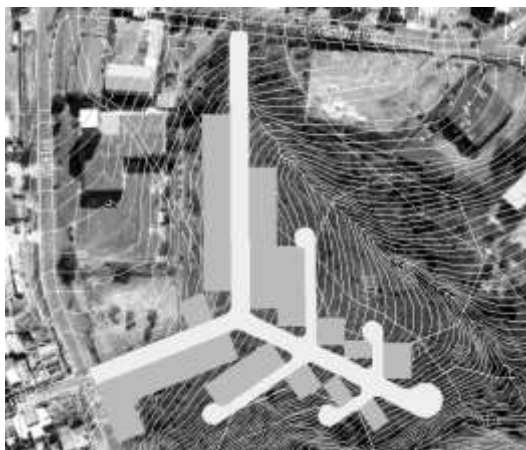


Figura 18: Croqui do plano em 30/4/2012

Croqui elaborado para discussão do plano da Ocupação Eliana Silva em 30 de abril de 2012.

Fonte: Croqui elaborado por GG.



Figura 19: Reunião em 30/4/2012

Reunião com moradores e lideranças para discussão do plano da Ocupação Eliana Silva

Fonte: Acervo de BGC



Figura 20: Reconhecimento da nascente em 30/04/2012

Fonte: Acervo de BGC

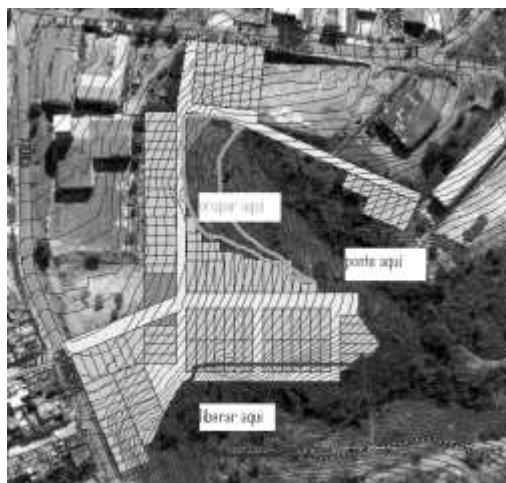


Figura 21: Croqui do plano em 3/5/2012, de MMAS

Fonte: Croqui elaborado por MMAS.

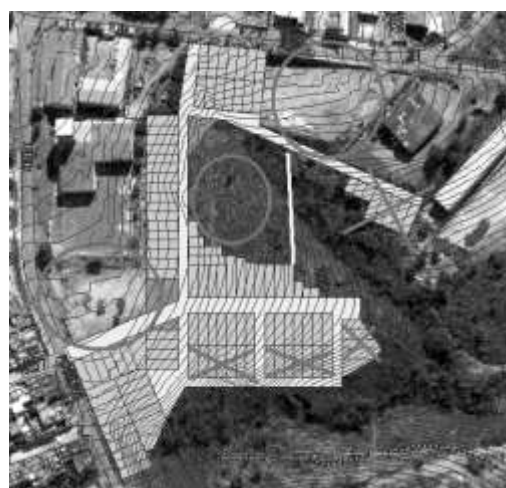


Figura 22: Croqui do plano em 3/5/2012, de MASBN

Fonte: Croqui elaborado por MASBN.



Figura 23: Croqui consolidado do plano entregue em 08/05/2012
Croqui consolidado apresentado na entrega do plano urbano em 08/05/2012.

Fonte: Croqui elaborado por BGC e GG.



Figura 24: "Caveirão" na Ocupação Eliana Silva em 11/05/2012

Fonte: Acervo de GLM



Figura 25: Tropa de Choque na Ocupação Eliana Silva em 11/05/2012

Fonte: Acervo de GLM



Figura 26: Cerco da Polícia Militar de Minas Gerais em 11/05/2012

Fonte: Acervo de AV



Figura 27: Cerco da Polícia Militar de Minas Gerais em 12/05/2012

Fonte: Acervo de BGC



Figura 28: Entrada da Polícia Militar de Minas Gerais na Ocupação Eliana Silva em 11/05/2012

Fonte: Acervo de AV



Figura 29: Batalhão de Choque e moradores da Ocupação Eliana Silva em 11/05/2012

Fonte: Acervo de AV



Figura 30: Batalhão de Choque e moradores da Ocupação Eliana Silva em 11/05/2012

Fonte: Acervo de AV



Figura 31: Batalhão de Choque e moradores da Ocupação Eliana Silva em 11/05/2012

Fonte: Acervo de AV



Figura 32: SLU removendo as barracas de lona em 11/05/2012

Fonte: Acervo de GLM



Figura 33: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo

Fonte: Acervo de GLM



Figura 34: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo

Fonte: Acervo de GLM



Figura 35: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo

Fonte: Acervo de GLM



Figura 36: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo

Fonte: Acervo de GLM



Figura 37: Moradores acampados nos dias 11 a 13 de maio de 2012 no terreno após o despejo

Fonte: Acervo de GLM



Figura 38: Saída do terreno em 13/05/2012

Fonte: Acervo de SA



Figura 39: Prisão do rapper Emicida na noite de 13/5/2012

Fonte: GLOBO, O. Emicida é preso por desacato em Belo Horizonte. Maio 2013. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/emicida-presos-por-desacato-em-belo-horizonte-4888700>. Acesso em: 27 ago. 2021.



Figura 40: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/03/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 41: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/03/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 42: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/03/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 43: Acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em 14/03/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 44: Terreno estudo Ocupação Eliana Silva II

Imagem de satélite mostrando o terreno em estudo para a Ocupação Eliana Silva II destacado em cinza escuro.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por GG (2021).



Figura 45: Adesivo da Eliana Silva

Fonte: TODO apoio à ocupação Eliana Silva. Blog da Ocupação Eliana Silva. Publicado em 31 ago. 2012. Disponível em: <http://ocupacaoeliansilva.blogspot.com/2012/08/todo-apoio-ocupacao-eliana-silva_31.html>. Acesso em: 30 mar. 2022..



Figura 46: Ação da Polícia Militar no sábado, 25 de agosto

Fonte: TODO apoio à ocupação Eliana Silva. Blog da Ocupação Eliana Silva. Publicado em 31 ago. 2012. Disponível em: <http://ocupacaoeliansilva.blogspot.com/2012/08/todo-apoio-ocupacao-eliana-silva_31.html>. Acesso em: 30 mar. 2022..



Figura 47: Acampamento Provisório Ocupação Eliana Silva II

Imagem de satélite mostrando o acampamento provisório da Ocupação Eliana Silva II em setembro de 2012.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por GG (2021)



Figura 48: Maquete de estudo do plano da Ocupação Eliana Silva em 27/8/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 49: Reunião do plano da Ocupação Eliana Silva em 27/8/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 50: Reunião de apresentação do plano da Ocupação Eliana Silva em 29/8/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 51: Maquete do plano Ocupação Eliana Silva apresentado em 29/08/2012

Na porção direita da imagem, aparece a proposta para o parcelamento de um terreno vizinho do local em que foi realizada a ocupação. Esse terreno não foi ocupado e seu proprietário iniciou, algum tempo depois que ocorreu a ocupação, um trabalho de terraplanagem para a instalação de um empreendimento industrial. Na porção esquerda da imagem temos o plano urbano da Ocupação Eliana Silva II, nesta maquete também está lançado o sistema de TEVAP desenvolvido para a ocupação.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 52: Demarcação do plano da Ocupação Eliana Silva em 11/9/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 53: Demarcação do plano da Ocupação Eliana Silva em 11/9/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 54: Desenho com ajustes do plano Ocupação Eliana Silva durante a reunião sobre a demarcação em 11/09/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 55: Creche em alvenaria no dia 11/09/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 56: Reunião sobre plano de esgotamento sanitário no dia 15/9/2012

Fonte: Acervo de GG

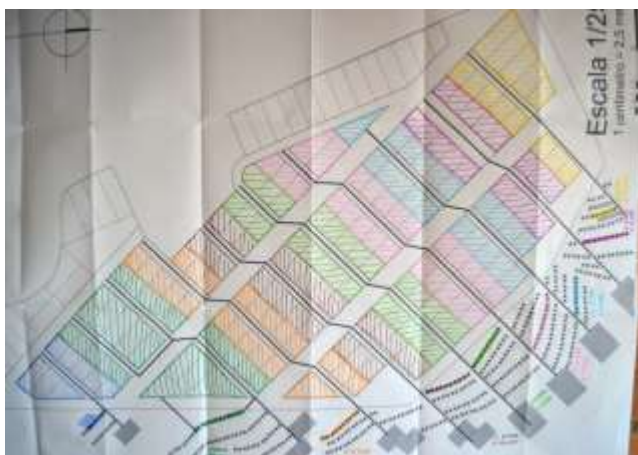


Figura 57: Plano esgotamento sanitário em 15/09/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 58: Atividades de extensão (Círculo de Bananeiras) 12/12/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 59: Atividades de extensão (TEVAP) 12/12/2012

Fonte: Acervo de GG.



Figura 60: Foto aérea da Ocupação Eliana Silva em 5/6/2013

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli



Figura 61: Foto aérea da Ocupação Eliana Silva em 5/6/2013

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli.



Figura 62: Ocupação Eliana Silva

Imagem de satélite da Ocupação Eliana Silva em julho de 2021.

Fonte: Google Earth (2021), adaptada por GG (2021).



2002



2006



2011

Figura 2: Imagens de satélite do terreno e entorno da Emanuel Guarani Kaiowá
Imagens de Satélite do terreno e entorno onde ocorre a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, nos anos de 2002, 2006 e 2011. O terreno encontrava-se vazio e sem cumprir sua função social havia vários anos. No passado o terreno havia abrigado o Balneário Ressaca no município de Contagem/MG.

Fonte: Google Earth (2002, 2006, 2011), adaptada por GG (2012).

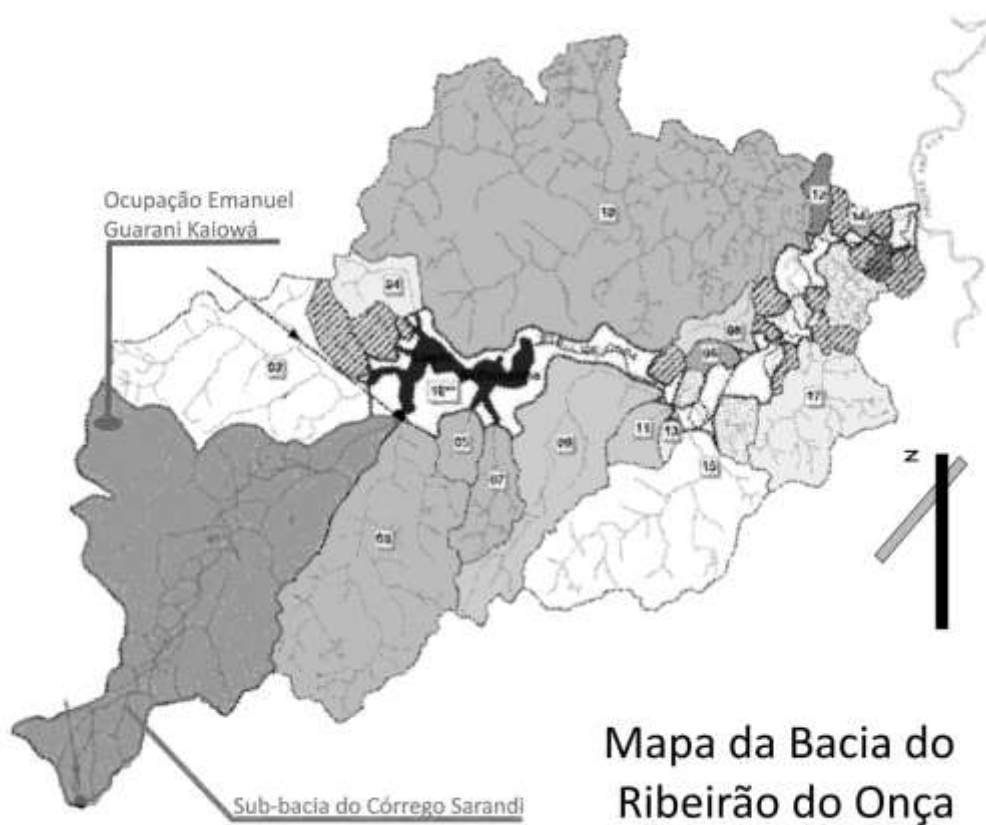


Figura 3: Mapa da bacia do Ribeirão do Onça

Mapa da bacia do Ribeirão do Onça com destaque para a sub-bacia do Córrego Sarandi, onde se encontra instalada a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.

Fonte: Projeto Manuelzão (2012), adaptada por GG (2013).



Figura 4: Terreno final da Rua Ressaquinha em 23/11/2012

Terreno no final da Rua Ressaquinha, ele foi avaliado porque existia uma dúvida quanto à descrição no Cartório de Registro de Imóveis de Contagem, podendo ser ele o terreno descrito. Nessa visita foi constatado que a descrição era referente ao terreno na Rua São Lourenço.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 5: Terreno da Rua São Lourenço em 23/11/2012

Terreno na Rua São Lourenço, foi atestado na visita ser o terreno descrito no Cartório de Registro de Imóveis de Contagem. Esse terreno foi objeto de uma tentativa de ocupação fracassada no início de 2012, ele seria escolhido para realizar uma nova ocupação em 9 de março de 2013.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 6: Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Contagem/MG

Trecho do Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Contagem, com destaque para os locais onde se encontram os terrenos avaliados para a realização da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.

Fonte: Lei de Uso e Ocupação do Solo Contagem (2010), adaptada por Bruno Giacomini Coelho (2013)



Figura 7: Mapa indicando rede de água e esgoto na região dos terrenos estudados para realização da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais (2012)



Figura 8: Reunião de preparação em 5/2/2013

Fonte: Acervo de GG.



Figura 9: Reunião de preparação em 5/2/2013

Fonte: Acervo de GG.



Figura 10: Logomarca Guarani Kaiowá

Fonte: OCUPAÇÃO EMANUEL GUARANI KAIOWÁ. Página Facebook Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá. Logomarca Guarani Kaiowá.

Publicado em 28 de mar. 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/photos/a.556721544360358/556721547693691/>>. Acesso em: 7 set. 2021.



Figura 11: Placa "Comunidade Manuel Guarani Kaiowá" em 16/3/2013

Fonte: Acervo de MJ.



Figura 12: Barricada dia da ocupação, 9/3/2013

Barricada na Rua Manoel Brandão. Barricada montada com restos de resíduos encontrados no terreno ocupado. Ela foi montada no momento da ocupação do terreno para dificultar o acesso da polícia ao local.

Fonte: Acervo Fora do Eixo.



Figura 13: Representante do proprietário do terreno ocupado

Fonte: Acervo Fora do Eixo.



Figura 14: Acampamento provisório da Emanuel Guarani Kaiowá em 9/3/2013

Fonte: Acervo Fora do Eixo.



Figura 15: Acampamento provisório da Emanuel Guarani Kaiowá em 9/3/2013

Fonte: Acervo Fora do Eixo.



Figura 16: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá no DA-EAUFMG

Fonte: Acervo GG.



Figura 17: Reunião de projeto da Emanuel Guarani Kaiowá no assentamento provisório

Fonte: Acervo MJ.



Figura 18: Maquete do estudo de plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: Acervo GG.



Figura 19: Estudo do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: Equipe técnica Emanuel Guarani Kaiowá.



Figura 20: Início da demarcação do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: Acervo GG.



Figura 21: Revisão do projeto na demarcação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: Acervo EE.



Figura 22: Revisão do projeto na demarcação do plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá

Fonte: Acervo JCA.



Figura 23: Croqui revisão plano urbano da Emanuel Guarani Kaiowá

Desenho croquizado com registros das alterações realizadas no plano durante o dia 27/04/2013. Os desenho eram desenvolvidos pelos técnicos e moradores.

Fonte: Acervo GG.



Figura 24: Manifestação na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte

Fonte: FREITAS, Raquel. Manifestantes fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. Portal G1. Publicado em 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 10 set.

2021.



Figura 25: Manifestação atravessa o complexo da Lagoinha, em direção a Avenida Antônio Carlos

Fonte: FREITAS, Raquel. Manifestantes fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. Portal G1. Publicado em 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 10 set.

2021.



Figura 26: Jovem produz cartaz na manifestação na Praça Sete, em Belo Horizonte

Fonte: FREITAS, Raquel. Manifestantes fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. Portal G1. Publicado em 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 10 set.

2021..



Figura 27: "Protesto bloqueia trânsito no Centro de Belo Horizonte nesta segunda-feira"

Fonte: FREITAS, Raquel. Manifestantes fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. Portal G1. Publicado em 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 10 set.

2021.



Figura 28: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 5/6/2013

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli



Figura 29: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 5/6/2013

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli



Figura 33: Produção da maquete da Emanuel Guarani Kaiowá para X Bienal de Arquitetura de São Paulo em 24/09/2013

Fonte: Acervo GG.



Figura 34: Produção da maquete da Emanuel Guarani Kaiowá para X Bienal de Arquitetura de São Paulo em 24/09/2013

Fonte: Acervo GG.



Figura 35: Maquete e linha do tempo na sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo

Fonte: Acervo GG.



Figura 36: Sala Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo

Fonte: Acervo GG.



Figura 37: Roda de debate com os moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá na X Bienal de Arquitetura de São Paulo

Fonte: Acervo RB.



Figura 38: Publicação no jornal *Hoje em dia*

Fonte: ARAÚJO, Giselle; RAMOS, Raquel. Moradores de áreas invadidas buscam dignidade, segurança e melhores condições de vida. *Portal Hoje em Dia*. Publicado em 19 out. 2013. Disponível em: <<https://cms.hojeemdia.com.br/preview/www/2.602/2.616/1.214732>>.

Acesso em: 13 set. 2021.



Figura 39: Emanuel Guarani Kayowá na Bienal

Quando os moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kayowá (Contagem/MG) chegaram no Museu da Casa Brasileira, havia tanta gente na entrada que me perguntaram se todos aqueles visitantes teriam vindo para o debate da Bienal de Arquitetura, escutar suas histórias, debater a especulação imobiliária e os terrenos improdutos. Mas poucos estavam ali por esse motivo. Explico que domingo é assim mesmo, são muitas atividades, o restaurante do museu está cheio pro almoço, o terraço ocupado por espetáculos musicais e humorísticos para terceira idade e o jardim repleto de crianças.

A decepção com o baixo quórum durou pouco, talvez só eu mesmo percebi. Logo na primeira sala, à esquerda do salão de entrada daquele antigo palacete eclético, ficaram atônitos com a sua exposição. Começaram a sacar das mochilas as máquinas que trouxeram, fotografando repetidamente a si próprios ao lado das fotografias de suas vidas, suas casas, sua ocupação. Apontam para tudo aquilo, encostam o dedo na imagem, problema nenhum, afinal a exposição é deles. Analisam e riem da maquete que construíram através de fragmentos de caixas de fósforo, papéis de cigarros e outras sobras, e contam as brigas entre os moradores que participaram da montagem, processo que revela o espírito de luta política interna para consolidar a árdua tarefa de ocupar um terreno.

Fonte: GIUFRIDA, Guilherme. Emanuel Guarani Kaiowá na bienal. *Revista Trip*. Publicado em 12 nov. 2013. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/emanuel-guarani-kaiowa-na-bienal>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 40: Outras ações na cidade: Circuito Fábio Alves

Fonte: CIRCUITO Fábio Alves: o mais recente de arquitetura e notícia. *ArchDaily*. Publicado em 14 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/tag/circuito-fabio-alves>>. Acesso em: 13 set. 2021.



Figura 41: Banner divulgação Circuito Fábio Alves

Fonte: Acervo GG.



Figura 42: Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em dezembro de 2015

Imagem de satélite mostrando a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em dezembro de 2015. Esta é a última imagem em que se observa a ausência de edificação na área verde no entorno do Córrego Alterosa. A partir de então, observa-se a construção de casas na região.

Fonte: Google Earth (2015), adaptada por GG (2021)



Figura 43: Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em julho de 2021

Imagem de satélite mostrando a Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em julho de 2021. Nesta imagem pode ser observada uma sequência de casas construídas nas bordas da rua interna da ocupação que delimitava a área verde. No fundo das casas se mantém uma faixa desocupada no entorno imediato da galeria aberta construída para o Córrego Alterosa.

Fonte: Google Earth (2021), adaptada por GG (2021)



Figura 44: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 8/1/2014

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli



Figura 45: Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá em 8/1/2014

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli

SEGUNDA FASE

Ocupações da Izidora

Primeiro momento nas Ocupações da Izidora: uma ação se institucionalizando



Figura 1: Banner da campanha de Bella Gonçalves

Fonte: GONÇALVES, Bella. Banner digital Bella Gonçalves vereadora 50500. *Página Twitter Bella Gonçalves*. Publicado em 27 de set. 2020.

Disponível em: <<https://twitter.com/bellagoncalvs/status/1310247929215627265>>. Acesso em: 1º nov. 2021.



Figura 2: Banner da campanha de Edna da Izidora

Fonte: MARIUP. Banner digital Edna da Izidora vereadora 80100. *Página Twiter MariUp*. Publicado em 5 de out. 2020. Disponível em:

<https://twitter.com/mariup_/status/1313132759792189445/photo/1>. Acesso em: 1º nov. 2021.



Figura 3: Linha Verde

Fonte: LINHA Verde. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Verde_\(Belo_Horizonte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Verde_(Belo_Horizonte))>.

Acesso em: 4 nov. 2021.



Figura 4: Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG)

Fonte: ELIPSE E3 confere mais segurança ao prédio de serviços da Cidade Administrativa de MG. *Portal Elipse Software*. Publicado em 2015. Disponível em: <<https://www.elipse.com.br/case/elipse-e3-confere-mais-seguranca-ao-predio-de-servicos-da-cidade-administrativa-de-mg/>>.

Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 5: Mata do Isidoro em junho de 2009

Imagem de satélite mostrando a Mata do Isidoro em junho de 2009.

Fonte: Google Earth (2009), adaptada por GG (2021)



Figura 6: Ocupação da entrada do gabinete do prefeito

Fonte: PREFEITURA se recusa a negociar com as comunidades. *Blog da Ocupação Eliana Silva*. Publicado em 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://ocupacaoeliasilva.blogspot.com/2013/07/>>. Acesso em: 30 mar. 2022..



Figura 7: Prefeitura de BH e ocupações urbanas fazem acordo em reunião

Fonte: ÂNGELO, Pedro. Prefeitura de BH e ocupações urbanas fazem acordo em reunião. *Portal G1*. Publicado em 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/reuniao-termina-com-acordo-entre-prefeitura-de-bh-e-ocupacoes-urbanas.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 8: Mãe que participa da ocupação da Prefeitura de BH amamenta por grade

Fonte: MANIFESTANTES montam barracas e fecham Av. Afonso Pena em BH. *Portal G1*. Publicado em 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/manifestantes-montam-barracas-na-afonso-pena-e-fecham-avenida-em-bh.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 9: Lacerda apresenta projeto para a construção de quatorze mil casas populares na região do Isidoro

Fonte: LACERDA apresenta projeto para construção de 14 mil casas populares na região do Isidoro. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 26 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/lacerda-apresenta-projeto-para-construc-o-de-14-mil-casas-populares-na-regi-o-do-isidoro-1.224292>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 10: Início da Ocupação Esperança em agosto de 2013

Imagem de satélite mostrando o início da Ocupação Esperança em agosto de 2013. Na porção a direita da imagem é o terreno do EPA, que foi negociado logo nos primeiros dias para não seguir como parte da ocupação.

Fonte: Google Earth (2013), adaptada por GG (2021)



Figura 11: Início da Ocupação Esperança em fevereiro de 2014

Imagem de satélite mostrando o início da Ocupação Esperança em fevereiro de 2014. Na imagem podemos verificar a consolidação da região ocupada após os primeiros acordos com o vizinho EPA, ocorridos em 2013.

Fonte: Google Earth (2014), adaptada por GG (2021)

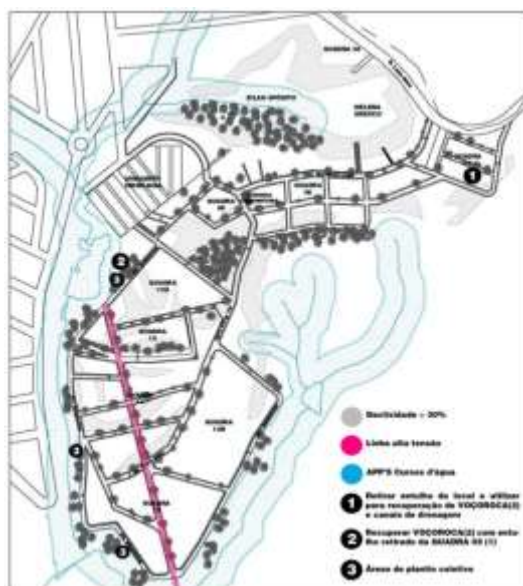


Figura 12: Plano de diretrizes da Ocupação Rosa Leão

Fonte: Desenho de ASF Brasil.

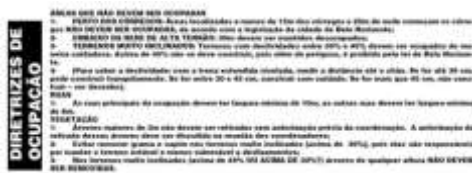


Figura 13: Plano de diretrizes da Ocupação Rosa Leão

Fonte: Desenho de ASF Brasil.



Figura 14: Rosa Leão

Fonte: FREI GILVANDER [Gilvander Luis Moreira]. Fotografias da Ocupação Rosa Leão, em 14/08/2013, por frei Gilvander. *Blog da Ocupação Rosa Leão*. Publicado em 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://ocupacaorosa-leao.blogspot.com/2013/08/fotografias-da-ocupacao-rosa-leao-em.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

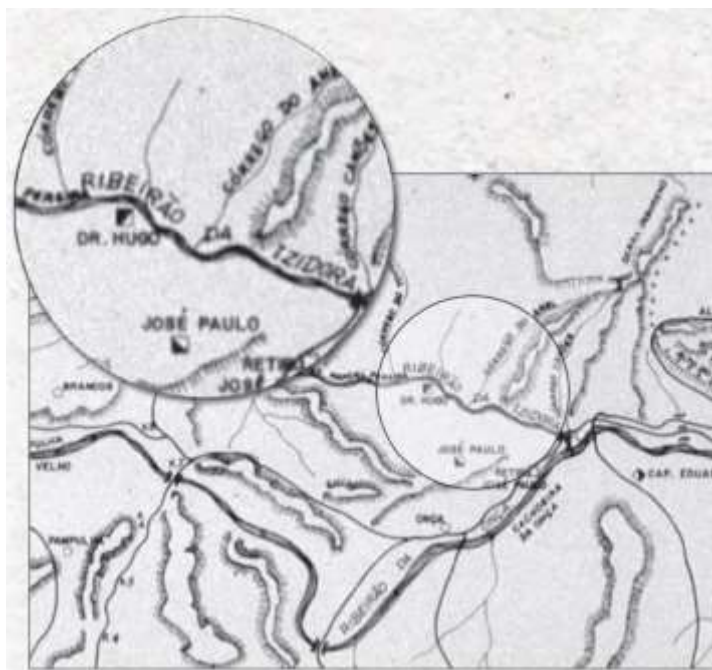


Figura 15: Trecho do mapa do Município de Belo Horizonte em 1923

Trecho do mapa "Município de Belo Horizonte" Lei Estadual nº 843 de 7 de setembro de 1923 na região da foz do Ribeirão da Izidora no Ribeirão da Onça. A escala original do mapa 1:50.000.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto, coleção Belo Horizonte.

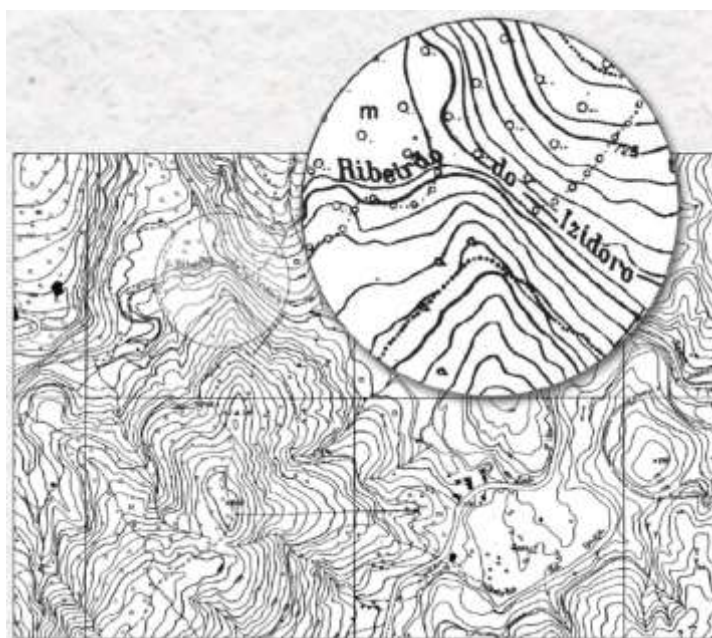


Figura 16: Trecho do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte em 1953

Trecho do "Levantamento Aerofotogramétrico de Belo Horizonte" Folha 10, administração Américo René Giannetti 1953, na região da foz do Ribeirão da Izidora no Ribeirão da Onça. A escala original do mapa 1:5000.

Fonte: Acervo da Prefeitura de Belo Horizonte.



Figura 17: Izidora é Kambiwá

Fonte: PREFEITA IZIDORA. *Página Facebook Prefeita Izidora 99*. Prefeita Izidora 99. Publicado em 14 de out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/izidorag99/photos/985087764947828>>. Acesso em: 11 nov. 2021.



Figura 18: Início da Ocupação Vitória em Fevereiro de 2014

Imagem de satélite mostrando o início da Ocupação Vitória em Fevereiro de 2014. A ocupação inicia no fundo de vale.

Fonte: Google Earth (2014), adaptada por GG (2021).



Figura 19: Ocupação Vitória em setembro de 2015

Imagem de satélite mostrando a Ocupação Vitória em setembro de 2015. A ocupação no fundo de vale próximo mais consolidada e a expansão em direção às encostas.

Fonte: Google Earth (2015), adaptada por GG (2021).



Figura 20: Foto aérea Ocupação Vitória em 24/06/2015

Perímetro marcando a região que foi ocupada no segundo momento, quando as áreas mais próximas à várzea já estavam preenchidas na Ocupação Vitória.

Fonte: Foto de Márcilio Gazzinelli adaptada por GG (2021)



Figura 21: Foto aérea de parte do setor 5 da Ocupação Vitória em 24/06/2015

Fonte: Foto de Márcilio Gazzinelli



Figura 22: Foto aérea de parte do setor 7 da Ocupação Vitória em 24/06/2015

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli



Figura 23: Foto aérea de parte do setor 5 da Ocupação Vitória em 24/6/2015

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli



Figura 24: Foto aérea curva do "S" na Ocupação Vitória em 24/06/2015

Fonte: Foto de Marcílio Gazzinelli adaptada por GG (2021)

PROPOSTA PARA AS OCUPAÇÕES URBANAS DE IZIDORA
VITÓRIA, ESPERANÇA E ROSA LEÃO

ELABORAÇÃO CONJUNTA DAS COORDENAÇÕES DAS
OCUPAÇÕES E ASF - ARQUITETOS SEM FRONTEIRAS BRASIL

Qual é a proposta?

O plano propõe o compartilhamento da região de Izidora entre as atuais ocupações e os futuros condomínios residenciais do empreendimento Granja Werneck, para possibilitar que, junto com os moradores do empreendimento, em apartamentos, permaneçam os moradores das ocupações, em casas.

O que isso significa?

Algumas áreas da Ocupação Vitória não devem receber novos moradores para liberar o espaço para os prédios de apartamentos e áreas verdes públicas, que serão construídos pelo empreendimento.

Por outro lado, algumas áreas do empreendimento onde seriam construídos edifícios serão liberadas para as famílias que forem removidas da Ocupação Vitória.

A maior parte das ocupações Vitória e Esperança será mantida, inclusive no entorno dos edifícios do empreendimento. As ocupações deverão ser consolidadas e receber melhorias.

Quais são esses setores? Vejam o mapa!

Como isso será feito?

O plano deverá ser discutido com a comunidade junto com a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), depois que toda a área da ocupação seja reconhecida como zona de especial interesse social (ZEIS). Deverá ser elaborado um plano detalhado de urbanização, incluindo um projeto de melhoria urbanística e ambiental da área ocupada e um projeto de reestruturação habitacional conforme a Política Municipal de Habitação.

Figura 27: Panfleto do Plano de readensamento compartilhado da Izidora – Folha 2

Fonte: Acervo Escritório de Integração.



Figura 28: Minas tem novo governador; toma posse na ALMG Alberto Pinto Coelho

Fonte: MINAS tem novo governador; toma posse na ALMG Alberto Pinto Coelho. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 4 abr. 2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/04/04/interna_politica,515473/minas-tem-novo-governador-toma-posse-na-almg-alberto-pinto-coelho.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 29: Mural umlem-santiago en el 57 aniversario de la población La Victoria

Fonte: UTOPIA DE COLORES. Mural #umlem-santiago en el 57 aniversario de la población La Victoria. *Blog Utopía de Colores*. Publicado em 27 out. 2014. Disponível em:

<https://64.media.tumblr.com/1c3245b6886ec1bcf1989af1f97d904b/tumblr_ne4hpz6Vet1todswdo1_1280.jpg>. Acesso em: 23 nov. 2021.



Figura 30: Pimentel abre 19% à frente do segundo colocado

Fonte: PIMENTEL abre 19% à frente do 2º colocado. *Blog Jornal de Fato*. Publicado em 9 set. 2014. Disponível em:

<<http://jornaldefatovz.blogspot.com/2014/09/pimentel-abre-19-frente-do-2o-colocado.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Segundo momento nas Ocupações da Izidora: abusos de uma ação institucionalizada

**CONFLITOS
FUNDIÁRIOS
EM MG
E O DIREITO
À CIDADE**

10/03/15

Auditório da Escola de Direito
Av. João Pinheiro, 100 - Centro

PROGRAMAÇÃO:

08:30 - 11:00 Mesas:
Brigadas Populares
Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Coletivo Margarida Alves
Arquitetos sem Fronteiras
Pólos de Cidadania UFMG
Cidade e Alteridade
Indisciplinar EA/UFMG
Praxis EA/UFMG
Grupo de Trabalho Interdisciplinar - Moradia PUC MG

11:00 - 12:00 Raquel Rolnik

14:00 - 14:30 Apresentação da minuta e
divisão dos grupos de trabalho

14:30 - 16:00 Grupos de trabalho

16:00 - 18:00 Pienária para conclusão da
contra-proposta de minuta

ORGANIZAÇÃO:



BRIGADAS POPULARES
MLB
CPT
Coletivo Margarida Alves
Arquitetos sem Fronteiras
Pólos DE CIDADANIA UFMG
CIDADE E ALTERIDADE
PRAXIS
indisciplinar

Figura 1: Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade

Fonte: BRIGADAS POPULARES. Página Facebook Brigadas Populares. Banner Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade.

Publicado em 3 mar. 2015. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/brigadaspopulares/photos/gm.784019911680856/747816788648952>>. Acesso em: 28 nov. 2021.



Figura 2: Raquel Rolnik no Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade

Fonte: Acervo de GG.



Figura 3: Grupos de Trabalho no Seminário Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade

Fonte: Acervo de GG.



Figura 4: Reunião entre representantes do governo e movimentos sociais definiu formalização da Mesa de Negociação

Fonte: AGÊNCIA MINAS. Aprovado decreto que institui Mesa de Negociação de conflitos fundiários. *Portal da Secretaria de Governo do Estado de Minas Gerais*. Publicado em 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.governo.mg.gov.br/Noticias/Detalhe/4593>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 5: Marcha das Ocupações da Izidora

Fonte: HILÁRIO, Rogério. Famílias das ocupações marcham por 30km e fazem protestos na Caixa e na Prefeitura de Belo Horizonte. *Portal da CUT – Central Única dos Trabalhadores – Minas Gerais*. Publicado em 2 jul. 2015. Disponível em: <<https://mg.cut.org.br/noticias/familias-das-ocupacoes-marcham-por-30-km-e-fazem-protestos-na-caixa-e-na-prefeitura-de-belo-horizonte-966b>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 6: Vista panorâmica do empreendimento Granja Werneck

Fonte: EMPREENDIMENTO Granja Werneck. *Portal COHAB Minas – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais*. Publicado em abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

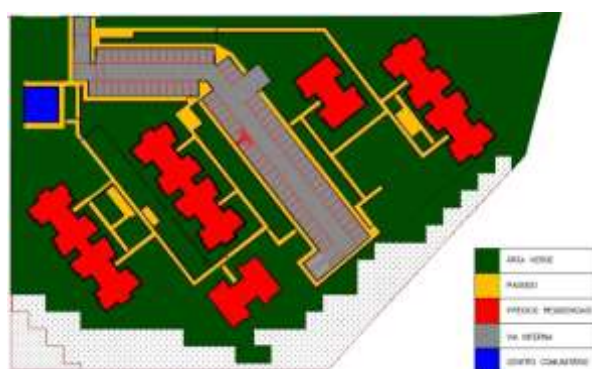


Figura 7: Modelo de implantação do empreendimento Granja Werneck

Fonte: EMPREENDIMENTO Granja Werneck. *Portal COHAB Minas – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais*. Publicado em abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 8: Fotos do apartamento-modelo do empreendimento Granja Werneck

Fonte: EMPREENDIMENTO Granja Werneck. *Portal COHAB Minas – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais*. Publicado em abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 9: Planta humanizada bloco simples

Fonte: COHAB Minas. Empreendimento Granja Werneck. Abril 2015. Disponível em <http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>. Acesso em: 30 de nov. 2021



Figura 10: Deslocamento da Ocupação Vitória para a Ocupação Esperança

Fonte: EMPREENDIMENTO Granja Werneck. *Portal COHAB Minas – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais*. Publicado em abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

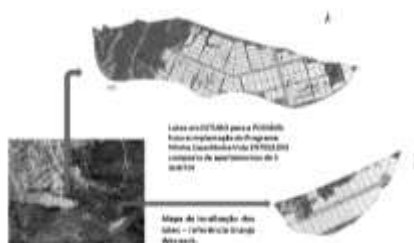


Figura 11: Lote disponibilizado para Minha Casa, Minha Vida – Entidades

Fonte: EMPREENDIMENTO Granja Werneck. Portal COHAB Minas – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. Publicado em abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/empreendimento-granja-werneck-2/>>. Acesso em: 28 mar. 2022..



Figura 12: Panfleto COHAB Minas

Panfleto lançado de helicópteros sobre as Ocupações da Izidora pela COHAB Minas durante o mês de abril de 2015 apresentando aos moradores a proposta do Empreendimento Granja Werneck.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 13: Charge em alusão aos helicópteros que sobrevoavam as Ocupações da Izidora em 2015

Fonte: RESISTE IZIDORA. Página Facebook Resiste Izidora. Hoje, 17/06/15, um helicóptero da polícia militar sobrevoou por toda a manhã as ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança. Publicado em 17 jul. 2015. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/703597863119527>>. Acesso em: 30 nov. 2021..



Figura 14: Ocupa Direcional

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Ocupa Direcional!* Publicado em 19 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/688226677989979>>. Acesso em: 30 nov. 2021.



Figura 15: Rede de apoio da Izidora em vigília contra o despejo

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Movimento Ocupa Izidora.* Publicado em 18 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/519601558185826>>. Acesso em: 4 dez. 2021.



Figura 16: #Resiste Izidora

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. # Resiste Izidora.* Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/704649619681018>>. Acesso em: 4 dez. 2021.



Figura 17: PM e moradores de ocupações entram em confronto na MG-010

Fonte: PM e moradores de ocupações entram em confronto na MG-010. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/pm-e-moradores-de-ocupac-es-entram-em-confronto-na-mg-010-1.311341>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Integrantes de ocupações bloqueiam MG-010 e queimam ônibus em protesto

Segundo a polícia militar, manifestantes em uma faixa de favela e favelas de gêmeas bloqueiam a principal via de acesso à região e queimam ônibus em protesto.

Publicado em 19/06/2015 às 18h:45min - Última atualização: 19/06/2015 às 17h:50min - Última atualização: 19/06/2015 às 17h:50min

Manifestação de ocupações (http://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2015/06/19/interna_galeriafotos.5127/manifestacao-de-ocupacoes.shtml)



Figura 18: Integrantes de ocupações bloqueiam MG-010 e queimam ônibus em protesto

Fonte: CRUZ, Luana. Integrantes de ocupações bloqueiam MG-010 e queimam ônibus em protesto. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/19/interna_gerais,659916/integrantes-de-ocupacoes-bloqueiam-mg-010-e-queimam-onibus-em-protesto.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 19: Contribua na campanha para soltura dxs presos políticos em apoio ao #Resistelizidora!

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora*. Contribua na campanha para soltura dxs presos políticos em apoio ao #Resistelizidora! Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/7047139674666>>. Acesso em: 4 dez. 2021.



Figura 20: Empresas e capital que cercam a Izidora.

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Empresas e capital que cercam Izidora*. Publicado em 17 out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/98277665201645>>. Acesso em: 6 dez. 2021.



Figura 21: Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015.

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015*. Publicado em 17 out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/982778088534835>>. Acesso em: 6 dez. 2021.



Figura 22: Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015.

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Moradores feridos no ato do dia 19 de junho de 2015*. Publicado em 17 out. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/982778088534835>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Diretrizes iniciais para uma adequação ao Projeto apresentado pela Direcional



Figura 23: Extratos da apresentação "Diretrizes iniciais para uma adequação ao Projeto apresentado pela Direcional".
Fonte: Apresentação elaborada por Arquitetas Sem Fronteiras – ASF, Escritório de Integração da PUC Minas, Grupo de Pesquisa Indisciplinar e PRÁXIS – Escola de Arquitetura da UFMG e Programa Polos de Cidadania – Escola de Direito da UFMG.



Figura 24: Audiência Pública na DPMG no dia 22 de junho 2015.

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Audiência Pública na DPMG no dia 22 de junho 2015. Publicado em 22 jun. 2015.*

Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/706077906204856>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Governo retoma diálogo com ocupações do Isidoro

Reunião na tarde desta terça-feira marca retorno das negociações

Atualizado em 23/06/2015 18:02 / publicado em 23/06/2015 18:00
 Mariana Faria (publica) |



Figura 25: Governo retoma diálogo com ocupações do Isidoro

Fonte: FARIA, Marcelo. Governo retoma diálogo com ocupações do Isidoro. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 23 jun. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/23/interna_gerais,661168/governo-retoma-dialogo-com-ocupacoes-do-isidoro.shtml>.

Acesso em: 29 mar. 2022.

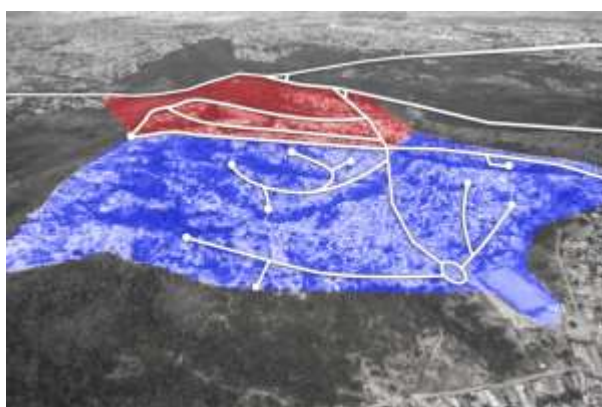


Figura 26: Croqui sobre foto das etapas de implantação do empreendimento COHAB Minas/Direcional

Fonte: Acervo Escritório de Integração.

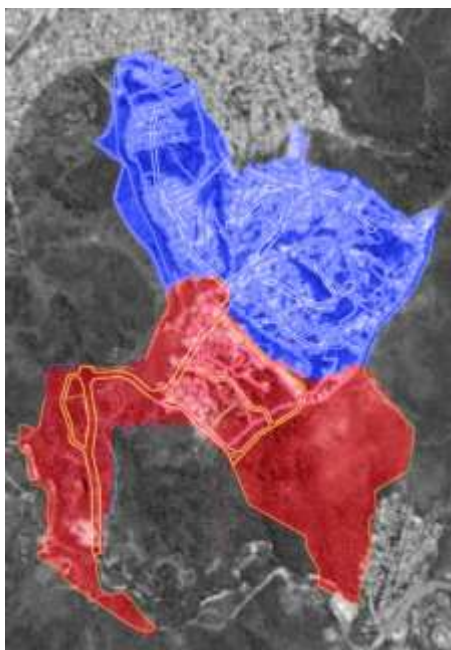


Figura 27: Etapas de implantação do empreendimento COHAB Minas/Direcional

Fonte: Acervo Escritório de Integração.



Figura 28: A portas fechadas, Fernando Pimentel e presidente da Cohab decidem futuro das ocupações do Isidoro

Fonte: CARVALHAES, Clarissa; SALES, Gabriela. A portas fechadas, Fernando Pimentel e presidente da Cohab decidem futuro das ocupações do Isidoro. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 14 ago. 2015. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/minas/a-portas-fechadas-fernando-pimentel-e-presidente-da-cohab-decidem-futuro-das-ocupac-es-do-isidoro-1.319422>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 29: Estudo de follheto para apresentação da negociação para os moradores das Ocupações da Izidora

Fonte: Acervo Escritório de Integração.



Figura 30: Assembleia na Ocupação Vitória em 17 de outubro de 2015

Fonte: Acervo de GG.



Figura 31: Assembleia na Ocupação Esperança em 11 de novembro de 2015

Fonte: Acervo de GG.



Figura 32: Não é fácil ser livre

Fonte: RESISTE IZIDORA. *Página Facebook Resiste Izidora. Foto do amigo Bahia, em campanha pela não violência policial contra moradores das ocupações urbanas.* Publicado em 24 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/638356059643708>>.

Acesso em: 9 dez. 2021.



Figura 33: Cruz do mártir Manoel Bahia na entrada da Ocupação Vitória

Fonte: Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos, Página Youtube Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos. *Ocupação Vitória, Belo Horizonte/MG: cruz do mártir Manoel Bahia e entrada da Ocupação*. 25 de abr. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Zu-h4aCNfOs>>. Acesso em: 9 dez. 2021.



Figura 34: Campanha de financiamento do velório e enterro de Manoel Bahia

Fonte: RESISTE IZIDORA. Página Facebook Resiste Izidora. *Campanha de financiamento do velório e enterro de Manoel Bahia*. 1º abr. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/662760867203227>>. Acesso em: 9 dez. 2021.



Figura 35: Campanha para ônibus de linha e carona solidária

Fonte: RESISTE IZIDORA. Página Facebook Resiste Izidora. *Campanha ônibus de linha e carona solidária*. Publicado em 1º abr. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/662647527214561>>. Acesso em: 9 dez. 2021.



Figura 36: Morte de Bahia chocou moradores da Ocupação Vitória, que se mobilizam junto a movimentos populares e pedem pela prisão dos responsáveis

Fonte: BAETA, Juliana. Por não permitir venda de lotes em ocupação, militante é assassinado. *Jornal O Tempo*. Publicado em 1º abr. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/por-nao-permitir-venda-de-lotes-em-ocupacao-militante-e-assassinado-1.1018279>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

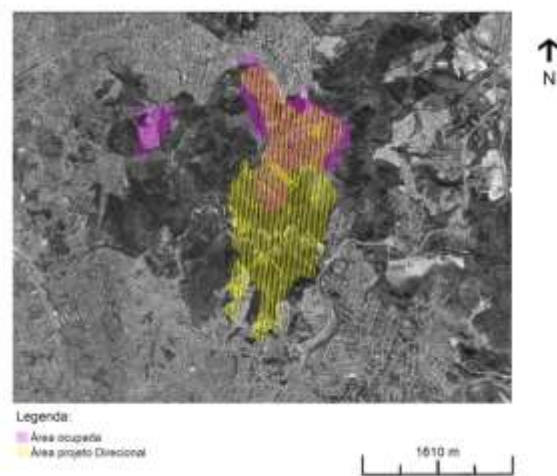


Figura 37: Mapa comparando área Ocupações Izidora e empreendimento COHAB Minas e Direcional Engenharia
 Fonte: Acervo Escritório de Integração.

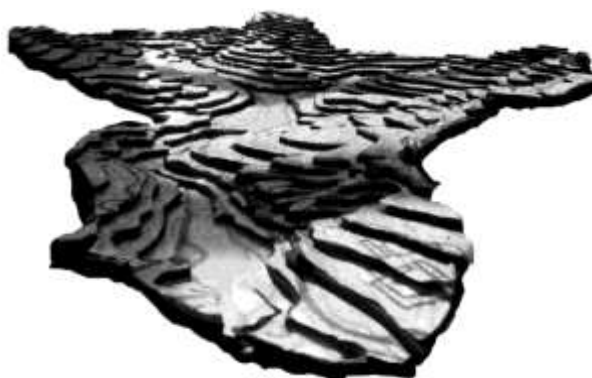


Figura 38: Vista da maquete da bacia do Córrego dos Macacos
 Fonte: Acervo disciplina Planejamento Ambiental Urbano 1º Semestre 2016.



Linhas de drenagem do Córrego dos Macacos - Ocupação Vitória

Figura 39: Estudo indicando as linhas de drenagem na Ocupação Vitória
 Fonte: Acervo disciplina Planejamento Ambiental Urbano 2º Semestre 2016.



Figura 40: Análise da implantação das casas na Ocupação Esperança

Fonte: Acervo disciplina Planejamento Ambiental Urbano 2º Semestre 2016.



Figura 41: Terreno objeto da disciplina "Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora"

Fonte: Acervo disciplina Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora.



Figura 42: Reunião dos alunos da disciplina "Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora" com as lideranças da Ocupação

Vitória em 10 de novembro de 2015.

Fonte: Acervo disciplina Alternativas de Arranjos Espaciais para o MCMV Izidora.

TERCEIRA FASE

Desastre de Mariana

Primeiro momento em Mariana: uma ação institucionalizada

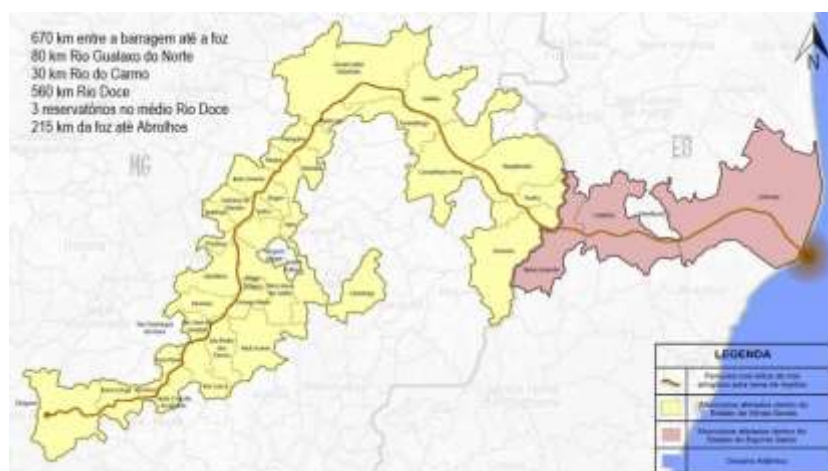


Figura 1: Mapa do percurso da lama

Municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão dentro dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. *A destruição (produção) social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais*. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.



Figura 2: Charge do Duke sobre tragédia em MG; maior precisão não há

Fonte: EVANGELISTA, Eduardo Duke. Charge. In: GONÇALVES, Marli. Charge do Duke, tragédia em MG. Maior precisão não há. *Chumbo Gordo*. Publicado em jan. 2016. Disponível em: <<http://www.chumbogordo.com.br/705-charge-do-duke-tragedia-em-mg-maior-precisao-nao-ha/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 3: Charge de Ricardo Welbert

Fonte: WELBERT, Ricardo. Charge "Continuem cavando!!! Precisamos achar a justiça!!!". Publicado em 8 ago. 2017. Disponível em: <<https://twitter.com/ricardowelbert/status/1088876661368676352>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 4: Charge de Alexandre Oliveira

Fonte: OLIVEIRA, Alexandre de. Charge "Desastre ambiental". *Blog Humor Político*. Publicado em 13 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.humorpolitico.com.br/oliveira/desastre-ambiental/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Vida não se negocia: Reparação justa sim, mesa de negociação não!

O Governo Fimel (PT) trata o maior crime sócio-ambiental da história do país como se fosse um conflito de interesses a ser mediado pelo Estado, como se inocente fosse.

Em julho de 2010 foi promulgado o **Decreto Estadual nº 201** que institui a "Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais" e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários". Esta Mesa foi criada no contexto surge da ameaça de despejo das comunidades da Izidora (Rosa Leão, Vitória e Esperança), em Belo Horizonte, considerado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República o maior conflito fundiário urbano do Brasil na atualidade. A Mesa de Negociação, hoje comandada por Claudius Vinícius Pereira, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab), tem sob sua responsabilidade a negociação de várias ocupações urbanas e rurais sob litígio no Estado de Minas Gerais. Sua incapacidade para tanto é incontestável, isso com poucos meses de existência.

Figura 5: Vida não se negocia: Reparação justa sim, mesa de negociação não!

Fonte: BRIGADAS POPULARES. Vida não se negocia: Reparação justa sim, mesa de negociação não! *Blog Brigadas Populares*. Publicado em 19 nov. 2015. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/vida-nao-se-negocia-reparacao-justa-sim-mesa-de-negociacao-nao/>>. Acesso em: 5 jan. 2022.



Figura 6: Tragédia em Minas Gerais, Pimentel dá coletiva de imprensa na sede da Samarco

Fonte: TRAGÉDIA em Minas Gerais: Pimentel dá coletiva de imprensa na sede da Samarco. *Portal Esquerda Diário*. Publicado em 8 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Pimentel-da-coletiva-de-imprensa-na-sede-da-Samarco>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 7: Bento Rodrigues

Fonte: OLIVEIRA, Cinthya. Tragédia em Mariana completa cinco anos com milhares de atingidos e nenhum condenado. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 4 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/tragedia-em-mariana-completa-cinco-anos-com-milhares-de-atingidos-e-nenhum-condenado-1.810384>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 8: Paracatu de Baixo

Fonte: SOARES, Ricardo. Tragédia de Mariana não tem punidos após mais de 3 anos, e processo está parado. *Portal G1*. Publicado em 9 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2019/03/09/tragedia-de-mariana-nao-tem-punidos-apos-mais-de-3-anos-e-processo-esta-parado.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DESASTRE DE MARIANA

Sob pressão, Samarco negocia pagar 20 bilhões por desastre de Mariana

Pacto pode ser primeiro passo para empresa conseguir licença para voltar a operar

HELOÍSA MENDONÇA

São Paulo - 23 JAN 2016 - 12:23 BRET



Quase três meses após o desastre de Mariana, a mineradora Samarco – responsável pela barragem de Fundão que se rompeu em novembro passado – continua enfrentando dias turbulentos e de pressões das autoridades e afetados pela tragédia, cujas consequências se espalham por Minas Gerais e Espírito Santo. Após terem sido indiciados pela Polícia Federal por crimes ambientais decorrentes da tragédia, o presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, e o diretor de Operações, Kleber Terra, foram afastados de suas funções na companhia nesta semana. O pedido de licença foi feito pelos próprios executivos para que eles possam se dedicar às respectivas defesas.

Figura 9: Sob pressão, Samarco negocia pagar 20 bilhões por desastre de Mariana.

Fonte: MENDONÇA, Heloísa. Sob pressão, Samarco negocia pagar 20 bilhões por desastre de Mariana. *El País*. Publicado em 23 jan. 2016.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/22/politica/1453493905_932072.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 10: Processo de luta dos atingidos pela rompimento barragem da Samarco em Mariana concorre ao Prêmio Innovare 2019

Reunião do promotor Guilherme de Sá Meneghim (terno e gravata à direita na imagem) e os atingidos de Mariana.

Fonte: BARROS, Ellen. Processo de luta dos atingidos pela rompimento barragem da Samarco em Mariana concorre ao Prêmio Innovare

2019. *Portal da Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais*. Publicado em 21 jun. 2019. Disponível em:

<<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/processo-de-luta-dos-atingidos-pela-rompimento-barragem-da-samarco-em-mariana-concorre-ao-premio-innovare-2019/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SEU NOME AQUI E O NOME DO MARINHEIRO BRUNO TAVARES

Ponto Final

21 ANOS

Respeito ao leitor

Não somos mendigos pedintes e nem desonestos

Costuma de estar esperando este texto somente para agradecer a solidiedade de milhares de pessoas que nos ajudaram nesse momento difícil de nossas vidas, e dizer que estamos pedindo a Deus que sempre a todos. Mas enfim, não quero que questionem pessoas como o Sr. José Fausto e deixar bem claro que não da comunidade demandada de Bruno Rodrigues, não somos mendigos pedintes e nem desonestos, somos pessoas que viviam em uma comunidade, trabalhamos para comprar nossas coisas, roupas, alimentos, víamos em casa simples com pouca mobília como de dia em seu belo texto, mas era tudo construído com muito suor, com anos e anos de luta, cada coisa que a gente tinha era uma vitória. Costuma que antes nos ajudar ele se colocasse por um momento em nosso lugar. Imagine Sr. José a sentir ter que sair da sua comunidade toda a sua vida e ter menos de 10 min para fugir da morte sem ter como e nem tempo para pagar suas economias de vida inteira escondida em algum lugar de sua casa, uma foto de seus parentes falecidos, um quadro da parede, uma roupa que o Sr. Não gosta, ou seja, não ter tempo de nada a não ser correr deixando para trás não só suas coisas, mas também seu cachorro amarrado atrás da casa, seu passaporte na mão, etc. Tentando salvar sua vida, ajudando seus vizinhos e sendo ajudado por eles, porque não mesmo desonesto, vendo toda nossa história, nossa vida, não ser somente, não ter como ajudar nossos amigos que pediram a vida, imagine o Sr. Ter tudo o de repente não ter mais. Não tem Sr. José Fausto esse adecido de mansa por ficarmos presos em belas apartamentos e mansões como estão dizendo por aí, pois preferiam estar em sua casa pobre com pouca mobília, com o dia, com a sua vida sua honra, sua paz sua segurança. Não sei encontrar bonito com o Sr. Não não tem oportunidade de estudar e só não o ensino médio, mas talvez alta educação e sustentável.

Mônica dos Santos, uma simples moradora que amava aquele lugar e a vida que levava.

“E se começaram a entrar com processo onde não tem fundamentação e político, eu não vou ficar quieto não”. “Quem tem telhado de vidro não deve jogar pedra no telhado dos outros não” finalizou.

Duarie Junior
Prefeito da cidade de Mariana

No Carnaval não pode faltar diversão nem +

Precisa-se de alguém que faça trabalho de conclusão de curso (TCC).
Curso de técnico em Mecânica.

(31) 986900149

Figura 10: Processo de luta dos atingidos pela rompimento barragem da Samarco em Mariana concorre ao Prêmio Innovare 2019
Reunião do promotor Guilherme de Sá Meneghim (terno e gravata à direita na imagem) e os atingidos de Mariana.

Fonte: BARROS, Ellen. Processo de luta dos atingidos pela rompimento barragem da Samarco em Mariana concorre ao Prêmio Innovare 2019. *Portal da Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais*. Publicado em 21 jun. 2019. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/processo-de-luta-dos-atingidos-pela-rompimento-barragem-da-samarco-em-mariana-concorre-ao-premio-innovare-2019/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 12: Samarco oferece dinheiro para que prefeitos abram mão de indenização bilionária por Mariana

Fonte: ÂNGELO, Maurício; BIANCHI, Paula. Samarco oferece dinheiro para que prefeitos abram mão de indenização bilionária por Mariana. *The Intercept Brasil*. Publicado em 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/30/samarco-prefeitos-desistirem-indenizacao-mariana/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 13: Carta de coordenadora de Clima e Justiça do Greenpeace ao MAB exalta trinta anos de luta e resistência do Movimento
 Fonte: ALVES, Fabiana. Carta ao movimento dos atingidos por barragens. *Portal do Movimento dos atingidos por barragens*. Publicado em 9 ago. 2021. Disponível em: <<https://mab.org.br/2021/08/09/carta-ao-movimento-dos-atingidos-por-barragens/>>. Acesso em: 9 nov. 2021.



Figura 14: Assembleia com atingidos conduzida pela Samarco

Nos primeiros meses ocorriam assembleias semanais convocadas pela Samarco para exposição do que estava sendo realizado pela empresa para reparação dos problemas gerados pelo desastre socio-técnico. Essas assembleias aconteciam no Centro de Convenções Alphonsus de Guimarães no centro de Mariana. Posteriormente, passaram a ser convocadas também pela Fundação Renova que passou a representar a empresa para resoluções do desastre.

Fonte: BARROS, Ellen. Defender a Matriz de Danos dos atingidos é lutar por justiça diante do crime continuado da mineração. *Portal da Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais*. Publicado em 26 ago. 2020. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/defender-matriz-de-danos-dos-atingidos-e-lutar-por-justica-diante-crime-continuado-da-mineracao/>>. Acesso em: 28 mar. 2022



Figura 15: Reunião em 26 de janeiro de 2016 na Casa do Lago

Intervalo da reunião de 26 de janeiro de 2016 na Casa do Lago em Mariana. Nesta reunião, apesar de convidados pelos atingidos para acompanhar a discussão, fomos impedidos de entrar na sala pelos funcionários da Samarco.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 16: Projeção informando na reunião os únicos visitantes que poderiam participar da reunião em 26 de janeiro de 2016 na Casa do Lago

A lista foi indicada para nós, que insistíamos em participar como representantes dos atingidos, informando que somente os listados poderiam participar daquele momento de contato direto com os atingidos de Mariana, situações assim ocorreriam ao longo de todo o processo de assessoria técnica.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 17: Atingidos percorrem os escombros de Bento Rodrigues

Fonte: SCHREIBER, Mariana. Desastre em Mariana foi acidente ou crime? 'É precipitado avaliar', diz ministro. *Portal BBC News Brasil*.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_ministro_mariana_ms>. Acesso em: 28 mar. 2022.

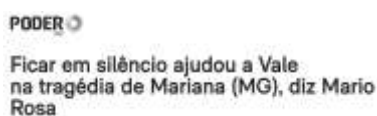


Figura 18: Ficar em silêncio

Fonte: NETZEL, Mateus. Ficar em silêncio ajudou a Vale na tragédia de Mariana (MG), diz Mario Rosa. *Portal Poder360*. Publicado em 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/ficar-em-silencio-ajudou-a-vale-na-tragedia-de-mariana-mg-diz-mario-rosa/>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 19: Manifestação dos atingidos

Fonte: BARROS, Ellen. Defender a Matriz de Danos dos atingidos é lutar por justiça diante do crime continuado da mineração. *Portal da Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais*. Publicado em 26 ago. 2020. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/defender-matriz-de-danos-dos-atingidos-e-lutar-por-justica-diante-crime-continuado-da-mineracao/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 20: Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido

Fonte: FREITAS, Raquel. Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido. *Portal G1*. Publicado em 7 mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/terreno-onde-sera-construido-novo-bento-rodrigues-e-definido.html>>. Acesso em: 30 mar. 2022.



Figura 21: Moradores de Paracatu de Baixo (MG) elegem terreno para reconstrução do distrito impactado.

Fonte: TERRENO de Lucila é escolhido pelos moradores para reconstrução de Paracatu de Baixo. *Portal Fundação Renova*. Publicado em 3 set. 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/terreno-de-lucila-e-escolhido-pelos-moradores-para-reconstrucao-de-paracatu-de-baixo/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 22: Logomarca da Ford Foundation

Fonte: FORD Foundation. *Portal Ford Foundation*. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 23: Logomarca da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais

Fonte: CÁRITAS BRASILEIRA – Regional Minas Gerais. *Logomarca Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais*. Disponível em:

<<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Segundo momento em Mariana: uma a o institucionalizada direta



Figura 1: Logomarca da Brazil Foundation

Fonte: BRAZIL FOUNDATION. Logomarca Brazil Foundation. *Portal da Brazil Foundation*. Disponível em:

<<https://www.brazilfoundation.org/pt-br/>>. Acesso em: 21 de jan. 2022.



Figura 2: Bento Rodrigues Saudades

Vista parcial do edifício da escola de Bento Rodrigues em 18/06/2016.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 3: Parabéns, Samarco, deu ao povo de Paracatu conta no banco
Vista parcial do interior do edifício da escola de Paracatu de Baixo em 07/07/2016.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 4: Mariana/Bento Rodrigues

Imagem de satélite mostrando o percurso Mariana/Bento Rodrigues na visita de 18 de junho de 2016 da Equipe ASF.

Fonte: Google Earth (2016), adaptada por GG (2022)



Figura 5: Terreno da Lavoura em Bento Rodrigues

Fonte: DRONE SALVADORA. *Terreno Lavoura Bento Rodrigues (parte 2)* - 10 de março de 2017. 17 out. 2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=izgFIWJM2Sw>>. Acesso em: 23 jan. 2022.



Figura 6: Casa depredada e saqueada em Bento Rodrigues visita 18/06/2016

As casas que ficavam nas partes mais altas de Bento Rodrigues não foram afetadas pela lama no dia 05/11/2015, porém foram depredadas e saqueadas nas semanas seguintes após os moradores saírem do lugarejo.

Fonte: Acervo de GG.



Figura 7: Mapa do percurso em Bento Rodrigues na visita do dia 18/6/2016

Fonte: Google Earth (2016), adaptada por GG (2022).



Figura 8: Dique S3 na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo de GG.



Figura 9: Água com resíduos da atividade minerária na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo de GG.



Figura 10: Vista panorâmica de Bento Rodrigues após o dique S3 na visita de 18/6/2015

Fonte: Acervo de GG.



Figura 11: Rua Nova na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo de GG.



Figura 12: Urso de brinquedo em meio a lama seca na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo de GG.



Figura 13: Percurso em Bento Rodrigues na visita do dia 18/6/2016 sobre a imagem do distrito em 2014, antes do desastre

Fonte: Google Earth (2014), adaptada por GG (2022).



Figura 14: Ruínas de uma casa na região da esquina das ruas Cônego Veloso e Dona Olinda, na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 15: Casa de dois pavimentos na esquina da Rua Olinda e Rua Carlos Pinto

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 16: Ruínas da Escola Municipal de Bento Rodrigues com mensagens para a Samarco

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 17: Ruínas na região da esquina das ruas Olinda e São Bento

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 18: Capela Nossa Senhora das Mercês de Bento Rodrigues e cemitério na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 19: Casario na Rua Ouro Fino na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 20: Pilão na casa do guia na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 21: Casas encobertas pela lama vistas a partir da Rua Ouro Fino na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 22: Escombros na Rua Dona Olinda na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 23: Escombros da Escola Municipal de Bento Rodrigues na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 24: Escombros na Rua Nova na visita de 18/6/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016.



Figura 25: Panorâmica de Bento Rodrigues na visita de 18/6/2016
Fonte: Acervo GG.



Figura 26: Base do mapa colaborativo de Bento Rodrigues
Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016



Figura 27: Mapa colaborativo de Bento Rodrigues aplicado em 12/7/2016
Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016



Figura 28: Reunião acerca do mapa colaborativo de Bento Rodrigues aplicado em 20/7/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016



Figura 29: Mapa colaborativo de Bento Rodrigues aplicado em 20/7/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016



Figura 30: Mapa síntese de Bento Rodrigues elaborado a partir dos croquis produzidos entre junho e julho de 2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2017



Figura 31: Dique S4 – Sistema de contenção de rejeitos

Fonte: SAMARCO MINERAÇÃO. Dique S4 – Sistema de contenção de rejeitos. Publicado em 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8TN1RUItO2I>>. Acesso em: 3 fev. 2022.



Figura 32: Mariana/Paracatu de Baixo

Imagem de satélite mostrando o percurso Mariana/Paracatu de Baixo na visita de 7 de julho de 2016 da Equipe ASF. A distância percorrida é de aproximadamente trinta e cinco quilômetros.

Fonte: Google Earth (2016), adaptada por GG (2022)



Figura 33: Pontes e estradas na região de Paracatu de Baixo após o desastre

Fonte: LOPES, Valquiria. Pelo menos 10 pontes em distritos de Mariana foram destruídas por lama de barragem. *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/20/interna_gerais,709931/uma-dura-travessia.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.

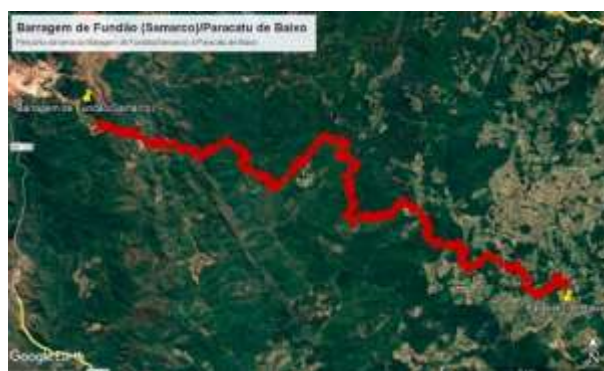


Figura 34: Barragem de Fundão (Samarco)/Paracatu de Baixo

Imagem de satélite mostrando o percurso da lama da barragem de Fundão até Paracatu de Baixo. A ruptura da barragem ocorreu por volta das 15:00 e chegou a Paracatu de Baixo às 19:00 hs do dia 05/11/2016. Ela percorreu 40 km em 4 horas.

Fonte: Google Earth (2016), adaptada por GG (2022)



Figura 35: Estrada de acesso a Paracatu de Baixo e Rio Gualaxo do Norte na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 36: Marca da lama no tronco das árvores às margens do Rio Gualaxo do Norte na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 37: Percurso em Paracatu de Baixo na vista do dia 7/7/2016

Fonte: Google Earth (2016), adaptada por GG (2022).



Figura 38: Taludes de lama na borda da estrada de acesso na entrada de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 39: Percurso em Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016 sobre a imagem do distrito em 2014, antes do desastre.

Fonte: Google Earth (2014), adaptada por GG (2022).



Figura 40: Capela de Santo Antônio na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.

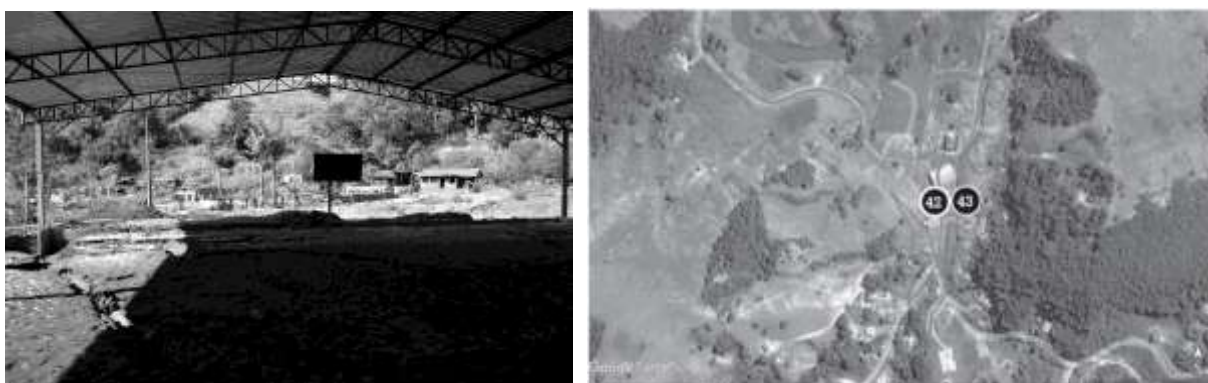


Figura 41: Quadra encoberta pela lama na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 42: Sala do primeiro pavimento da Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 43: Sala do segundo pavimento da Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 44: Escombros das casas de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 45: Percurso Mina Germano (Samarco)/Paracatu de Baixo

Imagem de satélite mostrando o percurso que nosso guia fez no dia do desastre de carro entre a Mina de Germano e Paracatu de Baixo. Ele percorreu 60km.

Fonte: Google Earth (2016), adaptada por GG (2022)



Figura 46: Vista panorâmica do núcleo urbano de Paracatu de Baixo em maio de 2013, antes do desastre.

Imagem indica em amarelo as áreas diretamente afetadas pela lama na noite do dia 05 de novembro de 2015.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. *A destruição (produção) social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais*. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 26.



Figura 47: Vista panorâmica do núcleo urbano de Paracatu de Baixo em abril de 2016, após o desastre. Imagem indica em amarelo as áreas diretamente afetadas pela lama na noite do dia 05 de novembro de 2015.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. *A destruição (produção) social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais*. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 27.



Figura 48: Vista panorâmica do Rio Gualaxo do Norte nas proximidades de Paracatu de Baixo

Na imagem observa-se a largura original do Rio Gualaxo do Norte e o impacto da lama nas suas margens.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. *A destruição (produção) social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais*. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 22.



Figura 49: Atingidos de Paracatu de Baixo observando a destruição do distrito

Fonte: COMUNIDADE de Paracatu de Baixo escolherá novo terreno do distrito neste sábado. *Jornal Hoje em Dia*. Publicado em 2 set. 2016. Disponível em: <<https://www. hojeemdia.com.br/minas/comunidade-de-paracatu-de-baixo-escolhera-novo-terreno-do-distrito-neste-sabado-1.411375>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 50: Localização dos terrenos propostos pela Samarco para reassentamento de Paracatu de Baixo em julho de 2016. A imagem foi extraída do relatório entregue pela Samarco para os atingidos de Paracatu de Baixo em julho de 2016. O documento era composto por três grandes volumes apresentando diferentes características dos terrenos. Chamavam-se “Estudos Técnicos sobre os terrenos. Reconstrução de Paracatu”, volumes 1, 2 e 3.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. *A destruição social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais*. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 30.



Figura 51: Montagem com manchetes na imprensa sobre o desastre da barragem de Fundão (Samarco)

Fonte: Acervo de GG.



Figura 52: Reunião de estudantes com atingidos de Paracatu de Baixo na visita do dia 25/08/2016

Fonte: Acervo de GG.



Figura 53: Base do mapa colaborativo de Paracatu de Baixo

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016



Figura 54: Aplicação do mapa colaborativo Paracatu em 07/09/2016

Fonte: Acervo GG.

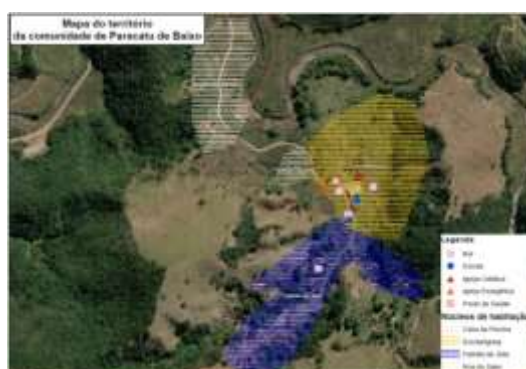


Figura 55: Mapa colaborativo de Paracatu de Baixo aplicado em 7/9/2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016

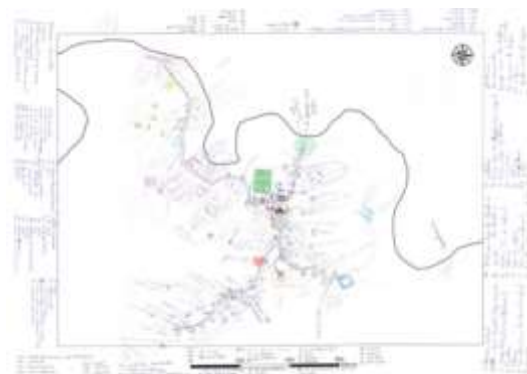


Figura 56: Mapa-síntese de Paracatu de Baixo elaborado a partir dos croquis produzidos em 7/9/2016.

Fonte: Acervo de Eduardo Gontijo



Figura 57: Maquete de Bento Rodrigues na escala de 1/1000 desenvolvida em 2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation e Escritório de Integração



Figura 58: Maquete de Paracatu de Baixo na escala de 1/1000 desenvolvida em 2016

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation e Escritório de Integração

Terceiro momento em Mariana: uma ação empastelando



Figura 1: Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues

Fonte: MENEGHIN, Guilherme de Sá. *Página de Facebook. Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues*. Publicado em jan. 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/photo?fbid=1228241607267784&set=pcb.1228241630601115>>. Acesso em: 15 fev. 2022.



Figura 2: Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues

Fonte: MENEGHIN, Guilherme de Sá. *Página de Facebook. Aprovação do polígono urbanístico do Novo Bento Rodrigues*. Publicado em jan. 2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/photo?fbid=1228241607267784&set=pcb.1228241630601115>>. Acesso em: 15 fev. 2022.



Figura 3: Maquete do terreno do Novo Bento Rodrigues na escala de 1/1000

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2017



Figura 4: Maquete do Antigo Bento Rodrigues na escala de 1/1000

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2016



Figura 5: Preparação para oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 6: Reunião de preparação para oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 7: Setorização para participação das oficinas

Fonte: CÁRITAS BRASILEIRA – Regional Minas Gerais. Relatório final oficina participativa do projeto urbano do reassentamento de Bento Rodrigues. Mariana, 2017, p.6.



Figura 8: Primeira etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 9: Terceira etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 10: Quarta etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 11: Interação dos atingidos com a maquete do Antigo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 12: Segunda etapa do circuito da oficina masterplan do Novo Bento Rodrigues

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation/Cáritas 2017



Figura 13: Visita guiada de atingidos no terreno do Novo Paracatu de Baixo

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. A destruí(produ)ção social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 30.



Figura 14: Placas indicando a localização dos equipamentos coletivos no terreno onde seria construído o Novo Paracatu de Baixo, em visita realizada no dia 11/6/2018.

Fonte: Acervo ASF/Brazil Foundation 2017



Figura 15: Página Tour Virtual Bento Rodrigues

Fonte: TOUR Virtual Bento Rodrigues. Portal Fundação Renova. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/#tour-virtual>>. Acesso em: 29 mar. 2022



Figura 16: Governador de Minas, presidente do TJMG e prefeito de Mariana, além de técnicos e comunidade conferem maquete do novo Bento Rodrigues

Fonte: MAGISTRADOS recebem medalha do Dia de Minas. Portal da Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros. Publicado em 16 jul. 2019. Disponível em: <<https://amagis.com.br/posts/magistrados-recebem-medalha-do-dia-de-minas>>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Figura 17: Levantamento e cadastro dos impactados

Fonte: LEVANTAMENTO e cadastro dos impactados. Portal Fundação Renova. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/programa/levantamento-cadastro-dos-impactados/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 18: Cartilha “Por que você precisa de Assessoria Técnica?”

Fonte: MARQUES, Monique Sanches (coord.). Narrativas atingidas. Portal do GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da UFOP. 2016. Disponível em: <<https://sites.ufop.br/gepsa/narrativas-atingidas>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

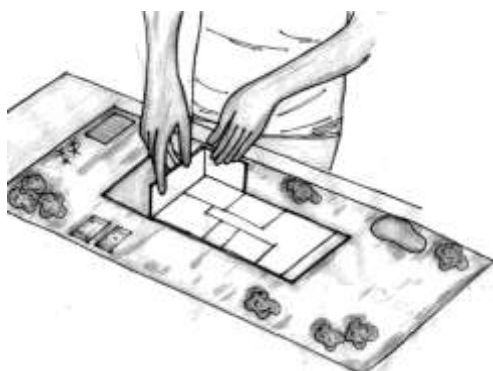


Figura 19: Croqui esquemático da oficina "A memória como instrumento"

Etapa 1: Montagem da maquete em conjunto com os atingidos.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. A destruí(produ)ção social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 81.

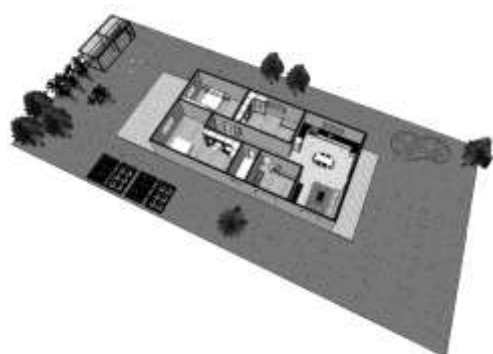


Figura 20: Croqui esquemático da maquete finalizada da oficina "A memória como instrumento"

Etapa 2: Maquete finalizada com inserção de mobiliário e relações com o terreno.

Fonte: ARAUJO, Breno Fonseca de. A destruí(produ)ção social do espaço: construindo a inclusão por meio da memória, um estudo de caso para o reassentamento de Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Minas Gerais. Monografia de Graduação. Or. GG. Belo Horizonte: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018, p. 81.



Figura 21: Planta da distribuição do núcleo de vizinhança em Paracatu de Baixo

Fonte: Acervo de Eduardo Gontijo



Figura 22: Planta da redistribuição do núcleo de vizinhança na sede municipal

Fonte: Acervo de Eduardo Gontijo



Figura 23: Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 25/08/2016

Fonte: Acervo GG.



Figura 24: Inaugurada a nova Escola Municipal de Paracatu de Baixo

Fonte: INAUGURADA a nova escola municipal de Paracatu de Baixo. Portal Fundação Renova. Publicado em 24 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/inaugurada-a-nova-escola-municipal-de-paracatu-de-baixo/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 25: A construção do espaço foi feita dentro dos padrões do MEC e contou com a aprovação da comunidade local
Fonte: INAUGURADA a nova escola municipal de Paracatu de Baixo. Portal Fundação Renova. Publicado em 24 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/inaugurada-a-nova-escola-municipal-de-paracatu-de-baixo/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.



Figura 26: Sala do segundo pavimento da Escola Municipal de Paracatu de Baixo na visita do dia 7/7/2016 destruída pela lama da Samarco
Fonte: Acervo GG.